



**Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Antropologia**

Lorena Volpini

**A rede CAMMPI:
cidadania e política do espaço na Península de Itapagipe.
Uma etnografia do fazer cidade em Salvador, Brasil**

Salvador
2017

LORENA VOLPINI

**A REDE CAMMPI:
CIDADANIA E POLÍTICA DO ESPAÇO NA PENÍNSULA DE
ITAPAGIPE.**

UMA ETNOGRAFIA DO FAZER CIDADE EM SALVADOR, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Antropologia
da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção
do grau de Doutora

Orientador: Prof. Dr. Ordep Serra

Salvador, Bahia
Junho de 2017

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Volpini, Lorena

A rede CAMMPI: cidadania e política do espaço na
Península de Itapagipe. Uma etnografia do fazer cidade
em Salvador / Lorena Volpini. -- Salvador, 2017.

325 f. : il

Orientador: Ordep Serra.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia) -- Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

1. Cidadania. 2. Movimentos sociais. 3. Rede
CAMMPI. 4. Alagados. 5. Política do espaço. I. Serra,
Ordep. II. Título.

LORENA VOLPINI

**A REDE CAMMPI:
CIDADANIA E POLÍTICA DO ESPAÇO NA PENÍNSULA DE
ITAPAGIPE.**

UMA ETNOGRAFIA DO FAZER CIDADE EM SALVADOR, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Antropologia
da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção
do grau de Doutora

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ordep Serra PPGA/UFBA

Profa. Dra Cornélia Eckert PPGAS/UFRG

Profa. Dra. Adriana Nogueira Vieira Lima UEFS

Profa Dra Cecilia McCallum PPGA/UFBA

Profa Dra. Urpi Montoya Uriarte PPGA/UFBA

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento vai ao meu amado esposo e colega, Lucas Carwile, minha família aqui em Salvador. Obrigada por dividir comigo o espaço mais ou menos apertado das casas e dos quartos de aluguel onde moramos desde o início do doutorado, nas periferias de Salvador e de Nova York. Muita gratidão pelo seu apoio incondicionado que me permitiu levar adiante este projeto; pela abertura e pelo tempo transcorrido a discutir as ideias deste trabalho; pela disponibilidade em acompanhar-me em campo sempre que não me sentisse segura em ir sozinha. Obrigada pelas críticas sinceras, sempre respeitosas, e pela revisão dos capítulos. Sempre lhe serei grata, principalmente, por ter compartilhado o dia a dia nesses anos e por não ter me deixado duvidar demais de estar à altura da tarefa que eu mesma me impus.

Um agradecimento de igual intensidade vai ao meu querido orientador, o professor Ordep Serra. São tantos os motivos da minha gratidão que não vou poder enumerá-los todos. Durante o doutorado tive do meu lado um acadêmico experiente, um educador, um amigo leal e paciente, um crítico sincero mas carinhoso, um amigo de mesa de bar e um pai. Como se não bastasse a honra de tê-lo como mentor, colaborador e cúmplice, ele jamais me deixou sentir sozinha, principalmente nas fases de maior angústia, durante a redação da tese. Obrigada por ter passado a régua de sua bela prosa no meu português. Não posso deixar de agradecer também a Regina Martinelli, companheira de vida e de alma de Ordep Serra. Obrigada por ter aberto a mim as portas de sua casa com tanto carinho e bom humor, durante todos estes anos.

Um lugar especial nos agradecimentos deve ser dedicado aos membros da CAMMPI, meus anfitriões, que me acolheram e abriram as portas de suas instituições para que eu pudesse realizar a pesquisa. Me aproximei muito de Lurdinha, Jamira, Ana Rosa, Baby, Raimundo, Reginaldo e Carlos, entre outros. Obrigada por me orientar, aconselhar e por ter paciência com minhas questões e demandas. Obrigada também pelo trabalho cotidiano que vocês desenvolvem, cuidando com amor e compromisso das crianças e dos jovens de nossa cidade. Espero que meu trabalho esteja à altura de seus esforços.

Preciso agradecer aos professores do PPGA, principalmente aos com quem tive mais contato e oportunidade de trocas: Cecilia McCallum, Urpi Montoya Uriarte, Nicolau Parés e Fátima Tavares. Cecilia McCallum e Fátima Tavares, me acompanharam desde meus primeiros passos na antropologia, desde o mestrado. Além da abertura e disponibilidade de

me indicar referências e discutir ideias, a profa. Cecilia foi quem mais me incentivou a concorrer à bolsa de doutorado sanduíche para a City University of New York. A ela e ao professor Nicolau Parés, fico grata também por ter me admitido como tirocinante na disciplina de parentesco, por eles ministrada.

À professora Urpi Montoya Uriarte vai minha gratidão por ter introduzido a antropologia do espaço entre as disciplinas do PPGA e por manter alto o nível de compromisso e de alegria nos encontros do grupo de estudos Panoramas Urbanos.

Ao professor John F. Collins de CUNY, devo muito pelos seus esforços para que minha ida a Nova York ocorresse em tempo hábil, apesar de todos os atrasos da burocracia, agravados pelo meu status legal de estrangeira tanto no Brasil, como nos EUA. Sua ajuda foi determinante também para entender como movimentar-me no meio acadêmico nova-iorquino e tirar o máximo proveito dessa oportunidade.

No Departamento de Antropologia do Graduate Center em Nova York pude frequentar seminários relevantes para meu trabalho. Nesse sentido, estou grata aos professores e aos colegas que se engajaram na discussão de meus dados e questões. Encontrei um meio muito estimulante nos seminários do curso “Abordagens antropológicas da propriedade”, da professora Katherine Verdery. Esses encontros renderam insights extremamente importantes para a análise de meus dados e para meus projetos futuros.

Ao professor Partha Chatterjee vai um agradecimento especial. Apesar da grande procura por seus seminários, ele permitiu que eu seguisse, sem muitas formalidades, o curso semestral “Hegemonia e poder” no Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia.

Durante o doutorado sanduíche me tornei amiga de Lorena Avellar Muniagurria, que me ajudou muito com suas ideias e referências bibliográficas em um momento em que a vastidão do meu material do campo tirava minha paz. Devo a nossas conversas numerosos insights que confluíram nesta tese. Em Nova York, tive também o prazer de desfrutar da amizade de Cassandra Ozyjowski e Siwei Wang, cada uma desbravando a cidade do seu jeito.

Em Salvador, agradeço principalmente às colegas Marília Lima e Fernanda Faria, amigas queridas, apesar dos prazos de nossas respectivas vidas acadêmicas.

Como em fases anteriores da minha vida, muito carinho e apoio incondicional veio da minha família na Itália. Obrigado a minha mãe, meu pai e meu irmão. Muito suporte, recebi também de minhas amigas Valentina, Irene e Annalisa. Diversos mares nos separam, mas consegui sentir a proximidade de todas vocês, principalmente na fase da redação.

A pesquisa por este trabalho foi financiada mediante a bolsa de estudos de doutorado da Fapesb (durante 38 meses), e uma bolsa de 10 meses de doutorado sanduiche financiada pelo programa PDSE da CAPES.

Preciso agradecer, por fim, algumas pessoas que não conheço diretamente, como Aleksandra Elbakyan, a idealizadora do portal sci-hub. Sem este site eu não teria tido acesso a numerosos dos artigos acadêmicos que precisei ler para escrever a tese. Dirijo o mesmo agradecimento aos criadores dos repositórios Libgen e Bookzz, dos quais desconheço os nomes. Eles permitiram que eu lesse livros que nem minhas bolsas de estudos, nem as bibliotecas soteropolitanas poderiam me garantir.

Agradeço também todos os membros da banca de qualificação e da banca de defesa por ter dedicado tempo à leitura, exame e crítica deste trabalho.

RESUMO

O trabalho propõe uma etnografia de uma rede de associações de bairro na Península de Itapagipe, em Salvador. Protagonista de um engajamento na política do espaço dos bairros onde se implantam suas organizações, a rede CAMMPI é abordada para discutir etnograficamente interações entre o movimento social e o Estado, a partir de disputas geradas por intervenções do setor público no espaço urbano. Na abordagem adotada, busco superar visões dicotômicas que contrapõem movimentos sociais e Estado, contestação e institucionalização, para destacar dilemas, tensões e ambiguidades enfrentados por atores envolvidos em interações complexas com instituições estatais. A pesquisa valeu-se de extenso trabalho de campo junto a lideranças de bairro, educadores populares e moradores, acompanhando as rotinas da rede CAMMPI e de seus membros, participando de eventos públicos e de negociações do movimento social com órgãos do Estado. Buscando entender como grupos populares se engajam em disputas espaciais com o Estado e quais os efeitos desta relação de interlocução/parceria, a etnografia revelou que: a) as lutas por moradia que geraram grande parte do solo da península de Itapagipe, desencadearam uma proliferação de relações institucionais através das quais “invasores” foram tornados “cidadãos”. A partir de disputas por um espaço específico, sob a rubrica de reivindicações por cidadania, se constituíram emaranhados institucionais em que estão envolvidos órgãos do Estado, associações de bairro, agências internacionais, igrejas, partidos. b) A alegação de cidadania entra em jogo não só como uma reivindicação por “inclusão”, mas também no movimento inverso, isto é, na busca das instituições de manter-se fincadas no cotidiano do espaço vivido. c) Ambos os movimentos referidos têm consequências na produção do espaço urbano. Eles caracterizam os processos políticos analisados. Envolvem a conformação de emaranhados institucionais a partir de conflitos espaciais, os esforços de manutenção da ancoragem espacial das organizações existentes e a criação de novas entidades de bairro.

Palavras-chave: Cidadania, Movimentos sociais, Rede CAMMPI, Alagados, Política do espaço

ABSTRACT

This work is an ethnography of Rede CAMMPI, a network of neighborhood associations, engaged in local politics of space in Itapagipe Peninsula (Salvador, Brazil). Rede CAMMPI is here approached to ethnographically grounded discussion of the interactions between the social movement and the state, starting from contestation engendered by public sector initiatives in urban space. In this work I move beyond dichotomous understandings of the state and social movements, contestation against institutionalization, in order to highlight dilemmas, tensions and ambiguities faced by actors involved in complex interactions with the public sector. The research used extended fieldwork in collaboration with neighborhood leaders, social educators and residents. I followed Rede CAMMPI through its daily work participating in public events, negotiations with specific state departments. In order to understand how slum residents engage in spatial contestations with the state the ethnography has shown the following: a) struggles for housing in Salvador gave origin to a large extension of soil in Itapagipe Peninsula and resulted the proliferation of institutional relations through which squatters were turned into legitimate “citizens”. Institutional bundles were constituted from a specific contested space (Alagados), under claims for citizenship. Such assemblages, entangle state departments, neighborhood organizations, international organizations, churches and political parties; b) Claims for citizenship as inclusion in state policies, play a role in a reverse movement: the state’s pursuit of holding roots in the daily life of lived space. c) Both these engagements have consequences in production of space. They characterize the political processes hereby analyzed. They comprehend the formation of institutional bundles from spatial contestations, the existing organizations’ efforts to maintain a spatial connection and the creation of new collectives.

Keywords: Citizenship, Social Movements, Rede CAMMPI, Alagados, Politics of space.

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. Pontos de partida	1
3. Questões metodológicas	11
4. Organização dos capítulos	16
CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS TEÓRICOS	19
1.1 Espaço, política do espaço, produção do espaço	19
1.2 Jogos sérios	25
1.3 Emaranhados de cidadania	27
1.4 A espacialização do emaranhado	29
1.5 Cidadania	31
1.5.1 O conceito de cidadania: uma aproximação	32
1.5.2 Entre emancipação e disciplina: notas para uma abordagem etnográfica da cidadania	34
1.5.3 Etnografar processos de cidadania: regimes e práticas de cidadania	36
PARTE I – Como o espaço faz o movimento	38
CAPÍTULO 2 - A REDE CAMMPI E A PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: Topografias da desigualdade, associações de bairro e genealogia de um movimento	39
2.1 Introduzindo Salvador	40
2.2 Topografias soteropolitanas	44
2.3 A rede CAMMPI	50
2.4 Entre o polo industrial e as invasões: a Península de Itapagipe, lugar de associativismo	54
2.5 Uma genealogia do movimento	62
2.6 O modelo dos três setores e a contraposição movimento versus Estado	69
2.7 Um emaranhado institucional de cidadania	77
CAPÍTULO 3 - A MEMÓRIA DA AUTOCONSTRUÇÃO	79
3.1 Alagados: um lugar para morar	80
3.2 O problema habitacional e o estabelecimento do Estado em Alagados	90
3.3 Memória das palafitas, memória da luta	92
3.4 “Aqui tudo era maré”. Palafitas, memória e autoconstrução	97
CAPÍTULO 4 - PALAFITAS, PONTES, VIZINHOS E PUXADINHOS: DA AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA À AUTOCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA	106
4.1 A casa como processo	108
4.2 Autoconstrução, parentesco e vicinalidade	115
4.3 Da construção de casas à construção de associações	118
4.4 As mulheres da laje	125
4.5 Uma organização “puxa” a outra.	127
4.6 Autoconstruir para ter “o seu”	130
PARTE II – Como a rede CAMMPI faz o espaço	133

CAPÍTULO 5 - IMPLANTAÇÃO DA BASE DE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DO URUGUAI: COMUNIDADE VERSUS ESTADO	134
5.2. “Comunidade” e “Estado” e outras dicotomizações: esclarecimentos preliminares	138
5.2.1 “Comunidade”	139
5.2.2 “Estado”	142
5.3 O anúncio da implantação da BCS Uruguai – primeiro ato de um jogo sério	145
5.4 Segundo ato: As reuniões para a organização do seminário	153
5.5 Terceiro ato: O seminário Redes de Segurança no Uruguai	155
5.6 Um ano depois	165
5.7 À guisa de conclusão	167
CAPÍTULO 6 - A REDE CAMMPI ENTRE AGREGAÇÕES E CISÕES, RELAÇÕES CLIENTELISTAS E PARCERIAS	171
6.1 “Que bom ter um chefe!” A rede CAMMPI entre agregações e cisões, relações clientelistas e parcerias	171
6.2 Segmentaridade e processos políticos	184
6.3 O incêndio na Baixa do Petróleo	186
6.4 Aproximações e distanciamentos	188
6.5 O incêndio das palafitas e o problema dos “queimados”	189
6.6 A reunião no ponto do barco	200
6.7 A visita do Governador: o plano emergencial	202
6.8 Os moradores, a rede CAMMPI, a CONDER. Os “de fora”, os “da frente”.	204
6.9 Os encontros com a CONDER	211
6.10 A reunião sobre habitação no escritório de campo da CONDER	211
6.11 Reunião PIDSA – Projeto Integrado de Desenvolvimento Social de Alagados em Narandiba	216
CAPÍTULO 7 - CULTURA, POLÍTICA, MOVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO	222
7.1 Março das mulheres. Um ritual da política.	222
7.2 Entre o palanque e a roda de capoeira: a política e a cultura	228
7.3 Estranhando a cultura	244
7.4 A cultura fez a gente se juntar	254
7.5 Cultura com movimento	259
7.6 Rede REPROTAI	262
7.7 Colégio Solange Hortélio Franco	267
7.8 “Caindo como um peixe na rede” - Iniciação ao movimento	270
7.9 Transformação. “Criando asas para voar”	276
CONCLUSÃO	281
Referências bibliográficas	288
Glossário	302
Anexos	304

Índice das ilustrações

Figura 1 - Mapa racial de pontos	48
Figura 2 - Mapa dos bairros da Península de Itapagipe.	52
Figura 3- Localização da Avenida Caminho de Areia na Península de Itapagipe	55
Figura 4 - Localização das Associações de Bairro.	56
Figura 5 - Etapas da Consolidação dos aterros na Península de Itapagipe.	57
Figura 6 - A Península de Itapagipe e a Enseada Dos Tainheiros em 1930 e 2015.	59
Figura 7 - As Pontes. Alagados, Década de 70.	83
Figura 8 - Uma Ponte Entre Palafitas.	84
Figura 9 - Novos Alagados, Vista Aérea das Palafitas da Enseada do Cabrito.	84
Figura 10 - Constatações Sobre Alagados	87
Figura 11 - Croqui da Enseada dos Tainheiros.....	87
Figura 12 - Grafite Das Palafitas no Pátio Do Colégio Solange Hortélio Franca.....	93
Figura 13 - Grafite Das Palafitas no muro externo do Espaço Cultural Alagados.....	93
Figura 14 - Logomarca do Grupo de Mulheres Ativas do Uruguai.....	94
Figura 15 - Casinha para brincadeiras infantis construída em forma de Palafita.....	94
Figura 16 - A Progressão dos aterros	98
Figura 17 - Invasão do Conjunto João Paulo II.	122
Figura 18 - Área onde ocorreu e se expandiu a ocupação João Paulo II	123
Figura 19 – Palafitas Do Mirante. Palafitas Na Invasão Da Pedra Furada.....	172
Figura 20 – Palafitas Do Mirante.	173
Figura 21 – Obras De Reforma da praça do Conjunto Santa Luzia.	178
Figura 23 – sub-Prefeita Ângela Lisboa na Inauguração da quadra	178
Figura 24 - Mapa da área afetada pelo Incêndio	191
Figura 25 - Baixa Do Petróleo após o incêndio.	192

Figura 26 - Vista Aérea Do Local Do Incêndio.	192
Figura 27 - O Governador Tira Fotos Com Lideranças Locais.	203
Figura 28 - Faixas De Agradecimento Ao Governador.	203
Figura 29 – A organização do evento.	230
Figura 30 - O Palanque Formado.....	233
Figura 31 (A e B) - A Entrega Dos Títulos Fundiários	234
Figura 32 - Conversa com o Governador	238
Figura 33 – Fotografia de grupo lideranças da Cammpi posam com R.Costa e O.Santana...238	
Figura 34 - A roda de Capoeira	240
Figura 35 - O Governador Interagindo com jovens	240
Figura 36 (A,B)- Mestre Pé De Ferro puxa o Governador para a roda de capoeira.....	242

Sumário das abreviaturas

ABDAI – Associação Beneficente Democrática dos Alagados de Itapagipe
ADOCCI Associação Doceiras e Cozinheiras Comunitárias de Itapagipe
AEPI - Associação de Empresários da Península de Itapagipe
ALMM – Associação Livre de Moradores da Mangueira
AMCSL – Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
AMAI – Associação de moradores e amigos de Itapagipe
AMESA – Alagados Melhoramentos S/A
AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente
CAMA pet – Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CECEL - Centro Educacional Comunitário Educação para Libertar
CEJUVE – Conselho Estadual de Juventude
CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COSOC – Coordenação Social
ECA – Espaço Cultural Alagados
EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
FMLF – Fundação Mário Leal Ferreira
GONGOs – organizações não governamentais organizadas por governos
GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra
GT – Grupo de Trabalho
HAMESA – Habitação e Melhoramentos S/A,
ICBIE – Instituto de Cultura Brasil Itália Europa
LBV – Legião da Boa Vontade
LIMPURB – Empresa de Limpeza Urbana
LOUOS – Lei de ordenamento uso e ocupação do solo MEFE – Movimento Educação Formação Evangelização
MEFE – Movimento de educação evangelização
MPE – Ministério Público do Estado
NAI – Núcleo de Articulação Institucional

PCM – Project Cycle Management

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PRDI - Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe

PSF – Programa de Saúde da Família

PRODASEC – Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas

QG – Quartel Geral

SETRAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMPE – Secretaria Municipal de Projetos Especiais

UCSal – Universidade Católica de Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda disputas espaciais na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, a partir do estudo da atuação da Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI, instância aglutinadora dos movimentos de bairro da região.

As disputas consideradas para este estudo referem-se a encontros e conflitos entre cidadãos e o Estado. Neste âmbito, focalizo a atuação de um movimento social composto por ativistas residentes em bairros populares da Península de Itapagipe. A zona em apreço é o resultado da urbanização de áreas alagadiças à beira da Enseada dos Tainheiros, zona esta que se configurou a partir de uma das primeiras invasões¹ ocorridas na cidade, no final da década de 1940: Alagados.

Mediante uma análise etnográfica da atuação da CAMMPI, procuro abordar a espacialização da organização de reivindicações/demandas coletivas dirigidas ao setor público estatal (localmente referidas como “demandas” ou “lutas” por “cidadania”). Faço-o com o objetivo de aprofundar o entendimento das implicações recíprocas de processos contemporâneos de afirmação de cidadania e produção do espaço urbano em Salvador.

1. Pontos de partida

Logo depois da escolha do Brasil como o país que sediará a Copa do Mundo em 2014, anunciaram-se processos de intervenção urbana nas cidades que acolheriam os jogos de futebol ligados ao megaevento esportivo. Através de campanhas midiáticas, anunciavam-se

¹ *Invasão* é um termo que se encontra sempre destacado nesse texto devido à sua densidade de significado diretamente relacionada à política do espaço urbano. Corriqueiramente utilizado para significar o ato de entrar a força, ou até mesmo usurpar, no vocabulário do urbanismo brasileiro e dos movimentos sociais refere-se especificamente à prática de ocupação direta de terras alheias, sem o consenso do proprietário (ou até mesmo contra a sua resistência). Desde 1940, a legislação brasileira qualifica como crime o ato de “invadir” nas circunstâncias especificadas pelo Código Penal (DL n. 2848 de 7 de dezembro de 1940) em seu art. 161 § 1º, II incorre na pena de detenção, de um a seis meses, e multa quem “invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório”. O termo “invasão” é amplamente utilizado na literatura para referir-se aos movimentos de ocupação direta coletiva que tiveram lugar em Salvador desde a década de 40, com uma retomada e intensificação do processo nas décadas de 70-80. No socioleto baiano “invasão” passou a indicar as áreas resultantes de tal prática. Sobre o uso corriqueiro de invasão consultar também a primeira nota do capítulo 1.

investimentos públicos e privados em infraestrutura: a (re)construção de estádios esportivos, a reforma de portos e aeroportos e a realização de obras voltadas para a mobilidade urbana.

A ideia de que tais investimentos iriam beneficiar a população das cidades sede dos jogos era difundida e sintetizada pela expressão “legado da Copa”, recorrente nos discursos veiculados pela mídia de massa, através da qual o evento esportivo tornava-se, nas palavras de Ribeiro e Santos, 2013, “recurso político de legitimação do poder urbano modernizador-conservador” (RIBEIRO e SANTOS, 2013: 24).

A escolha de sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas revelou-se crucial no tocante à “afirmação crescente da lógica do capital na produção e reprodução da cidades”, coisa por Carvalho (2014:251) estimada evidente nos processos de intervenção urbana que caracterizaram as cidades brasileiras nos últimos anos. Este fenômeno está ligado à “governança empreendedorista” (HARVEY, 2005; RIBEIRO e SANTOS, 2013): um novo padrão de governo, responsável por aprofundar a mercantilização das cidades, tendo por eixo da questão urbana a busca de competitividade orientada para atrair capital em circulação a nível global².

Segundo avaliam Carvalho e Pereira (2014), mudanças dessa ordem contribuem “para uma maior diferenciação do território, afetando a distribuição das oportunidades, e ampliando a segregação, a fragmentação e as desigualdades urbanas com uma agravamento das condições de vulnerabilidade de uma ampla parcela da população” (CARVALHO e PEREIRA, 2014:252). Nos anos anteriores à realização da Copa do Mundo 2014, a governança empreendedorista gerou múltiplas violações de direitos legalmente constituídos³. Em consequência, apareceram em todo o Brasil reações a este modelo de intervenção urbana.

A preparação para a Copa do Mundo 2014 no contexto da crise econômica global evidenciou, tanto em Salvador, quanto em outras cidades brasileiras, articulações entre Estado, setor privado e agentes internacionais na formulação das agendas e pautas das políticas urbanas. Esse processo conferiu destaque, nos discursos públicos, à problemática da participação da população nos processos de formulação de prioridades na gestão da cidade.

² O recente empenho neste sentido da prefeitura de Salvador é demonstrado por esforços em atividades de *branding* da cidade, a exemplo da parceria com a entidade “Salvador destination”, realizadora do vídeo promocional de Salvador que, após sua divulgação em 2015, foi duramente criticado em quanto racista nas redes sociais (A TARDE, 2015. <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1718835-video-sobre-salvador-e-considerado-racista-por-internautas>).

³ Para uma relação das violações sofridas pela população das urbes brasileiras remete-se ao dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil (ANCOP, 2014)

As reivindicações de movimentos sociais ganharam, então, uma nova visibilidade. Algumas dessas reivindicações eram motivadas por intervenções específicas diretamente ligadas ao megaevento esportivo. Além disso, demandas antigas e queixas heterogêneas se combinaram com o descontentamento no tocante à atuação das instituições públicas no recepcionamento da Copa, assumindo um tom de contestação. Demandas pelo “fim da corrupção”, articularam-se às demandas por participação e governança democrática e a outras que mergulham suas raízes na história das mobilizações sociais urbanas, vale dizer, no próprio processo de urbanização do Brasil, desde o século XX⁴.

Nas urbes brasileiras, no período anterior à Copa, vários atores mobilizaram-se em torno de reivindicações diversas – provocadas por despejos forçados, decisões de investimentos em determinadas áreas urbanas em detrimento de outras, políticas de segurança etc. — que confluíram nas já famosas “jornadas de junho” de 2013⁵. Essas mobilizações foram baseadas no conceito de direito à cidade, que ganhou assim o debate público e recebeu

⁴ A trajetória da luta pela reforma urbana no Brasil tem seu começo na década de 1960, quando os segmentos progressistas da sociedade brasileira lançavam demandas por reformas estruturais, principalmente no que toca à questão fundiária. No governo do presidente João Goulart, a Reforma Agrária já integrava o plano das “Reformas de Base” (SAULE e UZZO, s/d). A apresentação de uma emenda popular por parte do Movimento Nacional pela Reforma Urbana durante o processo constituinte de 1988, é vista como o ápice do percurso de luta política relacionada à questão urbana no Brasil. Neste percurso, as reivindicações de gestão democrática das cidades entrelaçaram-se a demandas de regulamentação da propriedade imobiliária urbana, da política de habitação, de transportes e serviços públicos. A emenda popular constituiu um ato do MNRU de grande relevância do ponto de vista da participação popular no processo da Constituinte de 1988. (SAULE e UZZO, s/d:260). O texto da Emenda Popular previa uma série de instrumentos tais como “conselhos democráticos, audiências públicas, plebiscitos, referendo popular, iniciativa legislativa e veto às propostas do legislativo” (MARICATO, 1997:311) que faziam da gestão democrática das cidades um dos eixos principais. Segundo Maricato (1997), o Movimento pela Reforma Urbana tem suas raízes nas iniciativas de setores da igreja católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra, com empenho na unificação de lutas urbanas diversas e pontuais emergentes em grande número nas urbes brasileiras a partir de meados da década de 1970 (MARICATO, 1997:309). Com este intuito, a CPT promoveu, no início dos anos 80, a construção da ANSUR - Articulação Nacional do Solo Urbano, voltada para o assessoramento dos movimentos urbanos, a qual em seguida confluiu no Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Todavia é necessário lembrar um evento anterior às mobilizações populares referidas por Maricato, pois, como refere Colina (entrevista por mim realizada em 2014) a proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente formulada no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, organizado pelo IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. Este evento ficou conhecido como “Seminário de Quitandinha”, pelo nome do hotel onde ocorreu, em Petrópolis. O seminário concluiu-se com a redação de uma proposta de projeto de lei que incorporasse os princípios da política habitacional e de reforma urbana aprovados durante o congresso. A realização dessas reformas foi inviabilizada pela ocorrência do golpe militar de 1964, com o qual se instituiu um regime autoritário que durou até 1984. Para um aprofundamento sobre a trajetória da reforma urbana no Brasil consultar Maricato (1997) e Saule e Uzzo, (s/a).

⁵ Os protestos de massa, que se tornaram conhecidos como as “jornadas de junho”, ocorreram em muitas cidades brasileiras no momento imediatamente anterior à os jogos da Copa das Confederações. Inicialmente surgiram, em 2013, para contestar os aumentos nas tarifas do transporte público em algumas capitais, mas logo em seguida as contestações estenderam-se a temas considerados mais amplos como a gestão dos públicos e indignação pela corrupção no sistema político institucional. De imediato os protestos não receberam visibilidade na televisão nacional, gerando mais repercussão nas mídias sociais e na mídia estrangeira.

amplo destaque a nível global⁶.

Tornou-se visível no período a apropriação política do referida lema, não só por parte de movimentos sociais, como também por órgãos governamentais, desde a ONU a corporações diversas. A noção de direito à cidade viu-se até promovida a categoria de análise, na teoria urbana. Em Salvador, a multiplicidade de apelos ao direito à cidade é ilustrada por numerosos eventos, transcorridos após 2010⁷.

A conjuntura aqui brevemente evocada teria gerado um revigoramento da ação dos movimentos no tocante à questão urbana. Darei um só exemplo desse reforço: a articulação de movimentos sociais urbanos em todo o país numa rede de Comitês Populares da Copa, rede esta que organizou e publicou o Dossiê intitulado *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil* (2014).

Em Salvador, a CAMMPI lançou, em 2011, a campanha “Se a copa é boa eu também quero”, com o objetivo de negociar com o Governo do Estado e do Município, por ocasião dos investimentos para a Copa do Mundo de 2014, soluções para as “deficiências da infraestrutura, de transporte, saneamento básico, trabalho, habitação, saúde e segurança” (CAMMPI, 2011). A campanha agregou, em um segundo momento, outras organizações e

⁶ O direito à cidade é o título de um clássico da década de 1960, obra do filósofo francês Henri Lefebvre (1991). Mediante a afirmação do direito à cidade, Lefebvre politiza a produção social do espaço assumindo a ótica dos cidadãos, ou seja, assentando o direito à cidade na luta cidadã pelo direito de criação e fruição plena do espaço urbano. Inicialmente um lema discutido e colocado em prática pelos movimentos sociais brasileiros entre a década de 80 e 90 (FERNANDES, 2007:212; FRIENDLY, 2013:158), o direito à cidade tornou-se, hoje, um paradigma prestigioso a nível global. Em contexto bem diferente daquele que marcou seu nascimento, o conceito de direito à cidade de Lefebvre foi incorporado em distintas abordagens teóricas, sendo utilizado como categoria de análise na teoria urbana contemporânea, ao tempo em que se tornou objeto de uma apropriação político-ideológica. Alcançou muito sucesso como mote de reivindicação por parte de diversos atores, a partir do Fórum Social Mundial de 2001, em virtude do poder de difusão deste Fórum numa rede internacional de opinião pública. Assim veio a estabelecer uma conexão local-global em Conferências e Fóruns ao redor do mundo, em medida maior após o engajamento da ONU, que, em 2010, levou essa noção para o título do Fórum Urbano Mundial *“The right to the city: Bridging the urban divide”*. O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) define o direito à cidade como direito fundamental, concernente à participação dos habitantes das cidades na definição legítima do destino que elas devem seguir. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento ambiental, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Abrange ainda o respeito às minorias, à pluralidade étnica, sexual e cultural e o usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado (MARTINS, 2006:134). Kuymulu (2014) analisa as apropriações políticas de reivindicações do direito à cidade, mostrando como nas ambiguidades da teoria lefebvriana reside a possibilidade de apropriações do lema por atores diversos – com projetos divergentes –, como agências das Nações Unidas, movimentos populares, órgãos governamentais e até corporações.

⁷ Dentre todos reporto seminários em que participei em qualidade de ouvinte, na fase de formulação do projeto para esta pesquisa, em 2011: “Planejamento urbano e gestão ambiental”, promovido pelo Movimento Vozes de Salvador e pela Rede de Profissionais Solidários, em conjunto com o Fórum A Cidade Também É Nossa; o “Seminário Nacional Direito à Cidade e Responsabilidade Territorial: 10 anos do Estatuto da Cidade” e o Seminário “UrBA 11, direito à cidade, cidade de direito”, promovido pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, ambos ocorridos na Faculdade de Arquitetura da UFBA.

movimentos. Tornou-se, assim, referente soteropolitano da articulação nacional dos comitês populares. É neste cenário que começa meu interesse por esta organização.

No início da pesquisa de campo, em Salvador, além da preparação para o megaevento de 2014, vários projetos de requalificação urbana e de infraestrutura estavam engajando diferentes níveis do Estado em articulação com o setor privado, exibindo uma adesão somente formal a modelos de gestão supostamente participativos. Isto estimulava numerosos debates, em diversas esferas, sobre temas como “direito à cidade”, espaço público e política urbana, eventos em que se afirmava a necessidade de uma cidadania organizada e participativa.

Independentemente da intensificação das discussões instigadas pela realização da Copa, a gestão da política urbana em Salvador⁸ já estava sendo alvo, havia um decênio, de numerosas críticas provenientes de diversos setores da sociedade civil organizada e de alguns setores do Estado⁹. Quando comecei a conceber esta pesquisa, já havia, em diversas instâncias, o consenso de que a negociação da política urbana não estava acontecendo de acordo com o disposto em lei, isto é, não vinha sendo feita com a “participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade” – como estabelece o art. 45 do Estatuto da Cidade – , mas sim exclusivamente com a ingerência dos grandes empresários, num balcão de negócios em que se confundiam interesses públicos e privados, excluindo a população e minimizando “o importante papel de avaliações técnicas voltadas para o interesse público” (VON HAUENSCHILD, 2011).

Discussões ferventes, onde o direito à cidade era associado à cidadania participativa, então tinham lugar em fóruns, audiências públicas e outros eventos. Nesses âmbitos e até

⁸ Refiro-me aqui a políticas implementadas pelo governo estadual, mas principalmente à gestão do prefeito João Henrique (até 2012) e à atual, de ACM neto. As críticas direcionadas às respectivas gestões são em parte diferentes: enquanto o primeiro foi acusado pela população e pela sociedade civil organizada de ter deixado Salvador em completo abandono durante 8 anos, o segundo mostrou-se mais apreciado por ter tomado algumas providências do ponto de vista da gestão rotineira da cidade, particularmente na melhoria do capeamento das vias urbanas, da iluminação pública e da coleta de lixo. Diversas camadas da sociedade civil (membros de associações de base popular e participantes de organizações das camadas médias-altas) criticam, todavia, ambas as gestões por ter “vendido a cidade aos empreiteiros” e não respeitar os procedimentos democráticos previstos na lei federal de 2001 (conhecida como Estatuto da Cidade) na tomada de decisões a respeito da cidade de Salvador.

⁹ Uma das grandes reclamações da sociedade civil tem a ver com a resistência do atual prefeito à participação dos munícipes na negociação das políticas públicas urbanas. Há um consenso de muitos atores da sociedade civil sobre o fato de que a cidade está passando por uma crise, que é ao mesmo tempo urbana, administrativa, financeira e política (DANTAS, 2011). Especialistas de urbanismo (expoentes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia – IAB, e do Conselho Regional de Engenharia, de Arquitetura da Bahia – CREA-BA, assim como do CAU-BA) acusam o enfraquecimento do planejamento urbano. O contato da pesquisadora com estes profissionais provém do acompanhamento do Movimento Vozes de Salvador, que reúne cidadãos, associações civis e ONGs com o objetivo de discutir a crise de Salvador, cf. Carta Manifesto de Vozes de Salvador, em <http://imprensaufba.blogspot.com/2008/09/carta-manifesto-do-movimento-vozes-de.html> , acesso em outubro de 2011.

mesmo em protestos de rua se questionava o mandato do Prefeito João Henrique e projetos de grande obras de mobilidade a serem realizadas em Salvador. Militantes de movimentos sociais (quer populares, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Passe Livre, quer de classe média, como o Desocupa), acadêmicos e profissionais das ciências sociais e do urbanismo – historicamente vinculados ao movimento pela reforma urbana – denunciavam o modelo da governança empreendedorista e interrogavam-se sobre o legado que a Copa deixaria para a cidade. Estes questionamentos a nível de política urbana nacional combinavam-se à insatisfação gerada por circunstâncias locais. Baste mencionar aqui duas ocorrências:

(1) A ação do prefeito de Salvador, João Henrique Barradas Carneiro, que, no final de seu mandato (em dezembro de 2011), sancionou uma Lei de ordenamento, uso e ocupação do solo – LOUOS, eivada de importantes emendas ao PDDU¹⁰, favorecendo os interesses do capital imobiliário, mas com restrições ilegítimas às possibilidades de participação da sociedade civil na tomada de decisões na matéria.

(2) A notícia da realização de “megaobras” de mobilidade pelo governo do Estado e pela Prefeitura Municipal, com destaque respetivamente para a ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica e o projeto Linha Viva, “uma via pedagiada privada, que cortaria bairros populares consolidados para garantir espaço para os automóveis” (CARVALHO e PEREIRA 2014:255).

Ambas as ocorrências suscitaram protestos e manifestações diversas que foram levados como bandeiras também nas jornadas de junho, em Salvador.

Em todas as mobilizações mencionadas, posições diferentes tomaram a forma de reivindicação do direito à cidade. E mesmo quando divergiam, formalizaram-se com apoio nas noções de “participação” e “cidadania”. Trata-se, como Dagnino (2004) enfatiza, de conceitos historicamente importantes na história dos movimentos sociais no Brasil, centrais

¹⁰ Entre as emendas aprovadas, estava a que visava reduzir os poderes e representatividade do Conselho da Cidade e do Conselho Municipal do Meio Ambiente. Foi sancionada também “a ampliação do gabarito da orla marítima, permitindo a construção de prédios de até 27 pavimentos (54 metros) e permitindo que os edifícios exerçam sombreamento nas praias antes das 10 horas e a partir das 14 horas. Também virou lei a extinção do Parque Ecológico do Vale Encantado, área de reserva de mata atlântica, com um milhão de metros quadrados, localizada entre a Avenida Paralela e a orla. Outra emenda comportou a criação de nove perímetros destinados à construção de hotéis – do Lobato, no subúrbio ferroviário, a Itapuã.” (Movimento Desocupa, 2012). É importante destacar que em seguida a ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público da Bahia, ADIn nº 0303489-40.2012.8.05.0000 que versava sobre a inconstitucionalidade das leis municipais nº 8.167/2012, 8.378/2012 e 8.379/2012 (relativas respetivamente ao PDDU e à LOUOS de Salvador, o tribunal de justiça TJ/BA declarou parcialmente inconstitucional a lei nº 8.167/2012 e totalmente inconstitucional as leis nº 8.378/2012 e 8.379/2012, em 2014. Este resultado foi obtido em grande parte graças à pressão exercida pelos membros do movimento Desocupa, que esteve ativamente articulado nessa configuração especialmente até 2012 (cf. <https://www.facebook.com/groups/movimentodesocupa/search/?query=ADIN>).

para as mobilizações que a partir do final da década de 70 e ao longo da década de 80 reivindicavam acesso a equipamentos urbanos e se organizavam em torno de questões como gênero, raça, etnia (DAGNINO 2004:103).

Neste cenário, ONGs, associações, movimentos¹¹, grupos de pesquisa da universidade pública, profissionais do setor urbanístico e funcionários de alguns setores do Estado articulavam-se para exercer pressão política sobre os órgãos públicos responsáveis pela formulação de políticas de gestão da cidade, expressando as próprias demandas de participação e exigindo do governo municipal a instalação do Conselho da Cidade em Salvador¹².

Nos discursos em circulação no meio desta militância, chamou a minha atenção uma suposta diferenciação, segundo a qual uma parte da sociedade civil organizada, principalmente ONGs da classe média, fóruns compostos por entidades profissionais, se organizaria e atuaria ao redor de causas tidas como de interesse comum e geral (a exemplo do “direito à cidade”, “controle social”, “meio ambiente” e outros “bens comuns”). De outro lado, as organizações compostas por segmentos oriundos das camadas populares, principalmente associações e entidades de moradores de bairros da periferia, eram tidas como atuantes em relação a problemáticas “locais”, mais ligadas às regiões onde residem.

A ideia desta pesquisa começou a tomar forma nessas circunstâncias, ou seja, em um momento em que eu estava começando a envolver-me em movimentos e discussões sobre o “direito à cidade” surgidos no meio universitário soteropolitano. Somava-se o novo empenho, de natureza acadêmica, a meu interesse por atividades reivindicatórias e contestatórias de atos e decisões do setor público relativos ao espaço urbano, movimentações em que se envolviam moradores de bairros da periferia da cidade.

Dois foram os motivos que me levaram a escolher como ponto de partida para meu estudo a Península de Itapagipe. Esta escolha se deu a partir de acontecimentos que ganharam

¹¹ Sobre os movimentos sociais brasileiros existe uma grande produção, principalmente no campo da sociologia. Tratarei desta literatura, que foi particularmente frutuosa nas décadas de 70 e 80 mais adiante, ao expor a perspectiva metodológica que adoto. Uma revisão das ações coletivas e dos movimentos sociais como objeto de estudo na contemporaneidade pode ser encontrada no dossiê da revista Caderno CRH, vol.21, n.54, 2008.

¹² O Estatuto da Cidade, lei 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira, e estabelece, entre outros aspectos, o princípio da gestão democrática da cidade (art.43), prescrevendo o emprego de instrumentos tais como órgãos colegiadas de política urbana (a nível nacional estadual e municipal), além de debates, audiências, consultas públicas etc. Em cumprimento de tal dispositivo legal, em numerosas urbes brasileiras foram instituídos Conselhos da Cidade e Conselhos de Orçamento Participativo. Em acordo com isso, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, aprovado em 2008 (PDDU 2007, art. 292, inciso II da Lei No 7.400/2008), impõe a instituição do Conselho da Cidade, organismo de participação na gestão do espaço urbano. Todavia, apesar de sua previsão pelo PDDU, o Conselho só foi empossado em outubro de 2014, durante o primeiro mandato de ACM Neto.

visibilidade durante o referido período: (1) a campanha “Se a Copa é boa eu também quero”, da rede CAMMPI e (2) um fato ocorrido havia pouco tempo: uma iniciativa do Prefeito João Henrique (PMDB), o qual, em 2009, através de decreto, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação¹³, uma área 324 mil metros quadrados na Cidade Baixa soteropolitana.

Essas ocorrências me sugeriram que no dito lugar havia uma forte organização de moradores e interesses capaz de contestar a possibilidade de intervenções na estrutura urbana do local. Isso fazia da Península um lugar interessante para investigar as dinâmicas do engajamento cívico relacionado ao espaço urbano de segmentos populares. As perguntas que nortearam essas fases iniciais foram: Como se dão as contestações? Quem são os atores envolvidos? Como e por que as pessoas se juntam ou se engajam em coletivos dessa ordem? Como se dá a relação entre tais coletivos e outros atores (moradores não engajados, técnicos do Estado que desempenham trabalho social, partidos políticos, outros militantes)? Que noções (cidadania, direitos etc.) são mobilizadas nesses processos? E qual é a relação entre esses regimes de engajamento e a produção do espaço urbano? Que tipo de espaços e de “cidadãos” são assim produzidos?

2. Movimentos sociais, política, Estado

Na Península de Itapagipe existe uma maciça presença de associações de bairro e de outras organizações locais¹⁴. Um número significativo dessas entidades declara ter nascido do processo das invasões, no bojo das quais deu-se, no século passado, a urbanização de uma ampla área da atual península, mediante palafitas, aterros e casas de autoconstrução. Frequentemente os ativistas comunitários referem-se a esta origem para enfatizar o laço com uma luta que gerou o solo onde hoje eles vivem e trabalham: a luta pela construção de um lugar para morar.

A criação de bairros mediante autoconstrução ocorreu em diversas regiões de Salvador. O que faz da Península de Itapagipe um caso de urbanização radical, considerado referência no meio dos movimentos sociais das periferias soteropolitanas, é que o processo não se deu através da mera construção de barracos e reivindicação de equipamentos, mas

¹³ A área em questão compreendia casarões e prédios situados entre a feira de São Joaquim e a ponta do Humaitá. Pretendia-se realizar um ambicioso projeto de “requalificação” urbana da orla da Baía no trecho da Península de Itapagipe. Uma forte reação da população residente da região, manifesta nos veículos de comunicação da capital baiana e reforçada por posicionamentos de professores universitários e políticos profissionais, teria feito o alcaide desistir do projeto. Segundo moradores da região me contaram anos depois, tudo se resolveu porque “gente grande” tinha propriedade na área declarada de utilidade pública.

¹⁴ Ver anexo 5 para conferir algumas relações de organizações locais.

mediante a criação de uma porção de solo, como explicarei melhor mais adiante. A denominação Alagados refere-se, hoje, a um espaço (e a um tempo) em que áreas alagadiças eram ocupadas por palafitas¹⁵. Nem todos os soteropolitanos conheceram diretamente este lugar na beira da Enseada dos Tainheiros. Todavia, no imaginário soteropolitano, Alagados existe e remete a um espaço muito estigmatizado, ao qual estão associadas ideias de carência extrema e violência.

Devido à atividade dos moradores e, em seguida, a intervenções do poder público e de organizações internacionais, essas áreas alagadiças foram consolidadas mediante aterros sucessivos e obras urbanísticas. Onde antigamente “só existia maré”¹⁶, lama e palafitas, hoje surgem bairros populares – por vezes categorizados como favelas ou simplesmente periferia. Para referir-se a estes bairros, utilizam-se hoje em dia os topônimos dos bairros de terra firme, nomes tornados extensivos às áreas ganhas ao mar. Chega a ser raro encontrar-se um morador que, indagado sobre seu lugar de moradia, responda: “Alagados”. Todavia, em contextos comunitários ainda se faz referência a este nome, ao tempo/espaço da “resistência”. A memória da luta pela moradia é, nesses meios, altamente valorizada, tanto que “Alagados” permanece nos nomes de centros culturais, associações locais e nas falas de lideranças e ativistas.

Associações de moradores da região atualmente ativas no território se apresentam como herança/resultado dessa histórica mobilização e consideram o “movimento” como denominador comum das diversas atividades comunitárias que desempenham: atividades culturais de várias naturezas (dança, capoeira, círculos de leitura, entre outras), educação em escolas comunitárias, treinamentos profissionais, apoio a cooperativas locais, formação de grupos de artistas, intermediação para a obtenção de serviços públicos (de educação, saúde, etc.), preparação para o primeiro emprego.

Outro ponto comum às ações das organizações e associações da Península de Itapagipe tornou-se evidente ao longo da observação: trata-se da “conscientização” e do “empoderamento” da população negra e a promoção da politização da questão racial, julgada essencial para a formação de “cidadãos aptos a lidar com a desigualdade” como se lê na missão da Rede REPROTAI, uma organização de jovens da Península, (REPROTAI, 2014).

Desde os primeiros momentos em que entrei em contato com lideranças e ativistas das associações e organizações locais, fez-se evidente o consenso sobre o fato de que, desde a

¹⁵ Segundo os registros disponíveis, a *invasão* de Alagados começou em 1949 perto de onde surgia o solar do Coronel, na Avenida Caminho de Areia (Miranda, 2008).

¹⁶ Cf. Glossário

primeira eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, e de Jaques Wagner como Governador da Bahia, em 2006, os movimentos sociais tiveram uma crescente legitimação. Durante o período da pesquisa de campo, três lideranças das associações comunitárias da Península de Itapagipe estavam ocupando postos públicos nas Secretarias do Estado, especificamente Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria da Cultura, enquanto outros participavam de Conselhos gestores municipais. Algumas organizações de bairro, que hoje contam com membros experientes em captação e gestão de recursos públicos e privados e em produção cultural, recebiam verba pública mediante editais (principalmente recursos locais de fomento à cultura) e estabeleciam parcerias com empresas, ONGs e outras organizações internacionais.

Estes fatos suscitavam contínuas reflexões e até mesmo desacordos, no interior dos grupos, que frequentemente problematizam sua identidade e seu papel – “estamos atuando como Estado ou como movimento?”. Discutia-se a atuação das associações, tendo em vista que, com frequência cada vez maior, ela consistia na “execução de tarefas programadas, que serão monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir” (GOHN, 2008: 444).

Todos concordavam sobre um ponto: ao tempo em que se tornaram disponíveis novas condições e arenas de participação e espaços públicos de debate, consoante o governo deu maior legitimação à atuação dos movimentos, inegavelmente ocorreram mudanças em seu modo de atuar.

Parte da atuação da rede CAMMPI consiste, hoje, em fazer-se, enquanto representante dos moradores da Península, interlocutora legítima dos vários níveis de governo que implementam políticas públicas na Península. Isso acarretou, ao longo das últimas décadas, um processo de profissionalização e formalização (em medida variada) das associações que compõem a rede. Há quem considere este fenômeno uma exigência estrutural ou conjuntural, visto como, a fim de receber recursos e repasse de verbas governamentais os movimentos precisam criar associações registradas (GOHN, 2008), entrando em relação de colaboração com o Estado¹⁷.

Dagnino (2008) já enfatizou como o engajamento de setores da sociedade civil junto ao Estado, nas instâncias de participação, é o terreno através do qual se dá a “interlocução entre o projeto neoliberal, que ocupa majoritariamente o aparato do Estado, com o projeto participativo” (DAGNINO 2008:99).

¹⁷ Essa mudança nas relações entre o Estado e os setores da sociedade civil comprometidos com o projeto participativo democratizante remonta à década de 1990, quando os movimentos sociais passaram a substituir o confronto aberto por uma aposta nas possibilidades de uma atuação conjunta.

Na imagem de movimento social¹⁸ que emerge da etnografia o leitor encontrará sem dúvida algumas das características que remetem aos atributos dos movimentos teorizados como Novos Movimentos Sociais, dentre outros padrões, a ênfase em suas práticas articulatórias (OFFE, 1985; LACLAU 1986, 2005; GOHN, 2008). Todavia, não considero proveitoso enunciar uma definição de movimento social *ex ante* ou propor que se enxergue a ação da CAMMPI pelas lentes de uma das diversas teorias de ação coletiva ou dos movimentos sociais¹⁹. Prefiro, ao contrário, conduzir minha elaboração seguindo a trilha das disputas presenciadas em campo, isto é, partindo da abordagem etnográfica de contestações espaciais em ato, num movimento inverso ao que vai da teoria para a esfera empírica²⁰.

3. Questões metodológicas

Há décadas, a antropologia reflete sobre as dificuldades postas pela investigação de realidades consideradas (etnocentricamente) como “complexas”. Esta reflexão torna-se indispensável para o antropólogo que faz pesquisa em cidades. Os problemas começam com a tarefa de delimitar o recorte empírico da investigação. Como evitar a “tentação da aldeia” (MAGNANI e TORRES, 2000) na abordagem de uma metrópole?

Vários autores já dirigiram suas críticas aos chamados “estudos de comunidade”, mostrando seus limites quando se trata de entender realidades como o Estado-nação (WOLF, 1966) ou a “sociedade total” (LEEDS e LEEDS, 1978). Ao considerar o estudo antropológico de sociedades complexas, Wolf (1966), Leeds e Leeds (1978) afirmam que uma nação, ou sociedade, não se constitui pela soma das comunidades nela existentes. Segundo Wolf (1966) “não se pode esperar construir um modelo de funcionamento da sociedade mais ampla

¹⁸ No que toca ao tema desta pesquisa, o socioleto local incorporou numerosos termos comuns nas ciências sociais e na linguagem técnica da área jurídica ou da administração (gestão social e gestão do desenvolvimento) como *rede*, *movimento*, *invasão*, entre outros. Seu uso frequentemente enfatiza a profissionalização de quem os emprega. O fenômeno é oriundo de interações análogas às que abordo na etnografia. Como consequência, as noções referidas por esses termos receberam uma nova carga semântica, o que me faz abordá-los como termos nativos. Como lembrete desta advertência, optei por deixar essas palavras frisadas em itálico. O leitor encontrará em itálico também palavras em idiomas estrangeiros.

¹⁹ Para um balanço do debate sobre movimentos sociais consultar Alonso (2009). Mostra-se oportuna a consulta a Ippolito O'Donnell (2010, p.11-33) para uma recapitulação sucinta de várias abordagens da ação coletiva empregadas no campo de pesquisa denominado *contentious politics* (é pouco usada em português a tradução literal “política contenciosa”).

²⁰ Estudos empíricos de movimentos sociais ou abordagens que não definem rigorosamente o que é um movimento social têm sido criticados por falta de teorização. A este tipo de crítica oponho a posição de Edelman (2001), para quem as pesquisas de teóricos do processo político e dos Novos Movimentos Sociais poderiam beneficiar-se de abordagens capazes de dar mais relevância a processos culturais, históricos, e (principalmente) à experiência vivida pelos participantes dos movimentos. Segundo o autor, isto só se torna possível mediante etnografia, narrativas orais e história documental (EDELMAN, 2001:309).

simplesmente acumulando estudos de comunidades” (WOLF, 1966:1066, tradução minha).

Outro risco que o antropólogo interessado em cidade corre é o de pressupor a existência de um nível macro (ou global) sobredeterminante e um nível micro (local) sobredeterminado. Pior ainda: o local pode acabar sendo considerado parte do global (que nesse caso se vê como um todo, uma totalidade).

Marcus (1995) já mostrou como estes problemas, relacionados às etnografias, aumentam à medida em que seus objetos de estudo complexificam-se. Ao lidar com macroprocessos associados à economia política capitalista ou ao sistema mundial, os antropólogos por vezes enfrentam um embaraço notável: o nível micro (as “comunidades”) e o nível macro (o “sistema mundial”, ou o “Estado”, ou a “cidade”) parecem exigir registros e metodologias diferentes. Não raro ocorre que o pesquisador sintá-se um tanto desarmado e lance mão de categorias de outras ciências sociais, incorporando-as sem uma adequada problematização. Também pode acontecer que ele perca a oportunidade de valer-se de ferramentas analíticas e conceituais de nossa disciplina dotadas de real eficácia.

Ao considerar etnografias multilocais (*multi-sited*) como alternativa à etnografia mono-local (*single-sited*), Marcus propõe uma alternativa ao estudo intensivo focado em um local e contextualizado na construção macro de uma ordem social mais ampla. O método proposto por Marcus convida a desenvolver estratégias para reconhecer conceitos macro-teóricos e narrativas do “sistema mundo” sem se apoiar neles para construir um *contexto* destinado a *emoldurar* um conjunto de atores, sujeitos etc.²¹

A estas considerações acrescento outra reflexão provocada pelo autor e suscitada pelo trabalho de campo: determinados objetos de estudo impõem ao antropólogo a necessidade de configurar diferentemente o chamado “recorte empírico”. No caso desta pesquisa, ao tomar como objeto noções que aparecem somente no diálogo entre cidadãos (ou moradores de uma determinada localidade) e Estado (isto é lemas como cidadania, direito à cidade, participação), o recorte do estudo não pode ser pensado *a priori* como uma localidade ou um determinado grupo de pessoas. Uma tal construção só pode ser feita através da experiência etnográfica. Antes de ir a campo, eu podia imaginar que este estudo acarretaria algum deslocamento, podia imaginar pontos de partida convenientes para “seguir pessoas”, ou “seguir conflitos” (MARCUS,1995:100;106), mas não podia ainda imaginar a conformação espacial que a pesquisa iria assumir.

²¹ A importância de se evitar o uso do sistema mundial apenas como um enquadramento teórico holístico, um mero contexto ao estudo de localidades, bem como evitar o emprego seja de sistemas locais, seja do sistema mundial, como totalidades.

Uma guinada na pesquisa deu-se justamente quando percebi que, ao invés de tentar ampliar o número de interlocutores do movimento social, o número de organizações de bairro ou de atividades a acompanhar em seu cotidiano — a fim de aprender mais sobre os engajamentos dos moradores nas “lutas” por “cidadania” — eu deveria olhar atentamente para os laços entre os que estavam engajados no “movimento” e entre estes e o “Estado”. Em campo, estas conexões eram encarnadas por moradores que se moviam, por assim dizer, nos dois âmbitos considerados opostos, atuando ora “enquanto “movimento”, ora enquanto “Estado”. Comecei, então, a olhar para o movimento e para o Estado como dois entes não tão contrapostos assim. Eles não estavam totalmente separados nas pessoas das lideranças locais, nem apartados no espaço do bairro (apesar das queixas que eu ouvia frequentemente sobre o “abandono do Estado” ou a “ausência do Estado” no local). A partir deste novo olhar, ao invés de empreender uma crítica da cooptação dos ativistas (coisa que descaracterizaria o movimento enquanto movimento social), decidi focalizar as articulações e os agentes que as tornavam efetivas, examinando sua prática cotidiana. Esta re-configuração da unidade de análise revelou-me um campo muito mais interessante para a investigação antropológica: abriu caminho para a apreensão etnográfica do modo *como se faz* o movimento e também da maneira *como se faz* o Estado.

Comecei a frequentar as reuniões da rede CAMMPI durante o primeiro semestre de 2014, após as mobilizações de junho de 2013 e pouco antes do início dos jogos da Copa do Mundo, em junho de 2014. Naquele momento, a campanha “Se a copa é boa eu também quero” e o “Comitê Popular da Copa” já não ocupavam mais um espaço significativo na agenda da rede e de outras organizações em Salvador.

A CAMMPI se apresentava, então, como um conjunto de organizações de bairro do “território da Península de Itapagipe”. Nascera em 1998, de uma iniciativa do PNUD – Programa de desenvolvimento das Nações Unidas. Membros da CAMMPI relatam hoje que em 1998 o PNUD chegou à Península de Itapagipe para realizar um programa de desenvolvimento econômico, mas, ao encontrar um tecido associativo muito denso, teve de reorientar o projeto e optou por promover a organização de uma rede de organizações e capacitá-la para o desenvolvimento do território.

Entraram a fazer parte da CAMMPI: organizações já existentes no território da Península de Itapagipe (como a Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, o Grupo de União e Consciência Negra – GRUCON, a Associação livre dos Moradores da Mangueira - ALMM, a Associação Beneficente Democrática dos Alagados de Itapagipe –

ABDAI) e entidades cuja criação foi estimulada pela agência internacional PNUD (como ADOCCI, CAMApet) além de alguns grupos surgidos posteriormente²². Eram intenções do PNUD: promover, entre as organizações ou pessoas ativamente envolvidas, um trabalho de cooperação em rede; estimular as competências de cada entidade, aproveitando suas vocações específicas e reorientando seu trabalho a fim de que visasse o desenvolvimento do território da Península como um todo.

A rede CAMMPI nasceu, pois, formada por numerosas organizações, associações e grupos de moradores da região da Enseada dos Tainheiros — onde surgiam os Alagados, já tornados símbolo da miséria urbana — e por entidades e grupos artísticos, ou esportivos, oriundos de regiões da Península com ocupação de classe média (os bairros ditos *nobres*). Em muitos casos, estas organizações surgiram com o objetivo de resolver problemas de espaços específicos (uma rua, um bairro, uma *invasão*), ou com o propósito de agrupar categorias profissionais particulares (rendeiras, doceiras, cozinheiras). Enfim, cada uma delas diferia da outra por origem, missão, visão política, tipologia de atividades e projetos. A rede era também uma tentativa do projeto do PNUD de consolidar o vínculo das atividades dessas entidades com uma unidade territorial maior, a península de Itapagipe.

O fato de algumas organizações terem surgido em zonas contíguas mas que não compartilhavam da mesma história de urbanização de Alagados influenciou muito os respectivos projetos assim como as interpretações do que seria uma *rede* e sua finalidade.

Vale acrescentar que várias organizações formadas *ex novo* entraram a fazer parte da CAMMPI no início do projeto. Agruparam pessoas que já tinham algum envolvimento com as organizações de Alagados e consideravam-se de certo modo nascidas a partir delas. Além disso, entraram a fazer parte da CAMMPI também algumas organizações do Subúrbio (como a Associação de moradores de Joanes Leste, membro ativo da rede até hoje, a associação de Moradores da Ilha do Rato). Essas organizações têm sua origem nas ocupações em palafitas do Lobato e guardam uma importante relação de proximidade simbólica e geográfica com os Alagados (bairros Uruguai, Massaranduba, Jardim Cruzeiro/Vila Ruy Barbosa, Mangueira, anexo 2)²³.

Em seu auge, a CAMMPI contou com 48 organizações e uma estrutura organizacional bastante sofisticada, assessoria de comunicação, encontros plenários semanais abertos ao

²² Cf. Anexo 6 para uma relação das associações.

²³ Essa proximidade é reconhecida numa das diversas subdivisões administrativas de Salvador. Ao invés de fazer parte da área contígua do Subúrbio, a área costeira da Enseada até o Lobato é de competência da Prefeitura Bairro da Península de Itapagipe.

público, grupos de trabalho temáticos que se reuniam mensalmente. Nessa época, a rede editava também um jornal. Além das organizações de bairro e grupos culturais, participavam dela segmentos do empresariado da região (como o Outlet Center²⁴). Existia também um Núcleo de Articulação Institucional voltado para o setor público.

Em 2014, no momento em que eu me aproximei da CAMMPI, os membros não eram mais tão numerosos, por diversas razões. Apesar de ocorrerem reuniões semanais que contavam com uma participação a meu ver consistente, alguns participantes avaliavam que a rede estava desarticulada. As reuniões semanais ocorriam no Espaço Cultural Alagados, no fim de linha do Uruguai. As organizações partícipes eram quase todas da área denominada “fim de linha”²⁵, com exceção da ABEAC (Ribeira), da ABDAI (Massaranduba/Mangueira), CECEL (Mangueira) e da Creche Comunitária Joanes Leste (Conjunto Habitacional Joanes Leste).

Quanto aos ex-membros, tratava-se de organizações que, por diversas razões, estavam temporariamente paradas (adormecidas), sem pessoal que pudesse frequentar as reuniões e atividades da CAMMPI, ou de organizações definitivamente desativadas, entidades que se afastaram por perseguir projetos diferentes, ou mesmo em consequência de conflitos abertos. Com o tempo, reparei também que algumas organizações pouco assíduas às reuniões se reaproximavam quando careciam de ‘articulação’²⁶, ou quando desejavam participar de contestações motivadas por intervenções específicas que as afetavam de modo particular. O mesmo acontecia quando havia a possibilidade de participar de ‘projetos’ que requeressem o fazer parte de uma rede.

Ao longo da pesquisa de campo, dediquei uma fase inicial à observação participante em reuniões concernentes à cidade de Salvador. Em seguida, após passar a residir por dois anos no bairro de Roma, na Península de Itapagipe, pude acompanhar o cotidiano da rede CAMMPI durante 13 meses (entre março 2014 e abril 2015), não me limitando à observação

²⁴ Pequeno shopping center localizado na rua direta do Uruguai, nascido com a proposta de comercializar os produtos das pequenas empresas de confecção da região. A família proprietária do Outlet center pertence Rosemma Malouf, Secretária Municipal da Ordem Pública, durante a gestão do Prefeito ACM Neto, à época do trabalho de campo.

²⁵ Examinando os dados resultantes das entrevistas que conduzi com as lideranças na última fase do trabalho de campo me dei conta que todavia, que embora muitas sedes de associações estivessem situadas no fim de linha e nos seus arredores, nem todos os membros das associações eram moradores dessa região. Estes residiam em sua maioria nos bairros Uruguai, Massaranduba, Jardim Cruzeiro e Mangueira.

²⁶ Estou aqui utilizando o termo ‘articulação’ no sentido êmico, que envolve uma conexão passível de ser entendida como associação efêmera, quer ocasionada por um motivo circunstancial, quer representativa de criação ou expansão de alianças mais duradouras. O termo está no vocabulário da filosofia política e será retomado mais adiante neste sentido *étic* pois é relevante para minha abordagem de alguns conceitos analíticos desta tese.

nas sedes das organizações de bairro, mas deixando-me envolver em atividades e acontecimentos onde houvesse encontro entre movimento e Estado. A pesquisa de campo levou-me, portanto, à participação em eventos oficiais (como inaugurações de equipamentos públicos ou entrega de títulos fundiários), reuniões com técnicos de governo, ONGs estrangeiras e membros do movimento, conversas particulares e públicas sobre o trabalho do Estado e sobre o movimento. Me dediquei particularmente à observação da interação entre os participantes do movimento com outros residentes da Península e com os técnicos de governo. A partir deste ângulo, foi possível observar a delimitação das fronteiras do Estado, delimitação que entrava em jogo, por exemplo, na distinção, que frequentemente se tornava crítica, entre a instância de governo e o movimento social. O material etnográfico exposto nesta tese mostra como estas fronteiras não estão claras *a priori*: elas são fruto de uma construção cotidiana da delimitação, nos encontros/conflitos entre o Estado e o movimento social. No caso da Península, a discussão deste nexos (Estado/movimento social ou *comunidade*), gerador de ambiguidades e criador do imperativo prático de distinção, não pode eximir-se de considerar os processos de produção do espaço urbano. Dá-se que na dita área os embates e encontros entre os diferentes níveis do poder público e os moradores revelam-se constitutivos da própria região. Por esta razão, eu privilegiei neste trabalho a perspectiva e as práticas de moradores que estão envolvidos em movimentos de bairro (lideranças).

Diante dos desafios postos pela “granularidade” dos dados etnográfico (BIEHL et al., 2012:1123) escolhi organizar este trabalho privilegiando a exploração etnográfica de situações que marcaram a pesquisa de campo. Sua escolha não se deu com a pretensão de esgotar a caracterização dos atores, nas cenas e nas discussões expostas, e sim com o propósito de apresentá-los em ação, dando destaque a eventos e práticas, lugares e movimentos que fazem a cidade (AGIER, 2015).

Assim, um estudo a partir de uma área que poderia ser considerada à margem da cidade, acaba sendo também um estudo à margem do Estado. Na perspectiva da política do espaço, é nessas margens que, enquanto as tecnologias de segregação e confinamento são atualizadas, se estabelecem usos, resistências, aquiescências etc. No tipo de espaço aqui considerado, elas implicam numa interação por assim dizer mais íntima com o Estado, numa experiência do poder “perto da pele” (DAS, 2004:?). No bairro esta experiência se dá através de práticas cotidianas, via funcionários locais, bem conhecidos, quando não parentes. Na

margem da cidade, o Estado não garante o direito à integridade física. Também desta forma se faz experiência do poder estatal “perto da pele”. Que, em Salvador, tem cor²⁷.

9. Organização dos capítulos

No quadro dinâmico que tentei anunciar nesta introdução, é evidente a dificuldade de produzir relatos coerentes, ou teorias. Este trabalho não tem como objetivo formular grandes generalizações mas tentar expor, mediante a etnografia, tensões, conflitos e contradições do cotidiano da política do espaço na Península de Itapagipe, com ênfase na atuação do “movimento” constituído pela rede CAMMPI.

Esta tese pode ser dividida em dois momentos. Na primeira parte (capítulos 1-3), procuro mostrar como o movimento social surgiu do espaço urbano da Península de Itapagipe. Na segunda parte (capítulos 3-6), mediante análise de situações presenciadas em campo, tento aproximar-me da perspectiva das lideranças comunitárias e procuro mostrar como o movimento e o Estado se defrontam e entrelaçam, o que resulta na espacialização de ambos.

No capítulo 1 encontra-se a apresentação de meus pontos de partida teóricos.

No capítulo 2 apresento alguns dos processos de produção do espaço urbano em Salvador, focalizando a Península de Itapagipe e uma genealogia da rede CAMMPI. Analiso também alguns nexos entre o processo de autoconstrução, a organização social em Alagados e a atividade do movimento.

No capítulo 3 abordo a memória das palafitas e sua evocação como estratégia política. Sua abordagem teve o efeito de evidenciar a relação entre a autoconstrução das casas no pretérito e a constituição das associações que formam ainda hoje a base organizacional do movimento. Este processo de autoconstrução será ulteriormente aprofundado no capítulo 4. Aí procuro evidenciar a existência de laços de parentesco (“de sangue” e “de consideração”) entre membros das associações ligadas ao movimento.

Nos capítulos 5 e 6, dedico-me à construção cotidiana da delimitação entre movimento social e Estado e a uma problematização de ambas essas entidades, examinando a implantação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro do Uruguai e os eventos desencadeados por um incêndio de palafitas no bairro Massaranduba.

²⁷ Vide a referência ao conceito de “corpos matáveis” de Agamben inserida na análise “às margens do Estado” em Das e Poole, 2004.

No capítulo 5 empreendo a análise de encontros públicos da “comunidade” de moradores com o Estado. A atuação da lideranças nessas situações mostra as dimensões políticas da construção da alteridade entre Estado e movimento. Sua problematização ganha mais força no capítulo 6, em que analiso o modo como funciona na prática a organização do movimento. Faço-o através da consideração micropolítica das relações entre seus participantes, em seus diferentes níveis hierárquicos, e os agentes e técnicos de governo, os financiadores nacionais e internacionais. As práticas cotidianas da interação entre organizações, membros e residentes revelam dinâmicas segmentares que movimentam o emaranhado institucional. Defendo que considerá-las é indispensável para entender como funciona a espacialização não só do movimento como também do Estado, quando este age como parceiro institucional. Dinamizam e configuram o processo os esforços de ‘articulação’, algo equivalente ao que Kuschnir (1993 e 2000) e Velho (2001) consideram uma dimensão relevante da política no Brasil: a “mediação”. A CAMMPI, suas organizações e seus membros podem ser considerados mediadores, com trânsito entre várias instâncias.

A análise da dimensão da mediação na política urbana permite explicar a maior concentração de organizações comunitárias ativas na região de Alagados, área considerada o foco de maior mobilização na Península justamente por ser um espaço onde, ao longo das décadas passadas, a atividade do Estado foi mais intensa²⁸.

No capítulo 7 abordo a reprodução do movimento social através do “trabalho com cultura”, que possibilita o recrutamento de jovens na rede e assim devém necessário para a sobrevivência/reprodução do movimento (e do emaranhado institucional), quando nada por duas razões: por um lado, permite estreitar parcerias com financiadores de projetos sociais; por outro, produz e reforça a vinculação territorial do movimento (sua espacialização).

Esta atividade consistiu, em um primeiro momento, de tentativas de repressão das ocupações diretas e o deslocamento forçado de ‘invasores’; em seguida, tomou a forma de projetos de ‘urbanização’, ‘fortalecimento das organizações comunitárias’ e ‘formação de cidadãos’²⁸. Mas não ficou nisso, como veremos.

CAPÍTULO 1

APONTAMENTOS TEÓRICOS

1.1 Espaço, política do espaço, produção do espaço

Uma das premissas para esta pesquisa é a tese de Holston (2008), segundo a qual dificuldades ligadas à vida nas periferias (ilegalidade das residências, autoconstrução e conflitos relativos à terra) tornam-se o contexto e a substância de processos políticos que compõem regimes contemporâneos de cidadania urbana. Nesses processos, os cidadãos constituem coletivamente uma identidade politizada (a de *moradores*) e, a partir de uma experiência compartilhada, tornam-se autores de sua historicidade.

Em Holston (2008), as lutas urbanas e a persistência das desigualdades em São Paulo encontram sistematização analítica na dialética entre o que o autor chama de “cidadania arraigada” e “cidadania insurgente”. A “cidadania arraigada” volta-se para a gestão das diferenças sociais, que, em última instância, legaliza, de forma a reproduzir desigualdades. A “cidadania insurgente” emerge de demandas pautadas em um ideal de igualdade, que o autor associa aos esforços de contestação dos movimentos sociais urbanos (HOLSTON, 2008).

O enfoque deste autor constitui um exemplo de abordagem empírica da cidadania, abordagem esta que não se detém em apontar disfuncionalidades e desvios, nem se limita à constatação de leis inefetivas, ou de uma nacionalidade deficiente, ou de uma democracia falida. Assim o referido autor pôde concentrar-se na particularidade do engajamento dos cidadãos paulistanos, ancorando suas práticas na dimensão do espaço urbano e tornando foco do estudo etnográfico a cidadania. Partiu da indagação de como as pessoas formulam e fazem reivindicações ao Estado.

De modo congruente com a posição de Holston (2008), meus dados mostram que em Salvador o espaço urbano é central para a investigação de práticas de cidadania. Também é verdade que regimes de cidadania são cruciais para entender como tal espaço é produzido. Ocupar-se dessas práticas significa ocupar-se do fazer cidade, de processos de produção do espaço, que, como nos ensina Lefebvre (1991a, 1991b, 2004), são disputados, por definição.

Busco concentrar-me nos fazeres e nas interações de pessoas concretas, envolvidas em disputas que têm o espaço urbano (ou suas porções específicas) como objeto, cenário, ponto de partida, possibilidade, limite e resultado. Partindo da abordagem dessas disputas por

espaços específicos na Península de Itapagipe, analiso a política do espaço urbano na perspectiva de um grupo de organizações locais (a rede CAMMPI), as quais se autodefinem como ‘movimento [social]’.

Ao longo do trabalho de campo, tornou-se o ponto de partida desta pesquisa um lugar específico, Alagados, na Península de Itapagipe. Alagados é um espaço oriundo de um processo de apropriação²⁹ radical do espaço, a *invasão da maré*. A história da urbanização do local, narrada tanto pelos moradores quanto por cientistas sociais e urbanistas, descortina um processo de produção de cidade disputado e inacabado, passível de ser analisado a partir de aproximações e análise do conjunto de relações sociais que ali se estabelecem. Tais relações não são estáticas, mas sempre mutáveis. Ao mudar, elas modificam o espaço que, portanto, está sempre sendo “feito” (URIARTE, 2014).

A formulação lefebvriana do espaço como socialmente produzido pelas forças produtivas (meio de produção e relações de produção), pelos conhecimentos e ideologias e também pelos usos cotidianos (LEFEBVRE, 2007), influencia hoje grande parte da produção acadêmica dedicada à problemática do espaço nas ciências sociais, conferindo-lhe uma nova ênfase, fenômeno por alguns referido como “virada espacial” (CHAMAS, 2017).

Nesse âmbito, as abordagens que se inspiram (de várias formas) na crítica lefebvriana põem em primeiro plano a dimensão político-econômica do espaço (social). Eu não pretendo desenvolver uma análise do espaço da Península de Itapagipe nos moldes da economia política. Embora as ideias de Lefebvre influenciem minha abordagem do espaço, a minha proposta é a de uma análise etnográfica da cidadania inspirada na antropologia da política³⁰, a partir de disputas locais sobre espaços urbanos.

Este enfoque, surge de *insights* ocorridos na fase exploratória desta pesquisa. Desde as primeiras etapas do trabalho campo, observei que algumas das razões pelas quais os moradores se envolvem em uma vida “cívica”, isto é, tomam parte nas atividades de associações locais e na política de bairro, estão ligadas ao desejo de assegurar continuidade ao (ou recuperar a possibilidade de) uso e controle de espaço por eles habitado e/ou utilizado cotidianamente.

Questões reconduzíveis ao espaço não são novas na antropologia. A este propósito, podemos lembrar trabalhos clássicos, como “Os Nuer” de Evans Pritchard (2002), “Coral gardens and their magic”, de Malinowski (1935) e as etnografias de Gluckmann em terra Barotse (1951 e 1965). Esses estudos demonstram que o tema do espaço e seus usos, ou suas

²⁹ No sentido lefebvriano, assim como esclarecido por Uriarte (2014:129).

³⁰ No sentido exposto por Kuschnir (2005).

relações com a organização social, estão presentes na investigação antropológica desde seu início, através do estudo de aspectos simbólicos dos arranjos espaciais dos assentamentos humanos, assim como das relações entre espaço e atividades produtivas e de reprodução social (práticas religiosas, regimes de trocas etc.). Todavia, não são comuns estudos cujos autores se interroguem explicitamente sobre a noção de espaço utilizados pelos antropólogos. Um dos primeiros e mais citados trabalhos que se propõe essa tarefa deve-se a Hilda Kuper (1972).

Numa reflexão etnográfica sobre os conflitos de valores condensados nos edifícios da administração colonial e nos espaços da política Suazi, Kuper agrupa as reflexões antropológicas sobre espaço em dois grandes conjuntos: o primeiro, estruturalista, teria sua origem no conceito de espaço social de Durkheim e o segundo, cultural, compreenderia trabalhos heterogêneos, desde as etnografias malinowskianas até os estudos da proxêmica de Hall (1968). A autora assume uma posição que privilegia a etnografia, destacando que essas formas de abordar o espaço não devem ser consideradas alternativas reciprocamente excludentes, e sim complementares, podendo mesmo sobrepor-se, até certo ponto.

Contudo, a noção que mais interessa Kuper é a de “política do espaço”³¹ definida pela autora como “manipulação de sítios”³². Um sítio seria “uma porção específica de espaço social, um lugar socialmente e ideologicamente demarcado e separado de outros” (trad. minha, 1972:420-21).

A política do espaço, segundo Kuper, pode ser resumida pela ideia de que “quando um grupo é dominante, pode expressar sua dominação ignorando, negligenciando, e até mesmo obliterando os sítios já estabelecidos dos subordinados”. (KUPER, 1972:422) A autora contrapõe, evidentemente, colonizadores e colonizados, os dois grupos que observa ao constatar que um dos maiores efeitos da política do espaço “torna-se provavelmente evidente nos países em que o poder colonial assumiu o controle e alocou as áreas mais férteis e salubres aos colonos brancos” (KUPER, 1972:422). Segundo a autora, a África do Sul constitui um dos exemplos mais evidentes e escancarados de regime em que leis raciais discriminatórias restringem os direitos de domicílio, residência e trabalho.

Efeitos em tudo parecidos são visíveis nas urbes brasileiras, e especialmente em Salvador, onde, ao invés de uma produção de normas “assumidamente” discriminatórias, prevalece uma prática de dissimulação do racismo institucional. Tal prática opera no sentido

³¹ Tradução minha da expressão “politics of space”, utilizada por Kuper (1972).

³² Tradução literal do termo inglês “site” utilizado por Kuper (1972).

de excluir os cidadãos negros do gozo dos direitos de cidadania em razão de sua cor, segundo demonstra Albuquerque (2009), desde o período pós-abolição da escravidão, no Brasil. A respeito de tempos mais recentes, Lima (2005) argumenta que em Salvador a produção da “cidade ilegal” deu-se através da produção de normas legais.

Neste ponto cabe enfatizar a importância de uma ideia de Lefebvre: o espaço, como produto social, é capaz de mascarar as contradições da sua produção (1991b). Observando espaços contestados em Salvador, é possível constatar que parte do trabalho político de quem se engaja em disputas espaciais é o de denunciar e expor a “ilusão de transparência” propalada por projetos urbanísticos e intervenções estatais que invocam a racionalidade e se utilizam dos saberes tecnocráticos em sua interferência.

Como Kuper (1972) nos lembra, já Durkheim reconheceu que o espaço social não é neutro, nem homogêneo. Contudo, representações de neutralidade e homogeneidade do espaço são pressupostas e propagadas por práticas hegemônicas que procuram dissimular as relações de poder, com vistas à manutenção do *status quo*.

Estas ideias remetem ao conceito de espaço abstrato de Lefebvre (1991[1974]), entendido como o espaço da violência e das lógicas do capitalismo, codificado por saberes tecnocráticos e vigiado pelo poder estatal³³ (URIARTE, 2014). Reporto brevemente uma das tríades conceituais que permitem uma rápida introdução da teoria lefebvriana da produção do espaço.

Na obra lefebvriana, espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial são conceitos que expressam qualidades, ou melhor, dimensões do espaço social, isto é, não são espaços distintos. Nessas três noções, vincula-se o espaço a diferentes temporalidades (passado, presente e futuro). O processo de produção e reprodução do espaço social consiste no engajamento dialético de espaço absoluto, abstrato e diferencial.

O espaço absoluto, que remete ao pretérito — heranças inscritas no espaço, permanências espaciais, simbolismos religiosos, mágicos e políticos —, vem a ser dominado pelo espaço abstrato. Contudo, ele não desaparece totalmente: fica reduzido a um sedimento do espaço histórico.

O espaço abstrato é caracterizado por duas qualidades: (1) a tendência à homogeneização, ou seja, a tentativa incessante do poder (estatal) de explorar o espaço para

³³ Segundo Lefebvre as características do espaço abstrato refletem e permitem a reprodução das relações de produção próprias do capitalismo. Como sintetizado por Uriarte (2014), o espaço abstrato é “um espaço que se gerou num longo processo, entre os séculos XVI e XX. Um espaço instrumento da burguesia, que possibilita a produção e circulação da mercadoria. Talvez a característica mais importante do espaço abstrato seja a de ser o espaço do poder do Estado, um poder que, por sua vez, se sustenta na autoridade sobre o espaço” (2014: 126)

reduzir as diferenças, reconduzí-las a seu controle, o que faz em busca de impor sua vigilância e assegurar as condições de reprodução das relações de dominação; (2) a segregação, resultado da ação dos interesses privados do capitalismo³⁴, fragmentadora em nível tanto social quanto espacial.

Para Lefebvre, cabe dizer, o espaço é ao mesmo tempo social, mental e material. Assim o espaço abstrato não é apenas algo abstraído pelo pensamento. Ele engendra uma prática ao mesmo tempo abstrata e concreta: tende a empurrar o mundo para sua representação do espaço, que é abstrata e tende ao homogêneo, mas ao mesmo tempo é social e isso a torna concreta. O espaço abstrato se debate, portanto, com contradições que o impedem de ser plenamente homogêneo, abrindo brecha para o espaço diferencial. Ou seja, o espaço abstrato traz em si uma dinâmica contraditória que faz emergir a diferença do próprio seio da sua tendência homogeneizadora. É nesse campo contraditório (onde também se delinea o jogo do capital global) que práticas e usos cotidianos se insurgem contra a lógica do espaço abstrato, contradizendo os pressupostos da sua suposta racionalidade a qual se choca com outra ordenação: a do espaço vivido. No dizer de Milton Santos, “A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites” (SANTOS, 1992:310).

É o caso das imagens futuras da cidade que norteiam os projetos dos planejadores e das elites econômico-políticas. Por meio de leis, por exemplo, elas tendem a tornar-se normativas e hegemônicas. São imagens negociadas por atores (em competição entre si) que raramente são consistentes com as experiências espaciais cotidianas dos moradores da cidade. É no âmbito de tais dissonâncias que se manifestam contestações e disputas no jogo da política do espaço.

As corporações e o Estado podem produzir mudanças massivas, a exemplo de intervenções de “revitalização” ou “requalificação urbana”, que geralmente têm como alvo áreas populares da cidade. Esses projetos tendem a ser percebidos como “impostos de cima para baixo” e, apesar de seus títulos sugerirem fins em aparência desejáveis, raramente são aceitos de forma incontestada pelos que habitam os espaços atingidos pelas mudanças planejadas.

³⁴ A ação homogeneizadora do Estado tem a função de garantia de tais interesses. Segundo Kipfer (2008), Lefebvre parece convidar-nos a fazer uma ligação explícita entre hegemonia (conceito gramsciano) e a produção do espaço. Nesse sentido se poderia afirmar que a hegemonia é resultado de processos e estratégias voltados para a produção do espaço abstrato, mediante a tendência da absorção do espaço vivido no “ritmo linear repetitivo do Estado”, do mercado e dos saberes tecnocráticos. Segundo destaca Kipfer, no pensamento lefebvriano a arena central desse processo é a vida cotidiana.

Michel Foucault (1986) e Paul Rabinow (apud LOW e ZUÑIGA, 2003), entre outros, mostram como a arquitetura e o planejamento proveem táticas espaciais que contribuem para a manutenção do poder de um grupo sobre outro, incluindo o controle do movimento, a vigilância exercida sobre o corpo no espaço (a canalização espacial e o enclausuramento). Nenhum dos dois autores citados, todavia, focaliza a resistência a formas espaciais de controle social, nem considera a dimensão do espaço vivido no cotidiano que, ainda segundo Lefebvre, seria o âmbito das possibilidades de oposição a processos hegemônicos de produção do espaço abstrato.

Na Península de Itapagipe descobri que as tensões originadoras dos processos de ocupação, que constituem a história de sua urbanização, longe de estar resolvidas, resultaram num espaço contestado, campo aberto para a investigação de disputas espaciais. Tais disputas contrapõem até hoje grupos que possuem poder desigual, servindo também para articular identidades (que por vezes “aderem” ao espaço, então assumido como elemento de referência simbólica).

As disputas espaciais em que se centra este estudo envolvem três grupos de atores: os moradores, os ativistas de bairro e o Estado. Neste campo, ao focalizar a atuação da rede CAMMPI me concentro em práticas espacializadas, isto é, a ação dos referidos agentes tem a ver com o espaço em múltiplos sentidos: o espaço é, ao mesmo tempo, ponto de partida, cenário das disputas, objeto da luta, possibilidade, limite, objetivo e resultado.

As práticas espaciais são concretizadas por sujeitos que agem sobre o espaço por eles concebido, percebido e vivido (LEFEBVRE, 1991[1974]) e assim, ao mesmo tempo, sofrem seu condicionamento. O espaço vem a ser origem e destino de sua ação. Ou seja, a conduta desses atores é orientada para e pelo espaço em suas três dimensões (material, mental e social), todas ancoradas no cotidiano.

As “lutas” dos que se contrapõem a regimes espaciais impostos pelo poder público, como as que são aqui analisadas, enfatizam o fato de o espaço ser constitutivo de poder. Na Península, a atuação organizada de moradores, entendida como resistência coletiva a tais regimes impositivos, tomou as formas do “movimento social”, isto é de uma ação coletiva organizada comprometida em alcançar alguma mudança social. Busca opor-se, portanto, a um controle assimétrico do espaço e à reprodução social das relações de poder. Trata-se de processos surgidos com a crise habitacional desencadeada em Salvador pelo êxodo rural do século XX e pelas mudanças do regime fundiário, iniciadas no século XIX (cf GORDILHO 2000). Estes processos e suas consequências motivaram e ainda motivam a ação de

movimentos sociais urbanos. A cidade na qual eles hoje atuam já mudou, mas esta referência continua operativa, embora eles tragam novidades.

1.2 Jogos sérios

Nos processos de contestação aqui considerados, o espaço urbano não é um mero cenário, nem uma localização, mas é ele mesmo o objeto de disputas em que moradores se engajam de forma mais ou menos conflitiva com o Estado. No desenrolar-se das disputas podem ser identificadas contendas relativas não só ao controle ou aos usos de lugares, como também sobre seus significados (SEWELL JR, 2001). Em todos os casos, o espaço acaba sendo definido, redefinido e transformado. Nas disputas que serão focalizadas nessa tese, espaços urbanos específicos são também o nível em que práticas de cidadania se desenrolam diante dos olhos do etnógrafo, enfatizando afiliações locais, distintas de uma noção de cidadania concebida meramente em nível abstrato e em escala nacional.

Na etnografia que segue, lideranças do movimento, residentes nos bairros da Península, são protagonistas e participantes de eventos em que essas práticas podem ser observadas. Eles atuam como agentes envolvidos em relações não somente de cooperação e solidariedade, como também de poder, desigualdade e competição. Estas últimas são frequentemente entrelaçadas àquelas. Relações assimétricas de poder e competição tornam-se fundamentais para enquadrar as disputas observadas em campo como jogos sérios³⁵, seguindo uma versão da teoria da prática revisada por Ortner, que identifica uma relação dinâmica (dialética) transformadora entre as práticas das pessoas reais e as estruturas sociais, culturais e históricas (ORTNER 2006).

A perspectiva dos jogos sérios refere-se à vida social vista como ativamente jogada, e orientada por objetivos e projetos culturalmente constituídos mediante práticas rotineiras e ação intencional (ORTNER, 2006:129). O acréscimo que faço à matriz analítica de Ortner é o da espacialização das práticas em análise.

Os agentes implicados nessas disputas estão enredados em emaranhados institucionais³⁶ e implicados em relações que se constituem no cotidiano do bairro (espaço vivido). Na mesma linha de Ortner (2006), cabe reiterar um esclarecimento: apesar de a noção de “agente” insinuar a ideia de um ator individualista e autônomo, o material etnográfico

³⁵ Uma ressalva faz-se necessária: a perspectiva dos “jogos sérios” nada tem a ver com a teoria do jogo. Aliás, procura-se afastar de seu pressuposto básico, isto, da premissa de que existe na vida social uma espécie de racionalidade universal.

³⁶ Me apropriado aqui de um construto teórico de Vianna (2010), que retomarei adiante.

mostra que os atores não podem agir fora da multiplicidade das relações sociais em que estão envolvidos. Sempre estão inseridos em teias de afeto ou de solidariedade, de poder ou de rivalidade, ou, como ocorre com frequência, em alguma mistura dos dois (ORTNER, 2006:130)³⁷.

No caso da atuação da rede CAMMPI, as relações de solidariedade, cooperação e aliança jogam um papel fundamental em seu desempenho. Refiro-me tanto às relações de vicinalidade e parentesco entre lideranças, ativistas e moradores quanto às relações de poder em que os membros da CAMMPI se inserem em sua prática política (principalmente ao enleiar-se nos emaranhados institucionais), como emerge claramente da etnografia. Todas essas relações se dão a partir do espaço do bairro e, por sua vez, dão lugar a processos que desempenham um papel importante na produção e transformação do espaço em tela. São relações espacializadas.

É claro que agência³⁸ é algo negociado de forma interativa. Nesse sentido, já esclareci que os atores não formulam seus projetos em um vazio sócio-cultural. Há mais. Eles nunca têm o poder de controlar completamente, para seus próprios fins, as relações sociais em que estão envolvidos.

A esta elucidação deve acrescentar-se outra. Não é possível discernir todas as forças em jogo em uma situação determinada meramente a partir da intenção dos agentes. Existem, portanto, relações complexas e altamente imprevisíveis entre as intenções, os esforços, as ações e os resultados. Frequentemente as práticas resultam em consequências inesperadas.

A noção de agência, tal como definida por Ortner, tem dois campos de significado. Em ambos os aspectos sua aplicação revela-se pertinente ao meu campo de pesquisa. O primeiro significado tem a ver com a intencionalidade e com a ideia de perseguir projetos. O segundo está relacionado ao poder, ao fato de que a ação se dá no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais³⁹.

³⁷ Desta forma, argumenta Ortner, se torna impossível prefigurar o agente como um indivíduo “livre”, “desprendido”, “sem restrições” (2006:130).

³⁸ O conceito de agência ganhou visibilidade no final da década de 70 como reação à incapacidade do estruturalismo em levar em conta a ação dos indivíduos. O termo foi empregado principalmente pelo sociólogo Giddens que, assim como Bourdieu e Sahlins, se debruçava sobre o modo como as ações humanas são dialeticamente relacionadas à estrutura social de maneira mutuamente constitutiva. As teorizações desses autores tornaram evidente que os seres humanos “fazem” a sociedade enquanto a sociedade “faz” os seres humanos. Com sua teoria dos jogos sérios, Ortner procura levar adiante este programa de estudos. Segundo a autora, o traço distintivo de sua teoria da prática é a ênfase no poder. Relações de poder são onipresentes e são centrais para a própria definição de jogos sérios (AHEARN, 2000).

³⁹ Trata-se de uma mera distinção heurística, uma vez que os dois modos, na prática, tendem a ser inseparáveis. Perseguir projetos e exercer (ou reagir contra) o poder são duas “faces” da agência que se misturam e se fundem uma na outra, ou podem até manter-se distintas, mas “se entrelaçam em uma relação de tipo Moebius” (ORTNER 2006:139). A sugestiva imagem proposta pela autora torna-se ainda mais complexa quando se

Embora em muitos casos agência possa ser entendida como sinônimo de resistência, ter presente seu significado mais amplo permite discernir uma importante ambiguidade: os atores não agem somente contra a estrutura. Suas ações podem ocorrer em cumplicidade, acomodação com, e até em reforço do *status quo*⁴⁰.

Ortner preocupa-se com a agência dentro de uma moldura teórica que põe no centro a desigualdade. Esse tipo de teoria da prática condensada na ideia de jogos sérios mostra-se particularmente produtiva, aqui, por três razões: (1) por abordar a duplicidade da agência como projeto e poder, fazendo dela parte da estrutura e de sua transformação; (2) por admitir a ambiguidade/ambivalência do poder (como dominação e resistência); (3) por entender a agência como cultural e historicamente construída.

A perspectiva dos jogos sérios não pressupõe atores supostamente universais (o indivíduo racionalista) e sim agentes culturalmente variáveis e subjetivamente complexos, no que diz respeito a seus projetos, desejos, medos e ansiedades (ORTNER, 2006). A agência, por fim, pode ser coletiva e também individual, pois “acarreta a capacidade de coordenar as próprias ações com outros e contra outros, de formar projetos coletivos, de persuadir, de coagir...” (Sewell apud ORTNER, 2006:136).

1.3 Emaranhados de cidadania

O material etnográfico coligido nesta pesquisa me impôs de imediato um maior cuidado na busca do entendimento da interdependência entre os atores observados em campo, envolvidos em relações de poder assimétricas. Para tanto, tornou-se-me indispensável o conceito de emaranhado institucional (VIANNA, 2010), matriz analítica que me permite dar conta da forma como as organizações de bairro, seus parceiros, os financiadores de seus projetos e as instituições estatais estão enlaçados uns aos outros, formando emaranhados de

adverte que a face da agência como *poder* possui, por sua vez, duas facetas: o poder costuma operar tanto “de cima para baixo, como dominação, quanto de baixo para cima, como resistência” (ibid.). Na teoria da prática revisitada por Ortner, a ênfase na agência, permite destacar que agência não é necessariamente *contra* a estrutura. Muito pelo contrário, é constitutiva da estrutura e de suas mudanças. A questão é que a agência deve ser estritamente ligada com questões de poder e desigualdade (2006:138).

⁴⁰ Isso é particularmente importante para o etnógrafo que trabalha com movimentos sociais. Neste campo, se lida frequentemente com dois tipos de material, entre outros: situações observadas em primeira mão, e registros de ‘narrativas’ (a exemplo de relatos de ativistas sobre a própria trajetória no movimento, como os que eu utilizei). No primeiro caso, devido ao caráter sincrônico da etnografia, torna-se impossível reconhecer de forma definitiva o intuito dos atores (isto é, verificar se eles estão agindo, no momento em foco, “a favor” ou “contra” o *status quo*). No segundo caso, ocorre que os atores alinham *a posteriori* atos e fatos, estabelecendo suas cadeias causais *ex post* (a *memória da luta* como mito de origem do *movimento* tratada no capítulo 2 é um bom exemplo). Utilizar a noção de agência abre a possibilidade de lidar com as práticas observadas sem ter que decidir *a priori* se elas são de resistência, de acomodação, de cumplicidade com o status quo (ou um pouco de tudo isso).

cidadania, isto é emaranhados de “entes técnicos burocráticos” (VIANNA, 2010) ligados por canais institucionais, através dos quais os moradores do bairro negociam suas diversas demandas.

Num primeiro momento, isto acarretou uma mudança de foco no tocante à relação dicotômica sugerida pelo binômio “Estado” e “movimento” (tributária da contraposição Estado/Sociedade) que inicialmente me parecia tão central nas práticas discursivas de meus interlocutores e na organização das disputas. Todavia, este deslocamento me proporcionou a possibilidade de fazer sentido não somente das intrincadas relações entre os coletivos envolvidos nas disputas (organizações diversas, que incluíam órgãos do Estado e instituições internacionais), como também da grande quantidade de trabalho dedicada à manutenção das relações de *parceria*, entre as associações de bairro e outras organizações, isto é outros entes do emaranhado.

A observação dessas conexões levou-me a percebê-las como politicamente centrais na atividade do movimento pois sua intensificação e estabilização, a toda hora procurada, principalmente pelos termos mais *fracos* da relação, contribui para o fortalecimento dos envolvidos. Observando as parcerias entre as associações de bairro e os órgãos públicos, por exemplo, fica claro como as primeiras precisam do Estado, mas o Estado também precisa delas.

A abordagem das organizações de bairro que compõem a rede CAMMPI como entes técnicos burocráticos, seguindo o modelo de Vianna (2010), não implica em afirmar sua uniformidade enquanto estruturas essencialmente burocráticas. Acarreta somente reconhecer que no estabelecimento das relações com outros atores individuais ou coletivos (canais institucionais), as organizações empregam saberes técnicos burocráticos.

Esta forma de olhar ao movimento, sugerida pela forma em que a rede CAMMPI se organiza, me permitiu abarcar uma grande variedade de relações com atores diversificados: ONGs, órgãos do Estado, agências governamentais internacionais, mas também grupos culturais locais. Cada tipo de ator tende a mobilizar saberes técnicos burocráticos em grau variável, a depender do grau de sua formalização e de sua profissionalização.

A vantagem do emaranhado institucional é que me permite abordar o “movimento” sem fixar nem delimitar o caleidoscópio das organizações que compõem a rede CAMMPI. Desta forma consigo olhar para o conjunto amorfo de organizações com que me deparei em campo, um conjunto que compreende não só os membros da rede como também outras

instituições que com ela se relacionam⁴¹. Trata-se de um emaranhado sem forma cristalizada, modificável, em que estão enlaçados, além das organizações de bairro, grupos culturais, cooperativas locais, agências da ONU, a Secretaria da Cultura do Estado, doadores internacionais. Não é possível definir ou delimitar um emaranhado institucional *a priori*. Os emaranhados dependem de suas articulações, delas se compõem, expandindo-se ou reduzindo-se à medida em que parcerias forem estabelecidas ou interrompidas. Parcerias são vínculos institucionais e podem ser mais ou menos formalizadas⁴². As parcerias entre entes do emaranhado de cidadania não requerem um nível homólogo de formalização dos entes conectados. Podem até ocorrer entre uma organização governamental e um grupo relativamente informal de moradores (geralmente apoiado, portanto conectado a, uma organização de bairro mais formalizada). Neste caso, é possível que através do canal passe um processo de institucionalização (mediante profissionalização, legalização, ou formalização do coletivo em apreço).

1.4 A espacialização do emaranhado

A rede CAMMPI é um emaranhado de entes que têm em comum uma atuação concernente a um espaço específico (Alagados). Não só, tal emaranhado como veremos se articula exatamente a partir deste local.

Durante o trabalho de campo, foi-me possível observar como alguns acontecimentos causaram de imediato um adensamento do emaranhado de cidadania no local. Refiro-me, por exemplo, ao incêndio de palafitas na Baixa do Petróleo, Massaranduba (que será tratado no capítulo 5). Naquela ocasião, associações e agentes comunitários começaram a trabalhar na região envolvida pelo incêndio e solicitaram a intervenção do governo. Articularam-se, desta forma, intervenções que fizeram da baixa do Petróleo um lugar frequentado por técnicos do Governo do Estado e da Prefeitura municipal, lideranças e políticos profissionais ou “empregados da política” (segundo a feliz expressão de Borges, 2006)) ligados a uma ou outra instância etc.

Da mesma forma, nos espaços onde estão em curso processos de contestação o emaranhado é geralmente mais denso. Seria de esperar que após resolvida a disputa houvesse uma dispersão dos emaranhados institucionais. Todavia isto não é certo. Consideramos

⁴¹ Trata-se de coletivos de diversa natureza, além das associações de moradores, grupos artísticos, entidades filantrópicas, organizações governamentais, órgãos do setor público e privado, Igrejas etc.

⁴² Geralmente, quanto mais institucionalizado é o ente com o qual se estabelece a ligação, maior será o grau de formalização.

Alagados um espaço contestado, mas pode-se verificar que o progressivo atenuar-se das grandes contestações da segunda metade do século XX⁴³ não significou a dispersão do emaranhado, que tem mais capilaridade hoje em Alagados do que duas décadas atrás. Isto poderia fazer-nos ver o emaranhado como um aparato governamental. Esta é apenas uma hipótese. De todo modo, é possível observar que, em Alagados, ao longo do incerto processo de urbanização, as iniciativas em matéria habitacional, a implantação de serviços e os projetos de regularização fundiária andaram *pari passu* com ações de legalização de pessoas (mediante cadastros e emissão de documentos) e formalização de organizações e grupos locais (mediante registros e outros procedimentos burocráticos).

O estabelecimento de canais institucionais entre essas organizações e grupos, que se “enleiam” (VIANNA, 2010) no emaranhado de cidadania, é um processo contínuo e disputado. Como mostrarei no capítulo 4, na análise da implantação da Base Comunitária de Segurança no bairro Uruguai, as parcerias com órgãos estatais não se dão sempre de forma concorde ou pacífica. Tampouco elas são constituídas entre entes apreensíveis como blocos compactos. Vianna (2010) já esclareceu que as parcerias tendem a estabelecer-se entre segmentos de entidades (a exemplo de gabinetes de órgãos específicos, setores determinados de uma organização, ou até mesmo pessoas). Embora a parceria assuma a forma de um vínculo institucional, em muitos casos ela é possibilitada por relações pessoais, analisáveis mediante os instrumentos que a antropologia oferece para a análise de relações de aliança, parentesco, vicinalidade etc. No presente estudo procurarei mostrar a relevância do espaço para o estabelecimento e manutenção de tais relações⁴⁴.

O emaranhado institucional é um dispositivo analítico que, entre outras vantagens, faculta a apreciação do *assemblage* de relações institucionais em que os atores do movimento social se entrelaçam, fugindo da ambiguidade do uso da categoria “rede” que, além de ser uma categoria da teoria social, aparece no campo desta pesquisa como categoria êmica. Nesta investida analítica deve-se, porém, levar em conta a dimensão dinâmica da configuração do emaranhado, uma configuração sempre mutável, como insinua a categoria êmica de “movimento” que mantem ao lado do sentido de grupo (organizado que atua tendo em vista a mudança do *status quo*, uma transformação da sociedade), ou de “algo que se move” (como já notado também por Goldman, 2007:15)

⁴³ Refiro-me principalmente aos momentos em que os moradores, ocupantes das invasões em seus primeiros estágios viviam sob ameaça de expulsão.

⁴⁴ O espaço é ao mesmo tempo um possibilitador e o resultado dessas relações. Uma rede de vicinalidade em Alagados surge a partir do espaço, isto é da contiguidade de palafitas, de laços de parentesco e coabitação preexistentes. Todavia, o desenrolar-se dessas relações pode modificar o espaço. A própria instituição da rede CAMMPI, se quisermos, demonstra isso.

Outro ponto positivo é que utilizando esta noção consegue-se lançar luz sobre a relação entre “Estado” e “movimento” ora expressa pelos interlocutores em termos de contraposição, ora expressa em termos de parceria. É claro que a configuração do emaranhado não esgota todos os aspectos da dita relação. É insuficiente, por exemplo, para dar conta da resistência do “movimento” a tentativas de controle por parte do Estado.

A abordagem deste último tópico a partir de análises situacionais de eventos chaves talvez seja a melhor forma de mostrar como a extensão espacial do aparato governamental não se dá diante da “passividade” dos atores, mesmo que eles estejam envolvidos no emaranhado.

Mediante a análise de tais eventos, é possível ver que o “movimento” é ativo em relação à parceria com o Estado, ou que ele também se opõe a intervenções de agências governamentais. Para tanto, seus membros costumam fazer uso dos mesmos saberes técnico-burocráticos utilizados pelo Estado, procurando revertê-los em seu próprio favor, ou ainda, como se verá melhor no capítulo 6, lançando mão de *saberes locais*.

Cabe destacar que emaranhados institucionais são formados por organizações mas também por pessoas, isto é, atores providos de agência (ORTNER, 2007) e atravessados por dilemas.

1.5 Cidadania

O presente estudo refere-se a abordagem de práticas de cidadania que ocorrem “no encontro com o Estado” (para dizê-lo nos termos de Lazar, 2007:).

Historicamente, no Brasil, reivindicações de cidadania têm sido relacionadas às lutas dos movimentos sociais urbanos (HOLSTON, 2008), abordadas na intensa produção acadêmica da sociologia e da antropologia urbana das décadas de 80 e 90. (cito, dentre outros, os trabalhos de Cardoso, 1983; Durham, 1984; Gohn, 1995).

Após um relativo declínio na ciência social brasileira, o esforço de análise da atuação dos movimentos sociais na organização de reivindicações por espaço urbano tem sido recentemente retomado com novo fôlego, enfatizando, entre outras dimensões, a participação institucional dos movimentos (TATAGIBA e BLIKSTAD, 2011; WAMPLER, 2010). Dada a crescente “permeabilidade estatal” do contexto pós-redemocratização (DOWBOR e CARLOS, 2017), esforços analíticos de compreensão dos movimentos sociais em suas interações com o Estado estão assentados na crítica a visões dicotômicas que contrapõem institucionalização e contestação. Acredito que este novo enfoque tem fomentado

contribuições importantes para a análise da cidadania contemporânea. A etnografia que segue coloca-se essa intenção⁴⁵.

1.5.1 O conceito de cidadania: uma aproximação

O conceito de cidadania é um conceito clássico, com uma história que remonta à antiguidade. Apesar disso, não existe uma análise definitiva de sua história, nem uma sua definição cabal. Em sua trajetória histórica, o conceito de cidadania tem vivido momentos de maior e menor relevância política, obtendo fundamentações filosóficas antigas e modernas e acumulando camadas de sentidos que até hoje alimentam repertórios e normatividades éticas e políticas no mundo inteiro⁴⁶.

Sem a pretensão de esgotar a discussão, mencionarei neste tópico alguns aspectos que julgo cruciais para a abordagem etnográfica do tema. Procuro aqui reunir alguns insights que emergem de reflexões sobre a cidadania brasileira (CARVALHO, 2001; HOLSTON, 2008; BOTELHO e SCHWARCZ, 2012) desenvolvidas em uma discussão mais ou menos explícita com o modelo liberal da cidadania moderna, cujo expoente mais notório é T.H. Marshall (1950). Este modelo hoje se vê amplamente problematizado, inclusive na ciência social brasileira. Destaco, a seguir, três ideias propostas pelos autores citados.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer o laço entre a trajetória da cidadania moderna e o estado nacional, que produz e reconhece os direitos a ela associados. Marcada pelos processo de articulação entre o Estado e a nação, a cidadania não pode prescindir da dimensão de autoridade pública e do reconhecimento legal dos direitos e tampouco da dimensão de solidariedade social por cujo efeito reconhecemos fazer parte de uma comunidade política.

Em segundo lugar, a partir do reconhecimento da variedade de trajetórias e configurações do Estado Nação, reconhecem-se percursos diferenciados de cidadania. Esse aspecto sobressai a partir de uma das dimensões mais conhecidas do modelo de Marshall (1950) que, baseando-se na experiência inglesa, propõe uma análise da cidadania como de um percurso, uma sequência progressiva e cumulativa. Ele sugere que o exercício e a proteção dos direitos civis tornou possível a conquista de direitos políticos, cuja obtenção, por sua vez,

⁴⁵ Isto é, a distinção entre institucionalização e contestação não é o alicerce analítico utilizado para pré-delimitar o campo de observação. Todavia é certo que esta distinção aparece frequentemente, a nível etnográfico, como assunto de debate, e até mesmo dilema no cotidiano dos atores da política observados em campo.

⁴⁶ Para uma recapitulação da trajetória conceitual da cidadania pode se consultar Pocock (1992) e Botelho & Schwarcz (2012).

permitiu a conquista dos direitos sociais. Nessa visão, uma “cidadania plena” seria a de quem concentra a titularidade das três referidas categorias de direitos. Críticas a essa noção clássica de cidadania identificaram diversos problemas com o modelo de Marshall, como seu viés evolucionista e histórica e culturalmente situado.

No caso do Brasil, Murilo de Carvalho (2010) evidencia como a sequência de aquisição de direitos teria sido invertida. Historicamente, na cidadania brasileira se daria maior ênfase aos direitos sociais, o que levaria a um caminho diferente do delineado por Marshall, rumo a uma cidadania “plena”, no sentido de um “ideal ocidental de cidadania que combine liberdade, participação e igualdade” (CARVALHO, 2010:9).

Após mostrar que não existe um percurso predefinido de cidadania, Carvalho (2010) pondera que na ausência de direitos civis e políticos o alcance dos direitos sociais tende a ser arbitrário e autoritário. Seu argumento é retomado por Botelho e Schwarcz (2012:19). Além disso, quando os direitos civis e as liberdades não são garantidas (a exemplo da liberdade de associação) os direitos políticos acabam servindo antes para “justificar governos” do que para “representar cidadãos” (CARVALHO; 2010). Isto não se dá apenas no tocante ao direito de voto, mas também no que tange às possibilidades de uma participação efetiva nas esferas do Estado.

Isto leva à terceira ideia que desejo enfatizar: é preciso reconhecer que a garantia e o exercício de certos direitos não induzem necessariamente o gozo de outros. Como mostrou Holston (2008), processos de expansão da cidadania democrática são caracterizados por disjunções e rupturas (tradução minha do termo utilizado pelo autor, *disruptions*), isto é, a conquista de novos direitos não ocorre necessariamente de forma cumulativa com direitos anteriormente adquiridos. Tais processos de expansão seguem, segundo o autor, uma relação dialética entre “cidadania insurgente” e “cidadania arraigada”, constituindo uma dinâmica onde surgem simultaneamente (1) novos tipos de cidadãos, para expandir a cidadania democrática e (2) novas formas de violência e exclusão, que ao mesmo tempo os erodem (HOLSTON, 2008).

Nesta rápida síntese procurei recapitular algumas das abordagens da cidadania que influenciaram minha aproximação ao tema. As posições dos autores citados me interessam na medida em que permitem enxergar como características da cidadania:

- (1) A de ser um conceito culturalmente e historicamente situado, que diz respeito a um período relativamente curto da humanidade, isto é o período em que a arte de governar é exercida na forma de Estados-nação. A ligação ao Estado-Nação

- como fenômeno historicamente situado, permite admitir diferenças entre Estados, o que por sua vez deve remeter a diferenças nos regimes de cidadania;
- (2) Sua dimensão processual (que chama para uma análise processual da relação entre o Estado e os cidadãos), desvinculando-a de leituras que a equiparam a um processo evolutivo, ou progressivo e cumulativo.

1.5.2 Entre emancipação e disciplina: notas para uma abordagem etnográfica da cidadania

Nos estudos de cidadania contemporâneos, é muito difusa a crítica da redução da noção a sua definição clássica liberal, como *status* legal que pertence aos membros de uma comunidade política (o Estado nação). Esta formulação descende da definição de Marshall (1950) — “Cidadania é um status dos que são membros plenos de uma comunidade” — e seu corolário — “Todos os que possuem tal status são iguais no tocante aos direitos e deveres disponíveis no respectivo Estado” (MARSHALL, 1950:253, tradução minha)⁴⁷.

Contribuições recentes, aprofundando as críticas ao referido modelo, identificam a cidadania como algo a ser estudado mediante uma abordagem mais abrangente d a que considere a relação formal entre um indivíduo e o Estado. Preocupações com dimensões substantivas e não formais da cidadania fizeram emergir seu entrelaçamento com questões de identidade, posição social (SASSEN, 2003; SOMERS 2008), práticas institucionais, sentimentos de pertencimento etc.

A nível analítico, trata-se de deixar de lado a concepção de cidadania como um conjunto de direitos garantidos em lei e passar a entendê-la como um processo social através do qual indivíduos e grupos se engajam em reivindicações, podendo expandir ou perder direitos (ISIN e TURNER, 2002:4).

Este trabalho propõe-se a explorar a cidadania partindo de uma dimensão específica da agência política, isto é, das práticas de reivindicação às quais os cidadãos recorrem para contestar ou proteger as fronteiras que delimitam sua cidadania. Isso permite abordar desde problemáticas de acesso a direitos, ou de redefinição do que é um direito, até as práticas de quem, vendo-se excluído da cidadania, busca uma inclusão, via reconhecimento. Envolve a

⁴⁷ Os direitos associados a este status, em teoria, permitem aos indivíduos perseguir as próprias concepções de vida boa, não impedindo outra pessoa de fazer o mesmo (POCOCK, 1998). E o estado protege este *status quo*. Em troca, os cidadãos têm responsabilidades mínimas que, no essencial, correspondem a manter o estado funcionando (por exemplo, pagando impostos e participando do serviço militar quando o estado é ameaçado).

consideração das dimensões de identificação e pertencimento em jogo nesses processos, em busca de encarar o tema central, que é a desigualdade (NEVEU, 2016).

Tal posicionamento analítico acarreta lidar com um desafio. A cidadania, como enfatizado por Wolfe (2004), é uma instituição controversa desde o princípio de sua formulação, pois sua retórica de igualdade individual contrasta com suas práticas de exclusão e distinção (2004:67).

Esse aspecto paradoxal é desenvolvido melhor por Duarte (1993), que o situa historicamente nos processos políticos esboçados a partir do séc. XIX, quando políticas públicas para a promoção da cidadania (com ênfase na igualdade) se delineiam junto a pressões no sentido da preservação das diferenças (essenciais, por exemplo, à acumulação capitalista) (DUARTE, 1993:folha 4). Críticas à ordem liberal burguesa atribuem à formulação dessas políticas públicas o caráter de “estratégias de escape”, “camuflagem” ou “reajuste funcional” da reprodução da diferenciação necessária à acumulação de capital. Tal reprodução da diferenciação convive (e segundo o autor, não é incompatível) com “intenções e projetos de promoção da igualdade que vieram a marcar profundamente o perfil cultural das nações modernas” (ibid.).

Esta reflexão captura uma das contradições da sociedade ocidental, isto é, o paradoxo de visar a igualdade enquanto reproduz desigualdades e distinção. Além disso, permite colocar os processos de cidadania dentro de uma tensão constitutiva entre tendências emancipatórias e tendências disciplinadoras.

O trabalho de Duarte focaliza especificamente a problemática da cidadania das “classes populares” brasileiras. Dedicar maior ênfase à natureza disciplinar do processo de “cidadanização” que, nas periferias do Brasil, se daria como uma “conversão” (DUARTE, 1993). Destaco esta dimensão ao considerar o material etnográfico analisado no capítulo 7.

Todavia, meus dados me impõem reconhecer que a ênfase no efeito disciplinador dos processos de cidadania inscritos nas políticas públicas deve ser calibrada pelo destaque de outro aspecto, a saber, o da intenção emancipatória que ela também pode implicar.

Há que fazer justiça à tensão constitutiva dos processos de cidadania, pois, além de conciliar-se com seu caráter necessariamente incompleto (BALIBAR, 2012; SASSEN, 2003), ela abre espaço para a transformação das subjetividades políticas, processos de mudança social e lutas coletivas. Segundo Sassen (2003), esses processos seguem uma dialética pela qual as práticas dos “excluídos” de uma “cidadania plena” se tornam os meios capazes de definir ou influenciar os termos da sua inclusão sucessiva.

Reconhecer o caráter intrinsecamente incompleto da cidadania abre o caminho para entendimentos que espelhem a dinamicidade de seus possíveis regimes, numa ótica processual.

1.5.3 Etnografar processos de cidadania: regimes e práticas de cidadania

Segundo Peirano (1986) argumenta, para sociólogos e cientistas políticos o interesse pela cidadania surge em relação direta com as temáticas da justiça, da participação política e dos direitos sociais, mas para os antropólogos as questões em jogo mostram-se um pouco diferentes. O antropólogo que lida com esse campo precisa pôr-se perguntas como: “Quais são as diferentes concepções de cidadania que distintos grupos sociais têm?” Ou: “O que é ser cidadão [para determinado grupo]?” Ou ainda: “Quais os símbolos que permitem detectar concepções de cidadania?” (1986:122)

Na perspectiva de meus interlocutores da Península de Itapagipe, a cidadania não é simplesmente um *status* formal que se “tem”. Para ser cidadão é necessário ser reconhecido enquanto tal. Para que isso ocorra (e para que a cidadania seja efetiva) é necessário praticá-la publicamente. Isto inclui o envolvimento individual e coletivo em práticas de reivindicação, combinando aspectos de contestação e de negociação na busca de direitos fundamentais e de participação na tomada de decisões capazes de afetar os envolvidos. Esta posição reflete uma dimensão da noção de cidadania construída pelos movimentos sociais brasileiros a partir da década de 70/80. Ela faz parte do repertório político atual e considera os cidadãos detentores do direito a ter direitos, assim como do direito de formular direitos e exigir do Estado seu cumprimento (DAGNINO, 2004). Nessa perspectiva, o cidadão concebe-se, junto com seus pares, sujeito de direitos e parte de uma negociação permanente com o poder público para que estes não se reduzam a letra morta. Para entrar em interlocução com o Estado, os interessados devem constituir-se como sujeitos aptos a ter direitos perante o Estado Nação. Para tanto é necessário aceitar algumas regras⁴⁸ como, por exemplo, ter um documento de identidade.

Acredito que neste ponto reside a tensão, destacada Duarte (2003), entre a dimensão emancipatória e a disciplinar que caracterizam processos de cidadania. Esta tensão que, de

⁴⁸ Este é um ponto de articulação para outra dimensão de cidadania: cidadão é, também, quem obedece às regras cujo respeito requer dos outros. Esta perspectiva, mais individualista, remete aos valores da moral cristã, discursivamente articulados com um ideal liberal de igualdade. Esta concepção não é alheia àquela, mais coletiva, que destaquei anteriormente, a qual concerne mais às práticas coletivas de reivindicação, focalizadas nesta pesquisa.

certa forma, remete à antítese entre teorias do Estado liberal e do Estado autoritário, ganha concretude se analisada em sua dimensão espacial.

Pensar a cidadania dentro dessa relação implica transcender os enfoques que a concebem em termos dos princípios de exclusão e inclusão formal em uma *polity* (o Estado nação). A ideia de regime de cidadania talvez se preste melhor à abordagem, aqui pretendida, de encontros entre cidadãos e o Estado. Ela é apta a colher certa variabilidade das configurações possíveis da cidadania, tal como ela emerge da prática de indivíduos e grupos concretos, diferentemente do que ditam modelos teóricos calcados em experiências histórica e culturalmente situadas.

Neste caso, o exame de processos de cidadania requer uma análise empírica baseada em práticas políticas que têm como referência o espaço urbano. Como nos lembra Lefebvre, sem os conceitos de espaço e sua produção, o Estado (no sentido de poder estatal) não alcança sua concretude (1991b:281). Espacializar a análise de processos de cidadania torna visíveis não só especificidades locais relativas à tensão emancipação/disciplina, como expõe as particularidades de outro processo: o de formação do Estado.

PARTE I – Como o espaço faz o movimento

CAPÍTULO 2

A REDE CAMMPI E A PENÍNSULA DE ITAPAGIPE:

Topografias da desigualdade, associações de bairro e genealogia de um movimento

O interesse por estudar um movimento social ligado a um espaço definido da cidade surge, no que me toca, do empenho de problematizar noções como direito à cidade, cidadania e participação. Muito difundidas e celebradas, elas devêm objeto de apropriação política por parte de segmentos diferenciados. A via que encontrei para esta problematização foi o estudo etnográfico junto a grupos e pessoas engajadas em reivindicações coletivas ligadas a espaços contestados na cidade de Salvador. Escolhi a Península de Itapagipe não somente por ser esta uma região da cidade visada, hoje, por projetos surgidos no bojo das recentes transformações da ordem urbana, mas principalmente por ser uma região que no passado foi objeto de processos de contestação a partir dos quais se configurou o seu território. Ali ocorreu uma das primeiras invasões⁴⁹ de Salvador — que deu origem ao bairro hoje conhecido como Vila Ruy Barbosa — e desenvolveu-se a invasão de Alagados, na década de 70 considerada a maior ocupação da América Latina construída em palafitas. Não só relatos correntes nos meios da sociedade civil soteropolitana, como também documentos oficiais e trabalhos acadêmicos respaldam a notoriedade dessa região, devida à intensidade de atividades ligadas aos movimentos sociais e às associações de bairro.

Neste capítulo, antes de apresentar a rede CAMMPI e as circunstâncias em que ela surgiu, em 1998, me dedico a uma sucinta apresentação da história do núcleo urbano de Salvador. Esta breve apresentação tem o intuito não de reconstruir a história urbana da

⁴⁹ O termo “invasão” começou a ser utilizado nas décadas de 70 e 80 por grupos organizados que ocupavam ilegalmente terras para construir habitações. Esses coletivos utilizavam o termo invasão não somente para designar uma ação (ilegal) mas também o bairro que dela resultava (TOPALOV et al. 2014). Em Salvador o uso do termo invasão é mais comum do que o mais conhecido “favela”. Ele preserva, nas camadas de seus sentidos, a ideia de ilegalidade, com outros significados agregados pelo seu uso político, em sentido amplo. Invasão está atualmente sendo retomados por movimentos contemporâneos para referir-se a processos coletivos caracterizados por peculiaridades que os distinguem dos movimentos do passado. No socioleto baiano, o verbo *invadir* recapitula todos estes significados. É interessante enfatizar com Nascimento (2015), como este nome “assuma a conflitividade” que caracteriza o espaço urbano soteropolitano, sem ter a conotação negativa que recebe em outros círculos por exemplo no Sul do Brasil, onde se enfatiza a qualidade criminal dessa ação. Apesar de guardar, em seu uso nativo, a ideia de que “invadir” acarreta uma transgressão da ordem jurídica formal, a maneira como o termo é empregado mostra claramente a consciência de que invadir é necessário e até mesmo desejável (NASCIMENTO, 2015), isto é, trata-se, para muitos, do único modo de conseguir um lugar para morar.

cidade⁵⁰ mas de destacar como a história do espaço urbano soteropolitano está ligada à ação direta dos colonizadores e à função mercantil que Salvador assumiu, inicialmente, por ser o porto por onde escoava a produção de cana-de-açúcar. Em seguida, procuro apresentar um olhar mais atual sobre as topografias soteropolitanas.

2.1 Introduzindo Salvador

A cidade de Salvador foi fundada em 1549 a fim de servir como sede do governo geral do Brasil, como capital administrativa e praça forte, apta a controlar e defender o território conquistado (SANTOS, 2008 e GORDILHO, 2000). Até o início do século XIX ela foi a cidade portuguesa mais importante do Atlântico do Sul. Resultou da ação direta dos colonizadores. Em sua estruturação foram fundamentais a ação do Estado de Portugal e da Igreja Católica (GORDILHO, 2000:80).

A cidade distinguiu-se, desde os primeiros séculos da colonização, pela sua função comercial (NASCIMENTO, 1986). Seu porto foi estabelecido em local estratégico, na Baía de Todos os Santos e foi o ponto de entrada do maior contingente de africanos escravizados do mundo, trazidos ao Brasil para satisfazer a grande demanda de força trabalho da indústria local de cana-de-açúcar, que por sua vez abastecia com seus produtos os mercados europeus (MATTOSO, 1992).

Salvador nasceu, pois, como cidade fortaleza, com o núcleo originário situado no território diante do porto atual, ao longo da falésia que separa a cidade alta da cidade baixa. Na área fronteira ao porto encontraram lugar as atividades ligadas ao comércio marítimo, enquanto na parte alta constituiu-se, já desde a fundação, a sede administrativa da colônia. De início, lá também se situavam as residências senhoriais.

O porto de Salvador desempenhou um papel central na empreitada portuguesa de além mar, assim como no desenvolvimento do primeiro núcleo urbano da capital da Bahia.

No final do século XVI, a cidade contava com 8000 habitantes. Ao lado das funções originárias (administrativa e militar), sua função portuária adquiria importância cada vez maior, à medida em que a cultura da cana-de-açúcar se estendia. Além de escoar a produção do açúcar, o porto soteropolitano era ponto de entrada de escravos trazidos da África para

⁵⁰ Para isso remeto à leitura de Azevedo (1969), Kátia Mattoso (1992), Gordilho Souza (2000), Milton Santos (2008), Nascimento (1986).

trabalhar na agricultura⁵¹. As áreas destinadas à monocultura demandavam produtos alimentares. Segundo Santos (2008) ressalta, isto acarretou que uma terceira zona, próxima à precedente, se especializasse na produção de gêneros alimentares, para abastecer tanto os canaviais quanto a cidade.

Até a metade do século XVII, Portugal foi o maior exportador de cana de açúcar. Os primeiros sinais do declínio da primazia de Salvador no Atlântico se deram entre o final do século XVII e o início do século XVIII, como consequência da intensificação da produção de açúcar no Caribe, que provocou queda do preço mundial da cana. Nos mesmos anos ocorreu a descoberta de ouro na região sudeste, no estado de Minas Gerais. O deslocamento dos interesses econômicos, acarretado pela nova atividade extrativista no Sudeste, motivou a relocação da capital colonial para Rio de Janeiro (1763). Remonta a este período o início da perda da importância política e econômica de Salvador, em favor das regiões sul e sudeste do país. Apesar disso, vale lembrar que, nessa mesma época, a cidade continuava a desenvolver-se em torno de seu porto e ampliava sua influência regional.

Até o início do século XIX, Salvador continuou a ser a principal cidade e a principal praça comercial da América Portuguesa⁵². Embora primasse pela produção da cana-de-açúcar, a Bahia se afirmou, também, como grande produtora de café. No sul de seu território, as culturas de algodão e cacau se incrementavam. Coronéis e senhores de engenho acumulavam, então, certa influência, como afirma Milton Santos (2008:50-51), até para dirigir a política nacional. Todavia, o mesmo autor ressalta que os centros do Recôncavo atuavam principalmente no sentido de centralizar a produção e transferi-la para Salvador, de onde era enviada à Europa. Essa organização espacial acabava reforçando a dependência do Recôncavo, centro produtivo, com respeito à capital, que concentrava os recursos financeiros, econômicos, sociais e políticos.

Após a independência (1822), a importância de Salvador em sua função antiga começou a declinar. Deveu-se isto, também, ao início de operação do Canal de Suez em 1869 e, mais tarde, do Canal do Panamá, inaugurado em 1914.

⁵¹ Esse comércio, por sua vez, favoreceu a cultura do fumo, pois o tabaco era a melhor moeda para a compra de escravos nas costas d'África (SANTOS, 2008:40).

⁵² Em meados do séc. XVIII, a descoberta do ouro na Bahia (no planalto da Chapada Diamantina) tivera como consequência o povoamento dessa área. Salvador se beneficiou do tráfico de gado e de ouro, isto é, do início de uma organização do espaço em que a cidade da Baía se afirmava não somente como porto de exportação (para açúcar, fumo e ouro) mas como praça comercial abastecedora de uma vasta região, do estado do Piauí até Minas Gerais (SANTOS, 2008:42).

Nesse período, apesar de uma considerável estagnação, a expansão da cidade não parou⁵³. Segundo reporta Santos (2008), o fim do período colonial determinou a abertura do porto de Salvador ao comércio internacional: foram então realizadas reformas para o acolhimento de navios de maior calado. O bairro do Comércio (cidade baixa) foi reformado; houve um processo de verticalização e ao mesmo tempo foram realizados aterros para ganhar áreas ao mar, onde se edificaram numerosos trapiches. Na metade do século, iniciou-se a implantação da linha férrea.

Enquanto o sudeste do país vivia um momento de ascensão econômica, com a abolição da escravidão (1888) e o afluxo de migrantes, o comércio de açúcar baiano se enfraqueceu, pois se fundava em atividades agrícolas baseadas no trabalho escravo.

Após a abolição da escravidão e a proclamação da República, no final do século XIX, questões concernentes à população negra recém liberta ganharam destaque nas discussões conduzidas pela elite brasileira sobre a modernização das instituições políticas e econômicas do país. O caráter liberal da República, que adotava explicitamente uma concepção de liberdade individual, consoante o ideário da cidadania universal (HOLSTON, 2008), revelou-se embaraçoso, em relação de paradoxo com o racismo científico que ganhava suporte nas escolas de medicina, nos museus, de todo o país, e, dissimuladamente, nas leis e na prática jurídica.

Hoje, a maioria da população de Salvador se autodeclara negra (parda ou preta)⁵⁴. É o caso de dois milhões e cem mil habitantes, quase 80% da população do município, segundo dados do último censo (IBGE 2010). Chamada de Roma Negra, a cidade é ambigualmente retratada como o berço da identidade nacional brasileira e como o símbolo do atraso do país.

A partir da segunda metade do século XX em diante, as raízes africanas da cultura brasileira estão presentes nas estratégias de propaganda que buscam vender a cidade como

⁵³ Embora os dados sobre população anteriores ao censo de 1872 não sejam confiáveis (MATTOSO 1992), reporta-se que no final do sec. XVIII, em 1790 os habitantes de Salvador eram estimados em pouco mais de 40 mil pessoas (NASCIMENTO, 1986), e em 1816 em 45 mil. A série de dados produzidos a partir de 1872 mostra um incremento considerável: em 1872 Salvador tinha 129 mil habitantes (IBGE, <https://goo.gl/CFdCGg>), em 1890, 174 mil e em 1900, 206 mil (SANTOS, 2008). É curioso comparar os dados de Salvador com os censos de São Paulo, que em 1872 registrava 35.000 habitantes, em 1890, 45.000 e em 1900 registra um crescimento vertiginoso, com 240 mil habitantes (IBGE).

⁵⁴ Serra (2014) destaca como essas categorias são problemáticas. Segundo o autor “consideradas de um ponto de vista lógico estrito, a grade de classificação hoje utilizada pelo IBGE para os censos, no que toca raça/cor não tem congruência. Preto, branco, pardo, amarelo e indígena formam um conjunto heteróclito de categorias. Elas não definem raças, nem cores, nem classes étnicas de um modo coerente” (SERRA, 2014: 24). Apesar desta crítica e do reconhecimento da arbitrariedade de todas as classificações raciais, o autor enfatiza que em diversas sociedades humanas se impõe a realidade sociológica das diferenças constituídas por alegações de raça. (ibid.)

destino de turismo. A música, estilos de dança, manifestações religiosas e festas são comercializadas sem embaraço pela elite econômica e política, branca⁵⁵.

É importante, todavia, entender que a natureza asséptica dos repertórios produzidos pelo aparato propagandístico joga um papel fundamental em conformar o imaginário dos cidadãos e suas expectativas de corresponder à combinação de representações de um panorama paradisíaco com uma população feliz e hospitaleira. As condições de vida passadas e presentes da população negra não são levadas em consideração nas campanhas midiáticas. Isto se torna bastante problemático pois oblitera as aspirações negligenciadas da maioria dos habitantes de Salvador, que encaram condições de vida duras, inclusive a exposição contínua à violência. É já óbvia a impossibilidade de sustentar os conhecidos estereótipos de uma sociedade harmoniosa, pacífica e racialmente democrática.

Como afirma Reis (2010), a escravidão “é uma história inconveniente”. Mas não se trata apenas de uma discussão de uma “incômoda herança” a esquivar. Há implicações muito graves para a política da cidade. Com os interlocutores desta pesquisa, negros envolvidos de formas variáveis em processos de tomada de decisão e no desempenho de rotinas burocráticas concernentes a seus bairros, aprendi que o Estado não “assume” a abolição da escravidão como “espoliação extrema e cruel”⁵⁶ (FERNANDES, 2008) e tampouco discute a política do espaço urbano enquanto condicionante de formas contemporâneas de discriminação racial. Esta política coloca-se em posição chave nas dinâmicas de retroalimentação recíproca entre racismo e capitalismo, dinâmicas estas abordadas por Hasenbalg (1979).

Disparidades na distribuição geográfica de grupos da população brasileira persistem hoje no território nacional e particularmente nas cidades, resultando na polarização espacial assim configurada: uma população mais branca e mais rica concentrada nas regiões consideradas mais desenvolvidas a partir de índices sócio-econômicos, e a população negra

⁵⁵ A este propósito cabe lembrar uma crítica de Kátia Mattoso (1992) a respeito das representações da estratificação social brasileira e mais especificamente da baiana. É verdade, como afirma a autora que “a disponibilidade quase inesgotável de mão de obra escrava imprimiu a essa sociedade em formação a ideia de que a estratificação fundava-se na cor da pele e no estatuto legal dos membros da comunidade”. Segundo tal visão havia no Brasil dois segmentos: os brancos (senhores que comandavam) e do outro lado a massa escrava, os negros que produziam. Entre os problemas da persistência dessa ideia, a autora destaca o caráter peremptório e definitivo com que se afirma uma visão pobre e uma descrição imprecisa da sociedade, que ignora a mobilidade e as mudanças ocorridas nas hierarquias sociais no Brasil entre o início da colonização e a industrialização moderna, no século XIX e não leva em conta a imensidão das terras brasileiras e suas diversidades regionais. Esclarecido isso, é preciso de toda forma destacar a força com que essa simplificação ainda hoje opera, no cotidiano do espaço urbano soteropolitano, onde as dicotomias elite/povo, branco/negro, orientam práticas (discursivas e não discursivas) e contribuem a reproduzir hierarquias e desigualdades. Significativo é que apesar de um anti-racialismo de Estado dá-se a incontestável cristalização de desigualdades, que podem ser conferidas por qualquer pessoa nos dados e pesquisas do IBGE. Essas desigualdades são construídas a partir da ordem institucional que, como destaca Mattoso, separava a população em livres e escravos.

⁵⁶ Com esse termo Fernandes quer chamar atenção para o fato de os escravos terem sido ‘libertados’ sem ser preparados para o novo regime de vida e trabalho (FERNANDES, 2008:29).

(pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE) concentrada nas regiões consideradas menos desenvolvidas, no Norte e no Nordeste (Hasenbalg em GUIMARÃES, 2006). Como argumenta Hasenbalg (ibid.), esta polarização é historicamente condicionada pela dinâmica do sistema escravista no país e pelas políticas de migração e de branqueamento da população, traduzindo-se “em diferenças na possibilidade de apropriação de oportunidades sociais em áreas como educação, emprego e rendimentos” (GUIMARÃES, 2006:260).

A dissimulação da espacialização das relações de poder como estas, por sua vez, constituem o espaço urbano é, segundo Lefebvre (1991a, 1991b), uma das principais estratégias de reprodução e expansão do “espaço abstrato”, fundamental para a reprodução do sistema capitalista. Retomarei este argumento mais adiante. Por ora, baste mencionar que justamente por esta razão, optei por adotar como ponto de partida da investigação etnográfica espaços onde se manifestasse alguma contestação à ordem espacial proposta/imposta por projetos estatais.

2.2 Topografias soteropolitanas

Além de ser a cidade mais antiga do Brasil, Salvador é a terceira mais populosa do país, com 2.675.656 habitantes (censo de 2010). Em 2010, 79% de seus habitantes se declararam negros, sendo 28% pretos, outros 51%, pardos e 19% brancos⁵⁷. Ainda segundo dados do censo de 2010, no município, 882.204 pessoas (33% da população soteropolitana) vivem em “agregados subnormais”. O IBGE (2011) define “aglomerado subnormal” como

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa⁵⁸.

O dado acima reportado significa que quase um terço da população da cidade de Salvador vive em assentamentos irregulares, com serviços públicos precários. Em escala nacional, a porcentagem dos que vivem em aglomerados subnormais é de 6%. Dos que

⁵⁷ Esses dados foram obtidos a partir da Tabela 1425 - População residente em domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais, por cor ou raça, segundo o tipo de setor e a situação do domicílio gerada pelo site <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1425#resultado>

⁵⁸ Segundo IBGE (2011): “A identificação dos Aglomerados Subnormais é feita com base nos seguintes critérios: (a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e (b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos essenciais” (2011:3).

residem em aglomerados subnormais em Salvador, 11% são brancos e 87%, negros (isto é 34% se autodeclaram pretos e 53% pardos).

Um a cada três residentes negros de Salvador reside em aglomerados subnormais (36%)⁵⁹. Quanto aos residentes brancos da cidade, menos de 2 a cada 10 moram em aglomerados subnormais (19%).

A denominação “agregado subnormal” adotada pelo IBGE (de adequação no mínimo discutível) pode coincidir com termos que variam regionalmente: “favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros” (ibid.). Em Salvador estão em uso designativos como “quebrada”, “invasão” e “favela”. Os dois últimos são mais frequentemente utilizados para indicar uma ocupação recente e ou com aparência menos consolidada e podem referir-se a conjuntos até menores que os identificados pelo IBGE.

De emprego mais frequente é o termo “bairro popular”, usado para referir-se a áreas da cidade constituídas por autoconstrução, com predominância de casas e pequenos prédios de escada, habitadas predominantemente por uma população de baixa renda, não necessariamente via ocupação direta de terrenos alheios. Dada a estratificação social da população soteropolitana, esses setores, que constituem amplas camadas populares, são compostos, em sua grande maioria, por negros (pretos e pardos)⁶⁰.

Aos bairros populares contrapõem-se os bairros nobres, hoje ocupados por antigas casas tradicionais, prédios modernos dotados de serviços de portaria, segurança e elevadores⁶¹. Entre essas construções, as mais recentes contam com espaços condominiais, onde é possível desfrutar de equipamentos como piscina, espaços para festas, academias, jardim. Esses bairros são habitados por população de pele mais clara, que compõe as camadas médias altas e altas da sociedade⁶².

Certa superposição, nos sistemas de classificação soteropolitanos, entre “brancos” e “ricos”, por um lado, e “pretos” e “pobres” por outro, já levou Thales de Azevedo, na década de 1950 a tomar esses termos como “sinonímias nativas” (GUIMARÃES, 2006:263).

⁵⁹ Segundo os dados do censo (IBGE, 2010) é levemente maior a porcentagem dos que moram em aglomerados subnormais entre os soteropolitanos pretos (41%), do que entre os pardos (34%).

⁶⁰ Em Salvador, segundo os dados do censo de 2010 (IBGE), a renda média nominal dos habitantes ocupados acima de 10 anos de idade é de 2.870,21 R\$ para os brancos, 1.286,83 R\$ para os pardos e 927,87 R\$ para os pretos. Dados do IBGE cidades <http://cidades.ibge.gov.br>, acesso em 1/04/2017.

⁶¹ Do ponto de vista do padrão urbanístico e devido às características sócio-econômicas de seus residentes, os condomínios fechados, isto é comunidades residenciais em que o acesso de pessoas e de veículos é restrito, também deveriam receber o atributo de “nobre”. No senso comum todavia, são referidas como áreas nobres ao invés de bairros nobres. sejam consideradas “bairros”.

⁶² Segundo dados do IBGE reportados pelo jornal A Tarde Online (2013) em Salvador “os bairros com menor número de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas são Itaipara (34,49%), Vitória (36,42%), Graça (37,82%), Caminho das Árvores (38,03%) e Canela (41,64%)”, .

A partir de um quadro como este, não é difícil discernir e visualizar a divisão material e simbólica da cidade. Essa divisão pode ser expressa, nas urbes brasileiras, por dualismos como cidade formal/cidade informal, ou cidade legal/cidade ilegal. Em Salvador, esse dualismo é refletido no par “bairro nobre” e “bairro popular” e em outros⁶³, que opõem topônimos os quais, além de indicar áreas específicas da cidade, acabam expressando conotações sócio-espaciais. Um exemplo é a oposição de “cidade alta” e “cidade baixa”, ocasionada pelo padrão de ocupação que adaptou à topografia do local a divisão funcional do núcleo originário soteropolitano.

Originariamente a cidade alta abrigava a sede administrativa e residencial da cidade e a cidade baixa as atividades ligadas ao comércio⁶⁴. Este par passou a indicar, em seguida, uma divisão sócio-espacial de diferentes regiões na urbe (McCALLUM, 2005). Em certos níveis de discurso, “cidade alta” pode ser entendida como área nobre, enquanto “cidade baixa” assume uma conotação de área popular. Com a expansão urbana de Salvador, ao binômio cidade alta/cidade baixa acrescentou-se outra oposição, entre o lado da baía e o lado da orla oceânica, como destacou Agier (1990). Num processo que se intensifica no século XX, os territórios que se estendem ao longo da orla da Baía de Todos os Santos foram ocupados por uma população mais pobre. A mesma área passou, também, por um processo de decadência e abandono do ponto de vista urbanístico, embora abrigue muitas das belezas arquitetônicas e naturais da cidade.

No final do século XIX iniciara-se um processo de expansão urbana durante o qual as classes mais abastadas abandonaram o centro antigo e se transferiram para os bairros da Graça, Vitória e Barra, dando origem a um novo eixo de expansão da cidade⁶⁵. Era o prelúdio da ocupação do lado da orla Atlântica hoje denominado corriqueiramente “Orla”, e do desenvolvimento de um novo centro econômico-administrativo da urbe⁶⁶, que passou a abrigar a cidade modernista (com prédios dotados de estruturas de segurança, de porteiro, elevador, de espaços para lazer, estacionamento privativo etc.) valorizando-se mais e mais.

⁶³ Esses pares não se referem a divisões urbanas claras. A cidade baixa, na área do chamado *Comércio*, abrigava setores muito mais “avançados” que os da cidade alta. Em bairros considerados populares, existem áreas que abrigam casas de classe média alta, residências de famílias “tradicionais”. A dicotomização das representações espaciais reproduz, de certa forma, a simplificação que, segundo Mattoso (1992:579), compromete a visão local da estratificação e das hierarquias sociais na cidade de Salvador.

⁶⁴ “Nela foram construídas fortificações, amarras de naus, cais para saveiros e depósitos de mercadorias que iam e vinham de todas as partes do mundo” fonte: <http://www.cidadebaixa.com/site/historia/>.

⁶⁵ Neste eixo, os novos bairros na Vitória e da Graça, embora não fizessem parte do núcleo da cidade colonial (dividida em cidade alta e cidade baixa), vieram a ser considerados parte da cidade alta.

⁶⁶ O centro administrativo e econômico da cidade se deslocou em direção ao Iguatemi, no vértice onde se encontram a BR324 e a Avenida Paralela (43)

Ambas as divisões – cidade alta x cidade baixa, lado da Baía x lado da orla – se constituem em termos de uma oposição não só geográfica ou urbanística, como também simbólica e social (AGIER, 1990). Tais dualidades, assim como a oposição entre bairros nobres e populares, se refletem em práticas discursivas, mas principalmente nos “mapas sociais cognitivos” que os habitantes de Salvador “adquirem durante suas vidas, residindo na cidade e movimentando-se em seus espaços” (McCALLUM, 2005:186). McCallum (2005) sugere que, embora constituídos e atualizados a partir de experiências individuais passíveis de extrema variação, tais mapas apresentam um certo grau de coincidência, isto é, parecem remeter a mapas sociais compartilhados pela maioria dos utentes, apesar de suas diferenças de classe, gênero e raça. Isto se dá principalmente em relação aos contrastes entre bairros populares e nobres. Certo é que essas cartografias imaginadas influenciam de forma consistente as experiências que os soteropolitanos têm (ou deixam de ter) da paisagem urbana, do espaço construído, enfim de suas práticas nos usos do espaço em Salvador.

Os “mapas cognitivos” dos habitantes de Salvador refletem divisões sociais que preocupam os urbanistas concentrados em analisar as tendências mais recentes no espaço construído da cidade. Gordilho, por exemplo, referindo-se à segregação espacial, fala de Salvador como feita de “duas cidades”, “diferenciadas e justapostas” (GORDILHO-SOUZA, 2000) a exacerbar processos de ocupação diferenciada a partir de divisões de classe e raça.

Uma parte expressiva dos estudos produzidos no Brasil sobre a questão urbana se concentra na problemática da periferia e da favela (cf. VALLADARES, 2000), e, principalmente a partir da década de 90, no tema da segregação⁶⁷. Segundo Carvalho e Pereira (2008), esses estudos mostram como dinâmicas globais se expressam localmente na conformação das cidades, contribuindo para a persistência e consolidação de uma estrutura urbana segmentada e segregada, onde a estratificação social tem uma clara expressão na distribuição territorial da população.

Contra a tendência a subsumir raça à classe social (que se manifesta, para além dos sistemas de classificação corriqueiros, nas formulações de políticas públicas e nos estudos sobre cidades) quero enfatizar que em Salvador a diferenciação social, expressa num espaço urbano fragmentado e segregado, não tem a ver somente com níveis de renda ou classes sociais, mas assume conotações étnico-raciais, sendo os bairros da cidade habitados por porcentagens variáveis de brancos, pretos e pardos.

⁶⁷ Conferir a este propósito Villaça (1998), Caldeira (2000) e as pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles e pelo Centro de Estudos da Metrópole sobre a configuração atual das áreas metropolitanas (Ribeiro, 2000, 2004; Marques; Torres, 2005).

Mapa Racial de Pontos: Cidade de Salvador - Bahia

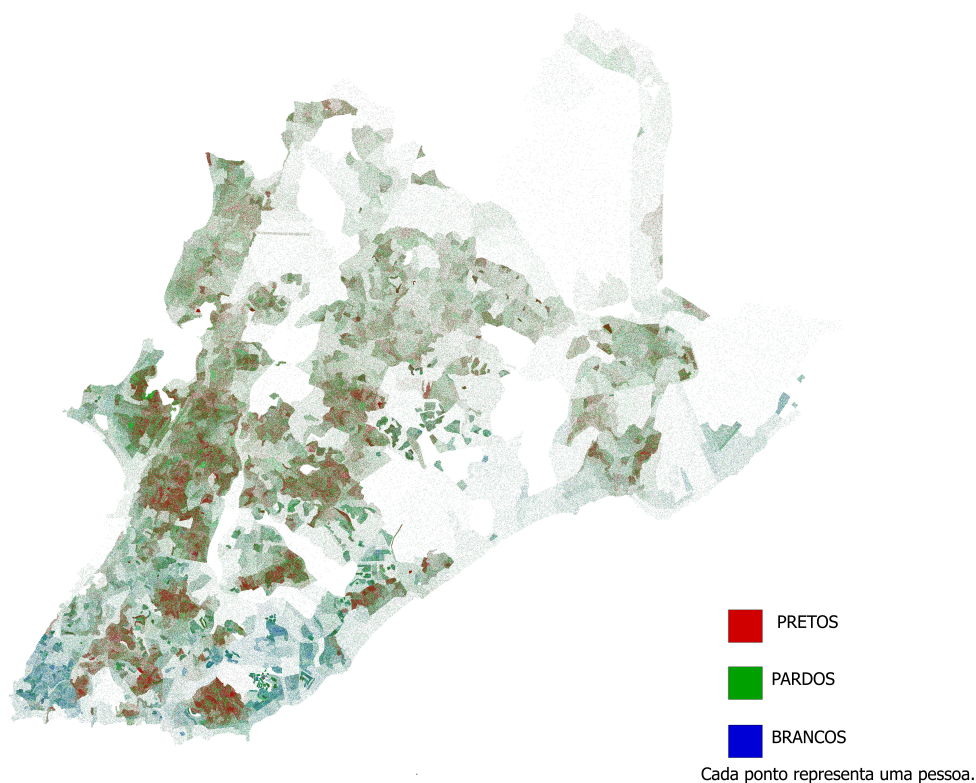


Figura 1 - Mapa racial de pontos Fonte: Mapa racial de pontos - Nicolau Barbosa de Gusmão - Elaborada no QGIS <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>

Na capital do estado de Bahia a política de ocupação e controle do uso do espaço urbano valeu-se, historicamente, da norma jurídica como instrumento propiciador de uma acessibilidade diferenciada ao solo urbanizado e ao direito de propriedade (segundo foi demonstrado por Lima, 2005). Deste modo, uma significativa parcela da população local, assim como os migrantes oriundos da área rural, viram-se privados da possibilidade de adquirir terra e morar em regiões providas de serviços urbanos.

Todavia, até as primeiras décadas do século XX, era comum que proprietários de terras às margens da cidade adotassem as seguintes atitudes: tolerassem a ocupação de parcelas por quem se disponibilizasse a habitá-las e cultivá-las, ou, sem o consentir, deixassem isso acontecer por estar ausentes de suas propriedades (BRANDÃO, 1981). Neste último caso, a ocupação se dava, claro está, à revelia dos donos das terras.

No início do século XX, com a expansão da economia de mercado e o crescimento dos fluxos migratórios advindos do interior do estado, as ocupações de terras alheias começaram a dar-se mediante processos cada vez mais contestados: o Estado, em seus diversos níveis, passou a restringir a vigência dos regimes de ocupação costumeiros,

respaldando juridicamente a mercantilização do solo urbano pelos donos das terras. Os proprietários começaram a resistir à ocupação simples de terras ociosas, e esta prática, até então relativamente aceita e consensual, tornou-se ilegal. Em Salvador, um decreto municipal de 1944 tornou as ocupações não autorizadas “invasões de propriedade privada”. A medida coincidiu com a intensificação do fluxo migratório procedente do interior do estado.

Remonta à década de 40 a primeira “invasão” de Salvador⁶⁸, Corta Braço (1946), seguida pela invasão de Alagados⁶⁹ (1948).

Estas ocupações constituem um marco na história da cidade e de seus processos de urbanização. Inauguram o primeiro ciclo de grandes “invasões”, que se estendeu até a década de 1990. Durante essa fase, em Salvador, a luta por moradia se organizou mediante ações coletivas que tinham como objetivo a ocupação direta e a defesa das expulsões⁷⁰. Em medida crescente, essas experiências e a organização que elas geraram serviram de base para a reivindicação de melhorias e serviços urbanos, que se foi intensificando especialmente a partir da década de 1980⁷¹. Foi nesta época que a ocupação de terras foi gradualmente substituída pela consolidação de bairros mediante regularização fundiária e a implantação de infraestruturas básicas (NASCIMENTO, 2015). Articulavam-se, a partir dessas ações, formações sociais que contribuíram para a politização da questão da habitação e, mais adiante, da questão urbana como um todo.

A partir dos anos 70, os movimentos organizados em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde (ao par dos que se organizaram em torno de questões como gênero, raça, etnia) são responsáveis por envolver a “cidadania” em suas reivindicações. A atuação dos movimentos sociais em

⁶⁸ A prática de ocupar terras alheias, como foi dito, não era nova. O que constituía novidade era a noção de “invasão”, surgida do deslocamento na ilegalidade do único meio que a maioria das pessoas tinham de ter acesso a moradia e da prática que se difundiu de organizar-se para ocupar coletivamente terrenos, com este objetivo.

⁶⁹ Corta Braço situava-se onde hoje se acha o bairro Pero Vaz. A invasão de Alagados, começada no Caminho de Areia, na altura do antigo Solar do Coronel, expandiu-se na Enseada entre a Península de Itapagipe e o Subúrbio, dando origem a maior “favela” sobre palafitas do país.

⁷⁰ Os grupos que encabeçavam ações coletivas para começar (ou defender) ocupações diretas de terras urbanas realizando o próprio direito à moradia, bem como os que reivindicavam serviços básicos em áreas que iam se consolidando, são geralmente referidos como “movimentos populares” (DOIMO 1984, ESPÍNEIRA 1997). Esses grupos em geral são compostos prevalentemente por expoentes das camadas populares. Como foi demonstrado por numerosos autores (dentre outros ESPÍNEIRA, 1997), esses “movimentos” contavam com a participação de políticos, padres católicos e intelectuais, entre outros. A denominação em apreço (“movimento popular”) é utilizada principalmente no âmbito das reivindicações urbanas ligadas ao espaço de moradia e é reforçada por seu uso em pesquisas de cientistas sociais, que frequentemente integravam coletivos dedicados a assessorar tais movimentos. A produção acadêmica, portanto, sempre esteve em relação biunívoca com a atuação desses agentes. Segundo alguns autores, a organização popular pela moradia tem um conteúdo político qualitativamente distinto daquele que caracteriza os movimentos reivindicatórios das camadas médias, as quais se mobilizam por melhorias relacionadas ao *status quo* (GOHN, 2008).

⁷¹ Foi nessa década, no processo da Assembleia Constituinte, que a tendência de transformação da questão da moradia em tema de política pública veio a ser consolidada com a chamada “emenda da reforma urbana”.

articulação com outros atores (Igreja Católica e partidos políticos) marca o início da construção coletiva de áreas inteiras da cidade e a mobilização dos residentes na criação de uma vida urbana (com escolas comunitárias, espaços coletivos, serviços básicos, manifestações culturais), ligada à reivindicação de direitos, vinculando o processo da produção do espaço urbano à noção de “cidadania”, isto é, avançando “de baixo para cima”, numa politização da questão urbana. Compõe esses processos o surgimento de novos sujeitos sociais e políticos, de novos direitos e a ampliação do espaço da política.

Ao longo do século XX, uma grande porção da Península de Itapagipe surge edificada por autoconstrução. É a cidade que “nasce do movimento”, de processos que, além do espaço urbano, implicam na dimensão temporal do fazer o bairro, fazer a cidade. Junto com essa urbanização, desponta a vida política em Alagados. Aqui a autoconstrução de moradias dá resultados que, embora “precários” aos olhos de forâneos, segundo a perspectiva de seus moradores representam o efeito dos esforços de uma vida. Na intersecção entre a política e a busca (ou luta) por uma vivência tão urbana e cotidiana como é o habitar, surgem, junto com um espaço novo, as práticas espaciais do fazer cidade. Me dedico agora a situá-las, procurando introduzir seus atores.

2.3 A rede CAMMPI

Já nos meus primeiros contatos com a CAMMPI ela apresentou-se como uma rede de organizações de bairro do território da Península de Itapagipe. A rede CAMMPI era considerada por seus membros uma espécie de estrutura em que se baseava o movimento. Que o movimento atuasse em rede significava, diziam-me, que ele se apoiava em organizações de bairro dispostas em uma composição colegiada e horizontal. Trabalhar em rede significava “lutar” pelos mesmos objetivos, pelo mesmo território e aproveitar as habilidades particulares das distintas organizações. Desta forma, o trabalho e as aptidões de cada uma delas se refletiam positivamente no coletivo e no território da Península, contribuindo para o seu desenvolvimento (entendido aqui como melhora das condições de vida de seus habitantes). Cada organização desempenhava atividades próprias, adscritas ao campo do “trabalho social”. O trabalho em rede articulava e somava pessoas, competências, saberes e forças, fazendo da CAMMPI uma experiência considerada exemplo de “gestão comunitária prática ideal” (SOARES in FLEXOR e SCHWEIZER, 2011:58), por isso mesmo estudada e discutida, desde sua fundação, por pesquisadores da Universidade Católica de

Salvador e da Universidade Federal da Bahia⁷². Ninguém estranhou, portanto, no dia em que eu me apresentei em uma reunião da CAMMPI para negociar minha inserção como pesquisadora. Era o 28 de abril de 2014, a menos de dois meses do início dos jogos da Copa do Mundo 2014, quando entrei pela primeira vez no Espaço Cultural Alagados, no fim de linha do bairro Uruguai. Às 19.30 horas de um dia chuvoso, encontrei 35 pessoas reunidas, sentadas em círculo na sala de ensaio, que abrigava cadeiras, arquibancadas de madeira, palco de tablado e cortina preta. No momento em que eu entrei, os participantes estavam a apresentar-se, um a um. Além dos membros e coordenadores de associações da rede CAMMPI estavam na sala, compondo o círculo, técnicas do Governo do Estado da Bahia (Câmara Setorial de Prevenção Social, Secretaria de Cultura e CONDER) e alguns policiais militares.

O encontro, solicitado à CAMMPI pelo Governo do Estado da Bahia, tinha em pauta o anúncio da iminente inauguração da Base Comunitária de Segurança (vulgo UPP, apelido evocativo das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro), que atuaria em uma porção (chamado de “poligonal de atuação”) do bairro Uruguai.

Eu chegara à reunião sem saber qual a ordem do dia, após contato telefônico com Reginaldo Bonfim, presidente da ABDAl, que me fora indicado como interlocutor por Roque, coordenador da Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe – AMAI⁷³. *Seu* Reginaldo (vulgo Reginho) conversou brevemente comigo após o encontro, em que eu fui apresentada como pesquisadora movida pela intenção de realizar uma pesquisa junto à rede. “Para *nós* (da rede) não será problema nenhum ajudar mais um de *vocês* (da academia), pois nós estamos acostumados com isso. Muitos pesquisadores, de várias áreas, estudaram a CAMMPI, você não será nem a primeira, nem a última” (Conversa com Reginaldo, após a reunião do 28/04/2014 grifos meus).

Já neste primeiro encontro eu percebi algumas particularidades da rede CAMMPI, traços que a distinguem de movimentos surgidos em torno de contestações específicas e localizadas. Refiro-me a características que a diferenciam de outras redes de ONGs, a exemplo da que foi abordada por Vianna (2010), no Recife. A rede CAMMPI mantém uma intensa relação com o espaço do bairro, não somente do ponto de vista da origem das associações que a compõem, mas também devido a seu profundo envolvimento com a política do espaço: sua

⁷² Cabe ressaltar que estas últimas, ao longo dos anos, realizaram projetos de cunho social na região, concentrando-se principalmente na área da península referida como Alagados (bairros Uruguai, Massaranduba, Vila Ruy Barbosa/Jd Cruzeiro, Mangueira), em parceria com associações locais.

⁷³ Esta última foi a primeira associação de moradores da Península que visitei, em parte devido à localização de sua sede, muito visível, numa das vias principais da Península, a Avenida Porto dos Mestros (bairro Ribeira).

atuação surge de, e está voltada para, um espaço específico, local de residência de seus membros e, de certo modo, o origina.

Em parte, a primeira seção desta tese constitui meu esforço de elucidar como a rede CAMMPI se constitui a partir do espaço da Península, entendido não somente como uma superfície física (um recipiente) mas também como um conjunto de relações. Após tentar abordar como, em certo sentido, o lugar faz a CAMMPI, tento, na segunda parte, fazer o movimento inverso, isto é, mostrar como a CAMMPI faz a Península de Itapagipe, mediante sua atuação.



Figura 2 - Mapa dos bairros da Península de Itapagipe. Elaborado pela autora, a partir de Googlemaps, 2017

Buscarei agora descrever como a rede CAMMPI se apresentou aos meus olhos. Mais tarde, no capítulo 5, retomarei a abordagem dos eventos que acompanharam a implantação da Base Comunitária, tratando mais detidamente desses acontecimentos, que marcaram o início da pesquisa e minha inserção em campo.

A primeira coisa que me pareceu digna de nota foi que a reunião da rede ocorria em um espaço público, gerenciado pelo Governo da Bahia – o Estado⁷⁴, como ali se falava –: o Espaço Cultural Alagados⁷⁵. No dito Espaço têm sede duas organizações membros da CAMMPI: a Cooperativa de Mulheres Doceiras e Cozinheiras – ADOCCI e o Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA⁷⁶. ADOCCI e CAMA estavam presentes nas reuniões, nas pessoas de seus respectivos coordenadores, Ana Suely e Raimundo Nascimento. Outros membros do CAMA participavam das reuniões: Ana Karine, sobrinha de Raimundo, Jeane de Jesus Costa, (vulgo Déa) e Gilcinéia Barbosa (vulgo Néia), arquiteta⁷⁷. A atual coordenadora do Espaço Cultural, Jamira Muniz, fora educadora da escola comunitária Luiza Mahin, também localizada nas proximidades do fim de linha do Uruguai. A Escola Luzia Mahin era, junto com o Posto de Saúde Comunitário Milton Santos, um projeto da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia. Esta última associação era presidida por Maria de Lourdes (vulgo Lurdinha), pessoa presente e ativa nesses encontros iniciais, sempre acompanhada por Carlos Eduardo (vulgo Baby), músico e educador da Luiza Mahin. Raimundo Pereira participava como representante e coordenador da Creche Comunitária Joanes Leste, no Lobato. Compareciam às reuniões também Ana Rosa dos Santos, fundadora e coordenadora do GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra da Massaranduba; Selma Lessa, da CECCEL, escola comunitária fundada a partir da Associação Livre dos Moradores da Mangueira – ALMM; o já citado Reginaldo Bonfim, presidente da ABDAl e Ana da ABEAC. Todos os referidos participantes pertenciam à mesma faixa etária, entre os 50 e os 70 anos. Os participantes mais jovens (a exemplo de Carlos, Tatiane, Taciane, Wadson e outros, de idade entre 20 e 35 anos) eram todos membros da REPROTAI,

⁷⁴ Este termo é utilizado de modo ambivalente, podendo remeter ao Estado Nação e ao *Estado* no sentido do Governo do Estado da Bahia. Minha suspeita de que *Estado* fosse utilizado principalmente neste último sentido desfez-se ao longo de encontros com representantes de agências e órgãos estatais de outros níveis de governo. Nessas situações, eu reparei que *Estado* era utilizado também para referir-se a órgãos da Prefeitura e da União.

⁷⁵ Consultar no anexo 2 o mapa da região com a plotagem que indica a localização das organizações. O leitor pode consultar o mesmo mapa também no link <https://goo.gl/pLWcXB>.

⁷⁶ O CAMA vem a ser uma organização de bairro criada a partir da iniciativa de moradores do Uruguai, um pequeno grupo de participantes do movimento cultural do teatro Amador, com o objetivo de trabalhar temas de educação ambiental e cultura popular com jovens. Seus membros frisam que se tratou de uma iniciativa de moradores de bairro popular, coisa que gostam de esclarecer porque sabem que a maioria das iniciativas com esta vocação, em Salvador, são encabeçadas por ONGs compostas por pessoas de classe média. A motivação imediata de sua criação foi o desejo de mobilizar moradores (principalmente jovens), mediante atividades ligadas a cultura popular, para enfrentar o sério problema do lixo em Alagados.

⁷⁷ Néia e Déa eram ambas servidoras públicas, respectivamente da Fundação Mário Leal Ferreira (órgão de planejamento urbanístico da Prefeitura Municipal) e da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Néia, arquiteta urbanista, era também presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado da Bahia. Déa era Assessora Especial do Gabinete do Secretário. Contudo, ambas tinham assento nesses encontros como membros das associações de bairro. Normalmente nos encontros com o Estado elas também participavam “enquanto comunidade”.

organização formada por jovens oriundos de projetos da Associação de Moradores Santa Luzia, do Grupo União e Consciência Negra e da Associação Livre dos Moradores da Mangueira. A REPROTAI integrava a rede CAMMPI e, durante a minha pesquisa de campo, ocupava o Espaço Alagados com atividades culturais (também referidas como “arte-educação”). As atividades da REPROTAI eram organizadas e coordenadas por jovens moradores e tinham como público alvo jovens, adolescentes e crianças de toda a região: do Uruguai, do Jardim Cruzeiro/Vila Ruy Barbosa, da Massaranduba, da Mangueira e até de Lobato. Além deles, tomava parte das reuniões da CAMMPI Joilson Santana, coordenador da cooperativa de catadores de materiais recicláveis CAMApet, um projeto nascido da atividade do CAMA, que ganhara certa projeção e autonomia organizacional. A cooperativa CAMApet tinha sede, então, em um galpão do bairro Jardim Cruzeiro.

Embora formalmente fizessem parte da CAMMPI numerosas organizações de todo o território da Península de Itapagipe, logo nas primeiras semanas em que frequentei as reuniões ficou claro para mim que a maioria dos participantes assíduos nas reuniões da CAMMPI eram membros de organizações situadas no lado da Península considerado *popular*, com exceção da ABEAC, localizada na Ribeira⁷⁸, numa área considerada *nobre*. Isto é, as atividades envolviam principalmente associações e moradores de uma região específica, que outrora era mais conhecida como Alagados. Outras associações que encontrei ativas no momento da pesquisa, eram, em sua maioria, ex membros da CAMMPI. Localizavam-se no bairro Roma, na Ribeira e no Bonfim. A mim, diziam-se aliadas, ou até mesmo membros da CAMMPI, embora há anos sem frequentar suas atividades⁷⁹.

Olhando de perto e de dentro, como etnógrafa, eu não conseguia mais enxergar na Península de Itapagipe a unidade territorial por mim escolhida como ponto de partida para a pesquisa. Ela não me parecia mais uma totalidade bem definida.

2.4 Entre o polo industrial e as invasões: a Península de Itapagipe, lugar de associativismo

⁷⁸ A ABEAC, fundada por uma educadora, moradora da Ribeira, nascera com o intuito de atender as crianças do Areal, área localizada entre o Saveiro clube e a Mangueira, que goza de um status ambíguo. Por um lado, é considerada parte da Ribeira; por outro, porém, tendo sido urbanizada a partir de uma ‘invasão’, carrega atributos negativos devido, entre outras coisas, à baixa renda das população que ali habita e ao fato de abrigar “pontos de venda de droga”, isto é, de entorpecentes ilícitos.

⁷⁹ Constituem uma exceção as associações da Pedra Furada, em particular a Associação de Pescadores, cujo representante, embora filiado ao PT, declarou não fazer parte da CAMMPI. A relação com as associações da Pedra Furada é abordada no capítulo 5.

Para começar, Itapagipe costumava ser dividida pelos próprios moradores em uma área considerada nobre e uma área considerada popular, pobre, ou carente. Era comum ouvir dos participantes das reuniões da CAMMPI a distinção: do Caminho de Areia “para lá” (a região nobre) e do Caminho de Areia “para cá”. A área entre o Caminho de Areia e a Enseada dos Tainheiros constituía a região popular (dita “para cá”). Quase todas as associações presentes na sala do Espaço Cultural eram compostas por moradores da área do Caminho de Areia “para cá” e nela tinham sede.

Esta divisão tem suas raízes na história de ocupação e urbanização da Península, cujo fato emblemático é o surgimento de uma porção de solo antes inexistente (Fig. 1), criado pela ação dos moradores.



Figura 3- Localização da Avenida Caminho de Areia na Península de Itapagipe. Mapa elaborado pela autora a partir do Googlemaps, 2017.

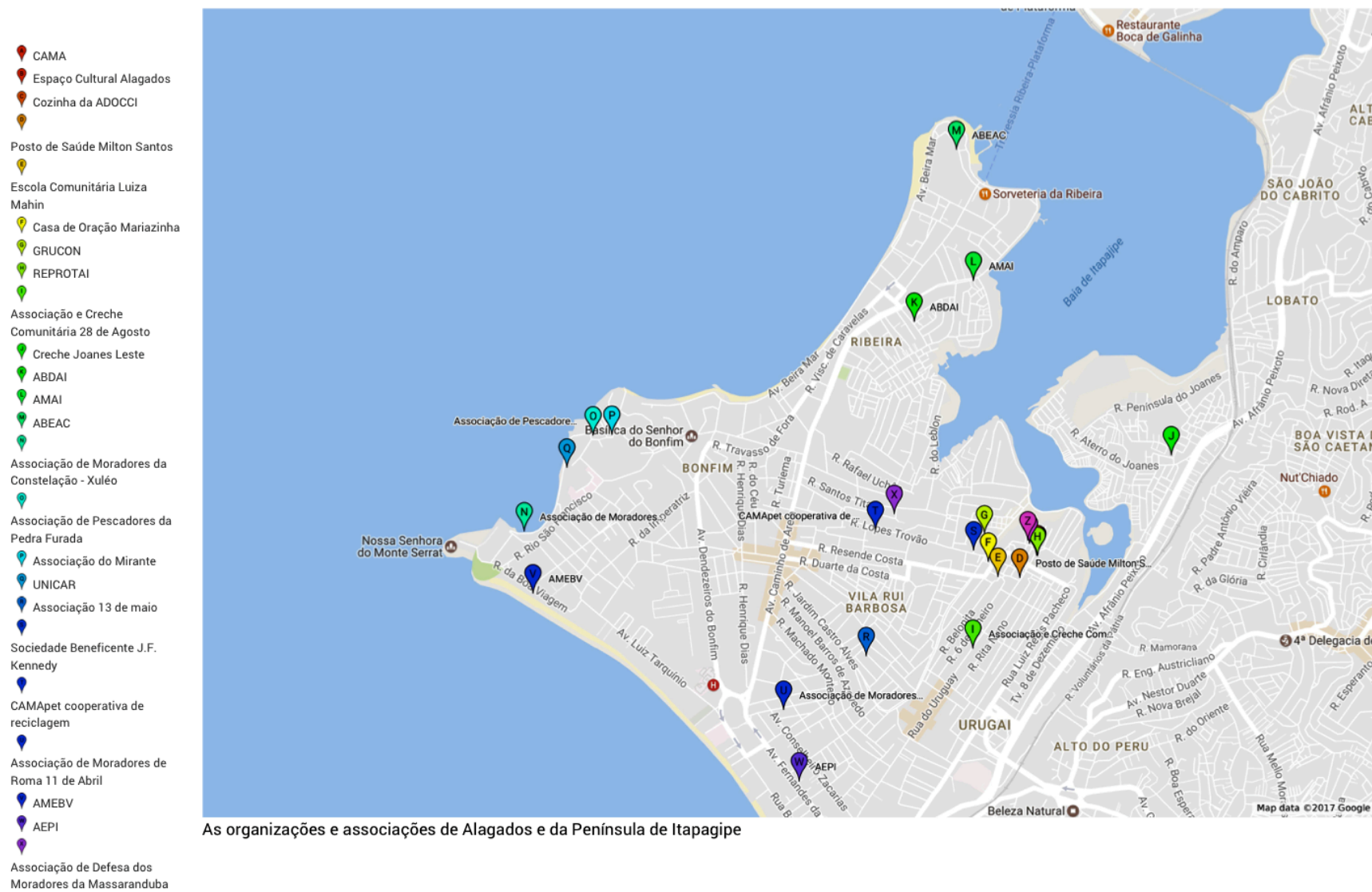


Figura 4 - Mapa da localização das associações de bairro. Elaborada pela autora no Googlemaps, 20

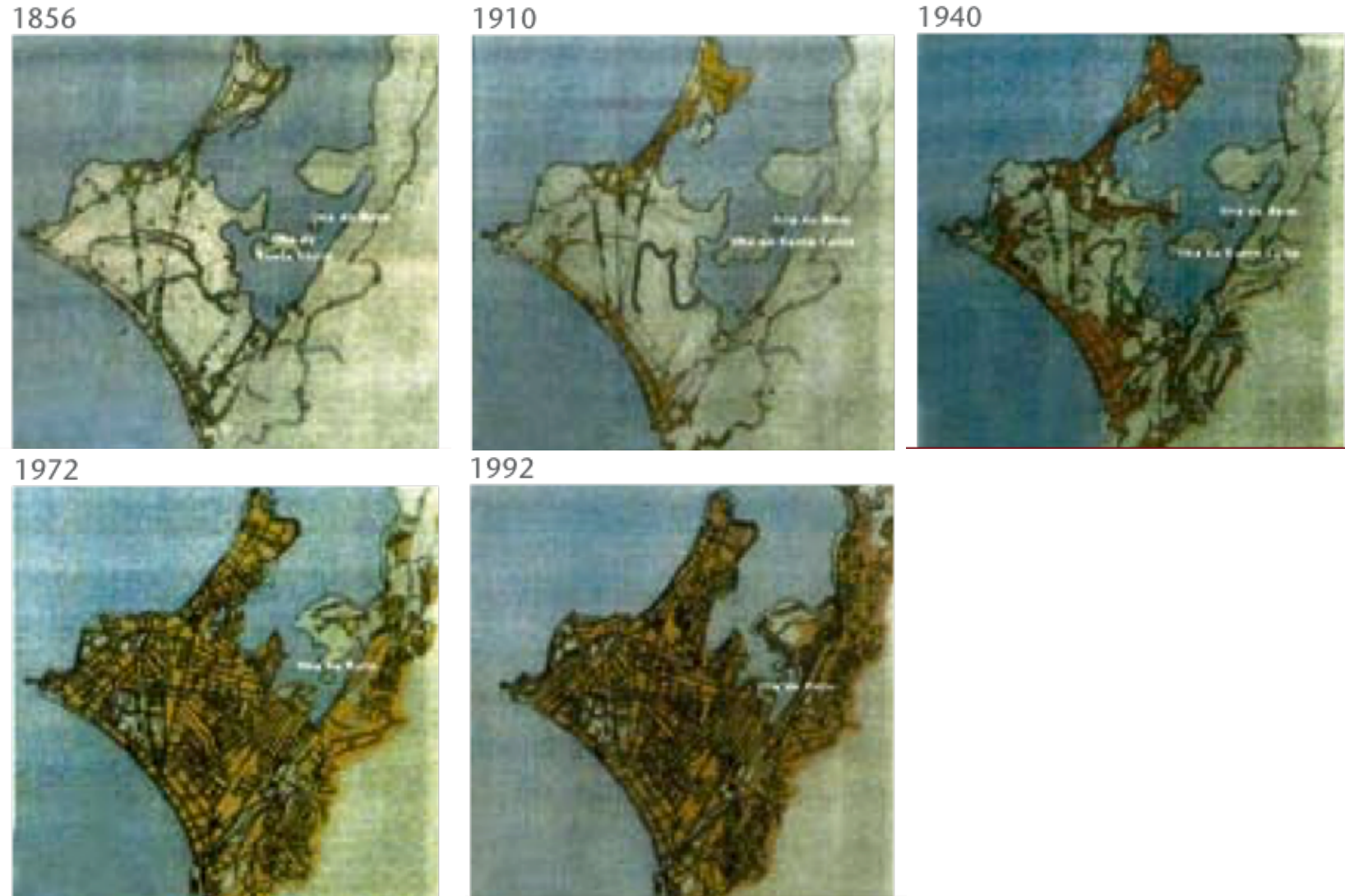


Figura 5 - Etapas da consolidação dos aterros na Península de Itapagipe. Foto da Prefeitura Municipal de Salvador. Fonte: Aliança de Cidades, 2008

Os mapas da Figura 5 mostram como a maior expansão do solo da Península se deu entre 1940 e 1972. Este processo coincide temporalmente com o aumento da população que ocorreu nessas décadas em Salvador⁸⁰, como consequência dos fluxos migratórios do campo para a cidade. A pressão demográfica se deu inicialmente sobre os bairros pobres tradicionais. Ao consultar dados específicos sobre Itapagipe, como mostrarei mais adiante, vê-se que lá houve uma concentração extraordinária de invasões.

A Península de Itapagipe é uma área da velha Salvador famosa pelo patrimônio histórico e cultural abrigado pelos conhecidos bairros da Ribeira, Bonfim, Monteserrat e Boa Viagem. Além de antigos fortes militares e igrejas, ela hospeda até hoje mansões coloniais que relembram os tempos em que as famílias abastadas de Salvador ali veraneavam, aproveitando as praias calmas da Baía de Todos os Santos e curtindo a intensa agenda das festas religiosas do verão.

Desde o século XIX, começaram a ser implantadas na Península fábricas para produção nos setores têxtil, metalúrgico e alimentício. As indústrias concentravam-se inicialmente entre os Mares e a Penha (Ribeira). Quando, em 1948, o governo procedeu a um zoneamento funcional da cidade de Salvador, a Península, próxima à estrada de ferro do Subúrbio, foi oficializada como distrito industrial. Flexor (2011) enfatiza que o zoneamento legal foi seguido (e afrontado) por um zoneamento *de facto*. Os dados citados pela autora mostram que entre 1940 e 1950, 23.959 novos moradores chegaram a Itapagipe e 4.833 novas casas foram construídas. O censo de 1950 informava que nessa época existiam em Salvador 20.377 edificações, das quais 12.988 eram ilegais. Mais da metade destas últimas situavam-se na Península de Itapagipe, onde se estima que 75% das casas fossem habitadas por trabalhadores e pobres (FLEXOR, 2011: 14-15). O espaço livre da península foi rapidamente preenchido, a tal ponto que logo não houve mais possibilidades de expansão industrial. As novas fábricas construídas foram encravadas nas áreas residenciais. Na metade do século XX a indústria da Península concentrava fábricas de produtos farmacêuticos, químicos, metalúrgicos e alimentícios (SANTOS, 1956). As ondas de recém-chegados (migrantes do Recôncavo e até mesmo do sertão, assim como pessoas oriundas de outros bairros da cidade), começavam a “invadir” propriedades existentes e terras de marinha, construindo ali seus casebres e palafitas nos trechos de manguezal da costa da Enseada dos Tainheiros.

⁸⁰ Devido principalmente aos grandes fluxos migratórios do interior do estado da Bahia, a população de Salvador passou de 290.443 habitantes em 1940, a 417.235 em 1950, a 655.735 em 1960, até 1.027.142 em 1970. Fonte Tabela 1.6 - População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010

Contribuíram para a desativação das indústrias de Itapagipe, entre outros fatores, a competição das indústrias do Sudeste (bem mais poderosas), o crescimento da indústria petrolífera no fundo da Baía de Todos os Santos e a criação de um novo distrito industrial na região metropolitana de Salvador, além da crise global dos anos 1970 que afetou principalmente os setores têxtil e metalúrgico. Verificou-se, então, o abandono dos galpões industriais, que ainda hoje constituem espaços subutilizados no solo da Península.

Os atuais 9799m² de extensão da Península de Itapagipe (FLEXOR, 2011) foram alcançados gradualmente, mediante o aterro progressivo do manguezal na Enseada do Tainheiros. Isto resultou na aproximação da costa da Península a um trecho da costa do Subúrbio Ferroviário, onde se encontra o bairro do Lobato, e no englobamento da Ilha de Santa Luzia à terra-firme (Figura 6). Como veremos mais adiante, os aterros consolidaram-se ao longo de décadas pela ação dos moradores e, de forma mais marginal e descontínua, em função de intervenções do poder público (principalmente do Governo do Estado).



Figura 6 - A Península de Itapagipe e a Enseada dos Tainheiros em 1930 e 2015. Mapa à esquerda, Aliança das Cidades, 2008. Mapa à direita, Mapa do Google, acesso em 20/02/2015

A trama da ocupação da Península de Itapagipe é até hoje legível em seu espaço construído: melhores infraestruturas e condições de habitação, assim como uma população mais abastada e de pele mais clara, estão concentradas nas áreas de ocupação e urbanização mais antiga, que além de apresentar uma menor densidade populacional, geralmente, oferecem condições de maior salubridade. As áreas de ocupação mais recente, antes ocupadas pelas palafitas e hoje compostas quase exclusivamente por casas de alvenaria, mostram condições de habitação e estrutura urbana geralmente tanto mais precárias quanto mais

recente sua consolidação. Nessas áreas hoje se encontram, também, conjuntos habitacionais erigidos por programas de melhoria urbana que promoveram a erradicação das palafitas e a implantação de obras de habitação social.

Dá-se, desta forma, uma divisão da Península de Itapagipe, em uma área considerada *nobre*, e outra considerada *pobre, popular, carente*. No interior de uma área por muitos tomada como unidade espacial, reproduz-se aquela diferenciação sócio-espacial, referida na introdução, que caracteriza as topografias imaginadas de Salvador.

O *lado nobre* da Península compreende a região mais valorizada, que abriga, nos bairros do Montserrat, Bonfim, Boa Viagem e Ribeira, belezas paisagísticas e marcos arquitetônicos reconhecidas como relevantes para o patrimônio histórico-cultural de Salvador. Lá encontram-se por exemplo o Forte de Humaitá, a Igreja do Bonfim, a Igreja da Boa Viagem e o recém fundado santuário de Irmã Dulce. São considerados parte dessa área *nobre* os bairros residenciais Dendezeiros⁸¹, Machado, Roma e Mares, embora este último tenha uma função comercial mais acentuada.

Na área considerada “popular” ou “mais carente” estão situados os bairros Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Vila Ruy Barbosa, Uruguai, Mangueira, além das localidades conhecidas como Baixa do Petróleo, Leblón e Areal. Esses bairros são habitados por uma população que em sua maioria se auto-identifica como preta e parda (segundo a classificação dos dados censitários do IBGE, 2010), à qual são atribuídos os indicadores socioeconômicos mais baixos⁸². As áreas mais próximas ao trecho costeiro da Enseada dos Tainheiros são áreas de urbanização mais recente, por vezes referidas de forma indistinta como Alagados.

As associações de bairro da Península tiveram origens diversas. Algumas surgiram como comitês de gestão das ocupações, com o objetivo de dirimir os conflitos e organizar o trabalho de autoconstrução dos ocupantes. Este é o caso da Associação de Moradores 28 de Agosto, fundada em 1968, que existe, ainda hoje, unicamente em função da própria creche comunitária. Outras surgiram de movimentos reivindicatórios do direito de permanência nas invasões, isto é foram criadas em resposta às tentativas de remoção por parte do setor público.

⁸¹ Onde, além de numerosos galpões e antigas instalações industriais, surge também a famosa Vila Operária de Luiz Tarquínio.

⁸² Exceto uma lei da década de 60, Salvador não possui uma lei que delimite os bairros atuais. Todavia, segundo uma sub-divisão administrativa da Prefeitura Municipal, que divide a cidade em sub-prefeituras ou prefeituras-bairro, fazem parte da Península de Itapagipe todos os bairros acima mencionados, com o acréscimo do Lobato, bairro do Subúrbio Ferroviário banhado pela Enseada dos Tainheiros. O Lobato, contíguo ao Uruguai e à Ilha do Rato, passou por um processo parecido e coevo ao dos Alagados da Península.

É o caso da antiga Associação Dom Avelar e da Associação João Paulo II⁸³, originadas à época das homônimas invasões, ocorridas mais recentemente, na década de 1980. Não raro essas organizações, uma vez alcançado o direito de permanência, se transformavam, para prestar serviços à comunidade de residentes ou para agir como grupos de pressão, formados com o propósito de reivindicar melhorias urbanas. Outras ainda, surgiam como grupos de amigos, ou sociedades recreativas. Algumas, principalmente na década de 1980, surgiram ou consolidaram-se a partir da constituição de programas assistencialistas de governo municipal, a exemplo do Programa do Leite, citado por Espiñeira (1991) e lembrado por um de meus interlocutores na Península, *Seu Roque*, que o mencionou como projeto outrora ativo na AMAI (por sinal fundada nessa mesma época).

Algumas das associações atualmente ativas nasceram por iniciativa de pessoas da comunidade que atuaram nos grupos de convivência para jovens organizados pela Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970. Outras lideranças (é o caso de Jamira, Déa, Néia, Raimundo, entre outros) foram “formadas” a partir de movimentos culturais, que atuaram aos Alagados nas décadas de 1970 e 1980 (o Teatro Amador e o Movimento de Cineclube). Outras organizações, enfim, foram instituídas por pessoas *de fora*, como é o caso da ALMM, fundada por Aloísio Simão, um missionário laico que no final da década de 1960 se estabeleceu no bairro da Mangueira (na época uma região de palafitas e casebres) e lá permanece, até hoje. Aloísio, além de coordenar a associação da Mangueira, atuou também como assessor dos movimentos locais pela moradia.

Respeito às associações da região da Península considerada *nobre*, as de Alagados parecem mais ligadas às vicissitudes das ocupações e do processo de urbanização. Todavia, organizações de moradores de outras regiões da Península surgiram, também, a partir de reivindicações específicas relativas ao espaço urbano, a exemplo da Associação dos moradores de Roma, intitulada Onze de Abril. Esta associação teve seu momento culminante na organização dos moradores do entorno da Fábrica de chocolate Chadler, no bairro de Roma, que pressionaram, com sucesso, para a desativação da fábrica na década de 1990⁸⁴.

Lideranças atuais, como Raimundo Nascimento (CAMA) e Reginaldo Bonfim (ABDAI), reconhecem serem muitas as razões que podem explicar o intenso associativismo

⁸³ Durante a realização da pesquisa a Associação João Paulo II, que segundo quanto consegui saber, tem sede no andar de cima do edifício onde está o GRUMAI, parecia estar inativa. Encerrado o trabalho de campo, alguns meses depois, tornei a perguntar. Lideranças da rede CAMMPI, me disseram que a associação realizava “somente cursos profissionalizantes” isto é, não estava fazendo *movimento*.

⁸⁴ No momento da pesquisa, esta associação estava com as atividades paradas, todavia dispunha de uma sede e seu presidente, Antônio Carlos, tinha assento no Conselho da Prefeitura Bairro e participava de encontros com representantes do Estado (Prefeitura ou Estado) em qualidade de representante da sociedade civil da Península.

nos bairros da Península⁸⁵; dentre elas (1) o fato de a Península ter sido um distrito industrial, de luta operária, terreno fértil para a atuação de sindicatos e atividades “de base” dos partidos de esquerda e (2) a própria maneira como se constituiu o espaço da Península, mediante as ocupações diretas e autoconstrução. Essa modalidade de urbanização sempre exigiu muita colaboração entre os habitantes, além de acostuma-los “a brigar com o Estado”.

2.5 Uma genealogia do movimento

Costuma-se dizer que, em Alagados, o movimento social nasceu simultaneamente à ocupação do bairro, iniciada nos finais da década de 1940. Negro (2012) sugere que tudo começou por uma iniciativa do Partido Comunista Brasileiro – PCB, o qual, em busca de prosélitos e em defesa de trabalhadores sindicalizados atuantes nas fábricas locais, procurou os moradores e apoiou seu pedido de desapropriação do terreno ocupado, de propriedade do Banco de Sergipe. Naquele período, é possível, como enfatiza Albinati (2010), que se tratasse de um “movimento” muito diferente daquele que se configurou mais tarde. Com certeza tratava-se de coletivos empenhados na ocupação de um espaço de moradia e na resistência às tentativas de expulsão. Segundo a autora, “Naquele período não se tratava de um movimento politizado, como mais tarde se configurou, mas sim de um esforço coletivo no sentido de ocupar um espaço de moradia e resistir nele” (ALBINATI, 2010:61). Leitura parecida se adverte nas análises feitas por algumas lideranças atuais da CAMMPI, quando diferenciam as mobilizações contemporâneas das pretéritas. Ao falar sobre as lutas de outrora, dizem esses líderes que agir coletivamente era então indispensável, pois tratava-se de erguer uma ocupação ilegal, passível de remoção à força pela polícia. Nessas circunstâncias, todos concordam, era importante o número: quantas mais pessoas estivessem envolvidas em levantar os barracos e habitar na invasão, tanto mais a ocupação pareceria consolidada, dificultando, desta forma, sua remoção. Embora alguns estudiosos (como Albinati, que em

⁸⁵ Em meio ao material consultado durante a pesquisa encontrei numerosas tentativas de mapear as associações da Península de Itapagipe. Aos mapeamentos produzidos por alguns trabalhos acadêmicos desenvolvidos na região somam-se os mapeamentos realizados pelos projetos de intervenção urbanística (embora referentes apenas às poligonais de intervenção), ou que resultam de projetos de desenvolvimentos. Consegui acumular diversas listas de organizações locais, algumas delas limitadas às associações de bairro, outras que incluíam diferentes tipos de instituições, e outras produzidas pela própria rede CAMMPI, contendo apenas seus membros. Após algumas tentativas vãs de obter os contatos atualizados ou, na falta desses, os endereços de todas as associações encontradas no material disponível online, dei-me conta de que o esforço necessário para realizar um mapeamento atualizado não seria recompensado por resultados significativos dentro do escopo da pesquisa. Numerosas associações estão desativadas (às vezes só momentaneamente inativas), outras não têm uma sede aberta ao público. Outras, apesar de figurarem como ativas, têm funcionado como espaços para eventos (foi o caso da Associação Kennedy, segundo relatado por moradores da vizinhança de sua sede), ou como academia, como foi o caso da Associação de Defesa da Massaranduba. Resolvi, portanto, incluir no Anexo 5 algumas das relações de associações da Península.

seu trabalho reflete a posição das lideranças) considerem este tipo de mobilização “espontânea” e “menos politizada” (2010:61), os efeitos por ela desencadeados tiveram uma indiscutível dimensão política, ao menos por dois motivos. O primeiro é a atuação de partidos ligados aos “invasores”, como é o caso do PCB, cuja ação é descrita por Negro (2012) em sua análise da invasão no Caminho de Areia. O segundo motivo corresponde à celeuma provocada pela reação às tentativas de expulsão. Ela poderia causar aos governantes, além de grandes despesas, altos custos políticos, rendendo proveito para seus opositores (NEGRO, 2012).

Em seus relatos, moradores contemporâneos ressaltam muito a importância do empenho coletivo no primeiro momento da ocupação, mostrando que os coletivos que se formavam obedeciam, geralmente, a critérios de parentesco, vizinhança, amizade, procedência comum ou, ao menos, prévia relação de conhecimento (no sentido dado a este termo pelo dialeto local)⁸⁶.

Apesar das estratégias dos ocupantes, durante muito tempo o poder público tentou repetidamente expulsar os artífices das novas invasões. Como vimos, a organização dos moradores para resistir às expulsões deu-se também através da organização de sociedades de defesa, ou beneficentes⁸⁷.

A partir da consolidação das ocupações que pretendiam defender, as Sociedades passavam normalmente a desenvolver trabalhos de assistência social, muitas vezes por conta do Estado, através da distribuição de benefícios pela LBA – Legião Brasileira de Assistência. Tornavam-se até espaços de lazer, agrupando, principalmente, jogadores de dominó e cartas.

Segundo Silva (2002), estas organizações antigas, mais atuantes até a primeira metade da década de 1970 costumavam ser lideradas por pessoas do sexo masculino. Conforme o entendimento amplamente manifestado pelas lideranças atuais, quando interrogadas sobre os êxitos dos movimentos anteriores à década de 1980, a citada autora também assevera que os líderes mais antigos acabaram envolvendo-se em relações clientelistas com grupos políticos variados, tornando-se cabos eleitorais em seus bairros (SILVA, 2002). Nesses discursos reflete-se um entendimento normativo que parece fazer parte do senso comum das lideranças a respeito do que o movimento é ou deveria ser: o fato de tornar-se cabo eleitoral poria fim a uma atividade por assim dizer genuína de militância.

⁸⁶ Segundo observado pelos moradores, a maior violência que caracterizaria as etapas mais recentes da ocupação (a exemplo da João Paulo II) estaria relacionada com o fato de que, quando ela ocorreu, já não se observavam esses critérios para formar os coletivos de *invasores*.

⁸⁷ Em relatório de 1975, a HAMESA afirma que havia em Alagados, entre 1971 e 1974, quinze Sociedades e um Conselho Comunitário (HAMESA, 1975).

A Igreja Católica teve reconhecidamente um papel fundamental na organização dos movimentos sociais urbanos, sobretudo as associações de moradores, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, atuando através das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em Salvador, a Igreja envolveu-se, até 1980, nas lutas pelo direito à moradia. A atuação da Igreja Católica, inspirada na teologia da libertação, desenrolou-se em contato com a dos partidos de esquerda, primeiro o PCB e em seguida o PCdoB (Espíneira, 1997)⁸⁸. Na Península, até hoje, moradores destacam o apoio contra as remoções que a Paróquia de São Jorge (bairro Jardim Cruzeiro) deu aos habitantes das invasões, ainda na década de 1980, e sublinham o papel do Arcebispo de Salvador, Dom Avelar⁸⁹ neste processo. Este prelado foi até homenageado com a denominação de uma invasão identificada por seu nome, nos Alagados do Lobato.

Apesar de destacar-se pelo seu vigor e pela continuidade de sua atuação, o movimento social surgido em Alagados não constitui uma experiência isolada em Salvador, ou no Brasil. Ao refletir sobre os rumos do movimento, junto com os líderes e os moradores, recapitulando sua história, tivemos sempre de abordar não só as transformações do espaço físico total da península, como também a conformação de certos lugares privilegiados enquanto focos de atuação do movimento como um todo, ou de alguns de seus protagonistas. Nessa recapitulação, advertimos algumas coincidências com a cronologia de outros movimentos urbanos na cidade e no Brasil. Durante a década de 1980, ocorreu no Brasil uma intensificação de movimentos sociais de luta pelos direitos de cidadania, de mobilizações pela

⁸⁸ O trabalho de Espíneira (1997) sobre a relação dos movimentos sociais urbanos em Salvador com a igreja e os partidos mostra como a Igreja Católica foi, nas décadas de 1960 e 1970, o articulador social de maior presença junto aos movimentos de bairro, em substituição ao PCB das décadas 1940/50. Nos bairros populares de Salvador, a igreja católica estabeleceu uma ampla rede de comissões, subcomissões e atividades de grupo. A presença da Igreja nos bairros populares deu-se através da expansão das Comunidades Eclesiais de Base, que, segundo Espíneira, era uma tentativa de responder à crescente desparquização. Segundo a autora, o resultado disto foi uma crescente “autonomia e engajamento dos religiosos na militância sócio-política”, posição que chegou a ser proclamada, durante a Conferência do Conselho Episcopal Latino Americano em Medellín, em 1968, “como ‘opção pelos pobres’, legitimada em 1979 no Documento de Puebla” (ESPIÑEIRA:1997:59). Os grupos de jovens e de mulheres da Igreja, junto com a atuação de alguns padres católicos em defesa das ocupações, são frequentemente lembrados e reconhecidos pelos moradores de Alagados, que já participaram das atividades coletivas organizadas pelos padres. Tais atividades favoreceram, inclusive, o conhecimento recíproco das lideranças mais velhas, como Lourdinha e Ana Rosa. Como ressaltam Doimo (1984) e Espíneira (1997), a Igreja, em Salvador, não foi somente um *provocador* dos movimentos sociais urbanos, mas forneceu-lhe uma estrutura organizacional. Deste modo inclusive, “abriu caminhos”, para a atuação do PCdoB (ESPIÑEIRA:1997). A partir disso torna-se mais compreensível a importância da Igreja na propagação dos discursos democráticos praticados pelos movimentos sociais, que, como Telles (1987) sustenta, tem consequências até hoje nas suas ações.

⁸⁹ Segundo reportado por Albinati, entre 1971 e 1986, o arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão Vilela, reconhecido pelo Papa como arcebispo primaz do Brasil, comparecia aos bairros em momentos de celebração e também nos de embate, colocando-se ao lado dos movimentos. Era este um período de forte repressão às ocupações. Os movimentos recorriam ao arcebispo a fim de que ele mediasse conflitos com o poder público e apoiasse o direito à moradia (ALBINATI, 2010).

“abertura política” em busca do avanço do regime democrático contra o regime de ditadura militar. Essas mobilizações desenrolaram-se por ação do novo sindicalismo, por obra do “surto” de novos movimentos sociais (que atuavam mediante redes associativas) e até pela atividade convergente de partidos políticos de oposição ao regime autoritário (LEAL IVO, 2008:164-165). Nesse período, os movimentos de bairro ganharam um novo incremento, alcançaram um novo patamar. As organizações mais recentes, surgidas a partir do final da década de 1980, já tinham um caráter distinto das que existiam anteriormente. Se é verdade que em Salvador (inclusive na península itapagipana) muitas das associações de bairro se formaram no *entourage* de políticos profissionais em busca de votos, ou para distribuir benefícios dos programas assistencialistas do Estado (ESPIÑEIRA, 1991), várias organizações em Alagados nasceram da organização de residentes com o objetivo de reivindicar melhorias urbanas e providenciar serviços necessários à comunidade. Estas últimas formaram-se, muitas vezes, a partir de iniciativas oriundas das antigas formas associativas, dos grupos de convivência da Igreja, ou do que será definido adiante como o ‘movimento de cultura’. É a partir deste momento, parece, que a presença de mulheres na organização de bairro adquire maior destaque e reconhecimento, devido também ao fato de as associações absorverem atividades ligadas à alfabetização e à educação em geral. Essas atividades eram desenvolvidas, principalmente, por jovens moradoras, em grupos autogeridos de reforço escolar e escolas comunitárias.

Uma pequena digressão sobre o “movimento de cultura” é necessária para que se entenda melhor não só a genealogia da rede CAMMPI e sua atuação no presente, como também um elemento decisivo da relação entre o movimento e o espaço urbano, na Península.

Segundo relatam hoje as lideranças mais experientes, as atividades relacionadas à cultura popular junto a crianças e jovens sempre foram relevantes, para os grupos de moradores organizados. As antigas sociedades de bairro, as novas associações, os grupos de convivência na Igreja Católica e alguns voluntários que individualmente se dedicavam a trabalhos de educação, como faziam algumas jovens moradoras (a exemplo de Ana Rosa, do GRUCON, Mariselma, da Luiza Mahin, além de Aloísio e Selma Lessa, da ALMM) tinham em comum o empenho na organização de atividades hoje classificadas com o rótulo de “culturais”. Se tratava, inicialmente, de ensaios de quadrilha para as festas juninas, teatro, maculê e futebol. Todavia, é a partir da década de 1980 que a categoria “cultura” começa a ser explicitamente considerada uma ferramenta de *trabalho social* com crianças e jovens.

Silva (2002) sustenta que de 44 lideranças entrevistadas em Alagados, 25 declararam ter iniciado sua atuação no movimento através do exercício de atividades sócio-culturais. Para

entender melhor esse dado, convém lembrar que, a partir de certo momento, as atividades ditas culturais, relacionadas principalmente ao folclore e ao calendário festivo local, além de ferramenta de mobilização social passaram a ter outro significado. A partir de então, dá-se um novo sentido à ideia de cultura, referida também como um direito dos cidadãos. Essa reflexão será aprofundada no capítulo 6.

O chamado “movimento de cultura” consolidou-se em Alagados no início da década de 1980 através de um projeto estadual, chamado PRODASEC Urbano, que buscava fomentar a atuação cultural em Alagados mediante o Movimento Cineclubista⁹⁰ e o Movimento de Teatro Amador. Articulados a federações nacionais, ambos atuavam, então, em bairros *populares* de Salvador.

O PRODASEC permaneceu ativo em Alagados por dois anos apenas, entre 1980 e 1982. Nesse período foram realizadas oficinas artísticas com crianças, adolescentes e jovens no Colégio Polivalente. O resultado foram dois espetáculos sobre Alagados, montados por dois grupos de crianças e jovens. Chegaram a ser encenados, em diversas ocasiões, tanto dentro como fora do bairro, em regiões *nobres* da cidade⁹¹, antes de o ser durante a visita do papa João Paulo II aos Alagados, em 1982.

Segundo Albinati (2010) nos relata, a certa altura, por intermédio de um dos professores dos grupos, parente do então Secretário da Educação do governo de Antônio Carlos Magalhães, Eraldo Tinoco, foi entregue a este um abaixo-assinado em que os jovens dos grupos locais reivindicavam um espaço para os ensaios e apresentações. A reivindicação foi encaminhada ao governador que, em ano eleitoral, ordenou a construção de um Cine-Teatro (ALBINATI, 2010:85). Em 28 de janeiro de 1982 foi inaugurado o Cine-Teatro Alagados, um espaço cultural equipado com projetores de filmes, tela de cinema, palco italiano, camarim e capacidade para 250 espectadores.

As informações sobre os acontecimentos e as relações institucionais em torno do Cine-Teatro são por vezes contraditórias. O certo é que o espaço funcionou, com uma programação estabelecida pelo Governo, até 1984. Segundo moradores ligados ao movimento de cultura, cujos relatos foram coletados por Albinati, não houve possibilidade de interferência na programação pelos grupos culturais que se organizaram a partir do projeto estadual do PRODASEC urbano. Aos solicitantes do espaço só era dado assistir ao que estava

⁹⁰ O Movimento Cineclubista teve, em Salvador e em Alagados, um importante papel político, tanto na resistência à ditadura militar (quando os cineclubes funcionavam como redutos onde ainda era possível o debate político), como no período de redemocratização, quando o Movimento se consolidou nos bairros populares da cidade, formando uma espécie de rede muito próxima ao movimento de bairro, das associações, sociedades e outras organizações locais.

⁹¹ Para uma reconstrução mais detalhada desta história consultar Albinati, 2010.

em cartaz. O Cine Teatro ficou inativo alguns anos até que, em um momento não definido, entre 1987 e 1988, seu interior foi depredado pela população. Dizem que a depredação durou dois dias, não pôde ser interrompida pelas forças de ordem. A versão mais comum da história pretende que materiais levados do Cine Teatro foram utilizados para construir os barracos da invasão João Paulo II, que remonta a essa época.

Os grupos de teatro locais, que nunca chegaram a conseguir pauta para apresentar-se no Cine-Teatro, organizaram-se desde 1985, para negociar com seus gestores (membros da HAMESA). Este ‘movimento’, que após a depredação agregava outras instituições locais de diverso tipo, formou a Comissão Cultural Alagados. A Comissão tinha duas metas principais: a recuperação do Cine-Teatro e a conquista de um espaço provisório para que as atividades culturais do bairro não ficassem desabrigadas até a conclusão da reforma.

Enquanto a primeira demanda ficou insatisfeita até os dias de hoje, a segunda teve êxito. Surgido como espaço provisório, em 1989 entrou em funcionamento o Espaço Cultural Alagados, em um anexo da Escola Polivalente San Diego, no fim de linha do Uruguai. Coube ainda ao ‘movimento’⁹² sugerir um membro da comunidade para a gestão do espaço. Israel Barros⁹³, expoente desse movimento, foi nomeado para o cargo de coordenador do Espaço Cultural, inaugurando uma gestão compartilhada entre Estado e movimento social, que apesar de um período de interrupção, continua até hoje. A Comissão Cultural Alagados e a Federação Baiana de Teatro Amador, mesmo com algumas interrupções, atuaram no Espaço entre 1989 e 2000.

A Comissão Cultural de Alagados constituiu um núcleo de grupos, associações e organizações que antecede a CAMMPI. Muitos dos membros da dita Comissão haviam feito parte dos grupos de teatro e de cineclube.

Criada com o intuito de uma articulação de entidades do bairro, com o objetivo precípuo de reivindicar ao Estado a possibilidade de participar da elaboração de políticas para a área, a Comissão Cultural de Alagados fez confluir o movimento de luta por moradia e o movimento cultural em uma única instância. Até hoje, estes dois eixos são os que permanecem mais ativos dentro da CAMMPI, no âmbito do Grupo de Trabalho de moradia e do Grupo de Trabalho de Cultura e Educação. A partir deste último GT, no final da pesquisa

⁹² Assim defino o campo em que moradores envolvidos em coletivos de diverso tipo, encabeçados pelos grupos que desenvolviam nas atividades culturais impulsionada pelo projeto do Estado, faziam reivindicações do direito à cultura para os moradores dos Alagados, entendidos aqui como bairro pobre, popular.

⁹³ Durante a pesquisa de campo Israel não gravitava nos trabalhos da CAMMPI, sua presença se intensificou depois, quando foi contratado pela ONG Visão Mundial como consultor de projetos a serem implementados nas periferias de Salvador.

de campo, constituiu-se, com a participação de artistas e grupos culturais de toda a Península, o Colegiado de Cultura de Itapagipe.

As atividades culturais colocam-se na confluência de dois aspectos que a “cultura” assume na Península: (1) manifestações artísticas produzidas por artistas moradores da região, (2) trabalho social baseado em atividades de arte-educação, para crianças, jovens e adolescentes. Esses campos se sobrepõem na produção do que vem a ser chamado cultura *popular*. Essas atividades constituem parte significativa da agenda do movimento de bairro e das pautas do Espaço Cultural Alagados, pautas estas complementadas por uma programação que compreende artistas e grupos de fora do bairro⁹⁴. Várias organizações da CAMMPI têm como fulcro da sua atividade cotidiana o *trabalho social*, também referido como *trabalho comunitário*, com “cultura”, “arte-educação. Essas atividades se entrelaçam com o que é considerado o trabalho mais propriamente *político* (por vezes referido como “de articulação”). Os núcleos de trabalho com cultura da CAMMPI acabam funcionando para a organização dos jovens como grupos de base. A partir da participação em atividades culturais, ocorre também o envio dos adolescentes e jovens para encontros regionais e nacionais, voltados principalmente para o tema das políticas para a juventude e sua inserção profissional na política, no trabalho social e nas intersecções desses dois campos. Como procuro demonstrar mais adiante este é um dos mecanismos de espacialização do *movimento*.

O núcleo de jovens que constituía a Comissão Cultural de Alagados em 1985 corresponde aproximadamente ao núcleo atualmente mais ativo na CAMMPI, apesar da situação de “desarticulação” lamentada por alguns de seus membros. As organizações responsáveis por solicitar ao PNUD a realização do seminário sobre moradia eram compostas por pessoas que se conheceram no início da década de 1980 e que atuavam no “movimento de cultura”. No referido seminário, em 1998, nasceu oficialmente a Rede CAMMPI.

A partir da década de 1990 o Estado se torna cada vez mais financiador de projetos pontuais voltados para o atendimento social, de modo a operacionalizar o fornecimento de serviços à população via organizações sem fins lucrativos. Estas, registradas como OSCIPs, podem também captar fundos disponibilizados por financiadores estrangeiros governamentais ou não governamentais. A maioria desses recursos são hoje captados de duas maneiras: ou mediante projetos inscritos em editais de financiamento diretamente pelas organizações dos bairros populares, ou, como ocorre com frequência, por intermédio de entidades especializadas (também chamadas de ONGs). Através de acordos de parceria, estas últimas

⁹⁴ Esta programação é coordenada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

repassam a verba para financiar atividades das associações populares, atuando como intermediários entre os financiadores governamentais e as associações de bairro. Essas ONGs mediadoras são geralmente compostas por expoentes oriundos de camadas médias e médias-altas (profissionais liberais, muitas vezes ligados aos meios da academia). Elas surgiram, com mais intensidade, a partir da década de 90, por iniciativa de ativistas dos movimentos sociais, alguns deles motivados pelo desejo de assessorar os movimentos populares. Hoje, organizações deste tipo desenvolveram *expertise* em temas como direitos humanos, gênero, meio ambiente etc., e se especializaram em captação de recursos, que repassam para organizações de porte menor, geralmente ligadas a localidades específicas. De certa forma, essas ONGs desempenham hoje um papel antigamente assumido, nas periferias brasileiras, pelos padres da Igreja Católica, que intermediavam recursos oriundos de países estrangeiros⁹⁵.

2.6 O modelo dos três setores e a contraposição movimento *versus* Estado

Na primeira década de sua atuação (de 1998 até 2008), a rede CAMMPI chegou a contar com 48 organizações, não somente de Alagados como também de toda a Península de Itapagipe, constituindo um polo de atração para articulações institucionais (cf. anexo 5). Aproximaram-se da Rede órgãos do setor público e ONGs, grupos de assessoramento formados por profissionais liberais e universidades. Também, verificou-se à volta da CAMMPI, uma intensa produção de avaliações e estudos. Isso levou à formação de circuitos que conectavam aos membros dessa rede acadêmicos, técnicos de governo e trabalhadores de ONGs. A Rede CAMMPI passou a ser conhecida como uma “alternativa gerencial” válida (SOARES 2011:58), *bottom-up*, que atuava seguindo um conjunto de *boas práticas* capazes de viabilizar o enfrentamento das agruras da vida nos bairros populares. A rede CAMMPI acumulava prestígio e articulações, enquanto na Península de Itapagipe surgiam outras *redes* concorrentes a imitá-la (SOARES, 2011). A CAMMPI era vista como uma *experiência positiva de cidadania* (quando se procurava avaliar as consequências de sua atuação para seus próprios membros e participantes) e de *desenvolvimento* (quando se projetava sua atuação para fora e considerava-se o espaço e seus moradores como alvos da ação de organizações distintas das do bairro), sendo que muitos consideravam auspiciosa a réplica deste modelo em outros bairros de Salvador (como se lê em FLEXOR e SCHWEIZER, 2011). A capacitação técnica dos membros e a formalização possibilitavam que a rede de entidades locais lideradas

⁹⁵ A uma conclusão parecida chega também Vianna (2010) em relação às organizações das periferias de Recife e Olinda.

por moradores se conectasse, através de canais institucionais⁹⁶, a órgãos estatais, atores do setor privado (empresas), organizações e instituições transnacionais, em busca de soluções para problemas comunitários. As citações e as expressões aqui reproduzidas em itálico mostram que a CAMMPI era avaliada, antes de mais nada, enquanto iniciativa de gestão de problemas do território, o que evidencia o operar, nesta iniciativa, de um conjunto de saberes e técnicas pertinentes a um campo chamado *desenvolvimento*, que tem significativas intersecções com a engenharia social. A perspectiva adotada, até mesmo pelos acadêmicos, para a avaliação positiva do trabalho da *rede* era justamente a que examinava experiências da sociedade civil, ou do terceiro setor, a partir da preocupação com a eficácia na atuação social. Esta, por sua vez tinha dois pilares:

(1) o foco em grupos específicos, os segmentos *vulneráveis* (diferenciados por idade, gênero, raça, renda, e/ou local de moradia) e seus referenciais espaciais, *periferias*, bairros *pobres* ou *comunidades carentes*;

(2) o imperativo de certa transparência, que se entrelaçava com noções de responsabilidade e publicidade, requisitos considerados indispensáveis para que atores privados, não governamentais, pudessem desenvolver um papel de relevância pública.

Esta mesma perspectiva que inspirou o projeto do PNUD, fundador da rede CAMMPI em 1998, norteara uma série de intervenções normativas estruturantes do terceiro setor no Brasil na década de 1990⁹⁷. Nela, concebia-se a tripartição do mundo em três setores: Estado, mercado e sociedade civil. Distinguiam-se, assim, o setor público, um setor privado com fins lucrativos, e um terceiro setor, não governamental, sem fins lucrativos. Obedecendo aos ditames do *corpus* de saberes técnicos do *desenvolvimento*, a emergência do terceiro setor, na época tratada como algo inédito, tinha como eixo central uma relação de parceria com o Estado.

A forma como se apresentava o novo marco regulatório carregava a intenção de se anunciar uma nova fase para a sociedade civil, que, nas palavras de Ruth Cardoso, deixava para trás “resistência e preconceitos, fruto de uma história passada de conflito e oposição

⁹⁶ Como Vianna (2010) entendo por canais institucionais as conexões que se estabelecem entre as organizações da CAMMPI e entre estas e outras instituições (órgãos do Estado, ONGs, ONU etc.), coletivos mais ou menos formalizados, por meio de saberes técnicos burocráticos (VIANNA, 2010). Embora não foque minha análise numa antropologia de instituições, nem de organizações, a análise de Vianna me é útil para apoiar minha análise da política do espaço na Península. Em muitos casos, a constituição de organizações de bairro pode ser considerada como estratégia, embora se apliquem a esta prática todas as ambivalências explicitadas por Ortner (2007) em relação à noção de agência, ou seja que possa se tratar de uma forma de resistência, mas também acomodação, ou até mesmo cumplicidade com o *status quo*.

⁹⁷ Para uma relação detalhada da legislação específica aplicável ao terceiro setor, em grande parte desenvolvida ao longo da década de 1990, consultar Szazi (2006).

entre um Estado autoritário e uma sociedade civil denunciadora e reivindicativa” (CARDOSO apud VIANNA, 2010:123).

Este *novo* patamar de relacionamento fazia-se patente, por exemplo, em algumas regras de conduta estabelecidas para as atividades da CAMMPI: o foco da atuação da CAMMPI devia ser o *desenvolvimento* da Península, respeitando-se a “diversidade de pontos de vista existentes”, não se permitindo “discussões político-partidárias” nas reuniões, nem “envolvimento de políticos”⁹⁸ nas atividades.

A rede estava, portanto, implicada na divisão tripartida acima ilustrada, pois ela própria constituía uma “*articulação* de entidades do terceiro setor” (ou sociedade civil) da Península de Itapagipe, que os interlocutores desta pesquisa continuavam chamando também de “movimento”. Em certo momento, tentou-se reproduzir a mesma tripartição dentro da própria CAMMPI, chamando “para o diálogo” o setor privado (empresas ativas na Península) e segmentos do setor público, instituições estatais ativas no território. Estas últimas confluíram em um Núcleo de Articulação Institucional – NAI.

O NAI foi criado com o objetivo de constituir um espaço de diálogo entre diferentes setores ativos na Península de Itapagipe. Para tanto, sentiu-se a necessidade de estabelecer um canal institucional entre a “comunidade” (representada pelas entidades locais da sociedade civil) e o Estado. Tal espaço, na perspectiva do movimento, tornaria possível aos moradores tomar conhecimento dos projetos do setor público para a Península, participar da discussão dos mesmos, e até avançar propostas de intervenção no território. Tendo em vista a constituição do NAI, o PNUD então convocou, logo de saída, a Empresa de Limpeza Urbana (LIMPURB), a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SETRAS), a Fundação Cidade Mãe, o SEBRAE, a Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SEMPE), o Banco do Nordeste e a Universidade Católica de Salvador (UCSal) para discutir os “projetos institucionais” voltados para a Península, bem como analisar documentos propositivos elaborados pela CAMMPI. A UCSal não era propriamente parte do setor público, mas parecia estar a ele associada por atuar com “projetos sociais”, em alguns bairros de Alagados. Em seguida — como é possível ler no Plano Referencial de Desenvolvimento Territorial da Península de Itapagipe, de 2008 — entraram a compor o NAI o Bahia Outlet Center (um shopping center localizado na rua Direta do Uruguai), a Universidade Federal da Bahia e a Legião da Boa Vontade (uma entidade filantrópica do ‘terceiro setor’).

⁹⁸ Entende-se aqui “políticos” no sentido de políticos profissionais no exercício de suas funções, ou “empregados da política” na feliz expressão cunhada por Borges (2006).

É evidente a partir desta primeira descrição que a tripartição sociedade civil, setor público, setor privado não se reproduziu na CAMMPI gerando três núcleos. Se o surgimento da CAMMPI é referido pelo movimento como uma forma de organizar uma massa amorfa de associações informais, projetos sociais, grupos ativos e liderados por moradores historicamente presentes no território da Península, por outro lado, o esforço de organização de um espaço de diálogo, por eles promovido e liderado, acabou assumindo uma forma binária, em que a CAMMPI e o NAI pareciam reproduzir a distinção movimento social e Estado, embora o NAI agregasse, como vimos, entidades que não pertenciam ao setor público.

A confluência no NAI de entidades da sociedade civil, como a Legião da Boa Vontade, as Universidades (particularmente a Católica) e o Shopping Outlet Center lança luz sobre dois aspectos importantes: (1) a tripartição entre sociedade civil, Estado e mercado torna-se, no mínimo, embaralhada; (2) na prática de auto definição e classificação, as organizações locais, formadas por moradores que se adscvem a coletivos denominados *comunidade* ou *movimento*, acabam definindo suas delimitações a partir da distinção do setor público (Estado), enquanto “sociedade civil”. Contudo, devido a uma forte identidade constituída por sua referência espacial, isto é o enraizamento na Península, elas se diferenciam também de outras organizações da sociedade civil, a exemplo de entidades assistenciais, fundações, universidades e organizações internacionais (governamentais ou não governamentais). Além disso os membros da CAMMPI por considerar-se *movimento* operam mais uma distinção para diferenciar-se de outras organizações da Península, que não fazem parte da rede. Em momentos de contestação todas essas categorizações podem aparecer como clivagens que separam e opõem grupos, alternativamente acionadas conforme a estratégia ditada pela situação e por vezes articuladas com outras identidades.

O primeiro desses dois aspectos tem implicações epistemológicas e metodológicas, por isso me vejo obrigada a uma digressão. Dizer que a tripartição de primeiro, segundo e terceiro setor está embaralhada, tem como consequência imediata a impossibilidade de adotar sociedade civil, setor privado e setor público como categorias analíticas, sem todavia ignorar o uso desses conceitos – como categorias êmicas –, uso amplamente constatado em campo. Esta postura é respaldada em análises de outros autores como Ferguson (2007), que constata a confusão dos três setores e mais precisamente argumenta que, apesar da distinção entre organizações não governamentais e governamentais, a separação entre “sociedade civil” e Estado torna-se elusiva quando se considera a existência de GONGOs (organizações não governamentais organizadas por governos). O caráter não universal da “sociedade civil” é

constatado por Abramson (1999) no Uzbequistão, onde estruturas e relações de poder são dissimuladas no caso de entidades que se definem como “não governamentais” mas recebem fundos de organizações internacionais, por sua vez financiadas por governos estrangeiros. Vianna (2010) sustenta o mesmo argumento a partir de sua etnografia de uma parceria transnacional entre organizações de Recife e uma ONG baseada em Londres. A ênfase de autora é sobre as dificuldade encontradas pelos etnógrafos no trabalho em “sociedades complexas”, onde parece mais frequente a sobreposição de modelos analíticos e modelos nativos, devido ao uso de categorias comuns. É o caso de categorias como Estado, movimento social, sociedade, rede que, invocadas reiteradamente pelos sujeitos do estudo e pelos analistas sociais, podem vir a ser confundidas. Foi com o intuito de evitar tal confusão que dediquei atenção neste parágrafo ao esclarecimento do uso de primeiro, segundo e terceiro setor, situando-os como parte do arcabouço que sustenta um “novo modelo de gestão de assuntos sociais”, baseado na noção de “parceria com o Estado”, de modo a não confundir elementos de um saber situado com um modelo analítico.

As mesmas reflexões podem ser válidas se pensadas em relação à corriqueira contraposição binária movimento social *versus* Estado. Na etnografia realizada junto à CAMMPI, esta contraposição não se limita a sobrepor-se à tripartição dos setores. Em muitos casos aliás, lhe prevalece, produzindo dissonâncias. Foram essas dissonâncias que me levaram a enfatizar a problematização etnográfica da referida contraposição, no capítulo 5. Movimento social e Estado são aqui tomados como categorias êmicas, pois iluminam processos em andamento, relações específicas que espero tornar claras ao longo da etnografia. Para evitar confusões, quero definir a rede CAMMPI não como uma rede social mas como um emaranhado institucional (VIANNA, 2010).

O emaranhado não reflete nenhuma categoria nativa. Ele vem a ser um recurso analítico para descrever as conexões entre órgãos do Estado, ONGs, associações, etc. que se articulam mediante parcerias a partir, no caso, do espaço da Península de Itapagipe, mas que o podem extrapolar. Por outras palavras, a rede, é constatada como categoria êmica, porém é analisada como emaranhado institucional, um conjunto variável de articulações onde se encontram órgãos do Estado, entes privados, ONGs, associações de bairro, coletivos culturais, grupos mais ou menos institucionalizados, todos conectados por laços de parceria institucional. Esta forma de descrever o que vejo em campo me permite levar a análise além das dicotomizações nativas⁹⁹ e enxergar como, por exemplo, a atuação do movimento social

⁹⁹ Para os fins deste trabalho, considero dicotomizações nativas tanto a distinção comunidade/Estado, que pode ser enxergada como base da organização de discursos públicos de lideranças do movimento, quanto, por

relaciona-se à proliferação de conexões institucionais que se originam de, e insistem em, uma porção de espaço urbano de Salvador: a Península de Itapagipe.

A forma como as instituições que compunham inicialmente a rede encontraram-se repartidas entre a CAMMPI e o NAI ilumina uma segunda questão que tem a ver com o fato de esta distribuição não ser de fato norteada pela classificação tripartida dos setores, mas sim por um entendimento que diferencia as organizações de bairro (*de dentro*) do resto dos atores envolvidos (*de fora*) – sejam eles pertencentes ao primeiro, segundo ou terceiro setor. É razoável afirmar que esta distinção se funda em percepções diferenciadas sobre a espacialização e a escala de atuação das organizações da CAMMPI e das outras entidades presentes no NAI. Seguindo o modelo dos três setores, a LBV e a UCSal, por exemplo, estariam, respectivamente, no segmento das associações de moradores (sociedade civil) e num terceiro segmento representativo do setor privado. Mas existe algo que as aproxima dos órgãos estatais e as faz colocar no NAI, junto com o Estado. A LBV, assim como a UCSal, estão ligadas à Península por sua atuação a nível local, que se dá mediante a realização de projetos. Ao mesmo tempo, ambas prescindem de uma dimensão territorial específica, o que justifica a não inserção delas no NAI e não na CAMMPI (que é, antes de mais nada, uma comissão de *moradores*). Acredito possível, a partir dessa aparente confusão entre setores, desvendar alguns elementos pertinentes à dimensão espacial da CAMMPI, isto é, que concernem à relação entre o “movimento”, o “Estado” e o espaço urbano, e em geral têm a ver com a espacialização dos emaranhados institucionais.

Como argumentam Ferguson e Gupta (2002), topografias imaginadas estão na base das ideias que temos de “sociedade” e de “Estado”. Essas topografias estão estruturadas frequentemente em níveis verticais. Por exemplo, algumas atividades reivindicatórias, como as que ocorrem em Alagados, costumam ser pensadas como encaminhadas desde níveis inferiores (as bases, enraizadas em vidas, experiências e *comunidades*) aos patamares superiores, representados pelos órgãos do Estado-nação (*bottom-up*). Ao mesmo tempo, segundo os referidos autores, a ação do Estado vem a ser imaginada como algo que alcança as comunidades de cima para baixo (*top-down*). Nessa topografia verticalizada, a sociedade civil se colocaria entre o Estado e as pessoas, situadas, estas, na base, nas *comunidades*. Tais percepções amplamente difusas e naturalizadas seriam, segundo Ferguson e Gupta (2002), produto de rotinas e práticas burocráticas reiteradas. A repetição de visitas de técnicos

exemplo, as classificações que se encontram em artigos de jornais locais, ou nos trabalhos dos pesquisadores da área da administração ou da “gestão social” envolvidos com o trabalho da rede CAMMPI, a exemplo dos que colaboraram na redação do livro de Flexor e Schweizer (2011).

procedentes de órgãos estatais, pesquisas domiciliares, com o objetivo de cadastrar a população de determinada área em um projeto social, os mapeamentos de Alagados etc. seriam, portanto, exemplos de como funciona a atuação espacializada do Estado, responsável por produzir imagens de verticalização e abrangência. Essas atividades podem ser consideradas instrumentos/dispositivos mediante os quais atuação estatal é espacializada. Elas produzem a percepção de que não somente que o Estado está *acima* de, por exemplo, um grupo de moradores de um bairro, mas também que, diferentemente destes, aquele representa um interesse mais abrangente e geral.

O trabalho junto à CAMMPI mostra que as topografias imaginadas a partir de práticas como as rotinas burocráticas dos técnicos de governo influenciam a percepção não somente das ações do Estado como também as de outros atores, a exemplo de ONGs e movimentos sociais considerados mais abrangentes. No caso da Península de Itapagipe, imagens de abrangência vertical influem obviamente nas percepções de hierarquias de poder.

Durante o trabalho de campo, participei de numerosos eventos públicos que tratavam da conjuntura urbana em Salvador. Presenciei, então, situações em que parceiros políticos dos movimentos populares de bairro constatavam uma baixa participação desses grupos organizados nas campanhas de visada *mais ampla e geral* e criticavam os líderes comunitários por não tomarem parte nas discussões sobre Salvador na conjuntura global. Protestava-se que eles não atendiam ao requerimento de uma mobilização *mais abrangente* em favor da *cidade como um todo*. Era possível ouvir com certa frequência essas reclamações, principalmente em encontros promovidos por membros de movimentos que focalizam a metrópole¹⁰⁰. Segundo esses parceiros, os líderes comunitários restringiam seu empenho às demandas relativas a seus bairros. Era praxe, então, criticar a atitude das associações de bairro que, segundo a queixa comum, diante de qualquer problema não hesitam em pedir o socorro dos movimentos voltados para o conjunto da cidade (integrados por muitos profissionais das áreas de urbanismo, arquitetura, direito etc.), mas, fora algumas exceções, não se engajam suficientemente na luta pela urbe. Nesse meio é amplamente difundida a percepção de que habitantes de bairros populares seriam os que mais sofrem com as transformações contemporâneas da política urbana.

Meus dados sobre a CAMMPI mostram que o empenho cotidiano no bairro absorve boa parte da agenda não só de lideranças como do corpo das associações que aí fazem

¹⁰⁰ Estes últimos são pessoas que, por sua atuação profissional (técnica, acadêmica ou política), desfrutam de maior proximidade com os meios institucionais e/ou alguma circulação nos órgãos públicos, principalmente os ligados à política urbana. Geralmente os membros desses movimentos ocupam ou têm ocupado cargos públicos e têm alianças com pessoas que exercem funções de governo (condição esta que lhes proporciona 'articulações').

trabalho comunitário, em seu meio estimado indispensável: segundo os agentes afirmam, este afazer constitui a base do ‘movimento’. Além disso, em ocasião de disputas por espaços específicos, verifiquei a recorrência, entre os ativistas do movimento, da convicção de que quem pode ‘falar’ e deve ‘fazer’ algo a respeito dos problemas de áreas específicas são aqueles que os vivem e ‘sentem na pele’¹⁰¹.

Silva (2002), ao tratar dos movimentos sociais da península itapagipana, avança a hipótese de que justamente por não terem saído do bairro para engrossar as fileiras de outros movimentos, considerados mais abrangentes, esses grupos não sofreram enfraquecimento em termos da mobilização local. Segundo pondera a referida autora, o envolvimento com questões consideradas “de maior alcance” por vezes levou lideranças a negligenciar assuntos locais, com prejuízo da mobilização em seu próprio nicho.

Todos esses tópicos devem ser consideradas ao se ponderar a atitude dos líderes de bairro no engajamento em disputas no espaço urbano, inclusive por fazerem parte da problematização que eles mesmos empreendem sobre a própria estratégia política. Sua insistência em privilegiar as demandas e problemas locais não me parece redutível a mera incapacidade de entender a “presente conjuntura global” e situar-se nela, falha que lhes impediria a adoção de formas adequadas de mobilização. Esta postura parece, ao contrário, o resultado de uma escolha deliberada no sentido de dedicar as próprias energias a uma atuação no bairro e pelo bairro, no que toca às lutas urbanas.

Ao aprender sobre a trajetória do movimento, aprende-se sobre a trajetória da urbanização da Península. Ao longo dos processos de urbanização dos bairros da Península, principalmente aqueles localizados ao redor da Enseada dos Tainheiros, as atividades responsáveis por produzir as topografias imaginadas tiveram um papel significativo. Pesquisadores, jornalistas, técnicos de governo, militantes, moradores e cidadãos produziram, com suas práticas espacializadas, representações e experiências de um espaço específico. Todos esses atores acabaram, de uma forma ou de outra, envolvidos nas rotinas das práticas burocráticas dos emaranhados institucionais.

A etnografia mostra como, na Península, o Estado, as organizações governamentais e até mesmo a Igreja fazem uso de rotinas técnico-burocráticas geradoras de percepções de

¹⁰¹ Este tópico está relacionado com uma característica que observei em diversas arenas por ocasião de eventos políticos públicos em Salvador, quando políticos profissionais, *empregados da política*, segundo a denominação utilizada por Borges 2009, fazem seus discursos diante de uma audiência. Existe sempre um momento, frequentemente no preâmbulo, em que o locutor alinhava a própria trajetória de vida de modo a enfatizar um laço com as pessoas que estão a ouvir ou com o lugar sobre o qual ele está falando (um bairro, uma comunidade). Trata-se da construção discursiva de uma relação de pertencimento, que parece um elemento necessário da performance política, quase a sustentar a própria boa fé e legitimação perante o público.

verticalidade e abrangência. A própria rede CAMMPI procura, apropriando-se estrategicamente de tais práticas, estender e ampliar as percepções de seu alcance, em relação tanto aos moradores, quanto ao Estado. Assim ela procura investir continuamente numa espacialização que constrói e reconstrói.

2.7 Um emaranhado institucional de cidadania

Antes de prosseguir, cabe ressaltar mais uma vez que o projeto do PNUD a partir do qual se instituiu a rede CAMMPI teve início em 1997 na Península de Itapagipe. Deu-se, portanto, em concomitância com a mencionada re-estruturação do campo do terceiro setor a partir do novo marco legal, que, como foi dito, procurava aproximar a sociedade civil e o Estado mediante a noção de “parceria”. O processo, classificado na época como inédito, em verdade reproduzia algo já existente no Brasil, onde os movimentos populares, os grupos culturais e as associações comunitárias estreitavam relações de “parceria” com setores da Igreja Católica e doadores internacionais. Isso se verifica ao longo da história dos movimentos sociais não somente da Península de Itapagipe como de toda Salvador (ESPIÑEIRA, 1997).

O projeto do PNUD deu-se em concomitância com outro evento importante para a região. Após intervenções descontínuas do Governo do Estado, efetuadas desde a década de 1970, teve início, em 1999, um ambicioso projeto de reestruturação urbana de favelas, chamado Ribeira Azul. O objetivo do Projeto Ribeira Azul era atingir uma área de 4km localizada entre a Enseada dos Tainheiros e a Enseada do Cabrito, beneficiando 150.000 pessoas residentes em 42.500 domicílios. Destes domicílios, 2.500 eram construídos em palafitas e 40.000 em áreas aterradas adjacentes. O público alvo do projeto representava, então, 25% do total da população favelada de Salvador (FERNANDES, 2004:19). O perímetro de atuação do PRA era composto por um conjunto de doze comunidades, sete das quais localizadas na Península de Itapagipe, na região conhecida como os Alagados. De acordo com Fernandes (2004), o projeto Ribeira Azul tinha orçamento total de cerca de US\$ 60.000.000,00. Destes valores participaram, junto com o Governo do estado da Bahia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma ONG italiana denominada AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional (financiada pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália) e o Banco Mundial.

Já no seu nascimento, a CAMMPI foi marcada pela parceria de/com inúmeros atores institucionais, desde organizações (não)governamentais internacionais, até órgãos do Estado e

entidades do *terceiro setor*. Esta circunstância torna-se clara somente quando deixamos de cingir o olhar etnográfico às associações que constituem a rede, e estendemos o espectro da observação às suas articulações. Só então se enxergam os emaranhados de cidadania que ultrapassam as organizações cujos representantes têm assento nas reuniões da CAMMPI às segundas-feiras. Apesar de não existir mais um NAI¹⁰² na rede CAMMPI, as instituições do poder público estão sempre presentes no território da Península e em alto grau de interlocução com a rede, que depende também de alianças político-partidárias¹⁰³, relações entre seus respectivos segmentos, projetos em andamento.

Algumas dessas articulações se estabeleceram a partir da realização de programas governamentais no território da Península (menciono, a título de exemplo, as ‘parcerias’ com a Base de Segurança Comunitária, a Prefeitura Bairro, a CONDER, a SECULT-BA, que serão aprofundadas mais adiante). Outras continuam surgindo, apesar da inexistência de um “núcleo de articulação institucional”.

¹⁰² De onde provavelmente a ideia de que a CAMMPI esteja *desarticulada*.

¹⁰³ É necessário sublinhar que as lideranças fazem questão de esclarecer que as filiações e alianças partidárias são interpretadas como algo pessoal de membros das associações e não como uma relação da associação. Segundo eles esta diferença é importante porque, embora parcerias possam depender de uma relação pessoal, a existência da associação, não devem depender de relações partidárias ou de *apadrinhamentos* de vereadores, por exemplo. Associações deste último tipo, segundo os membros da CAMMPI, acabam dependendo totalmente das vicissitudes do jogo partidário e, por isso, estão fadadas ao fracasso.

CAPÍTULO 3

A MEMÓRIA DA AUTOCONSTRUÇÃO¹⁰⁴

Nos dois capítulos a seguir são analisados alguns nexos entre o processo de autoconstrução, a organização social em Alagados e a atividade do movimento social. Meus argumentos estão embasados na análise do material etnográfico a partir de duas constatações etnográficas:

1. Dá-se de modo contínuo a prática da repetição da memória das palafitas. Rememorações da origem de Alagados são sistematicamente reiteradas por líderes locais em eventos públicos e encontros com representantes do Estado. Nessas rememorações é central a lembrança da construção das palafitas. Os relatos valorizam o fato de os moradores terem construído o bairro e o papel da organização coletiva para que este processo fosse exitoso;
2. Verifica-se a existência de laços de parentesco (consanguinidade e consideração) entre membros/participantes das associações que compõem o “movimento”.

Reflexões sobre essas duas constatações guiarão as análises contidas neste e no próximo capítulo.

A abordagem da repetição da memória das palafitas como estratégia política descortina uma teia de relações entre o processo de autoconstrução da casa, no pretérito, e os processos recentes e atuais de constituição e atuação das associações que formam a base organizacional do movimento. Não deve surpreender que redes parentais e vicinais se entrelacem na cooperação em atividades do dia a dia relacionadas com empenhos coletivos que deram origem, entre outras coisas, às associações de defesa das ocupações, em seus confrontos com o setor público. A reiteração das narrativas que informam essa memória tem um papel importante na atualidade. Compõe uma tradição que embasa uma identidade e se atualiza no presente.

A distância temporal é um claro limite para um mapeamento da atividade associativa que surgiu em torno das disputas pelo espaço de moradia, décadas atrás, em Alagados. Nos relatos de moradores e nas páginas dos trabalhos acadêmicos a este respeito (cito, dentre

¹⁰⁴ Uma versão preliminar do *paper* que deu origem a este capítulo foi publicada com o título “Aqui antes só existia a maré”: notas etnográficas sobre memória coletiva e políticas do espaço na região de Alagados” em Uriarte e Maciel, 2016.

outros, o de Silva, 2002) é constantemente reafirmado que essa atividade foi viabilizada por “laços de solidariedade”, constituídos a partir de relações de consanguinidade e *consideração* ancorados na proximidade, quando não contiguidade, entre os moradores que construíram as palafitas. Adiante esclarecerei melhor a valência desta proximidade.

A continuidade afirmada pelos ativistas da Península entre o processo de autoconstrução e as lutas do movimento tende a conferir-lhe unidade e coerência, no plano das narrativas, mostrando a valorização dessa memória como bem coletivo e atribuindo-lhe um papel importante para a manutenção da organização dos moradores engajados (POLLACK, 1992). Longe de ser uma mera manipulação de temporalidades, defendendo que esta reedição da memória lança luz sobre características dos processos da política do espaço em Alagados, desempenhando um papel estratégico no presente.

Um dos desdobramentos desta abordagem é a analogia entre o processo de autoconstrução da casa e os processos associativos, a ser tratados no capítulo 3.

3.1 Alagados: um lugar para morar

Alagados é o nome que tomou a ocupação surgida ao longo do século XX em terrenos alagadiços, na linha de costa e no mar, na Enseada dos Tainheiros, na Península de Itapagipe e, em seguida, no Subúrbio, em Salvador. As primeiras invasões dessa área costeira começaram a aparecer no final da década de 40, nas proximidades da zona industrial então ativa na Península de Itapagipe, no Caminho de Areia. Essas ocupações, que acabaram formando os bairros hoje conhecidos como Vila Ruy Barbosa e Jardim Cruzeiro, foram seguidas por muitas outras, que, progressivamente, causaram a diminuição da dimensão da Enseada dos Tainheiros (figuras 5, 6 e 7). Uma porção significativa da região peninsular itapagipana¹⁰⁵ é assim resultado de um tipo de urbanização que se convencionou chamar de “informal” ou “espontânea”, mediante o processo de autoconstrução, segundo modalidades comuns nas periferias das grandes urbes brasileiras, caracterizadas por um padrão espacial

¹⁰⁵ A área de Alagados é hoje identificada por diversos topônimos – como os nomes de bairros Uruguai, Jardim Cruzeiro, Vila Rui Barbosa, Massaranduba, Ribeira e de localidades: Bate Estaca, Baixa do Petróleo, Leblon, Mangueira, Caminho de Areia, Areal. Outros topônimos em uso referem-se às divisões feitas em setores de intervenção no âmbito da atuação dos programas governamentais, por exemplo Alagados I, II, III, IV, V e VI, ou Alagados, Novos Alagados e Outros Alagados. Estes são utilizados quase unicamente na interlocução entre a “comunidade” e os órgãos públicos responsáveis pelos projetos de urbanização, ou em relatórios de projetos, artigos de jornal e pesquisas de profissionais da área de urbanismo.

desigual, constituído por um centro legal e uma periferia ilegal¹⁰⁶, como ressaltam, dentre outros, Holston e Caldeira (2005).

Participaram da ocupação de Alagados, migrantes procedentes do interior da Baía (do Recôncavo e do sertão) e residentes de Salvador que não podiam arcar com os custos do aluguel na cidade.

Segundo sustenta Carvalho (2002) as invasões, ocorridas ao longo da Enseada dos Tainheiros, teriam absorvido a metade do fluxo migratório do interior para a capital, com uma particularidade: a opção por Alagados, em muitos casos, não seria feita diretamente, mas após a permanência em outros bairros pobres da capital, provavelmente em casas de aluguel ou de parentes. Esta hipótese é confirmada por relatos de moradores. Segundo o que se pode ler nas entrelinhas dos estudos dedicados a reconstruir processos de produção do espaço urbano a partir da história das ocupações da Península (CARVALHO, 2002; SILVA, 2001; SOUZA, 2013) e o que é possível inferir das narrações ouvidas em campo, os pioneiros das ocupações na dita área para lá se deslocaram tendo em vista o apoio de parentes nela já estabelecidos. Parentes e conhecidos constituíam uma referência fundamental para quem decidia mudar-se para a cidade.

Na perspectiva de quem procurava um lugar para morar, a Península de Itapagipe tinha uma localização estratégica, por várias razões. Além de ser um polo industrial¹⁰⁷, situava-se perto do Largo do Tanque, onde estavam o terminal da linha de Bonde e o da Estação Ferroviária da Calçada, ligação entre cidades do Recôncavo baiano e o Porto de

¹⁰⁶ A legalidade do centro e a ilegalidade da periferia (onde centro e periferia não devem ser entendidos como rigorosos referenciais geográficos) podem definir-se como igualmente constitutivas. Como argumenta Lima (2005), a delimitação do espaço ocupado pelas camadas populares em Salvador foi consequência de um aparato legal que impunha requisitos impossíveis de serem satisfeitos pela maioria da população. Ao longo das décadas, isto inibiu o acesso ao solo urbanizado por uma parcela significativa da população urbana, deixando como única possibilidade, para estas pessoas, morar em ocupações consideradas informais ou ilegais pela ordem legal vigente, e desprovidas de equipamentos urbanos. Contudo, a dualidade que vê o centro como legal e a periferia como ilegal não deve ser tomada como absoluta e sim como o guia de topografias imaginadas, representações sócio-espaciais implicadas no processo de produção do espaço urbano. No próprio centro histórico de Salvador, supostamente legal, nas entranhas de espaços residuais de um modo de ocupação definido como antigo (GORDILHO, 2000), permanecem até hoje áreas consideradas irregulares pela legislação vigente, ou então ocorrem *invasões* no sentido de ocupações diretas, não somente operadas por coletivos organizados do MSTS por exemplo, mas também de grupos mais restritos e não organizados, como famílias singulares. É o caso de casinhas construídas em avenidas e becos, da Baixa dos Sapateiros (URIARTE et alii, 2016); ocupações diretas de terras vazias ou inutilizadas não chegavam a constituir grandes invasões, mas são ainda na atualidade um dos meios de conseguir uma casa onde morar. Também nos bairros modernos, surgidos de loteamentos na orla Atlântica (Pituba), ocorria que terrenos vazios fossem apropriados ilegalmente. Até hoje, segundo comunicação oral da promotora Hortênsia Pinho em 23/04/2013, o Ministério Público do Estado tem apurado que a maior quantidade de terras ocupadas irregularmente se encontra na região Pituba-Caminho das Árvores e não, como o senso comum poderia sugerir, nos bairros periféricos.

¹⁰⁷ No setor têxtil, relevante desde o século XIX, temos notícia da existência da indústria do Tanque, indústria Luís Tarquínio, indústria do Papagaio, indústria Porto dos Mestros São João, indústria têxtil da Ribeira, de Plataforma e indústria da Estopa (Silva, 2002). Existiam também, na Península, diversos estaleiros, como o Estaleiro Dique Ribeira e o Estaleiro Santa Luzia.

Salvador, atravessando o Subúrbio Ferroviário. Era também uma zona de comércio que concentrava atacadistas de produtos agrícolas e industriais, e se localizava em proximidade de feiras livres da cidade, como a antiga Feira do Sete e a Feira de Água de Meninos (SILVA, 2002). As feiras situadas na Cidade Baixa eram ponto de atraque regular de saveiros que vinham do Recôncavo. Outros atracadouros de saveiros localizavam-se na própria Península, no Porto da Lenha (Bonfim) e na Ribeira. Em suma, tratava-se de um lugar em vários sentidos às portas da cidade. Para quem morava na Península ainda era possível extrair sustento do mar e da maré, mediante a pesca e a mariscagem de subsistência.

Na década de 40 foi apresentada pelo Plano Urbanístico de Salvador a proposta de transformação de Itapagipe em Zona Industrial (SANTOS,2005:96) O Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador (EPUCS), instituído em 1943 para construir o referido plano, já recomendava o assentamento de bairros operários na Península de Itapagipe, próximo às zonas industriais que ele designava (BRANDÃO, 1980:130)¹⁰⁸. Em 1944 as terras da Península foram aforadas a um contratado que se comprometeu a realizar obras de urbanização e recuperação da área (SANTOS, 2005:95). Naquela época, os arredores da Península itapagipana apresentavam, portanto, possibilidades concretas de valorização. Todavia, segundo reconstruído por Santos (2005), até pelo menos 1949 nenhuma obra foi realizada no dito espaço. De certa forma, portanto, a área apresentava-se como disponível.

O que faz da construção de Alagados um caso singular, entre inúmeras ocupações informais em Salvador, são as modalidades em que a invasão se deu. Após a primeira invasão, ocorrida ao longo de décadas no Caminho de Areia, grupos mais ou menos organizados utilizaram madeira e materiais de descarte¹⁰⁹ para construir seus barracos em palafitas à beira

¹⁰⁸ Quanto à população de baixa renda ligada a setores de atividade não industriais, o EPUCS recomendou o assentamento provisório em núcleos residenciais próximos aos antigos bairros residenciais. Residências de pequena durabilidade para este público seriam realizadas sob concessão, por empresas privadas (BRANDÃO, 1980:130-131)

¹⁰⁹ Nos relatos de antigos moradores aparece com certa recorrência a ideia de que as casas eram construídas com materiais de descarte, disponíveis porque jogados fora. Alguns referem-se à Península como a um “aterro sanitário”, relatando que “o lixo da cidade” era descarregado em Itapagipe. Todavia, não encontrei nenhuma evidência da existência, na Península, de um local especificamente destinado ao descarte e à decomposição de resíduos sólidos gerados por atividade doméstica, comercial e industrial. Segundo algumas fontes, nas décadas de 40 e 50 existia um ponto de descarte de lixo entre Água de Meninos e Calçada. Sem conseguir verificar estas informações, reputo mais verossímil a suposição de que o hábito ilícito de descartar entulho em áreas ermas ou desabitadas tivesse provido material inicial para os aterros e com o proliferar das ocupações e a demanda dos moradores os motoristas de caçambas de entulho, acostumaram-se a descartar este material perto da *maré*, na Península. Segundo um testemunho de um antigo proprietário de uma transportadora, os trabalhadores que moravam em Alagados pediam o entulho como favor à empresa, que emprestava o carro para levá-lo a Itapagipe. Dizem informantes que enquanto alguns *se viravam* para conseguir o entulho, outros pagavam para que as caçambas o descarregassem perto de seus barracos. Pelo menos a partir da década de 70 parece que as operações de descarga tinham de ser realizadas exclusivamente à noite ou de madrugada, pois essa prática era proibida. A presença do lixo permanece muito forte nas lembranças dos moradores. Embora o lixo da época deva ter sido significativamente diferente do lixo de hoje, alguns relatam a presença de um forte odor imputado a esses

do mangue ou diretamente na água, a fim de conseguir um lugar onde morar. Estas primeiras construções precárias eram, em seguida, consolidadas mediante o aterro progressivo da maré, que gradualmente transformava as palafitas em barracos em terra firme. Uma vez firmado o solo, era possível, se as condições da família o permitissem, proceder à consolidação da moradia, transformando o barraco em casa de alvenaria.

A construção de moradias em Alagados foi um processo gradual e lento que envolvia não somente a construção de barracos em palafitas mas também as pontes que as interligavam¹¹⁰ e, em seguida, os aterros das áreas alagadiças onde surgiam as casas. Tudo se deu, até a década de 1970, exclusivamente por mão dos moradores, mediante a prática referida como autoconstrução. Programas ligados a políticas públicas de melhoria urbana e habitação intervieram na região a partir da década de 70 e nunca substituíram completamente a ação contínua dos moradores e de novos ocupantes.



Figura 7 - As pontes. Alagados, década de 70. Fonte: Skyscrapercity.com (sem data, sem autor), acesso em 23 de março de 2016

resíduos e não ao mangue e à mistura das descargas domésticas com água lamacenta da enseada. Reginaldo (ABDAI) declara (sem, todavia precisar as circunstâncias), que muitas carcaças eram descartadas perto da maré, e era preciso *conseguir* areia para cobrir os resíduos orgânicos em decomposição, a fim de minimizar pestes e infestação de moscas. Segundo recorda Carlos Baby (AMCSL), alguns diziam que caso se fincasse um tubo no aterro, emanações subterrâneas de gás derivadas da decomposição do lixo permitiriam a combustão em superfície, como num fogão artesanal.

¹¹⁰ As *pontes* eram passarelas formadas por tábuas suspensas que interligavam os barracos acima da água (cf. glossário).



Figura 8 - Uma ponte entre palafitas. (sem data, sem autor). Fonte: Skyscrapercity.com, acesso em 23 de março de 2016



Figura 9 - Novos Alagados, vista aérea das palafitas na Enseada do Cabrito. Autor e data desconhecidos. A imagem mostra como as pontes se irradiavam a partir da pista (Av. Afrânio Peixoto). Em baixo, no centro da imagem pode se enxergar facilmente um grupo de casas interligadas pela ponte. Fonte: Acervo do Museu Memórias da Península, Instituto de Cultura Itália, Brasil, Europa, Salvador.

A ação dos moradores que construíam os barracos, as palafitas, as pontes e os aterros, é atualmente referida como “luta” e tem, hoje, um valor quase mítico nas narrativas de quem procura contar a história da Península, cuja maior parte é pensada como um “bairro construído pelos moradores”. A valorização da memória das palafitas como memória de luta é particularmente encorajada entre os que se consideram participantes do movimento social, cujas narrativas geralmente minimizam a ação do Estado e de outros atores, a enfatizar o protagonismo dos moradores na construção do bairro.

Vale lembrar que, em concomitância com os invasores, muitos outros atores se engajaram na produção do espaço dessa região. Os órgãos do Estado passaram a intervir no planejamento e na urbanização de Alagados somente a partir da década de 70 (SANTOS, 2005). Todavia, como evidenciado por Negro (2012), desde a primeira invasão, a Prefeitura, o governo do Estado, policiais, políticos profissionais, sindicalistas, jornalistas *et caeteri*, exerceram algum papel nos embates originados pelas invasões. Além desses atores – envolvidos no processo desde os finais da década de 40 – outros apareceram, em seguida: especuladores, empenhados em vendas irregulares de lotes, mas também padres e outros religiosos, que se envolveram apoiando as lutas dos invasores e forneceram alguma base organizacional aos movimentos sociais locais (ESPIÑEIRA, 1997). Mais recentemente, adquiriram um papel relevante técnicos de governo (com *expertise* não somente em engenharia e urbanismo, mas também em assuntos “sociais”), pesquisadores, agências governamentais internacionais, ONGs locais e estrangeiras. Com diversa intensidade e em momentos diferentes, todos estes agentes ficaram envolvidos nas disputas políticas e nos embates legais relativos a esse espaço altamente contestado¹¹¹.

Na década de 1970, Alagados chegou a contar com aproximadamente 78 mil habitantes (SANTOS, 2005:100), tornando-se, segundo uma publicação da Aliança de Cidades¹¹² (2008), uma das maiores favelas do Brasil. A este propósito cito, como exemplo

¹¹¹ Uma reconstrução dos conflitos e disputas políticas que ocorreram em torno das primeiras *invasões* pode ser encontrada em Negro (2012). Ver Santos (2004 e 2005) para uma cronologia das intervenções de programas habitacionais governamentais (do Estado brasileiro e de agências internacionais), desde a década de 70 até a metade da primeira década do século XXI.

¹¹² A Aliança de Cidades define-se como uma “parceria de agências de desenvolvimento governamentais e não governamentais, dirigentes políticos de associações internacionais e autoridades locais, fundações, setor privado e instituições do conhecimento” (<http://www.citiesalliance.org> trad. minha, acesso em 30/05/2015). A Aliança de cidades foi responsável por um Projeto de apoio técnico social (PATS) em Alagados. Esta ação teve início na década de 1990, quando o estado da Bahia firmou uma parceria com a Aliança de Cidades, o Banco Mundial e o governo da Itália para a implementação do programa Ribeira Azul, um programa que atuou no sentido de realizar melhorias nas condições de saneamento básico e, em seguida, para promover reformas nas condições habitacionais (SANTOS, 2005) relocando moradores de Alagados para conjuntos habitacionais construídos na região.

emblemático de discursos hegemônicos em circulação sobre Alagados, um trecho da publicação referida, que reporta:

A imagem de insalubridade e pobreza quase absoluta de milhares de pessoas vivendo em palafitas sobre águas fétidas fez desta uma das favelas mais conhecidas do Brasil, símbolo do problema habitacional e social das grandes cidades nos países em desenvolvimento. (ALIANÇA DAS CIDADES, 2008:8, grifos meus)

Na década de 1960 (quase vinte anos após as primeiras invasões) o setor público manifestou pela primeira vez a intenção de intervir para solucionar os “problemas de Alagados”: em 1961 a Prefeitura elaborou o Plano de Recuperação, com objetivo de construir casas populares e áreas para implantação de indústrias leves (SILVA, 2002:85). Outra iniciativa, desta vez do Governo Federal, foi esboçada em 1963, mas, assim como o Plano de Recuperação, não chegou a ser executada.

A primeira proposta implementada na área que não implicasse a expulsão dos moradores e admitisse lidar com a área por eles urbanizada, foi elaborada em 1973¹¹³. Nos documentos relacionados a esta iniciativa (Figura 10 e Figura 11), estão expostas as seguintes constatações sobre Alagados:

Uma continua expansão sobre o mar, construindo terreno com lixo. Um permanente alagamento, sempre que a maré sobe. As palafitas não atingem mar a dentro, senão nas praias onde a profundidade é inferior a 2 metros. [...] O abrigo, a palafita, é construída a partir de um arranjo *tosco e primitivo* de materiais de circunstância. Somente quando consolida sua posição urbana/emprego fixo, atividade permanente, é que o habitante de Alagados começa a melhorar, ampliar, estabilizar sua casa. (ROBERTO e ROBERTO, 1973, grifos meus)

¹¹³ Nesta proposta havia uma novidade importante. Tratava-se da primeira experiência no Brasil que propunha a urbanização de uma ocupação irregular, ao invés da remoção de seus residentes para áreas longínquas. Segundo se depreende do material sobre Alagados encontrado na exposição “Latin America in Construction: Architecture 1955-1980” (MoMA, Nova York, 2015, curador Barry Bergdoll), na década de 1960 as correntes do urbanismo ‘moderno’ eram criticadas por seu viés contrário a ruas e bairros ‘tradicionais’. Este criticismo, combinado com um novo reconhecimento da cidade informal, estava presente na proposta de intervenção em Alagados. A favela estava sendo reconsiderada como um arranjo urbano resultante da industrialização, mas produzido em contexto de recursos escassos. Vale lembrar que este projeto foi comissionado por uma agência estatal recém criada. Essas ideias sobre a primeira proposta de intervenção em Alagados foram expostas no Museu de Arte Moderna de Nova York, na mostra “Latin America in Construction: Architecture 1955-1980”, 2015.



Figura 10 - Constatações sobre Alagados contidas na primeira proposta de intervenção, redigida por Maurício e Márcio Roberto, 1973, UFRJ. Na figura aparece um morador de palafita despejando lixo no mar. No desenho em baixo à esquerda mostra-se que palafitas eram construídas mar adentro só até quando o nível de profundidade da água não superasse os 2 metros. Exposição Latin America in Construction: Architecture 1955-1980, MoMA, Nova York, 2015. Fonte: Arquivo fotográfico da pesquisadora.

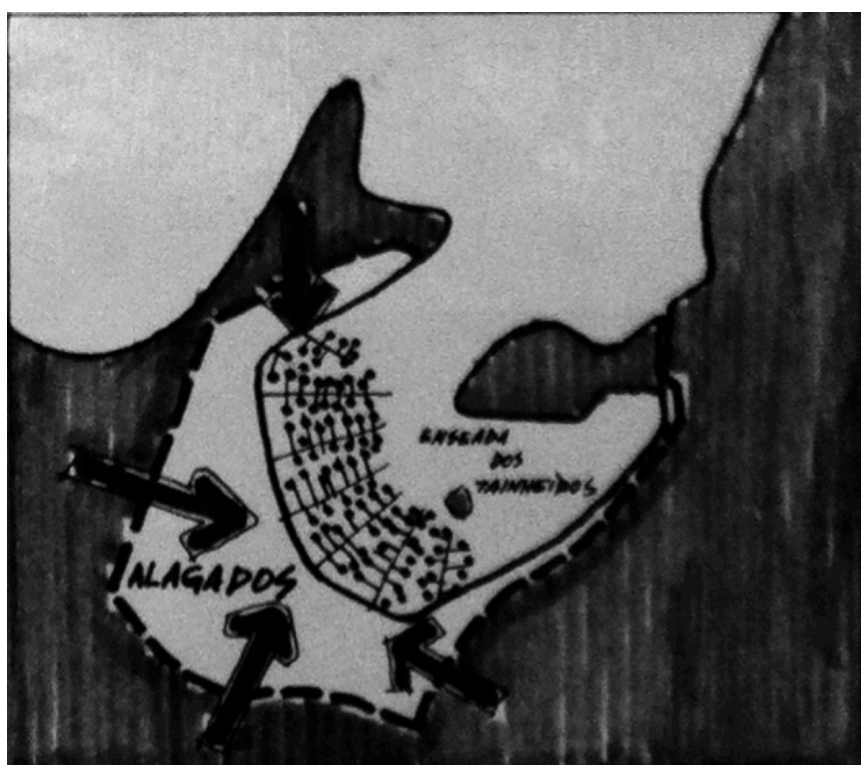


Figura 11 - Croqui da Enseada dos Tainheiros. As áreas cinza escuro são a terra firme. O setor mais claro, contornado por uma linha descontinua, representa a porção de aterro realizado pelos moradores, que estabelece uma nova linha de borda (indicada pelas setas). Além deste setor, os pontinhos, ligados por segmentos intersectados por linhas mais compridas representam, respectivamente, as palafitas e as pontes. Exposição Latin America in Construction: Architecture 1955-1980, MoMA, Nova York, 2015. Fonte: Arquivo fotográfico da pesquisadora.

Esta foi a proposta que guiou a primeira intervenção urbanística (projeto piloto) em Alagados, apesar de significativas modificações sofridas por razões orçamentárias. Outros projetos e intervenções se seguiram, na tentativa declarada de “resolver o problema habitacional na região”.

Desde a década de 1960, diversos projetos estatais foram formulados, mas devido a limitações de várias ordens (técnicas, políticas, orçamentárias) algumas dessas intervenções não foram realizadas e outras foram executadas só parcialmente e com significativos atrasos. No quadro disponível no anexo 4 tentei compor um quadro diacrônico para sintetizar as diversas iniciativas empreendidas em Alagados por distintos níveis do setor público e por organizações internacionais. O propósito principal da inserção desta tabela nesta tese (ainda *inacabada* quando da conclusão deste estudo) é o de mostrar ao leitor a quantidade de intervenções ocorridas em Alagados ao longo das décadas e do devir dos arranjos institucionais configurados para dar cabo aos projetos (por isso optei por registrar a criação de novos órgãos e a redistribuição de competências).

Durante décadas, os moradores nunca interromperam seus projetos de construção de casas, realizando suas melhorias (reformas e aterros) na medida de suas possibilidades. Também o processo de invasão nunca cessou, num espaço que, na perspectiva do invasor, segundo assinalaram meus interlocutores, era considerado como um “vazio”, um “lugar sem dono”.

Com o passar do tempo, a invasão crescia e as intervenções estatais revelavam-se ineptas não só para resolver “o problema habitacional”, mas principalmente para conter a expansão dos Alagados¹¹⁴.

Mundo afora as palafitas tornavam-se símbolo da miséria urbana. Foram meta de visitas de forasteiros ilustres, a exemplo do Papa João Paulo II (1982) e de Madre Teresa de Calcutá (1979 e 1982) e destino de missionários religiosos e laicos, bem como de voluntários europeus que para lá se dirigiam a fim de prestar serviços beneficentes. Enquanto isso, na perspectiva dos ocupantes, Alagados continuava sendo a possibilidade de conseguir uma casa para morar.

O mais recente projeto de urbanização de Alagados foi iniciado em 2005. A intervenção erradicou quase todas as palafitas e barracos irregulares presentes na Enseada.

¹¹⁴ Emblemática, neste sentido, é a experiência relatada pelo urbanista Eduardo Teixeira de Carvalho, que em 1974, como arquiteto em início de carreira, integrava a equipe do governo do Estado da Bahia responsável por um plano de melhoramento em Alagados: “No dia em que voltamos ao local estabelecido, na véspera, para implantação de um chafariz, junto com agentes da Companhia Saneamento do Estado, encontramos, neste local, um barraco – recém-construído com pedaços de madeira, plástico, papelão, cordão e outros materiais de circunstâncias – abrigando uma família.” (DE CARVALHO, 2010:s/p, disponível em <https://goo.gl/OlaiB7>)

Seus moradores foram indenizados ou cadastrados numa lista de beneficiários de unidades de habitação social a serem construídas na área. No final do meu trabalho de campo, em 2015, técnicas da CONDER avaliavam que ainda faltava construir 164 das unidades previstas no contrato pertinente ao referido projeto.

As repetidas intervenções do Estado afetaram de várias formas o processo de produção do espaço e construção de casas pelos moradores, na Enseada dos Tainheiros. Refiro-me à realização de obras urbanísticas que tiveram como resultado a consolidação dos aterros e a instalação de equipamentos para o fornecimento de energia e água. Reporto-me também aos programas que concederam aos moradores barracos de madeirite, materiais de construção para consolidar suas habitações ou que, mais recentemente, lhes destinaram conjuntos de unidades habitacionais construídos in loco ou em bairros distantes, via projetos de habitação social.

Como sugerem o trabalho de Santos (2005) e alguns dos relatos de interlocutores desta pesquisa, à medida em que intervenções governamentais de melhoria eram anunciadas, as ocupações diretas intensificavam-se, pois, na perspectiva de quem almejava uma casa própria, a intervenção dos órgãos públicos na urbanização significava a consolidação da área, gerava expectativas positivas quanto à possibilidade de conseguir uma moradia estável. Por paradoxo, a intervenção do setor público, em princípio direcionada a conter as ocupações, estimulou novas ondas de invasão na Enseada. Com certeza este desfecho está relacionado, entre outros fatores, com o andamento descontínuo dado às obras em Alagados desde a década de 1970 até os dias de hoje.

Existem, porém, outros desdobramentos da intervenção do Estado em Alagados, igualmente relevantes para a configuração do referido espaço. As intervenções estatais, após uma fase inicial em que se alternavam repressão e desconsideração, deram-se mediante projetos urbanísticos e, em seguida, através de projetos sociais. As iniciativas eram geralmente precedidas por pesquisas e estudos efetuados com o objetivo de apreender — por via de visitas técnicas de campo, cadastros de casas e moradores, levantamentos topográficos etc. — uma situação muito cambiante. Desta forma se foi estabelecendo algo passível de ser pensado como um campo de relação entre os técnicos governamentais e os moradores. Ao situar-se neste campo, o pesquisador se capacita a observar como as limitações e dificuldades de intervenção consideradas causas dos atrasos na implementação dos projetos estão, por outro lado, ligadas a uma intensa atividade de *state building*, como a implantação de comissões, criação de órgãos específicos, a realização de estudos socioeconômicos e bancos de dados sobre a população. Considerando os documentos (projetos, estudos e relatórios

consultados) elaborados desde a década de 1970 até hoje, é possível inferir que a partir da determinação de resolver o “problema habitacional de Alagados”, verificou-se uma sofisticação (e uma profissionalização) das agências estatais envolvidas. Isto se deu num processo por vezes descontínuo, mediante a proliferação de comissões e departamentos, frequentemente acompanhada por remanejamentos de competências, que, com certeza, seguiam também outras lógicas (como a da política partidária, na nomeação de quadros). Todas essas mudanças ocorriam ao longo da execução de tarefas ligadas aos projetos, como a realização de estudos técnicos, implementação de loteamentos e realização de intervenções urbanísticas e sociais.

Tais características da ação do Estado são em parte reconduzíveis à chamada “descontinuidade administrativa”, considerada um traço comum da gestão estatal brasileira. Um fato merece ser enfatizado: em decorrência da intervenção urbanística, em confronto com os desafios de uma situação inédita, ocorreu a interferência do Estado na produção do espaço construído da região em apreço, construção esta que, até certo momento, fora realizada exclusivamente pelos moradores.

Os órgãos do Estado se fixaram em Alagados de várias formas. Uma delas, por exemplo, foi o estabelecimento de escritórios de campo da HAMESA e, em seguida, da CONDER.

As intervenções, por uma série de razões que não cabe apreciar aqui, acabaram dando ênfase maior à construção de moradias, em detrimento de outras ações possíveis. Importa destacar que as vicissitudes dos projetos desencadearam mudanças não somente no espaço de Alagados mas também nas agências estatais. Estes fatos/processos contribuíram para a configuração de Alagados como um espaço permanentemente caracterizado por obras em andamento ou inacabadas e pela presença do Estado.

3.2 O problema habitacional e o estabelecimento do Estado em Alagados

Um dos marcos temporais mais presentes na memória dos moradores em relação à história do espaço em Alagados é constituído pela intervenção da AMESA, na década de 1970. Este foi o momento em que se construiu, em Alagados, o primeiro escritório de campo de um órgão governamental. Segundo relatos de membros da rede CAMMPI, que encontram respaldo nos dados apresentados por Silva (2002), este é também o momento ao qual se reconduz o início do trabalho [social] comunitário e o início do movimento.

Os membros do ‘movimento’ atualmente entretêm uma relação de diálogo com os técnicos da CONDER. Durante o trabalho de campo, por ocasião da retomada das atividades de construção de unidades habitacionais, o órgão promoveu diversos encontros com as associações e os residentes da comunidade. Aprofundarei este tema mais adiante. Contudo, quero aqui destacar que o envolvimento dos moradores do bairro na execução dos projetos em andamento, longe de ser considerado efetivo ou ideal, é qualificado, pelas lideranças, como o resultado de “muita luta”, isto é, uma conquista.

Apesar disso, de uma forma ou de outra, os projetos urbanísticos sempre requereram o envolvimento dos moradores nas intervenções. Inicialmente isto deu-se mediante a execução de tarefas específicas. Por exemplo, nas intervenções iniciais em solo aterrado, os moradores colaboravam na realização de melhorias, recebendo do Estado a demarcação do lote, uma cesta básica de materiais de construção, madeirite, ou moldes de tijolos para construir suas casas. Nas áreas mais próximas à maré, isto é mais expostas ao risco de re-invasão, esperava-se deles que exercessem algum controle no sentido de limitar a expansão das invasões.

Até hoje os projetos se revelaram insuficientes para resolver o “problema habitacional”, bem como para interromper, de fato e por completo, os processos de ocupação direta. Porém, a partir desta interação entre residentes e Estado, consolidou-se um conjunto de rotinas burocráticas, generalizando o hábito de atender às reuniões, de colaborar para a realização de pesquisas e cadastros que demandam a participação dos moradores.

Segundo foi mostrado por Santos (2005), a partir da metade da década de 1990 o Estado recorreu ao apoio técnico e financeiro de organizações internacionais para a realização de programas urbanísticos e sociais em Alagados. Com a chegada dos financiamentos estrangeiros, o envolvimento da população no processo de formulação e implementação dos projetos foi redefinido. Tornou-se um requisito técnico para a liberação dos fundos. Foi a partir desse momento que a CONDER¹¹⁵ começou a implantar in loco sub-diretorias (SANTOS, 2005) e a buscar parcerias com as organizações de moradores em Alagados.

A partir do *insight* de Santos, podemos inferir que, além dos esforços de levar a cabo as intervenções urbanísticas, outro fator contribuiu para a progressiva sofisticação dos setores competentes dentro dos órgãos encarregados da realização dos projetos: a entrada em jogo de novos atores, neste caso agências de desenvolvimento internacional. Tal sofisticação realizou-

¹¹⁵ A CONDER, atual Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, absorveu em 1998 as atribuições da URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia (1965-1998), que já havia incorporado a HAMESA, quando de sua extinção, em 1987.

se seguindo diversos caminhos. Em primeiro lugar, a expansão do órgão *in loco*, com a consolidação de escritórios de campo, acarretou a descentralização de algumas funções, para facilitar a execução de tarefas, como os cadastros, que demandavam contato com os moradores. Em segundo lugar, intensificou-se a cooperação das agências internacionais com organizações locais. Esta se dá, até hoje, mediante (1) o estabelecimento de parcerias que possibilitam o financiamento de atividades referidas como trabalho social ou trabalho comunitário, desenvolvido pelas organizações locais; (2) a capacitação de membros das associações na gestão de projetos. Por fim, o requisito da participação dos moradores na elaboração e implementação dos projetos urbanísticos gerou para o Estado a necessidade de estabelecer parcerias com as organizações de Alagados. Este assunto será retomado e expandido adiante. Por ora importa começar a relacionar esses fatos com o adensamento progressivo do emaranhado institucional em Alagados, a partir do problema de habitação.

3.3 Memória das palafitas, memória da luta

Após a mais recente intervenção de erradicação das palafitas (promovida pelo Governo do Estado da Bahia a partir de 2005)¹¹⁶, encontram-se na área de Alagados quase unicamente casas construídas – termo reservado às edificações de alvenaria. As pontes, por sua vez, tornaram-se ruas. Embora muitas habitações, inclusive as que foram construídas pelo Estado, estejam aquém das condições mínimas de ‘moradia digna’, a maioria dos residentes da área hoje paga IPTU e suas casas têm água encanada e energia elétrica. A CONDER está empreendendo também um lento e complicado processo de legalização fundiária.

Imagens das palafitas aparecem, hoje, em grafites, na parede no Colégio Estadual Solange Hortélio Franco (fig.12) e no muro do Espaço Cultural Alagados (fig.13) ou nas logomarcas de associações locais, como a do Grupo de Mulheres Ativas do Uruguai – GRUMAI (fig.14).

¹¹⁶No encerramento da pesquisa de campo, em maio de 2015, tivemos notícia da existência de poucas unidades de palafitas na Massaranduba. Em janeiro de 2015, um incêndio – de origem não apurada – destruiu uma área de palafitas, na baixa do Petróleo, deixando mais de 70 famílias desabrigadas. Apesar da morosidade de projetos de habitação anteriores, cujos beneficiários, retirados das palafitas, estão a esperar a entrega das unidades de habitação social há mais de dez anos, o Governo do Estado da Bahia conseguiu, mediante um plano emergencial, construir e entregar aos desabrigados do incêndio – os Queimados, como foram apelidados pelos vizinhos – novas moradias, construídas nas imediações da área afetada em apenas 6 meses.



Figura 12 - Grafite das palafitas no pátio do Colégio Solange Hortélio Franca. Rua Direta do Uruguai, 2015
Fonte: arquivo da pesquisadora.



Figura 13 - Grafite das palafitas no muro externo do Espaço cultural Alagados Fim de linha do Uruguai, 2015.
Fonte: arquivo de imagens da pesquisadora



Figura 14 - Logomarca do Grupo Mulheres Ativas do Uruguai. GRUMAI, 2015 – Arquivo de imagens do GRUMAI



Figura 15 - Ao fundo casinha para brincadeiras infantis construída em forma de palafita, no Espaço Cultural Alagados. Fonte: Arquivo de fotografias do Espaço Cultural Alagados

Estas imagens inscrevem no espaço contemporâneo um espaço pretérito. No quintal do Espaço Cultural Alagados, existe uma reprodução de uma palafita, utilizada para brincadeiras infantis (fig.15).

As imagens das palafitas e o topônimo Alagados acham-se indissolivelmente ligados. Mas desde que as palafitas foram removidas, onde estariam os Alagados? As áreas habitadas onde antes surgiam as palafitas tomaram o nome dos bairros que beiram a Enseada dos Tainheiros. Os Alagados, todavia, continuam presentes nos projetos urbanísticos inacabados da CONDER, nas denominações de organizações locais e de equipamentos comunitários, a exemplo da ABDAL, Associação Beneficente Democrática dos Alagados de Itapagipe, do Espaço Cultural Alagados, de grupos artísticos locais, como a Banda Palafitas e o Grupo de Dança Alagados. Grupos como esses, formados por crianças e jovens moradores, continuam a proliferar nas articulações do trabalho social comunitário onde entrelaçam-se: a “comunidade” (residentes, lideranças, membros das associações de bairro, grupos culturais), o “Estado” (o Espaço Cultural Alagados, os técnicos governamentais, gestores de políticas públicas, pesquisadores de universidades públicas), organizações internacionais (ONG Visão Mundial, agências da ONU, AVSI), o setor privado e as igrejas, católica e neopentecostais.

Todos estes atores estão relacionados à constituição da memória das palafitas, um *corpus* não sistematizado de relatos, recordações e informes pertinentes ao “tempo das palafitas”. Este material foi obtido pelo registro, feito nas últimas décadas por diversos atores de forma não sistematizada. O corpus em questão é constituído por depoimentos orais, artigos de jornal, fotografias, vídeos, intervenções artísticas de estudantes e relatos de pesquisadores, de técnicos de governo e de ONGs, depoimentos de líderes de associações de bairro, membros do movimento social, postagens de blogs trabalhos de documentaristas e de artistas. Uma sistematização de todo este material ainda não foi feita¹¹⁷.

Os dados etnográficos apresentados neste capítulo procedem principalmente da memória das palafitas, que, durante o trabalho de campo, veio a lume basicamente de duas

¹¹⁷ Durante o período do meu trabalho de campo a biblioteca do CEAS estava iniciando um trabalho ambicioso de coleta dos registros existentes sobre as reivindicações e lutas nos bairros de Salvador (tratava-se principalmente de recortes de jornal e fotografias, guardados por assessores dos movimentos sociais urbanos). Alguns registros fotográficos podem ser encontrados no MePe, Museu da Memória da Península, mantido no ICBIE (bairro da Ribeira). Também tive notícia da existência de um Centro de Memória de Alagados, instalado na década de 90 no Espaço Cultural de Alagados. Recentemente um membro do movimento ouviu falar, por algum aliado, que os restos do Centro de Memória estariam guardados em algum depósito, em um edifício do governo do Estado. Os estudos sobre Alagados realizados por pesquisadores das universidades soteropolitanas não são facilmente acessíveis. Cópias físicas das monografias e dissertações resultantes de tais pesquisas encontram-se nas bibliotecas das diferentes instituições, cada uma com condições de acesso específicas. Alguns materiais relativos aos projetos urbanísticos (documento de projeto, estudos preliminares, relatórios) podem ser consultados pelo público na biblioteca da CONDER, e da FMLF outros não estão disponíveis para os cidadãos.

formas: em conversas que mantive com moradores e lideranças da rede CAMMPI e durante suas digressões narrativas em discursos pronunciados em eventos públicos, quer no contexto de atividades culturais organizadas localmente, quer em encontros com representantes do Estado.

Geralmente, as narrativas sobre as trajetórias de meus interlocutores no movimento puxavam o fio condutor da história da urbanização do bairro, seguindo-o, com maior ou menor clareza, ao longo de relatos sobre a construção da casa do narrador, ou de equipamentos comunitários edificados com sua participação. Estas narrativas das trajetórias pessoais se entrelaçavam com relatos mais genéricos sobre o tempo das palafitas como uma situação compartilhada por todos os moradores.

Quanto ao valor da evocação da memória das palafitas em encontros públicos, esta foi uma constatação que fiz desde a primeira reunião da rede CAMMPI de que eu participei. Em reuniões e encontros com pessoas de fora, sempre se evocava a memória das palafitas, quase como um mito de origem das lutas atuais, mas também como um processo que produzira cidadãos, isto é sujeitos que, a partir do lixo e da ilegalidade, construíram uma cidade onde morar. As maneiras de fazer e de construir que deram origem ao lado da Península referido como “do Caminho de Areia para cá”, com ênfase nas técnicas de autoconstrução e nos mutirões¹¹⁸, eram lembradas junto com a história da edificação dos espaços comunitários (escolas, posto de saúde) e do incessante trabalho social desempenhado através das atividades culturais, quase a encadear a luta do passado com a luta contemporânea. A sensação era de que o processo de construção da palafita e dos bairros teria suscitado um conjunto de relações entre pessoas, práticas, materialidades e representações. E este conjunto era reconhecido como constitutivo do lugar e da cidadania dos moradores. Os relatos atribuíam grande valor positivo à prática comunitária, por contraste com a morosidade e inépcia do Estado.

Momentos de narração da memória das palafitas, apresentada também como memória da luta, não ocorriam somente em encontros com técnicos governamentais ou gestores, mas também em conversas *inter pares*¹¹⁹. Por exemplo, durante o evento Memórias de Alagados, organizado pela ONG Instituto Cultural Brasil, Itália Europa – ICBIE, em 31/08/2014, no bairro da Ribeira, discutiu-se a experiência de Alagados a partir de recordações da co-fundadora de uma associação de moradores do Subúrbio, a educadora

¹¹⁸ Ver glossário em anexo.

¹¹⁹ Além desses encontros, a memória das palafitas, entrelaçada com a memória da escravidão e atividades de valorização da tradição negra, é enunciada e reelaborada em atividades educacionais e culturais com crianças e jovens que sempre tem como tema condutor o da negritude.

carioca Vera Lazzarotto¹²⁰. Nesta ocasião, na sessão de perguntas após a exposição de Vera, dona Lurdinha, coordenadora da AMCSL, levantou-se e afirmou com intensidade: “Ninguém fazia para nós então tivemos que fazer sozinhos”. Lurdinha chamou a atenção da audiência, composta por jovens residentes da região, para o prodígio que era a construção das palafitas, que, apesar da baixa qualidade dos materiais, da rudimentariedade das técnicas empregadas, erguiam-se na maré. Evidenciando o escasso valor que o senso comum atribui aos materiais de descarte, colocava em relação o lixo da cidade, os moradores, a autoconstrução e a luta cotidiana, como elementos constitutivos não somente do espaço dos bairros hoje conhecidos como Uruguai, Massaranduba, Jd Cruzeiro, Mangueira, como também da cidadania de seus moradores.

Além de ser fonte de informações sobre o passado (e o presente) de Alagados, a repetição e reedição dessas recordações tem dois efeitos relevantes: o de trazer à tona as temporalidades de espacialidades específicas e o de tornar visível o entrelaçamento progressivo da vida das pessoas com o espaço e os eventos que o afetam.

3.4 “Aqui tudo era maré”. Palafitas, memória e autoconstrução

As dificuldades ligadas à distância temporal e a injunção de trabalhar com depoimentos fragmentados não permitem uma reconstrução rigorosa de fatos ocorridos décadas atrás. Mas até certo ponto essas dificuldades podem ser superadas. Os dados etnográficos — e não uma história oral — produzidos a partir dos relatos que escutei têm valor para a análise do recurso às narrativas sobre o passado. A abordagem do significado desta estratégia me importa mais do que uma reconstituição exata, integral, da história da invasão, coisa dificilmente exequível. A grande recorrência dos relatos sobre o tempo das palafitas por mim ouvidos durante as atividades do movimento, ou durante os encontros com técnicos do governo ou, ainda, lidos nos depoimentos registrados em diversos estudos, revelam a existência de algo parecido a um ‘senso comum’, ou melhor, a uma *vulgata* sobre Alagados, produzido e apropriado não só pelos ativistas como também pelos técnicos de governo e pelos empregados da política. Nesta, a palafita, os laços de solidariedade entre os moradores e as omissões do Estado, são tomados como a origem de uma luta que ainda não terminou.

¹²⁰ Vera, morou *nas palafitas* da Enseada do Cabrito durante as décadas de 80 e 90 junto ao marido, o italiano Antonio Lazzarotto, trabalhando como educadora. Ambos se envolveram com os movimentos sociais ativos na região, principalmente o MDF, que segundo me consta pelos relatos e fontes encontradas no arquivo do CEAS, foi ativo principalmente nos Novos Alagados.

Em Alagados, ao longo de anos, áreas costeiras de manguezal e “lotes de água” (no mar da Enseada dos Tainheiros, onde as palafitas eram construídas), foram aterrados pela ação ininterrupta dos habitantes que “puxavam para debaixo das casas” lixo e entulho descarregado por caçambeiros¹²¹. A partir da década de 70, aterros foram realizados também por órgãos estatais, mediante programas de urbanização da área e de melhoria habitacional. Os aterros promovidos pelo Estado tinham como finalidade, também, a inibição de novas invasões, objetivo que até os dias de hoje nunca se concretizou totalmente.

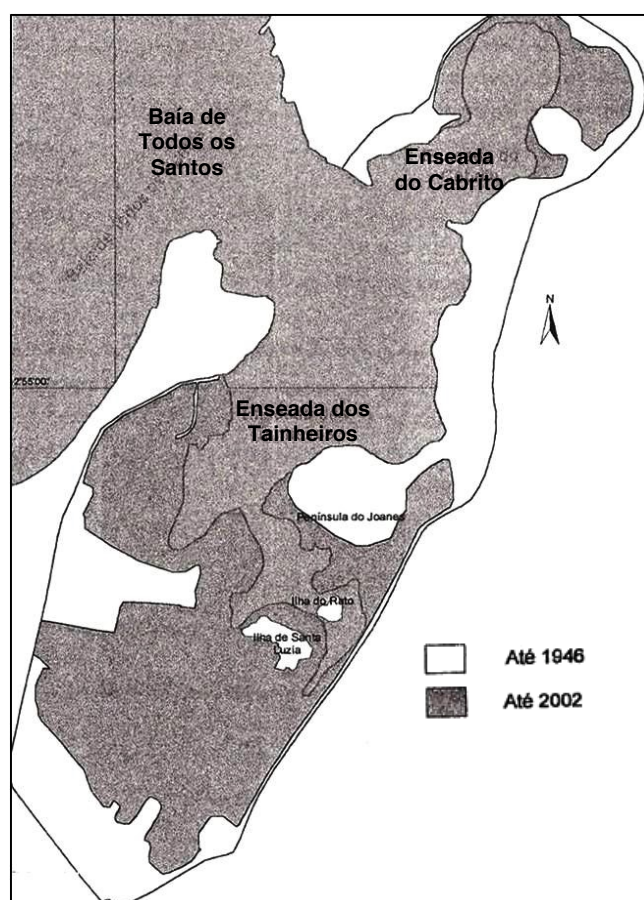


Figura 16 - A progressão dos aterros consolidados no entorno da Enseada dos Tainheiros entre a década 1940 e o início do séc. XX – Fonte: Silva, 2002

A autoconstrução de moradias procedia junto com a extensão progressiva do solo aterrado com entulho e lixo. A partir de relatos de moradores antigos compreende-se que, devido à continuidade destas atividades, a área sempre esteve em transformação.

Por mais que em velhos artigos de jornal (Jornal da Bahia 1983a e 1983b) seja sempre enfatizada a rapidez com que as invasões ocorriam e novas ocupações surgiam, a

¹²¹ Segundo alguns depoimentos obtidos em conversas informais, os caçambeiros eram pagos pelos residentes para trazer para perto das casas o material destinado ao aterro sanitário.

construção de uma casa em Alagados era sempre um projeto a longo prazo. Barracos de madeirite, papelão, lona e velhas telhas de eternit eram construídos no terreno lamacento da maré, entulhado com o lixo da cidade, ou diretamente na água. Neste último caso, além de demarcar o próprio lote com estacas, era necessário construir a ponte de madeira, a partir de outra já existente, que a ligava à terra firme (como mostra a Fig. 1, p. 3).

O trabalho não terminava uma vez erguida a palafita e construída a ponte para o acesso à terra firme. Devido às oscilações da maré, as palafitas balançavam seguindo um movimento ondulatório que lhe afetava a estrutura. Precisavam, portanto, de reformas periódicas. Os moradores das palafitas que almejassem ter a própria casa procuravam aterrar a maré, ou seja, altear um terreno em baixo e ao redor dos próprios barracos, mediante entulho e outros materiais, para poder finalmente transformar a palafita em um barraco em terra firme. A consolidação e ampliação do aterro significavam um constante aumento da extensão da superfície construída e um avanço, mar a dentro, da linha de costa. Conforme a disponibilidade de cada um, em seguida ao aterro, podia ocorrer a substituição progressiva das tábuas de madeirite e de outros materiais por paredes de alvenaria e lajes¹²². Era nesse momento que se usava a expressão “construir uma casa”. Na medida em que o espaço ao redor o permitisse, as construções podiam sempre ser estendidas, fazendo-se um puxadinho. As casas de alvenaria podiam ainda ser expandidas verticalmente, “batendo a laje” que sustentaria o piso superior. Quando se consolidava o aterro, criava-se uma nova linha de costa mais avançada, a partir da qual, se a profundidade da água o permitisse, poderiam surgir novas palafitas. Deu-se desta forma uma ocupação que, segundo relatado pelos moradores, chegou a permitir, a certa altura, a travessia a pé da Enseada dos Tainheiros, entre a Península de Itapagipe e o Lobato, no Subúrbio Ferroviário.

Após a primeira, da década de 1940, nunca cessaram de ocorrer novas invasões, ao passo que os moradores já estabelecidos continuavam realizando melhorias nas suas casas. Como muitos relatam, em Alagados o trabalho de construção tinha que ocorrer nos poucos momentos livres dos moradores. Estes eram, em sua maioria, operários ou biscateiros, portanto os mutirões para os aterros e a construção ou reforma das casas deviam acontecer nos finais de semana ou no final da jornada de trabalho. Também, como gostam de lembrar as lideranças da CAMMPI, as invasões costumavam ocorrer nos finais de semana, ou nas

¹²² Em um ponto qualquer desse processo a casa assim construída podia ser removida pelo Estado. Com a chegada dos funcionários e das máquinas, como me explica o pescador Bingo, sempre chegava mais gente novata na invasão. Eram estes invasores interessados na possibilidade de ganhar uma casa do Governo. Bingo me cita o exemplo da sua família: “nós invadimos aqui para poder *ganhar* uma casa” (conversa com o pescador Bingo, 29/08/2014, Enseada dos Tainheiros).

vésperas dos feriados. Começando a levantar barracos em dias de descanso, contava-se ganhar tempo antes de uma eventual reação de repressão pelo setor público¹²³.

Os moradores, portanto, foram autores não só da construção de barracos e palafitas como também da construção de áreas coletivas (as pontes, as ruas) e das sedes de associações e escolas comunitárias.

A implantação e a manutenção das palafitas, das passagens suspensas (pontes), a aposição dos aterros, assim como a consolidação de áreas existentes com recurso a entulho e a construção de barracos de madeirite, de casas de taipa e de alvenaria, com frequência eram tarefas realizadas coletivamente, na forma de mutirão. Assim constituiu-se o solo, hoje integrado aos bairros da terra firme, delimitado por uma pista de borda que, fruto do último projeto inacabado do Estado, continua sendo alvo de novas invasões.

A ocupação deste espaço, ao longo de décadas, obviamente não seguiu um único padrão. O rótulo de invasor, adotado e generalizado entre todos os que construíram sua casa em Alagados, sugere uma inverossímil uniformidade de situações. Uma escuta ainda que superficial da diversidade das experiências relatadas por residentes dos bairros da região mostra imediatamente que existiu uma multiplicidade de circunstâncias, as quais, através de percursos diferenciados, levaram pessoas a ocupar uma porção de aterro ou um lote de água e ali “suspender” a sua casa.

Cito a seguir algumas experiências narradas por interlocutoras atualmente engajadas nas associações de bairro do local. Suas trajetórias em Alagados são diferentes entre si, não somente quanto à procedência, mas principalmente em relação ao momento de chegada, às condições e modalidades de aquisição ou ocupação de um espaço para morar.

Ana Suely, hoje coordenadora da cooperativa de cozinheiras ADOCCI, lembra-se de ter chegado aos Alagados ainda criança, na década de 60, junto à mãe, que comprou um lote de água. Segundo a experiência narrada por Ana Suely, os lotes de água eram porções demarcadas¹²⁴ no mar da Enseada dos Tainheiros, vendidas por especuladores, pessoas que “se faziam de donos”. Explica Ana: “Quem queria, comprava pelo preço que eles faziam. Após comprado o lote de água, já tinha que vir logo, porque senão corria risco de alguém invadir ou até vender para outra pessoa. Então era assim: comprou e já vir com as madeiras para suspender a casa, para não perder!” (entrevista com Ana Suely, 13/03/2015).

¹²³ Nos relatos de lideranças, essa característica do trabalho coletivo emerge normalmente devido às dificuldades observadas de mobilizar os moradores para o trabalho comunitário nos dias e horários comumente destinados ao descanso. As dificuldades para obter uma adesão consistente é comparada saudosamente pelas lideranças à participação de outrora nos mutirões.

¹²⁴ Segundo relatado, a demarcação dos lotes era feita com estacas fincadas no fundo do mar.

Nesse caso, a invasão requeria, além do pagamento do lote, um investimento material: era necessário obter mais estacas de madeira que, fincadas na maré, constituiriam o marco inicial da casa, fazendo daquele espaço na água um lote ocupado.

Dona Virginia, oriunda do vizinho bairro Monteserrat, educadora na escola comunitária 28 de Agosto (no bairro Uruguai), morou durante 30 anos no prédio da família do marido, na Rua Direta do Uruguai¹²⁵. Virginia explica:

É uma casa que a família [de meu marido] construiu porque eles moram aqui desde o tempo que aqui era água. Quando a mãe dele comprou essa casa, esse terreno aqui, eles moravam primeiro era [na] água, depois foi entulhado e aí eles construíram; na verdade [meu] marido e a mãe dele eram os caçambeiros que, naquele tempo, traziam o entulho para estar entulhando, então naquela época era a HAMESA, quando começaram a entulhar (Entrevista com Virginia, 22/04/2015, grifos meus)

Ana Rosa, fundadora do Grupo de União e Consciência Negra – GRUCON, chegou a Alagados em 1960. Vindo de Serrinha, no sertão, a família de Ana Rosa procurou possibilidades de subsistência em Salvador, seguindo o caminho de duas filhas mais velhas que trabalhavam, desde havia poucos anos, como domésticas em casas de família¹²⁶, na cidade. Inicialmente, a família foi morar de aluguel perto de uma parente, num “cubículo”, no Jardim Cruzeiro. Nessa época, o Jardim Cruzeiro, também resultado de invasões e aterros anteriores, já era um bairro mais consolidado. Em breve, não podendo arcar com os custos do aluguel, a família de Ana Rosa teve que procurar uma opção mais barata (em uma área de ocupação mais recente, perto da maré) e, por fim, fazer a própria casa.

A família de Ana Rosa encontrou um “filho de Deus”, um senhor “também pobre”, que tinha uma avenida¹²⁷ (hoje Avenida São João, na Massaranduba) de casas de taipa para alugar. Em 1968 a família de Ana Rosa se mudou para uma dessas casinhas, formada por um cômodo único. Em pouco tempo, a família encontrou-se de novo em apuros: o pouco que os pais de Ana Rosa ganhavam (a mãe lavando roupa de ganho e o pai, benzedor, vendendo folhas na feira do Jardim Cruzeiro) não bastava para pagar o aluguel. O dono da casa

¹²⁵ A rua Direta do Uruguai, ou rua do Uruguai, é uma importante via de circulação da Península, que liga o fim de linha do Uruguai ao bairro Calçada. A rua do Uruguai é também uma rua com numerosos estabelecimentos comerciais. Como outras ruas da Península, ganhou um prolongamento considerável, por causa do aterramento da maré. Quase a metade da atual extensão desta rua é fruto dos aterros feitos em Alagados, no século XX.

¹²⁶ No socioleto baiano *casa de família* é uma locução que se refere preferencialmente às casas das famílias de classe média e alta. O uso desta expressão, assim restrita a camadas “superiores” da sociedade, remete à avaliação negativa das famílias populares, traduzindo a propensão do senso comum a tratar os arranjos residenciais diferentes do da família conjugal burguesa como desvio da norma. O fato de uma família ser chefiada por uma mulher, por exemplo, pode ser interpretado como sinal de “desestruturação” ou “inacabamento”, num claro eco do ideário cristão da família.

¹²⁷ Cf. a definição de avenida no glossário.

encorajou a família a ver um lugar próximo, na Baixa do Petróleo, onde ‘o povo’ estava aterrando a maré. Ali eles poderiam construir sua casa. Ana Rosa recorda com saudade os momentos em que as famílias se reuniam no final do dia para consolidar o aterro. Começavam amassando o lixo e outros materiais de descarte que vinham da cidade, em um ponto mais avançado na maré. Uma vez que esta espécie de posto avançado estivesse firme (“quando dava para pisar”), cada família começava a “puxar” o lixo para debaixo da própria palafita. As pessoas se reuniam a fim de entulhar as palafitas mais avançadas na maré, ou o espaço da ponte, que, depois de aterrado, seria a rua. À medida em que se firmava o aterro na área mais avançada, recuava-se e cada um cuidava de aterrar a base do assoalho da própria casa. A mãe de Ana Rosa, “puxou” lixo durante doze anos para consolidar o pavimento da própria palafita. “Era uma casinha pequena, que a gente fez na maré” minimiza ela, quase a redimensionar minha estupefação. Trata-se da mesma casa em que nos sentamos para conversar, quase cinquenta anos depois. Significativamente, Ana Rosa refere-se ao processo de autoconstrução como à “luta dos nossos antepassados” (Entrevista com Ana Rosa 18/03/2015).

As práticas especializadas da autoconstrução, das lutas pela permanência, da reivindicação por melhorias urbanas e até a própria constituição e enquadramento da memória participam – assim como os projetos governamentais – dos processos de produção do espaço urbano (LEFEBVRE, 1991a; 1991b) e, segundo sugerido por meus interlocutores, da constituição do “cidadão” que o produz.

Através da expressão da memória das palafitas em espaços públicos de discussão, duas operações são realizadas: em primeiro lugar, as práticas dos invasores, reconduzidas por discursos hegemônicos à esfera da ilegalidade, são registradas e valorizadas como prática positiva em dois sentidos: (1) opondo à negatividade da ilegalidade da invasão, análises contemporâneas que avaliam a impossibilidade de ter acesso “legal” à terra urbana pela população negra e pobre durante o século XX em Salvador e (2) como *trabalho*, operando o resgate moral das práticas constitutivas daquele espaço e de seus moradores, protagonistas dessa “luta”.

Em segundo lugar, as práticas do trabalho social comunitário, desenvolvido pelos moradores atuais, são postas em continuidade e congruência com as dificuldades de outrora, com as lutas e resistências do passado, tendendo a conferir unidade e coerência ao movimento, e providenciando certa manutenção à sua organização (POLLACK, 1992). Porém esta operação não deve ser entendida como uma mera manipulação da temporalidade para fins políticos. A autoconstrução coletiva do bairro, fundamento da existência (e da permanência)

das pessoas, dos moradores, é promovida ao que chamo de “mito de origem” da *comunidade*. Mas não se trata de ficção, ou seja, não me refiro à memória das palafitas como a uma fábula. Em certo sentido, trata-se da invenção de uma tradição que se torna operativa no presente. É a criação de uma *vulgata* da história das invasões. Esta versão, quase que ritualmente reiterada, criou certa estereotipia, pela qual é difícil hoje perceber as variações entre áreas vizinhas. Ao lado da condensação de elementos imaginários existe uma condensação de temporalidades, isto é, no conto das palafitas, não se distinguem por exemplo fases diferentes ou ondas sucessivas de invasões. Estas são transformadas num evento único. O mito de origem, embora refira-se a eventos do passado, tem efeitos no presente. Aliás, o presente é explicado através de ações passadas cujos efeitos permanecem no tempo e, em nosso caso, no espaço.

O mito de origem de Alagados, segundo o que pude observar, surge no contexto dialógico (para não dizer agônico) da interação com o Estado. Aprofundarei esta reflexão no capítulo 4.

O mito de origem está expresso de forma contundente na afirmação de Lurdinha. A invasão mediante autoconstrução de palafitas é promovida a emblema do processo de cidadania em Alagados, isto é, a assunção de uma posição em que é legítimo reivindicar direitos ao Estado, mas também, diante da inércia, é também legítimo *buscar, correr atrás* do “conteúdo” dos próprios direitos (a moradia). Também, é a partir da decisão de regularizar os assentamentos surgidos por *invasão* que se procede a práticas de governo, como o cadastramento dos moradores. Já em época mais recente, a partir de expectativas quanto à posse do *próprio* imóvel os mesmos moradores começam a guardar documentos que possam tornar-se prova de sua posse (recibos de água e luz, recibos de compra-venda, pagamento do IPTU, etc.).

A *luta*, se torna símbolo de cidadania em vários sentidos. Representa um processo deliberado que: (1) transforma migrantes sem abrigo em cidadãos com um endereço; (2) torna os *invasores moradores* que têm direito e dever de reivindicar melhoramentos na estrutura urbana; (3) transforma massas de indivíduos necessitados em coletivos organizados que desenvolvem uma relação de colaboração/cobrança com o Estado. Toda a argumentação condensada na exclamação de Lurdinha no encontro sobre a “memória de Alagados” no ICBIE, está embasada na noção da função social da propriedade, reconhecida na Constituição de 1988, bem posteriormente às invasões a que ela se refere. Mas este não é um acaso ou um erro. Ao contrário, mostra que a prática da memória coletiva é “parte de uma intenção presente” (ROCHA e ECKERT, 2000:13).

A recuperação das ideias bachelardianas, feita pelas referidas autoras, permite pensar a memória como a “construção de um ato de duração” (2000:13). Esta abordagem é particularmente apropriada no caso da memória das palafitas em que se torna crucial ressaltar o valor político da ênfase na duração, na *demora*. Me explico. No caso dos membros da CAMMPI, narrar Alagados é narrar-se na cidade, na Península de Itapagipe. Ora, embora cada liderança ou cada morador narre uma experiência individual de autoconstrução e de luta (permanência), esse rememorar contribui para a criação de uma narrativa coletiva de duração, que tem como temas principais o processo *físico* de fixação dos moradores, mediante a invasão e a autoconstrução, que remete à metamorfose deles em *moradores* (e então em *cidadãos*). A valência moral desta transformação é prefigurada nos relatos de muitas lideranças pelo simbolismo da transformação do lixo da cidade em casa, em bairro, em comunidade. A demora do processo, a dilação das promessas do Estado e a permanência (que nas condições em apreço se configura como uma de resistência), são alegadas como fundamento do direito à moradia.

Os acontecimentos que as lideranças narram em relação à própria experiência viva coloca a construção da palafita como emblema de um processo matricial, que produz o invasor/morador, em continuidade com a construção de equipamentos e serviços comunitários, que surgem da ação coletiva solidária (não remunerada) dos moradores/ativistas, da mesma forma em que as casas surgem do lixo mediante a ação dos invasores/moradores. A elaboração da duração mostra que o ato de morar e a dilação de promessas do Estado são fundamentais para a afirmação do morador como cidadão, enquanto tal, titular de direitos. Esses direitos (estabelecidos em lei), porém, não são realizados pelo Estado por inércia. Eles devem ser *buscados*, isto é, podem ser realizados somente mediante muita “luta” que, neste sentido, remete ao engajamento ativo e coletivo nos movimentos de bairro. O morador/cidadão torna-se então *militante*, ativista de causas que vão bem além do direito a uma casa própria.

Olhar para a prática de rememoração como um ato de duração, tem desdobramentos que nos remetem à cidadania como a uma “identidade narrativa” (ECKERT e ROCHA, 2011) capaz de encadear a invasão da *maré*, a construção das palafitas, a constituição da vida de bairro, com o desenvolvimento de relações vicinais de solidariedade, até a construção de equipamentos comunitários, à profissionalização das atuais organizações e sua ação política. É possível, então, entender como essas narrações são atualmente importantes também enquanto estratégia para enredar novos membros para o movimento.

Já a partir do encadeamento entre a palafita e o trabalho comunitário, operado pelo mito de origem, se enxerga a tensão exposta na introdução desta tese, entre um sentido emancipatório da cidadania e um outro, disciplinador: os moradores “fazem por si o que o Estado não fez para eles”, e ao fazê-lo acabam enleados nos emaranhados institucionais, tornando-se *beneficiários*, *alvos* da ação do Estado, com seus projetos inacabados, seus cadastros etc. Desse ponto de vista, Alagados pode ser entendido também como um espaço narrado, isto é, visto como fruto da consolidação temporal de experiências diversas vividas pelos seus habitantes, tecidas por ocasião do encontro com pesquisadores, jornalistas, e mais frequentemente no engajamento em debates e discussões com técnicos do Estado.

CAPÍTULO 4

PALAFITAS, PONTES, VIZINHOS E PUXADINHOS: DA AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA À AUTOCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA

No passado, os espaços da morada em Alagados tinham a tendência a agregar-se territorialmente em agrupamentos de palafitas contíguas ou, como ocorre ainda hoje, de barracos próximos, cujos residentes entravam em relação de cooperação desde o momento da construção. Da cooperação e das formas de reciprocidade que se desenvolviam a partir daí, dependia a possibilidade de construir e manter a própria palafita, permanecendo na ocupação. Desta forma, as relações e trocas entre vizinhos pareciam ser, ao mesmo tempo, pressuposto e consequência da construção das casas.

Apesar das mudanças recentes pelas quais passou a região que se abeira na Enseada dos Tainheiros, laços vicinais ainda hoje formam o tecido das redes em que os moradores estão envolvidos. Esses laços serão analisados, a seguir, à luz do conceito de vicinalidade, que se reporta também ao parentesco, pois os seus vínculos se entrelaçam com elos de “sangue” e de “consideração”. Estes laços entre pessoas criam (e são criados por) relações de trocas e de obrigações recíprocas, guiando não somente práticas cotidianas domésticas, como também práticas observadas no cotidiano do movimento social, por exemplo o recrutamento de novos membros e a definição das parcerias entre organizações e grupos locais. No tocante a estes, de modo similar ao que se dava no contexto da edificação das casas, operacionaliza-se a autoconstrução no campo da política, isto é, na prática das associações de bairro. Assim como sucedia no processo da edificação das casas, novas organizações nascem, ou são puxadas, a partir de outras e se reproduzem em rede. Esta rede tem por elementos conectivos pessoas que compõem tanto a formação originária como a derivada. Além disso, as formações envolvidas no processo de expansão da rede CAMMPI mantêm entre si relações análogas às de vicinalidade *stricto sensu*, laços que permitiram a existência e a permanência das famílias das quais falam os moradores nos seus relatos atuais sobre a gênese de Alagados.

Adiante será necessário fazer uma análise das noções de “puxar” e “puxamento” pois elas integram, mais que o vocabulário, o repertório conceitual nativo operante também no plano político.

Em suma, estabeleço um paralelo entre a constituição de vicinalidades no bairro e a de parceria no cotidiano da política de bairro, no intuito de evidenciar que as organizações da área de Alagados observam códigos vicinais de solidariedade, não em obediência a meras regras e sim de forma estratégica (assim como entendido por Bourdieu¹²⁸, 1994), com remissão contínua ao que chamei de “mito de origem” do bairro. A conexão entre a história da ocupação, a autoconstrução e o movimento social, enfatizada e reafirmada todas as vezes que as lideranças recorrem à memória das palafitas, é crucial para compreender as implicações recíprocas entre o espaço de Alagados e a atividade do movimento social.

Estudos etnográficos recentemente realizados na Bahia junto a grupos rurais (MARCELIN, 1999; PINA CABRAL, 2013) e camadas populares urbanas residentes em bairros do Subúrbio Ferroviário (MCCALLUM e BUSTAMANTE 2012; MÁRQUEZ, 2014), afirmaram a centralidade da abordagem da *casa* – como categoria nativa – para entender as relações de parentesco e vicinalidade nessas áreas¹²⁹.

Seguindo a trilha aberta por esses autores e com base nos dados etnográficos que patenteiam a centralidade do “problema da moradia” em Itapagipe, neste capítulo, desenvolvo a seguinte tese: para abordar as disputas espaciais ali recorrentes, é necessário avançar na análise do processo de autoconstrução exposto no capítulo anterior, buscando captar o que há de produtivo neste processo, para além das palafitas e das casas, enquanto estruturas físicas. Esta abordagem analítica é instigada pelas contínuas referências dos líderes políticos da CAMMPI ao “tempo das palafitas”.

No intuito de entender a política do espaço em Itapagipe, proponho, nas páginas a seguir, uma abordagem do processo de autoconstrução tanto de moradias como de relações entre atores sociais e instituições, no jogo político.

Numerosas pesquisas sobre Alagados, mesmo quando tendem a valorizar a ação do movimento social no processo de urbanização (SILVA, 2002; SANTOS, 2005), acabam por

¹²⁸ “...É preciso inscrever na teoria o princípio real das estratégias, ou seja, o senso prático, ou, se preferimos, o que os esportistas chamam de sentido do jogo, como domínio prático dialógica ou da necessidade imanente do jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso (à semelhança por exemplo das técnicas corporais)” (BOURDIEU 1994:79)

¹²⁹ Os estudos em questão — principalmente os de Marcelin (1999) e Pina Cabral (2013) — apontam não tanto para similaridades quanto para uma verdadeira continuidade sócio-espacial, em termos de expansão de redes vicinais para além de um domínio de origem, de um território dado. Redes de casas (que Marcelin chama *configuração de casas*) podem extrapolar vicinalidades, estabelecendo relações entre casas da área rural e da periferia de Salvador. Como o autor argumenta a partir do material etnográfico sobre moradores da cidade de Cachoeira (Bahia), “a casa pode incluir membros que emigraram temporariamente para Salvador”. Membros temporariamente afastados podem reconstruir ou consolidar esta rede – prolongando-a –. Fazem-no acolhendo parentes do interior em suas casas, por exemplo, ou distribuindo-se pelas redes domésticas presentes na cidade, formadas por parentes reais ou fictícios. Estas práticas estabelecem uma continuidade no modo de viver a *casa* (isto é, as relações familiares e de vicinalidade) nas povoações interioranas da Bahia, da área rural, e nos bairros populares de Salvador e das cidades do Recôncavo.

cingir-se a uma explicação do fenômeno da autoconstrução com base na carência (de recursos, de poder, de voz etc.) como único fator determinante das práticas da chamada urbanização informal. Todavia, o simples fato de encontrar-se em situação de “carência” ou “necessidade” pouco nos diz a respeito da forma que podem tomar as ações em tal condição. Ora, estas são ineludíveis na abordagem das disputas espaciais. Por outro lado, quando se procede assim, se minimiza ou esquece a operação proativa dos sujeitos. Meu distanciamento desta perspectiva não implica na intenção de “negar” as condições em que uma ampla faixa da população vive, nem tirar o foco de evidências de tipo político-econômico a respeito do espaço urbano. Mediante o distanciamento da perspectiva que tudo cinge à carência, procuro, ao contrário, enfatizar a agência dos “excluídos”, “despossuídos”.

Sustento que para entender o espaço contemporâneo na Península de Itapagipe é necessário focalizar o processo de produção das casas (processo indiscutivelmente atrelado à experiência familiar) como fenômeno axial na vida dos moradores e na produção do espaço urbano em Alagados. Não somente pela produção material de moradias, mas pela construção de uma série de relações decisivas para as práticas políticas que desejo abordar. Para tanto, eu me apoio nos dados etnográficos produzidos a partir das narrativas da memória das palafitas e na observação da organização das atuais associações de moradores que compõem a CAMMPI. Recorro, também, a trabalhos etnográficos de autores, acima citados, que enfocam a casa como *locus* privilegiado da constituição simbólica e prática do parentesco e da existência social como pessoa, em bairros negros de Salvador e na Bahia como um todo.

A ênfase no processo de autoconstrução permite abordar as relações de solidariedade, sempre evocadas nas lembranças do passado e ainda centrais para entender a ação do movimento na perspectiva de seus *militantes*. Este enfoque possibilita uma compreensão processual do espaço e da política, centrada nas práticas ou estratégias (BOURDIEU, 1977; 1994), ao invés de concentrar-se na identificação de um modelo de ação a ser seguido.

4.1 A casa como processo

Alagados nos impõe entender a construção de uma casa como processo. Para isto não é preciso grande esforço: estou considerando um lugar em que as palafitas (casas *in fieri*), tornaram-se emblema da politização de questões relativas à habitação — questões concernentes à vida cotidiana, que articula a esfera pessoal e o espaço urbano (HOLSTON,

2008). O exame do material etnográfico disponível sobre as casas na Península Itapagipe permite elucidar melhor esta articulação.

Para introduzir a abordagem deste tópico recorro a uma queixa exposta por dona Elza, moradora da Baixa do Petróleo, durante uma reunião da rede CAMMPI. Dona Elza queixava-se do projeto de habitação da CONDER, que após ter ficado parado durante anos, retomou as obras de construção de moradias em 2015. O precedente é que, na década de 2000, em função de um projeto de urbanização de Alagados (Governo do Estado da Bahia - CONDER, 2005), moradores abandonaram seus barracos e palafitas com a perspectiva de receber casas a ser construídas na mesma área. As casas que acomodariam as famílias de moradores foram projetadas pelo órgão do Estado como unidades habitacionais bi-familiares, ou seja, construções de dois andares, com dois apartamentos.

O irmão de Elza, que tem quatro filhos, construíra em Alagados uma casa de três quartos, visando, desde o início, a possibilidade de construir três andares ulteriores para abrigar, no futuro, as famílias de todos os filhos. Em uma das etapas de um programa estatal de urbanização, sua casa foi removida a fim de permitir a execução das obras para a melhoria do sistema viário, o desadensamento das habitações e a implantação de uma estrada na margem da conta da Península na Enseada, referida nos planos como “pista de borda”, projetada com a função principal de evitar a viabilidade física de novas invasões de palafitas na beira do mar. Diante da alternativa proposta pela CONDER, entre receber uma indenização ou ser cadastrado num programa de habitação social, o irmão de Elza, optara por ser reassentado numa unidade em conjunto habitacional, a ser construída *in loco*. Lamentavelmente, queixava-se Elza, as casas construídas pela CONDER acabaram sendo muito pequenas. Como se não bastasse, o sistema de cadastramento alocara o seu irmão no apartamento do andar térreo de uma unidade bi-familiar. dessa forma, ele perdeu a possibilidade de expansão vertical, fundamental para garantir uma casa própria a cada um dos filhos.

O irmão de Elza compartilha de uma condição comum a muitos dos beneficiários das casas da CONDER, que tiveram de abandonar sua palafita ou barraco em decorrência do projeto de urbanização de Alagados voltado para a melhoria habitacional e urbanística da área. Tal condição ilumina a tensão existente entre a perspectiva dos moradores de palafitas e barracos que, os veem como casa própria, e a perspectiva do Estado, em que estas moradias são um problema. Não pretendo sugerir que uma casa precária, um barraco, uma palafita em área de risco seja preferível, *a priori*, a uma casa construída por um projeto habitacional conforme a parâmetros de salubridade, segurança, etc. Me interessa aqui assinalar que as

possibilidades e expectativas encerradas numa casa de autoconstrução, até mesmo uma palafita, são geralmente negadas pelos apartamentos nos empreendimentos de habitação social do tipo das casas da CONDER.

A queixa de dona Elza mostra como a construção de uma casa pelo irmão (ou seja, a ocupação direta de um determinado espaço e a autoconstrução do imóvel) estava sendo feita considerando o futuro da família. Isto elucidava um ponto destacado difusamente na literatura antropológica sobre casa na Baía. A *casa* (categoria nativa) não é considerada uma unidade fechada, quer do ponto de vista de sua constituição material (pois ela pode ser fisicamente expandida), quer em termos da configuração sociológica que lhe confere o grupo doméstico, ou seja, o modo como o grupo a percebe, sente, vive e define.

A aparência exterior da maioria das casas dos bairros populares em Salvador revela que existe sempre a possibilidade de *puxar* um quarto (um *puxadinho*) ou de bater uma laje (construir a base para um novo piso) de maneira tal que a construção de moradias vem a ser um processo permanente e inacabado, relacionado às diferentes fases e eventos da vida de seus residentes, já que em muitos casos “a casa responde ao que os membros estão necessitando” (PINA-CABRAL 2013:58). Não por acaso esta é uma questão constantemente levantada durante as discussões entre moradores e Estado por ocasião dos projetos de intervenção criadores de habitação popular. Em Alagados, por exemplo, um dos fatores de atrito que gerou descontentamento entre os beneficiários de um dos projetos de habitação popular, além do tamanho das unidades e seus cômodos, foi a impossibilidade de o morador poder intervir posteriormente na estrutura da casa.

Este olhar permite superar a abordagem da autoconstrução que enfatiza a dimensão da carência de meios adequados para construir uma residência e atentar para o que nos interessa: os processos sociais atrelados à construção da casa.

Visto como as casas lá estão sempre em devir, em processo de construção, é importante olhar o espaço construído de Alagados pensando na mutabilidade, possivelmente em termos de uma consolidação progressiva¹³⁰ da casa a partir de um espaço como o da “maré”, que exige um esforço contínuo de edificação e reedificação. Mas outro fator impõe a continuidade do empenho construtivo: a dinâmica da reprodução social tal como ela é pensada, projetada e vivida nesse contexto.

Observar habitações em suas diversas fases de construção nos ajuda a pôr em perspectiva as diferentes condições de casas e ruas de Alagados, colocando-as em relação

¹³⁰ Consolidação que, todavia, pode sempre ver-se anulada, por efeito de expulsão e relocação operadas por intervenções urbanísticas governamentais.

com as diversas temporalidades das ocupações e dos projetos governamentais que se sucederam na região, mas principalmente com os diversos momentos de vida das famílias residentes.

A casa que o irmão de dona Elza habitava e construía, onde ele fazia seus projetos de família, não existe mais. Ele, como outros moradores, está a espera da entrega das “casas da CONDER”.

Em outras situações, a casa já se encontra em uma fase mais avançada. É o que sucede por exemplo com a casa de Raimundo, que mora com seus irmãos, cunhados e sobrinhos na casa construída por seus pais, na região do canal do Bate Estaca. O pequeno prédio de escada, construído a partir do núcleo originário, é formado por três andares, cada um com um apartamento habitado por um dos irmãos e suas respectivas famílias nucleares.

Mariselma, coordenadora pedagógica da Escola Comunitária Luiza Mahin, apesar de ter nascido no bairro Uruguai mudou-se ainda na infância para uma região próxima, considerada “melhor”, na Avenida Caminho de Areia, desde que o padrasto foi contratado pela Petrobras. Segundo ela avalia, este sucesso “deu um reviravolta na vida” da família, acarretando o abandono dos Alagados. Ao reconstruir sua trajetória, marcada pela ascensão social da sua família nuclear, ela descreve a operação das hierarquias espaciais na região, ao lembrar-se de que, durante sua infância e adolescência, não costumava ir às palafitas: “O pessoal falava: ‘não vá para aquele lado!’ [...] Era considerado mais perigoso. Ninguém deixava eu vir, porque eu morava no Caminho de Areia, um bairro de classe média.” (Entrevista com Mariselma, 6/03/2015)

Ao dar conta dos deslocamentos espaciais efetuados ao longo da sua vida, Mariselma expõe uma relação que perdura ainda hoje, evidenciada pelo estigma que pesa sobre Alagados (o lado “pobre” e “carente” da Península) e seus moradores. Frequentemente líderes comunitários fazem desse tema uma razão de embate com os técnicos de governo¹³¹.

¹³¹ Isto se dá frequentemente em ocasião das apresentações de projetos governamentais, feitas por técnicos do Estado, onde é praxe apresentar dados estatísticos, para evidenciar um “problema” que um determinado projeto se propõe a enfrentar. Os dados geralmente apresentados nessas ocasiões, são extraídos de estudos estatísticos que atribuem aos bairros e aos seus residentes baixos indicadores socioeconômicos, altos índices de violência, etc. De acordo com os participantes do movimento, frequentemente esses dados são utilizados para apoiar descrições de carências de várias ordens, em discursos construídos em termos de problemas a serem enfrentados (e resolvidos) pelos projetos. Esses retratos e análises da situação são redigidas e pronunciadas de forma simplificada, sem maiores problematizações. Exponentes do movimento não criticam a veracidade dos dados estatísticos. Suas críticas referem-se ao fato de que descrições superficiais e análises redutivas, proferidas por técnicos governamentais, acabam reforçando o estigma que resulta de representações discriminatórias aplicadas à população negra e pobre, vista como classe perigosa. Tais representações, por sua vez, reforçam imagens hegemônicas que apoiam a produção de um espaço urbano racialmente segregado e justificam a aplicação de dispositivos diferenciados, como veremos adiante, a exemplo da Base de Segurança.

Hierarquias espaciais são geralmente inferidas, nos bairros populares soteropolitanos, a partir das características do padrão construtivo de casas e ruas que, em locais onde a autoconstrução é a modalidade predominante de produção de moradias e calçadas, varia, dependendo entre outras coisas, da temporalidade da ocupação¹³². O observador atento poderá perceber, na Península de Itapagipe, variações progressivas do padrão construtivo e da qualidade da infraestrutura e serviços, no interior do mesmo bairro e até na mesma rua, partindo de sítios de ocupação mais antiga para os de ocupação ou consolidação mais recente. Além disso, a estrutura e o grau de acabamento das habitações estão relacionados ao tamanho da família, a seu tempo de residência, à idade de seus membros e sua renda, entre outros fatores. Em Alagados, as áreas consolidadas mais recentemente (mais próximas à maré) têm um aspecto mais “inacabado”, precário, que as distingue das existentes em outras áreas de Itapagipe. Isto se dá não só em função de diferenças socioeconômicas das famílias que as ocupam, como também em função das características dos terrenos onde se implantam. Mariselma explica isso descrevendo a rua 6 de janeiro, onde, durante sua adolescência e juventude, trabalhou como alfabetizadora voluntária:

Essa rua aqui [rua 6 de janeiro], vai até lá em baixo. Aqui é dividido: tem a rua 6 de janeiro que mora as pessoas mais [abastadas] ... e [este último trecho] aqui é o fim de linha, que eram as pessoas que moravam nos Alagados. Quer dizer [de um lado] as pessoas que tem casa em terra firme e [do outro] as pessoas de dentro da água. (Entrevista com Mariselma, 6/03/2015, grifos meus)

Quando jovem, Mariselma percorria somente a parte sita em terra firme. Mas a sua entrada no movimento traçou o início de seu envolvimento com os moradores das palafitas, através do trabalho social, mudando assim – literalmente – seus percursos. Ela afirma também que este momento coincide com sua politização, a tomada de consciência da própria negritude e de questões relacionadas a gênero.

A propósito das palafitas, destaca-se a espacialização das hierarquias sociais como algo presente até no interior das relações familiares:

Solange já trabalhava aqui no fim de linha, aí me disse que tinha uma vaga [na escola], se eu queria entrar como professora. [...] Para mim foi um choque sair do comodismo, que era estar lá ... para vir para Alagados, aí eu vim, mas eu vim assim mesmo, para aqui dentro... É como se eu tivesse voltado para casa! Porque eu já tinha vivido aquilo, vivido as pontes, eu tinha um passado que.. vamos dizer assim, que foi escondido de mim. Porque... antes de meu padrasto entrar na Petrobras, eu tinha parentes daqui, eu entrava nas pontes com a minha mãe, para ir trazer e

¹³² Brandão (1993) ilustra bem as várias configurações que estas diferenças podem tomar. Em alguns bairros a variação do padrão construtivo segue faixas concêntricas (do centro para as margens); em outros segue características geográficas do lugar, como é o caso das cumeadas e vales etcetera.

buscar coisas [...] Ia mariscar... e aí foi como se eu tivesse voltado para casa. Você vê coisas, pessoas, tudo. Aí relação com a família: Jandaira [também educadora da escola comunitária] é minha prima, morava lá dentro. E outros primos... Porque [depois da mudança] a gente só vinha do Caminho de Areia para a casa de minha avó, no Jardim Cruzeiro, e voltava. [...] Aí eu comecei a vir para aqui, eu comecei a trabalhar, eu trabalhava dentro das pontes e gostava, porque cada vez que eu entrava, eu ia para a ponte, tinha medo que ficava tonta, pois [ela] balançava... mas eu ia para ajudar alguém. (Entrevista com Mariselma, 6/03/2015; grifos meus)

Existe um vínculo entre casa e família, que McCallum e Bustamante (2012) enunciam da seguinte forma: “o processo arquitetônico está imbricado com os processos sociais através dos quais se criam laços de parentesco e casamento” (2012:222). As implicações desta afirmação podem ser expandidas considerando que a edificação de uma casa costuma envolver processos sociais que não prescindem do apoio de outras casas e do apelo aos laços de parentesco com elas entretidos. Isto fica mais claro ao ponderar o que Marcelin (1999) observa em Cachoeira: cada casa “é pensada e vivida em relação com as outras casas que participam de sua construção, em sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma configuração” (MARCELIN 1999:37).

O mesmo se passa em Salvador. Nos bairros populares da cidade é comum observar a presença de vicinidades, isto é, conglomerados de casas vizinhas (não necessariamente contíguas) que se interrelacionam. Entre estas casas circulam pessoas, objetos, serviços etc. de modo que no interior de uma vicinidade, elas são constitutivamente dependentes umas das outras. A referências à essa circulação e em geral a vínculos de reciprocidade que conectam as casas, não deve nos induzir a pensar que tudo isso se dê de forma casual ou igualitária. Ela segue critérios ditados pelas relações entre os membros das casas¹³³, que como as relações entre os membros do movimento social seguem hierarquias.

O fato de uma casa estar inserida em uma configuração de casas (MARCELIN, 1999), ou seja, num conglomerado que constitui uma vicinidade, é mais uma evidência de que a casa não pode ser considerada uma unidade fechada. Esta característica não é, por assim dizer, meramente simbólica, mas tem desdobramentos materiais evidentes. O processo que nos interessa é sintetizado por McCallum e Bustamante (2012) a propósito de um bairro do Subúrbio Ferroviário (próximo à Península de Itapagipe) onde “a materialização de uma casa que abriga uma família [...] é possibilitada por uma rede maior de relações, como aquelas entre parentes consanguíneos” (2012:232). Em Alagados este mecanismo, além de poder ser

¹³³ Para um aprofundamento sobre este ponto ver McCallum e Bustamante, 2012.

observado no dia a dia do bairro, é implicitamente valorizado nos relatos reconduzíveis à “memória das palafitas”¹³⁴.

Recorrentes são referências à existência, no passado, de “ruas” de palafitas (ligadas pelas pontes) *formadas por famílias* ou por pessoas da mesma procedência. A este propósito, dona Lurdinha sempre recorda que nas pontes tinha a rua dos Cachoeiranos, a rua dos Maragojipenses etc.

A palafita é contada (e positivamente caracterizada) como um projeto que mobilizava toda a família para sua construção. É importante enfatizar todavia, que não é só a família que faz a casa; em certo sentido, é a casa que faz a família. Este ponto pode ser melhor entendido esclarecendo a noção nativa de “puxar” ou “puxamento”. Ela mostra como uma casa pode nascer a partir de outra. A noção refere-se à prática comum de expandir uma casa existente pelo acréscimo de um quarto (um puxadinho), ou até mesmo de uma outra casa, aproveitando o apoio material oferecido pela estrutura (paredes externas) da casa pré-existente.

Com a expansão de uma família (devido, por exemplo, ao casamento de uma filha ou o nascimento de um seu filho) uma nova casa será construída. O espaço de morada da nova família pode ser *puxado* de uma casa existente de diferentes formas. A nova casa pode apoiar-se materialmente na estrutura, mais consolidada, da casa de procedência (é o caso de uma casa construída após “bater a laje” da pré-existente), ou construída num espaço contíguo.

Outra forma de puxado se dá no plano social e simbólico, quando os moradores de uma nova casa recebem, para edificá-la, ajuda dos residentes na morada de origem. O puxar implica, neste caso, um deslocamento, a saber, o do membro que se destacou da morada de origem para constituir a nova residência. Em ambas as instâncias, a nova casa nasce a partir da outra. Geralmente, o membro da casa pré-existente que vem a fazer parte de uma nova casa não cessa de participar da primeira casa, podendo nela circular, comer, pegar itens emprestados ou utilizar-se de equipamentos e utensílios não disponíveis na nova casa.

Uma característica atribuída às ocupações de Alagados, particularmente as que ocorreram antes dos anos 1980, é que uma pessoa podia estabelecer-se no espaço invadido se tivesse indicação de um parente ou um amigo. É difícil reconstruir exatamente como estes critérios eram operacionalizados. Todavia, relatado por velhos moradores e citado em mais de uma pesquisa sobre Alagados (ALBINATI, 2010 e SILVA, 2002), este tópico parece elucidar uma diferença entre as primeiras ondas de ocupações e as que ocorreram a partir dos anos 1980. Os moradores mais antigos associam as primeiras a um momento em que as famílias

¹³⁴ A construção da palafita era um processo que envolvia toda a *família*, relatam interlocutores como Ana Rosa e Carlos Eduardo. A participação das crianças no processo de aterro das casas é registrado por Silva (2002).

puxavam seus parentes do interior, ajudando-os a estabelecer-se em Alagados. A partir da década de 1980, este processo teria mudado, trazendo aos Alagados muitos *desconhecidos*. A estes últimos atribui-se, no senso comum, o início da expansão do narco-tráfico, a difusão de consumo de substâncias ilícitas com o conseqüente aumento da violência. A ênfase nesta inferência pode ser ligada à perspectiva de moradores antigos e lideranças, interlocutores da minha e das outras pesquisas referidas. Era a forma como as famílias estabelecidas nas invasões anteriores à década de 1970 percebiam os novos invasores, *outsiders* responsáveis pela última grande onda de ocupações coletivas. Silva (2002) registra também um boato em circulação no bairro, segundo o qual, a partir do momento em que começaram intervenções do Estado, funcionários dos órgãos competentes ativos em Alagados recorriam ao contato pessoal com os moradores para encontrar possibilidade de moradia para os próprios parentes (SILVA, 2002)¹³⁵.

Estas observações, junto com as descrições das modalidades de consolidação do solo para a construção de casas, esclarecem em que sentido a existência de uma casa se estima, em Alagados, efeito da operação de uma rede de relações mais ampla que a dos corresidentes, envolvendo parentela e vizinhos. A cooperação entre vizinhos, estabelecida a partir do processo de autoconstrução, sempre vai além da colaboração nas tarefas necessárias para a edificação (fincar as estacas, construir a ponte, puxar o entulho, reformar as casas). Outros tipos de ajuda, como indicar a alguém a possibilidade de invadir um terreno em determinado lugar (às vezes próximo da própria casa), colaborar na aquisição e transporte dos materiais de construção ou do entulho, *olhar* (vigiar) a casa do outro em sua ausência etc. mostram que o aval dos vizinhos (por vezes também parentes) aumentava as possibilidades de manutenção da posse.

4.2 Autoconstrução, parentesco e vicinalidade

Nos bairros populares de Salvador a autoconstrução de moradias é um processo coletivo. Como é possível inferir a partir dos relatos sobre o tempo das palafitas, construir uma casa em Alagados envolvia não somente as pessoas que nela iriam morar e seus parentes, mas também os vizinhos. O tempo das palafitas, lembrado por vezes com saudosismo, é comumente referido como tempo de solidariedade e união entre os moradores, empenhados

¹³⁵ Boatos parecidos circulam a respeito dos caçambeiros que, segundo alguns informantes, por terem seu serviço muito demandado em Alagados, vieram a conhecer a área e ali desenvolveram relações. Alguns deles, enxergando a possibilidade de ocupar um terreno vazio e construir a própria casa, acabaram ficando em Alagados.

na difícil tarefa de ganhar terra ao mar. Segundo relataram meus interlocutores, emblema desta solidariedade é a ajuda mútua na construção das palafitas e na realização dos aterros. Estas práticas, junto com outros fazeres cotidianos, a exemplo de trocas de “pratos de comida”, de ajuda no cuidado de crianças e empréstimos de utensílios, apesar de ter-se atenuado no presente, seriam o fundamento da existência de Alagados como *comunidade*. Neste contexto, fazer parte da comunidade remete a uma forma de habitar que não residir no mesmo bairro, mas envolve compartilhar das condições que requerem a participação em teias de reciprocidade cotidiana entre vizinhos e parentes.

Neste sentido, o termo nativo *comunidade* aproxima-se de uma noção de vicinalidade, entendida não como simples co-presença numa zona territorialmente demarcada (vizinhança), mas como um processo de aproximação constitutiva (PINA-CABRAL, 2013). O material etnográfico mostra que não existe uma única forma que as vicinalidades possam assumir. Ao contrário, como constatei em Alagados, os espaços de morada tendem a agregar-se territorialmente segundo lógicas plurais (amizade, afinidade, matrilateralidade, interesse político, entre outras), formando “conglomerados abertos com importantes implicações para a ação social” (PINA CABRAL e GODOI 2014:12-13). Estas lógicas coexistem com outras, como, por exemplo, as redistribuições de moradores feitas a partir dos projetos urbanísticos do Estado.

O exposto pode facilitar a compreensão da relevância que tem para os moradores de Alagados a possibilidade de exercer as práticas de solidariedade e as trocas cotidianas entre casas. Isto deve ser relacionado com o trauma causado pelas remoções efetuadas por intervenção do Estado, seguidas pelo reassentamento nas imediações ou até mesmo em bairros distantes. Entende-se o porquê do parcial insucesso dessas operações como solução do “problema de Alagados”, insucesso que em alguns casos se patenteia na (aparentemente incompressível) volta à invasão de pessoas já beneficiadas com novas unidades habitacionais, indenizações etc.

Entre diversos registros feitos a respeito disso no caderno de campo, citarei uma fala de Mariselma:

Muitas pessoas perderam seu *chão*, não no sentido do chão de moradia, mas a sua *segurança*. Foram transferindo as pessoas para outros locais, para Alto de Coutos, para São Cristóvão, para Santo Antônio, para Mata Escura. Moradores de Mangueira estão lá em Valéria, moradores que *têm família aqui*. Com a saída das palafitas, parece que as pessoas foram perdendo sua identidade, foi perdendo seu registro! Não é registro de papel, uma *família de registro*, mas *uma família de nascença*. Tem muitas coisas que vêm para o bem, como sair de uma palafita e ir morar numa casa boa, de alvenaria, que segura a chuva. Mas por outros fatores,

isso não foi bom para a *comunidade*. (Entrevista com Mariselma, 6/03/2015; grifos meus)

Mariselma refere-se justamente ao reassentamento em unidades habitacionais (resultado das políticas públicas de melhoria habitacional) em termos de perda de laços que não têm a ver somente com a família *de sangue* nem com a família oficialmente assumida mediante o *registro* (nos termos da interlocutora). Ela formula uma ideia de família que tem a ver com os laços de sangue e *consideração* que facultaram a provisão/produção do solo e emprestaram significado social a esse *chão* — termo que agora uso, tal como ela, com o espectro semântico ampliado.

As relações entre famílias e vizinhos, ontem como hoje, criam-se e são mantidas no dia a dia. Elas formam uma “rede vivida” que se concretiza na construção das casas, na circulação de seus membros entre as mesmas e nas trocas cotidianas de serviços, objetos, saberes, cuidado etc.

A particularidade de Alagados, como uma superfície construída *ex novo*, parece-me fazer deste local um *locus* privilegiado do exercício da vicinalidade. Vale lembrar que o conceito de vicinalidade, além de expressar processos de aproximação territorial, indica processos relacionais específicos, uma forma de *relatedness* (ou conectividade) no sentido elicitado por Carsten (2004): “as maneiras como as pessoas criam similaridade ou diferença entre si mesmos e os outros” (p. 82). Neste sentido, vicinalidade está relacionada com a noção nativa de *comunidade* e com o modo como são construídas as relações de parentes e vizinhos no espaço, mas também como o espaço é construído a partir desta relacionalidade. Os membros das casas que estão inseridas numa vicinalidade precisam da ajuda de parentes e vizinhos que moram em outras casas. Neste contexto, trocas cotidianas entre casas não são apenas consequência das relações de parentesco: é através delas que laços antigos e novos se estabelecem, reforçam e atualizam.

Na interdependência entre a casa e a configuração de casas (MARCELIN,1999), ou o conglomerado da vicinalidade, são construídos os laços de “sangue” e “consideração”. Desta forma, não só parentes tornam-se vizinhos, mas vizinhos podem tornar-se família, por exemplo compartilhando o cuidado das crianças, mediante apadrinhamento, casamentos, etc.

O espaço vivido tem um indiscutível valor constitutivo de relações entre pessoas. Estas relações, por sua vez, são constitutivas da materialidade do espaço.

No plano analítico, esta afirmação pode ser feita somente a partir da perspectiva exposta por Carsten (2004), segundo a qual o parentesco “é feito” no espaço da morada,

“através do compartilhamento íntimo de espaço, comida e criação dentro do espaço doméstico” (CARSTEN, 2004:35).

Uma das implicações mais importantes desta afirmação é a seguinte: dizer que o parentesco “é feito”, significa que ele não “é dado”. O parentesco, portanto, não deve ser visto como um conjunto de prescrições a serem obedecidas, mas sim um tipo de conectividade (*relatedness*) produzida processualmente. As práticas que produzem o parentesco (e o espaço) devem, pois, ser abordadas como estratégias.

Já foi dito que em Alagados a casa, onde é *feito* o parentesco, não é necessariamente uma unidade doméstica fechada. As relações de consanguinidade, afinidade, afeto, compadrio e em geral de “consideração” combinam-se e reproduzem-se no interior das vicinalidades que tendem a expandir-se mediante relações de troca e obrigação recíproca. Tudo isto ocorre num espaço de morada que extrapola a casa, alastrando-se na vicinalidade. A vicinalidade pode sempre expandir-se. Esta ideia é bem representada pela explicação do funcionamento da configuração de casas formulada por Marcelin (1999). O fato de estes conglomerados de relações não serem fechados indica que atualizando laços de parentesco pre-existentes ou criando novos, a configuração de casas pode expandir-se.

Vê-se que a casa não é uma estrutura fechada, não só em termos físicos (desde quando sua estrutura pode ser materialmente expandida, horizontal ou verticalmente), mas também porquanto ela entra em relação com outras, a formar um conglomerado, ou seja, uma “rede” de casas entre as quais se impõem solidariedade e reciprocidades. Nesses conglomerados, uma casa bem equipada (cujos membros dispõem de renda fixa, por exemplo) pode assumir um papel central e hierarquicamente superior na configuração.

4.3 Da construção de casas à construção de associações

Entende-se melhor agora o fato de a casa e principalmente a palafita serem alçadas a emblema da prática de autoconstrução. A casa construída com materiais de descarte, erguida na maré, ligada à terra firme através das pontes, se constitui como traço distintivo do processo de urbanização da área, tornando-se central para a política do espaço em Alagados: devém expressão metafórica da *luta* por melhores condições de vida, luta que gerou os bairros e continua até os dias de hoje.

O valor atribuído à palafita está ligado à própria historicidade das pessoas, como procuro mostrar evocando Alagados do ponto de vista da autoconstrução, pensando agora na produção de seu espaço social, ou seja, no que se pode considerar uma autopoiese. Nesta

autopoiese, a memória tem papel criativo. O tipo de relações que constituem as casas e as vicinidades é, pois, relevante do ponto de vista da construção do espaço urbano (no sentido de lógicas de agrupamento dos espaços de moradia) mas também importante para a ação social.

Argumento que estas relações, praticadas no cotidiano, são cruciais para entender os processos contemporâneos de disputa por espaço, veiculadas por reivindicações de cidadania e direito à cidade. A partir do processo de autoconstrução e do tipo de *relatedness* que ele possibilita, é possível situar as relações concretas, observadas na Península, não somente no campo micropolítico das vivências do cotidiano, mas também no plano da política “maior”, observando o movimento social a partir das práticas do agentes com seus comportamentos estratégicos, no sentido de Bourdieu (1977, 2004).

As relações entre vizinhos, frequentemente ligados por laços de parentesco, preexistentes ou não, são saudosamente lembradas no presente. Vizinhos se juntavam para *puxar* o entulho e consolidar o aterro, para consertar uma casa ou para *bater* uma laje. Vizinhos também *olhavam* – isto é cuidavam – os filhos de quem tivesse que sair para trabalhar, *olhavam* o lote ou a casa na de quem devesse se ausentar.

Por outro lado, este era também um tempo difícil, de muita luta. Além das tentativas do poder público de remover as ocupações, muitos conflitos ocorriam entre os próprios moradores que juntos construía o bairro. Esses conflitos podiam terminar com a saída ou renúncia de alguém a seu barraco, ou lote. Neste regime de relações entre vizinhos, autoconstrução, reciprocidades e também de grande concorrência para encontrar um lugar bom para morar, é muitas vezes subentendido que a aquisição e a manutenção da moradia depende, também, do desempenho social, nos termos de Márquez “da capacidade de ocupar uma posição respeitável e de integrar-se numa vicinalidade” (MÁRQUEZ, 2014:47). O foco de estudo do autor permitiu-lhe de colher a instabilidade apresentada pelas redes de vizinhos no Subúrbio Ferroviário, frequentemente tomadas por tensões e conflitos diversos, que ao agravar-se podem acarretar a perda do lote ou da casa.

Em Alagados, diversos aspectos podem afetar a permanência na invasão, ameaçada por diversos fatores, entre os quais (a) o poder público, que considera as ocupações diretas como invasões ilegítimas de terra alheia; (b) a instabilidade das relações fundadas na proximidade, passíveis de ser influenciadas a todo momento por conflitos entre os moradores e, principalmente, pela chegada de novos vizinhos. Geralmente, o risco tende a diminuir com o consolidar-se da invasão (que se torna bairro) e das relações com os outros invasores (que se tornam vizinhos).

Durante o trabalho de campo, somente duas pessoas me relataram como perderam suas casas na invasão. Em ambos os casos, que conto a seguir, a desistência do próprio barraco é significativamente imputada à ação de *desconhecidos*.

Ana Rosa, na década de 1980, *perdeu o barraco* que construía perto do campo de futebol na Massaranduba, ao lado da habitação de uma das irmãs, na rua de trás da casa da mãe. Em um momento em que uma nova onda de invasões em Alagados trazia pessoas *desconhecidas, sem laços* com os moradores, o crime e a droga se espalharam nas proximidades. Começaram a verificar-se furtos nas casas da localidade. Os ladrões levavam os bens de primeira necessidade que encontravam nos barracos dos moradores, como bujões de gás e utensílios. Nessa época, Ana Rosa morava sozinha com o filho, ainda criança. De dia, a casa ficava vazia, pois ela saía para trabalhar, deixando o filho na casa da mãe. Um dia, ao retornar à sua casa, ela percebeu que alguém roubara o bujão de gás. Por conselho da família e da sua ialorixá, Ana Rosa mudou-se para a casa dos pais. Depois de poucos dias a casa foi *invadida* por pessoas que a tornaram um “prostíbulo”, um “ponto de droga” e um “sanitário”. Sem conseguir a casa de volta, Ana Rosa viu-se obrigada a derrubá-la, para não pôr em risco a própria relação com os vizinhos, compreensivelmente incomodados com as atividades que ocorriam no *barraco invadido* (agora no sentido que alude a uma violação da propriedade privada legítima).

A outra história é sobre uma tentativa falida de estabelecer-se numa invasão. Esta me foi contada por uma vizinha, que hoje mora no outro lado da Península. Edna é proprietária de um quitinete que ela e o marido compraram num beco nas imediações da Avenida Caminho de Areia, no bairro de Roma, após perder um barraco na beira do mar, na invasão do Areal (Ribeira). Ambos oriundos da Península de Itapagipe, na localidade entre o Largo do Papagaio e a Avenida Beira Mar, Edna e Buíca já eram vizinhos e conhecidos antes de casar-se, suas respectivas famílias entretinham relações amigáveis de vizinhança. Na década de 1990, os preços das casas na região onde eles se tinham criado estavam muito altos para o casal. Por outro lado, Edna também não quis edificar sua moradia na casa que fora construída pela família do marido (o qual já estava no seu segundo casamento) e onde residiam outros parentes dele. Juntos, Buíca e Edna fizeram um barraco na beira da maré, no Areal. Edna ficava em casa o dia todo, enquanto o marido saía para trabalhar. Segundo ela conta, na ocupação era preciso que sempre alguém ficasse em casa, a fim de defender sua posse. Ela não gosta de lembrar-se do tempo da invasão, pois foi um momento difícil, era muito perigoso e ela vivia com muito medo. Muitos *crimes* ocorriam naquele lugar: pessoas roubavam até as placas de madeirite com que se construía as casas. “Não dava para ficar”. Enquanto ela

enumera as dificuldades da vida na invasão, Buíca suspira: “Ô, mas se a gente tinha ficado, hoje teríamos nossa casinha na frente do mar...” Edna fica impaciente. Em voz baixa, comenta que teve de aprender até a atirar com arma de fogo. “A gente dormia com a arma em baixo do travesseiro. Isso é vida? Eu ficava atirando no quintal, para treinar” relata aborrecida. Roubos eram muito frequentes na invasão. O evento que fez precipitar a situação, e levou os dois a desistir do barraco, ocorreu no dia em que eles viram um homem retirando chapas de madeirite das paredes externas de uma casa vizinha, com o intuito de roubá-las. Nesta ocasião eles sentiram-se obrigados a encontrarem uma forma de fazer o ladrão desistir do material que sustentava a casa do vizinho. Se eles não fizessem nada, argumentava Edna, não somente o vizinho perderia a madeirite, como também o ladrão se sentiria *à vontade* para repetir o gesto. Através da janela, atiraram então para o chão, perto das pernas do homem, que fugiu. “Não dava para continuar *morando assim*” — conclui Edna.

Os últimos dois relatos reportam-se às décadas de 1980 e de 1990. Referem-se, portanto, a um tempo em que a segunda grande onda de invasões levou aos Alagados pessoas *diferentes*, que não pertenciam aos grupos de parentes lá estabelecidos nas décadas anteriores¹³⁶. Isto só é verdade só em parte: verifiquei que nas ocupações mais recentes estabeleciam-se, também, membros de novas gerações de famílias já residentes na região (como é o caso de Edna, entre outros).

Um relato de Marijane, liderança da invasão João Paulo II (final de linha do bairro Uruguai), mostra como se procurava organizar os invasores nas ocupações mais recentes (década de 1980). Embora Marijane tenha *invadido* na década de 1980 para construir uma casa para si e seus 5 filhos, ela já era *filha* de Alagados, pois a mãe morava no Conjunto Santa Luzia. Segundo Marijane, além da resistência às tentativas de expulsão pelo poder público, o maior desafio para os moradores da João Paulo II era ter algum controle sobre a população residente, para que os participantes da ocupação fossem pessoas determinadas a morar no local e não se tornassem especuladores, decididos a vender o lote a terceiros. Segundo ela enfatiza, a presença de especuladores enfraquecia, perante o poder público, a legitimidade das reivindicações do direito à moradia dos ocupantes, minando as possibilidades de permanência. O relato de Marijane, que atualmente se qualifica como moradora, mobilizadora comunitária e coordenadora *de facto* do GRUMAI, mostra a partir da experiência na invasão João Paulo II, alguns recursos da organização para resistir na ocupação:

¹³⁶ É geralmente atribuído a esses novos moradores o uso de drogas ilícitas e crimes a isto associados (geralmente pequenos roubos).

A polícia vinha, desmanchava, a gente ia, fazia de novo. A polícia, quando vem, já vem mesmo para a gente não poder reclamar. Mesmo assim teve uma moradora (que já morreu), Conceição, que pegou os filhos dela, ficou dentro de casa e aí ela começou a gritar, a quebrar vidros... dizia que ia tocar fogo no barraco... Aí eles deixaram. Mas até a gente chegar a isso aí, aconteceram muitas coisas, um Padre foi preso, mulheres grávidas deram a luz fora de suas casas, pois os policiais tiravam de dentro de casa mesmo! Aconteceram muitas coisas na época. Foi muito sofrimento para hoje a gente ter essa ocupação consolidada. A gente teve uma comissão. Eu já fazia parte dessa comissão. A gente passava tomando o nome dos moradores de manhã, meio dia, de noite...

A ocupação foi dividida em 12 áreas, em cada área tinha duas pessoas responsáveis, para poder saber se o morador mesmo queria continuar ou não a morar na ocupação, ou se era só um especulador... Claro que isso acontecia, a gente não tinha um controle total. (grifos meus; entrevista com Marijane 28/04/2015)



Figura 17 - Invasão do Conjunto João Paulo II. A invasão se deu em proximidade de um conjunto habitacional construído pela CONDER. Fonte: Googlemaps, 2016

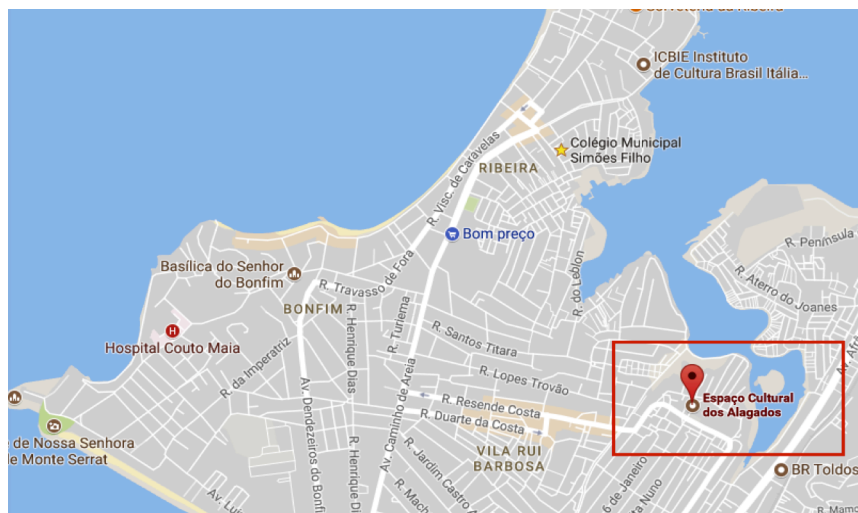


Figura 18 - Área onde ocorreu e se expandiu a ocupação João Paulo II (segmentos vermelhos)

Já destaquei que frequentemente os atuais moradores ressaltam a inclinação ao empenho “pelo coletivo” dos residentes de Alagados como um atributo imputado ao fato de as ocupações terem obedecido, ao menos em fase inicial, a critérios de parentesco, amizade e procedência comum, ou seja, a uma relação prévia de conhecimento recíproco. Segundo muitos observam, a maior violência que supostamente caracteriza a vida cotidiana nas etapas mais recentes da ocupação (a exemplo da João Paulo II) estaria relacionada ao abandono da observância desses critérios.

Além dos limites já assinalados destas afirmações, dá-se que os relatos referentes a décadas anteriores nem sempre retratam o cenário de solidariedade recíproca descrito saudosamente por Ana Rosa, Mariselma e outros. Brigas entre ocupantes que reclamavam um

mesmo terreno, ou ocupantes que perdiam seu lote marcado, não eram incomuns. Nesses casos, o apoio de vizinhos e parentes era indispensável.

A este respeito sabe-se que muitas associações de moradores – formalizadas ou não – nasceram também com o intuito de dirimir essas controvérsias entre os ocupantes. Acredito ser a essa lógica de vicinalidade que se referem as lideranças de hoje, que costumam afirmar: “no tempo das palafitas existiam muitas associações, uma por cada ponte”.

De todo modo, tudo indica que conflitos entre vizinhos eram muito frequentes. Às vezes, por exemplo, ao jogar uma grande quantidade de entulho na água, para aterrar o próprio lote, podia-se provocar o desabamento de uma ou mais palafitas da mesma ponte. Uma ocorrência destas com certeza devia desencadear problemas entre vizinhos. A partir dos relatos, considera-se que o conflito com vizinhos próximos era uma das principais causas de desistência do barraco ou da palafita. Conforme dizem lideranças ligadas às associações mais antigas, a exemplo de dona Virgínia, da Associação 28 de Agosto (esta associação, fundada em 1960, é a mais antiga que encontrei na pesquisa de campo), as associações surgiam justamente para mediar tais conflitos entre ocupantes.

Iniciadas, em muitos casos, numa palafita ou num barraco, as organizações de moradores receberam, ao longo das décadas, o apoio da Igreja Católica (principalmente a Igreja de São Jorge e a Igreja Nossa Senhora de Alagados) e de políticos profissionais. Algumas delas – principalmente as que foram fundadas mais recentemente – se articularam a movimentos sociais que transcendiam a esfera local, como o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres e o Movimento de Saúde.

Com a intervenção de organizações internacionais (ONGs do exterior, ONU e Banco Mundial), ao lado dos projetos do Estado em Alagados, ocorreu outra mudança: as organizações da comunidade passaram a receber apoio (financeiro e institucional), através de parcerias quer com o setor público, quer com outras agências, governamentais e não governamentais. Diversas organizações locais (construídas em terreno invadido) foram regularizadas mediante cessão de uso do solo ou obtiveram um espaço cedido em comodato pela própria CONDER.

Apesar de algumas associações acusarem outras de ter recebido apoio direto de políticos profissionais – o que, até prova em contrário, é considerado um sinal de fragilidade da associação, indicando “dependência da política” – constata-se que todas as associações e organizações em algum momento receberam algum apoio financeiro para a construção ou manutenção de suas sedes, quer via projetos do setor público, quer através de candidatos à

procura de votos, ou senão mediante os programas de fortalecimento da ação comunitária financiados pelas ONGs estrangeiras (vg. AVSI e Visão Mundial).

3.4 As mulheres da laje

Mesmo recebendo importantes apoios institucionais, as lideranças das associações da CAMMPI tendem a enfatizar a agência dos moradores na construção dos equipamentos coletivos presentes no bairro, como o Posto de Saúde Milton Santos e as escolas comunitárias Luiza Mahin, 28 de Agosto e Joanes Leste, entre outras. Em muitos casos, a luta (que, como vimos, pode ser referida à construção desses equipamentos, à criação das associações e à edificação das casas) é considerada um processo que transcende o momento da implantação de uma estrutura física. No caso específico das escolas comunitárias, este processo tem a ver com a luta pela sobrevivência delas.

Famoso é o caso da Escola Luiza Mahin, criada por iniciativa de mulheres, moradoras do Conjunto Santa Luzia, e de membros da Associação de Moradores homônima. O conjunto foi o resultado do reassentamento dos moradores retirados do canal do Bate Estaca, na década de 1980, quando a CONDER realizou as obras que deram lugar à rua hoje conhecida como rua do Canal. A escola surgiu, então, num espaço cedido em comodato pela CONDER, à época foreira da maioria das terras de Alagados. Conta-se que as fundadoras da escola, a princípio limitada ao espaço exíguo da pequena construção cedida pelo Estado, foram as responsáveis pela expansão do edifício, mediante autoconstrução. Juntas, elas conseguiram doações de material de construção e arranjaram o pedreiro Walter que, como lembra dona Lurdinha (coordenadora da AMCSL), “esperava anos e anos até que [a gente] pudesse pagar”.

Lê-se no site da Associação: “A garra dessas mulheres foi tão grande que elas chegaram a colocar a mão na massa para construir o prédio onde a escola e a associação viriam a funcionar. Elas ficaram conhecidas como Mulheres da Laje” (Site da AMCSL, <http://associacaosantaluzia.com.br/sobre-nos>, acesso em 24/04/2015).

A história da Escola Luiza Mahin e a das mulheres da laje é tida como emblemática da ação de autoconstrução do movimento social. Ainda hoje, apesar de inúmeros embaraços, inclusive falta de recursos, a referida escola procura oferecer uma educação gratuita de qualidade aos filhos dos residentes da região, empregando como educadoras moradoras da

Península¹³⁷. Jamira, uma das fundadoras da Luiza Mahin (hoje coordenadora do Espaço Cultural Alagados), afirma: “Nossa escola foi uma construção coletiva, do conhecimento, da estrutura física, da vontade de crescer, do movimento social, das famílias, de tudo!” (grifos meus).

Várias lideranças femininas e militantes contemporâneas começaram sua trajetória em Alagados como alfabetizadoras de crianças, geralmente filhos de vizinhos que não conseguiam uma vaga nas poucas escolas existentes em Alagados. É o caso de Jamira, mas também de Ana Rosa, Mariselma e Solange. Algumas das estruturas que se criavam a partir dessas atividades, normalmente desempenhadas em casa de vizinhos, ou em palafitas construídas coletivamente com este fim, tornaram-se escolas comunitárias. Em sua maioria organizadas por mulheres, essas escolas viviam da ajuda dos moradores, do trabalho voluntário dos educadores e de doações.

Um dos aspectos mais lembrados, quando se discorre sobre o enfrentamento dos desafios para a sobrevivência das escolas comunitárias, é a criação de relações de troca entre escolas. Isso permitia levar adiante o trabalho por meio de partilha: quem tinha algo a mais o dava a quem tinha a menos. Este fato ilustra a noção nativa de rede, que costuma ser acionada tanto em relação a práticas no âmbito da gestão das organizações de bairro mas também aos circuitos de trocas de itens e serviços entre casas em redes vicinais. Nas escolas comunitárias, o exemplo mais frequente é atualmente oferecido pela circulação de alimentos, ingredientes da merenda escolar, oriundos de programas do governo municipal e doações. Sendo inconstantes tanto as remessas governamentais como as doações, as escolas de bairro estabeleceram a prática de trocar entre si os alimentos para equilibrar as quantidades de itens, ora recebidos em demasia ora em volume insuficiente. A partir das escolas estabeleceu-se, portanto, um circuito de trocas recíprocas, arrançadas por mulheres, coisa que até hoje caracteriza as práticas de associações de bairro e ONGs locais.

¹³⁷ A Escola Luiza Mahin é uma das poucas escolas comunitárias que ainda sobrevivem enquanto tais, em Alagados, graças aos financiamentos da ONG Visão Mundial. Algumas escolas estão atravessando um momento crítico por ter sofrido processos trabalhistas encabeçados por seus próprios educadores (é o caso da CECEL e da Creche 28 de Agosto). Algumas escolas foram absorvidas pelo sistema público e outras tornaram-se escolas particulares. Durante o trabalho de campo, as educadoras da Luiza Mahin discutiam a respeito da possibilidade vislumbrada pela prefeitura de Salvador, de a escola ser absorvida pela rede municipal. Isto significaria, para além do desvirtuamento do propósito da escola, a substituição dos educadores da comunidade por educadores concursados ou, em todo caso, a exclusão do quadro de educadores daqueles funcionários da escola que não satisfizessem os requisitos de títulos de estudo postos pelo regime municipal.

4.5 Uma organização “puxa” a outra.

Antes de ilustrar maiores desdobramentos das práticas cujo exame esbocei no parágrafo anterior, quero introduzir o caso de uma das associações membros da CAMMPI, pois este deve contribuir para esclarecer o paralelo entre as lógicas da vicinalidade operantes na construção das casas e as lógicas pertinentes a dinâmicas associativas verificadas na Península. Tratarei de uma organização surgida na década de 2000. A REPROTAI – Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe, nasceu a partir da iniciativa de jovens da Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia, do GRUCON e da Associação Livre dos Moradores da Mangureira. É a organização mais recente dentre as que compõem a rede CAMMPI.

A REPROTAI foi “puxada” das outras organizações, num ato geralmente reconhecido de “protagonismo” dos jovens, que destacaram-se das associações que os criaram e fundaram a própria organização, apoiada naquelas. Como ocorre com os membros das casas que dão origem a outras, para as quais se deslocam, os membros da nova organização mantiveram seu vínculo com as associações de origem.

As atividades da REPROTAI hoje se desenvolvem principalmente no Espaço Cultural Alagados, coordenado por Jamira. Apesar de Jamira ocupar um cargo público, se considera como membro do “movimento”, da Associação Santa Luzia (da qual foi fundadora) e da Rede CAMMPI, onde tem o posto enquanto coordenadora do Espaço Cultural. Junto com as militantes mais experientes, oriundas das associações acima mencionadas, ela orienta e assessora os jovens da rede REPROTAI.

Vale lembrar que a Associação Santa Luzia, assim como o CAMA, é uma das mais estruturadas da região do fim de linha. Por esta razão, ambas costumam fornecer apoio institucional e administrativo na gestão de atividades de outras organizações, principalmente da REPROTAI, e da rede CAMMPI como um todo.

Os jovens membros da REPROTAI não têm uma sede própria e circulam entre as organizações do final de linha de várias formas. Alguns deles têm uma relação trabalhista com essas associações: por exemplo, são contratados como educadores sociais pela Escola Luiza Mahin. Atualmente é este o caso de Silas (18 anos). Já foi também o caso de Roberta, que, quando criança, foi aluna da escola, em seguida tornou-se participante da REPROTAI e hoje, formada em pedagogia, trabalha como professora, na Luiza Mahin. Ela mantém um relacionamento estável com o filho de uma das educadoras que coordenam a escola. Outros jovens trabalham no Espaço Cultural Alagados, amplamente utilizado pelos membros da rede para os ensaios dos grupos culturais. Carlos, por exemplo, é técnico de iluminação do espaço

cultural, mas suas tarefas no movimento não se limitam a isso. Muitos dos jovens mais assíduos, quando passam o dia trabalhando nas estruturas comunitárias, almoçam cotidianamente na Escola Luiza Mahin.

A rede REPROTAI utiliza também o espaço do GRUCON, que tem sua sede num dos galpões de um dos escritórios de campo da CONDER, a pouca distância do Espaço Cultural. Por conta disso, seus membros têm algumas obrigações para com a gestão desse espaço. Por exemplo, eles devem contribuir com a limpeza e a manutenção do espaço do GRUCON, que no momento do trabalho de campo estava sendo “abrigado” pela CONDER, à espera de receber em comodato dois galpões destinados pelo órgão a atividades comunitárias.

Um acontecimento que envolveu este espaço pode ser útil para enriquecer o paralelo instituído entre a maneira de viver a casa e a de viver a associação, focando as relações de troca e obrigações recíprocas, no âmbito de relações que remetem à lógica da vicinalidade.

Durante o verão de 2014-2015, a coordenadora do GRUCON, Ana Rosa, ficou afastada durante dois meses das atividades do grupo. Ela foi visitar o filho que mora em outro Estado e, em seguida, teve de cumprir obrigações religiosas em seu terreiro de candomblé, numa região de Salvador afastada da Península.

As atividades do GRUCON (oficinas de capoeira, percussão com crianças e adolescentes, ensaios de grupos artísticos), continuaram ocorrendo normalmente no espaço da CONDER. Sem Ana Rosa por perto, todavia, cessaram as pequenas atividades de manutenção do quintal do galpão, que eram normalmente estimuladas pela coordenadora e desempenhadas pelos membros dos grupos das oficinas e pelos jovens da REPROTAI, que também costumavam usar o local para ensaios e outras atividades. O espaço foi rapidamente tomado pela vegetação, de modo tal que ficou inviabilizado o uso da área externa. Na volta de Ana Rosa, os membros da REPROTAI organizaram um mutirão. Logo compreenderam, todavia, que a boa vontade e uma pequena máquina de aparar gramados não seriam suficientes. Utilizada para cortar os robustos talos das ervas daninhas que invadiram o local, a máquina quebrou e nada foi resolvido.

Ana Rosa recorreu, então, à ajuda de suas aliadas e vizinhas, as lideranças Jamira e Lurdinha. As mulheres apoiaram e estenderam o apelo de Ana Rosa à rede CAMMPI como um todo, numa das reuniões semanais da rede. Como muitos membros já usaram o espaço do GRUCON para fazer reuniões e atividades, todos, segundo elas, deveriam contribuir em mutirão para o serviço (urgente) de manutenção do espaço. A intenção das mulheres era a de chamar todos os membros para contribuir com materiais (fácões) e mão de obra para limpar o local. O convite foi acolhido sem entusiasmo pelos adultos da rede, enquanto o grupo de

jovens já havia renovado sua intenção de retornar ao galpão com melhores ferramentas e boa vontade, para resolver a situação. Nessas ocasiões as mulheres comentavam: “Os meninos da REPROTAI entenderam o que é *trabalhar em rede* melhor que os adultos!”.

As mulheres acionaram paralelamente o setor público mediante seus contatos. Segundo elas, a CONDER era dona do espaço e como tal deveria responsabilizar-se pela sua manutenção. Na ocasião, foram denunciadas ao órgão também outras falhas (desgastes devidos a infiltrações na estrutura). O GRUCON enviou um ofício ao órgão e convidou a única funcionária que trabalhava no escritório de campo, Juliana, uma jovem assistente social, a fazer o mesmo. Este pedido foi duramente criticado pelos colegas da CAMMPI. Segundo eles, parecia contraditório que o GRUCON pedisse a ajuda do Estado para a manutenção do espaço, justamente no momento em que se preparava para assumir a responsabilidade pelos galpões, mediante o comodato. As mulheres discordaram desse ponto, sustentando que até outorgar o comodato, o Estado seria pleno responsável pelo espaço, até porque no mesmo período foram ali organizadas pela CONDER reuniões com os moradores, concernentes aos projetos de habitação. O GRUCON devia comprometer-se a cuidar do galpão a partir do momento em que o comodato fosse efetivado.

Enquanto isso, Jamira decidiu aproveitar sua boa relação com a coordenadora da prefeitura-bairro de Itapagipe, Ângela Lisboa, pedindo também sua intervenção, apesar de o espaço ser do Governo do Estado.

Com grande surpresa de Ana Rosa, dois dias depois, o espaço externo ao galpão foi arrumado, não se sabe se pela CONDER (Governo do Estado) ou pela Prefeitura bairro.

O ocorrido no espaço do GRUCON ilustra a extensão às relações entre associações das lógicas de vicinalidade observadas entre casas. Além disso, evidencia também a interferência de outro vizinho: o Estado. Instalado no espaço da Península, mediante o escritório de campo da CONDER ou a Prefeitura bairro, o Estado interfere no espaço e, resguardadas suas peculiaridades, em certa medida acaba sendo absorvido de diversas formas nas redes de vizinhos.

Por último, quero assinalar o inverso do procedimento pela qual parentesco e casas produzem associações, lembrando como organizações de bairro podem produzir casas e parentesco. Ilustra este caso o arranjo familiar de 3 lideranças da CAMMPI, duas irmãs e uma colega, sua aliada de longa data, todas solteiras no momento da pesquisa. As duas irmãs vivem juntas perto da associação que coordenam. Sua colega mora em outro apartamento um pouco afastado, mas perto de outra organização onde ela presta serviço. Durante o trabalho de campo, embora esta última liderança morasse sozinha, ela costumava fazer as refeições na

casa das outras duas. Anos atrás, um amigo das três, seu companheiro de luta, faleceu em circunstâncias que não me foram especificadas e deixou uma filha. Após a morte do pai, esta criança se encontrou desamparada devido às condições financeiras extremamente precárias da mãe biológica. As três resolveram “pegar a menina para criar”. Hoje, após diversos anos, ela mora com as lideranças, isto é nas duas casas em que as três se distribuem, tendo a todas como mães de consideração, como família. Desde criança, a menina participa dos projetos das organizações e dos grupos culturais de jovens.

Esses são alguns exemplos de como organizações e casas estão imbricadas, como das relações entre associações podem nascer casas e como de relações entre casas podem nascer organizações.

Todos esses arranjos são pensados e abordados no intuito de excluir, para os propósitos desse estudo, a ideia de uma intrusão do parentesco na política. Pretendo trabalhar, ao contrário, com uma hipótese ao meu ver mais produtiva, em se tratando de abordar um espaço de onde nascem as organizações que formam o movimento e as relações sociais que o retroalimentam.

Do movimento e das relações que nele são travadas podem nascer casas, redes de casas e outras organizações, também enredadas. Das relações e configurações específicas entre casas e associações, também se chega a processos que configuram o espaço. As práticas de parentesco, além de entretecidas com os processos de construção de casas, imbricam-se nos processos políticos de formação de instituições (organizações), envolvendo, como veremos mais adiante, modalidades de expansão, proliferação e espacialização dos emaranhados de cidadania.

4.6 Autoconstruir para ter “o seu”

Neste capítulo, em que foquei a autoconstrução como processo através do qual se fazem vicinalidades e parentesco, procurei acolher e desdobrar o convite de Cunha (2007), a não abordar a vicinalidade a partir do parentesco, isto é, como se fosse um sucedâneo ou “uma versão fraca” deste último. Seguindo a recomendação da autora, parece mais proveitoso considerar parentesco e vicinalidade como dois aspectos (por vezes entrelaçados) da proximidade espacial dos moradores em Alagados. Ao focalizar as práticas que fizeram estes laços em Alagados, é possível perceber certa continuidade entre a cooperação na autoconstrução de moradias e a organização política das instituições e do movimento de moradores do bairro.

A autoconstrução pode ser referida, como esclarecido por Holston (1991), a várias formas de ocupação e situações de posse diversas. No caso das palafitas de Alagados, deu-se através da ocupação direta de áreas de manguezal. Os processos de ocupação direta e autoconstrução como constitutivos de bairros inteiros nas cidades brasileiras. Guardadas suas diferenças recíprocas, as periferias autoconstruídas compartilham, segundo Holston (1991), duas características. A primeira refere-se à produção de um espaço social peculiar, onde a necessidade de construir a casa representa a relação de quem constrói com um conjunto de condições, que o autor chama “urbanização periférica” (HOLSTON, 1991). A segunda característica diz respeito à autoconstrução como única forma de alcançar a casa própria. Neste sentido a casa é emblema positivo de um futuro imaginado, diferente (melhor) das condições presentes.

Em Alagados, quem cooperava para construir barracos e palafitas também unia-se para lidar com as tentativas de expulsão perpetradas pelo poder público e outros desafios. Partir da memória e da trajetória das lideranças do bairro me permitiu colher e enfatizar a dimensão processual da autoconstrução, aproximando-me da perspectiva dos moradores de Alagados, que, além de construir suas casas, construíram seu bairro e sua vida urbana.

Esta dimensão possibilitou dar relevância às práticas que fazem o cotidiano das casas, das famílias que as habitam e o espaço urbano de Alagados: um espaço de parentes, de vizinhos em relações de trocas, de solidariedade e também de conflitos.

Nesta perspectiva pode-se situar a política no cotidiano dessas relações espacializadas, entendendo que a politização do cotidiano dos moradores da Península – mas também dos das outras periferias brasileiras – constitui um elemento central da cidadania no Brasil.

No tocante a Alagados, cabe enfatizar a presença das organizações de bairro e do Estado entrelaçados umas ao outro em relações de proximidade. Contudo, a proximidade com o Estado deve ser gerenciada de forma muito cautelosa, como se verá melhor no capítulo a seguir.

Outro ponto que cabe aqui enfatizar é que devido às dinâmicas até aqui discutidas as organizações de bairro, como o Espaço Cultural Alagados, o GRUCON, a AMCSL, entre outras, têm claramente uma feição espacial.

Se por um lado, após a erradicação das palafitas, a vicinalidade deixa de ser reconduzida às velhas referências espaciais (as palafitas de uma mesma ponte), ela não transcende totalmente a referência espacial, que continua presente e fundamental para o estabelecimento de redes de casas e, como eu sugiro, de organizações. Não mais somente

entre casas, mas agora entre associações, grupos culturais, ONGs, órgãos e conselhos, a rede de trocas e de consideração se expande, articulando conexões de lealdade e confiança que extrapolam o espaço da casa, passando pelos canais institucionais dos membros da CAMMPI, numa contiguidade que apresenta, assim como na invasão, os desafios de uma convivência instável e em certa medida potencialmente antagônica.

Para concluir, gostaria de reconsiderar a noção de emaranhado institucional, expediente analítico que utilizei nos capítulos anteriores para apresentar as conexões entre as organizações de bairro, os financiadores estrangeiros e os órgãos do Estado. O emaranhado ajuda a visualização da composição amorfa e em contínua expansão, de elementos heterogêneos, associações, projetos, órgãos públicos diversos, instituições internacionais, ONGs etcetera.

O que é uniforme é a forma que as conexões tomam: um nexos institucional entre as organizações enquanto entes técnicos–burocráticos, firmado por acordos registrados em documentos. Tal nexos é chamado “parceria”. Por esses mesmos nexos institucionais passam, todavia, relacionalidades (*related-ness*) de outras ordens (parentesco, vicinalidade, amizade e outros tipos de relações pessoais) que fazem parte da composição específica de uma parceria na Península itapagipana. Essas conexões, no caso das associações da rede CAMMPI, estão imbricadas com processos espaciais referentes à região que lhe deu origem. Quanto mais “perto” do espaço específico do bairro, isto é, se tomarmos como referência as topografias imaginadas mediante as quais as burocracias estatais produzem percepções de verticalidade, quanto mais “em baixo” estiver a conexão, mais fortes será o papel das conectividades de parentesco e vicinalidade produzidas a partir da proximidade espacial dos envolvidos.

PARTE II – Como a rede CAMMPI faz o espaço

CAPÍTULO 5

IMPLANTAÇÃO DA BASE DE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DO URUGUAI: COMUNIDADE *VERSUS* ESTADO

“Hoje é assim ó: tá cheio! E depois quem vai ficar? Ninguém!” — protestou um homem em voz alta, quase a desafiar as autoridades concentradas diante da Base Comunitária de Segurança (daqui em diante BCS), no final de linha do Uruguai.

Policiais militares, políticos, técnicos do governo do Estado, fotógrafos e jornalistas ocupavam a calçada defronte ao portão aberto da BCS. Afastando-me da multidão, aproximei-me do Espaço Cultural Alagados. Postei-me junto a Carlos (jovem educador da REPROTAI) que ao lado do vigia do referido Espaço assistia, de longe, à inauguração da Base¹³⁸. Uma moradora que estava de passagem comentou em voz alta, dirigindo-se a nós três:

— Estão todos aí, mas eu queria levá-los lá na rua [onde eu moro] para mostrar como fica quando chove, o esgoto que não tem.

Depois de uma pausa, ela acrescentou:

— Eu tenho até medo de me aproximar, com esses bandidos todos.

Referia-se às autoridades que participavam do evento.

Os carros do Governador Wagner e de sua escolta estavam estacionando a poucos metros de distância, no fundo do largo.

A fala do morador que assistia ao evento destaca a excepcionalidade da presença de autoridades no bairro. A segunda intervenção, de uma moradora, manifesta uma queixa, comum nas periferias das cidades brasileiras, pelo fato de os governantes não “olharem” para esses espaços. (“Olhar”, neste caso, tem sentido de “cuidar”, “ocupar-se zelosamente de alguma coisa”). Sua indignação aponta para um estereótipo¹³⁹ que, segundo verifiquei, é externado pontualmente em ocasião de eventos oficiais em que representantes do poder público deslocam-se das sedes de seus órgãos até os bairros populares: o estereótipo do

¹³⁸ As Bases Comunitárias de Segurança são fruto de um projeto do Governo do Estado da Bahia inspirado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro. A Base Comunitária de Segurança do Uruguai, inaugurada em julho de 2014, foi a décima base inaugurada no Estado da Bahia e a nona do Município de Salvador. A primeira Base do Município de Salvador foi implantada em 2011 no bairro do Calabar.

¹³⁹ Em seu sentido etimológico de “impressão sólida”.

“abandono do Estado” ou da “ausência do Estado” como característica de determinados espaços urbanos, geralmente na periferia das cidades. A ideia de ausência do Estado não circula somente em meios “populares”. Ocorre também na produção acadêmica. Reflete uma ótica espacial que coloca o Estado “lá encima”, como um “repositório de poder que opera propagando-se progressivamente e a-problematicamente no território nacional, conquistando espaços de não Estado e seus habitantes rebeldes” (LI, 2005:384).

A indignação pela ausência das autoridades estatais está ligada a outra alegação, feita pela moradora citada: ela se referiu aos representantes do setor público como bandidos. Além de seu significado mais óbvio, esta expressão chamou minha atenção por outro motivo. Ao acusar as autoridades presentes na inauguração de serem ‘bandidos’, ainda por cima declarando não querer aproximar-se deles, ela se valeu de uma das oposições semânticas mais recorrentes no socioleto das periferias brasileiras: a de morador/trabalhador versus bandido/vagabundo. Ela estabelecia, desta forma, uma diferenciação moral extrema entre sua pessoa (sua categoria) e as ‘autoridades’, os representantes do Estado.

A etnografia apresentada a seguir aborda uma situação em que membros da rede CAMMPI e moradores da Península procuraram negociar a participação da ‘comunidade’ na implementação de uma política de segurança pública¹⁴⁰. O material analisado foi produzido por ocasião de encontros entre o “Estado” e a “comunidade”, em eventos ligados à implantação da BCS (vulgo UPP, com referência às Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro) no bairro do Uruguai. Em suma, são esses os eventos a que me reporto:

1. a reunião ordinária da rede CAMMPI em que representantes da Polícia e do Governo do Estado lhe anunciaram a iminente inauguração da BCS;
2. o seminário “Redes de Segurança no Uruguai”, organizado em parceria pelo Governo do Estado e pela Rede CAMMPI (e algumas reuniões prévias);
3. a inauguração da BCS;
4. a reunião ordinária da rede CAMMPI em que uma técnica do MPE convidou as lideranças a constituir parceria com o Ministério Público para o “Comunidade Legal”, um projeto com foco nos direitos humanos.

Os dados etnográficos levam a questionar e avançar uma problematização de dois estereótipos sugeridos pelas falas citadas em abertura: o de “ausência do Estado”, no bairro do

¹⁴⁰ No caso das políticas de segurança pública, o interlocutor autorizado do Governo seriam os Conselhos Comunitários de Segurança. Na Península existem dois, um no Uruguai e um na Calçada. A equipe responsável pelo processo de implantação da Base Comunitária de Segurança disse ter procurado o contato com o Conselho do Uruguai, mas teve notícia de sua inatividade. Por isso entrou em contato com outra instância coletiva, considerada representativa da ‘comunidade’: a rede CAMMPI.

Uruguai, e o de “exterioridade” do Estado, mediante a problematização de asserções enfáticas de alteridade entre ‘comunidade’ e ‘Estado’.

Segundo já foi mostrado aqui, não se pode afirmar que o Estado se faça literalmente ausente nos bairros da Península, sobretudo na região conhecida como Alagados. Além da existência de escritórios de órgãos e instituições públicas, já assinalada, destacam-se as diversas articulações das associações locais com o aparato estatal¹⁴¹. Essas articulações se dão mediante diversos tipos de inserção. Um deles é a participação de membros da rede em conselhos gestores, a exemplo do Conselho Municipal de Saúde (do qual participa Mariselma da AMCSL) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (no qual um membro da REPROTAI tem assento como representante da juventude do Estado da Bahia); ou ainda de conselhos de outra natureza, como o Conselho da Prefeitura-bairro da Península de Itapagipe (presidido por Mariselma da AMCSL, com participação, também, de Selma da ALMM e de Itamar do GRUCON). Além disso, alguns membros da Rede ocupam cargos públicos (comissionados ou não), ou desempenham papéis de mediação na implementação de projetos de habitação — a exemplo das ADPs agentes de divulgação de projeto da CONDER —, além de travar diversas parcerias temporárias com órgãos do Estado. Essas articulações heterogêneas são valorizadas pelos membros da CAMMPI que, em muitos casos, as consideram conquistas, “resultado da luta”.

Não é minha intenção “desmentir” as impressões veiculadas pelas falas dos moradores. Ao contrário, é só levando a sério suas avaliações e sua indignação foi possível chegar a perceber o quão problemático é falar em “ausência de Estado”. Além das vias acima mencionadas pelas quais o Estado se faz presente em Alagados, a etnografia da implantação da BCS do Uruguai, em si, nos põe diante da presença concreta (por muitos indesejada) do Estado, na sua dimensão de aparelho de coerção, de organização que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência em um determinado território (dimensão conceituada na definição weberiana de Estado). Este dado combina-se a uma segunda ordem de considerações. As reclamações dos moradores e os discursos em circulação no cotidiano do

¹⁴¹ No que toca à rede CAMMPI trata-se principalmente de conexões com a esfera do Governo do Estado, devido não só a afinidades de filiação partidária, mas principalmente ao fato de ter sido esta a instância do Estado mais ativa no local, através dos projetos de habitação (CONDER) e mais recentemente com as políticas culturais (SECULT). No período em que foi realizado o trabalho de campo, outras associações e organizações entretinham articulações com o Município, na gestão de ACM Neto, do Partido do Democratas. Este tipo de laço, porém, costuma ser considerado pertencente à “política”, ou seja ligado à dinâmica de troca de favores ligada ao jogo partidário, coisa comumente reprovada por todos no bairro e na cidade. Na referida altura, um morador do bairro (conhecido como Vado Malassombrado) foi vereador da Câmara Municipal. Durante o exercício do cargo, este edil providenciou um serviço de coleta de entulho e financiou algumas atividades de cunho social e cultural. No mesmo período estava ativa na Península uma das dez Prefeituras bairro instituídas por ACM Neto durante seu primeiro mandato de prefeito.

movimento social na Península de Itapagipe apontam para conceituações muito variadas de Estado. Estas ressaltam alternativamente diversas dimensões (parciais) do fenômeno. Dentre muitas, meus dados etnográficos apontam para referências corriqueiras ao Estado já enumeradas por Mitchell (2006), por exemplo: sistema de tomada de decisão, estrutura de uma ordem legal ou conjunto de mecanismos pelos quais interesses sociais encontram representação política. Se as primeiras duas noções resultam familiares a todos os moradores em Alagados (na hora de obedecer a uma ordem de relocação, ou de cumprir as exigências burocráticas para a regularização da situação fundiária de suas casas), as últimas duas conceituações talvez concernam mais os membros da rede CAMMPI, em sua atuação enquanto ‘movimento’ e a dimensão simbólica da política, entendida em sua forma positiva. .

Evidentemente os problemas de definição do Estado não são um problema somente para os moradores da Península, constituem um desafio teórico relevante das ciências sociais. Segundo Abrams (1988) e Mitchell (2006) a dificuldade de definir o que seria, afinal, o “Estado” põe-se porque o Estado não é uma entidade distinta e inequivocadamente delimitada, nem um conjunto coerente de práticas, ao contrário do imaginário veiculado em parte da literatura (MITCHELL, 2006:169) na ciência social.

Um dos problemas recorrentes da rede CAMMPI é equacionar o papel que ela assume, enquanto “movimento social”, opondo-se ao Estado com suas reivindicações, com o fato de alguns de seus membros exercerem funções dentro do aparato estatal. Este fato, considerado positivamente, é tido como uma conquista que possibilita articular conexões, proporcionando assim um alcance maior às reivindicações dos membros da rede. Ao mesmo tempo todavia, põe problemas e suscita conflitos ou, simplesmente, complica o posicionamento das lideranças em determinadas disputas e negociações. Isto tem é sem dúvida considerado positivo, porém constitui uma frente que exige habilidade para ser gerenciada, principalmente face aos moradores não familiarizados com o movimento social. Quem não faz parte de redes de vizinhança, parentesco e amizade que os aproximem ao movimento, costuma portar-se de modo ambíguo, diante de pessoas que enxergam como envolvidas com “a política”, oscilando entre interesse e desconfiança.

As ambivalências encontradas em campo me levaram a interrogar-me sobre o que seria o Estado nesse contexto e me conduziram a uma consideração crítica da margem que a princípio diferencia ‘comunidade’ e Estado. Quando considerada de perto, esta margem perde sua nitidez.

As dúvidas sobre as definições de Estado (tanto as *émiques* quanto as *étiques*) e o caráter elusivo da fronteira que, no meu campo, o separa da ‘comunidade’ de residentes da

Península levam a considerar esta nebulosidade não como um problema de imprecisão conceitual mas como uma pista para avançar no entendimento dos processos observados. Ao invés de procurar encontrar uma definição que estabeleça uma fronteira inequívoca entre Estado e a ‘comunidade’, procurei seguir o caminho aberto por Mitchell, que exorta a “examinar os processos políticos através dos quais esta distinção incerta mas poderosa é produzida” (MITCHELL, 2006:170). Neste sentido, o foco nas disputas que envolvem Estado e ‘Comunidade’ apontou o caminho para uma abordagem relacional desta determinação recíproca, com vistas a examinar as negociações políticas que envolvem o espaço urbano na Península de Itapagipe.

5.2. “Comunidade” e “Estado” e outras dicotomizações: esclarecimentos preliminares.

Uma das primeiras constatações que fiz ao participar dos encontros acima mencionados foi a verificação da ênfase com que as lideranças das organizações locais exprimiam a oposição entre Estado e a ‘comunidade’ no processo da instalação da BCS no fim de linha do Uruguai.

Durante a primeira fase do trabalho de campo, ao participar das reuniões que precederam a instalação da base, observei como os membros da rede CAMMPI, opondo-se à iniciativa do Governo, procuravam destacar-se do Estado, eclipsando temporariamente suas próprias relações pessoais com o aparelho institucional, posicionando-se publicamente como ‘comunidade’. Verifiquei nos meses a seguir que não só a ação do movimento não podia prescindir dessas relações, como também elas constituíam parte significativa de seu cotidiano e de seu trabalho. Estas articulações, longe de ser julgadas algo a ser omitido, eram consideradas pontos positivos, valorizadas como conquistas¹⁴². Esta ambiguidade será

¹⁴² Se essa é a posição generalizável entre as organizações que compõem a CAMMPI e em parte do Movimento Negro em Salvador, é todavia necessário mencionar que uma forte crítica a este tipo de articulação é pronunciada por setores que reúnem membros do movimento negro e movimentos de bairro, a exemplo da Campanha *Reaja ou será morto*, que se autodefine como “uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do Estado da Bahia, articulada nacionalmente e com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio” (<https://goo.gl/bP2ezC>, acesso em 16/05/2016). “O Reaja” contrapõe a própria mobilização “verdadeira militância pela vida negra feita por mulheres negras de maneira não oficializada e não reconhecida” à “intelectualidade negra e branca, absorvidas pela prática do ativismo bem-sucedido, do benefício próprio, do vai e vem em cargos e aeroportos e viagens para benefício pessoal” O “Reaja” é categórico em seu empenho de construir uma crítica ao tipo de ativismo que leva a ocupar cargos ou posições no governo, ou outorgadas pelo governo. Refere-se a tais ativistas como “os ‘que chegaram lá’ (não sei aonde!) em salas refrigeradas, falando de si mesmos e de suas brilhantes trajetórias” (fonte: <https://goo.gl/WVA4W7> acesso em 16/05/2016). É importante todavia destacar que alguns membros da CAMMPI são apoiadores da campanha REAJA e alguns membros do Reaja mantém contato com a CAMMPI.

retomada ao longo da etnografia. Baste, por ora, reconhecer certa tendência a simultaneamente associar-se e destacar-se do Estado.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que ambos os termos (Estado e ‘comunidade’) são de uso recorrente no cotidiano da política dos bairros populares soteropolitanos. Apesar de frequente, seu emprego pode remeter cada vês a significados e nuances diferentes, segundo verifiquei durante a pesquisa de campo.

5.2.1 “Comunidade”

Já constatamos que o termo “comunidade” é geralmente utilizado para referir-se ao conjunto dos moradores de um determinado bairro popular ou ao próprio bairro. Embora descartada como categoria analítica há muito tempo (LEEDS e LEEDS, 1978), a noção de comunidade continua ativa como categoria social, amplamente utilizada por moradores desta classe de bairros, pela mídia, por políticos, artistas e intelectuais e oficializada pela utilização que dela faz o poder público (BURGOS, 2002:23).

A noção de comunidade utilizada pelos moradores da Península itapagipana, e particularmente pelos membros da rede CAMMPI, é muito próxima ao conceito de “comunidade” descrito por Cardoso (2011[1982]), empregado pelos movimentos sociais urbanos brasileiros. O termo, antes que traduzir uma ideia de igualdade referida à posição no sistema de produção, transmitiria uma ideia de compartilhamento de experiência comum. No caso da Península, em particular da região de Alagados, essa *comun*-idade de experiência refere-se, sem dúvida, à vida em palafita, à autoconstrução, ao ter de “brigar” por serviços urbanos e direitos básicos, à negritude e à experiência do racismo “na pele”, em suma à vida no bairro *popular* ou na *periferia* soteropolitana.

Por seu uso, difuso entre os que participam de movimentos sociais brasileiros (não somente urbanos), “comunidade” pode ser pensada como uma categoria de “ida e vuelta” no sentido entendido por Cunha (2009). Isto é como uma daquelas categorias que “fabricadas no centro e exportadas para o resto do mundo também retornam, para assombrar aqueles que as produziram” (2009:312). A ideia de “comunidade”, difundida nas periferias do País pelos padres da Igreja Católica, junto com os valores da solidariedade cristã, foi posta em circulação e colocada em prática mediante a organização das CEBs - Comunidades Eclesiais de Base (principalmente nas décadas de 1950 e 60), enquanto espaços de evangelização e plataformas de reivindicação de mudanças sociais. Foi assim que “Comunidade” entrou a fazer parte do vocabulário das periferias urbanas do Brasil. Apesar de a Igreja Católica ter perdido sua

influência, o termo ainda continua a fazer parte do repertório político dos “fracos” da cidade, aparecendo frequentemente em situações de reivindicação e mobilização de pessoas. Neste último sentido, ele pode funcionar como um apelo à adesão a um compromisso coletivo (v.g. “Precisamos disso para nossa comunidade!”) e, de certo modo, presta-se a esconder todo e qualquer conflito entre os moradores de um determinado bairro.

Além disso, a noção nativa de *comunidade* é carregada de valor moral positivo. Evoca a imagem reconfortante de um lugar aconchegante, envolvendo ideias de proteção e de defesa, como no significado apontado por Baumann (2003). Apesar disso, como o mesmo autor conclui, a comunidade não passa de ser uma abstração (consciente) e, de certa forma, cifra um desejo, um auspício (2003). Nesse sentido, o trabalho (político) de criar a “comunidade” nunca termina.

Comunidade veicula ideias de compartilhamento, solidariedade e cuidado. Contribui para produzir a imagem do bairro popular como uma “região moral”, no sentido formulado por Park (1967) e recuperado na sociologia da favela carioca por Burgos (2002). O conceito de “região moral” mostra-se pertinente como instrumento heurístico não somente por enriquecer a análise da noção nativa de “comunidade” mas também, como Burgos sustenta, porque faculta pensar também as representações dominantes a respeito de favelas e bairros populares. Apesar da agudez desta observação, me parece que no termo Burgos sustenta o argumento duvidoso de que regimes de moralidade vigentes na “favela” a afetam negativamente, caracterizando a vida política de modo tal que, ao cabo, se constitui numa armadilha para o cidadão: este fica preso em redes de relações que obedecem a códigos locais impositivos de reciprocidade, vínculos que por um lado o preservam, mas por outro lhe impedem de participar da vida verdadeiramente pública, da polis. Apesar dos óbvios limites temporais e espaciais dos dados produzidos nesta pesquisa, me sinto confiante em distanciar-me desta afirmação. Especificamente acredito poder afirmar que não existe, fora da Península de Itapagipe, uma polis que o cidadão poderia acessar se não fosse submetido ao controle social produtor da intermediação imposta pelas lideranças e associações de bairro. Nesse sentido, a partir dos dados produzidos, as organizações da rede CAMMPI me parecem funcionar como um canal ulterior, além dos que podem ser acionados por outros meios convencionais [a exemplo do recurso a políticos profissionais ou a pessoas poderosas (“grandes”) conhecidas dentro e fora do bairro] a fim de obter favores, acesso a “bens públicos” ou até mesmo o legítimo exercício de direitos. Explicando melhor, a maneira como assumo o conceito de região moral na periferia, é diferente do modo como o aplica seu propositor. Esclareço: não pretendo com o emprego deste conceito sugerir a vigência de

valores característicos da política local nos bairros da Península, por suposto distintos dos vigentes em seu entorno, ou no resto da cidade. Parece impossível sustentar que a política em níveis considerados hierarquicamente superiores ou mais abrangentes (a cidade, o país, a classe média-alta) é infensa a mecanismos e regimes consolidados de tipo personalista e clientelista.

Sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades semânticas, aqui me interessa destacar que diferentes valores e significados se condensam na categoria nativa de “comunidade”, concebível, esta, como região moral espacializada (o bairro), ao tempo em que figura uma categoria empregada pelas lideranças como princípio de organização e mobilização. Veremos a seguir que ela é frequentemente enfatizada na hora de opor-se ao “Estado”, em disputas concernentes ao espaço do bairro.

Todavia, a depender de quem se utilize do termo “comunidade”, ele pode referir-se a conjuntos sociais distintos. Embora a palavra designe de modo costumeiro a totalidade dos moradores de determinado espaço urbano, no caso de uma reunião agendada entre técnicos governamentais e os representantes das associações e grupos locais, estes últimos (os representantes) serão entendidos, por aqueles, como ‘comunidade’. Nos documentos oficiais que registram o evento, este poderá constar como reunião com a comunidade – sem ter de fato ocorrido um encontro amplamente divulgado com moradores da região.

Não pretendo com isso chamar a atenção apenas para a tendência ao uso metonímico do termo. Observei que, do ponto de vista dos técnicos governamentais, o termo comunidade pode ser reservado prioritariamente ao conjunto de moradores ativos, engajados em grupos, associações e outras organizações locais, seus interlocutores frequentes; e só secundariamente ao conjunto mais amplo de moradores. No caso dos eventos que serão em seguida analisados é possível detectar esta diferenciação. Em diversas circunstâncias verifiquei que as reuniões com a ‘comunidade’ (no primeiro sentido aqui assinalado) constituem uma passagem necessária antes da realização de etapas de projetos diversos (cadastros de famílias, audiências públicas, entrega de serviços específicos). Isso se faz para que um número mais amplo de moradores venha a envolver-se em algum procedimento¹⁴³; impõe-se sempre que é

¹⁴³ A propósito evocaré as repetidas visitas de uma executiva da COELBA desejosa de abrir um programa de escuta dos usuários, a fim de possibilitar que as disfunções da rede de fornecimento (postes, fios, medidores), frequentes na cidade (e ainda mais nos bairros populares) pudessem ser-lhe diretamente declarados, driblando as notórias ineficiências do serviço de comunicação da empresa. A funcionária procurou a rede CAMMPI para pedir ajuda no estabelecimento deste tipo de comunicação com os moradores. Para levar a cabo sua tarefa, queria obter listas com os nomes e contatos telefônicos das associações de moradores. As lideranças pediram, então, que em troca da informação a COELBA garantisse às associações de moradores algum benefício. Sugeriram a extensão de programas de controle de consumo que a empresa costumava desenvolver para as residências (troca

necessária a coleta de informações ou a realização de contatos nos bairros, ou ainda em circunstâncias como a dos encontros que abordarei em seguida, isto é, quando se trata de organizar iniciativas mais abrangentes, visando a ‘comunidade’ como um todo. Neste sentido, a rede CAMMPI (principalmente nas reuniões das segundas-feiras), funciona também como um balcão de “recepção” e acesso à ‘comunidade’. Este papel de mediação torna-se mais claro ainda quando se observa o emprego pelos membros da rede CAMMPI do termo ‘comunidade’ ora para fazer referência à totalidade dos moradores do bairro, ora para referir-se ao segmento composto pelos moradores não envolvidos de modo ativo na rede, ou em outras associações não parceiras. Nesse último caso, eles buscam destacar-se do conjunto assinalado enquanto protagonistas políticos. Então podem referir-se ao segmento composto por eles mesmos como “as lideranças”, “a sociedade civil”, “o movimento social”. Isto tem repercussões importantes para o entendimento das estratégias mobilizadas pelos membros da CAMMPI face a distintos interlocutores, dentre os quais o Estado. Conforme destaca Palmeira (1991:141), nessas ocasiões a pretensão de tais agentes parece ser não tanto “representar a comunidade” como ter seu protagonismo reconhecido pelos “de fora” e – aos olhos dos forâneos – projetar-se para “dentro”, agindo como se sua vontade política correspondesse à de toda a comunidade. Segundo pondera o referido autor, para transformar em realidade semelhante pretensão, eles precisam também anular adversários, neutralizá-los a agência, o que geralmente fazem procurando deslegitimá-los enquanto atores político.

5.2.2 “Estado”

O segundo termo do binômio em análise, Estado, precisa de uma problematização mais aprofundada. Nos eventos etnografados, ao *Estado* opõem-se a *comunidade* e o *movimento*.

Tal como é empregado corriqueiramente na área em foco, o termo “Estado” pode referir-se a uma entidade política que qualifica de duas formas. Num caso, ele é indicado como ator. É o que sucede quando se trata de órgãos públicos específicos, de instâncias de governo em seus vários níveis, ou de representantes do setor público, v. g. técnicos governamentais e gestores de políticas públicas. Em outras circunstâncias, fala-se de Estado como um conjunto de instituições. Trata-se então do ‘Estado aparato’, ou, nos termos de Abrams (1988), do ‘sistema Estado’.

de lâmpadas ou de geladeiras velhas). Não podendo comprometer-se com isso, a funcionária desistiu, após três encontros.

Nos capítulos anteriores vimos que, nos bairros itapagipanos, apesar da difusão de certa retórica do “abandono pelo Estado”, este se faz presente de modo bem concreto mediante instituições, órgãos e equipamentos públicos locais, a exemplo do Espaço Cultural Alagados, das obras em curso, das casas da CONDER, dos escritórios de campo, da Prefeitura Bairro etc. O Estado torna-se visível mediante a presença de funcionários públicos (sejam eles moradores ou pessoas de fora) e graças à realização de ações como entrega de títulos fundiários, cerimônias de inauguração de equipamentos de lazer e outras obras públicas, e até mesmo por meio da cobrança de licenças e outros requisitos para a ocupação de espaço público com negócios locais. Nesses últimos casos, percebe-se umnexo entre a prática institucional e o Estado entendido como estrutura centralizada, centrada no governo. É possível, pois, identificar em campo “um cluster de instituições de controle político e executivo com um conjunto de pessoal qualificado” (ABRAMS, 1988, 118), ou seja uma “ideia de Estado como sistema” (ibid.). Este Estado pode ser encontrado, em nível empírico, nas pessoas dos funcionários ou nos gabinetes das instituições públicas locais. Em relação ao Estado enquanto tal conjunto, é possível perguntar-se como ele se configura, como funcionam suas relações internas e externas, como se dá a interação com outros grupos presentes no seu entorno.

Todavia, o Estado não aparece no campo apenas com a feição de uma série de entidades tangíveis. Principalmente às lideranças locais, ele aparece também sub specie de uma ideia relativa a um aglomerado de instituições políticas teoricamente voltadas para a realização do interesse comum. Esta ideia de Estado encerra um valor moralizante (assim como a noção de cidadania). Pode-se reconhecer, portanto, um certo poder ideológico do “Estado”, mas notáveis seriam as dificuldades de abordá-lo “como um mito capaz por si só de tornar concreto algo que é abstrato” (ABRAMS, 1988:??).

Todas essas ambiguidades já foram categorizadas por Abrams (1988) como as maiores dificuldades de estudar o Estado. Particularmente ao ser concebido como separado da sociedade, o Estado “tornou-se um objeto de análise vago e indefinido”. Ao pesquisador que não queira encontrar-se aprisionado em suas próprias formulações, o citado autor recomenda evitar reduzir o Estado a algo que existe nos “bastidores do político” ou que “se esconde por detrás da fachada das agências de governo” e assim “resiste ao desvelamento”. Ainda seria imprescindível, segundo ele, considerar o fato de que o Estado se erige na encarnação de um interesse comum ilusório. Tal ilusoriedade aparece nitidamente em situações de disputa como a que abordamos a seguir. Reporto-me aos momentos de tensão entre os funcionários do Governo, que defendiam a implementação da Base de Segurança, e os representantes do

movimento social, que acusavam a possibilidade de incremento de violações de direitos básicos dos moradores, em decorrência da intensificação da presença de policiais militares no bairro.

A partir das considerações evocadas mais acima, Abrams propõe não considerar o Estado uma coisa que existe em si. Ele não seria, então, algo real (no sentido de res), concreto, singular. Heterogêneo, plural e contraditório, talvez o Estado nem exista, no sentido forte do termo.

Se é verdade que, com esta abordagem, se é propensos a abandonar a imagem do Estado como um objeto de estudo (concreto ou abstrato), por outro lado, é necessário continuar a levar a sério a ideia de Estado, por exemplo focando as relações internas e externas de instituições políticas e governamentais (o estado-sistema acima mencionado) que podem ser estudadas efetivamente sem postular a ‘realidade’ do Estado (Abrams 1988:123). Em suma, se propõe aqui chamar atenção para a dimensão por assim dizer ficcional¹⁴⁴ do Estado e da *comunidade*, sem deixar de mostrar como essas noções são utilizadas e de certa forma operacionalizadas quando postas em relação com o espaço do bairro.

Estas considerações tornam-se indispensáveis para entender os eventos em exame. Neles, os membros da rede CAMMPI se colocavam como *comunidade* caracterizando-se explicitamente enquanto segmento contraposto ao *Estado*, no momento encarnado na polícia e na equipe do projeto governamental Pacto pela Vida. Ao longo da etnografia, se verá como esta contraposição está longe de ser clara e indiscutível. Tampouco gera fronteiras permanentes entre os grupos assim contrastados.

Contudo, à medida em que se avança na observação do cotidiano do movimento percebe-se que este não pode prescindir do Estado, não só como entidade ficcional, alvo de reivindicações, interlocutor necessário, mas também como alicerce da própria organização que o confronta.

À luz das considerações expostas, ao invés de procurar definir o que é o Estado e o que é movimento, preferi uma abordagem focada na dimensão relacional, na diferenciação recíproca, em ato, entre Estado e comunidade. O foco na etnografia de ocorrências verificadas a partir de disputas espaciais é fecundo, pois, ao passo que se deixa de ver o Estado como reificado, aparece mais clara sua “função de manter unidade” (já destacada por Abrams, 1988: 120). Isto remete a outra dimensão teórica sublinhada pelo autor, na abordagem do mesmo

¹⁴⁴ Embora se reconheça de antemão a ficcionalidade do Estado, as práticas de *cidadania* acabam produzindo uma ideia de solidez e concretude tanto do Estado quanto da comunidade. É preciso portanto dar conta da proeminência da ideia de Estado sem todavia atribuir-lhe uma coerência, unidade e autonomia que não tem (LI, 2005) como foi feito com relação à comunidade.

objeto: a dimensão de “artefato ideológico que atribui unidade, moralidade e independência ao que não é unificado, (ou seja) aos funcionamentos da prática de governo, desunida, amoral e dependente” (ABRAMS, 1988, 125). Este aspecto emerge sem equívoco dos registros etnográficos.

Essa leitura do Estado como ideologia mostra que ele “faz fazer”, sustenta práticas, em particular sustenta também a suposta legitimidade de práticas de governo. Deste ponto de vista emerge, a possibilidade de olhar para o Estado como alegação de legitimidade, uma reivindicação, um horizonte axiológico de práticas por validar. Este ponto de vista assume relevância, por exemplo, com relação ao tema da violência.

É útil, portanto, pensar o governo em sentido foucaultiano, como processo mais amplo do que a ideia sugerida por essa entidade relativamente unificada, sugerida pela noção de Estado. O governo nesse sentido, é um processo externo e interno ao Estado. O Estado emprega táticas de governo para continuamente definir e redefinir o que está dentro de suas competências e o que não, apelando para um interesse comum, ilusório, empoderado pela alegação de generalidade.

Por enquanto, limito-me a sustentar que mediante a etnografia é possível elucidar as contradições que de outra forma não seriam tão discerníveis, desvendando a respeito do Estado, que ele se faz símbolo de uma desunião real, nas palavras de Abrams “uma desunião dentro da política” (1988:124). A nível etnográfico, esta desunião pode ser melhor compreendida recorrendo à descrição de dinâmicas segmentares, empregando-a uma noção da antropologia clássica (anteriormente aplicada à sociedades “sem Estado”), na análise da política em nossa sociedade, dotada de Estado como em Goldman (2001).

5.3 O anúncio da implantação da BCS Uruguai – primeiro ato de um jogo sério

No dia 28 de abril de 2014, a menos de dois meses do início dos jogos da Copa do Mundo 2014, entrei pela primeira vez no Espaço Cultural Alagados, no fim de linha do bairro Uruguai. Às 19 horas de um dia chuvoso, estavam ali reunidos membros e coordenadores de associações e entidades da Rede CAMMPI (Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe), técnicos do Governo do Estado da Bahia (Câmara Setorial de Prevenção Social, Secretaria de Cultura e CONDER) e policiais militares, 35 pessoas sentadas em círculo na sala principal.

O encontro fora solicitado à Rede CAMMPI pelo Governo do Estado da Bahia para anunciar a iminente inauguração da Base Comunitária de Segurança, que atuaria em uma

faixa pré-determinada do bairro Uruguai (uma “poligonal de atuação” de pouco mais de 2 km²). O contato tinha sido feito pelo Capitão Monteiro através de Jamira Muniz, coordenadora do Espaço Cultural Alagados e membro da rede CAMMPI.

A implementação de Bases Comunitárias de Segurança foi apresentada como o cerne de uma nova política de segurança pública, intitulada “Pacto pela Vida”, que iria equipar diversos bairros populares de Salvador com bases de polícia locais, dotadas de recursos humanos e materiais próprios¹⁴⁵. Estava prevista, entre outras coisas, a instalação de videocâmeras em alguns pontos do bairro.

Como o Capitão Monteiro explicou aos silenciosos e atentos participantes da reunião, a escolha da localização dos equipamentos priorizava os bairros com maior incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI¹⁴⁶.

Os policiais destinados a trabalhar nas bases comunitárias receberiam um treinamento específico para lidar com “comunidades” (o termo é aqui utilizado como sinônimo do conjunto da população de bairros populares), aproximando-se da “realidade” do bairro, conhecendo seus moradores. Durante o encontro, os membros da Câmara Setorial e da Polícia Militar enfatizaram repetidamente a necessidade da cooperação da “comunidade”¹⁴⁷ a fim de que o projeto tivesse sucesso, insistindo em apontar a novidade desta abordagem para a segurança pública e garantindo uma diferença substancial da atuação da polícia comunitária, em comparação com o modus operandi da polícia militar em outros contextos. Como é possível imaginar, este assunto tocava um ponto muito sensível, devido à familiaridade dos presentes com a brutalidade e arbitrariedade que caracterizam a atuação da polícia militar no Brasil, principalmente nos bairros considerados periféricos, em Salvador habitados por negros¹⁴⁸.

¹⁴⁵A Base Comunitária de Segurança do Uruguai contaria com 60 policiais, viaturas, motocicletas e câmeras de segurança a serem instaladas em diversas regiões do bairro.

¹⁴⁶A política pública de segurança que prevê a implantação de Bases Comunitárias já era associada pelas lideranças locais ao processo de transformação urbana responsável pela concentração de amplos investimentos do governo e do setor privado em determinadas áreas da cidade, a exemplo de intervenções ligadas à Copa do Mundo de 2014. Eles já tinham testemunhado a implantação de bases Comunitárias em bairros populares contíguos a áreas consideradas nobres (Calabar e Nordeste). A instalação da Base na Península de Itapagipe ocorreu em concomitância com uma regulamentação restritiva das atividades dos ambulantes nas praias da cidade (por decreto do Governo Municipal) e precedeu de poucos meses o anúncio de um projeto de requalificação da orla da região considerada ‘nobre’. A menos de dois anos após esses fatos, a Câmara Municipal aprovou um PDDU que aumenta o gabarito na Península de Itapagipe, abrindo a possibilidade da construção de prédios altos (vulgo “espigões”) para fins residenciais.

¹⁴⁷ Referindo-se aqui ao conjunto de moradores? Ou às lideranças?

¹⁴⁸ Três meses antes deste encontro, não longe do Espaço Cultural, a perseguição de um suspeito pela polícia militar resultara na morte de Gilvan Santos Santiago (um pescador não envolvido com a perseguição) e no ferimento grave de seu neto Henrique, de 10 anos, alvejado na cabeça pelo tiro de um soldado. Este fato catalisou um dos maiores nós de tensão no diálogo entre os policiais e as lideranças. A inaceitável familiaridade que os moradores do Uruguai têm com episódios de brutalidade envolvendo policiais era algo que pesava neste

Contudo é inegável que a presença de policiamento na comunidade era também desejada por muitos moradores que enxergavam esta prática como um serviço público prestado ao cidadão.

Nos anos anteriores – continuaram a explicar os representantes do Estado – o projeto fora implementado em outros bairros da cidade¹⁴⁹. Assim como ocorrera alhures, a Base Comunitária de Segurança seria acompanhada pela execução de projetos socioculturais e pela predisposição de um canal de escuta das demandas dos residentes. Deste modo, necessidades específicas da “comunidade” seriam identificadas e as intervenções requeridas seriam solicitadas aos órgãos competentes do Estado, através da mediação da Câmara Setorial, diretamente ligada ao Governador. Um dos exemplos dados pela técnica Vanja Brito foi a regularização dos títulos fundiários e melhorias da infraestrutura urbana.

Apresentava-se a BCS como um programa de segurança pública cujo traço distintivo era entender que segurança não se faz somente com policiamento. Todavia, segundo foi mostra Batista (2009), com referência ao Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, a implantação da polícia pacificadora – mal disfarçada sob outro nome – era apresentada como uma espécie de ‘sopa de pedra’: a ocupação militar e verticalizada da área (coisa que aos moradores deixava entrever mortes, balas perdidas, invasões de domicílio, revistas para entrar e sair de casa) vinha embrulhada na promessa de gerar serviços e oportunidades no território.

Diante de olhares desconfiados, o Capitão Monteiro continuou sua exposição, passando à apresentação em slide-show que exibia:

(1) os resultados de uma pesquisa sobre o bairro que supostamente constituíam as evidências motivadoras da decisão de implantar a Base no Uruguai; e

(2) os objetivos e resultados esperados do projeto da Base Comunitária de Segurança.

Após a apresentação, as lideranças da comunidade, até então empenhadas em uma escuta atenta, prepararam-se, por sua vez, para manusear o projetor e apresentar-se aos de fora servindo-se do data-show e de um arquivo em Power Point que continha o Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe – PRDI, um documento onde constavam os

momento em que as lideranças da CAMMPI, convocadas pela Secretaria de Segurança, eram chamada a posicionar-se publicamente sobre a implantação da BCS no bairro. Podia, talvez, parecer ingênuo enxergar alguma abertura para negociação. De toda forma, no posicionamento da comunidade, em público, não havia como ignorar os padrões truculentos da atuação da polícia na região. Não podendo ser deixado de lado, este aspecto era o que mais demandava às lideranças um gerenciamento atento na interlocução com a equipe do Pacto pela Vida, em face das repercussões no relacionamento com o resto dos moradores, ainda chocados pelo ocorrido. Diante desses fatos, a chocante assimetria entre Estado e ‘Comunidade’, veio a figurar o aspecto mais perverso do diálogo que o “Estado” supostamente procurava, na tentativa de legitimar como democrática a ocupação militar de um bairro de Salvador.

¹⁴⁹A exemplo dos bairros Rio Sena, Calabar e Nordeste, em 2011.

objetivos e as metas de desenvolvimento local¹⁵⁰, elaborado pela comunidade (membros da rede CAMMPI). Devido ao adiantado da hora, porém, alguns participantes sugeriram passar logo à fase do debate da proposta do Governo. Embora alguns participantes não estivessem convencidos da necessidade de renunciar à apresentação, a sugestão foi acolhida pela maioria. Iniciou-se a discussão.

O primeiro comentário extenso foi de Raimundo Nascimento¹⁵¹ que começou pela objeção à caracterização do bairro do Uruguai como “bairro violento”. “Um bairro em si não pode ser violento – argumentou Raimundo –. O Uruguai, habitado em sua maioria por negros, é, em verdade, um bairro violentado, em múltiplas dimensões, devido às condições de existência de seus cidadãos.”

Tais condições, segundo Raimundo, dizem respeito a dinâmicas de ordem política, econômica e social, não podendo ser atribuídas a características intrínsecas da população ou de um determinado território. Nas palavras de Nascimento materializava-se um dos primeiros núcleos da disputa: a negociação de tópicos de discursos dominantes, nesse caso mobilizados pelo Estado e contestados pela ‘comunidade’ justamente por concretizar estereótipos recorrentes, estruturantes da prática do planejamento urbano (LOW&LAWRENCE-ZÚÑIGA, 2003), a concretizar-se naquele momento com a perspectiva inevitável da instalação da BCS no bairro. Na circunstância, o imaginário de violência e privação era estrategicamente associado pelos proponentes do projeto da BCS à “ausência do Estado” no Uruguai, o que reforçava a legitimidade de tornar aquele segmento de cidade objeto da experiência de tecnologia social para “melhorar a situação”. A esse projeto pontual as lideranças opunham o argumento segundo o qual a segurança pública decorre de um conjunto de políticas públicas e projetos coletivos capazes de romper com a geografia das desigualdades. Por isso, como se apressou em colocar Lourdinha, segurança se faz reformando os becos, se faz com a manutenção da iluminação urbana nos bairros populares, se faz instalando Plano de Saúde da Família e creches. “Nós chamamos com nomes diferentes: urbanismo, saúde, educação... mas é tudo uma coisa só” ela disse.

Seguiram-se as palavras de dona Jamira, coordenadora do Espaço Cultural Alagados (SECULT, AMCSL e REPROTAI) que iterou os perigos de se associar violência e pobreza,

¹⁵⁰ Este documento elaborado em 2000 foi atualizado em 2006 em colaboração com o Centro interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS da UFBA. Como facilitadora, participou uma funcionária italiana da União Europeia, que seguiu uma metodologia de construção participativa de cenários (Awareness scenario workshops).

¹⁵¹ Morador do Uruguai, coordenador do Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA, membro da associação de moradores 13 de junho, liderança da CAMMPI, militante do Movimento Negro e filiado ao PT. Entre as lideranças da CAMMPI.

como características essenciais da região. Dar violência e carência como as características principais da região – conforme o capitão acabara de fazer, com base na pesquisa por ele apresentada – significava desconhecer e invisibilizar todas as iniciativas coletivas dos moradores. Ressaltaram elas que graças a empreendimentos dos moradores, há muitos anos o bairro dispõe de serviços e atividades culturais cotidianas, redes de ajuda mútua e iniciativas de educação popular – hoje principalmente através das escolas comunitárias e dos grupos culturais. Unindo-se à linha de argumentação de Lourdinha e Jamira, Déa, integrante do Centro Arte e meio Ambiente – CAMA (e funcionária da SECULT), acrescentou: “Nós¹⁵² aqui somos o fruto da ação social de outras pessoas”. Deste modo ela enfatizava a importância do senso de pertencimento à história do bairro e às organizações locais e valorizava a experiência — formulada em termos de “trajetória de vida” — de cada um dos participantes no movimento social pela defesa e pela melhoria das condições de vida da comunidade.

A onda de respostas e questionamentos prosseguiu, com as lideranças enfatizando a “ausência do Estado”, evidenciada por uma falta de investimentos na região. Com isso aludiam a uma série de questões, desde a escassez de recursos disponíveis para as organizações locais, às falhas na garantia de direitos fundamentais, às omissões do poder público na manutenção dos equipamentos coletivos e do próprio espaço urbano. Em contraposição ao descaso dos órgãos públicos – que condenavam –, eles destacavam o grande número de atividades das associações de bairro, a providenciar serviços fundamentais para os moradores. A percepção deste fato era expressa pelas lideranças – que neste momento se colocavam “enquanto moradores”, “enquanto comunidade”, ou seja, falavam em nome do conjunto de residentes da área – mediante críticas dirigidas à forma de proceder do Governo do Estado¹⁵³. Acusavam assim: (1) a decisão de implantar a Base Comunitária, já em vias de finalização, sem consulta à comunidade; (2) a edificação da BCS num dos poucos espaços públicos de lazer do bairro; (3) a apresentação de uma pesquisa de qualidade duvidosa e não satisfatória – executada por uma empresa de consultoria privada, financiada com recursos públicos, como um participante não deixou de assinalar – e principalmente (4) a falta de

¹⁵² Somente mais tarde eu entenderia a importância deste comentário de Déa. “Nós” refere-se aqui às pessoas que estavam participando do debate, pessoas cuja atuação no movimento social é reconhecida nos ambientes da militância e da política. Tenho razões para acreditar que a afirmação por ela feita visava também enfatizar que dentre os participantes da ‘comunidade’ – todos nascidos ou criados nos Alagados – muitos mantêm, hoje, vínculos de trabalho com entidades governamentais, ocupando cargos administrativos e políticos por via de comissão ou de concurso. Nesta situação se achavam Jamira e Déa, na SECULT, Néa, na Fundação Mario Leal Ferreira e Raimundo, militante do movimento negro afiliado ao PT que poucos meses depois seria nomeado Secretário da SEPRMI.

¹⁵³ Com o qual, é bom lembrar, a maioria dos ativistas presentes no encontro é alinhada por filiação partidária

entendimento recíproco entre a comunidade e o Estado, representado ali pelos técnicos e autoridades presentes, supostamente interessados em estabelecer um diálogo.

A primeira estratégia da Rede foi, portanto, recuperar a memória de luta local. Através dela, os moradores operavam ainda o discurso crítico da “ausência do Estado” (que mais parece uma inércia) contrapondo-lhe o movimento da comunidade. O apelo à memória vem a ser uma clara estratégia política, um recurso através o qual o “mito de origem” das palafitas de Alagados opera no presente. Esta operação chama a atenção para a mobilização dos deslocamentos temporais feita pelas lideranças: o movimento social se colocava como presente “desde sempre” – ao contrário do Estado –, mediante evocação da autoconstrução das palafitas; em seguida, assinalava a conquista de infraestrutura e serviços urbanos, a construção dos equipamentos comunitários e a autogestão do trabalho social.

Esta estratégia teve o resultado de projetar a rede CAMMPI em posição de proeminência em relação às reconfigurações propostas pelo projeto da BCS – Pacto pela Vida. Assim eles se apresentavam como agentes legítimos, autorizados por seu desempenho na história política do local. Um processo parecido foi verificado por Araújo (2013) na favela do Borel, no Rio de Janeiro. Para celebrar tratativas com o estado ou com financiadores de fora, as associações de bairro do Borel precisam mostrar sua legitimidade no sentido de evidenciar que não estão embrenhadas em relações locais a ponto de ter um compromisso com o narcotráfico¹⁵⁴. Segundo a constatação da autora, o resgate da memória da luta teria o objetivo de reforçar a distinção entre moradores (empenhados em representar os interesses dos trabalhadores) e os bandidos.

No caso do bairro Uruguai, o objetivo era contradizer o discurso veiculado pelo Capitão Monteiro, que imputava ao bairro e a seus moradores a situação de violência e a ilegalidade reportada pela pesquisa alegada. Recuperando a memória da luta, a “ausência do Estado” era mobilizada a fim de sugerir uma reversão de responsabilidade (não mais a da “comunidade” e sim a do “Estado”). A valorização das práticas coletivas dos moradores, desde a construção das palafitas à organização de atividades sócio-culturais, tinha o efeito de promover uma legitimação fundada na duração dessas atividades e além disso produzia, ou reforçava, uma percepção espacializada (de verticalidade e abrangência) das práticas do movimento: evocava não somente o passado do bairro e das relações entre os moradores¹⁵⁵,

¹⁵⁴ Aqui opera de forma peculiar a ideia (de Park,) de *região moral*, aplicada por Burgos (2002) à favela.

¹⁵⁵ A partir daquela noite frequentemente ouvi comentários de mulheres membros da rede CAMMPI admitindo que entre os traficantes e os policiais confiavam mais nos primeiros. Não raro, nessas confissões elas referiam-se a cenas cotidianas em que um “deles” (dos traficantes) as cumprimentava com educação e respeito ou mesmo se oferecia para ajudar a carregar sacos de compras.

mas também a trajetória de sua relação com o “Estado”, acusando de modo enfático as omissões deste último¹⁵⁶. Através da repetição de discursos parecidos em eventos como esse, convalidavam-se narrativas que enfatizam o papel de responsabilidade e cuidado por parte da “comunidade”, enquanto protagonista na configuração do espaço do bairro e de sua vida urbana, por assim dizer “apesar do Estado”. Ao mesmo tempo, mais sutilmente, se afirmava a duração de uma relação específica com o Estado: uma relação de crédito, provocado por suas omissões, com apelo a uma compensação. Assim se procurava conferir certa unidade e também valor de “interesse comum” às atividades desempenhadas pelas organizações locais. No terreno do jogo político, esse ponto é fundamental para a legitimação do grupo de lideranças como protagonistas políticos. Mostra também a tentativa de alavancar publicamente o deslocamento na percepção e definição da “comunidade” enquanto conjunto de residentes: de “invasores” (ilegítimos) de outrora — segundo a categorização frequente no discurso do Estado — a moradores e cidadãos (legítimos) de hoje — no discurso das lideranças locais, discurso este que o Estado é levado a incorporar.

Sobre essas premissas, as lideranças construíram argumentos para fundamentar a expressão de reprovação e desconfiança, opondo-se à agenda de implementação do projeto, que previa a inauguração da BCS logo em seguida àquele encontro – com a participação do então governador Jaques Wagner (Partido dos Trabalhadores). Antes de prosseguir com o projeto – declararam os líderes –, havia necessidade de uma aproximação, a fim de conhecer-se reciprocamente, alcançar um entendimento mútuo, evitar duplicação de esforços e criar as condições de colaboração indispensáveis para que a ação proposta pudesse ser considerada – ao menos em hipótese – condizente com o interesse da “comunidade”.

Mas a situação era ainda mais delicada do que pode transparecer no que foi dito até agora¹⁵⁷: o edifício destinado a abrigar a BCS já havia sido construído – mediante a ampliação de um pequeno módulo policial anteriormente instalado no local – e ocupava já uma boa porção da praça do fim de linha do Uruguai, que, segundo os moradores, era um dos poucos espaços de lazer do bairro e há tempo carecia de reforma. Só depois das coisas feitas, o “Estado” procurava o beneplácito da “comunidade” – para atender (formalmente) à retórica das boas práticas da gestão participativa.

Este foi o primeiro de uma longa série de encontros entre “comunidade” e “Estado” dos quais participei, adquirindo certo grau de proximidade com os interlocutores e com as

¹⁵⁶ Desta forma, o próprio movimento procurava realizar a projeção de unidade que Abrams (1988) imputa ao Estado, enquanto reivindicação/alegação (*claim*).

¹⁵⁷ Não se tratava simplesmente de etiqueta ou de boas práticas de gestão mas sim de uma relação difícil com um determinado departamento do estado.

questões que os interessavam. Quando fiz as anotações que deram origem a este relato eu não podia entender muitas das implicações da reunião na qual acabara de tomar parte. Com o tempo, pude compreender melhor o que havia assistido. Entre outras coisas, entendi que não havia exatamente um problema de conhecimento recíproco das pessoas envolvidas nesse primeiro encontro: a coordenadora da Câmara Setorial, Vanja Brito, era filiada ao Partido dos Trabalhadores, assim como Raimundo Nascimento, Reginaldo Bonfim e outros, entre as lideranças presentes afiliadas a partidos do mesmo “lado” do PT¹⁵⁸. Estas pessoas não só compartilhavam militância partidária e “lutas”, como já haviam trabalhado juntas no passado, tendo em vista objetivos comuns. Além das relações com e pelo partido, alguns moradores do bairro tinham também relações pessoais (de amizade, vizinhança e/ou parentesco) com policiais militares possivelmente destinados a servir na Base. Durante os encontros essas relações eram eclipsadas, tal como os vínculos de membros da CAMMPI com o Estado.

O que estava em jogo naquela altura – entre outras questões – era o envolvimento dos atores locais na tomada de decisão a respeito da implementação da política de segurança, coisa capaz, por hipótese, de acarretar alguma mudança no espaço da região. Esse envolvimento evidentemente colocava as lideranças em posição crítica perante o resto da comunidade, sobretudo face aos membros envolvidos com o narcotráfico, seus vizinhos de porta.

Resultado do referido encontro foi a decisão de organizar um seminário no bairro do Uruguai, etapa de diálogo indispensável antes da inauguração da Base, segundo os líderes. Isto se impunha, diziam eles, para que o Estado apresentasse detalhadamente o projeto à ‘comunidade’ e tomasse conhecimento das ações por ela, comunidade, desenvolvidas. O mesmo termo foi usado, então, com dois sentidos: primeiro, como designativo do conjunto dos moradores, a quem se deveria apresentar o projeto; segundo, como designativo de um grupo mais restrito, a saber, o dos moradores envolvidos em associações e organizações locais. Este segmento era indicado também de forma aparentemente sinonímica com o ‘movimento’.

De acordo com as lideranças, o objetivo do seminário deveria ser a identificação conjunta (pelas agências “Estado” e “comunidade”) de metas para o desenvolvimento territorial local. A priorização das metas assim formuladas deveria ser de alguma forma assimilada pelo “Estado”, que garantiria o cumprimento da agenda a ser delineada. Só então

¹⁵⁸ Em reunião posterior, a própria Vanja contou que, a serviço de outro órgão, havia participado da realização de projetos de promoção do cooperativismo, envolvendo as associações da região e seus líderes, como dona Lurdinha.

seria possível contar com o apoio requerido aos moradores para a implementação do projeto Pacto pela Vida e a atuação da BCS do Uruguai.

5.4 Segundo ato: As reuniões para a organização do seminário

Na reunião semanal da CAMMPI posterior ao encontro com a equipe do Pacto pela Vida, foram discutidos aspectos relativos à organização do seminário concordado. Antes de mais nada, era preciso escolher os membros da CAMMPI que iriam compor o grupo encarregado de discutir-lhe a metodologia. A equipe de Governo não definira uma data específica para a inauguração da Base, mas a colocara como certa, dependente da agenda do Governador. Existia, portanto, uma exigência de celeridade. Nessa ocasião tornou-se manifesto que a agenda dos ativistas também estava lotada de compromissos. Foi difícil, pois, encontrar membros da CAMMPI que pudessem garantir a participação em uma reunião diurna com a coordenadora da Câmara Setorial, Vanja Brito. Por fim, acertou-se que a reunião iria ocorrer na sede do CAMA (nas imediações do Espaço Cultural Alagados). Como participantes foram escolhidos Carlos Eduardo (AMCSL), Ana Carine (sobrinha de Raimundo e membro do CAMA), Jamira (coordenadora do Espaço Cultural), Carlos (REPROTAI), e Ana Rosa (coordenadora do GRUCON).

No dia 14 de maio, na abertura da primeira reunião para organização do Seminário sobre Segurança Pública, o capitão Monteiro, acompanhado por Vanja Brito, comunicou que a inauguração da BCS não poderia ocorrer no dia 20 de junho, como se esperava. Infelizmente, por motivos de agenda do Governador, não era mais possível garantir que a inauguração da base só ocorreria após a realização do seminário. Era provável, aliás, que acontecesse antes.

Em meio a esboços de reprovação e apreensão entre os participantes, Carlos Eduardo chamou a atenção para a inconveniência de organizar um seminário após a inauguração. Lembrou aos participantes que o evento fora considerado, no trato entre Estado e comunidade, etapa preliminar à inauguração da BCS, ao tempo em que acusava o esvaziamento de seu potencial como oportunidade de negociação. “Seria, disse ele, como consertar o carro enquanto ele está andando”.

Vanja esboçou uma rápida justificação, afirmando que o trabalho dela era assim o tempo todo. Passou, em seguida, a conduzir a reunião segundo uma tabela dedicada aos aspectos organizativos: como fazer as inscrições, garantir a confirmação do espaço de

realização, designar dois moderadores (um do “Estado”, outro da “comunidade”), escolha de um relator e de um apoio ao relator.

Interessados em debater a metodologia sob aspectos, digamos, mais substanciais, os membros da CAMMPI buscaram discutir as implicações do objetivo do seminário, estabelecido na reunião anterior, ou seja, o de formular, em conjunto, metas para o desenvolvimento territorial da Península de Itapagipe. Indo direto ao ponto, Ana Carine perguntou: “Como será assegurado o compromisso do Estado depois do seminário? Parece apropriado que se produza um termo de compromisso assinado pelo ‘pessoal do Estado’.” Pressupunha ela que este seria o único modo de obter um instrumento válido de monitoramento pela comunidade.

Vanja respondeu que a importância da iniciativa não residia no produto e sim no processo, ou seja, no fato de o “Estado” estar promovendo o encontro — que afinal, ela fez questão de lembrar, seria organizado com recursos do projeto Pacto pela Vida.

Ana Carine continuou afirmando sua ideia: o produto era o que importava para a comunidade. O capitão Monteiro concordou com Vanja. Sem chegar a um acordo com o resto dos presentes, prosseguiu-se.

Mais um contraste ocorreu na hora de definir o título do seminário. A coordenação do Pacto pela Vida propôs “Políticas de proteção social e segurança pública”, mas os membros da CAMMPI preferiram “Redes de proteção Social e Segurança Pública”. Vanja argumentou que a ideia de “rede” refere-se a uma metodologia de gestão, enquanto “política” seria mais pertinente. Os membros da CAMMPI se impuseram, afirmando que a expressão “rede” traduzia uma abordagem da segurança pública em que o Estado não seria necessariamente o único protagonista, correspondendo a uma forma de atuar que valorizaria o trabalho e a responsabilidade da “comunidade”, forma na qual o “Estado” poderia ou não tomar parte. Dessa vez, Carlos Eduardo conseguiu impor-se. O título do seminário proposto pela CAMMPI foi aprovado e o encontro terminou.

Na segunda-feira subsequente a essa, uma reunião ordinária da Rede CAMMPI abriu-se com um anúncio importante: Raimundo Nascimento (CAMA) fora nomeado, pelo Governador Wagner, titular da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial do Governo do Estado. Após o anúncio, os participantes parabenizaram o companheiro. Passou-se logo a discutir o seminário sobre *Redes de Segurança*: era preciso decidir quem, dentre os membros, faria parte do cerimonial. Raimundo foi indicado pela maioria. Dona Lourdinha foi a única que opinou em contrário, descortinando a problematização do que evidentemente podia parecer uma ambiguidade: “Não está certo que alguém ligado a uma secretaria represente a

comunidade. Numa situação como esta, pode ser desnorteador”. Essa sobreposição de papéis era um assunto a ser discutido urgentemente na rede CAMMPI, segundo ela, pois vários de seus membros possuíam vínculo com o Estado.

Os últimos arranjos foram concluídos na semana seguinte na sala do CAMA, numa reunião lotada, da atmosfera tensa, em que os participantes continuaram a pressionar sobre vários assuntos Vanja, que estava em posição de representar o Estado. Reclamavam a garantia da participação do Governo Municipal¹⁵⁹ no processo e insistiam na exigência de definir de comum acordo prazos para as metas a ser estabelecidas por consenso. Vanja não pôde satisfazer nenhum dos pedidos.

A metodologia do seminário ficou finalmente acordada como segue: no primeiro dia, representantes de órgãos competentes em setores estratégicos (educação, cultura, segurança pública) apresentariam o projeto “Pacto pela Vida” à comunidade. No dia seguinte, grupos de trabalho temáticos¹⁶⁰, compostos por moradores, representantes do Estado e policiais, fariam uma análise da situação do bairro. Haveria uma discussão destinada a identificar possíveis soluções, as quais deveriam constar, num relatório final, como metas a serem alcançadas pelos órgãos competentes, indicados, também eles, pelos grupos de trabalho. Para cada grupo temático seriam escolhidos dois membros responsáveis pelo monitoramento do cumprimento das metas. Finalmente os relatórios seriam apresentados numa sessão plenária, onde todos os participantes poderiam dar sugestões, mas o debate não poderia ser reaberto.

5.5 Terceiro ato: O seminário Redes de Segurança no Uruguai

Encontros de escuta em que o poder público propõe-se a ouvir os cidadãos sobre uma iniciativa ou um problema não são raros no cotidiano da política brasileira, principalmente quando ligados a projetos com impactos localmente definidos. Em princípio, esses encontros ocorrem na forma de audiências públicas das quais participa a população afetada ou interessada numa intervenção do Estado ou no equacionamento de um problema. Através da audiência pública, o órgão responsável por uma decisão tem acesso às opiniões da população sobre a questão em debate.

Outra instância de participação são os Conselhos, previstos a partir da Constituição de 1988 e regulamentados por lei. Além dos famosos Conselhos gestores de políticas

¹⁵⁹ Nessa altura o governo municipal era regido por ACM Neto, do DEM, opositor político do PT.

¹⁶⁰ Os grupos temáticos ficaram definidos como segue: Educação, Cultura, Esporte e Lazer / Saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar / Assistência Jurídica, Direitos Humanos e Cidadania / Infraestrutura e meio ambiente / Qualificação Profissional, Geração de Trabalho e Renda.

públicas, existem diversos tipos de conselhos, alguns com poder deliberativo e outros consultivos: conselhos de políticas setoriais, conselhos temáticos, territoriais etc. É importante sublinhar que enquanto nas audiências públicas podem participar atores individuais, nos conselhos têm direito a assento representantes de instâncias coletivas, membros de associações, ONGs e outras entidades da sociedade civil. Houtzager (et al. 2003), já notou que esta importante diferenciação é frequentemente omitida na literatura sobre conselhos¹⁶¹.

Numerosos estudos a respeito dessas instâncias dão de barato que essas instituições efetivamente ampliam a participação dos cidadãos, principalmente de segmentos da sociedade excluídos das arenas de tomada de decisão. Nada mais questionável. Contudo, o propósito desta análise não é avaliar se as audiências públicas e os conselhos são mesmo instrumentos eficazes de participação popular. De qualquer modo, a forma como foi organizado o seminário da CAMMPI com o Estado, leva a ponderar como esses mecanismos se tornaram parte do repertório da política¹⁶², aparecem como relevantes tanto para os agentes do Estado como para os coletivos organizados. Constituem momentos importantes de expressão, formulação e condensação de narrativas e posições fundamentais cuja abordagem é útil para compreender a atuação pública dos representantes do Estado e dos cidadãos. As audiências condensam momentos altamente performáticos nos quais se revelam modos estratégicos de lidar com valores, representações, procedimentos e modalidades de ação da prática política.

Apesar de o Seminário “Redes de Segurança Pública no Uruguai” não ter sido organizado expressamente como uma audiência pública, substancialmente ele ocorreu de forma muito parecida. Todavia, ao contrário de uma sessão de Conselho ou de uma audiência pública, não se tratava de um dispositivo de participação previsto e regulamentado por lei. Tratava-se mais do que eu vou chamar de arranjo participativo, temporário, incidente sobre uma questão pontual (a construção de uma BCS), um evento não mandatário, conseguido

¹⁶¹ Avritzer (2012) ressalta que, a partir da Constituição de 1988 a legalização de espaços participativos nos processos institucionais brasileiros criou a oportunidade para a *inserção* de associações e outras organizações da sociedade civil na definição das políticas públicas. Esses espaços já foram estudados por diversos autores (HOUTZAGER, 2003; AVRIZER, 2012; DAMO, 2008, entre outros) sob a ótica da expansão da participação. Todavia Amâncio et al. (2011) assinalam uma lacuna nos estudos sobre espaços participativo ao chamar a atenção para o fato de que estes se concentram principalmente em domínios legalmente constituídos (conselhos setoriais, conferências, orçamento participativo, etc.), negligenciando outras formas de interação de instâncias coletivas com o Estado.

¹⁶² Utilizo “repertório” aqui pensando no sentido utilizado por Tilly na sua forma mais atualizada, em sua produção da década de 90 e 2000. Penso as modalidades de participação institucional (um tanto quanto rotinizadas) como um leque de possíveis maneiras de fazer a política num dado período histórico e num determinado lugar. Neste âmbito as rotinas são aprendidas na luta (Tilly, 1995:26), isto é durante performances de confronto. Tais performances por sua vez podem vir a modificar os repertórios, de maneira contínua e incremental, em “processos de continuidade e imprevisto” (Tilly apud ALONSO, 2012:10)

mediante negociação. Constituiu-se num espaço consultivo, entendido pelos que estavam nele engajados como uma forma de exercer algum tipo de controle social sobre o que iria ocorrer no espaço do bairro, em relação à implantação da BCS. Além disso, a rede CAMMPI aproveitou a abertura da negociação para envolver nela ações voltadas para a melhoria de serviços e infraestruturas na Península de Itapagipe.

No cotidiano da rede CAMMPI o seminário foi um acontecimento de natureza especial, que requereu um esforço de organização (definido pelos membros da rede como movimento). Afinal, apesar de todos saberem que a Base Comunitária iria inaugurar-se independentemente de um consenso a ser alcançado sobre o assunto, a organização do seminário veiculava expectativas, empenhando-se todos na performance do rito em função de seu potencial dinâmico em termos de experiência política.

No seminário foram abordadas questões fundamentais para os moradores do Uruguai. A temática da segurança pública certamente suscitava apreensões ligadas à vida cotidiana no bairro, principalmente devido a experiências pregressas de violência policial que todos os moradores tinham na memória. Mas os moradores estavam interessados também em outros encaminhamentos, referidos à demandas por serviços básicos públicos, que encontravam possibilidade de efetivação através da política de segurança pública. Essas outras reivindicações tinham a ver com regularização fundiária, saúde, educação, cultura e urbanismo, todos setores fundamentais para a vida cotidiana dos residentes.

No relato etnográfico a seguir chamo atenção para atuações estratégicas que podem ser classificadas como procedimentos retóricos usuais entre agentes do “Estado” e da “comunidade” no contexto de suas relações.

O Seminário iniciou-se no dia 30 de maio, na Escola Municipal Carmelitana do Menino Jesus, escolhida especificamente por ser localizada numa área do bairro relativamente distante da Base Comunitária e, principalmente, da região onde se concentravam as sedes das associações, as casas da maioria dos moradores envolvidos e os locais de venda de drogas, as bocas.

Diante de aproximadamente 50 pessoas, após uma apresentação de hip-hop do grupo de jovens do bairro, Grupo Conspiração (formado por membros da REPROTAI), Sônia, Educadora da Escola Comunitária Luiza Mahin, apresentou a rede CAMMPI. Começaram em seguida as falas das autoridades convidadas.

O primeiro convidado, o Senhor Caruso Costa – Presidente do Conselho Estadual de Juventude e Coordenador de um projeto governamental intitulado Juventude Viva na Bahia, fez uma comunicação focada na questão racial, enfatizando a dívida do Estado para com a

população negra, assim como a importância das políticas públicas de reparação e ações afirmativas, voltadas principalmente para os jovens. Falou em seguida um representante da Secretaria de Educação, Sr José Carlos Sodré. Este assegurou a participação da Secretaria no Pacto pela Vida através do fortalecimento das escolas públicas. Seu discurso focou os problemas da educação pública brasileira (falta de condições físicas das escolas, altas taxas de evasão escolar de jovens/adultos, estudantes que saem das escolas não alfabetizados etc.). Encerrou sublinhando a importância da ação da “comunidade” para pressionar as instituições estatais reivindicando os próprios direitos. Assim foi interpretada a afirmação com que o palestrante concluiu sua fala: “Quem mais consegue é quem mais berra!”.

Em seguida, a Coordenadora do Pacto pela Vida, Vanja Brito, que substituíra o Secretário de Segurança, apresentou os objetivos do projeto. A última das falas institucionais foi concluída pelo representante da Superintendência de Segurança da Secretaria de Segurança Pública, Coronel Sérgio Luiz Vaqueiro. O coronel concentrou-se nos problemas da profissão de policial e nas carências de infraestrutura da polícia. Concluiu enfatizando a importância do diálogo e da cooperação no enfrentamento da violência.

As intervenções das autoridades foram recebidas com expressões de frustração mal disfarçadas pela audiência, que esperava ouvir algo mais pertinente ao projeto da Base. Apesar de muitos dirigirem seus questionamentos ao Coronel, uns dos discursos que foi considerado menos apropriado foi o do Presidente do CEJUVE, que em sua fala procurou desmistificar falácias relativas à história da abolição da escravatura e a expor a dívida que o Estado tem para com os negros do Brasil. Não que as lideranças não concordassem com ele. A maioria avaliou que a fala deste *companheiro* indicava que o Estado escolhera posicionar-se de forma condescendente para com a comunidade. Uma liderança comentou, irritada:

— Não precisava daquela fala sobre a dívida histórica, todos nós sabemos muito bem disso! Mas o Estado faz isso de propósito, coloca ali um irmão nosso para que a gente não possa bater de frente.

O presidente do CEJUVE, negro e oriundo da militância, era referido como irmão. O comentário sugeria que a clivagem Estado/Comunidade proclamada pelo jogo de tipos opostos, sustentado energicamente pela atuação das lideranças, era menos nítida do que parecia, atravessada transversalmente por outras. O fato de o Estado ter colocado um “irmão” na mesa em um momento de forte divergência com a comunidade não foi bem acolhido pelas lideranças. Essas observações descortinaram a existência de outras oposições transversais à vigente entre Estado e comunidade, mais visível no momento, mas confirmava também a percepção da exterioridade do Estado. A suposta linha a separar os presentes em dois blocos

não somente se fazia cada vez menos nítida e firme, como também era atravessada por outras, que visibilizavam oposições transversais, por exemplo entre negros e brancos, entre movimento social e Estado, ou, como veremos adiante PT e DEM. Os comentários das lideranças desapontadas faziam referência a segmentações binárias (a cada vez separavam um domínio em dois) que causavam a separação (ou agregação) relativa e contextual de segmentos nem sempre equivalentes entre si, como nas justaposições mencionadas Estado/Comunidade (que remete à separação entre Estado e sociedade), Governo/Movimento, Brancos/Negros. (Goldman 2001, Deleuze e Guatarri, 1999). No caso acima evocado, a separação Brancos/Negros, por exemplo, atravessa a separação Estado/Comunidade, sendo que há “irmãos” negros no Estado.

Após as “falas do Estado” a palavra foi dada à audiência, onde tinham assento membros da ‘comunidade’ e policiais. As lideranças aproveitaram para propor questões à mesa. Nenhuma questão foi dirigida a Sônia, que apresentara a rede CAMMPI e o Plano de Desenvolvimento de Itapagipe (PRDTI). Nenhum dos policiais pediu a palavra. Dentre as lideranças da rede CAMMPI presentes, as intervenções principais foram realizadas por coordenadores de associações da Península. Apesar de o projeto ser destinado ao fim de linha do Uruguai, estavam presente também lideranças de bairros circunvizinhos, como Massaranduba, Mangueira, etc. Nas palavras de Reginaldo Bonfim: “a BCS vai ser no fim de linha, mas eu vim para dar uma força para a galera”.

A seguir, reproduzo as principais intervenções das lideranças não tanto para destacar os tópicos abordados, quanto para expor a forma como cada líder se posicionou, enfatizando publicamente o papel que entendia exercer (morador ou membro da comunidade, negro e aliado partidário dos representantes do Estado).

Lurdinha (AMCSL) – Boa noite. Eu quero saber o que há de novo [nessa proposta] para a gente aceitar uma Unidade de Polícia Pacificadora. Entre a gente existe uma relação extremamente difícil. Não dá para esperar, porque os meninos da comunidade estão morrendo. Me desculpe. Numa boa. Que novidade vocês trazem para a gente? Não dá para aceitar... O senhor [Coronel] fala muito bem, agora preciso saber o que é que há de novo nisso. Foi por isso que eu vim aqui. Essa antipatia que a gente tem é inclusive porque [a polícia] nos maltrata. Do jeito que tá aí ou a gente muda isso ou a gente não volta para aqui amanhã.

Ana Rosa (GRUCON) – Primeiro gostaria de agradecer a Lurdinha por ter falado, pois eu estava engasgada! Me desculpe comandante, mas não é possível, diante da realidade que a gente está vivendo, ficar ouvindo vocês falarem de uma forma que não atinge o que nos aflige. Estou angustiada aqui querendo saber o que vai ser feito com o caso do nosso vizinho, do nosso irmão que foi assassinado pela polícia.

A polícia, na perseguição de um marginal, atirou em um pescador que estava voltando para casa com seu filho e mais duas crianças. Esse pescador foi assassinado na frente de todo mundo e morreu nos braços do filho. Ainda uma criança, que estava atrás dele, foi atingida com uma bala na cabeça, que até hoje está aí sem poder concluir o tratamento de neurologia e fisioterapia que precisa, por conta da morosidade [do Estado]. Um joga para o outro. Não só essa criança continua sem um mínimo de assistência, sem alimentação, sem remédio. O Estado deveria estar assumindo a família da viúva com seus sete filhos, mas [a família] continua lá, sem assistência. Vocês vêm pedir para a gente unir-se com vocês para tomar providências no dia a dia, mas um caso desses vai esperar como? Porque até hoje não foi tomada nenhuma providência. Nós da comunidade estamos visitando essas famílias, levando merenda, transporte... e até hoje nada! A gente quer saber se isso vai ficar desse jeito, se isso vai ficar no silêncio.

Jamira (Diretora do Espaço Cultural Alagados – REPROTAI – AMCSL): Boa noite! Minha pergunta é: como é que uma UPP se instala dentro de uma comunidade (já tem 4 meses!) e não procura os movimentos, não procura ninguém? Diz que ainda não inaugurou, mas vai se instalando e já tem polícia dentro! Polícia fazendo visitas domiciliares, polícia entrando a qualquer horário, nos momentos em que eles acham necessário... Vocês dizem que a juventude tem que estar viva. No Espaço Cultural Alagados teve um menino que estava participando de uma formação. Quando saiu, o policial pegou ele. E eu fui... Quase que eu apanho! [Usaram] spray de pimenta para que eu não chegasse perto. Estava com minha bolsa do lado, Eu sai do Espaço porque alguém me gritou “Jamira, [a polícia] vai matar o menino! Já tá dentro do carro!”. Eu acho que o Pacto pela Vida deveria pensar em educar o policial em entender qual é o papel dele. O ECA tem 21 anos, não é possível que a polícia ainda não entendeu o que é! E se a polícia não entendeu ainda, como é que vai existir esse Pacto pela Vida? Então eu acho que primeiro é cartilha, gente! É rever o ECA e perceber que eu não posso botar um menino dentro de um camburão e ainda afrontar mãe de família. Qual é o papel daquela UPP? Está cheio de atividades, muito bem, gostei de ver! Mas nós já fazemos, tem 48 entidades que sem dinheiro, a duras penas, constroem um monte de atividades de esporte, de lazer, de teatro, de dança. Agora o que é que realmente o Pacto vai trazer de novo? Eu quero realmente que o Estatuto esteja na mão do policial, porque vai estar na minha, para poder defender a criança e o adolescente. Eu não trato como marginal, não! Eu trato como cidadão! Como todos nós somos.

Lurdinha (ACMSL) : Na verdade eu quero entender de todos os [órgãos] que estão na mesa o que é que vocês estão oferecendo para a UPP, como é que cada um vai entrar? E eu acho que está faltando aí na mesa a Secretaria de planejamento Urbano, SEDUR. Porque um dos maiores problemas aqui é a habitação e não ter a SEDUR aí torna a coisa inviável. Se a gente tem problema de palafitas ainda na área, se tem problema de casas que deveriam ter sido construídas e até hoje não foram... não ter a SEDUR aí é um problema. Inaugurar a unidade sem ter um programa específico não leva a lugar nenhum: vai ter policiais para dizer que é novo mas vai começar já à moda antiga!

Reginaldo (ABDAI - PT): Boa noite! Então eu gostaria de dizer que foi decepcionante. [olhando para a “comunidade”] Estou mentindo? Estou mentindo?! Agora também tem algumas outras coisas. É de fundamental importância a presença do Município aqui, porque as políticas são municipalizadas. É preciso criar um elo para que [Governo do] Estado e Município estejam aí sentados, nos ouvindo. No entanto o [Governo do] Estado está aí botando a cara, mas o Município correu! Porque o município é importante? Porque em Itapagipe só temos um CRAS, que antecede a presença do policial. Eu quero fazer uma consideração: [gritando] Vocês são fracos! Vocês... são fracos!!! Por que? Eu gostaria de perguntar: quantos policiais esse governo contratou? 12mil! Então estamos falando de verdade da possibilidade de se criar uma construção onde o negro precisa de ter a sua dignidade e seus direitos respeitados. E é por isso que essa comunidade está aqui aberta. Agora não dá para continuar com o cheiro mole, não dá para representante de gabinete de Governador vir aqui com historinha... vamos falar a verdade!

Raimundo (CAMA- SEPRMI): Eu vim aqui dar uma contribuição como morador da comunidade que acompanha esse processo já há um período. Hoje saiu uma estatística, uma pesquisa, que [...] diz que o Estado da Bahia apresenta um alto índice de violência e o foco é exatamente aquilo que a gente discute, que é a juventude. E sobretudo a juventude negra. Não dá para fugir do debate porque a história mostra que nós negros historicamente não tivemos acesso aos processos de poder do país. Então não dá para dizer que o Pacto é de todo mundo! Quando a gente fala de juventude viva a gente está falando de juventude negra, que morre todo dia. A gente não está falando de outra juventude. A juventude da Barra, da Pituba, de Ondina, a juventude de clube, ela não morre! Morre por outras causas, que não são as causas pelas quais nós morreremos. A sociedade baiana é produto de um processo histórico que a gente não pode negar. E não queremos ser tratados mais da mesma forma! Agora quero falar sobre a Prefeitura de Salvador. Ela tem um papel, uma responsabilidade com a cidade! Ela não tem uma responsabilidade direta com a segurança pública, mas ela tem a ver com a iluminação pública, com esgoto, com uma série de serviços que provocam também processos de violência. Porque, então, a gente precisa que as pessoas retornem, a comunidade retorne amanhã?

Não é questão de ser a favor ou ser contra [à instalação da Base], esse seminário é produto do que a comunidade reuniu com a coordenação e com o setor da polícia e propõe o seminário porque o diálogo não estava estabelecido. Então: esse é o diálogo.

As intervenções das lideranças femininas sucederam-se ininterruptamente. A réplica das autoridades que compunham a mesa (curiosamente responderam somente Vanja e o Coronel) ocorreu de forma resumida e grosso modo buscou reiterar a importância do diálogo com a comunidade. As mulheres, posicionando-se dentro da comunidade questionaram o projeto da Base insistindo na críticas à atuação da polícia na periferia, referindo casos concretos e recentes de abuso e violência policial.

À oposição comunidade/Estado coaduna-se uma clivagem discursiva que espelha um dualismo já referido por Zaluar (1999) como dominante no debate público sobre o “problema da criminalidade” (ibid.). Meus dados acusam este dualismo que perpassa as discussões sobre segurança pública, inclusive no horizonte da ciência social brasileira. Cifra-se ele no embate entre “os que advogam políticas sociais para combater a criminalidade entre jovens” [negros], de um lado, e, de outro, os que propugnam a necessidade de tornar a polícia e a justiça mais eficazes por via de reformas institucionais. O dito dualismo também pode reportar-se à alternativa polêmica entre “direitos humanos” e “ordem e lei” (ZALUAR 1999:77), como se os direitos humanos não fizessem parte da ordem e da lei.

As intervenções das lideranças masculinas (Raimundo e Reginaldo) encerraram o primeiro dia de trabalho asserindo a abertura da “comunidade”. Suas falas foram diferentes das falas das mulheres, que adotaram uma retórica de denúncia, opondo-se à proposta da base e descortinando uma contradição. Como lidar com o fato de que em nome da “segurança” os moradores da Península, principalmente os jovens negros, costumavam ter seus direitos desrespeitados?

Os discursos proferidos pelas lideranças masculinas os posicionaram próximos a uma zona de intersecção entre Estado e comunidade, assim como no caso do presidente do CEJUVE. Reginaldo e Raimundo, ambos filiados ao partido de governo (PT), tinham vestido, até então, a camisa de morador da comunidade. No momento, Reginaldo não estava investido de nenhum cargo público¹⁶³, mas Raimundo Nascimento era também Secretário de Promoção da Igualdade Racial (nomeado durante os últimos meses do governo Wagner). A atuação de ambos revelou seu papel de mediadores, particularmente no momento do anúncio público de que a comunidade estaria “aberta” e que o “diálogo” seria estabelecido. Ambos, ao questionar a ausência da Prefeitura, procuraram enfatizar seu posicionamento partidário, alinhando-se com os representantes do Governo do Estado da Bahia, em contraposição ao Governo Municipal, presidido por ACM Neto, expoente do DEM.

Segundo admitiu a equipe do Pacto pela Vida, o fato de o Governo Municipal pertencer à coalizão política oposta à do Governo Estadual já tivera implicações negativas para o êxito do Programa em outros bairros. E a maioria das demandas dos moradores cingia-

¹⁶³ Tinha, contudo, boa circulação nas altas esferas do partido e do Governo do Estado. Além disso, fazia repetidamente referências a seus laços familiares e de vizinhança com a polícia.

se à melhoria de equipamentos urbanos ou à criação de serviços locais de competência da Prefeitura.

Os oradores citados atribuíam ao não alinhamento partidário a impossibilidade de satisfazer as demandas dos cidadãos. A rede CAMMPI, sempre interessada em oportunidades de negociar parcerias e articulações capazes de resultar em melhorias urbanísticas na região, constatava, desapontada, que o fato de os órgãos competentes nesse setor pertencerem à Prefeitura limitaria o alcance do projeto Pacto pela Vida.

No dia seguinte, os trabalhos foram retomados. O evento iniciou-se com a apresentação da comandante da BCS, Tenente Rosana, que fez um breve discurso, enfatizando o fato de também ser oriunda de uma “comunidade carente”. Ao sublinhar o imperativo da colaboração, ela esclareceu que os projetos da BCS não pretendiam competir com os da comunidade, mas que sua ajuda seria indispensável para mudar a imagem da polícia no bairro.

Enquanto isso, os participantes chegavam aos poucos e eram divididos em grupos de trabalho a depender do interesse que manifestassem.

Os membros da comunidade iam para o grupo de trabalho com uma lista de prioridades previamente identificadas a partir das metas contidas no PRDI, que tinha uma subdivisão temática parecida com a proposta para os grupos de trabalho. O grupo do qual participei deveria dedicar-se à formulação de metas relativas a infraestrutura e meio ambiente. Ao entrar na sala, vi Néa, Ana Carine (CAMA) e duas moradoras do fim de linha, além de um policial militar. Comentei desapontada que ninguém do Estado estava presente, mas Néa me corrigiu em voz alta, dizendo que enquanto funcionária (arquiteta) da Fundação Mário Leal Ferreira (Município), poderia participar como Estado.

A discussão, dirigida por Néa, ocorreu sem contestações. A rede CAMMPI havia escolhido colegiadamente, em reunião prévia, os “problemas” de infraestrutura e meio ambiente cuja inclusão entre as metas prioritárias do seminário a ‘comunidade’ deveria propor nos GTs. O grupo limitou-se, portanto, a preencher o formulário da relatoria com os problemas já levantados, as metas identificadas e os órgãos competentes. O expoente da polícia não se envolveu na discussão, limitando-se a fazer brincadeiras expressando-se contrariado por toda a situação. A cada problema levantado, ele comentava ironicamente: “E a culpa é de quem?! Do policial!”

Na plenária, todos os GTs fizeram leitura das metas priorizadas. Não houve discussão ulterior, fora a que foi provocada pela apresentação à plenária do GT sobre assistência jurídica e direitos humanos. Este GT, ao contrário dos outros, foi composto

principalmente por homens, tivera uma grande participação de policiais, incluindo o Capitão Monteiro. Segundo comentários dos participantes, a atmosfera de trabalho para este GT anunciava-se tensa, devido ao assunto. Sua exposição incluiu, além das metas a serem alcançadas, os problemas, assim como eles haviam sido identificados. O relator (membro da rede CAMMPI) começou, portanto, por fazer a leitura do primeiro problema levantado: “O medo que a comunidade tem da polícia” e continuou afirmando que “as mortes injustas são as maiores causadoras do medo na comunidade”. Uma moradora perguntou ironicamente se existiriam mortes justas. Neste momento desencadeou-se uma discussão na audiência. Alguém aproveitou para gritar:

— Vem a polícia matar: é morte justa?! Existe morte justa, minha gente?!”

Uma policial, alterada, tomou a palavra e desabafou com seguinte discurso:

Se a senhora tiver sido morta por alguém, e eu sou agente do Estado, eu tenho... o Estado me dá isso! Eu tenho o uso da força!! Agora o uso da força deve ser proporcional e necessário. A vida da outra pessoa só pode ser ceifada se for para salvar a vida de outrem. Mas se uma pessoa está cometendo um crime, por exemplo um ... matou uma criança e não existe outro meio possível de fazê-la parar, eu vou matar essa pessoa, sim! Ou se a pessoa está armada pronta para me matar, ela vai morrer! Porque é o código penal e a Constituição Federal que me permitem isso: a qualquer pessoa! Não é violência! Eu estou falando de lei. Está escrito. Se não quiser assim, então morra! Entendeu? Morra!

Na audiência o murmúrio fez-se alto. A situação estava fugindo do controle. Outros policiais intervieram para acalmar a colega, parte da audiência se fechou em torno da moradora envolvida na discussão. Vanja apanhou prontamente o microfone e interveio a fim de moderar a situação, apelando ao bom senso e lembrando os objetivos do encontro:

Vanja: A minha sugestão é que se alguém tiver um termo mais apropriado para a situação... por favor!

Moradora 1: Retirada da palavra injusta!

Moradora 2: Morte causa medo, não importa o lado...

Vanja: Gente o encaminhamento é esse! Se for para retirar a palavra, é preciso retirar! Se tiver outra forma de tratar a questão: encaminhar!

Ana Rosa: Tira a palavra “injusta” e bota pelo menos “mortes arbitrárias”!

Risos.

Vanja: Vamos fazer o seguinte. Gente, essa regra tem que valer para todo o mundo. A regra é: tem sugestão? Coloque, escreva e comente. E outra coisa. Olhe! Nos estamos num processo de aproximação que é um processo delicado! Nesse momento é preciso toda cautela.

Este foi o momento mais tenso de todo o seminário. Uma vez controladas as emoções da plenária, a apresentação das metas-prioridades foi retomada sem mais alguma interrupção. O encontro terminou com um almoço e o encaminhamento dos trabalhos dos GTs à Câmara Setorial. A palavra “morte injusta” foi mantida no relatório final, embora assinalada em cor vermelha.

Algumas semanas depois, no dia 23 de julho de 2014, ocorreu a inauguração da BCS. Quando Raimundo, Secretário da SEPRONI, chegou em seu carro institucional, passou em frente ao Espaço Cultural nos cumprimentando, antes de alcançar o grupo de autoridades convidadas. Carlos, que estava conversando comigo em frente ao Espaço Cultural comentou: “E o pior [é] que ele nem mudou, é o nosso Raimundo de sempre!”.

No grupo de civis em volta da Base, estavam Déa, Reginaldo e Carlos Eduardo, vestindo roupas sociais, apropriadas para a participação no evento oficial.

5.6 Um ano depois

No dia 16 de março de 2015, quase um ano depois daquela primeira reunião, o encontro semanal da CAMMPI recebeu a visita de uma técnica do Ministério Público do Estado da Bahia. Ela vinha apresentar o projeto “Comunidade Legal”, que teria como alvo os moradores dos bairros onde estavam instaladas bases comunitárias de seguranças¹⁶⁴.

Após a apresentação da iniciativa, a funcionária do MPE, uma assistente social pediu a colaboração das lideranças presentes para organizar uma reunião com a comunidade mais ampla de residentes do bairro, que não estavam participando daquela reunião, onde os moradores pudessem relatar ao Ministério Público os eventuais abusos dos policiais, desde a implantação da BCS.

Meu pensamento correu a uma reunião recente da CAMMPI, na qual escutava a intervenção de um morador que, apesar de não ter sido apresentado publicamente aos outros participantes, parecia conhecido de alguns membros presentes. Dizia ele que os policiais da

¹⁶⁴ O MPE da Bahia apresenta o Projeto Comunidade Legal como “um projeto que tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento da ação governamental nas BCSs, colaborando para a concretização da ordem social, da cidadania e da dignidade da pessoa humana”. E ainda “O projeto comunidade legal desenvolve suas ações pressupondo a intersetorialidade e transversalidade inerentes às questões sociais, contribuindo para potencializar a presença, a participação e os vínculos do Ministério Público com a comunidade”. <https://goo.gl/FLDXu0> consultado em 27/07/2016.

Base estavam desrespeitando os moradores, invadindo de madrugada as residências de forma indiscriminada, ou seja, sem distinguir casas de moradores e casas de bandidos¹⁶⁵. Ele vinha fazer apelo à rede CAMMPI para que o assunto fosse levantado e discutido entre as associações a fim de deliberar sobre o rumo a ser tomado. Lembrei-me de que o assunto nunca mais tinha sido abordado, ao menos em minha presença, e pensei que o projeto do MPE poderia vir a calhar. Mais uma vez fui surpreendida.

Quando teve a ocasião, Lourdinha pediu a palavra e aproveitou a presença da representante do Ministério Público para pedir uma reunião somente com as lideranças, a fim de resolver duas questões que ficaram em suspenso entre a rede CAMMPI e o MPE. A primeira questão dizia a respeito a uma ação relacionada ao desembolso de verba para a reforma das sedes das associações da Península, prevista em um projeto da CONDER e nunca desembolsada. A ação, já ganha pela comunidade, estava aguardando execução. A outra questão foi exposta pelo coordenador da creche Comunitária Joanes Leste. Havia uma ação pública realizada contra a Prefeitura, por ela receber, do Governo Federal, verbas de financiamento para as creches comunitárias, sem repassá-las às creches. Raimundo não dispunha de pormenores técnicos relativos às ações mencionadas. A funcionária do MPE tomou anotações, com a promessa de conferir os processos questionados pelos moradores. O que interessa aqui é a negociação que foi empreendida. Somente uma vez que a técnica aceitou examinar a situação dos processos mencionados, passou-se a discutir a ideia do seminário.

As lideranças reiteraram a vontade de organizar um evento que não se limitasse ao requerido pelo Ministério Público. A proposta do MPE de um encontro com a comunidade, intermediado pela CAMMPI, onde os moradores fossem convidados a denunciar os policiais foi considerada de árdua realização. As lideranças não queriam fazer-se mediadoras de uma ação como esta. O medo de moradores e lideranças de retaliações da polícia militar parecia o obstáculo mais óbvio. Por outro lado, havia um tabu relacionado à prática da delação, que parecia perpassar transversalmente o ethos, tanto na polícia como no meio do narcotráfico e no bairro. As preocupações em não se envolver são muito fortes: certa vez, uma moradora contou-me que não falava com o primo, soldado da Base, por conta do pertencimento dele à instituição policial. Ninguém poderia saber desta sua ligação de parentesco com um PM, pois perto da sua casa residiam jovens ligados ao narcotráfico e se eles tivessem conhecimento do

¹⁶⁵ É recorrente nas periferias soteropolitanas e também em localidades do interior a narrativa de que os bandidos vêm “de fora”. Em parte a justifica o fato de que *os traficantes* costumam estabelecer-se em lotes invadidos ou em casas alugadas, em bairros diferentes dos de sua procedência. Geralmente quando se fala em bandidos, os laços com as gangues locais ou com os moradores são omitidos.

fato, qualquer coisa que os implicasse com a polícia seria imediatamente imputada a ela. A forma de se preservar que ela tinha encontrado era ocultar o laço de família.

Em razão de tais óbices, a rede CAMMPI optou por abster-se de colaborar com o Ministério Público na organização de ações de escutas a denúncias. Ao mesmo tempo, todavia, eles não queriam desperdiçar a oportunidade do encontro e pediram para organizar um evento com promotores dos diversos setores do MPE (meio ambiente, urbanismo, educação), com visitas técnicas ao bairro, a fim de que as autoridades *andassem a pé* pela comunidade e vissem com seus próprios olhos “o que estava certo e o que estava errado” na Península.

5.7 À guisa de conclusão

Na discussão sobre segurança pública ocorrida entre o Estado e a comunidade, nos eventos relacionados à implantação da BCS no Uruguai, condensaram-se situações carregadas de oposições e conflitos que acabaram resultando em momentos de grande tensão.

Embora os dados etnográficos acusem a existência de tópicos instigantes no que tange à abordagem da segurança pública, o foco deste capítulo não foi propor uma avaliação do projeto Pacto pela Vida. Apesar de explicitar sua desaprovação no tocante à resolução governamental de implantar a BCS do Uruguai, os membros da rede CAMMPI não verbalizaram críticas expressas à política de segurança pública proposta. Ninguém criticou publicamente a principal novidade do programa, ou seja, o apagamento da fronteira entre política de segurança e política social. Tampouco se criticou o condicionamento da ação de distintos setores do Estado à securitização do espaço do bairro. Ninguém, por fim, empreendeu em público uma reflexão crítica sobre as possíveis consequências da implantação da BCS no mercado imobiliário da Península (gentrificação?). Todavia, os momentos mais dramáticos do evento desnudaram as falhas do modelo de segurança pública proposto pelo Estado, bem como as contradições que estavam na base da colaboração solicitada.

A etnografia mostrou como a ideia de ausência de Estado não é, no caso do Uruguai, um dado incontestável. Ao contrário, é uma ideia que costuma ser estrategicamente mobilizada, na política local, por atores distintos, ora a legitimar intervenções (como a implantação da BCS), ora a articular as reivindicações por direitos (v.g. os direitos de cidadania, o direito à cidade).

Através da observação de práticas relacionadas com o papel de mediadores desempenhado pelos líderes nos encontros/embates com o Estado, a abordagem etnográfica permitiu identificar o caráter segmentar de agregações (por vezes entendidas como alianças, por vezes como aproximações momentâneas) e de dissociações/separações que ocorrem por ocasião de disputas espaciais nas quais se engajam o poder público e as organizações de moradores.

Segundo minha hipótese, enquanto alguns membros da rede (suas lideranças), acumulam cargos ou posições de representação (com eventual concentração de papéis na pessoa do mesmo agente), as associações e organizações acumulam articulações. As lideranças tornam-se, assim, feixes das conexões do emaranhado institucional. Assim, lideranças que acumulam diversos cargos ou posições podem assumir, situacionalmente, posicionamentos diferentes (por vezes aparentemente incompatíveis) a depender da aproximação ou associação que pretendam alcançar no momento. Essa ambivalência, que pode parecer negativa, é conscientemente explorada e acatada pelo coletivo, sem deslegitimar os atores que se valem dessa estratégia. Ela nos força a reconhecer a impossibilidade de traçar uma linha estável entre Estado e ‘Comunidade’. Foi esta impossibilidade que me levou a identificar os processos de segmentação que caracterizam a política na Península de Itapagipe: agregações e separações, composições e oposições, sempre reversíveis, pelas quais um grupo pode se converter em dois ou mais, sem deixar de ser um em outra instância (GOLDMAN, 2001).

Outro dado merece especial atenção: a divisão horizontal implicada na cifra do confronto entre comunidade e Estado, embora operativa do ponto de vista simbólico ao ponto de orientar as práticas descritas, não pode ser tomada como ponto de partida analítico sem perigo de obliterar a percepção de dinâmicas transversais a esta divisão, dinâmicas essas que estruturam os arranjos participativos. Uma delas consiste no fato de que tal divisão horizontal, antes referida como clivagem, pode operar como uma ligação entre os dois termos, por via da atuação de alguns agentes como mediadores.

Essas observações foram possíveis a partir do reconhecimento da flutuação da referência à comunidade. Foi de fato ao perceber as variações do uso do termo “comunidade” que adverti a existência de um conjunto de atores (lideranças) que ora se identificam como comunidade, ora como Estado.

Na maioria das situações enfrentadas durante a pesquisa de campo a “comunidade” se organiza e se opõe ao “Estado”. É bom lembrar que este enfrentamento/ligação é sempre mediada por intervenções (propostas ou efetivas) no espaço do bairro.

Do ponto de vista da negociação do arranjo participativo, o fato de as organizações da rede CAMMPI estarem inseridas num emaranhado institucional não constitui somente uma vantagem, mas chega a ser uma condição de possibilidade para a deflagração do processo. A rede CAMMPI passa a desenvolver o papel que deveria ter sido desempenhado pelo Conselho Estadual de Segurança, inativo à época da implantação da BCS. Isto coloca-se em acordo com o argumento já sustentado por Houtzager (2003) cuja pesquisa no município de São Paulo mostrou que atores institucionalizados têm propensão maior à participação.

Por fim, chama-se atenção para uma primeira referência a um aspecto que será retomado adiante, como um elemento que aparece enquanto condição de funcionamento dos emaranhados institucionais: a partir de cada setor de tais emaranhados, certos aspectos pertinentes a outros setores vêm a ser visibilizados, enquanto outros se veem eclipsados. Na perspectiva do Estado (equipe Pacto pela Vida e MPE), os grupos da rede CAMMPI projetam sombra sobre os moradores de seus bairros, que se tornam pontos cegos quando considerados desde o lugar onde as equipes de técnicos governamentais se posicionam. Sem a colaboração dos membros da CAMMPI seria impossível (ou muito mais difícil) organizar um seminário com a participação de residentes. Isto justifica, por exemplo, o fato de eles procurarem sua entrada na “comunidade” a partir de sua instância tida como pública: as reuniões da rede CAMMPI das segundas-feiras.

Do ponto de vista dos membros da CAMMPI, para quem se posiciona na comunidade (ou no movimento) o Estado também projeta sombra, criando pontos cegos incidentes sobre suas reais intenções, ou sobre a verdade, conforme transparece na fala de Reginaldo. Trata-se de uma característica do emaranhado institucional já assinalada por Vianna (2010): o emaranhado é marcado por pontos cegos em toda a sua extensão, mesmo nos níveis mais altos das hierarquias institucionais, normalmente tidos como posições a partir das quais se tem uma visão mais completa e geral do seu campo de atuação. As iniciativas que acompanharam a implantação da Base, desde a proposta do projeto Pacto pela Vida até o programa Comunidade Legal, poderiam ser vistos como uma tentativa consciente de superar os pontos cegos, principalmente para o Ministério Público que quer “ver” algo que o movimento eclipsa. A tentativa da equipe do projeto de entrar em parceria com a comunidade é negociada mediante a proposta de pôr em movimento a máquina estatal afim de propiciar os serviços públicos destinados aos bairros onde as BCS são implementadas. Sem necessariamente atingir o objetivo declarado, isso gera uma verdadeira proliferação de articulações e laços institucionais, como, por exemplo, a parceria entre a Câmara setorial, a Polícia Militar, as organizações da “comunidade” e os órgãos competentes das diversas

instâncias. Desta forma, o emaranhado institucional não só se expande mediante novas conexões, como também se adensa, de forma espacializada. O caso da BCS mostra que o estabelecimento de novas conexões é mediado pelo objetivo declarado de intervir/mudar (supostaente melhorar) espaços específicos e pelas contestações surgidas a partir da intervenção. Nesse sentido, o adensamento do emaranhado é espacializado. Ou seja, determinadas disputas originam uma proliferação de conexões que, por sua vez, gera um adensamento de articulações entre entes burocráticos, em determinado ponto do emaranhado. No caso das disputas aqui examinadas, tal adensamento dá-se com referência a espacialidades específicas: a nova composição de entes burocráticos acaba incidindo de forma in-sistente¹⁶⁶ sobre tais espaços. Meu propósito, quando assim me expromo, é sugerir a ideia de entes burocráticos cujo articular-se interativo leva ao adensamento de pontos específicos do emaranhado em determinados espaços. Com o adensamento do emaranhado a governamentalidade se expande.

¹⁶⁶ No sentido latim de in-sistere.

CAPÍTULO 6

A REDE CAMMPI ENTRE AGREGAÇÕES E CISÕES, RELAÇÕES CLIENTELISTAS E PARCERIAS

6.1 “Que bom ter um chefe!” A rede CAMMPI entre agregações e cisões, relações clientelistas e parcerias

A trajetória da rede CAMMPI inclui mudanças em sua organização e defecções de alguns participantes bem como agregação de novos membros. Estas ocorrências são consideradas por seus membros uma consequência inevitável do entrecchoque de entendimentos diferenciados a respeito do que vem a ser uma rede de instituições e do que cada um pode esperar dela. Um dos desafios maiores enfrentado pela CAMMPI foi — e ainda é — o de atuar numa configuração de organização horizontal, isto é, sem um chefe. Desde a fundação da rede, reflexões a esse respeito são ciclicamente empreendidas em seminários de avaliação periódicos promovidos pelos seu membros.

Das 48 organizações e instituições que participaram da comissão no momento de sua maior expansão, no momento do trabalho de campo para esta pesquisa somente 15 estavam ativas e assíduas nos encontros. Quase todas estavam concentradas na região da Enseada dos Tainheiros.

Algumas das organizações que hoje integram a rede consideram-se nascidas de outras, mais antigas, ainda ativas ou não. É este o caso da REPROTAI, fundada por jovens ligados à AMCSL, ao GRUCON e à antiga ALMM. Em determinadas situações, projetos específicos de membros da CAMMPI ganham tamanha importância, dimensão organizacional e recursos de tal vulto que vêm a tornar-se quase independentes da entidade que os concebeu. É o caso da escola comunitária Luiza Mahin (originariamente um projeto da AMCSL) e da cooperativa de reciclagem CAMA pet (projeto concebido pelo CAMA). Em outros casos, dificuldades financeiras levaram à falência antigas organizações e induziram os seus coordenadores a mudar-lhes o nome para poder levar adiante as atividades de alguns projetos. Este é o caso da escola comunitária CECEL na Mangueira, projeto da Associação Livre de Moradores da Mangueira, que foi levada à falência por processos trabalhistas de educadores que trabalharam pela associação.

Se é verdade que a maioria de entidades hoje ativas da CAMMPI se concentra na Enseada dos Tainheiros (isto é na região da Península “do Caminho de Areia para cá”, como dizem as lideranças) é necessário destacar que nem sempre foi assim. A rede CAMMPI já incluiu organizações de outras regiões da Península, como a Associação de moradores 11 de Abril (do bairro Roma, hoje membro intermitente), a Associação de Empresários da Península (com sua atividade focada nos Mares e Calçada) e as Associações de pescadores e de moradores da Pedra Furada, entre outras. Diversos foram os motivos que levaram certas organizações a sair da rede CAMMPI. Algumas delas o fizeram devido a conflitos abertos com as lideranças de organizações do Uruguai que formam um bloco denso de aliados dentro da rede, desde os antecedentes à sua constituição.

Este é o caso da saída de duas associações localizadas entre a Pedra Furada e o Mirante, uma área situada atrás da Igreja do Bonfim. A ruptura está ligada a uma história que ninguém tem prazer em contar. Segundo o que foi possível reconstruir (ouvindo, além da CAMMPI, as atuais lideranças da Associação de Pescadores e da Associação de Moradores na Pedra Furada), a CONDER, durante as intervenções urbanísticas relacionadas às palafitas de Alagados, foi alertada pela rede de que existiam moradias construídas sobre palafitas não somente na Enseada dos Tainheiros mas também do outro lado da Península na região da Pedra Furada, conhecida como Mirante.



Figura 19 – Palafitas do Mirante. Palafitas na Invasão da Pedra Furada, Península de Itapagipe, Cidade Baixa.
Fonte: Foto de Fernando Amorim, Agência A Tarde, <https://jeitobaiano.atarde.uol.com.br>, data de acesso: 28 de agosto de 2016



Figura 20 – Palafitas do Mirante. Fonte: Verbete Favelas do Brasil, Wikipedia, <https://goo.gl/yN7ZeG>, data de acesso 28 de agosto de 2016.

Segundo contam os membros das associações, a CONDER incluiu as novas áreas nos projetos de intervenção urbanística e negociou a aquisição de um terreno¹⁶⁷, perto da Igreja do Bonfim, onde havia um galpão industrial em ruínas, outrora ocupado pela fábrica da Antártica, a fim de acomodar os moradores a serem removidos das palafitas e iniciar as obras de requalificação urbana. Essa iniciativa, porém, engendrou uma cisão.

Assim como nos projetos sobre a região da Enseada dos Tainheiros, o projeto de requalificação urbanística que contemplava o Mirante, previa a implementação de projetos sociais, na região da Pedra Furada, mediante um arranjo chamado de “operadora social”. Esta seria constituída através de parceria entre a CONDER e a CAMMPI. O fato de que os projetos urbanísticos incluíssem o trabalho social é tido como positivo pelo movimento, que considera esta inclusão como fruto do diálogo entre movimento e Estado.

Segundo relatado por líderes da Pedra Furada, o problema foi, que a operadora social tornou-se um projeto a ser executado por lideranças (dentre ela as que tinham ampla experiência de educadoras sociais e populares), do outro lado da Península, da organização AMCSL. Estava implícito que a execução de um projeto desse, implicava o repasse de recursos financeiros para sua execução. Segundo ressaltado pelas lideranças da Pedra Furada,

¹⁶⁷ A área fica localizada na ladeira Porto do Bonfim e mede 12.085,50 m². Após as devidas avaliações, o governo do estado enviou um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) para desapropriar o terreno da antiga fábrica da Antartica, para construção de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. O PL 21.196/2015 foi publicado no Diário Oficial do Legislativo em 28 de abril de 2015. <https://goo.gl/hXFNVN>

para os moradores do Mirante, seria inaceitável que pessoas que moravam no “lado de lá” da Península, “ganhassem dinheiro” desta forma, ou seja, atuando no bairro a que não pertenciam, em detrimento – segundo eles – de quem efetivamente o habitava. Resultou que a ensejada operadora social foi cassada pela *comunidade*. Sem entrar em detalhes quanto à cronologia dos eventos, ficou claro que as organizações da Pedra Furada saíram da rede CAMMPI.

Apesar de a rede CAMMPI ser explicitamente uma organização de natureza apartidária e ter incluído entre suas regras de conduta alguns cuidados em relação a este tópico, na condução das reuniões, a maioria das entidades-membro apresentam tendência a tornar-se parte do jogo do clientelismo político, de modo análogo ao que foi mostrado por Morales (apud GOLDMAN, 2001:58). Em seu estudo sobre os grupos culturais afros em Salvador, o autor aborda a questão da associação dos blocos carnavalescos com a política partidária, mostrando que tais entidades tendem a tornar-se parte do jogo do clientelismo político à medida em que se convertem em “grupos culturais” e começam a desenvolver atividades ligadas a seus bairros de origem. (Morales apud GOLDMAN, 2001:58).

Quanto a isso, tenho os seguintes registros a fazer. Ao longo do trabalho de campo, vi líderes de quase todas as organizações de bairro atuarem como cabos eleitorais ou “fazer campanha” para algum candidato. Dizia-se que muitos faziam também *boca de urna*. As lideranças de organizações locais filiadas a vereadores ou a partidos considerados de direita não mostravam achar problemáticas as dinâmicas de trocas em que se empenhavam continuamente mediante relações pessoais, como intermediários do acesso a recursos públicos (tratamentos médicos, reparos ou reformas de equipamentos urbanos, criação de empregos, para citar os exemplos mais comuns). Já as lideranças vinculadas a partidos de esquerda, como a maioria dos membros assíduos da rede CAMMPI, costumavam discutir (e problematizar) publicamente este aspecto de sua atuação. Consideravam a intermediação por elas realizadas entre a *comunidade* e diversos níveis do setor público (com vistas principalmente ao provimento de serviços comunitários) um meio para a consecução de algo parecido com o “bem comum”, parte da luta pela “cidadania” e pelos “direitos”. Este entendimento ficava claro em diversas situações corriqueiras. Diferentemente das lideranças de associações como AEPI, ou ao quem se filiava ao vereador Vado Malassombrado, costumavam distinguir reiteradamente e publicamente a filiação partidária *pessoal*, da atividade da *organização* na qual atuavam.

Kuschnir (2001) já destacou parlamentares como protagonistas desse tipo de mediação, mas as lideranças das associações de bairro da Península de Itapagipe, que

geralmente não são titulares de um mandato público, exercem um papel parecido ao descrito pela autora. Provavelmente é esta a razão pela qual elas são, por vezes, percebidas como *Estado* pelos moradores que frequentam os locais de atendimento e distribuição de serviços geridos pelas organizações de bairro. De resto, alguns desses líderes efetivamente empreendem, a partir do trabalho no bairro, uma trajetória política que inclui a assunção de cargos públicos, como foi o caso de Raimundo Nascimento do CAMA (candidato a vereador não eleito nas eleições de 2012 pelo PT e Secretário de Promoção e Igualdade Racial no final do mandato do Governador Wagner – PT, nomeado no último semestre de mandato do Governador Wagner, em 2014)¹⁶⁸ e João Alberto Costa de Almeida, o Beto do da AEPI (Associação de Empresários da Península de Itapagipe), eleito suplente de vereador na Câmara Municipal pelo PMDB em 2016.

No intuito de esclarecer o exposto, reporto um diálogo que presenciei entre Jamira e um funcionário do Governo do Estado (um pedreiro) que estava realizando pequenos reparos no largo do fim de linha do Uruguai, defronte ao Espaço Cultural Alagados, poucas horas antes de uma cerimônia pública em que era prevista a participação do Governador. Uma reforma do Largo já fora solicitada em vão pela rede CAMMPI. Querendo aproveitar a presença do pedreiro que fazia retoques para melhorar o aspecto do largo na área mais próxima ao palanque da cerimônia, Jamira dirigiu-se a ele e solicitou:

— Moço, pode encher um buraco aqui?

— Peça para meu chefe!

— Que bom ter um chefe... Assim ele pode mandar a gente fazer. Um chefe para mandar e a gente para fazer. Ele sempre vai mandar e a gente sempre vai fazer. A gente não pode mandar, ele não pode fazer. Assim que é bom!

Vendo que eu estava observando a cena ela virou-se para mim e disse:

— Eu sempre vou pedir aos chefes para fazer, pois é para o coletivo. É o direito! Eu não procuro coisa para mim, emprego para meu filho. Eu procuro diminuir as mortes [dos jovens negros]. E eu sei que se a praça está boa, tem menos mortes. Não adianta! É por isso que eu não gosto de andar com o grupo e procuro ser diferente.

¹⁶⁸ No caso de Raimundo, além da conjuntura política em que o Governo do PT é também necessário mencionar como consistente seu envolvimento no MNU e no PT, para além do trabalho comunitário. A irmã de Raimundo Nascimento é a conhecida Odacir Nascimento, coordenadora da ONG soteropolitana ODARA – Instituto da Mulher Negra (parceira em várias atividades realizadas em parceria com a rede CAMMPI, tendo como foco políticas para as mulheres negras, e ligadas a temas de saúde, gênero e raça)

A reflexão de Jamira sobre a própria atuação parece corresponder a uma das facetas da noção de “política” que emerge do trabalho etnográfico de Kuschnir (2000, 2001, 2007). Ela mostra que, no campo onde trabalhou, *política* é entendida como “meio de acesso aos recursos públicos” e nesse âmbito “o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder” (KUSCHNIR 2007:164). Em suma, trata-se de um fluxo de trocas regulado pela lógica da dádiva. É principalmente nesse sentido que os membros das associações de bairro *fazem política*. Mas, mediante a articulação a movimentos sociais “mais amplos” os membros da rede CAMMPI alegam ter uma perspectiva voltada para influenciar as políticas públicas, que também consiste de luta, isto é de atividades de reivindicação e negociação, entendidas como *política*. Esse entendimento mais amplo traz uma tensão entre um sentido positivo e um negativo. O segundo, que alude à corrupção e à apropriação indevida, é geralmente invocado por quem se posiciona como detrator das lideranças da CAMMPI e durante o trabalho de campo emergiu em mais de uma ocasião como uma espécie de senso comum entre moradores não envolvidos no *movimento*. A única perspectiva capaz de confrontar essa visão, era a de quem olhava para a atividade das organizações de bairro como uma *ajuda à comunidade*.

Voltando ao raciocínio de Kuschnir, mediante a referida atividade de mediação, bens e serviços públicos são disponibilizados a pessoas que de outra forma não os acessariam. Ou seja, do ponto de vista nativo, os recursos públicos não aparecem como sendo “de todos os cidadãos”; em vez disso, assim como os *direitos*, eles se lhes mostram como que “presos” (no sentido de retidos), monopolizados pelas elites políticas e econômicas¹⁶⁹. Daí, me parece, o porque se emprega o termo *luta* exalta a dificuldade do trabalho de torná-los acessíveis, isto é fazê-los fluir para os bairros populares e seus moradores pobres (os “fracos”). Aqui prevalece o sentido positivo. Uma das maiores inquietudes das lideranças manifestadas em encontros da rede CAMMPI é como fazer entender que este tipo de *trabalho político*, a *luta*, tem como resultado não somente o conseguimento de *direitos* individuais, serviços do dia a dia ou pequenas vantagens (a marcação de consultas médicas sem espera, uma vaga num *projeto* de capacitação profissional, ou até mesmo um emprego) mas também outros tipos de vitórias, como por exemplo a maior participação da *comunidade* nos projetos de habitação, o redirecionamento de uma política pública etc.

¹⁶⁹ Isto tem inúmeras consequências para uma reconsideração da noção de *público* vigente nessa faixa. Como diz Karina Kuschnir (ibid.), as pessoas ordinárias não participariam do “público” assim concebido. Abre-se aqui um vasto terreno para pesquisa antropológica da política do público e do espaço público, assunto cuja abordagem assume hoje grande importância, face à temática da transformação contemporânea das metrópoles e da política institucional no Brasil.

A este propósito, vale a pena citar o caso da revitalização da praça do Conjunto Santa Luzia, no Uruguai, reforma da qual também fez parte a construção de uma quadra poliesportiva, viabilizada graças a uma parceria entre a Adidas, a Prefeitura Municipal de Salvador e a Associação de Moradores. Neste caso, uma demanda da *comunidade* (a reforma do largo) foi realizada no âmbito de uma parceria preexistente da AMCSL com a Adidas, executora do projeto Ginga Social no Conjunto Santa Luzia. Acredito que um dos fatores que contribuíram favoravelmente para a realização e conclusão das obras foi a participação no projeto de Gilcinéa, uma das fundadoras da ong CAMA, membro da CAMMPI e parceira da AMCSL. Gilcinéa, além de filha do bairro Uruguai, co-fundadora do CAMA e membro ativo da CAMMPI, foi a arquiteta urbanista da Fundação Mário Leal Ferreira, órgão municipal de planejamento urbano, que contribuiu diretamente com o projeto da praça e da quadra. A praça reformada foi inaugurada no dia 30 de janeiro de 2015. No discurso de inauguração, a chefe da prefeitura-bairro da Península, Ângela Lisboa (DEM), elogiou o projeto como fruto da parceria entre a *comunidade*, o Governo Municipal e a Adidas, qualificando-a como uma articulação benvinda, que garantiu a realização da reforma.



Figura 21 – Obras de reforma da praça do Conjunto Santa Luzia. Fonte: arquivo da AMCSL, 2015

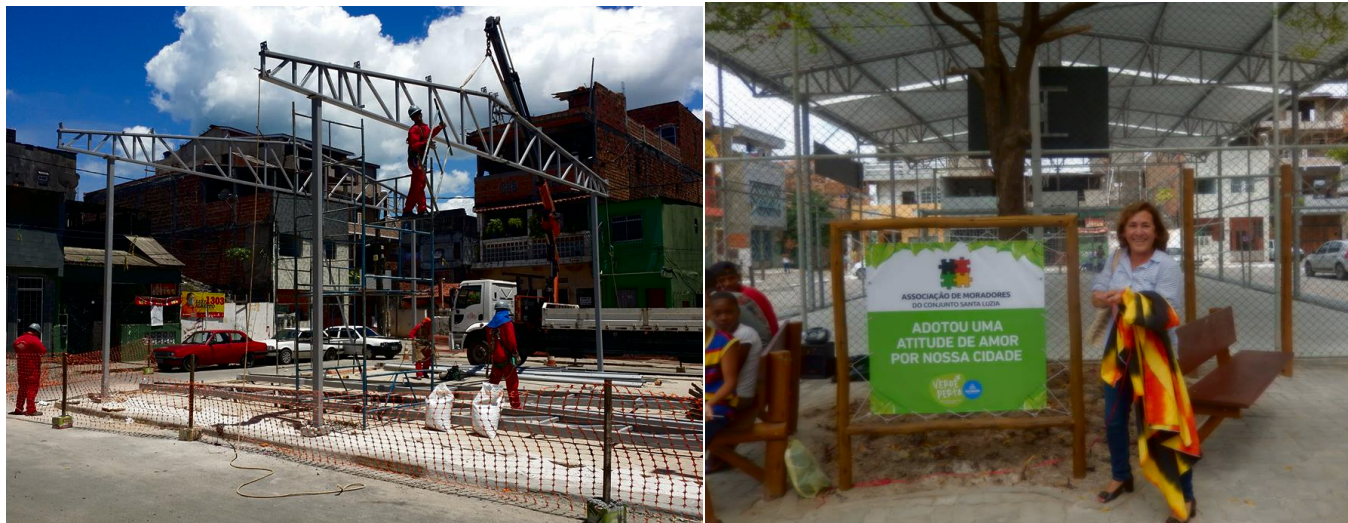


Figura 22 – Obras de reforma da praça do Conjunto Santa Luzia. Fonte: Arquivo da AMCSL, 2015

Figura 23 – A sub-prefeita Ângela Lisboa na inauguração da quadra na praça do Conjunto Santa Luzia. Fonte: arquivo da AMCSL, 2015

Além das organizações da região conhecida como Pedra Furada, que entraram em conflito direto com a rede CAMMPI, algumas outras, que têm alianças partidárias divergentes das cultivadas pelas organizações dos atuais membros da CAMMPI, perderam interesse e deixaram de participar após a constatação do fracasso do Núcleo de Articulação Institucional.

Outras entidades locais, a exemplo da 11 de Abril ou a AMAI, embora não comparecendo regularmente às reuniões da rede, ainda afirmavam a importância de participar de coletivos de associações locais, fossem a rede CAMMPI ou os conselhos, como o Conselho da Prefeitura bairro de Itapagipe, de natureza consultiva. As organizações mencionadas, embora não muito ativas na rede, podem eventualmente participar de reuniões ou iniciativas específicas que interessem suas áreas de atuação. Representantes de outras organizações, como a Associação 28 de Agosto ou a Associação de Moradores da Boa Viagem, não são assíduos nas reuniões da rede mas declararam, em entrevista com a pesquisadora, considerar-se membros da rede. Este fato remete a uma peculiaridade das relações de parceria que articulam o emaranhado institucional de cidadania, com respeito ao emaranhado institucional analisado por Vianna (2010). Segundo esta última “uma vez selada entre representantes de pessoas jurídicas – as unidades compactas – a relação de parceria tem vigência pelo período estabelecido no contrato, que no caso em questão corresponde a um ciclo de três anos” (2010:183). Seria este, no modelo da autora, o funcionamento do mecanismo burocrático constitutivo dos canais institucionais entre entes do emaranhado institucional. No emaranhado institucional em que está envolvida a rede CAMMPI este mecanismo é mais frouxo quanto mais “perto” do bairro e principalmente no que diz respeito a conexões com grupos locais, atraídos pelo emaranhado, mas geralmente menos “formalizados” e menos “profissionalizados”. O emaranhado estende seus tentáculos em direção a esses grupos ou coletivos cujos membros são geralmente enredados em articulações locais, principalmente redes de vicinalidade e parentesco, de amizade, lealdade¹⁷⁰. As conexões engendradas pelos canais institucionais entre entes técnico-burocráticos são

¹⁷⁰ Não é meu intuito aqui adentrar uma análise mais específica dessas redes, além do que já foi dito. Só quero destacar que as relações interpessoais no bairro podem ser consideradas utilizando a noção de rede social. Redes de pessoas ou de grupos, podem ainda ser comparadas ou analisadas em conjunto as redes de casas (ou “configurações” conforme a expressão de Marcelin) de que tratei no capítulo 3. Para entender a rede CAMMPI, pensar as relações no bairro em termos de redes, permite relacionar o *movimento* de bairro e suas articulações, ao mapeamento e a qualificação das relações interpessoais entre os moradores, seus membros. Isto pode ser feito, por exemplo, partindo de um *ego* e delimitando o tipo de conteúdo da relação, abstraindo dessa forma uma rede parcial (HANNERZ,1980:178). As redes que se enxergam a partir desta abstração, mostram conexões interpessoais que perpassam os poros de unidades analíticas como o movimento social, o Estado, a rede CAMMPI etc. Desta forma vê-se que os entes técnicos burocráticos que formam o emaranhado institucional de cidadania são perpassados por essas redes.

diferentes das articulações dessas outras redes que dizem a respeito de relações pessoais entre os moradores e que, como se viu anteriormente, se configuram a partir do espaço vivido.

Os canais institucionais podem sobrepor-se e entrelaçar-se às articulações das redes sociais locais. Devido às dinâmicas segmentares, as parcerias são de certa forma menos estáveis ou menos rígidas, quanto mais numerosas e densas forem as intersecções entre o emaranhado e as redes locais de lealdade e obrigações recíprocas (como as de vicinalidade e parentesco), isto é, quanto mais próximas do *movimento* de bairro, da *comunidade* e mais longe do *Estado*.

Como resultado da procura de parceiros, pelos entes técnico-burocrático do emaranhado, os coletivos locais podem empreender processos de formalização (registro) e constituir-se como termos de relações de mais formalizadas, mais “duras”, isto é mais parecidas com aquelas descritas por Vianna (2010). Geralmente isto ocorre na perspectiva de poder acessar financiamentos públicos, ou de organizações internacionais. Uma das funções que algumas organizações da rede CAMMPI assumem é a de viabilizar, graças a sua maior estruturação burocrática, mecanismos de repasse a grupos locais, afrouxando as exigências de formalização e de profissionalização desses entes. Dessa forma estabelecem canais de parceria que garantem ao mesmo tempo a disponibilidade de beneficiários para os *projetos*, e garantem uma base ao *movimento*.

Essas considerações introduzem uma característica do emaranhado institucional que diz a respeito de sua espacialização: o efeito dominó da formalização e da profissionalização. O material etnográfico destaca este efeito, como resultado de políticas públicas, projetos estatais ou de cooperação internacional, particularmente em áreas interessadas por contestações espaciais entre *Estado* e *moradores/cidadãos*. A medida que o emaranhado se expande mais grupos de bairro se formalizam e profissionalizam. Utilizo o termo profissionalização dos grupos locais no sentido de aquisição progressiva da capacidade de formular projetos, acompanhar sua execução, fazer prestação de contas. São estes elementos geralmente requeridos para constituir parcerias com o Estado ou com outras organizações nacionais e estrangeiras, junto com a aquisição de personalidade jurídica, alguma estrutura administrativa e uma afinidade de propósito.

Do que foi dito mais acima, pode-se deduzir outra característica que diz muito a respeito do caráter político das articulações dos emaranhados. Trata-se da latência das parcerias. Ao longo do trabalho de campo organizações que estavam a tempo ausentes das reuniões da CAMMPI tornavam a frequentar e envolver-se nas atividades e a considerar-se parceiros. Ou por ocasião de reivindicações específicas, organizações mais afastadas podiam

procurar a rede, enquanto *parceiras*, para receber apoio. A rede CAMMPI também, a depender da situação, podia buscar a reativação de uma dessas conexões “adormecidas”. Observei também organizações que já foram membros ativos da CAMMPI, assíduos nas reuniões e atividades da rede, apresentar-se em encontros para conversar a respeito de participação em editais de financiamento onde o fato de fazer parte de *redes* constituía um critério preferencial para aprovação. De modo geral, representantes de organizações que meus interlocutores da CAMMPI consideravam ex membros da rede, após anos de ausência das atividades e contatos, ao ser entrevistados por mim podiam criticar a rede, mas nunca eram tão categóricos quanto à interrupção de seu vínculo com ela.

Além de críticas isoladas aos princípios que norteiam a atuação política da rede CAMMPI, orientada indiscutivelmente pela política identitária¹⁷¹, os representantes mais eloquentes de organizações que deixaram de participar da rede mostraram oscilar entre duas apreciações:

(1) a primeira, generalizada, é expressa pela recusa de contribuir gratuitamente para a suposta conquista de prestígio político de outrem. Esta crítica é ligada à característica de rentabilidade da política local, especialmente em suas articulações mais próximas ao jogo partidário;

(2) a segunda tem a ver com a acusação de que a rede CAMMPI só faz pelos bairros do “lado de lá” (Uruguai, Massaranduba, Jardim Cruzeiro). Esta última crítica articulava-se ora com a constatação de sobre-representação das organizações de uma região específica da Península (os Alagados), ora com a hipótese de um desequilíbrio de poder na rede. Ambos esses argumentos pretendiam demonstrar a divergência da rede atual do modelo colegiado e horizontal adotado na fundação da CAMMPI. Muitas das associações que acabavam abandonando a rede também lamentavam que a comissão não se revelara o que era esperado no início, ou seja um meio de facilitar a captação de recursos e a realização de projetos em todas as entidades, inclusive as menos estruturadas. Nesse último argumento prevalecia uma visão da rede como uma instância burocrática hierarquicamente superior, quase percebida como externa às associações. A *rede* vista dessa forma teria mais poder que as associações mas estaria a serviço delas. A CAMMPI assim imaginada deveria “fazer pelas associações”. Nesse tipo de análise era reproduzida a dicotomia entre “grandes” e “pequenos”, ou “fortes” e “fracos”, categorias nativas às quais diversos antropólogos recorrem em contexto urbano

¹⁷¹ A política identitária organiza segmentações (negros, brancos, mulheres, homens, jovens, adultos, idosos) que todavia não se sobrepõem totalmente à “política das bases” dos partidos de esquerda, reconduzida a uma fase anterior das mobilizações sociais, mais orientada para uma política de classes, que organizava segmentações diferentes (ricos e pobres, trabalhador e patrão, proprietários e invasores, etc.), que permanecem ainda ativas.

brasileiro (PINA CABRAL, 2013 e FONSECA, 2000 entre outros) inclusive na análise de mecanismos clientelistas. Obviamente, este tipo de visão da rede chocava-se com a estrutura horizontal colegiada sustentada por lideranças que pertenciam a organizações mais profissionalizadas (a exemplo do CAMA, da ADOCCI, da AMCSL e da REPROTAI).

As lideranças da região de Alagados mais engajadas na CAMMPI costumavam insistir na tese de que muitas das críticas e defecções originavam-se a partir de um entendimento equivocado do que seria a *rede*, assim como das noções de cidadania e participação. Segundo a alegação dessas lideranças, o fato de a maior parte das atividades da CAMMPI estarem concentradas na região antes conhecida como Alagados não deve ser atribuído a um desequilíbrio interno à rede, mas sim a um maior envolvimento e mobilização das lideranças dessa região que se identificam como herdeiras da “luta das palafitas”. Em momentos de desacordo com membros ou ex membros “que não entendiam a rede”, as lideranças podiam referir-se a uma origem comum chamada de *movimento*, aludindo deste modo ao “mito de origem”, à sua “descendência” da luta das palafitas, e também à sua participação em movimentos sociais mais amplos e não territorializados (a exemplo do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Saúde ou do Movimento das Mulheres) e principalmente evocando o seu passado de participação no Movimento do Teatro Amador, ativo em Alagados nas décadas de 1970 e 1980, de onde diversas lideranças nasceram.

Aos argumentos de crítica elas rebatiam que a CAMMPI era de todas as entidades, e que a maior implicação da participação numa instância dessas significava exatamente “não esperar que alguém faça por nós”. As lideranças mais envolvidas, como Jamira e Lurdinha, estendiam esse tipo de argumento também à relação do cidadão com o Estado. De certa forma este discurso de *cidadania* remete a uma crítica da identificação da política local com certo tipo de dinâmicas clientelistas. Segundo o discurso de *cidadania* de Jamira e Lurdinha, o cidadão ativo reivindica seus *direitos* ao Estado. O movimento de bairro se propõe a fazer isso em nome e com a participação de todos os moradores. Na prática todavia, na Península de Itapagipe isto se concretiza de forma parecida ao funcionamento de relações clientelistas, e mais especificamente de um tipo de mediação, chamado *brokerage*. O *broker*, figura clássica na antropologia da política local, é um ator que ganha algo da mediação de recursos valiosos que ele ou ela não controla diretamente (LINDQUIST, 2015:1)¹⁷². O *broker* é diferente do patrono que, ao contrário, controla os recursos. Embora as noções de *broker* e patrono possam confundir-se, segundo evidencia Hannerz (1980:171) existe uma diferença considerável entre

¹⁷² Um mediador, no sentido utilizado nesta pesquisa, inspirado a Velho e Kuschner, não é necessariamente um *broker*, mas pode agir como tal.

esses dois papéis: em relações de transação um patrono pode obter o que ele quer de alguém utilizando seus próprios recursos. Esses recursos são limitados. Um *broker* pode negociar fazendo promessas de usar a própria influência com o patrono, mas é geralmente subentendido que isso pode não chegar à concretização do objetivo. Esta pode ser uma vantagem, em termos políticos, para o *broker*. Se os recursos do patrono são limitados, os do *broker* não o são, uma vez que ele não é tido como responsável pelas promessas não mantidas. O ponto mais interessante que Hannerz destaca é que um patrono poderia então inserir *brokers* entre si e outros.

A rede CAMMPI pode ser olhada como uma agregação de *brokers* de vários locais, que constituem um ente que pode agir como *broker* para a Península de Itapagipe toda. O que alguns membros da CAMMPI lamentam é que outros veem a *rede* como um patrono, ou como um *broker* de nível hierárquico mais alto. A consequência é a dificuldade de funcionar como um colegiado, sem um chefe. Esta visão é em parte confirmada pela praxe de considerar alguns membros como coordenadores *de facto*. Estes são geralmente membros com articulações políticas mais sólidas nos movimentos sociais mais amplos e nos partidos.

Antes de concluir este parágrafo introdutório, retomo o episódio do conflito da Pedra Furada somente para destacar um fato – confirmado em numerosas ocasiões – a ser considerado em contraponto às diversas interpretações do papel da rede. Por um lado, constata-se a recorrência de apelos à rede como instrumento de solução de problemas de determinados locais da Península; por outro, afirma-se que somente os moradores de determinada área têm plena legitimidade para pronunciar-se na discussão dos problemas que a afetam. Não só isso: postula-se ainda que, idealmente, eles são os únicos habilitados a usufruir de recursos acessados mediante propostas voltadas para a solução dos ditos problemas, por suposto circunscritos à área onde eles têm moradia. Como veremos ao longo do capítulo, este tipo de reclamação não se faz somente no confronto com outras associações, mas também face ao Estado.

Apesar das divergências, o reconhecimento difuso entre organizações internas e externas à CAMMPI de que “é preciso juntar-se”, comprova certa tendência federalizante que já foi demonstrada por Agier (1992) no caso de terreiros de candomblé e grupos culturais soteropolitanos, e por Goldman (2001), no tocante a blocos afro de Ilhéus.

Passada a empolgação dos primeiros anos de atuação da CAMMPI, foram organizados na Península, por iniciativa de antigos membros da referida rede, movimentos semelhantes, a exemplo da FAMAP – Federação de Associações da Península Itapagipana, e de uma tentativa encabeçada pela Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe, segundo o

testemunho de Soares (in FLEXOR e SCHWEITZER, 2011). Nenhuma dessas experiências deu certo. Durante meu trabalho de campo, pude observar também as dificuldades de funcionamento do Conselho da Prefeitura bairro de Itapagipe, composto por representantes de associações da Península e presidido, durante o primeiro ano de atuação, por um membro da AMCSL, Mariselma Bonfim.

6.2 Segmentaridade e processos políticos

No capítulo anterior tentei mostrar que atentando para os deslocamentos de sentido da categoria nativa *comunidade* e para as diversas formas como ela é utilizada, referida cada vez a um conjunto diferente, é possível perceber que existem significativas desomogeneidades e diferenciações no conjunto de moradores da Península de Itapagipe. No presente capítulo, irei focalizar essas distinções, relevantes para a política local, servindo-me da noção de segmentaridade (no sentido de Goldman, 2001, e Herzfeld, 2005).

O conceito de segmentaridade foi introduzido na análise antropológica pelos antropólogos britânicos que, nas décadas de 1930 e 1940, se dedicaram ao estudo de sociedades africanas, não dotadas de Estado (entre estes cito Fortes, 1950 e Evans Pritchard, 2002). Para que seja possível recorrer a este conceito no presente contexto, com o propósito de tornar inteligíveis dinâmicas observadas na Península de Itapagipe, convém fazer primeiro alguns esclarecimentos¹⁷³.

A recente atualização da noção de segmentaridade empreendida por Márcio Goldman baseia-se, em parte, na obra de Michael Herzfeld (1989, 2005) sobre o Mediterrâneo, embora Goldman a adapte ao contexto brasileiro, mostrando a possibilidade de seu emprego na análise política aplicada a sociedades contemporâneas, dotadas de Estado.

Retomando a ideia de “técnica de contraposição”, que Meyer Fortes relacionava com o pensamento segmentar, Goldman propõe aplicar a segmentaridade à análise processual da ação política, orientada pela competição pelo poder. Assim ele reativa a tese de Smith (1956), que mostrara a semelhança entre linhagens e partidos políticos, com base na ideia de que, na política, a competição pelo poder engendra necessariamente a divisão (ou seja o segmento) e faz emergir “o caráter corporado dos grupos”, “no contexto de relações políticas segmentares” (SMITH, apud GOLDMAN 2001:70).

¹⁷³ Para o leitor interessado em uma reconstrução dos debates ocorridos a respeito durante o século XX remeto a Goldman 2001.

Segundo esta posição a segmentação seria universal e a tarefa do etnógrafo seria distinguir os conteúdos envolvidos nos processos de segmentação.

Os processos de segmentação são relevantes para entender a política do espaço pois possibilitam uma leitura do jogo político à luz da formação de territorialidades. Os processos de segmentação observados na Península de Itapagipe evidenciam operações de oposição que mostram como a barganha e a negociação do poder ocorrem na base de um movimento pelo qual os entes dos emaranhados institucionais procuram estender seus tentáculos e enlaçar-se a entes técnico-burocrático mais formalizados e com maior profissionalização a fim de ter acesso a recursos financeiros e manter-se ativos. Mas precisando manter o laço com o bairro, eles precisam, também, de parcerias com entes menos formalizados e menos profissionalizados. Essa dinâmica pode ser pensada como uma tentativa de “captura” (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Encontra-se evidência disso em nível etnográfico: ao focalizarmos emaranhados institucionais de cidadania, percebemos logo que os órgãos do Estado precisam das organizações de bairro para exercer sua autoridade. O caso da CAMMPI nos leva a pensar que, em certo sentido, o *Estado* precisa do *movimento*. O *movimento*, por sua vez, além de precisar de organizações ativas, sempre precisa atuar em conjunto com, e por meio de, ativistas com laços no território (moradores e suas redes). Se originam desta forma processos de negociação a partir dos quais formam-se cidadãos, emergem espaços da política e se faz a política do espaço.

A tendência federalizante, já mencionada a propósito da CAMMPI, materializa-se no esforço constante de fazer funcionar a rede. Ela é continuamente desafiada pelas alianças laterais dos diversos membros (que podem até vir a assumir a forma de parcerias), não só com políticos profissionais mas também com diversos níveis do poder público, com instituições internacionais (governamentais ou não) e outros parceiros. Esta tendência que as organizações locais têm de buscar a diversificação de suas relações políticas já foi destacada por McCallum (1996) e retomada por Goldman (2001).

Retomando a definição de Herzfeld, afirma Goldman que a segmentação pode ser considerada “o arranjo relativo das alianças políticas de acordo com critérios genealógicos, ou outros, de distância social entre grupos em disputa” (Herzfeld 1987:156, apud Goldman 2001). Nesse sentido, a segmentação não se refere a um tipo de sociedade (sociedade segmentares), mas é um aspecto universal da vida política (Herzfeld 1987:158).

A segmentaridade pode ser ainda considerada como a perspectiva a ser assumida pelo antropólogo para observar a realidade social (Goldman, 2001:76). Assim definida, a

segmentação não leva a uma efetiva separação de grupos (diferentemente das dinâmicas de cisão e fusão dos Nuer). Ao contrário, é entendida como um processo reversível. De acordo com isso, um grupo, em determinado nível segmentar, pode dividir-se em dois sem deixar de ser um grupo único em outro nível.

Como em breve se verá, isto possibilita esclarecer numerosas situações observadas no âmbito das atividades da CAMMPI na Península de Itapagipe, onde, como ficou demonstrado anteriormente, cada um está envolvido em múltiplas redes de lealdade e obrigações, por vezes concorrentes, que podem ser evocadas alternativamente (PALMEIRA, 1991).

Conflitos de lealdade desafiam os atores em diversas situações. A noção de segmentaridade delineada por Goldman (2001) esclarece, por exemplo, o modo como, em determinados momentos, “lealdades competitivas podem ser subordinadas a uma lealdade maior, comandada por uma ideia englobante”, v.g. a de Estado-nação, ou a de ‘comunidade’, conforme frequentemente acontece na rede CAMMPI, quando esta se põe em face do Estado.

Na análise da ação política em Ilhéus, o autor retoma uma ideia de Saada (1966) ao afirmar que mais relevante da constatação de uma segmentação propriamente dita, é o reconhecimento de que aparentemente um sistema segmentar funda-se “menos na oposição dos segmentos” do que “na repartição das oposições sobre um certo número de níveis ou de encaixes ordenados vis à vis uns dos outros” (FAAVRET-SAADA,1966:109). O que é oposição em um plano pode ser conjunção em outro. No caso da CAMMPI, se, por exemplo, duas organizações são divididas ou opostas em nível de bairro, em outro plano elas podem se reencontrar.

6.3 O incêndio na Baixa do Petróleo

Já foi dito que o problema da habitação em Alagados veio a ser percebido como arena de embate entre os moradores e o Estado. Além do ‘movimento de bairro’ e da ‘comunidade’, envolveram-se nessa disputa numerosos outros atores, cuja atuação é, por vezes, eclipsada na produção da “memória da luta”, enquanto enfatiza-se o protagonismo do movimento de moradores. Algo parecido foi constatado por Cardoso (1983) em relação a outros movimentos sociais urbanos brasileiros. Segundo a autora, a atuação de atores “externos” (que nos EUA são desenvoltamente chamados de *organizers*), como a igreja, jornalistas, urbanistas etc. acaba sendo obliterada com frequência, apesar de sua grande importância para os movimentos (2008[1983]:337).

A seguir, abordarei uma série de eventos ligados a um acontecimento inesperado: o incêndio das palafitas de uma região da península de Itapagipe conhecida como Baixa do Petróleo. O incêndio ocorreu durante o mês de janeiro de 2015, ou seja, num período em que a Cidade Baixa está tradicionalmente imersa na agenda de festas do verão soteropolitano, ciclo festivo que se encerra com o Carnaval. Na altura em que o incêndio ocorreu, as organizações componentes da rede CAMMPI estavam, como ocorre todo ano, empenhadas na organização da pitoresca festa de casamento do Jegue de Cueca com a Jega de Calçola.

A destruição da última aglomeração de palafitas¹⁷⁴ na Enseada dos Tainheiros deixou desabrigadas famílias que já viviam em condições classificadas como de risco e desencadeou a intervenção da rede CAMMPI, da Prefeitura e do Governo do Estado na Baixa do Petróleo. Num primeiro momento, esses atores se engajaram na tarefa de prestar socorro aos desabrigados, mas a situação de emergência produziu outro resultado: fez acionar-se a máquina estatal com vistas à retomada dos programas de urbanização da CONDER, interrompidos na década anterior por insuficiência de recursos. A rede CAMMPI envolveu-se nesse processo como instituição representativa dos moradores, colocando-se como parceira da CONDER.

Apesar de tratar-se de um âmbito, o da habitação, que sempre foi campo de embate entre *comunidade* e *Estado* em Alagados, os eventos que se seguiram ao incêndio na Baixa do Petróleo ocasionaram engajamento e parceria da rede CAMMPI com agências estatais. O ocorrido facultou-nos observar a política do espaço na Península de um novo ponto de vista, que permite: (1) prosseguir na tarefa de destrinchar o que, por vezes, aparece como blocos compactos: de um lado, a “comunidade” e de outro, o “Estado”; (2) redimensionar o caráter constestatório do *movimento*, mostrando como a rede CAMMPI desenvolve um processo de atuação conjunta com o Estado.

O episódio nos descortina um fenômeno já assinalado por Ruth Cardoso, que se referia ao “duplo caráter dos movimentos reivindicativos” (2008:330), ou seja, ao fato de os movimentos sociais oscilarem entre a “luta pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos” e ações direcionadas a viabilizar suas demandas específicas (a exemplo das relativas ao espaço urbano). Além de ajudar a entender oscilações entre momentos de maior e menor participação, este ângulo proporciona a possibilidade de explicar a coexistência, no

¹⁷⁴ Não consegui estabelecer com precisão a idade dessa pequena ocupação. Tudo indica que ela surgiu posteriormente à primeira fase de atividade de erradicação das palafitas, na década de 2000. Como sempre ocorreu em Alagados, após a retirada de palafitas, novas eram construídas. A forma que os projetos mais recentes encontraram para conter o fenômeno de novas invasões fora construir uma pista de borda. A pista, prevista nos programas mais recentes ficara incompleta, gerando espaço para novas invasões.

mesmo movimento, de pronunciamentos altamente críticos a respeito do Governo e negociações contínuas com funcionários estatais encarregados dos contatos com o público. Mediante a etnografia de eventos ligados ao incêndio das palafitas da Massaranduba, quero mostrar como essas dinâmicas ocorrem, no caso da CAMMPI, e quais dilemas acarretam para as lideranças, que frequentemente se encontram em posição de mediação entre segmentos em níveis diferentes. Sua posição de mediação assume assim características do papel descrito por Gluckmann (1968) dos atores intra-hierárquicos.

6.4 Aproximações e distanciamentos

Na noite do dia 13 de janeiro, a Península de Itapagipe estava a preparar-se para receber os festejos da Lavagem do Bonfim. No dia seguinte, milhares de fieis se dirigiram à colina sagrada onde se erige a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim a fim de participar dos festejos tradicionais na data. Eram as 23.00h e eu estava na calçada defronte à minha casa, assistindo, na companhia de alguns familiares, o trajeto de uma fanfara em direção à Igreja. Após a passagem da banda, enquanto nos entretínhamos em bate-papos com vizinhos, um deles, dirigindo-se aos homens presentes, começou a dar (e comentar) notícias sobre recentes episódios de violência ocorridos no bairro. Não era a primeira vez que eu presenciava esse tipo de conversa. No diálogo costumeiro entre vizinhos, não faltavam ali comentários a respeito de confrontos envolvendo traficantes e policiais. Muito mais que consequência de uma preocupação com a segurança da rua, esta prática, a meu ver, constitui afirmação de pertencimento “às áreas” (ao pedaço, à zona de moradia), enfatizando a proximidade e o cuidado com as ocorrências verificadas no bairro. O objetivo era exibir uma condição muito valorizada nos bairros populares soteropolitanos: a vantagem de ter relações estreitas com os moradores do próprio pedaço, de “conhecer todo mundo” e, graças a esta conexão, ter ciência de tudo o que ocorre nas ruas da região. Era visível a simpatia do coletivo quando alguém conseguia relatar uma ocorrência do gênero expondo detalhes desconhecidos pelos demais. Desse modo, meus vizinhos não só se diferenciavam de mim e de outros moradores novatos, como também procuravam destacar-se entre moradores tão antigos quanto eles, podendo até entrar em competição, ao mostrar-se mais informados que todos os demais sobre determinados fatos. Essas conversas eram geralmente conduzidas através de um jogo de aproximação e distanciamento, no qual aludia-se, sempre dissimuladamente, a canais de informação por suposto confiáveis. A manobra deixava presumir alguma proximidade do interlocutor com os atores diretamente envolvidos nos acontecimentos, proximidade que

podia também ser evocada com intuito intimidador. Mas esta estratégia discursiva exigia um cuidado especial. A proximidade com pessoas envolvidas em fatos criminosos não pode ser asserida explícita e inequivocamente, sob pena de o sujeito ter o próprio status comprometido. Ninguém quer ser associado aos bandidos e muito menos violar o princípio de não delação, injunção que pertence aos códigos vicinais de solidariedade. Já mencionei a vigência nos bairros soteropolitanos de uma forte oposição moralizante entre bandido/trabalhador (e bandido/morador). As pessoas repudiam expressamente a desonestidade e a conduta criminosa. Assim classificam, principalmente, o roubo e o tráfico de entorpecentes ilícitos. Procuram sempre afirmar seu distanciamento com relação a essas práticas¹⁷⁵. Todavia, embora se condene expressamente o tráfico, abomina-se ainda mais a ideia de denunciar um traficante da região, não só devido ao medo de represálias, como por escrúpulo oriundo da solidariedade vicinal, quando se trata de um morador ou de um “filho do bairro” (CHAVES apud CUNHA, 2007)¹⁷⁶. Todos esses elementos se faziam presentes em conversas nas quais eu normalmente me limitava a escutar.

Foi através do relato dissimulado de meus vizinhos que tive notícia do fato desencadeador dos eventos em que os membros da rede CAMMPI se empenharam durante os últimos meses do meu trabalho de campo: o incêndio das palafitas na Baixa do Petróleo.

6.5 O incêndio das palafitas e o problema dos “queimados”

Na madrugada do dia 13 de janeiro de 2013, chamas de origem incerta se alastraram pelas palafitas erguidas na Enseada dos Tainheiros, na localidade conhecida como Baixa do Petróleo, bairro Massaranduba. Segundo foi noticiado pela imprensa local, os moradores desconheciam a causa do incêndio, que acabou sendo considerado, portanto, de natureza acidental. Isso contrariava as conversas por mim ouvidas na véspera da Lavagem do Bonfim, segundo as quais o fogo teria sido deflagrado voluntariamente, no contexto de um acerto de contas entre traficantes. Uma terceira hipótese em circulação sustentava que os moradores das palafitas, cansados da moradia precária, tocaram fogo em seus barracos a fim de ganhar uma casa.

¹⁷⁵ Lembrar do que foi dito no capítulo 2 a propósito dos registros de narrativas locais que atribuem o aumento da violência em Alagados às *invasões* de pessoas *desconhecidas*.

¹⁷⁶ Segundo esclarece Cunha (2007) seria errado “associar a um bairro onde esta lógica se manifesta a ideia de uma sub- cultura desviante. Trata-se antes de uma hierarquia de valores ligada a uma “moralidade de vizinhança” que assim, incidentalmente, favorece o tráfico” (CUNHA, 2007:93).

A hipótese da gênese do incêndio a partir de uma disputa entre traficantes da região, embora excluída por lideranças e moradores por mim entrevistados nos dias seguintes ao sinistro, encontrava eco em comentários que eu podia ouvir na rua ou em conversas casuais com estranhos, no meu dia a dia. Esta hipótese apoiava-se na constatação de um aumento do número de episódios violentos ocorridos nos últimos meses em Salvador, em especial nos bairros da Península. O crescente número de assassinatos de jovens residentes no Uruguai, em Mangueira e na Massaranduba (todos negros e de sexo masculino), era apontado pelos itapagipanos como o sintoma mais evidente da intensificação de conflitos entre diferentes facções do narcotráfico.

A esse respeito o portal Aratu publicou, em março de 2015, uma das poucas reportagens extensas encontráveis na imprensa local sobre a distribuição geográfica das facções do tráfico em Salvador e suas disputas (Aratuonline, 2015). Na reportagem, que cita vagamente documentos da Polícia Militar da Bahia, enfatiza-se a ligação entre os episódios de violência noticiados pela imprensa baiana durante os meses anteriores (trocas de tiros, toque de recolher vigente em diversos bairros, assassinatos) e os conflitos entre duas facções rivais interessadas no controle de pontos de venda de drogas na cidade. Um mapa, publicado na página do citado sítio da internet, mostra a Península de Itapagipe como uma das áreas divididas entre os dois grupos ativos na capital, denominados “Caveira” e “Comando da Paz”¹⁷⁷.

Poucos dias após o incêndio, na página do Bocãoews (um site sensacionalista)¹⁷⁸, no rodapé de um artigo do ano anterior, referente a um episódio de troca de tiros no bairro Uruguai, apareceu um comentário anônimo com as seguintes palavras:

Estamos muito tristes pois perdemos nossas casas. Foi uma cena muito forte, crianças correndo, pessoas se queimando tentando tirar o que sobrava dos seus lares, realmente quem fez isso não tem coração, pois aonde foi ocorrido o fato tem pessoas que não entram em nada sobre esse fato. Por causa de um, todos pagaram e espero que a justiça tome providências com esses meliantes pois estão demais.

¹⁷⁷ Diferentemente do que argumentam diversos trabalhos sobre o Rio de Janeiro (BURGOS 2002, SILVA 2013), em etnografias realizadas em Salvador não se tem notícia de importantes interferências do tráfico com o associativismo local, em bairros populares. Se, por um lado, existe uma carência de estudos sobre as dinâmicas territoriais do tráfico em Salvador (o tema permanece quase inexplorado pelos etnógrafos baianos), por outro lado o tráfico de drogas aparece, ainda que de forma incidental, em numerosos trabalhos etnográficos sobre bairros populares de Salvador (Hita 2014, Pimentel 2009). Nessas etnografias o tráfico é mencionado a propósito da análise do cotidiano de tais espaços. É frequentemente evocado como fonte de medo, ou como um limite à circulação no espaço, o que sem dúvida acaba afetando não somente quem mora mas também quem trabalha nesses locais; atinge lideranças, ativistas, funcionários públicos, comerciantes, pesquisadores, entre outros.

¹⁷⁸ O site Bocãoews surgiu em decorrência do sucesso do “Se Liga Bocão”, um programa jornalístico com o formato de jornalismo local, transmitido na Bahia, comandado por Zé Eduardo (vulgo Bocão). Foi exibido durante um ano e meio na TV Aratu e seis e meio na TV Record Bahia. Em seguida, Zé Eduardo passou a conduzir o programa Balanço Geral.

Vaval da RONDESP, Joca (da Mangueira), Danilo (conhecido como DANI) e Zelão e demais. Como a justiça não ver uma coisa dessas, esses caras fazem o que querem fazer, extorque, matam, colocaram mais de 50 famílias em risco por nada, oh meu Deus porque eles fizeram isso com a gente, estamos agora sem lar, sem teto, sem comida, sem roupas tudo por merda, ate aonde isso vai chegar não vai acabar não? Pelo amor de deus, eu como uma cidadã de bem, mãe de família, não aguento mais isso. PEDIMOS PAZ E JUSTIÇA SALVADOR-BA, MASSARANDUBA, BAIXA DO PETRÓLEO. 14/01/2015 Nós moradores não aguentamos mais, muitos não queriam falar a realidade pois tiveram medo, a televisão diz que não sabemos a causa do fogaréu, mas a milícia é a causa disso tudo. Policiais encapuzados e nos moradores temos medo de revelar a real situação. Ô meu Deus ate quando isso vai durar? (<http://www.bocaonews.com.br>, acesso em 20/01/2015)

Felizmente, no incêndio não houve nenhuma vítima, porém, aproximadamente 55 barracos foram destruídos pelas chamas e diversas famílias ficaram desabrigadas (80, segundo reportado pela CONDER).



Figura 24 - Mapa da área interessada pelo incêndio
Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir de imagem do Googlemaps – acesso em 10/09/2016



Figura 25 - Imagem da Baixa do Petróleo após o incêndio. Na primeira figura à esquerda as estacas na *maré* são os únicos restos dos barracos construídos em palafitas, destruídos pelo fogo. Fonte Jornal a Tarde, acesso em 20/01/2015



Figura 26 - Vista aérea do local do incêndio. Fonte: Band News, acesso em 20/01/2015

Na madrugada do incêndio, Adélia e Margarida (dois membros da rede CAMMPI que moram na Massaranduba, perto da Baixa do Petróleo) foram chamadas pelos moradores. Elas alcançaram o local do incêndio antes mesmo de chegarem os bombeiros e outros socorredores. Ligaram para a coordenadora do GRUMAI, Marijane, que mora no Uruguai, a qual, por sua vez, avisou outros membros da CAMMPI seus vizinhos: Lurdinha e Jamira.

Adélia e Margarida, vulgo Dedé e Margô, se identificam como *mobilizadoras sociais*. Antes de serem membros do Grupo de Mulheres Ativas do Uruguai (fundado em 2013), elas já participavam da rede CAMMPI e eram Agentes de Divulgação de Projeto da CONDER. Durante a mais recente intervenção maciça de erradicação de palafitas (década de 2000), que deveria ter sido seguida pela relocação dos moradores e pela requalificação urbana da região, elas começaram a participar das reuniões da CONDER com a população alvo do projeto. Ambas frequentavam as reuniões, Adélia para representar sua filha, que fora removida de seu barraco e cadastrada nos programas de moradia, e Margô, segundo ela mesma declarou, por “gostar de movimento social”. Foram nomeadas ADPs em base voluntária, junto com outros moradores das áreas de intervenção do projeto. Passaram, assim, a desempenhar funções de intermediação entre o órgão do Estado e a população, durante a realização dos programas de reurbanização e habitação em Alagados. Os ADPs recebiam uma *formação* pelo órgão para desempenhar o papel de agentes comunitários: quando fosse preciso realizar pesquisas ou cadastros de moradores nos programas de habitação, eles acompanhavam os funcionários do órgão, facilitando seu percurso nas ruas e seu acesso às casas (e pontes) do bairro. Constituíam, portanto, não somente um elo de comunicação entre a CONDER e os moradores de cada área, mas também um facilitador do Estado em campo. Além de divulgar na comunidade a previsão de realização de reuniões, auxiliavam em tarefas ligadas à relocação. Por exemplo, durante as fases de execução do projeto habitacional iniciado na década de 2000, por conta da morosidade do processo de construção de novas unidades habitacionais, o órgão oferecera aos moradores, que haviam optado pelo reassentamento na mesma região, mas que ainda estavam “morando de aluguel social”, a oportunidade de ser relocados em conjuntos habitacionais construídos por programas de habitação popular em outros bairros. A negociação necessária nesse processo, era conduzida pelo setor social da Diretoria de habitação da CONDER, e intermediado, junto aos moradores, pelos ADPs, responsáveis por divulgar a oportunidade entre os eventuais interessados. Desde a interrupção dos projetos da CONDER, muitos dos ADPs abandonaram seu papel de agentes comunitários: dedicam-se hoje a outras atividades. Adélia e Margarida (assim como Marcial,

Dona Elza e outros) mantiveram-se ativas no trabalho de mobilização comunitária e ficaram ligadas à rede CAMMPI, como parte do GRUMAI. Sem receber qualquer remuneração – como frisaram em entrevistas que me concederam –, elas participavam de diversas atividades da Rede, principalmente as que tinham lugar na Massaranduba (a exemplo de um dos cortejos da Festa do Jegue) ou que envolviam o tema de moradia e a CONDER (como é o caso dos eventos que seguiram ao incêndio).

As atividades ligadas aos projetos da CONDER levaram Adélia e Margarida a ser conhecidas entre os moradores da área denominada Alagados VI (Massaranduba, Baixa do Petróleo) e identificadas como pessoas a serem acionadas em caso de problemas diversos. Assim, conforme elas disseram, ambas tornaram-se muito conhecidas no bairro e passaram a ser procuradas em caso de qualquer dificuldade, para além das questões relacionadas à habitação. Como me contou Adélia, com certo orgulho, hoje não lhes é mais possível ficar em casa de porta aberta: sempre chega alguém procurando ajuda.

Chamadas pelas lideranças da rede “as meninas” (a pesar de ter respectivamente 55 anos e 54 anos de idade), Dedé e Margô consideram-se membros da CAMMPI, mas manifestam consciência de ocupar uma posição hierárquica inferior à dos coordenadores das associações. Apresentam também um envolvimento menos contínuo com o movimento, em comparação com os que ocupam posições de coordenação nas organizações locais. Costumam estar presentes e trabalhar nas atividades em que é necessária a participação de moradores da *comunidade* (eventos públicos, visita de autoridades) ou quando organizações da rede CAMMPI precisam de ajuda em tarefas específicas. São membros da CAMMPI que guardam uma relação mais próxima com os moradores de áreas, na Massaranduba, onde outras lideranças da rede não circulam. Esta relação, motivada por sua participação originária nos projetos de habitação da CONDER, encarece a importância do papel delas na rede. Sua posição peculiar as diferencia e por vezes as opõe a outras lideranças, que, à frente das organizações de bairro, têm mais relações com as instituições do Estado.

Dedé e Margarida não são as únicas ADPs da região da Enseada. Além delas, participam da CAMMPI Marcial e dona Elza. Nem todos os agentes que a CONDER *formou* estão ligados à rede. Além disso, devido ao longo intervalo de inatividade dos projetos de habitação, muitos ADPs dedicam-se hoje a outras ocupações e estão *desmobilizados*.

Na madrugada do dia 13 de janeiro Dedé e Margô não foram as únicas a correr até o local do incêndio para prestar socorro aos moradores. Vizinhos e familiares dos residentes da Baixa do Petróleo foram ajudar. Também não faltou quem se dirigisse ao local com o

propósito de apropriar-se de pertences e utensílios alheios resgatados das chamas. Sobre aquele momento, Margarida relata:

Foi um trabalho, minha filha! Eu que tive até que resolver roubo de colchão... Nós estávamos junto. Uma ia tomar banho a outra pegava. Meia noite, quando começou [o incêndio] o povo: “dona Margôôô!!!” O povo chamando. Nesse dia sabe que hora eu fui dormir? 5 horas da tarde! Aí vinha reportagem: “Dona Margarida! Cadê dona Margarida?” Eu atendia um, depois atendia o outro. Depois ainda teve reunião, eu fui com Marcial para representar a sociedade civil na reunião geral com o Comandante. E ainda depois veio um bocado de [inaudível] para se beneficiar. [Conversa com Margarida, 15/04/2016]

Margô e Dedé, com a ajuda de Dona Elza, Marcial (também ADPs) e outros moradores, foram responsáveis pela logística dos socorros nos primeiros momentos após o incêndio. De início, os desabrigados invadiram as casas do Conjunto Mangueira III, localizadas a poucas centenas de metros de suas palafitas queimadas, na localidade chamada Leblon. Tratava-se de casas projetadas no âmbito do programa em década anterior. As unidades, recém construídas pela CONDER, ainda não haviam sido finalizadas para serem entregues a seus titulares, moradores removidos de palafitas ou outras habitações consideradas irregulares, previamente cadastrados pelo órgão. Apesar de encontrar-se vagas, não poderiam ser ocupadas definitivamente pelos desabrigados do incêndio, os quais foram redirecionados para a Escola Municipal Centro Comunitário de Mangueira. Ali, durante dias, “as meninas” serviram o café da manhã e as refeições, fornecidas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura.

Os dias após o incêndio foram frenéticos. Nos primeiros momentos, como conta Margô, foi preciso fazer todo tipo de coisa: apagar o fogo, distribuir comida, atender a todos os que se dirigiam ao local, incluindo voluntários, repórteres e representantes do poder público da Prefeitura e do Governo do Estado.

Logo após as primeiras horas, começaram a delinear-se competições entre os que prestavam solidariedade aos “queimados”, como passaram a ser apelidadas os moradores que perderam sua casa no incêndio. Segundo me relataram as ADPs, já no início da manhã, outros membros da rede CAMMPI foram ao local: Marcial e Elza (ADPs), Marijane (GRUMAI) e Reginaldo (ABDAI). Apareceu no Centro também um vereador da região, que não fazia parte da CAMMPI: o vereador Vado Malassombrado, oriundo da Ribeira, filiado ao partido do DEM (o mesmo do Prefeito ACM Neto), da coalizão antagonista ao Governo do Estado. Os membros da CAMMPI e as lideranças que estavam no local participaram de encontros emergenciais com as autoridades competentes.

O Prefeito comprometeu-se imediatamente a fornecer os itens de primeira necessidade para as vítimas do incêndio: cestas básicas, kits de higiene e colchonetes. Em visita ao local, declarou que, apesar de a solução definitiva ser de competência do Governo do Estado, foreiro da maioria das terras na região, o Governo Municipal apoiaria os desabrigados fornecendo um auxílio aluguel, para que as famílias pudessem deixar o centro comunitário o mais cedo possível. Em sua caminhada entre os escombros das palafitas, ACM Neto conversou com os moradores presentes no local e encontrou publicamente o vereador Vado Malassombrado, que, diante do alcaide, colocava-se como representante da *comunidade*.

Nas reuniões da rede CAMMPI, ocorridas naqueles dias, comentava-se que o vereador colocara um toldo com seu nome ao lado da carreta do SAC móvel, enviada pelo Governo do estado para realizar as segundas vias dos documentos perdidos no incêndio. Enquanto uns condenavam-no por “pongar” nos feitos do Governo do Estado para acumular prestígio junto à população, outros juravam tê-lo ouvido mentir em público dizendo: “Eu nasci na palafita!” E mostravam sua reprovação àquela performance política.

Prefeitura e o Governo de Estado se mobilizaram ambos nos socorros aos atingidos pelo incêndio. A divergência partidária entre os dois, todavia, refletia-se nos segmentos que sua intervenção mobilizava na *comunidade*. O vereador Malassombrado alinhava-se com Prefeitura e os líderes das associações da rede CAMMPI com o Governo do Estado. Todavia, como veremos, esses posicionamentos não eram definitivos, nem livres de conflitos e controvérsias.

Nos dias subsequentes ao incêndio, além da distribuição de alimentos, as “meninas” estavam ocupadas com a triagem das doações de roupas que chegaram na Massaranduba. Margô, Dedé, dona Elza e Marijane expressaram por mais de uma vez sua admiração pela a intensidade da afluência de doações (roupa, móveis e eletrodomésticos) para os “queimados”.

Mas este fluxo solidário não demorou a repercutir entre os moradores, com efeitos inesperados. Dedé contou-me de uma família que ganhara três televisores, sendo que outras não receberam nenhuma. A situação era agravada pelo fato de que muitas pessoas *de fora* desejosas de entregar as doações diretamente no bairro, por não conhecer a região, ou por receio de aventurar-se pelas vielas tortuosas da Massaranduba, deixavam todo tipo de item (até eletrodomésticos e móveis) nas ruas adjacentes à maré, ao invés de procurar associações ou pontos de coleta organizados pelos moradores da Península.

É facilmente compreensível que a entrega das ajudas representava uma boa oportunidade de acumular prestígio político, tanto para as lideranças (efetivas ou emergentes)

quanto para os políticos profissionais. Por outro lado, a visibilidade que vinha com este engajamento trazia também consequências indesejáveis.

O trabalho de Margô, Dedé e Elza era continuamente elogiado diante de todos os membros da CAMMPI. Durante as reuniões, ao passo que se enfatizava o protagonismo da ‘comunidade’ no gerenciamento de uma situação de emergência, parabenizavam-se as “meninas” pelo incansável trabalho para ajudar quem estava em dificuldade.

Lurdinha, por exemplo, disse:

Quando Marijane me chamou para ir de madrugada ver o povo do incêndio, eu não vou mentir, eu não fui, também por medo, admito. Sabendo do toque de recolher eu não fui para lá dentro. Mas as meninas não! As meninas foram. Acho que isso a gente tem que reconhecer e valorizar.

Enquanto “as meninas” faziam o trabalho junto à população, havia um outro tipo de trabalho, o de “articulação política”, que estava sendo levado a cabo, em nome da rede CAMMPI, por Reginaldo. Devido a seu trânsito no PT, Reginaldo tinha um canal de acesso ao gabinete do Governador. Isso facilitava que a rede CAMMPI se colocasse como interlocutor territorial do Governo em relação a qualquer providência a ser tomada pelo Estado da Bahia no tocante aos “queimados”. O fato de ser membro da Rede CAMMPI, uma organização territorial com tentáculos no sítio do incêndio, favorecia a aproximação de Reginaldo com o Governador recém eleito.

Enquanto isso, as ADPs, conscientes da importância estratégica do papel que estavam desempenhando, ficavam desapontadas: malgrado colhessem elogios nas reuniões, achavam que outros (os coordenadores da CAMMPI) levassem o mérito de seu trabalho. Sabiam que a proximidade delas com os “queimados”, fundada no seu trabalho de assistência aos desabrigados do incêndio mas também da sua maior *proximidade* (no sentido de redes vicinais), tinha um rebatimento na rede CAMMPI: além de proporcionar à organização visibilidade entre os moradores, repercutia junto aos parceiros políticos, sobretudo os titulares de posições de mando, fortalecendo a rede como interlocutora do Estado. Margarida e Adélia achavam que seus esforços na *comunidade* deveriam ser mais reconhecidos.

A natureza do reconhecimento pretendido não se explicitava. Só me pareceu claro que esta demanda era direcionada à coordenação da rede CAMMPI (como que a um superior hierárquico, uma mistura de patrono e *broker*) e de certa forma reproduzia queixas por mim ouvidas de muitos coordenadores com relação ao *Estado*. Nas queixas das referidas senhoras dava-se por óbvia a proximidade dos coordenadores com o setor público, vista como uma condição privilegiada da qual aparentemente decorria certa facilidade de acesso a recursos de

todos os tipos (nesta situação principalmente empregos, dinheiro e outros benefícios), de modo a colocá-los em posição hierarquicamente superior com relação aos demais moradores do bairro, *companheiros* da membros da rede, inclusive.

Por outro lado, existiam moradores que, vendo as duas senhoras tão envolvidas com as ajudas aos “queimados”, começaram a desconfiar delas. Um dia em que fui a Massaranduba visitar Adélia, Margarida insistiu para levar-me a sua casa. Assim que entrei, ela mostrou-me uma reforma que estava fazendo em parte da sala e na cozinha. Margarida indicou o piso que estava a espera de ser colocado e disse ironicamente: “Tá vendo? Isso foi do dinheiro do incêndio!!!” E rompemos a rir.

Antes do fim de fevereiro ainda participei com as “meninas” de uma oficina de produção de cartazes organizada pela rede CAMMPI no Espaço Cultural¹⁷⁹.

Junto com algumas lideranças empenhadas na organização da festa, Carlos Eduardo (AMCSL), Reginaldo (ABDAI), Raimundo (CAMA) e Ismael (ex membro do REPROTAI), participaram da oficina Adélia, Margarida e Dona Elza. Durante o trabalho, conversava-se a respeito da situação dos desabrigados do incêndio que ainda estavam no centro comunitário da Mangueira. As ADPs aproveitaram a oportunidade para contar, em forma de anedotas, alguns acontecimentos ligados à sua atividade rotineira junto aos “queimados”. Nesses momentos, diante de seus superiores hierárquicos do *movimento*, elas pareciam ostentar a proximidade com os moradores na Baixa do Petróleo, servindo-se, inclusive, de relatos de situações ameaçadoras. A intenção delas parecia ser a de valorizar o seu papel, sua possibilidade de circulação na *comunidade*.

O assunto da conversa era o excesso de doações recebidas pelos “queimados”. Além das dificuldades que Adélia, Margô e Elza encontravam em gerenciar o fluxo desorganizado de objetos doados, elas destacavam que os desabrigados pareciam não precisar mais de doações: alguns já começavam a desprezar as coisas que recebiam. Uma grande quantidade de roupa, diziam, jazia amontoada e inutilizada nas casas delas duas e no GRUMAI. Planejava-se redistribuir essas roupas entre associações da região para que fossem organizados brechós de autofinanciamento. Ponderavam elas que outros moradores estavam reparando que os “queimados” recebiam bens em excesso. Dizia-se que eles às vezes descartavam as marmitas recebidas pela Prefeitura (“quentinhas”) com restos de comida.

¹⁷⁹ Os participantes da oficina deveriam criar cartazes montados em varas, com frases bem humoradas a expressar reivindicações por melhorias nos bairros da Península. Estes arranjos, chamados de “pirulitos”, seriam levados em cortejo pelas ruas de Itapagipe durante a festa de casamento do Jegue de Cueca.

Além disso, elas assinalavam os inconvenientes de serem identificadas como responsáveis pela distribuição de doações e refeições. Contaram que o dono de um bar da Baixa do Petróleo exigira de dona Elza a entrega diária de uma das “quentinhas” dos queimados. Elza respondeu que só poderia dar-lhe algo no caso de haver sobra após a distribuição aos desabrigados. Margarida contou que o homem não aceitou de bom grado a resposta da colega. “Ficamos sabendo até que ele comprou uma arma.” E virando-se para dona Elza, falou zombeteiramente: “A primeira bala é para você, viu?” Dito isso, caíram ambas na gargalhada.

Algumas semanas após o incêndio, à medida em que os “queimados” começavam a receber o auxílio do aluguel social, deixavam o Centro da Mangueira. A Prefeitura repassava a quantia de 300 R\$ a quarenta e uma das famílias desabrigadas, enquanto as demais, em número de trinta e nove, recebiam do Governo do Estado um auxílio mensal do valor de 250 R\$. Esta diferença entre os auxílios, em ambos os casos insuficientes para cobrir as despesas com aluguel, provocava conflitos entre os desabrigados do incêndio, e ainda por cima causava descontentamento nos moradores da região que estavam à espera das “casas da CONDER”, ou seja, da conclusão dos programas da requalificação urbana inacabados. Há diversos anos, aqueles dentre os moradores que optaram por ser contemplados em programas de habitação popular estavam ainda recebendo o aluguel social do Governo do Estado (250 R\$). Ao ver que os “queimados”, estavam obtendo condições mais favoráveis, eles começaram a ficar atentos e a organizar-se.

A situação tornou-se mais crítica quando a *comunidade* começou a suspeitar que a CONDER estava perto de retomar as obras interrompidas na região. Poucas semanas após o incêndio, na área da antiga serraria do final de linha da Massaranduba, reapareceram as máquinas pesadas da construção civil.

Isto significava que o Estado iria finalmente retomar as obras interrompidas anos atrás? Ou que iria apenas construir as casas para os “queimados”? As agentes levavam essas perguntas, que circulavam entre os moradores interessados, para as reuniões da CAMMPI.

Durante algumas semanas, Reginaldo da ABDAI era quem trazia para a rede CAMMPI as notícias, procedentes do Gabinete do Governador, sobre os rumos da habitação em Alagados. Dentre outras coisas, dizia ele, o Governador mostrava vontade de empenhar-se em resolver o mais rápido possível a situação dos desabrigados do incêndio e, possivelmente, retomar as obras de Alagados.

Em uma reunião (de que não participei) com as lideranças da Rede CAMMPI, o Governador comunicou a decisão de realizar uma visita ao local do incêndio na Baixa do

Petróleo. Nessa vista, prevista para o dia 6 de fevereiro, ele anunciaria à população um plano emergencial voltado para a construção, em 3 meses, de unidades habitacionais destinadas aos desabrigados do incêndio.

Apesar das tensões iniciais e da competição pela visibilidade na oferta de ajuda aos queimados, aparentemente já estava garantida à Rede CAMMPI o papel de interlocutora no processo da “emergência habitacional” na Baixa do Petróleo.

Ainda assim, a posição da Rede não estava imune a desafios. Estes tornavam-se mais explícitos à medida em que a estratégia do Governo tornava-se visível aos moradores. O assunto ‘habitação’ começou a tomar espaços nas reuniões ordinárias das segundas-feiras e em outras ocasiões nas quais eu podia observar o desenrolar-se dos eventos. Os encontros com a CONDER fizeram-se mais frequentes. A intensificação da atividade estatal em Alagados passou a empenhar uma parte consistente da rotina da rede CAMMPI, condicionando sua agenda e ocupando-lhe as pautas.

6.6 A reunião no ponto do barco

Uma dessas ocasiões foi uma reunião destinada à organização da festa do casamento do Jegue de Cueca com a Jega de Calçola. No dia 4 de fevereiro o encontro foi marcado, excepcionalmente, para acontecer no bar de Helena, na Massaranduba. O local, próximo à *maré*, era também conhecido como “ponto do barco”. No dia da festa, dali sairia, atrás de um jegue enfeitado e vestido de cueca, um cortejo carnavalesco destinado a encontrar-se com outro, procedente do bairro do Uruguai, com uma jega à frente, vestida de calçola e também enfeitada. Os dois jegues, com os respectivos séquitos, se encontrariam no Largo do Papagaio, na Ribeira, onde finalmente seria celebrado o seu “casamento”. O encontro no bar de Helena servia para fechar os últimos detalhes da organização com a turma que seguiria o cortejo previsto para sair da Massaranduba

Perdi-me duas vezes pelas ruas da Massaranduba, de modo que cheguei atrasada ao bar de Helena. A reunião já estava em andamento. No momento em que eu me juntei ao grupo, tomando assento perto de dona Elza (GRUMAI/ADP) e de Legey (cantora da banda Palafitas), ouvi Reginaldo anunciar: “Acho que a habitação desgastou a rede CAMMPI.”

Segundo entendi pelas colocações que seguiram, estava-se a discutir o posicionamento da rede CAMMPI a respeito do projeto emergencial anunciado pelo Governador. Reginaldo acabara de aludir ao papel de mediador que a rede CAMMPI desempenhava, nessa situação, entre o Governo (sempre moroso) e os moradores. A postura a

ser adotada constituía, evidentemente, um ponto de desacordo entre as lideranças. A urgência de definir um posicionamento derivava de apreensões concernentes à relação Rede CAMMPI/*Estado*, mas também envolvia a relação Rede CAMMPI/*comunidade*.

Ao espalhar-se da notícia de que o Governo construiria novas casas para os *queimados* e provavelmente seriam também retomadas as obras interrompidas, a população se empolgou. Moradores cadastrados, havia 15 anos, em programas de construção de moradias ainda suspensos, mobilizavam-se face à expectativa de receber suas casas. Retomou alento certa pressão sobre as ADPs, com os moradores a procurá-las para tentar entender o que poderiam esperar da CONDER. Nessa atmosfera, a notícia da visita do Governador aos Alagados foi vista por alguns residentes como oportunidade de posicionar-se publicamente, fazer com que o mandatário ouvisse sua voz, reclamando o próprio direito. Quem mais se alarmava com isso eram justamente as ADPs, segmento da rede CAMMPI mais próximo aos *moradores*.

Elas mostravam-se apreensivas especialmente com relação à ideia dos moradores de organizar um protesto no dia da visita oficial. Na reunião, as discussões a esse respeito evidenciavam posicionamentos discordantes, conforme o envolvimento diferenciado das lideranças na política partidária e suas opiniões divergentes sobre o papel das associações em tal situação. Enquanto alguns achavam que expressar as próprias reivindicações seria um *direito* dos moradores, outros chamavam a atenção para a necessidade de a CAMMPI orientar em sentido contrário, pensando no potencial estratégico do momento: “É a primeira saída do Governador Rui Costa a uma *comunidade*.” Dizia Reginaldo, avaliando a importunidade de criar uma situação desconfortável. Alguns chamaram a atenção para a necessidade de empreender, dentro da CAMMPI, uma discussão *inter pares* sobre “o político”. Havia, segundo o entendimento dessas lideranças, a necessidade de ter uma postura única, enquanto *rede*, a fim de evitar situações constrangedoras, como a ocorrida poucos dias antes, numa reunião com o governador, quando um membro da rede questionara Rui Costa e outro se interpusera com vistas a neutralizar o posicionamento do colega, poupando o governador do ônus da resposta.

A discussão começou a ficar confusa. Os participantes falavam todos ao mesmo tempo, levantando a voz. Alguém afirmou ter recebido um telefonema do vereador Malassombrado, perguntando se nas reuniões da CAMMPI falava-se mal dele.

Raimundo (CAMA/PT) procurou restabelecer alguma ordem no debate. O ponto importante, dizia ele, era não se constituir como amortecedores na situação. E concluiu: a *comunidade* deve estar preparada para o *jogo sujo*, para se proteger disso. Se nós não

orientarmos os espaços, alguém vai orientar.” Raimundo já previa a necessidade da CONDER de ser coadjuvada em campo, durante a fase de retomada dos trabalhos em Alagados, não só para dar andamento ao projeto interrompido, como também para a mediação com a *comunidade*. Tratava-se de a rede CAMMPI constituir-se como mediadora, pois se assim não fosse, iriam com certeza aparecer outros atores interessados. Caso a CAMMPI não se manifestasse, esses outros iriam ser recrutados pelo Estado para acompanhar os trabalhos.

Estabeleceu-se, assim, a necessidade de fazer de tudo para manter-se na interlocução com o Estado, com vistas a orientar a realização das intervenções.

As diferenças de posicionamento em relação ao Estado, exteriorizadas nessa situação, correspondiam a um envolvimento diferenciado das lideranças não só no trato com esta instância como também na relação com os moradores e com a própria rede.

6.7 A visita do Governador: o plano emergencial

No dia da visita do governador à Baixa do Petróleo, eu passei a manhã no Espaço Cultural, participando de um encontro da comunidade com a SECULT, em particular com o novo diretor de Espaços Culturais do Estado da Bahia. De lá, com Lurdinha (AMCSL), Marijane (GRUMAI) e Vivaldina (GRUMAI/CONDER), fui de carro para a Baixa do Petróleo, a fim de acompanhar a referida visita. Nas imediações da rua Santa Clara, topamos com Margô e Dedé, visivelmente agitadas. Depois cumprimentá-las, comentamos a intenção de alguns moradores de “fazer barraco” durante a visita do Governador. Apreensivas, elas comunicaram a Marijane e Lurdinha que não conseguiram dissuadí-los.

Seguimos em frente até os portões da serraria, onde uma técnica da CONDER



reconheceu as lideranças e permitiu que alcançássemos nosso destino cortando por dentro do canteiro de obras, já ativo na serraria.

Figura 27 - O com lideranças da pesquisadora.



Governador tira fotos locais. Fonte: Arquivo

Figura 28 - Faixas de agradecimento ao Governador. Fonte: Arquivo da pesquisadora

Além de lideranças da rede CAMMPI (Raimundo, Reginaldo, Carlos Eduardo, Déa, Marcial e outros já mencionados), estavam presentes membros da CONDER, da SEDUR, e a técnica Vanja, do Pacto pela Vida. À espera do Governador, esse grupo se concentrava na pista de borda, entre a serraria e a beira do mar. Não muito distante, embaixo de um toldo montado para abrigar o público e o palanque, concentravam-se cerca de 30 moradores, alguns funcionários do Estado e dois PMs.

Eu estava com Lurdinha, tentando me proteger do sol, quando um morador começou a queixar-se, voltado para nós:

— Tem 13 anos a gente esperando isso aí! O Governador vai ter que acertar isso aí hoje. Não pode! Eu não aceito. [...] 250 R\$ até hoje! Ninguém quer mais alugar para a gente!

Lurdinha observou:

— Eles está certo mas pobre não pode se colocar contra outro pobre!

Cercado por jornalistas e fotógrafos, o Governador chegou, acompanhado por seus assessores, que durante uma breve parada na beira da maré, de frente à serraria, o instruíram rapidamente sobre a situação, apontando o local do incêndio do outro lado do pequeno braço de mar. Depois, todo o grupo moveu-se, seguindo Rui Costa em direção ao toldo. Nesse ponto ele se deteve a contemplar os mapas onde estavam destacadas as áreas de abrangência dos projetos da CONDER (concluídos e em andamento), na Enseada dos Tainheiros. Daí seguimos em direção ao sítio onde ocorrera o incêndio. Aproximamo-nos da área queimada, onde, além de poucos restos das palafitas incendiadas, permaneciam casas em alvenaria, ainda habitadas. Antes de adentrarmos a área, foram distribuídos capacetes brancos, de segurança. Estes eram suficientes apenas para a metade dos presentes¹⁸⁰. Então o Governador parou para dar tempo ao fotógrafo de pegar imagens dele abraçado com os moradores, antes de prosseguir sua visita. Mais tarde, seus assessores distribuíram fichinhas que serviriam para quem quisesse receber sua foto impressa. De um grupinho de moradoras chegou a meus ouvidos a declaração:

— Vou pedir ao governador para fazer minha casa igualzinha. Aliás, não! Melhor do que era antes.

Margarida, que estava seguindo a comitiva a pouca distância, incitou a declarante: — Vá lá falar com o Governador, enquanto ele está *aqui*! Não é todos os dias que ele vem, não!

O grupo retornou para a área protegida pelo toldo, onde, em cima de um pequeno palanque, o Diretor da CONDER anunciou oficialmente a retomada das obras para a edificação, em regime de emergência, de 72 casas para os desabrigados do incêndio e também a construção da pista de borda, num prazo de 6 meses. Garantiu, também, a construção de mais unidades habitacionais no local (duzentas, ao todo). Isso foi entendido como a retomada dos projetos suspensos da CONDER. Seguiu-se a seu anúncio uma fala de Reginaldo, acompanhado no palanque por Raimundo, Margarida e Marcial, representando a *comunidade*. No encerramento das falas institucionais, o Governador proferiu um discurso em que reafirmou o compromisso do Governo do Estado de entregar a obra emergencial em 6 meses, completando as 72 unidades, a pista de borda e um píer.

6.8 Os moradores, a rede CAMMPI, a CONDER. Os “de fora”, os “da frente”.

¹⁸⁰ Em todo caso parecia estranho percorrer com capacete uma área onde, além dos restos das palafitas queimadas, existiam casas em alvenaria, regularmente habitadas.

A reunião ordinária do dia 9 de março, a que compareceram cerca de 20 pessoas¹⁸¹, representando dez das entidades que compõem a CAMMPI, tinha como pauta o início de um processo de autoavaliação da rede, relativamente à sua atuação na Península. Segundo seus membros, a rede vivia um período de enfraquecimento no tocante ao número de entidades nela ativamente envolvidas e à visibilidade alcançada junto aos moradores da Península. Tal enfraquecimento, por suposto, se fazia perceptível ao comparar-se o presente da CAMMPI com sua organização e suas conquistas do passado. A assistente social Rita e eu fomos escolhidas como facilitadoras. Nossa indicação se justificava pelo fato de sermos consideradas “de fora”.

Quanto a mim, não estranhei esta qualificação. Já Rita ficou surpresa e queixou-se aos presentes: ela aproximara-se da CAMMPI quando da sua fundação, como técnica da UCSAL. Comprometida com a Rede durante os últimos dezessete anos, fora sempre assídua nas reuniões e atividades. Agora, recentemente contratada pela Fábrica Cultural, ONG fundada pela cantora baiana Margarete Menezes, com o propósito de desenvolver projetos de cunho social e atividades culturais nos bairros da Península (no Bonfim, nas localidades Dendezeiros e Beira Mar, no fim de linha da Ribeira e no Jardim Cruzeiro). Através de Rita, a Fábrica Cultural entrara a fazer parte da rede, embora sua trajetória e seu status acarretassem uma posição diferenciada na CAMMPI. Esta participação, embora saudada com entusiasmo pelas lideranças envolvidas com os grupos culturais da região, já tinha gerado manifestações de desconfiança por parte de alguns membros da Rede. A diferenciação que marcava a Fábrica relativamente às organizações de bairro parecia cifrar-se em duas características: primeiro, não ter ela nascido da luta e do movimento de bairro¹⁸²; segundo, possuir uma capacidade técnica e financeira maior que as outras associações do complexo.

Durante os informes, Reginaldo (ABDAI) anunciou que na sexta-feira da mesma semana ocorreria uma reunião com a CONDER sobre os projetos de habitação em Alagados VI. No dia seguinte, teria lugar uma visita da equipe do setor de habitação da CONDER à obra da serraria (não foi mencionado o horário).

Lurdinha indagou logo se algum dos presentes se dispunha a acompanhar Reginaldo na visita da CONDER. Carlos Eduardo (vulgo Baby) acrescentou que era necessário

¹⁸¹ Participavam Reginaldo (ABDAI), Carlos (REPROTAI), Selma (CECEL), Raimundo, Karine, Edinho, Néa e Márcia (equipe do CAMA), Ray (Creche Joanes Leste), Diu, Lurdinha e Baby (AMCSL) Ana Rosa (GRUCON), Ana e Zulmira (ADOCCI), Ana (ABEAC), Rita (assistente social, Mercado Iaô), Joyce (moradora, ex membro da REPROTAI).

¹⁸² Apesar das reconhecidas origens humildes da cantora, oriunda da Península de Itapagipe, ex colega de escola de algumas lideranças da CAMMPI.

intensificar a participação nessas atividades, para que todos os membros se envolvessem, não só “os da frente”. Com isso, Baby externava sua decepção pela falta de envolvimento espontâneo de membros das entidades que compõem a rede CAMMPI em atividades de representação em eventos oficiais, reuniões com técnicos de governo, enfim, no que podia ser pensado como “relações institucionais”. Em consequência, somente as lideranças que desempenhavam papéis de coordenação (os “da frente”), já acostumados com este tipo de rotina, acabavam ocupando-se dessa parte do trabalho.

Nessa altura, tive uma dúvida: segundo cogitei, talvez ele puxasse o assunto para rebater publicamente alguma crítica que o tivesse alcançado, por exemplo uma censura relativa à centralização das relações institucionais nos coordenadores. Carlos Eduardo estava afirmando que o desempenho do referido papel estava aberto a todos e que se ensejava um maior engajamento dos demais, dos que normalmente ficavam, por assim dizer, “na retaguarda”.

Após esses informes, uma jovem de nome Joyce foi apresentada e começou a explicar a razão de sua visita: ela, ex moradora da região da serraria, viera em lugar da mãe, que se achava doente (com depressão), a fim de pedir a ajuda da rede CAMMPI numa questão que envolvia os *moradores*. Ela referia-se àquele moradores que, como sua família, foram retirados de palafitas na localidade da Serraria da Massaranduba nos anos anteriores e em seguida foram cadastrados pelo Estado em programas de habitação¹⁸³. Eles estavam ainda recebendo o auxílio aluguel, à espera das “casas da CONDER”. Segundo Joyce, estavam todos muito descontentes, pois circulava o rumor de que 75 unidades seriam construídas na Serraria. Supostos “boatos” espalharam a notícia de que essas casas seriam oferecidas a moradores de outras áreas e não àqueles que se viam como legítimos candidatos a beneficiários das novas unidades. À época da remoção, a CONDER lhes garantia que eles seriam relocados na mesma região de onde foram removidos. Suspeitando que o órgão não iria respeitar o trato, eles estavam, no momento, planejando invadir a região ou organizar um protesto, “fechar a rua”, “queimar pneus”. Tentando dissuadí-los, Joyce e a mãe procuraram a rede. Desta forma foi possível segurar temporariamente os planos de protesto. Esses moradores estavam, portanto, segundo as palavras da menina, à procura de “ver se

¹⁸³ Verifiquei que, segundo algumas fontes, entre elas artigos do jornal a Tarde citados por Miranda (2008) a invasão mais recente de algumas áreas da Massaranduba (a ilha do Rato) teria sido realizada durante no início da década de 2000 por grupos pertencentes ao Movimento Sem Teto. Não consegui verificar se entre os moradores a que Joyce se refere existiam expoentes desse movimento. Em geral apesar de ter encontrado expoentes do Movimento Sem Teto – MSTS em atividades culturais organizadas pela CAMMPI, nenhum membro da rede se manifestou comigo de forma explícita a respeito de ligações com o MSTS.

conseguiam uma voz”: gostariam de comparecer ao encontro com a equipe da CONDER na anunciada visita.

Em linha com a postura expressa na reunião do Ponto do Barco, Reginaldo respondeu que no encontro com a equipe CONDER a participação de representantes daquele segmento seria impossível, pois a visita fora combinada anteriormente com um grupo fechado, para ser um “encontro só com lideranças”. Além disso, segundo ele também alegou, a participação dos postulantes, no encontro assim acordado, poderia contribuir para a geração de boatos entre outros moradores que também se achavam à espera de relocação. Inclusive, ele comentou, já existiam pessoas que, apesar de removidas de suas palafitas ou barracos, retornaram a invadir e construir moradia irregular.

Joyce retomou a palavra e explicou que quem recebe o auxílio de aluguel social do Governo (250R\$) não tem possibilidade de conseguir lugares bons para morar. Por exemplo, a casa, que ela e a mãe alugavam havia três anos, tinha paredes de tijolos crus e era desprovida de janelas, só dispunha de poucas aberturas, pequenas e gradeadas. Era um local certamente inadequado para se viver. O auxílio costuma atrasar e em função disso o locador, que depende do aluguel para viver, passa a ver o inquilino como um problema. Começa, então, a desligar a energia da casa, para compelir o inquilino moroso a abandonar o imóvel. Em seguida, Joyce encerrou sua intervenção, dizendo que precisava voltar para ajudar a mãe, pois em sua casa estava faltando energia. Com isso, abandonou a reunião, visivelmente decepcionada.

Segundo me pareceu, o esforço de aproximação feito por Joyce não fora atendido da forma que ela esperava. Mais tarde isso geraria um desabafo de Jamira, que, com raiva, acusou seus pares de ter esquecido “como se faz *movimento*” e de ser um “bando de velho que fica somente falando coisas chatas”. Acredito que reação enraivada de Jamira dava voz à frustração que todos sentiam diante do Estado, que, embora moroso, ainda detinha o monopólio das decisões em relação aos projetos. A sensação de impotência era aguçada pelo fato de ter como interlocutor direto um órgão (a CONDER) que dependia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsável pelo planejamento e pelas tomadas de decisões. Essa mediação imposta diluía a possibilidade de impacto sobre qualquer tomada de decisão a respeito dos projetos de requalificação.

Na interação com Joyce, ficaram em evidência as posições distintas de “moradores” e “lideranças” da rede CAMMPI. Nessa situação, os “moradores” eram os antigos residentes de palafitas, removidos mediante os projetos de erradicação das habitações de risco. Parte deles ainda não tivera sua situação regularizada, isto é, não recebera as casas que a CONDER

comprometeu-se a entregar-lhes mediante o cadastro. Na primeira fase da reunião, apareceu também uma ulterior diferenciação. Distinguiram-se dois grupos entre os membros da rede CAMMPI: os que estão “na frente” (os coordenadores das associações, normalmente mais ativos no ‘movimento’ e nas relações institucionais) e os que operam nas diversas entidades componentes da rede. As atividades destes últimos cinge-se mais ao interior das organizações, com uma participação menos intensa nas negociações do que se considera “o exterior”, nesse caso instituições do Estado.

Em seguida à saída de Joyce, foi retomada a reunião e procedeu-se à avaliação da atuação da rede CAMMPI. Os participantes afirmaram a necessidade da revitalização dos GTs e de uma análise do impacto da Rede CAMMPI na Península, bem como da atual conjuntura. Segundo eles, a rede precisava fortalecer o próprio papel como interlocutora do setor público e aumentar sua visibilidade junto à comunidade. Muitos se queixavam do fato de a ‘comunidade’ não conhecer a Rede ou não reconhecer sua atuação. Julgou-se necessário, também, aumentar sua abrangência territorial. As propostas nesse sentido oscilavam entre dois polos: de um lado, a realização de um seminário ao qual seriam convidadas todas as entidades do território (mesmo as que nunca participaram da Rede, ou se haviam afastado dela durante anos); de outro, concentrar a atenção nos seus membros atuantes, com participação efetiva. Com o propósito de atrair organizações dos bairros da região além do Caminho de Areia (Roma, Bonfim, Boa Viagem, Ribeira etc.) houve propostas de realizar um levantamento e um cadastro das associações. Por outro lado, reconheceu-se necessário fortalecer os GTs setoriais (Cultura, Educação, Meio Ambiente, etc.) e estimou-se que isso poderia ser feito com as pessoas atualmente engajadas na rede.

Mais uma vez, as mulheres mostraram-se muito eloquentes ao falar do que elas consideravam ser os problemas da CAMMPI enquanto movimento. Segundo Lurdinha, uma das causas de fraqueza da Rede consistia no fato de sua coordenação não assumir as pautas das entidades (referia-se especificamente aos setores de atuação da AMCSL, ou seja, a educação e a causa das escolas comunitárias). Outro ponto crítico, a seu ver, era o fato de a rede não abordar questões urgentes como a da habitação, principalmente no tocante às relações entre os moradores. Desabafou: “A gente já foi ousado, fizemos nossa terra aí, mas precisa melhorar mais. E a gente achar que outro pobre está tomando o nosso é perigoso. [...] Os que ‘tomam chazinho’ com o homem [Governador], o que é que eles dão para a gente, para a Rede?” (ênfase nossa).

Nessa intervenção, Lurdinha conseguiu tornar explícita sua identificação enquanto moradora e liderança preocupada com a rede. Segundo ela, era importante que as conquistas

políticas pessoais dos membros da CAMMPI, principalmente dos que tinham trânsito nas altas esferas do Estado (o gabinete do Governador) fossem compartilhadas de alguma forma com os demais membros da CAMMPI. Nesse momento ela se referia, com certeza, à posição de Reginaldo¹⁸⁴, tal como ficara exposta no contexto das negociações intensas decorridas desde o incêndio. No caso, Lurdinha e outros membros da CAMMPI acusavam o papel decisivo do movimento de bairro — da rede CAMMPI e de suas entidades — na legitimação do companheiro, capacitando-o a assumir o papel de ‘representante da comunidade’ na interlocução com o Governador, e assim fortalecendo sua trajetória política pessoal. Reivindicavam algum retorno. Nesse momento, visibilizava-se uma segmentação na rede que dividia os membros, digamos ordinários, de quem ‘tomava chazinho com o Governador’.

Tal posição conferia a Reginaldo um papel parecido com o que Gluckman chama de papel inter-hierárquico (1968), uma posição que não é de mera ‘articulação’ política. A ideia de articulação indica genericamente uma ligação que junta unidades num sistema, mas nada explica quanto a alguns aspectos da situação que queremos destacar. Os atores inter-hierárquicos ocupam posições onde situam-se as maiores discontinuidades na hierarquia social, onde o cenário das relações sociais torna-se radicalmente diferente (esta me parece a ideia central da citação de Barnes em GLUCKMAN, 1968). A posição do ator inter-hierárquico envolve um choque de interesses entre valores e objetivos de modo que ele pode tornar-se o foco de pressões em conflito, oriundas de diversos níveis hierárquicos.

Nesse caso, os valores do movimento de bairro, dos moradores, da vicinalidade, do parentesco, entravam em contradição com os valores de um nível percebido como mais amplo e abrangente, ou seja, com os valores do sistema estatal, da política partidária e do prestígio político pessoal. Qualquer pessoa que ocupasse essa posição era, em certa medida, foco das mesmas pressões.

Uma ulterior segmentação aparecia nesta situação, revelada pela fala de Baby, que entre os membros da CAMMPI destacara “os da frente”, as lideranças já acostumadas a entreter relações interinstitucionais, de modo geral os coordenadores das associações locais. Durante as negociações com o Governo do Estado após o incêndio, foram justamente algumas dessas lideranças que destacaram a posição de Reginaldo como alguém mais próximo do Estado, marcando uma diferença (se não uma oposição) em relação a este papel.

Todavia, em numerosos outros momentos pude verificar que essas mesmas lideranças poderiam ser atingidas pelas pressões do papel intra-hierárquico, por outros

¹⁸⁴ E provavelmente à de Raimundo que fora Secretário da SEPRMI no final do mandato anterior.

segmentos da CAMMPI ou da ‘comunidade’. É o caso das queixas das ADPs, Dedé e Margô. Elas não só se percebem alocadas numa posição hierarquicamente inferior, como estão insatisfeitas por ter desempenhado um trabalho duro, na emergência do incêndio, e ter assistido à acumulação de prestígio e legitimidade política por lideranças da CAMMPI, em posição hierárquica mais elevada. Mas ainda na fase de emergência, no pós incêndio, as mesmas agentes comunitárias viram-se em posição difícil, entre, de um lado, a articulação institucional de Governo do Estado, Prefeitura, CONDER e rede CAMMPI e, de outro, a ‘comunidade’. Os moradores cobravam delas a partilha de alguns benefícios (por exemplo a “quentinha dos queimados”) e os vizinhos suspeitavam que elas estivessem tirando proveito pessoal da situação (a reforma do piso na casa de Margarida, supostamente feita com “o dinheiro do incêndio”).

Outros fatos denunciavam a pressão sofridas pelas lideranças engajadas na “questão da habitação”: as divergências de opinião quanto ao posicionamento da rede CAMMPI — expressas discretamente na reunião no Ponto do Barco — e as preocupações insinuadas, na mesma ocasião, por Raimundo e Reginaldo com a reação dos moradores na visita do Governador, traduzindo seu receio do “jogo sujo” que, por suposto, então poderia acontecer.

Em todas as situações acima descritas (distintas, embora conexas) existe a percepção de alguma clivagem ou fronteira entre blocos, que são ligados ou articulados pelos elementos situados em posição intrahierárquica. Até agora, esses blocos foram referidos como comunidade e Estado. Nas diversas situações, a posição de ligação vem a ser ocupada por diferentes atores: ora Reginaldo e Raimundo, ora as lideranças que estão “na frente”, como Dedé e Margô, ora a rede CAMMPI como um todo. Isso indica que nem a rede CAMMPI nem a comunidade podem ser consideradas blocos compactos, mas sim segmentados. Como mostram as diversas situações apresentadas até aqui, a agregação e separação dos segmentos é sempre relativa, contextual e reversível (GOLDMAN, 2001). Já vimos, nas disputas analisadas neste capítulo e no anterior, que apesar de processos de oposição segmentar, existem situações em que a rede CAMMPI ou a comunidade apresentam-se como blocos compactos.

A noção de segmentaridade aqui empregada, tributária da conceituação exposta em Goldman (2001, 2006)¹⁸⁵, torna mais inteligíveis alguns mecanismos através dos quais se dá a articulação entre segmentos políticos. Como foi destacado por Goldman em relação ao Movimento Negro em Ilhéus, outro ganho analítico é a possibilidade de entender como o que

¹⁸⁵ Que por sua vez se inspira fortemente em Herzfeld 1989 e 2005.

é oposição de segmentos em um plano (por exemplo entre lideranças e ADPs no trabalho de assistência à população) pode ser conjunção em outro (no palanque, durante a visita do Governador).

6.9 Os encontros com a CONDER

Nos dias que se seguiram ao anúncio do Governador, os encontros da CONDER com a comunidade se intensificaram. No lapso de duas semanas houve uma reunião no escritório de campo com as lideranças, uma reunião para assinatura de um convênio com o CAMA e uma cerimônia de entrega de títulos fundiários ao moradores do Uruguai, Massaranduba e Lobato. Desse último encontro, participou, mais uma vez, o Governador.

Os encontros com a CONDER colocam em primeiro plano a atuação da rede CAMMPI com vistas à viabilização das demandas relativas ao espaço de Alagados, através do foco na interação das lideranças com a Diretoria de Habitação. Essa interação é permeada por intensas negociações e também por uma estrita colaboração entre as funcionárias da CONDER, principalmente de seu segmento chamado COSOC - Coordenação Social e os coordenadores de organizações da CAMMPI da região de Alagados.

Ao longo das reuniões, os momentos de oposição entre a *comunidade* e o *Estado* são intercalados por situações em que as lideranças e as funcionárias do setor social operam um esforço conjunto para resolver dificuldades e problemas de gestão. Durante essas situações (em particular durante a reunião sobre habitação) podem articular-se oposições ou simples separações entre diversos segmentos do Estado (Governo do Estado/Governo do Município, Coordenação Social/CONDER, CONDER/SEDUR, etc.).

Todavia, é necessário lembrar que mesmo nas composições nas quais a comunidade e o Estado atuam juntos permanece marcada a assimetria entre os respectivos segmentos. Parece existir uma tendência a dissimular tal assimetria mediante a menção recorrente que os técnicos governamentais fazem à noção de diálogo. As reuniões onde ocorre o *diálogo* são consideradas pelo movimento uma das partes mais importantes da *luta*¹⁸⁶.

6.10 A reunião sobre habitação no escritório de campo da CONDER

A reunião sobre a retomada dos projetos de requalificação urbana, coordenada pela CONDER, ocorreu em 26 de março no escritório de campo da rua Mundo Novo. Técnicos do

¹⁸⁶ Divergência análoga, denunciada pelo uso de palavras com sentido oposto, foi registrada também Muniagurria, 2016 em sua etnografia das políticas culturais, que foca principalmente a atuação dos Conselhos de cultura.

COSOC e da Diretoria de habitação da CONDER encontraram-se nesse dia com lideranças da rede CAMMPI, ADPs de Alagados IV, V e VI, e dois representantes do Distrito Sanitário Municipal de Itapagipe, Teófilo e Karina.

O anúncio do Governador, da intenção de retomar o último projeto de requalificação urbana, interrompido sem construir todas as unidades habitacionais previstas, impunha a necessidade de discutir, em primeiro lugar, assuntos ligados à localização das casas a serem construídas. A interrupção das obras e a conseqüente ausência da CONDER dos espaços destinados à construção resultaram em novas invasões. Não existia mais o espaço que constava como vazio nos mapas do antigo projeto. Não havia mais o espaço necessário para edificar todas as unidades previstas no contrato.

Participaram da reunião cerca de 25 pessoas. Destas, sete eram técnicos da CONDER (a maioria funcionárias da COSOC, mais Teca e Célia, urbanistas da Diretoria de Habitação). Além dos dois representantes da Prefeitura, acima mencionados, estavam sentados do lado direito da sala do galpão Marijane (GRUMAI), Vivaldina (ex ADP, membro do GRUMAI, contratada pela CONDER), Lurdinha e Carlos Eduardo Baby (AMCSL), Ana Rosa (GRUCON), Reginaldo (ABDAI), Raimundo (CAMA), um morador e os ADPs ainda ativos das áreas interessadas, Jorge, Dedê, Elza, Margô, Marcial.

A reunião iniciou-se com uma dinâmica de apresentação destinada a fazer com que todos os participantes se concentrassem no encontro. Seguiram-se informes. Depois Lurdinha pediu a palavra e propôs que o coletivo fizesse um minuto de silêncio em memória de um jovem morador recentemente assassinado no bairro.

Em vistas da realização, programada para o domingo seguinte, da cerimônia de entrega de títulos fundiários, a coordenadora do COSOC Graziane pediu que as lideranças colaborassem a fim de motivar os moradores a “acreditar” no procedimento de regularização. Segundo a avaliação de Graziane, devido à “falta de confiança no processo”, algumas famílias não forneciam os documentos necessários para provar sua posse e obter os títulos referentes aos terrenos ocupados por suas casas.

Mas o real objetivo da reunião era começar a discutir questões ligadas à retomada do projeto de requalificação urbana (construção das unidades habitacionais e equipamentos há muito prometidos) e, principalmente, a distribuição das unidades habitacionais entre as famílias cadastradas há quinze anos nos registros da CONDER.

Comentou-se que o incêndio foi uma situação desagradável que, todavia, “fez mexer as coisas”: serviu para remover habitações em situação de risco (as palafitas) e retomar um projeto que estava parado.

De acordo com as técnicas, em Alagados IV e V (trechos correspondentes à parte da área costeira do Uruguai e à da Baixa do Petróleo – cf. Mapa no Anexo 6) pessoas anteriormente despejadas, que haviam recebido indenização por suas casas, permaneciam ocupando a área ou a reinvidiram. Segundo quanto previsto no projeto inicial, faltavam ainda 164 casas a serem edificadas no local. Todavia, nas condições então verificadas, aí existia espaço somente para 84 casas. Dada a impossibilidade de construir todas as casas previstas, perguntava-se à comunidade – isto é, às lideranças presentes – se seria possível construir 80 unidades em outra área, por exemplo em Alagados VI.

Um segundo núcleo de questões era relativo ao Posto de Saúde. O projeto originário previa a instalação, em Alagados IV e V, de um Programa de Saúde da Família e de um Posto. Essa componente do projeto era de competência do Município, que seria responsável de fazer o projeto do PSF e depois levar o projeto adiante em parceria com a CONDER (foreira dos terrenos). O Governo Municipal, diziam os técnicos, ainda não manifestara-se a respeito.

Os funcionários do Distrito Sanitário Municipal tomaram então a palavra, para dizer que a Prefeitura fizera levantamentos para a construção do Posto de Saúde na Serraria. Todavia, acrescentam as funcionárias da CONDER, no espaço da serraria, aforado à CONDER e atualmente sob controle da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado, existia outro projeto: ele estava destinado a abrigar as 74 unidades habitacionais a serem edificadas mediante o recurso emergencial anunciado pelo Governador.

O funcionário da Prefeitura respondeu, em via não oficial, que a Prefeitura já disporia do recurso necessário, assim como de um endereço cadastrado (para o futuro Posto) e de um projeto pronto. A urbanista da CONDER, Célia, tomou então a palavra para perguntar a Teófilo se o Estado já autorizara esse projeto da Prefeitura. Teófilo não soube dar uma resposta.

As funcionárias da COSOC então retomaram: “Para a construção do Posto é necessário um terreno de fácil acesso, já disponível”. Queriam com isso antecipar que não seria possível utilizar terrenos com situação de posse irregular (a exemplo dos galpões industriais abandonados, abundantes na Península, que a comunidade já indicara à CONDER como espaço disponível). Esse tipo de espaço, argumentavam as técnicas envolveriam processos demorados de desapropriação. Diante da escassez de espaço, então, perguntaram as funcionárias da CONDER “quais seriam as prioridades da comunidade?”.

O ADP Jorge interveio, incisivo: — “Nós estamos sendo coagidos pelos moradores!” — E explicou: os moradores estavam exigindo dos ADPs tomar conhecimento da lista que

estabelecia a ordem de distribuição das unidades habitacionais. Do contrário, ameaçavam fazer piquete a fim de parar a obra. Alguém perguntou como podia ser que o Estado da Bahia e a Prefeitura, juntos, não conseguiram fazer a expropriação. Ficou sem resposta.

Voltando a falar do projeto de instalação de um Posto de Saúde no sítio da serraria, Teófilo ponderou que a Prefeitura só estava postulando 600 m² dos 3000m² da área da serraria. As funcionárias da CONDER retrucaram alegando que no ofício estava escrito 1000 m². E Célia cortou, dizendo que nem ela, nem os técnicos presentes tinham competência ou poder para decidir sobre o assunto. Apenas se dispunham, nesta reunião, a ouvir qual era a preferência da comunidade e a levar a indicação ao órgão de planejamento (SEDUR), que decidiria. Lurdinha então tomou a palavra e declarou, peremptória:

— Não tem como dividir as casas, temos que voltar atrás. Não vamos aceitar isso e muito menos escolher entre as casas e o posto. Nós queremos tudo: casas e saúde. Queremos o Programa de Saúde da Família e o posto. Nós não vamos escolher. Se quiserem, nós vamos para a SEDUR com vocês.

Tentando amenizar a tensão, Graziane esclareceu que as técnicas estavam cientes do passivo histórico da CONDER em Alagados. Tendo isso como premissa, era preciso considerar as alternativas de fato existentes.

Raimundo interveio, ponderando que fora justamente a Rede CAMMPI quem havia proposto à CODNER o *diálogo* para avançar no tocante aos direitos da população da Península e destacou que um dos desafios para a conquista desses direitos — em particular, o direito à saúde — decorria de uma oposição *política* (partidária) entre o Governo do estado e o do município. Também acrescentou que a Rede estava acostumada a conduzir debates como este desde o início de sua fundação. Sugeriu portanto a formação de um grupo restrito, com membros da CONDER, da Prefeitura e da rede CAMMPI para prosseguir o trabalho. Propôs também verificar a situação de uma garagem inutilizada de uma empresa de ônibus, como possível alternativa para a pretendida instalação. Aproveitou ainda para formalizar uma crítica à política do espaço na Península. Referiu-se à recente parceria do Governo estadual e municipal na reforma de uma grande área, localizada no bairro Roma. No local, que anteriormente abrigava o Conselho tutelar e estruturas sociais destinadas ao atendimento da população de rua, estava sendo agora construído um estacionamento (com capacidade para 54 carros e 52 ônibus) destinado aos romeiros do santuário de irmã Dulce, localizado nas imediações. Esta obra, ocorreu sem prévia consulta à comunidade. A representante do município Carina, até então calada, nessa altura rebateu, dizendo que a comunidade deveria

ter se manifestado pelos canais oficiais, a saber, o Conselho da Prefeitura-Bairro, a Rede CAMMPI, o Conselho de Saúde¹⁸⁷.

De forma um pouco abrupta Ana Rosa (GRUCON) interveio a indagar:

— Mas nessas discussões, até onde vai realmente nosso poder?

A pergunta ficou no ar e as funcionárias da CONDER acataram a proposta de compor um grupo de trabalho restrito. Ato contínuo, propuseram aos presentes uma etapa preliminar para saber a dimensão exata de terreno disponível, a fim de que se pudesse compor o cenário o mais verossímil possível da nova situação¹⁸⁸, antes de proceder com a fase operacional da construção das novas unidades. Ao que Marijane respondeu:

Em Alagados IV ainda faltam 301 casas, como é que vocês não sabem onde fazer? Durante esses anos, já foi sinalizado por nós que estava acontecendo um processo de reocupação. O problema das 80 casas que vocês não sabem onde construir, não é um problema nosso! Vocês têm que nos dizer: se fosse em Alagados VI, quantas unidades seriam? Outra coisa: há anos sinalizamos para vocês os galpões vazios que estão na Península. Nós não vamos fazer isso de novo! [grifos meus]

As funcionárias acataram esta argumentação sem replicar e trataram de passar ao outro ponto de pauta: como estabelecer uma escala de prioridades entre os inscritos nos cadastros de habitação. Existiam algumas dificuldades em relação à lista de moradores já cadastrados: a CONDER não dispunha mais dos cadastros feitos em 2000, pois a empresa de consultoria que realizara a pesquisa não entregara ao órgão as fichas de entrevista, dera-lhe apenas o produto, ou seja, um livro com a discriminação de todas as famílias removidas, entre as quais algumas optaram por receber uma indenização e outras passaram a receber o aluguel social. Segundo o cadastro, existiam no momento 323 famílias à espera de uma casa. Era necessário, portanto, fazer uma avaliação, a fim de estabelecer a ordem de atribuição de unidades habitacionais aos beneficiários segundo as normas vigentes (Portaria n. 610 do Ministério da Cidade).

Raimundo propôs a elaboração de um cronograma com a previsão de entrega das unidades, de modo a não aumentar o conflito entre os moradores:

— As pessoas precisam ter um horizonte. Os critérios resolvem nosso problema mas não fazem sentido para a comunidade. É necessário saber quantas casas vão ser entregues.

Jorge sugeriu fazer novos cadastros a fim de incluir os moradores de casas irregulares que surgiram mais recentemente. Graziane ponderou que no caso destes moradores

¹⁸⁷ Leio a equiparação da Rede CAMMPI aos Conselhos institucionais da região como sintomática da naturalização de seu papel de interlocutor institucional do Estado.

¹⁸⁸ Diferente da que serviu como base para formular os projetos anos atrás.

novatos a CONDER não teria a obrigação fazer a relocação na mesma região, pois a medida correspondia a uma demanda (“luta”) dos que foram removidos na década de 2000. No momento, inexistia a possibilidade de conceder aos novos beneficiários as mesmas condições de relocação.

A reunião concluiu-se com a instituição do grupo de trabalho¹⁸⁹ destinado à discussão sobre os terrenos disponíveis para a instalação do posto de saúde e a implantação do Programa de Saúde da Família, mas também com o propósito de acompanhar o reajuste tanto da quantidade como da distribuição, entre Alagados IV-V e Alagados VI, das unidades habitacionais a ser erigidas com os recursos já disponíveis na CONDER. Decidiu-se também empreender um levantamento do tamanho da área construtível. Acordou-se que só depois disso seria possível elaborar um cronograma com a previsão das entregas das unidades.

6.11 Reunião PIDSA – Projeto Integrado de Desenvolvimento Social de Alagados em Narandiba

No dia 27 de março de 2015 lideranças da rede CAMMPI foram convidadas a participar de uma reunião na CONDER a fim de discutir sobre um convênio de dois anos a ser assinado entre o órgão e o CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente, objetivando a execução da componente social do programa de requalificação urbana em Alagados, ainda relacionado à intervenção iniciada na década anterior. Sendo firmatário do convênio, o CAMA assumiria o rótulo de “operadora social”. Todavia, não seria a única instituição a desenvolver atividades de cunho social na área visada pelo mesmo convênio. O CAMA seria responsável pelo recurso, mas dentro da mesma iniciativa caberiam ações desenvolvidas por outras sete organizações locais, dentre elas o GRUMAI.

Na circunstância, eram representantes da comunidade, além dos coordenadores Raimundo e Baby, Tatiane (REPROTAI), Ana Rosa (GRUCON), Marijane (GRUMAI), Lurdinha (AMCSL), George (ADP), Vivaldina (CONDER/GRUMAI) e Margarida (ADP/GRUMAI), enquanto a equipe da CONDER se compunha de funcionárias do COSOC (a exemplo de Graziane) e da Diretoria de Habitação (Célia e Teca). As funcionárias abriram a reunião enfatizando que a instituição “não gostava muito” desta modalidade de financiamento e que tiveram de interceder bastante “com a CONDER” para viabilizar o convênio, garantindo que não haveria problemas, devido à capacidade técnica da “instituição beneficiada”. Além sublinhar o caráter de *benefício* atribuído ao financiamento, elas

¹⁸⁹GT formado por representantes da CONDER (dentre eles Célia), Ana Carina, representante do Distrito Sanitário da Prefeitura, e da rede CAMMPI, Reginaldo, Raimundo, Marijane, Dedé e um morador.

insistiram na alegação de que tinham convencido a CONDER da conveniência de que as iniciativas sociais fossem desenvolvidas diretamente pelas organizações locais. Ao mesmo tempo, declararam “ter consciência” do fato de que a CONDER “não estava fazendo favor nenhum” à comunidade. Quiseram sublinhar, porém, o valor de “ato de confiança” que atribuíam ao convênio. E reiteraram o mote: “Acreditamos que o Estado tem obrigação de contribuir mediante esse tipo de benefício” (grifos meus).

Seguiu-se uma apresentação do projeto, de forma a submeter a versão prévia do slide show à apreciação das lideranças. Fotografias de momentos da interação da CONDER com a comunidade, desde 2001, estavam colocadas nas primeiras páginas projetadas para “produzir uma ideia de continuidade”, fazendo aparecer estes momentos como uma série de etapas sucessivas de um único processo. Ao contemplar a sucessão de imagens, alguém da comunidade comentou:

— Puxa! Parece até que tudo fluiu, né, parece até que foi fácil chegar a esse ponto!

Logo depois vinha o histórico do trabalho social da CONDER em Alagados, executado diretamente pelo órgão ou mediante instituições conveniadas. Seguiu-se a apresentação dos sete projetos de execução prevista para um período de 20 meses.

Após os projetos da “operadora social”, estavam detalhadas atividades que seriam realizadas na comunidade diretamente pelo órgão. Entre estas, mais estritamente relacionadas às obras de requalificação urbana, existia a rubrica chamada “Mobilização e Organização comunitária”. O item contemplava a eleição de uma comissão de bairro – Pista de Borda II — a ser formada por moradores da área que seria envolvida na obra da pista de borda.

A equipe da CONDER recapitulou as intervenções previstas: a construção das 164 unidades, possivelmente de 3-4 andares cada, a implantação de infraestrutura, rede de drenagem pluvial, esgotamento sanitário, rede de abastecimento, ligações domiciliares, pavimentação e obras viárias.

Após as discussões do dia anterior sobre a escassez de terrenos construtíveis, a perspectiva de aumentar as unidades realizadas em cada construção verticalizando as casas do programa não agradou às lideranças, que trocaram olhares de reprovação entre si.

A apresentação foi interrompida por Lurdinha, que perguntou se não havia alguma menção à realização das reformas e à instalação de equipamentos previstos para as associações no antigo projeto. As obras de reforma começadas meses atrás em uma das associações (ABDAI) não se completaram, tendo a empresa de construção abandonado o sítio sem terminar o trabalho, coisa que inevitavelmente afetou as atividades da associação. A

equipe convidou as lideranças a colocar esse ponto na agenda, de modo a apresentar as demandas diretamente ao Diretor do setor de urbanismo, Deusdete. Lurdinha acrescentou:

E queremos também que as empresas que trabalharão em Alagados contratem gente da área. [...] Isso seria bom para o bairro, para a autoestima das pessoas. Alguns são usuários de drogas mas vamos sair do preconceito, não é porque eles são usuários que não deveriam trabalhar! E tem que ajudar as instituições. Não queremos bagunçar, mas também não queremos deixar pra lá. O Estado quebrou [a ABDAI] e deixou lá. A empreiteira entra lá [no bairro] e não deixa nada.

Graziane respondeu que o ideal seria enviar pedido oficial à ouvidoria, de onde a demanda seria levada ao diretor. As lideranças afirmaram já ter feito isso. Quanto à garantia de utilizar mão de obra local nas obras, a equipe afirmou que poderia tentar sensibilizar a empresa de construção, mas não poderia impor essa condição.

Não era a primeira vez que, no discurso da equipe do COSOC, prestes a firmar um acordo de parceria com as organizações da CAMMPI, o “Diretor” ou “a CONDER” parecia situar-se no exterior da relação entre a coordenação da CAMMPI e a equipe técnica. Era como se as reivindicações ou demandas direcionadas à CONDER recaíssem fora do escopo de atuação da equipe, que procurava posicionar-se ao lado da *comunidade*. Após manifestar suas demandas, as lideranças eram orientadas a direcionar as reivindicações a outro segmento, hierarquicamente superior, da instituição, enquanto a equipe enfatizava ter insistido para que a CONDER aceitasse a implementação do convênio, considerado pelo COSOC uma compensação devida, e pela CONDER como um todo, um gesto de confiança.

A situação, que se enquadra numa relação de parceria institucional, convida a considerar este arranjo não como um laço entre CONDER e rede CAMMPI mas como relações entre segmentos que compõem tais blocos, a saber, o COSOC e os ‘da frente’ da rede. Esta apreciação abre o caminho ao exame das relações que permitem a manutenção de tais parcerias. Segundo o observado na Península itapagipana em muitos casos, desenvolvem-se relações pessoais, expressas em termos de confiança e consideração. Na relação CONDER – CAMMPI, essas relações ocorrem principalmente entre a coordenação do COSOC, a assistente social do escritório de campo e as mulheres da rede CAMMPI.

No caso em análise, o Diretor de Habitação da CONDER (Sr. Deusdete Fagundes de Brito), como que paira fora da relação entre a coordenação da CAMMPI e a equipe técnica, empenhada há anos em visitas, reuniões, trocas de documentos, elaboração de arquivos etc. junto à comunidade.

Na situação analisada, o COSOC oscila entre solidarizar-se com as lideranças e afirmar sua superioridade hierárquica na interação, enquanto seção da CONDER.

Como segmento deste órgão, subordinado à SEDUR na definição da política de habitação, o COSOC deve sempre adequar-se na política definida por seus superiores hierárquicos. Ao mesmo tempo, seu trabalho está ligado à dimensão local de Alagados, em contato com a comunidade. De forma similar ao que é mostrado por Vianna (2010), quanto mais um segmento é afastado das “altas” esferas, mais evidentes se fazem as dissonâncias em relação às políticas institucionalizadas. No caso do COSOC, próximo do ‘campo’, dos moradores e de suas lideranças, as funcionárias devem manter a relação com a *comunidade*, procurando sempre adequar seu trabalho às diretrizes institucionais da CONDER. Elas também têm o encargo de levar a seus superiores hierárquicos (os planejadores da SEDUR) a perspectiva da *comunidade*.

A manutenção da aliança desses funcionários atuantes no campo quer com os líderes, quer com o conjunto dos moradores, vê-se dificultada pelas determinações das esferas hierárquicas superiores, como sucedeu quando estas ordenaram a cessação das obras, por falta de recursos. Os funcionários de campo sofreram o impacto negativo da descontinuação das obras de Alagados. Pesava sobre eles o histórico da dilação ou falta de conclusão dos programas habitacionais, fato que induziu Graziane a falar de ‘dívida histórica do Estado’. Isso é tão importante que em um discurso de agradecimento durante uma cerimônia de entrega de títulos fundiários, uma representante da CONDER agradeceu publicamente às lideranças, atribuindo inteiramente ao mérito delas o fato de funcionários do órgão poderem caminhar na região de Alagados, sem correr o risco de serem expulsos pela população.

O convênio PIDSA constituía um ponto crítico, pois fortalecia a relação entre a CONDER e as lideranças da CAMMPI. A *parceria* tinha obviamente consequências para as entidades que seriam beneficiadas. Estas precisariam ajustar sua conduta para garantir uma gestão do recurso que respeitasse requisitos de administração. Segundo Graziane, havia a necessidade de montar um escritório específico para a gestão do projeto. (Existia um item orçamentário com verba alocada especificamente para isso). No local deveria ser criado um arquivo com todos os documentos necessários à gestão do convênio e pertinentes ao histórico da intervenção da CONDER em Alagados.

Novos esclarecimentos foram feitos às lideranças pelas assistentes sociais do COSOC. Entre as instruções sobre prestação de contas (ponto que preocupava visivelmente as funcionárias), foi destacado que só pessoas da *comunidade* poderiam ser contratadas para trabalhar nos projetos das instituições. Advertiu-se ainda que existia incompatibilidade entre o cargo de coordenador da associação local e qualquer função remunerada nos projetos da operadora social. Cientes desse requisito, as lideranças responderam que prevendo esse tipo

de impedimentos as organizações comunitárias já estavam constituídas de forma a contorná-lo: os coordenadores de facto não figuravam como coordenadores *de iure* nos atos constitutivos de suas entidades.

Mas não eram somente as assistentes sociais da CONDER que, em seu trabalho com a *comunidade*, procuravam meios de garantir a adequação da parceira às diretrizes institucionais. As mobilizadoras sociais, principalmente Dedé e Margarida, precisavam também adequar seu trabalho comunitário às diretrizes da CAMMPI. Na rede, evidentemente, estas obrigações não são regidas pelas regras do funcionalismo público, e sim pela organização do *movimento*, que apesar de alegações de colegialidade, também se mostra hierarquizado.

Um último elemento está presente em todas as situações abordadas, embora resulte mais evidente, talvez, no caso da atuação das mobilizadoras Margô e Dedé: em todos os níveis da política do espaço em Alagados, os atores em posição intra-hierárquica são indispensáveis a seus superiores por sua proximidade com a dimensão local (os moradores, a *comunidade*). Mas isto tem duplo efeito: por um lado, esta proximidade os desafia e pressiona; por outro, os legitima. Este último aspecto, o da legitimação, pode ser colhido ao reparar que para nas interlocuções com o nível hierárquico superior, os atores de certo modo exibem seu conhecimento sobre o bairro. Ao mesmo tempo em que exibem seu, por assim dizer, saber local, eles podem também jogar sombras de forma estratégica.

Em Alagados, para o bom êxito de práticas que produzem a percepção de abrangência e verticalidade quer do Estado quer da CAMMPI, é indispensável unir-se a segmentos que contam com uma liberdade de circulação e possibilidade de aproximação com os moradores, geográfica e socialmente falando. Isto se torna patente quando os técnicos governamentais precisam de membros da comunidade que os acompanhem na realização de cadastros e visitas de campo, ou se façam porta-vozes do conjunto de moradores. A mesma coisa torna-se visível quando a rede CAMMPI procura ganhar visibilidade e legitimidade junto aos moradores, como ocorreu em seguida ao incêndio da baixa do Petróleo. Entre dois segmentos contíguos, articulados numa parceria, o segmento hierarquicamente inferior tem uma maior penetração territorial e através dela procura negociar sua posição.

O quão politicamente importante é esta proximidade pode ser entendido, antes de encerrar este capítulo, a partir de uma última anedota.

Na época imediatamente antecedente à campanha eleitoral para as eleições municipais de 2016 as lideranças das organizações membros da CAMMPI ativas no Uruguai, alinhadas em apoio à candidata Alice Portugal (PCdoB), começaram a censurar atividades,

consideradas irregulares, que estavam sendo promovidas por adversários políticos nas eleições municipais. Segundo falavam alguns, estes estariam organizando festas open-bar para os moradores da região entre o Largo do fim de linha e a *maré*, onde estão localizados conjuntos habitacionais e terrenos recentemente invadidos. São áreas de consolidação mais recente onde mora uma população mais pobre. Os adversários políticos, censurados por algumas lideranças da rede CAMMPI, seriam pessoas filiadas a um dos partidos da coligação do Governo do Estado. Nesta recente coligação, partidos que na campanha eleitoral municipal eram opositores dos que formavam a base do Governo, considerados de esquerda. Como parte da coligação de governo, expoentes desses partidos opositores teriam recebido cargos na CONDER. Essas pessoas utilizavam-se da penetração que órgão tinha no bairro, para fazer campanha eleitoral. As lideranças da CAMMPI consideravam que a possibilidade de ter este acesso ao bairro e seus moradores, vinha da posição que esses oponentes disfrutavam no órgão, cujos funcionários mantinham a possibilidade de circulação em Alagados graças ao trabalho das lideranças de bairro. Eles que teriam chegado a ocupar cargos na CONDER por seu pertencimento ao partido que entrara na coalização, queriam agora apoiar seus candidatos nas eleições municipais. Serviam-se, portanto, do laço que a CONDER tem com o território de Alagados para a campanha eleitoral. As lideranças da CAMMPI interpretaram este fato como um *desrespeito* da CONDER para com elas. Alegavam que, depois de ter trabalhado durante anos, para facilitar as relações do órgão com os moradores, e possibilitar a circulação de seus funcionários no bairro, seus esforços estariam sendo aproveitados indevidamente para um fim que os contrariava.

CAPÍTULO 7

CULTURA, POLÍTICA, MOVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

7.1 Março das mulheres. Um ritual da política.

No último domingo de março de 2015, às 8 horas da manhã, o fim de linha do Uruguai já estava fervendo em preparativos. Circulavam no largo pessoas atarefadas na organização da cerimônia de entrega de títulos fundiários a moradores da região do Uruguai, Lobato e Mangueira.

A sala de ensaios do Espaço Cultural Alagados, que de noite iria abrigar a exibição de uma peça, estava funcionando como um local de apoio, onde garçons de camisa social branca e avental preto arrumavam sacos de gelo, água e café a serem servidos aos participantes.

Diante do palanque, montado ao lado da BCS, cerca de 400 cadeiras eram ocupadas aos poucos pelos moradores, impacientes para receber seus títulos, o que, todavia, não ocorreria antes da solenidade, a ser prestigiada pelo Governador Rui Costa em pessoa.

Comparado com cerimônias de entrega de equipamentos urbanos, o evento de entrega dos títulos fundiários parecia exigir uma ritualização acentuada. Em primeiro lugar, esta cerimônia ocorria na esteira da retomada de intervenções estatais em Alagados. Havia, com certeza, a intenção de resgatar a imagem desgastada do Governo, aproveitando o ensejo do início do mandato de Rui Costa para amenizar a frustração causada pela morosidade com que o Estado enfrentara as obras de Alagados. A morosidade das obras convertera-se em algo parecido com uma “dívida” moral do Estado para com a população. Um resgate fazia-se oportuno, também, em face das recentes vicissitudes da política nacional no Brasil. Estávamos no início do segundo mandato da Presidente eleita Dilma Rousseff. O cenário político nacional era atropelado pelos desdobramentos da operação “Lava Jato”. Em 17 de março de 2015, poucos dias antes da cerimônia que irei descrever, a PGR (Procuradoria Geral da República) pedira a abertura de inquérito contra 54 pessoas supostamente envolvidas em esquema de corrupção, entre elas os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados (Renan Calheiros e Eduardo Cunha, ambos do PMDB). A Presidente Dilma, reeleita nas eleições de 2014 com uma margem muito estreita de votos (51,64% dos votos válidos contra 48,36% do candidato da oposição, Aécio Neves – PSDB), estava em posição delicada, com a

legitimidade de seu mandado questionada por acusações de improbidade administrativa, mediante pedidos de impeachment enviados ao Congresso¹⁹⁰.

Apesar do esforço organizativo dedicado a solenizar a cerimônia de entrega de títulos de posse em vias de acontecer no final de linha do Uruguai, a rigor se tratava apenas de uma etapa parcial do incipiente processo de regularização fundiária. Dos 26.170 títulos a serem emitidos, somente 731 estavam prontos e seriam então recebidos pelos moradores dos bairros Uruguai, Massaranduba e Lobato.

Segundo foi informado por técnicos da CONDER, os títulos a serem entregues representavam o cumprimento de um processo iniciado em 2010. Além de custoso e complexo, o êxito do iter burocrático dependia de uma variável que não podia ser dada como certa: a disposição dos moradores de fornecer ao órgão os documentos aptos a provar a legitimidade de sua posse. Segundo as técnicas da CONDER, muitos moradores, não “acreditando” no procedimento, deixavam de entregar os documentos necessários. As assistente sociais do PROSOC recorreram às lideranças com apelos de cooperação, para fazer com que os moradores se motivassem e passassem a colaborar para a regularização de sua situação fundiária. A solenidade prevista sugeria que o Governador estava declarando publicamente seu compromisso, isto é, “assumia” publicamente, diante da ‘comunidade’, a regularização fundiária de Alagados, conquanto o processo estivesse bem longe de chegar a uma conclusão, fato que, em princípio, tornava possível interpretar a cerimônia como um engodo.

Dificuldades de diversas ordens afetavam o processo de regularização. Entre elas, havia o desafio de reconhecer como legítima a posse reivindicada por habitantes idosos (ou a transmissão de posse por falecidos sem testamento) nos casos em que os interessados não guardavam nenhum documento capaz de comprovar a legitimidade de sua situação (v.g. um documento de compra venda, ou de sucessão, ou até recibos do pagamento do imposto predial, senão as contas de luz e água das décadas anteriores). As associações podiam ser envolvidas no processo. Para tanto, fazia-se necessário recorrer ao testemunho de entidades de notória atuação na região. Sem entrar em pormenores, limito-me a frisar que este testemunho poderia ser dado por associações de bairro, habilitadas a comprovar a legitimidade da posse de antigos moradores. Pode-se imaginar como eram numerosos os problemas práticos

¹⁹⁰ Desde o início de seu primeiro mandado em 2012, 17 pedidos foram rejeitados pela comissão técnica da Câmara. Nessa altura, um novo pedido, o primeiro do segundo mandado, estava sendo avaliado pelos técnicos. Em reuniões da CAMMPI lideranças femininas costumavam estimular reflexões a respeito da posição da presidente, promovendo análises embasadas no gênero: consideravam que se tratava de uma mulher hostilizada por homens.

impostos por essa tarefa. Um tópico discutido de modo recorrente em reuniões da rede CAMMPI foi a impossibilidade, para os atuais membros de associações, de conhecer todos os moradores de Alagados. Isso era um problema principalmente na área da incerta fronteira entre a Mangueira e Massaranduba. Em princípio, a associação mais próxima àquela região era a ABDAI, mas era impensável que Reginaldo e Marcial pudessem conhecer todos os moradores das áreas limítrofes. Mais uma vez, as associações, envolvidas em um processo institucional, lidavam com problemas impostos pelo Estado e por tarefas burocráticas que expandiam a atuação estatal mediante a legalização do espaço produzida pelos títulos fundiários. Como em outras ocasiões, a participação na tarefa de tornar o espaço de Alagados legível para o Estado impunha a necessidade de envolver alguém oriundo do lugar, habilitado a tratar pessoalmente dessas questões com os moradores. Ao executar tarefas como essas, as lideranças e as organizações comunitárias, por sua vez, espacializavam a sua atuação. Isso dava-se de uma forma em parte análoga à prática do Estado, isto é, produzindo percepções de verticalidade e abrangência (FERGUSON e GUPTA, 2002). Ao fazer isso, lideranças do bairro aumentavam a própria legitimação diante dos órgãos estatais, coisa que podia resultar no seu envolvimento futuro em processos análogos. Assumindo o poder/tarefa de estabelecer quem é ou não é morador legítimo da área, eles asseriam a verticalidade e abrangência de sua atuação para com os moradores.

Era a segunda vez, em menos de dois meses, que o Governador Rui ia à Península. A mídia divulgara o evento como um acontecimento importante que marcaria a conquista dos moradores “da tranquilidade e a segurança da plena propriedade do imóvel onde moram” (<https://goo.gl/zBNksW>). Apesar de alguns veículos locais terem informado que as escrituras garantiriam aos seus habitantes legítimos “a propriedade da área, ocupada há décadas” (<https://goo.gl/alFkfE>), o que iria ser entregue naquele dia aos moradores envolvidos era um título de foro gratuito. De fato, toda a região de Alagados é de propriedade inalienável da União, sendo que a maioria dos terrenos onde surgem as habitações fora aforada à CONDER (Portaria MP N°295 de 3 de setembro de 2007, que por sua vez revogou a Portaria MP N°271 de 27 de setembro de 2005). O produto do processo de regularização, portanto, não poderia ser um título fundiário de propriedade, mas sim um título de posse legítima, a saber um título de foro gratuito, com validade de 99 anos, a ser entregue aos legítimos ocupantes da região, que ficaria de propriedade do Estado¹⁹¹.

¹⁹¹ Trata-se de uma situação jurídica muito comum no Brasil: a enfiteuse. De acordo com Ribeiro e Debeffe (1979), a enfiteuse baseia-se no princípio jurídico segundo o qual o poder público municipal, mas também a união e os estados (dadas as condições históricas da aquisição da terra, por doação da Coroa portuguesa), detêm

O evento da cerimônia agregara moradores do Uruguai, Lobato e Mangueira que tomaram assento em cadeiras dispostas sob grandes toldos montados para sombrear a área diante do palanque.

Nos dias anteriores, a rede CAMMPI escolhera Marijane do GRUMAI para representar a “comunidade” no palanque. Isto parecia bem apropriado para a ocasião, pois representava o cumprimento de reivindicações de longa data por acesso à terra urbana, algo que a CAMMPI entendia como uma luta não só dos moradores da Península, mas da população negra e pobre de Salvador. Nesse âmbito, destacava-se como determinante tanto no movimento quanto na literatura o papel proeminente desempenhado pela lideranças femininas nos movimentos de bairro (ver a este respeito Cardoso 1983, Doimo 1984 no tocante ao Brasil e Espiñeira 1997, Perry 2012, Souza 2013 quanto a Salvador, em particular).

Apesar de a *política* ser caracterizada pela predominância de atores masculinos¹⁹², sobretudo no que toca aos meios da política partidária e sindical, as mulheres negras em Alagados sobressaem-se tanto por sua atuação política quanto por seu trabalho comunitário, isto é, em função das atividades de cunho social que oferecem nos bairros, serviços comumente percebidos como públicos ou de público interesse (creche-escolas, atividades recreativas para crianças e jovens, posto de saúde, etc.).

Pode-se dizer que o provimento de serviços autogeridos¹⁹³ pelas associações de moradores da Península constitui o alicerce organizacional da CAMMPI, o fator que permite e atualiza a articulação do movimento social com os moradores da comunidade, a base para

o domínio pleno e direto da propriedade de parcelas de terra no município, que é cedida em perpétuo a particulares mediante o pagamento anual do foro. O foreiro, o qual exerce o domínio útil da propriedade, por sua vez, pode explorar economicamente e de maneira ilimitada o bem e, por isso, compromete-se a pagar os impostos e taxas imputados ao mesmo, conservando a sua substância, sob pena de pagar as indenizações cabíveis. A enfiteuse é praticada também pelas ordens religiosas da Igreja católica. O caso das terras de Alagados, todavia, concerne ao regime das terras costeiras. Segundo o Decreto Lei n.9760 de 1946, são terrenos da União, ou terreno de Marinha, todos os que estiverem a 33 metros da preamar média, uma linha imaginária, traçada em 1831, que corta a costa brasileira com base na média de marés altas e baixas. São também de domínio da União os acrescidos de marinha, isto é os terrenos que se formaram a partir da linha de preamar de 1831 em direção ao continente, a exemplo dos aterros. Em Alagados, do ponto de vista jurídico, os terrenos são de posse desdobrada: a União é proprietária da área, como um todo (e ainda pode reivindicar o direito de uso do terreno quando quiser), mas a maioria dos terrenos onde surgem as habitações está aforada à CONDER. Mediante esse órgão, o Governo do Estado da Bahia, está enfrentando um processo de regularização de títulos de posse. Mediante esses títulos fundiários entregues pela CONDER, o morador do imóvel passa a ter um domínio útil sobre o terreno de Marinha. Em linhas gerais, a área fica desta forma repartida entre a União e o morador.

¹⁹² A composição da Câmara de Salvador, em 2015, incluía 38 representantes masculinos, ou seja 88% dos membros. Para o mandato que se abre em 2017, 35 homens foram eleitos a vereadores municipais, isto é 81,4% do total dos 43 eleitos.

¹⁹³ Destaca-se que para que o provimento dos serviços fosse possível, em Alagados sempre foi necessário predispor um espaço para tal. Como lê-se na etnografia, isso podia acontecer somente mediante negociação com algum poder instituído (Igreja, Estado) ou mediante ‘invasão’. Em ambos os casos, como mostra a história de muitas associações de moradores e das escolas comunitárias, da região, era também necessário intervir nesses espaços mediante autoconstrução, que se dava em etapas sucessivas, segundo as possibilidades do coletivo que tomava a iniciativa.

mobilizações e reivindicações. Neste âmbito destaca-se a atuação e a relevância das mulheres como articuladoras. Por este motivo, abordo o trabalho social desempenhado pelas organizações locais como um conjunto de práticas políticas especializadas, que muito diz a respeito da política do espaço na Península de Itapagipe.

É a partir do trabalho comunitário, dito também social, que se constituem articulações e parcerias com outros entes técnicos burocráticos, tanto fora como dentro do bairro, e forma-se o emaranhado. Todavia, ao adentrar os recessos e enleios das instâncias de bairro, repara-se que, embora conformadas em canais institucionais, essas conexões não repousam unicamente sobre eles. A CAMMPI é um coletivo de organizações mas também de pessoas. Aliás, a noção de emaranhado, que se mostrou produtiva para abordar a rede CAMMPI — prescindindo, provisoriamente, das definições nativas de rede e/ou movimento — precisa agora ser enriquecida. Este enriquecimento pode ser logrado através da perspectiva que o pesquisador assume quando focaliza as organizações de bairro considerando a interação com seus parceiros cotidianos.

Se no emaranhado a parceria se dá enquanto vínculo entre organizações, com base na abertura de canais institucionais, olhando de perto vimos que ela se dá entre segmentos de tais organizações. E quanto mais ligada à esfera local, tanto mais ela assume outros sentidos e regimes. Embora continue a dar-se entre coletivos que, apesar de sua formalização variável, podem ser considerados entes burocráticos, quanto mais se adentra a miríade de articulações no bairro, menos produtivo se torna referir-se aos canais institucionais a fim de orientar-se na análise do vocabulário nativo concernente ao emaranhado de cidadania. Vale dizer que o emaranhado institucional está enganchado em outros tipos de emaranhados (a exemplo de emaranhados vicinais) e é atravessado por eles.

Assim como nas relações de vicinalidade as mulheres são o fulcro na articulação e sustentação das relações de troca de objetos, serviços e cuidado entre casas, nos serviços à comunidade elas lideram e sustentam as articulações de parceria, indispensáveis para constituir as bases suscetíveis de serem mobilizadas politicamente a fim de fazer pressão no tocante a demandas diversas, desde o acesso a equipamentos até educação, saúde e emprego, temas clássicos das reivindicações dos movimentos sociais urbanos.

As poderosas lideranças femininas da rede CAMMPI se mostram cientes da importância de seu papel de mediadoras. Este papel de mediação parece diferente do desempenhado por seus colegas homens, principalmente pelos que têm uma boa circulação no meio da política institucional. A esse propósito, como Mariselma destaca, parece que os homens da CAMMPI costumam ter mais facilidade de circulação nos “departamentos” (isto é

nos espaços institucionais do Estado) do que as mulheres. Mariselma afirma que certa divisão de tarefas na rede CAMMPI é estrategicamente realizada levando em conta este fato. Nos “departamentos” as lideranças femininas têm menos chances do que os homens de ter seus pedidos levados a sério. “É por esse motivo”, reclama Selma, “que as mulheres ainda precisam dos homens para esse tipo de articulação”.

Durante a pesquisa pude observar que, apesar da afiliação partidária, havia uma maior interação de mulheres (como Jamira, Lurdinha, Ana Rosa) com os “departamentos” quando se tratava de Gabinetes chefiados por mulheres, a exemplo de Ângela Lisboa (DEM), chefe da Prefeitura Bairro da Península de Itapagipe, e Olívia Santana (PCdB), Secretária de Políticas para as Mulheres desde 2015.

Numa reflexão a respeito das empregadas domésticas, Velho (2008) destaca a tendência de as mulheres assumirem o papel de mediadoras no espaço (social) urbano, devido aos deslocamentos (não somente físicos) ensejados por sua atividade profissional. Elas tornam-se com frequência os feixes de conexões de redes de trocas que, embora assimétricas, extrapolam as redes familiares e de vizinhanças, bem como o espaço de seus bairros de residência.

Na rede CAMMPI as mulheres procuram sempre destacar os papéis engendrados no cotidiano, na luta e na política. Um dos exemplos mais comuns é a história da construção da sede da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, encabeçada por aquelas que seriam conhecidas em seguida como “as mulheres da laje”, moradoras do Conjunto Santa Luzia, cujo infatigável trabalho deu origem ao prédio de três andares onde hoje funciona a Escola Comunitária Luiza Mahin. Ao relatar essa experiência de autoconstrução, Lurdinha, uma das fundadoras, faz questão de lembrar: “Aqui na comunidade as mulheres sempre foram mais fortes que os homens, cuja autoestima baixa mais rápido” (documentário Mulheres da Laje, s/d).

No dia 8 de março de 2015, em evento organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, Lurdinha participou da cerimônia de assinatura de convênios da Secretaria das Políticas para a Mulher. Entre outras organizações da sociedade civil, a AMCSL ganhara um edital para projetos de cunho social que tivessem como foco a valorização das mulheres. O convênio possibilitara organizar no Espaço Cultural Alagados uma festa em homenagem às mulheres negras de Alagados. Sob os holofotes do evento foram publicamente homenageadas e premiadas cerca de trinta mulheres consideradas importantes para o movimento e a *luta* de Alagados. Diante de uma plateia composta principalmente por membros das associações e pelos jovens e crianças dos projetos

por elas mantidos, as mulheres receberam, como brinde simbólico, exemplares de uma boneca negra feita por uma associação de artesãs do bairro. Foram homenageadas principalmente mulheres idosas da comunidade, como protagonistas da luta das palafitas e da organização de coletivos de vizinhas, fundadoras ou membros de associações e grupos comunitários (como Abori, Associação de rendeiras), educadoras da escola comunitária, e até mesmo Rita Amália, premiada pelo assessoramento à rede CAMMPI, e Ana Paula, uma representante da equipe de regularização fundiária da CONDER.

No final do mês de março, seguindo o rastro das reflexões empreendidas entre os grupos ligados às associações quanto à importância de reconhecer o relevo das mulheres no cotidiano dos bairros e na luta do movimento, pareceu a todos muito apropriada a escolha de Marijane para representar a comunidade no próximo evento de entrega de títulos fundiário. Marijane, além de ser presidente do GRUMAI, era moradora e liderança da invasão do conjunto João Paulo II, no fim de linha, ainda a espera de sua regularização.

7.2 Entre o palanque e a roda de capoeira: a política e a cultura

Eventos como este da entrega de títulos fundiários são socialmente relevantes na medida em que são públicos, têm visibilidade e trazem como consequência redefinições políticas ou legais (BORGES, 2003). Além de constituir um dispositivo narrativo para introduzir o tema da cultura na atuação da rede CAMMPI, a análise do evento revela-se estratégica também para mostrar como, em Alagados, a política não aparece somente com as eleições (cf. PALMEIRA e HEREDIA, 1995:32).

Caso se queira abordar a cerimônia de entrega dos títulos como um ritual, isto é, como um evento caracterizado por uma sequência de gestos convencionais, formalizados e até redundantes, vemos como a solenidade tem a função de reafirmar e atualizar valores e papéis sociais. Desde este ponto de vista, a entrega dos títulos fundiários pode ser considerada um fenômeno especial que revela os valores de uma sociedade, evidenciando para o etnógrafo o que é comum a um determinado grupo (PEIRANO apud RODOLPHO, 2013).

Alagados, cenário da cerimônia que descrevo, não é apenas um palco de disputas entre Estado e moradores, é um espaço historicamente definido por essas disputas. A entrega dos títulos pode ser vista como performance de um drama social destinado a encenar a solução de um conflito entre Estado e moradores, sugerindo uma reconciliação. No palanque, a entrega dos títulos tornou-se um presente para os moradores e para toda a cidade de Salvador.

Com as devidas distinções entre procedimentos de campanha eleitoral e o evento em exame, inspiro-me na análise de comícios de Palmeira e Heredia (1995), para mostrar como o espaço do palanque torna-se o *locus* da manifestação da existência de um segmento político, aliás de uma facção¹⁹⁴, a do Governo estadual.

Sugeriam semelhança com o ritual dos comícios eleitorais muitos ingredientes da preparação do evento, que envolvia o trabalho braçal para a montagem do palanque e dos toldos, a instalação dos equipamentos de som, a organização do fornecimento de água e café, e o trabalho de divulgação, aqui referido como mobilização, que convocava a população a comparecer. Às vezes para este trabalho recorria-se ao auxílio das lideranças comunitárias. Desta vez, como especificado pelas técnicas da CONDER, isso não fora necessário.

¹⁹⁴ O termo facção é empregado por Palmeira (PALMEIRA, HEREDIA 1995) para indicar coalizões de interesses, isto é, formações ou agrupamentos políticos que podem ser maiores ou menores que um partido. A necessidade do uso de um termo diferente de ‘partido’ ou ‘bancada’ deve-se à precariedade da “correspondência entre os partidos políticos tal como existem legalmente e os agrupamentos que se mobilizam durante as eleições (e mesmo fora do período eleitoral) no Brasil” (PALMEIRA e HEREDIA, 1995:47). Os agrupamentos que se passa a indicar como facções podem ser, portanto, mais amplos, ou menores que um partido. No caso em que com facção se indica um agrupamento maior que um partido, as siglas partidárias são “manipuladas como instrumentos de transação política ou mesmo econômica” (ibid.). Quando uma facção é um grupo menor que um partido, a sigla partidária constitui um “abrigo para diferentes coalizões de interesses”. O termo *facção* faz-se necessário, então, para designar formações que efetivamente “operam a política”. No caso de Alagados, a facção levada ao palanque, que é formada pelo Governo do Estado, de maioria petista, apresenta esta complexidade. No palanque estão membros de partidos que, ao nível do Governo do Estado, estão articulados com o PT e ao nível de Prefeitura municipal estão com a oposição (DEM). É de se remarcar a presença de Nelson Pelegrino no palanque. O Secretário do Turismo foi, nas eleições municipais de 2012, o candidato do PT a prefeito, derrotado por ACM Neto (DEM). Esta função de afirmação da existência ou identidade de uma facção em cerimônias de entrega de obras ou equipamentos manifestou-se de forma inequívoca num evento posterior à conclusão do meu trabalho de campo. No dia da entrega das unidades habitacionais prometidas aos desabrigados do incêndio da baixa do Petróleo (4 de agosto de 2015), o Vereador Malassombrado (DEM) ‘invadiu’ o palanque de Rui Costa e foi logo em seguida expulso à força pelos seguranças. Este ‘acidente’ teve seguimento em eventos posteriores. Segundo relatado pelo site “Click notícias”, 3 dias após o ocorrido, o Prefeito ACM Neto (DEM) “alfinetou o governador Rui Costa (PT), durante a inauguração de uma escola no bairro de São Gonçalo do Retiro”. Na ocasião, o alcaide foi alvo de um protesto de moradores que pediam a construção de um posto de saúde. Segundo o artigo relata, durante a inauguração ACM Neto declarou publicamente: ‘Quando chegamos aqui, do outro lado da rua tinha um grupo de pessoas com nariz de palhaço. *Aqui ninguém tira ninguém a força*, aqui é na base da conversa e do diálogo’, referindo-se ao episódio que envolveu Malassombrado no palanque de Rui Costa, em Alagados. <https://goo.gl/QNOzOL>



Figura 29 (a, b, c, d) – A organização do evento. Em sucessão a partir da primeira foto em alto à esquerda: o palco-palanque, Os garçons, os monitores do evento, o toldo e o público sentado a espera do início da cerimônia.

O apresentador da solenidade procurava criar um clima animado, adequado ao início da cerimônia, revelando os nomes dos membros do palanque e, logo em seguida, apresentando brevemente o Programa de Regularização Fundiária, etapa de um processo que visava cumprir “os compromissos assumidos pelo Governo”.

Diferentemente dos comícios eleitorais, o apresentador, na criação do clima, aparentava certa sobriedade. Elementos cívicos e festivos estavam presentes (os segundos em medida menor que durante uma campanha eleitoral). Um ritmo de samba procedia das caixas de som: era um jingle institucional do Governo do Estado. O ar festivo era acentuado pelo encontro de pessoas conhecidas entre si, vizinhos ou correligionários.

As vinte e três pessoas convidadas pelo apresentador a subir no palanque¹⁹⁵ ocuparam gradualmente seu espaço. A área central ficou ocupada pelos mais próximos ao Governador, sendo que os dirigentes dos órgãos ligados à política urbana ficaram à esquerda, onde se posicionou o único membro da CAMMPI que subiu ao ser chamado, Raimundo Pereira, presidente da associação Joanes Leste, no Lobato. No espaço central, fronteiro ao público, estavam de pé o Governador, seus aliados mais próximos e os que iriam discursar (o vereador Edvaldo Brito, a senadora Lídice da Mata, o deputado estadual Marcelo Nilo e o Governador). O deputado estadual Antônio Brito subiu ao palanque antes que o nome dele fosse pronunciado pelo apresentador. Atrás das autoridades estavam agrupadas três pessoas que não foram introduzidas pelo apresentador. Mais tarde ficou claro que eram três dos 731 moradores à espera do título fundiário. Eles o receberiam ainda durante a cerimônia, no palanque. Os outros 728 beneficiários iriam retirar seus documentos de posse posteriormente, em seções dispostas no Colégio Polivalente San Diego.

Assim como os palanques dos comícios eleitorais, o palanque da entrega dos títulos fundiários configurava-se como um espaço hierarquizado. Ficavam em posição central, destacadas, as autoridades que iriam pronunciar um discurso. Ao redor delas, outros convidados: políticos da mesma bancada, dirigentes de órgãos envolvidos na emissão dos

¹⁹⁵ Pela ordem, foram saudados e convidados a tomar seu lugar no palanque: o Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, o Presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, o Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, Carlos Martins, a Senadora Lídice da Mata, o Secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, o Secretário de Turismo, Nelson Pelegrino, o deputado federal João Carlos Bacellar, o deputado federal Antônio Brito, a deputada estadual Maria del Carmen, o Presidente da CONDER, José Lúcio machado, a tabeliã do Segundo Ofício de Registro de Imóveis, Marlucy Santana Menezes, o Diretor de Habitação e Urbanização Integrada da CONDER, Deusdete Fagundes de Brito, a Presidente da Associação do Conjunto Santa Luzia, Maria de Lurdes de Nascimento, o Presidente da Associação do Núcleo Habitacional Joanes Leste, Raimundo Pereira, a Presidente do GRUMAI, Marijane Nascimento. Em seguida, foram anunciados e convidados os seguintes vereadores municipais: Vânia Galvão (PT), Kiki Bispo (PTB), Carlos Muniz (PTN), Toinho Carolino (PTN), Beca (PPS), José Trindade (PSL), Edvaldo Brito (PSD). Em um segundo momento, foi convidada a subir no palanque a Secretária Estadual de Políticas para as mulheres, Olívia Santana (PCdB).

títulos e representantes das ‘comunidades’ interessadas na iniciativa. Estes últimos compreendiam tanto lideranças que iriam falar ou participar da entrega de títulos (como Marijane e Lurdinha) como outros que iriam somente aparecer, a exemplo de Raimundo Pereira. Abaixo do palanque, do lado direito, jornalistas, fotógrafos e seguranças lotavam o espaço compartilhando-o com os assessores.

O primeiro orador foi Edvaldo Brito (PTB), que representava os vereadores municipais. Após delongar-se na saudação dos membros do palanque e da comunidade, Brito lembrou ao público que a entrega estava acontecendo no dia do 466o aniversário da cidade de Salvador. Logo em seguida citou Lurdinha e seu trabalho na creche comunitária Luiza Mahin. Ao fazer isso, deu-se conta de que Lurdinha não subira ainda no palanque, embora a solenidade tivesse começado. Reforçou, assim, o convite do Governador. Somente então Lurdinha viu-se obrigada a alçar-se ao palanque. Segundo Palmeira e Heredia (1995), o ato de um orador relativamente poderoso citar alguém com menos poder (como uma liderança comunitária) constitui um artifício para estabelecer uma ponte entre as suas formulações abstratas e a dimensão local. Além disso, o vereador Brito estava também aproveitando o ensejo para colocar-se publicamente como responsável, a nível municipal, por demandas relativas às creches comunitárias. A nível federal, esta causa era encabeçada pelo filho do vereador, Deputado Antônio Brito (PTB), que significativamente subira ao palanque antes de ser formalmente chamado pelo apresentador. Antônio Brito era presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – e cônjuge de uma das dirigentes da fundação José Silveira, entidade filantrópica da área de saúde, responsável por diversos projetos na periferia em Salvador, a exemplo da parceria com o Posto de Saúde Milton Santos, graças à qual médicos da Fundação José Silveira atendiam no posto comunitário do Uruguai, mantido pela AMCSL.

Marijane, embora convidada ao palanque, não se apresentou. Como representante da rede CAMMPI apareceu Raimundo Nascimento, que proferiu um discurso de agradecimento no lugar dela. Em sua fala, Raimundo agradeceu ao Governador pelo “presente” representado pelos títulos fundiários, lembrando, todavia, a grande quantidade de títulos que ainda deveriam ser expedidos. Sem colocar-se em conflito com as falas anteriores, ele reiterou que o “presente” dos títulos era, na verdade, uma conquista dos moradores negros da Península e concluiu verbalizando, em nome da CAMMPI, a demanda de recursos necessários para terminar as obras de habitação nos setores de Alagados IV, V e VI.

A fala de Raimundo foi seguida pela do deputado estadual Marcelo Nilo (presidente da assembleia legislativa estadual), à qual sucedeu-se a da senadora Lídice da Mata, que

homenageou as mulheres presentes no palanque: a Secretária Municipal Olívia Santana e em seguida a deputada Maria del Carmen.

Antes da última fala, a do Governador, procedeu-se a entrega dos títulos. Uma delas foi realizada pela diretora do Tabelionato de Notas, outra por Lurdinha, a qual pronunciou um breve discurso que vale a pena citar:

É com muito orgulho que eu entrego esse título à sra Suely. Olhando para a plenária eu vejo a história da Península, principalmente dos bairros Uruguai, Massaranduba e Jardim Cruzeiro. Eu vejo as faixas etárias que estão aqui, compostas em sua maioria por senhores e isso resgata a luta da população afro-brasileira pela habitação! Parabéns, meu amor, pelo que você representa!

A fala de Lurdinha trazia para o palco da política a luta dos moradores de Alagados, agora referida por ela como “a luta da população afro-brasileira”, vivida pelos moradores de uma geração específica. Como vimos, aqui a categoria de morador (aquele que constrói as associações de moradores) é qualificada e precisada. Não basta ter um endereço em Alagados, isto é, não é apenas o lugar que indica esse pertencimento, mas o tipo de laço que se nutre com o local. E a homenagem dela dirigiu-se a quem construiu espaços que, no momento, seriam regularizados pelo Estado. O espaço de Alagados, há muitas décadas invadido e então legalizado, não era apenas o palco para um confronto entre moradores e Estado. Tratava-se de “um objeto que estava sendo classificado no próprio embate” (BORGES; 2003) em que Lurdinha não perdia a oportunidade de lembrar o “mito de origem”.



Figura 30 - O palanque formado. Fonte: Arquivo da pesquisadora



Figura 31 (a e b) - A entrega dos títulos fundiários – Na primeira foto a esquerda o Governador entrega um dos títulos fundiários a um morador e na segunda abraça Lurdinha (AMCSL) – Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Na entrega de títulos, assim como no comício e em outras formas de interação entre orador e público, está em jogo uma representação no sentido teatral (GOFFMAN 1987:172) ou seja, uma espécie de jogo entre mostrar-se ao público e reconhecer-se nos que falam. Nesse jogo, quanto mais os oradores estiverem próximos das altas esferas do poder, tanto mais devem esforçar-se por procurar pontes que os conectem com o público. Para estabelecer tal conexão, o discurso do Governador Rui Costa costumava reiterar anedotas que evocavam sua origem humilde, de família de trabalhadores e sua infância no bairro popular da Liberdade. A enfatizar sua proximidade com a Península de Itapagipe, lembrou os veraneios em casa da tia, no bairro da Ribeira, e os anos em que frequentou o ensino médio no Colégio Luiz Tarquínio. Durante sua fala, mais extensa que a dos demais oradores, o Governador respondeu ao pedido de Raimundo, prometendo concluir as obras de Alagados, tanto as de habitação quanto a pista de borda. Anunciou também grandiosos projetos de mobilidade para Salvador, que em um segundo momento envolveriam a Península, e deu uma ênfase especial a projetos na área de Educação, que iriam envolver os municípios do Estado da Bahia. Encerrou sua fala enfatizando a importância do papel da família e da solidariedade entre familiares e vizinhos nos bairros pobres da cidade, como o bairro em que ele mesmo nascera, não distante dali.

Após o encerramento das falas no palanque, os moradores foram convidados a esperar, por um pequeno intervalo, o início da distribuição dos títulos, a qual se daria no Colégio Polivalente San Diego, segundo um sistema de senhas numéricas. Os moradores chamados deveriam aproximar-se ao Colégio e lá seriam encaminhados a seções dispostas nas salas de aula.

Era o momento que as lideranças da CAMMPI esperavam para tentar realizar um encontro com o Governador, atraindo-o à sala de ensaios do Espaço Cultural Alagados a fim de conversar a respeito da problemática dos recursos alocados a projetos de habitação, particularmente no tocante a Alagados VI (Massaranduba).

Atrás do Governador e de algumas lideranças da CAMMPI, um grupo formado pelo séquito de aliados, seguranças e outros em busca de oportunidade de aproximação desembocou na sala de ensaios do referido Espaço. Entre os membros do palanque, mantinham-se perto de Rui Costa o Secretário de Turismo, Nelson Pelegrino, a deputada Maria del Carmen, a Secretária Olívia Santana e Lurdinha. Olívia estava acompanhada por Ramon Barros, seu assessor (filho de Isael Barros, primeiro coordenador do Espaço Alagados e ex membro da rede de jovens REPROTAI).

Aos poucos, mais gente adentrou o Espaço: o vereador Edvaldo Brito e o deputado Antônio Brito, com assessores e fotógrafos, mais Reginaldo da ABDAI, ainda na expectativa de iniciar a discussão sobre os recursos para a construção das casas de Alagados VI¹⁹⁶.

Todavia, a conversa já estava tomando outro rumo no pequeno círculo formado em torno a Jamira e o Governador. Na qualidade de coordenadora, Jamira apresentava a Rui Costa a situação do Espaço Cultural, assinalando dados encorajadores sobre o funcionamento do equipamento e a boa recepção pela comunidade. Em comparação a outros espaços homólogos, o Espaço Cultural Alagados apresentava um desempenho entusiasmante, no tocante à quantidade de usuários e número de atividades realizadas. Jamira enfatizava o papel da participação da comunidade na gestão e funcionamento do Espaço Cultural Alagados, o alto número de grupos culturais locais que promoviam atividades para um público formado, em sua maioria por moradores da Península. Ao lado de Jamira, além de Marijane do GRUMAI estava a colega e parceira de *luta* Lurdinha, junto com a Secretária Olívia Santana. Perto do grupinho achavam-se alguns fotógrafos e jornalistas e Marcial da ABDAI, à espera de entrar na roda quando se comesse a falar de habitação.

Enquanto mais pessoas entravam no Espaço, o diálogo entre Jamira e o Governador prosseguia. O assessor Ramón aproximara-se de Olívia Santana. Antônio Brito e Nelson Pelegrino, assistiam à conversa. Com desenvoltura, Jamira transportava-se do seu papel institucional de coordenadora do Espaço, empenhada em prestar contas ao chefe de Governo, ao seu papel de militante: aproveitava o ensejo para colocar uma das mais antigas demandas do movimento dos grupos culturais do bairro, endossada pela rede CAMMPI quando da sua fundação: a reforma e reativação do Cine Teatro Alagados (em ruínas ao lado do Espaço Cultural) como forma de garantir a produção e fruição de cultura pela comunidade.

Apesar de ser utilizado por um grupo de Capoeira (os Filhos do Sol Nascente, de Mestre Pé de Ferro), o Cine Teatro preserva da sua antiga estrutura somente as paredes. Existia um projeto pronto de reconstrução do edifício, feito na gestão anterior, com vistas a tornar o espaço apto a funcionar como mais um equipamento cultural do bairro, absorvendo atividades que deixavam de ser realizadas, ou ocorriam em locais inadequados, por não caberem na pauta, sempre lotada, do Espaço Cultural. O Governador fazia perguntas sobre o projeto formulado pela gestão passada, sobre as atuais condições do Cine Teatro e sua localização. As respostas procediam, de maneira desordenada, de Lurdinha e Jamira, cujas falas por vezes se sobrepunham. Animada, Olívia Santana contribuía com o que sabia sobre as

¹⁹⁶ Reginaldo era uma das lideranças que representava a CAMMPI em grupos de trabalho ligados ao Movimento de Moradia.

tramitações do projeto, enquanto o Secretário Nelson Pelegrino que, tempos atrás, fizera uma visita técnica ao local, esclarecia os problemas estruturais encontrados. Em meio às vozes sobrepostas, Jamira ousou um lance decisivo, dirigindo-se ao Governador e procurando, logo em seguida, a aprovação dos circunstantes:

Jamira: Daqui a pouco você vai dar uma olhada! Por que, assim, ouvir é uma coisa, mas olhar...

Governador: Hem?

Jamira (enfática, dirigindo-se a Lurdinha): Eu acho que ele deveria olhar sim! A gente vai para lá... Olhar, sabe, olhar só de fora, não precisa nem entrar.

Os olhares incrédulos de Brito e Pelegrino concentram-se atentos em Rui Costa para ler a resposta ao convite atrevido/audacioso de Jamira.

Governador (quase rendido) Qual é a distância para ir lá?

Jamira: (animada) É aqui! (Indicando a parede esquerda da sala de ensaio) A gente sai, vira assim e já chegou!

O Governador aquiesce à mudança de programa e, antes de deslocar-se para ir ao Cine Teatro, sai da pequena roda, em busca de dar atenção a outras pessoas à espera de trocar palavras com ele. Se ouve um grito de alguém no público.

Voz do público: Ô gente! Uma salva de palmas para o Governador!

Todos aplaudem.

Durante um pequeno lapso de tempo, Rui Costa facilita a aproximação de outras pessoas, membros da comunidade, com quem mantém rápido diálogo. Enquanto isso lideranças locais aproveitam para tirar uma foto ao lado dele e da Secretária Olivia Santana.



Figura 32 - Conversa com o Governador – Jamira convida Rui Costa a visitar a ruína do Cine-Teatro. Fonte: arquivo da pesquisadora



Figura 33 – Fotografia de grupo – Lideranças da CAMMPI posam com Rui Costa e Olívia Santana. Fonte: arquivo da pesquisadora

A interação no Espaço Alagados mostrava-se mais descontraída, pois já não existia a delimitação física do palanque a separar do público as autoridades e os poucos cidadãos do lugar admitidos no mesmo espaço. A distinção goffmaniana entre o “mundo de dentro” (dos bastidores) e o “mundo de fora” (o público), que Kushnir reconhece como apropriada para descrever muitos eventos da política (em VELHO e KUSHINR 2001), materializava-se na separação determinada pelo palanque.

Todavia, os dois desdobramentos da solenidade, a interação no Espaço Cultural mais a inesperada visita ao Cine Teatro, de um lado e, do outro, a entrega material dos títulos no Colégio Polivalente, mesmo sem interromper o ritual tornaram mais complexa a separação entre os segmentos envolvidos no campo interativo.

A mudança de programa proposta por Jamira estendeu a duração do ritual e expandiu inesperadamente seu cenário. Parte das pessoas que antes compunham o público adentraram o Espaço Cultural e conseguiram aproximar-se do Governador, bem como das demais autoridades. Longe do palanque, estas pessoas podiam ser consideradas, pelos moradores que se mantinham à espera dos títulos fundiários, como pertencentes ao ‘mundo dos bastidores’ da política. Mas, como mostrou o desfecho inesperado do ritual, os bastidores da política se mostram muito mais complexos, entrecortados por diversas delimitações entre ‘mundos de fora’ e ‘mundos de dentro’, tornadas visíveis a depender da situação e da posição relativa dos atores.

Enquanto o Governador, com seu séquito, conduzido pelas lideranças, deslocava-se até o Cine Teatro, alguns jornalistas encontraram a oportunidade de realizar pequenas entrevistas gravadas com Rui Costa e outras autoridades. Isso ocorria sem que o trabalho deles parecesse ressentir-se do volume das cantigas dos alunos de Mestre Pé de Ferro, que estavam improvisando uma roda de capoeira, posicionados na entrada do Cine Teatro, onde o grupo treinava há muitos anos, apesar das condições da estrutura. Vestindo seus abadá verde ácido, adolescentes negros da ‘comunidade’, meninos e meninas, estavam a desafiar-se na roda, jogando ao ritmo da canção de “parabéns”, tocada em homenagem ao 466º aniversário de Salvador, como algum orador lembrara no palanque.

O mestre recebeu do Governador um aperto de mão cordial e o seguiu quando ele, acompanhado por Lurdinha, pela imprensa e alguns seguranças, resolveu adentrar o Cine Teatro. Abrindo caminho em meio à pequena multidão de jovens moradores, Rui Costa saudava a todos com um aperto de mão ou com um afago no rosto ou na cabeça. Atrás dele vinham Olívia Santana e a radiante Jamira. Seguiam-nos o Vereador Edvaldo Brito e, atrás

dele, o Mestre Pé de Ferro, dividido entre a honra de receber o Governador em seu espaço e o receio de perder sua arena caso o Cine Teatro se tornasse uma extensão do Espaço Cultural Alagados.



Figura 34 - A roda de capoeira de frente ao Cine Teatro Alagados. Fonte: arquivo da pesquisadora



Figura 35 - O Governador interagindo com jovens antes de adentrar o Cine Teatro. Fonte: arquivo da pesquisadora

Em meio à multidão que se formou tão logo a comitiva entrou no pequeno vão do primeiro andar do Cine Teatro, vi o Governador a elogiar o trabalho do mestre de capoeira, reconhecendo sua importância para a comunidade. Ele assim procurava tranquilizar o mestre, destacando que a cultura, isto é, a arte promovida pelo Estado em seus espaços culturais, não devia ser considerada concorrente e sim parceira do projeto de Capoeira dos Filhos do Sol Nascente. O espaço era da comunidade e esta devia permanecer unida. Aparentemente tranquilizado pelas palavras de Rui, que se colocava como aliado, o mestre anuiu e respondeu algo que não pude ouvir. O Governador falou: “Eu vou lhe chamar. Viu?”

Houve mais uma sessão de aplausos e a comitiva transferiu-se ao térreo do Cine Teatro, para onde havia-se deslocado a roda de capoeira, sem interromper-se. Os capoeiristas mais jovens se exibiam buscando mostrar seu virtuosismo às câmaras da imprensa que faziam a cobertura do evento. Ao aproximar-se do grupo em visita, o mestre, agora aliviado pelas palavras do Governador, resolveu puxar para o meio da roda o seu mais novo aliado. Este, em meio à animação de todos, sem poder recusar o convite, teve de esboçar algumas gingas bem humoradas, uma esquiva e um golpe que parecia uma queixada. Rindo, embaraçado, apertou a mão do adversário e trocou um enérgico abraço com Pé de Ferro.



Figura 36 (a,b)- Mestre pé de ferro puxa o Governador para a roda de capoeira. Aperto de mão entre os dois, depois de um breve jogo. Fonte: arquivo da pesquisadora

A estratégia de Jamira e Lurdinha inesperadamente promovera uma extensão do drama social, estendendo ao Cine Teatro o cenário do rito, que transbordou os espaços originariamente previstos: o palanque e suas imediações.

No curso do ritual, a transformação do desempenho de papéis do cotidiano fizera-se visível não somente na caminhada a pé feita pelo grupo de autoridades, mas principalmente no contato físico entre o Governador, os meninos da roda de Capoeira, o Mestre Pé de Ferro e outros moradores, conduta essa ostentada pelo Governador. Isso constitui uma característica recorrente em rituais da política que envolvem a ida da autoridade a bairros populares.

Como na maioria das metrópoles brasileiras, em Salvador é considerado “natural” que ocupantes de altos cargos políticos não circulem a pé pela cidade ou utilizem veículos de uso comum, ou transitem por espaços ocupados no cotidiano pelos cidadãos comuns. Principalmente no que toca aos titulares de cargos eletivos, uma espécie de inversão se dá por ocasião de alguns rituais da política brasileira¹⁹⁷ (como este aqui analisado). Durante esses eventos, não surpreende a ninguém que as mesmas pessoas normalmente inacessíveis entrem em contato muito próximo com gente do povo, não raro trocando abraços, beijos, apertos de mão e misturando-se à multidão.

A ritualidade do evento de entrega de títulos não se esgotara nas falas do palanque nem no espaço ritual situacionalmente estendido pela visita improvisada à ruína do Cine Teatro. A distância entre o Estado e o povo, que as autoridades esforçavam-se por apagar com vários artifícios retóricos e performáticos, até fazê-la parecer suspensa, durante o drama no palanque, ou na visita ao Cine Teatro, foi imediatamente reestabelecida em outro desdobramento da solenidade.

No Colégio Polivalente San Diego, as “meninas” (ADPs e outras lideranças de segundo escalão), auxiliavam a produção do evento a organizar os moradores para que a efetiva entrega dos títulos ocorresse do modo mais ordenado possível. Apesar da numerosa equipe do Estado, algo não estava funcionando. Vários moradores, principalmente os idosos, postavam-se em pequenas filas, de pé, ao sol do meio dia, esperando o momento de entrar nas salas do Colégio para receber o tão prometido documento.

Apesar do caráter formalizado, repetitivo e conservador do ritual da política, ele não deixara de apresentar brechas para o inesperado. Tais brechas nos rituais da política, como a que Jamira soubera aproveitar, apresentam-se, para alguns, como uma oportunidade para

¹⁹⁷ Esse desempenho teatral, valorizado no Brasil, nos EUA, assim como em outras democracias, faz parte do trabalho da política, principalmente para quem ocupa ou aspira a cargos eletivos. Procede seguindo um código que cria um apelo à popularidade.

ganhar destaque na comunidade ou na política oficial. O final inesperado (pela equipe do Governador, tanto quanto pelos colegas da rede CAMMPI), além de mostrar uma atuação estratégica das lideranças femininas do Uruguai, constituiu uma firme asserção pública de sua força política.

O drama analisado cria um espaço de disputa velada, onde figuram de um lado o Governador, de outro os moradores. A popularidade do Governador está em jogo, relacionada a um compromisso mais amplo, o da política habitacional em Alagados. A situação (o início de um novo mandato, os acontecimentos recentes da Baixa do Petróleo) lhe oferecem a oportunidade de mostrar “responsabilidade” no tocante ao compromisso assumido.

Dá-se um jogo complexo, com ganhos, perdas e atores diversificados. Existe o ganho (relativo) dos que obtêm o foro, embora o tipo de título outorgado esteja longe de resolver a situação fundiária de Alagados, apenas postergando o problema, empurrado para um pouco além da atual geração.

Enfim, há um elemento de elaboração ficcional na atuação de lideranças que enxergam, em determinado momento, a oportunidade de avançar uma demanda, a da reforma do Cine Teatro Alagados. As hábeis mulheres efetuam um improviso, sem deixar que sua natureza de improviso se torne patente. Conduzem o Governador para onde desejam, como se estivessem fazendo uma simples extensão do ato realizado no palanque. Elas dão uma “deixa” irrecusável, que obriga o antagonista a uma resposta imediata não programada no roteiro.

Por mais que esta decisão desrespeitasse o combinado com os companheiros da CAMMPI, o determinante na hora foi a jogada improvisada por Jamira que, em meio à cerimônia dos títulos, encontrou a possibilidade de inserir no jogo principal uma questão diferente, fazendo com que sua demanda entrasse no rol de responsabilidades e compromissos relacionados à questão habitacional. Sua atitude mostra a abertura de uma via capaz de adensar o emaranhado, expandindo o jogo e aumentando as possibilidades de ganho.

7.3 Estranhando a cultura

Jamira é considerada uma referência na rede CAMMPI principalmente em função de seu trabalho com os jovens, desenvolvido mediante a cultura. No documentário Mulheres da Laje, Jamira, que além de coordenadora do Espaço Cultural Alagados também é membro da ACMSL (onde trabalhou como educadora da Escola comunitária Luiza Mahin), explica como se deu a passagem de educadora da escola para a “cultura”:

Eu comecei com um grupo de teatro [de jovens] e levei os meninos para apresentar lá dentro, para os outros verem e aí começou a chamar atenção. E nesse processo a gente conseguiu formar umas duas salas lá em cima, que os alunos forravam de jornal, porque quando chovia a água entrava, alagava a sala. A gente tirava a água, mas depois vimos que papel de jornal era a única solução. E daí eu comecei a sonhar: educação tinha a ver com cultura [Jamira, entrevista gravada pelo documentários “Mulheres da Laje”, s/d]

Tido como campo (por vezes sinônimo) de trabalho social, o trabalho com cultura aparece, segundo um estudo do Ceafro (2010), como o eixo em que atua 78%¹⁹⁸ das organizações pesquisadas entre as entidades da sociedade civil empenhadas no combate ao racismo ou de promoção da igualdade racial¹⁹⁹, no Nordeste do Brasil.

O exame da relação entre cultura e movimento negro será retomado mais adiante.

Nas entidades parte da CAMMPI a cultura é considerada eixo de trabalho que tem a qualidade de ação política na e da comunidade. O trabalho com cultura faz parte do cotidiano de diversas organizações da rede CAMMPI e de seus parceiros. Todavia, a noção de cultura e as práticas a que ela se refere têm conteúdos variáveis a depender de quem for o ator interessado e de seu posicionamento no emaranhado institucional. Ou seja, a noção de ‘cultura’ é utilizada nos emaranhados institucionais com tantos sentidos diferentes quantas forem as agendas e os objetivos dos atores envolvidos. A depender disso, serão diferente também as práticas (discursivas e não discursivas) referidas como trabalho com cultura. A atrevida jogada de Jamira no final da cerimônia de entrega de títulos fundiários que levou o Governador Rui Costa a visitar a ruína do Cine Teatro, para conseguir que ele ‘tirasse da gaveta’ um projeto de reforma realizado pela gestão anterior, era trabalho com cultura. Para ser mais exata, era cultura com o movimento. Por mais que o gesto de Jamira contrariasse uma estratégia acordada na CAMMPI, ela não atuou fora dos objetivos da rede. A reforma do Cine-Teatro estava entre as metas do Plano Referencial de Desenvolvimento Territorial de Itapagipe, redigido pelo conjunto de organizações em 2006. Para dizê-lo com as palavras do ‘movimento’, a reforma do Cine Teatro era uma luta antiga.

¹⁹⁸ Seguido pela educação, 75%.

¹⁹⁹ O estudo considera organizações um conjunto de órgãos de promoção da igualdade racial (núcleos, coordenações e assessorias existentes no setor público); núcleos existentes nas universidades (geralmente Núcleos de Estudos Afro-brasileiros ou núcleos de Estudantes Negros/as); organizações do movimento social, dentre ONGs, entidades do Movimento Negro, Conselhos de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Terreiros de Religiões de Matriz Africana, Blocos Afro, Fóruns e Articulações de Entidades Negras, grupos de Hip-Hop, Associações de Capoeira, Grupos de jovens, grupos de mulheres e de LBGT que transversalizam a dimensão racial, e muitos outros (CEAFRO 2010:7). Essas organizações são divididas em setor público e sociedade civil.

Atividades lúdicas e artístico-culturais constituem o cerne do cotidiano de diversas organizações da rede e têm como público *alvo* crianças, jovens e adolescentes dos bairros da Península. Estes frequentam aulas de capoeira, percussão, dança afro, hip-hop, teatro e sessões de contação de história, entre outros. A cultura é considerada um instrumento do trabalho social, visando preencher/ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens, mal atendidos pelas estruturas de educação do Estado. Mediante o engajamento de meninas e meninos em atividades artísticas, que se consideram também lúdicas e pedagógicas (organizadas por organizações locais, Igrejas católicas e Evangélicas, etc.), procura-se evitar que eles sejam absorvidos por outras atividades — constituem alternativas possíveis, mas perigosas, sobretudo para quem mora nos bairros populares soteropolitanos. Delas, a mais temida vem a ser o uso de entorpecentes ilícitos, considerado antecedente do inevitável e imediato “vício”. O “vício”, por sua vez, acarreta o envolvimento no tráfico de drogas, que além de marcar a entrada no ‘mundo do crime’, aumenta as probabilidades de morte por assassinato, já altas para a população de jovens e adolescentes negros em Salvador. Esta cadeia causal é considerada operante especialmente no que toca a juventude de gênero masculino.

As meninas, geralmente, são consideradas vítimas menos prováveis dos riscos que correm seus coetâneos: elas costumam ser mais controladas pela família e pelos vizinhos. A partir dos primeiros anos da adolescência, as meninas tendem a ser responsabilizadas por uma boa parte dos afazeres domésticos e pelo cuidado de irmãos e familiares. Os seus deslocamentos são geralmente limitados às habitações de parentes próximos ou vizinhos, ao comércio do bairro e às estruturas que oferecem serviços (a exemplo de escolas, postos de saúde e clínicas). Todavia, a vida na periferia guarda “riscos” para elas também. Entre os momentos considerados críticos na vida das meninas, está o início da adolescência, quando geralmente ocorre a iniciação à sexualidade. Com o intuito de atrasar o mais possível esse momento, os responsáveis pela criação das meninas procuram limitar-lhes a circulação autônoma fora do lar. O envolvimento sentimental, se não for proibido ou limitado pela família ao “namoro na porta [de casa]” pode resultar em uma gravidez precoce, frequentemente não “assumida” pelo parceiro.

Particularmente temido pelos pais das meninas, assim como pelos educadores de entidades como as integrantes da rede CAMMPI, são os relacionamentos afetivos-sexuais com os traficantes. Através do envolvimento com alguém situado no “mundo das drogas”, as meninas podem ser capturadas por uma rede de relações consideradas perigosas por envolver dívidas impagáveis (PINA CABRAL, 2013) e possibilidade de violência, expondo-as a

conflitos entre traficantes rivais, viciados, policiais. Essas *liaisons dangereuses* são consideradas por muitos jovens fonte de prestígio social. Isto se deve não só ao poder de morte associado à figura do traficante, como também, e principalmente, à suposta franquia de acesso a bens de consumo conspícuo. Este acesso em princípio é tornado possível a quem se junta com pessoa capaz de ganhar muito mais dinheiro que a média da população circunvizinha. Segundo os educadores, devido à mudança positiva de status que isso acarreta, adolescentes e jovens costumam não enxergar e até mesmo desprezar os perigos que advêm do situar-se no “mundo das drogas”. Um dos objetivos de seu trabalho é justamente levar os jovens a dar-se conta desse perigo e facilitar-lhes o acesso a oportunidades alternativas.

Um estudo de 2010 do Observatório das Favelas, Unicef e Secretaria Nacional de Direitos Humanos, citado por Lyrio et al (em CORREIO, 2015)²⁰⁰ aponta Salvador como a segunda capital do Brasil “mais perigosa para adolescentes” (meninos entre 12 e 21 anos). Segundo dados de 2010, Salvador apresenta uma taxa de 8,76 assassinatos a cada mil adolescentes. No mesmo ano, a média registrada no Brasil foi de 2,98 (ibid.).

Na capital da Bahia, como ressalta Papa (apud LYRIO, 2015), existe uma “forte componente racista” nos assassinatos de jovens. Segundo ele, 7% dos assassinatos afetam a população branca e 93% atinge negros (Papa apud LYRIO 2015). Além disso, a taxa de morte por homicídio entre jovens brancos é de 25 a cada 100 mil habitantes em quanto a de jovens negros é 4 vezes maior, com 104 homicídios a cada 100 mil habitantes²⁰¹ (Papa apud LYRIO 2015).

Muitas entidades membros da rede CAMMPI trabalham cotidianamente no intuito de sensibilizar os jovens sobre estes temas. A maioria dos membros da CAMMPI²⁰² oferece atividades cujo público é constituído por crianças, adolescentes e jovens. Também participam de grupos de pressão sobre temáticas que lhe são concernentes (a exemplo da campanha *Não*

²⁰⁰ A série “Tempo Perdido” disponível em <https://goo.gl/tVdLaH> foi publicada durante o período de tramitação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de emenda Constitucional – PEC 171/93. A PEC previa a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Os dados apresentados pelo especial procuram questionar as proposições principais que sustentam argumentos em prol da redução da maioria penal. Tais argumentos, apoiados em considerações de senso comum sobre a “violência” em áreas urbanas, costumam ter grande circulação entre diversas camadas da sociedade, sem todavia considerarem dados quantitativos a respeito dos temas envolvidos. Os adolescentes e jovens das periferias brasileiras são, portanto, considerados “perigosos”. O especial do Correio procura contestar argumentos em favor da redução da maioria penal, demonstrando, mediante dados relativos a Salvador, como os adolescentes e jovens sofrem as consequências da “violência”, muito mais do que serem a “causa”.

²⁰¹ Segundo o censo de 2010, a população negra de Salvador corresponde a 51,7% da população total da região metropolitana. Isto é, conta com 1.382.543 habitantes que no censo de 2010 se identificaram como pretos ou pardos (IBGE, 2010).

²⁰² No período do meu trabalho de campo disto se ocupavam AMCSL, Espaço Cultural Alagados, REPROTAI, CAMA, CAMApet, GRUCON, CECCEL, ABDAL, ABEAC, GRUMAI. Além dessas organizações formalizadas, existem uma miríade de grupos culturais informais e artistas, desde grupos de vizinhos e amigos que se reúnem por ocasião de celebrações específicas, até cantores e bandas, artistas plásticos, artesões etc.

à redução!, de 2015²⁰³). As que não desenvolvem diretamente o trabalho com jovens apoiam o trabalho com ‘cultura’ contribuindo e participando, de forma variada, da organização dos eventos. Na tarefa de atrair adolescentes e jovens para suas atividades, como explicou-me Carlos Eduardo, membro da AMCSL o movimento social encontra-se a concorrer – em posição completamente assimétrica – com o tráfico, tentando prover aos jovens um meio de socialização que ofereça o aumento de auto-estima e a aquisição de habilidades passíveis de ser vendidas no mercado do trabalho. A partir das atividades culturais os jovens são encaminhados para as formações, discussões sobre temas diversos da atualidade e oficinas de capacitação profissional.

Esse conjunto de saberes e atividades é localmente referido como *trabalho social*. Tal âmbito de atuação interessa também a ONGs estrangeiras e organizações intergovernamentais que trabalham no setor da cooperação internacional para o desenvolvimento, implementando projetos junto aos parceiros locais, enraizados em ‘comunidades pobres’. Desta forma grupos locais são capturados em emaranhados institucionais de alcance global, ou emaranhados institucionais “de longo alcance” (VIANNA, 2010). No período da pesquisa de campo, estavam em curso na Península de Itapagipe atividades financiadas com recursos captados pelas ONGs italianas AVSI (recursos do Ministério do Exterior da Itália) e ICBIE (recursos captados no Brasil e atividades de autofinanciamentos), pela ONG internacional Visão Mundial e pelo UNFPA – Fundo das Populações das Nações Unidas (recursos geralmente procedentes da ONU ou de governos do exterior).

Os coordenadores e educadores das organizações da rede acreditam ser este o caminho para que crianças, adolescentes e jovens consigam “libertar-se” e “correr atrás de seus sonhos”. Embora todos os membros ativos da CAMMPI apostem no potencial transformador da rede, ou seja, creiam e desejem que os adolescentes e jovens frequentadores das atividades da rede possam vir a ter oportunidades de vida melhores que os outros residentes na periferia, eles percebem que o retorno financeiro e o ganho de status advindo das atividades ilícitas ligadas ao “mundo das drogas” é quase irresistível, porquanto imediato. Isso torna árdua a tarefa de concorrer com o tráfico. Carlos Eduardo reflete: “Um menino que entra para o tráfico hoje, amanhã aparece de moto nova rodando, chamando a atenção de todo o mundo. Como é que nós vamos competir? Nós não temos como oferecer isso ao jovem”.

²⁰³ Em 2015 a campanha *Não à redução! Sim à educação!* foi lançada contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, durante sua tramitação na Câmara dos Deputados. A PEC 171/93 visa reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos, em caso de crimes hediondos, como estupro e latrocínio, e também homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

O que as organizações de moradores oferecem são atividades artísticas e apoio a manifestações locais consideradas da “cultura popular” local e da “cultura negra”.

Tais classificações são por vezes embaralhadas nas oficinas e atividades frequentadas por crianças, adolescentes e jovens dos bairros da Península: capoeira e maculelê, quadrilhas juninas, funky, dança do passinho, hip hop, rap, samba reggae, reggaeton, entre outras.

Para os membros das associações e ONGs da rede, as atividades do ‘trabalho com cultura’ têm valor político em muitos sentidos. Este é um âmbito muito influenciado pela produção intelectual das ciências sociais. A terminologia operada pelos movimentos sociais reflete e acompanha debates acadêmicos. Os deslocamentos que podem levar à substituição de determinadas terminologias ou ideários, em virtude da adesão a novas tendências, nem sempre ocorrem de modo definitivo. Ou seja, nos movimentos novos saberes não são estabilizados de vez; frequentemente continuam a coexistir com saberes concorrentes e até mesmo contrastantes. Isto observa-se muito quando se fala em ‘cultura’.

É o caso das práticas de “resgate” e “valorização” das manifestações culturais dos bairros da Península, geralmente informadas pelas oposições entre cultura popular (ou regional) e cultura de massa, ou entre cultura popular e cultura erudita. Em ambos os casos, os primeiros termos da oposição têm uma valoração positiva e os segundos, negativa.

A rede CAMMPI, enquanto coletivo local organizado, visa promover e “manter vivas” as manifestações artísticas e celebrações periódicas efetuadas coletivamente no território, envolvendo moradores da Península, todavia carentes de patrocínio regular do setor público ou privado. As organizações da rede CAMMPI se engajam, mediante atividades voluntárias, em iniciativas de autofinanciamento e redação de projetos para concorrer em editais. A dependência de editais e fontes externas de financiamento acarreta certa imprevisibilidade e mutabilidade nos ciclos de festas anuais, que a cada ano devem ser organizadas conforme os recursos obtidos. Um bom exemplo disso é o já mencionado bloco carnavalesco do “Encontro do Jegue de cueca com a Jega de calçola”, evento completamente autogerido pela rede CAMMPI. Este divertido carnaval de bairro (que geralmente ocorre algumas semanas antes dos entrudos do calendário oficial do Município) contrapõe-se aos eventos de grande porte, especialmente ao Carnaval padronizado de Salvador²⁰⁴. Isto não significa que membros do bloco deixem por força de participar da maior festa da cidade. No tocante a festas que fazem parte do calendário oficial, a exemplo da procissão da Lavagem do

²⁰⁴ A festa do jegue não é o único festejo carnavalesco da Península. Durante a pesquisa de campo tomei conhecimento de outros moradores que, sem recorrer à rede CAMMPI, anualmente procuram obter recursos para “botar um bloco no bairro”, graças a patrocínios obtidos mediante políticos, empresários locais e/ou autofinanciamento.

Bonfim, organizações da rede CAMMPI apoiam grupos culturais a ela filiados para permitir-lhes participar dos cortejos, fazendo-se deste modo presente diante de um público maior e de fora.

As manifestações culturais locais, consideradas como parte de uma tradição a ser resgatada, são geralmente manifestações ligadas ao espaço do bairro e a sua história. Além da festa do Jegue, que remontaria ao tempo das palafitas, são parte dessa tradição as rezas da novena de Santo Antônio e as quadrilhas dos bairros. Por ocasião da novena, os membros da rede CAMMPI (os mais velhos) participam das rezas organizadas nos vários bairros. Em 2015 as rezas ocorreram rotativamente nas sedes das Associações. Além dessas atividades, podem ser entendidas como “cultura popular” (em contraposição à “cultura erudita”) outras formas de expressão artística praticadas pelas meninas e meninos que gravitam nos espaços das organizações de bairro. São essas expressões de várias linguagens artísticas contemporâneas consideradas “urbanas”, como o graffiti, o funky, a dança do passinho, o reggae, o *reggaeton*, a *breakdance*, o hip hop. Essas manifestações não são necessariamente reconduzidas a alguma tradição local. Sua circulação transcende as periferias onde se originaram (quer no Brasil, na América Latina, ou nos EUA). Isto se verifica especialmente no caso do hip-hop, hoje de alcance global, rotulado como produto artístico associado a uma identidade cultural (dos guetos negros norte-americanos) mas já produzido também pela indústria cultural de grande escala, como uma commodity, ou seja, um recurso econômico e político (Wade, 1999:454). Alguns dos desempenhos efetuados no campo da cultura não podem encaixar-se na contraposição entre cultura popular/cultura de massa, mas são consideradas “populares” em relação à posição social de seus produtores e usuários originários. Nesse sentido, opõem-se discursivamente à cultura erudita.

Essas mesmas manifestações artísticas podem porém ser consideradas expressões da cultura negra. Como enfatiza Cunha (1998), a partir da década de 70 esta expressão foi progressivamente empregada pelas organizações ligadas ao movimento negro, em substituição de “cultura popular”²⁰⁵, herdada dos discursos da esquerda e das campanhas de educação da década de 70, no intuito de “aumentar a conscientização das massas” (CUNHA 1998:228).

Nos discursos contemporâneos de organizações como as que fazem parte da rede CAMMPI, o uso dos termos “cultura popular” e “cultura negra” se alterna e por vezes se

²⁰⁵ Como resulta da minha experiência de campo, principalmente em movimentos enraizados em bairros populares, onde geralmente não existe um único perfil racial (ou de cor) e nem uma identidade negra consolidada e generalizada, esta substituição foi parcial e o uso das expressões “cultura negra” e “cultura popular” até hoje convivem no meio associativo local.

sobrepõe, ambos a querer ressaltar discursivamente o caráter anti-hegemônico e de resistência das manifestações às quais são referidas.

O emprego de termos e práticas diferentes nesse campo não remete meramente a tendências intelectuais, mas, segundo demonstra Santos (1995), é dentro do processo de consolidação do Estado Nação que, na Bahia, a cultura do povo negro vem a constituir um campo político apto a possibilitar a inserção da população negra no Estado Nação. Conforme sugere Sansone (Wade et al. 1999), um dos órgãos do Estado que mais lida com os brasileiros negros é o MinC. Embora esta afirmação possa ser atualmente contradita por dados estatísticos sobre a ação policial e sobre a população carcerária do país, o que Sansone escreve como um insight cru encontra-se mais exaustivamente desenvolvido no trabalho de Teles Santos (1995).

A ‘cultura’ foi um dos canais pelos quais o Estado brasileiro reconheceu a existência e a contribuição da população negra, ainda que reforçando o mito da democracia racial (Santos, 2005). Foi no âmbito dos esforços de contestação desse mito e no intuito de fazê-lo reconhecer como ideologia que os (intelectuais) negros lograram uma inserção política.

Como destaca Ortiz, “As relações entre cultura e Estado são antigas no Brasil” (1995:80). Com o exemplo da criação do serviço Nacional de Teatro, o autor mostra como, com o advento do Estado Novo, a expansão do aparelho estatal se encontra associada à ampliação da rede de instituições culturais, à criação de cursos universitário e à “elaboração de uma ideologia da cultura brasileira”. Teles Santos (2005) também enfatiza a intensificação das atividades culturais como “uma das ações fundamentais na estratégia de desenvolvimento que comove a alma brasileira e mobiliza potencialidade nacional” (2005:21).

A análise proposta por Teles Santos mostra como a cultura forneceu um campo de inserção política para grupos negros. Nesse campo, além de contestar o mito da democracia racial e afirmar o valor da cultura negra, também se fazia ativismo e trabalho social ou comunitário de conscientização. A reflexão de Abdias Nascimento sobre a experiência do Teatro Experimental do Negro, além de mostrar esse tipo de atividades, destaca a forte interpenetração de *cultura negra* e política. Pelas palavras do autor se pode perceber como a ação advinda da constituição de um espaço político-cultural desenvolvidos por negros, a princípio aplaudida e saudada positivamente em meios intelectuais e políticos de esquerda, constituídos por brancos, encontra dificuldades de várias ordens. Nas palavras do autor:

O TEN organizou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro para atuar a nível político, reivindicando medidas específicas para melhorar a qualidade de vida de nossa gente. [...] O comitê era composto de um núcleo de negros ativistas a que se agregaram líderes estudantis, e seu local de reunião era uma sala na sede da UNE.

O comitê passou um tempo inicial lutando pela anistia aos presos políticos (na sua maioria brancos). Entretanto, quando chegou a hora de tratar das preocupações específicas à comunidade negra, o projeto foi vítima da patrulha ideológica de supostos aliados que acabou desarticulando o comitê. Invocaram o velho chavão de que o negro, lutando contra o racismo, viria a dividir a classe operária... (NASCIMENTO, 2004:222)

O próprio TEN teve fim por causa da dificuldade de obter recursos financeiros para enfrentar “as inevitáveis despesas com cenários, figurinos, maquinistas, eletricitas, contra-regra” (NASCIMENTO, 2004:213).

Variações na valoração de acepções de ‘cultura’ refletem debates internos ao movimento negro²⁰⁶, que historicamente se valeu de ações culturais como forma de mobilizar os moradores dos bairros pobres das cidades brasileiras.

Quando se fala em movimento negro é lícito referir-se aos dois movimentos *mainstream*, o MNU e a União pela Igualdade racial. Mas é necessário reconhecer que em Salvador as associações de bairro lideradas por mulheres negras, centradas em reivindicações por cidadania, têm sido capazes de mobilizar moradores de regiões urbanas populares em torno de objetivos políticos concretos, (PERRY 2012:227).

Cunha (1998) funda-se na análise de trabalhos de intelectuais negros e na atuação dos blocos afro para reconstruir mudanças verificadas na cultura (e na militância) negra, nas últimas décadas, com os consequentes deslocamentos das noções de ‘cultura’ e transformação da pletera de atores que o ‘trabalho com cultura’ aglutina. Remetendo à leitura da autora para aprofundar a genealogia de práticas atuais no “trabalho com cultura”, e sem pretensão de apresentar uma reconstrução de como a ‘cultura’ em Salvador tornou-se um eixo do trabalho social de organizações passíveis de ser genericamente rotuladas de movimentos negros, vou limitar-me a enfatizar alguns pontos, talvez capazes de enriquecer a compreensão do material etnográfico, sem grande desvio dos objetivos desta pesquisa.

A partir da década de 1980, a proliferação de grupos dedicados à luta antirracista e à politização dos blocos afro resultou na perda da centralidade do MNU que se tornou apenas um entre muitos coletivos que lutavam contra a discriminação racial, associações, grupos, organizações comunitárias, blocos e afoxés (CUNHA, 1998).

²⁰⁶ Um exemplo é o do debate entre políticos e culturalistas, que se dava dentro da discussão crítica a respeito das possibilidades e limitações ensejadas pelo utilize da cultura como uma estratégia para a mobilização política. Existia uma tensão entre os defensores disso, chamados ‘culturalistas’ e os que propunham um foco mais estritamente político (Cunha, 1998; Santos, 2005)

Os atores dessa luta começam a apropriar-se de gêneros musicais internacionais, na construção da identidade negra, afro-brasileira ou afro-baiana. Segundo Sansone (em WADE et al., 1999), essas identidades não são construídas a partir do zero. Símbolos, objetos e formas de os manipular, tornados disponíveis para a “nova” cultura negra, “são fortemente determinados pela tradição étnica local e pelas formas como negritude e branquidão foram historicamente incorporadas em uma determinada localidade e região”. Apesar disso, essas identidades são construídas de modo a se fazerem efetivas numa esfera global e com recursos de fontes distintas.

Em Salvador, o Olodum é o primeiro bloco afro que introduz o reggae, marcando um momento a partir do qual a cultura negra não se limita mais à reivindicação de um patrimônio africano, passando a utilizar a invenção e repertórios da cultura negra global. Segundo Cunha, a incorporação do reggae quebra os limites que estão envoltos na ideia de “tradição”, representando expressões musicais, um estilo de vida urbano, e ideias políticas adotadas por jovens negros no mundo inteiro (produzidas principalmente a partir de países anglófonos).

Em uma etnografia sobre a construção da cultura e identidade negra dos jovens de Cali, Colômbia, que muito tem em comum com processos observados de Salvador, Wade (1999) insiste em que o processo pelo qual a cultura negra jovem e a negritude são construídas é mais complexo do que no passado pois precisa lidar com um leque de agentes mais amplo (estado, ONGs, fundações nacionais e estrangeiras, empresas e outros patrocinadores potenciais, a igreja, políticos locais; em suma, emaranhados institucionais).

Apesar de tais regimes de práticas não representarem o consenso no movimento negro, essa expansão do raio de contatos, com as interdependências implicadas, não indicaria a perda do conteúdo político. Em Salvador, por exemplo, os blocos como o Olodum, além de desencadear um processo peculiar de construção da identidade — oscilando cada vez mais, (em termos de ênfases) entre a afirmação da negritude e o apelo à tópica da diferença — utilizavam a cultura “para reivindicar espaço, apoio, aliança e visibilidade” (CUNHA, 1998:236 tradução minha)²⁰⁷.

O trabalho com “cultura” é tido como político em mais um sentido. Este se esclarece a partir de uma tese: o pressuposto de que a cultura representa um conjunto de atividades que deveriam ser acessíveis a todos os cidadãos, logo implica uma demanda por direitos. Neste

²⁰⁷ Segundo observado pela autora, em relação aos grupos culturais, como o Afro Reggae, ocorre uma progressiva diminuição da ênfase na negritude, que anda *pari passu* com o foco na “comunidade”. Segundo a Cunha isso teria favorecido o sucesso de categorias de apelo mais universal e menos específico. Um uso mais frequente de locuções como “respeito à diferença” do que as expressões explicitamente referidas à negritude goza de maior aceitação junto a financiadores estrangeiros, como as ONGs internacionais engajadas em projetos de cooperação para o desenvolvimento.

viés, reivindicações por “cultura” entrelaçam-se com algumas das demandas clássicas dos movimentos sociais urbanos brasileiros: educação, lazer e espaços públicos. Segundo Muniagurria (2012), esta perspectiva enriquece, principalmente a partir da era Lula, a noção de “cultura” (sempre mutável) utilizada pelo MinC.

A autora sublinha o fato de que a ampliação da noção de “cultura” (o qual cobre hoje novas áreas de atividade, a exemplo de alguns esportes) a associa ao processo de institucionalização de um sistema nacional de políticas culturais. Não por acaso, neste processo enfatiza-se a importância da “participação popular”. O resultado é a proposição de “cultura” como direito e “cidadania” (MUNIAGURRIA, 2012).

Relacionam-se a essa perspectiva a demanda feita pelas mulheres da CAMMPI de reforma do Cine-teatro Alagados, mas também a realização, no Espaço Cultural, de aulas de piano e outros instrumentos musicais (em parceria com a NEOJIBÁ), mais os saraus de poesia, as oficinas esportivas da ABEAC, a parceria com grupos de valsa e as que, de vez em quando, permitem aos jovens da REPROTAI assistir de graça peças em cartaz nos principais teatros da cidade. Nesta dimensão prevalece a importância do acesso a expressões artísticas convencionalmente consideradas como cultura erudita, cuja fruição não era possível para a população de periferia.

7.4 A cultura fez a gente se juntar

Todas as reivindicações acima tratadas estão presentes na atuação da rede CAMMPI e articulam-se de diversas formas com as trajetórias dos atuais líderes mais velhos da rede. A constituição do núcleo desse grupo, que se auto-define também como ‘movimento’, ocorreu justamente a partir dos anos 80, consolidando-se ao longo da década de 90, quando estava em curso a proliferação de movimentos e organizações em todo o Brasil.

Todos na CAMMPI concordam quanto à importância de se “trabalhar a identidade”. Considera-se uma das funções do movimento a de formação de uma “consciência política” ou de “sujeitos políticos”, também ditos “cidadãos”. A identidade tem que ser trabalhada, pois ela não está dada, como condição da ação estratégica, mas ao mesmo tempo não é de todo construída, através da ação estratégica (WADE, 1999). Nisto, ela se parece muito com a *cultura* e a *cidadania*.

A partir da proliferação de movimentos e organizações ocorrida em Alagados nas décadas de 1990/2000 — período que coincidiu com a formação da CAMMPI e com o nascimento de muitas das entidades hoje integradas à rede —, é possível observar como o

lugar social e a experiência compartilhada dos moradores dos bairros da Península, especialmente os de Alagados (onde a organização se revelou mais forte), “providenciaram a matéria prima para a identificação”. Os processos de organização da ação coletiva, e suas estratégias — a instituição da rede CAMMPI, os projetos de capacitação, as reivindicações de participação nos projetos da CONDER — contribuíram para construir e consolidar essa identidade (Fowearker apud WADE, 1999:450).

Isso tem a ver com o que Vianna chama de processos de “estabilização de saberes” nos grupos que se enleiam nos emaranhados institucionais (2010). Meus dados me fazem concordar com a posição desta autora segundo a qual tal estabilização nunca é completa. Desta forma, sucedem nos grupos com quem trabalhei, a permanência e a co-presença de saberes concorrentes, por vezes contrastantes.

Esta incompletude da estabilização dos saberes, pode ser verificada junto aos grupos da rede CAMMPI que embora institucionalizados estão fincados no espaço urbano e entrelaçados à relações de bairro. Neste sentido observar o trabalho das organizações com os jovens permite ver tanto o esforço de estabilização de saberes técnicos, quanto a permanência de saberes locais, estes às vezes em contraste com aqueles. No caso da CAMMPI, a busca da estabilização de saberes técnicos pode ser observada a partir de práticas cotidianas do *movimento*: a aprendizagem de repertórios de contestação e de *savoir faire* político; a assimilação de noções a respeito de direitos de cidadania; as técnicas de gestão de projetos de planejamento e de prestação de contas. Isto ocorre a partir da convivência no movimento, da amizade ou simples contato com políticos, da exposição a discursos de identidades, da participação nas *atividades*. Todos esses saberes e as formas de aprendê-los, se entrelaçam a formas de viver o parentesco, experiências específicas do espaço urbano, valores da periferia. Neste sentido, pode haver concorrência de saberes, e às vezes até contraste. Tudo isso, porém, se combina em uma experiência (especializada) única e compartilhada. Nesse contexto, me parece, a “identidade” torna-se mais uma categoria nativa do que uma categoria de análise (CUNHA, 1998).

Para ilustrar o que afirmei, transcrevo a seguir trechos de conversas gravadas com lideranças atuantes na rede CAMMPI desde sua fundação. Mediante essas transcrições buscarei enfatizar a perspectiva de “unidade de experiência da ação humana” (Wade, 1999) do acervo constituído pelos saberes adquiridos mediante a profissionalização das lideranças. Nessa unidade de experiência que práticas aparentemente referidas a âmbitos aparentemente tão diferentes da vida social adquirem sentido em conjunto, no *movimento*: cultura, articulação institucional, parentesco, autoconstrução.

Ana Rosa, uma das lideranças mais velhas da CAMMPi, resume de forma eloquente o imbricamento de todas essas atividades, a partir de sua experiência. Ela sempre se destacou na escola por sua facilidade de aprender. Ainda menina, chegou a frequentar dois turnos na escola Ocridalina, na Massaranduba. Em um turno ela ia como aluna e no outro ia para ajudar a ensinar. Nas horas vagas, Ana Rosa “dava banca” em sua casa para as crianças da vizinhança. Em breve, o pouco espaço do cubículo onde morava, tornou-se insuficiente. A mãe de duas meninas, que precisavam tomar aula com ela, ofereceu sua casa para Ana Rosa oferecer seus serviços. Ana aceitou e ficou dois anos dando aula nesta casa. Ela diz:

A diretora [da escola] sabia de tudo isso, e o que é que eu fazia? [Dava aula para] meninos que chegavam lá, porque não tinha escola, ou não tinha vaga ou não tinha farda. Quando chegava no fim do ano eu [os] levava na escola, os apresentava, a professora fazia uma avaliação e encaixava eles na série que desse.

Muitos meninos [daqui] começaram estudando comigo, quando foram para a escola foram para o terceiro ano. E isso foi se espalhando além da banca, porque eu trabalhava arte-educação, eu trabalhava o lazer, de forma muito natural, [naquela época] não era nada pensado, foi vida! [...] Um belo dia, perto de São João, estava ensaiando quadrilha com as crianças, todo final de semana. As mães foram se encantando com aquela brincadeira, me chamaram: “Ô Ana Rosa, vamos organizar melhor, vamos fazer uma roupinha para eles, para eles dançarem aqui no São João!” E como é que ia dançar, se a gente ensaiava no mangue? As mães se juntaram, carregaram entulho, providenciaram arenoso, entulho, arenoso, areia e prepararam, tamparam o manguezinho, fizeram um lugar para dançar. Compraram pano, para fazer roupa igual para todos, a gente costuma chamar [esse pano] de ‘por-favor-me-vista’, porque você bota assim e via tudo do outro lado, bem fraquinho. Mas as mães se juntaram para costurar, arranjaram roupa de noiva, tudo! Todo mundo bonitinho! Um sanfoneiro pobre daqui da área que também viu a gente brincando e uma mãe chamou para ele tocar.

Aí quando a gente está dançando, passaram uns três ou quatro homens e ouviram um barulhinho. Daqui a pouco alguém chega lá: “Ana Rosa, Ana Rosa! O homem está perguntando quem é que está responsável por essa brincadeira” Quando terminamos eu vim rapidinho. Eram a equipe a comissão da associação de bairro que ficava aqui dentro, na primeira rua, elogiaram bastante e disseram “a gente quer lhe convidar para você levar eles, para vocês irem, aqui para a rua Santa Clara... já tinha passado um tempo, já estava entulhando também a rua Santa Clara, era massapé ainda, mas dava para pisar. Tinha uma quadrilha de adultos aqui na Santa Clara, que dançava no São João. Aí eles chamaram a gente para levar as crianças para dançarem também na festa! Daí nasceu o trabalho. Ai eu passei a participar da associação, e comecei uma parceria. Daí a gente partiu para banca escolar na associação, eu comecei a reunir as crianças que depois do São João ficavam sem nada [para fazer, tempo ocioso], aí começou a organização do trabalho. Enquanto isso, Aloísio na Mangueira tinha o mesmo trabalho, que ele tinha começado com a gente, com o grupo de jovens... É complicado, viu, contar essa história!

Ana Rosa conta como o trabalho que ela fazia na Massaranduba estava atrelado ao de um missionário laico, Aloísio, que no final da década de 1960 estabeleceu-se nas palafitas da Mangueira e fundou a Associação Livre de Moradores da Mangueira. Nessa história alguns elementos merecem destaque:

O trabalho de Ana Rosa, que veio em seguida a constituir-se no Grupo de União e Consciência Negra GRUCON, inicialmente tomou o nome do projeto de Aloísio, MEFÉ – Movimento Educação Formação Evangelização. A troca de experiências entre jovens moradores de bairros vizinhos era um pilar sólido desse *movimento*. Aloísio dava curso de teatro na Massaranduba, e Ana Rosa dava aula de maculelê na Mangueira. Por sua vez, os meninos da Mangueira davam aula de capoeira na Massaranduba, e todo mundo jogava futebol junto.

Entra aqui mais uma componente espacial do trabalho do movimento, que mantém-se até hoje. Graças às atividades promovidas pelas lideranças, os meninos dos grupos circulavam na cidade. “A gente andou essa Salvador inteira, até Escada e Simões Filho, levando o pessoal para jogar bola” lembra Ana Rosa.

O desenvolver-se dessas atividades sempre foi necessariamente ligado a uma determinada percepção do espaço ou de sua falta, por uma razão simples: assim como não havia lotes urbanizados a ser adquiridos para construir casas, em Alagados nunca houve equipamentos ou espaços coletivos prontos. Arranjar o espaço demandava sempre um esforço e um compromisso coletivo.

O grupo de Ana Rosa tem uma trajetória significativa. Como se vê pelo relato, o grupo reunia-se inicialmente na Igreja, em seguida na Associação de Moradores da Massaranduba. Depois obteve um espaço em um barraco construído em palafita, onde a Igreja Católica da Massaranduba tentara instalar uma escola. Este barraco foi reformado pelo grupo para oferecer as condições mínimas de uso. Devido a desentendimentos com a igreja, em pouco tempo o espaço ficou indisponível. A sogra de Ana Rosa então ofereceu uma porção do lote de água onde ela construiu uma palafita. Esta manobra foi impedida pela HAMESA, segundo Ana Rosa, pois a ocupante do lote tinha muitos filhos, portanto não poderia passar a posse de uma parte de “sua água” para terceiros.

Através de relatos sobre as vicissitudes de lideranças e grupos na busca de espaço para suas atividades de educação e cultura aprendem-se não somente suas trajetórias como também a formação ou transformação de espaços específicos. Inúmeros casos ilustram este ponto: o aterro no mangue feito pelas mães para dançar a quadrilha, a reforma do galpão da

Igreja, a disponibilização de espaço por moradores, evocada por Ana Rosa. A propósito, posso citar a iniciativa da mãe que disponibilizou um cômodo para a banca de suas filhas e dos colegas delas, ou a cessão, para reuniões de um grupo de jovens, de uma parte do lote de água, por parte da sogra de Ana Rosa. Caberia também referir a disponibilização de espaço por instituições poderosas (como as salas de Igreja, ou da Associação da Massaranduba,²⁰⁸ ou o Espaço Cultural e o Cine Teatro Alagados, do *Estado*) para fins de trabalho comunitário. Hoje, quase todas as associações ocupam espaços cedidos pelo *Estado*.

Já em outro momento, posterior em relação ao envolvimento de Ana Rosa com o trabalho, deu-se o engajamento de Baby no movimento. O relato de Baby mostra um tipo de engajamento diferente. Baby começou a frequentar os grupos artísticos e a partir daí entrou na “militância”. Ele relata:

Bem no final, da década de 80, eu já cantava na comunidade com meu grupo, no Uruguai. A gente começou essa militância mais na linha da cultura [...] A cultura foi a primeira experiência, foi o que fez a gente se juntar. Eu fazia música, o pessoal [fazia] teatro, tinha dançarinos aqui... Tinha essa galera toda. Coincidiu que nessa época teve a construção daquele Centro de Cultura [o Cine Teatro Alagados]. As pessoas se encontravam na Igreja, e discutiam as questões da comunidade na Igreja. Depois disso, já na década de 90, já com o Espaço Cultural isso ganhou força. [...] Havia, nessa época, uma intervenção do Estado, da CONDER nesse território, havia muitas casas na maré. Aí surgiu o Espaço Cultural, depois que foi depredado o Cine Teatro. Uma figura que me incentivou foi Aloísio Simão de lá da Mangueira. Eu ficava encantado quando eu via ele andando com aquele bocado de menino atrás dele, cantando aquelas músicas... e isso me serviu de inspiração. Aí a gente começou a pensar a cultura de forma organizada que foi através da Comissão de Cultura de Alagados, que foi a primeira experiência de rede. Nessa Comissão havia os artistas, os grupos, mas também as organizações. A AMCSL, o CAMA estava começando, havia um grupo teatral chamado Salamandra que foi da companheira Fafá e Israel, que era o coordenador do Espaço Cultural nessa época. Particularmente essa companheira Fafá foi uma pessoa muito importante para todo esse movimento. [Entrevista com Baby, 2015, grifos meus]

Fátima de Sobrinho (vulgo Fafá), 55 anos, paraense, é uma ativista, formada em serviço social. Morou em Alagados por 35 anos. Ela trabalhava com cultura, especificamente com teatro, quando chegou a Salvador, em 1980. Como para as outras lideranças, prefiro recorrer à transcrição de trechos da conversa que tive com Fafá, a respeito do que ela considera como o início do movimento:

²⁰⁸ Não me foi possível localizar os responsáveis pela Associação citada por Ana Rosa, mas segundo referido por moradores a construção de sedes das associações dava-se naquela época por autoconstrução em mutirão, por vezes graças à doação de material vinda de políticos ou até mesmo graças à contribuição dos vizinhos. As associações de defesa dos moradores desta época costumavam ser compostas principalmente por homens, o que corresponde ao relato de Ana Rosa. A mesma tendência é relatada no estudo de Espiñeira (1997)

Na década de 80 o movimento cultural no Brasil era fundamentado no teatro, os grupos de cada estado se organizavam por federações, COTAES, e todas ligadas à COFENAC, a Confederação do Teatro Amador. Aqui em Salvador essa federação estava começando a ficar um movimento muito forte. Era preciso fazer um trabalho para mapear bairros com grupos que poderiam ser visitados, e eu cheguei numa escola, o Polivalente San Diego, onde tinha alguns meninos e meninas que faziam teatro de boa qualidade. E foi assim que eu fiquei aqui. [...] O meu teatro nunca foi profissional, sempre foi teatro como intervenção. E na época esse fazer se chamava de “Teatro Amador”, hoje o povo rejeita essa caracterização de amador. [Entrevista com Fátima Sobrinho, 2015]

No Polivalente São Diego, Fafá conheceu e trabalhou com os jovens que hoje são lideranças da CAMMPI. Segundo Baby, foi Fafá que ajudou aqueles jovens (Raimundo, Jamira, Neia, Dea etc.) a “pensar em projetos, em planejamento...”. Até então, acrescenta, “era uma coisa mais de se organizar e tal, sem conhecer essa perspectiva do projeto”.

Fátima lembra: “Aqui onde surge a associação das meninas era o canteiro de obras, a maioria das casas eram de madeirite. Elas eram as lideranças mais jovens que estavam começando. Lideranças mais velhas eram Pe. Bernardo e Pe. Clovis, Aloísio... A moradia conseguia juntar as pessoas.”

Na perspectiva de Baby, no período em que ele trabalhava mais “na questão cultural” com seus coetâneos (hoje todos em seus 50 anos), havia lideranças, como Seu Paulo (Ass. XXVIII de Agosto), Seu Anísio (Associação de Moradores do Jardim Cruzeiro), Seu Arivaldo, primeiro presidente da AMCSL, “que faziam a discussão em questão da habitação”. Neste ponto de minha conversa com Baby, Lurdinha, apesar de empenhada em seus afazeres de coordenadora, intervém, apressando-se a completar:

Tem mais uma questão. Quem nos ensinou a fazer movimento social foram as pessoas que entulharam essa área. A gente é uma área onde desde 60 fazemos intervenção. Na verdade, nessa área, não teve uma política pública que disse assim: “Vem, é para vocês!” Foi a gente que cuidou da gente mesmo.

Nem todos os líderes da rede CAMMPI “surgiram da cultura”. Como vimos, Ana Rosa, Selma e Lurdinha se “consolidaram” como lideranças a partir de outros caminhos. Certo é que o período do Teatro Amador, tido como responsável por ter impulsionado a “cultura” local, é lembrado com saudade por todos os que dele participaram.

7.5 Cultura com movimento

A primeira vez que eu ouvi essa história estava sentada no Largo da Boa Viagem, depois de um evento da CAMMPI, com Jamira e Déa, esperando uma carona para voltar para

casa. Relembrando o tempo do Teatro Amador, *elas* enfatizavam que então, para *fazer cultura*, não se precisava nem de dinheiro, nem de projetos. “A gente fazia teatro, fazia o festival do Teatro Amador, chamávamos os grupos de fora, de outros Estados, todos dormiam no Polivalente, três dias, quatro dias: era uma festa! Hoje isso é impensável”.

Acabávamos de encerrar o penúltimo dia da Mostra de Arte e Cultura de Itapagipe, um festival que, com certa boa vontade, poderia ser considerado uma versão atualizada dos encontros do Teatro Amador. Todavia, para as lideranças que mais se envolviam na organização desse evento anual da rede CAMMPI o processo da Mostra era, sem dúvida, muito mais trabalhoso e menos entusiasmante.

Em setembro de 2014 participei como voluntária da organização da dita Mostra. Nesse ano o festival de cultura da Península, era financiado com recursos da Secretaria de Cultura do estado da Bahia, e produzido pelas organizações da rede CAMMPI.

Durante uma semana, iriam exhibir-se em vários pontos da Península artistas e grupos culturais em cuja composição havia crianças, adolescentes, jovens e adultos de Itapagipe, membros da rede ou amigos e parceiros (a exemplos de grupos de dança de escolas públicas do território, duplas de rap e bandas de percussão do bairro). A oferta de gêneros e estilos era bastante diversificada, compreendendo desde recitais de poesias, corais, capoeira, rap, rock, reggae, valsa, samba-reggae, e até mesmo música retrô. Os contatos com os grupos eram articulados pelos membros da rede REPROTAI. A maioria das apresentações, principalmente as que eram endereçadas a um público mais novo, ocorriam no Espaço Cultural Alagados e no largo do fim de linha, onde, graças a um recurso da SEPRMI, fora montado um palco ao ar livre. No Espaço era servido lanche para as crianças, adolescentes e jovens dos grupos e para os meninos do público também.

Estavam incluídas na programação duas semanas de oficinas gratuitas de iniciação ao canto coral, oficinas de jazz dance e break dance ministradas por membros da rede (dentre eles, Carlos Baby).

A programação entrelaçava-se com projetos já existentes como Alagados em Cena (que previa a exibição do Coral da Neojibá), Terça Cultural, com show da cantora baiana Márcia Short, e Quarta que dança. Integravam as apresentações culturais rodas de conversa. Deu-se uma entre artistas de Itapagipe e representantes do órgão da SECULT responsável pelos Espaços Culturais na Bahia; de outra, sobre diversidade cultural, participou o então Secretário da SEPRMI e membro da CAMMPI, Raimundo Nascimento.

Durante a semana, as atividades lotaram de crianças e adolescentes o largo do fim de linha. Comentava-se em rodas de avaliação, na rede, que esta era uma forma de apropriar-se

do espaço público, importante para os moradores. Falava-se também que os shows eram tão bons que até os traficantes “chegavam junto” para curtir. E reiterava-se que cultura era isso: juntar as pessoas para usar o espaço público, sem violência.

A abertura dera-se na área *nobre* da Península, na sede do ICBIE, parceira intermitente da rede, que se envolvia principalmente em iniciativas de cultura. A sala principal do casarão hospedou durante a semana uma exposição de peças de artistas plásticos da Península. Uma das dificuldades foi encontrar na CAMMPI pessoas que tivessem disponibilidade para cobrir os turnos em que a exposição estava aberta ao público.

As sessões do final de semana ocorreram em dois outros pontos da Península, o Largo da Boa Viagem, ao lado da Igreja (cujo vigário já fora muito parceiro das organizações do Uruguai) e o Largo da Mandragoa. Era importante levar a Mostra a esses outros espaços, para não ficar só no Uruguai. Todavia, dados os recursos limitados, a organização e a logística tornavam-se mais complicadas fora do bairro. No largo da Boa Viagem, onde as atividades começaram de manhã com a feira de Artesanato e Economia Solidária e continuaram com rodas de capoeira, rap e percussão, o palco e os equipamentos foram levados com um caminhão baú, mas não havia cadeiras nem mesas para os organizadores, a não ser as de um vendedor ambulante de cerveja. Jovens que transitavam pelo lugar ou vinham da praia juntavam-se aos meninos da REPROTAI para “curtir o som” das percussões afro.

Naquela noite, depois do show, André, marido de Déa, teve de “dar uma força aos meninos” e usar seu carro para levar uma parte deles de volta ao Espaço Cultural. Voltaria depois para nos acompanhar a nossas respectivas casas. Conversando juntas, eu, Jamira e Déa, esperávamos sentadas num banco do Largo, quase deserto, devido ao horário. Ao vermos um dos últimos grupinhos de jovens que subiam da praia, Jamira olhou com reprovação para uma menina de biquíni e shortinho, que subia rodeada por um grupo de rapazes, de mão dada com o que, entre eles, devia ser seu parceiro. Exclamou, então: “Olhe! Ficaram na praia bebendo até tarde! É por isso que precisa da cultura. Esse espaço iria mudar!”.

O encerramento da edição de 2014 da Mostra ocorreu no Largo da Mandragoa, na Ribeira. Nesse largo tinha uma estrutura pronta, que parecia ótima para apresentações. Poucos dias antes do evento descobrimos que justo naquele espaço o Grupo Amigos da Mandragoa exibia uma pequena orquestra de chorinho que atraía um público dançante. Foi preciso, então, mudar o horário das apresentações da mostra para não “atropelar” a manifestação cultural *local*. Também sugeriu-se que alguém mais próximo da área entrasse em contato com os Amigos da Mandragoa, para conversar, avisar sobre a ocorrência da Mostra. Durante uma das reuniões semanais antecedentes à Mostra, Jamira, visivelmente sobrecarregada pelo

trabalho de organização, propôs que Reginaldo e Carlos Baby fizessem isso. Reginaldo era morador da região e sua associação atuava na área contígua à Mandragoa, por isso os dois designados achavam que ele deveria resolver isso. No impasse, o grupo foi avisado de última hora e o show de chorinho foi, enfim, incluído na programação da Mostra de Itapagipe. Um pequeno palco para a exibição de música retrô da banda The Paunchy (de que fazia parte o irmão de Reginaldo) foi montado num lugar sombreado próximo à que parecia uma pista de dança, onde o grupo Conspiração, formado por jovens da REPROTAI, exibiu-se ao som do rap, apresentando uma coreografia com passos de Break.

A Mostra era tida explicitamente como oportunidade de exercer a liberdade de expressão e um modo de ter acesso a manifestações culturais de alto nível (principalmente o show de Marcia Short, a participação de Margarete Menezes). No entanto, ela proporcionava aos jovens a possibilidade de ocupar espaços fora de seus circuitos cotidianos. Além disso, era proposta como uma forma de garantir a ‘ocupação’ dos espaços, e também de mudá-los. Carlos me explicou como isso funcionava na perspectiva do trabalho com cultura. Sua explicação se deu alguns meses mais tarde, enquanto conversávamos a respeito de qual seria, em sua opinião, um bom lugar para a sede da REPROTAI:

A REPROTAI é protagonista disso aqui e ela tem essa essência, de onde ela chega ela transforma. Apesar de ser um lugar muito malvisto... Porque uma das coisas que amenizou a visão do Uruguai, da Massaranduba, foi essa questão da ação da juventude, da gente estar se unindo, com a galera de lá e tal. Cada bairro desse tem essa parte sombria, mas tem a galera do movimento e a galera do bem, que quer transformar, tem galera do rap. Então a gente acata essa galera e aí a galera vai dizer qual é a problemática e a gente tenta resolver do jeito mais simples que tem para a gente, que é o quê? Vamos fazer um movimento lá, vamos armar um palanque lá, “mbora botar um show?!”. Por que assim a galera vai conhecer e vai respeitar.

Eu já sou vivenciado no meio dessa galera. Tem essa galera que se diz “do mal”, mas se ele conversar com você, ele reconhece isso em que ele está envolvido [o tráfico]. Ele também reconhece eu que sou jovem e estou lutando por todo mundo, não só por mim ou pela minha casa.

7.6 Rede REPROTAI

Como as outras organizações da CAMMPI, a Rede de Protagonistas em Ação Itapagipe – REPROTAI tinha assento nas reuniões das segundas-feiras, habitualmente representada pelos instrutores de dança Carlos, Marcos e/ou Tatiane (articuladora política do grupo). O fato de representar a REPROTAI não significava, a princípio, uma posição

hierárquica superior nessa rede, surgida como uma organização colegiada que associava grupos culturais de crianças, adolescentes e jovens. Essa estrutura tinha consequências no processo de tomada de decisão. A REPROTAI também não era uma organização formalizada: não tinha CNPJ, nem diretoria, nem sede. Todavia, a coordenadora do Espaço Cultural, Jamira, agia como a coordenadora de facto, coadjuvada por outras lideranças (principalmente as mulheres da ACMSL). O Espaço Alagados era seu QG²⁰⁹.

Apesar de os adultos da rede CAMMPI lamentarem com frequência as “mudanças na militância de hoje” e a “dificuldade de envolver os jovens” no movimento, eu observava que eram os meninos e meninas da REPROTAI que costumavam animar os eventos do movimento com representações artísticas, lotar as cadeiras das rodas de conversa e outros encontros, acompanhar lideranças da CAMMPI em suas aparições em atividades fora do bairro etc.

Participar da REPROTAI significava, em primeiro lugar, entrar em (ou formar) um grupo cultural, participar de seus ensaios e exposições artísticas no Espaço Cultural ou em outros locais (organizações parceiras e eventos do movimento). Além disso, participava-se de reuniões, encontros de formação, rodas de conversas sobre temas de interesse dos jovens negros da periferia e várias outras atividades, que frequentemente envolviam idas a instituições públicas, encontros organizados por distintos movimentos sociais ligados à juventude, participação em audiências públicas, atos e caminhadas. A REPROTAI representava a juventude negra de periferia em fóruns e encontros locais, estaduais e nacionais da sociedade civil. Os meninos mais assíduos, que mostrassem algum interesse e aptidão em relação às atividades de advocacy acabavam sendo escolhidos para representar o grupo em encontros em nível municipal, estadual e nacional. Envolviam-se, assim, em atividades de participação e de pressão, ou em processos de formulação de políticas públicas para a juventude, com destaque para as políticas para a juventude negra. A participação nos encontros que envolviam viagens eram almejada por quase todos os meninos e meninas. Como esclarece Roberta, ex membro da REPROTAI,

²⁰⁹ Jamira dedicava-se à coordenação do Espaço Cultural Alagados para garantir que esse espaço do Estado ficasse aberto à comunidade e principalmente a crianças, adolescentes e jovens da comunidade. Buscava, assim, garantir que eles o ocupassem e dele se apropriassem para fazer a “cultura” acontecer. As responsabilidades advindas do tipo de gestão por ela praticada acarretavam longas horas de trabalho, dedicadas não apenas à coordenação do Espaço como também a uma série de tarefas pertinentes ao planejamento das atividades ali realizadas, desde eventos culturais a rodas de conversas, ensaios etc. Jamira, junto aos funcionários do espaço recrutados na comunidade e aos meninos da REPROTAI, realizava qualquer tarefa ligada ao funcionamento e à manutenção do local: limpeza, substituição de equipamentos defeituosos ou desgastados eram para ela tão importantes quanto as reuniões com a diretoria da SECULT, a busca de parcerias com artistas famosos ou ‘amadores’. Seus afazeres extrapolavam o horário do expediente de qualquer outro servidor público.

A gente viaja para outros Estados, a gente conhece outras pessoas, e a gente ouve a realidade de cada comunidade e a gente vai percebendo coisas que são parecidas, que são iguais, como é que a gente pode contribuir para a melhoria disso, né? A rede também tem os grupos culturais que faz essa alegria, grupo de dança, de teatro, de música, de percussão, então essa é a alegria que faz o momento em que a gente está viajando também.

Frequentavam a REPROTAI moradores do bairro, alunos das escolas da vizinhança, filhos de membros do movimento — a exemplo do filho de Carlos Baby e Bone (AMCSL), músico da banda Evolução —, jovens de procedências diversas encaminhados por instituições parceiras e jovens a procura de alguma oportunidade de “trabalho com cultura”, ou de formação profissional. Crianças e adolescentes que frequentavam as atividades culturais deviam, também, tomar parte das formações, isto é, de oficinas de conteúdo variado, desde treinamento profissional a debates qualificados sobre direitos, cidadania, racismo, identidade etc.

Os meninos e meninas iam para a REPROTAI por motivos diferentes. Como outros “projetos”, a “rede” era um lugar propício para conversar, fazer amigos, cantar, dançar, escrever poesias, pensar, conhecer pessoas e namorar. Era também um lugar onde se organizavam eventos, participava-se de “formações”, atos políticos e manifestações, viagens, reuniões; onde se contavam histórias para as crianças, montavam-se coreografias, palcos, escreviam-se projetos e relatórios de atividades, fazia-se parte de grupos focais em avaliações de financiadores nacionais e internacionais e também saía-se do círculos de socialidade restritos à rede de vicinalidade. Os meninos que faziam parte da rede aprendiam, também, a circular mais autonomamente na cidade, e frequentavam espaços normalmente considerados inacessíveis a eles²¹⁰.

De modo parecido ao que destaca Wade (1999) em relação a grupos culturais negros na cidade colombiana de Cali, todas essas atividades entrelaçavam-se e acarretavam o estabelecimento de relações com atores diversos, cada um com sua agenda e ponto de vista sobre a “cultura”.

Desta forma os jovens eram gradualmente socializados no movimento. A rede REPROTAI pode ser considerada uma tentativa de reprodução da rede CAMMPI.

Obviamente os mais novos enxergavam principalmente o aspecto recreativo e estético da ‘cultura’. À medida que a participação fazia-se mais assídua, cresciam os

²¹⁰ Dou como exemplo o espetáculo chamado “O samba pede passagem”, que um grupo da REPROTAI apresentou no principal teatro de Salvador, o Teatro Castro Alves.

compromissos e diferenciavam-se as atividades vividas na unidade de experiência definida como ‘cultura’.

Apesar de a cara da rede ser a ‘cultura’, como Jamira não se cansava de repetir, não se tratava de ‘cultura’ em si. Isto é, as atividades artísticas da REPROTAI não tinham como prioridade a formação de artistas profissionais para o mercado, e sim a “libertação do jovem”, isto é a formação de cidadãos²¹¹. Isso era o trabalho da REPROTAI (e a função prioritária atribuída ao Espaço Alagados): “é cultura” dizia ela, “mas é a cultura com o movimento”.

Na REPROTAI, os meninos acostumavam-se a falar de modo crítico da própria realidade e da realidade de seus bairros, evidenciando-lhe os problemas. Passavam a perceber sua situação e a de seu entorno como algo a ser mudado. À medida em que aprendiam a linguagem dos direitos, da igualdade, do respeito à diferença, da cidadania, conheciam segmentos do Estado, através de projetos, de encontros com seus representantes e visitas a sedes de instituições públicas. Mediante os saberes aprendidos e valorizados na REPROTAI, a ‘cultura’, as ‘temáticas’ de oficinas e rodas de conversa, a articulação com outros grupos de pares, eles eram envolvidos e responsabilizados como “agentes de mudança”. O instrumento principal para realizar a mudança tornava-se o trabalho de que eles participavam. Este consistia no trabalho com cultura e no movimento organizado, feito de reuniões, encontros, parceiras, e também preparação de documentos como relatórios e projetos, dentre outros.

Essa forma de proceder sugeria que as atividades se pautassem por uma sequência de respostas às perguntas “como é?”, “como deveria ser?” e “como se faz?”. Isso, por sua vez, espelha uma forma de proceder típica da metodologia do PCM (Project Cycle Management – Ciclo de Gerenciamento do Projeto), amplamente utilizada, na época desta pesquisa, por agências internacionais de desenvolvimento, por órgãos governamentais do Estado e por ONGs empenhadas em intervenções no social. A ferramenta do PCM prevê o desenvolvimento de uma “análise da situação” [Como é?] mediante a formulação de “problemas”, logicamente concatenados entre si em relação de causa e efeito e visualizados mediante o desenho de uma “árvore de problemas”. Todos os problemas formulados são, então, convertidos em formulações positivas, mediante uma simples operação linguística de positivação que os torna “resultados esperados” [Como deveria ser?], mantendo a ordem de concatenação causal estabelecida na árvore de problemas que então se torna uma árvore de objetivos. Mediante técnicas que não cabe discutir aqui, traça-se, em seguida, uma estratégia

²¹¹ um “indivíduo” com “autoestima” suficiente para realizar seus planos de vida e lidar de forma consciente com as desigualdades da sociedade, recorrendo, se preciso, ao coletivo. Alguns resumiam esta frase com “empoderamento”.

para alcançar tais objetivos. Tal estratégia é normalmente composta pelas atividades que se quer desenvolver mediante um projeto [Como se faz?].

Esse paralelo é sugerido pela análise de Vianna que assim define o sistema PCM: “uma ferramenta elaborada com um projeto como horizonte” (VIANNA, 2010:274), com vistas à “mudança na vida das pessoas”. Esta abordagem é operada por grandes agências internacionais de desenvolvimento, como aquelas envolvidas na constituição da rede CAMMPI e na redação do PRDI – Plano Referencial de Desenvolvimento territorial da Península de Itapagipe, respetivamente o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD e a União Europeia – UE. Todavia, como assinala Vianna, essa visão não consiste no intento de “modificação de estruturas sociais, reorganização do sistema mundial, extinção da sociedade de classes” (2010:274). Era, porém, uma perspectiva que orientava a ação da rede CAMMPI. Consoante o PRDI, o ‘desenvolvimento humano’ era considerado um dos fatores chave para mudanças desejáveis no espaço da Península e na vida de seus moradores. Não cabe aqui uma discussão sobre como essa acepção de desenvolvimento foi abordada na literatura acadêmica. Basta verificar como tal acepção implica um processo de estabilização de saberes no ‘movimento’, principalmente entre os jovens. A *assemblage* desses saberes concerne a uma visão em que a cada individuo é atribuída a responsabilidade por seu destino. Portanto, cabe a cada um assumir a tarefa de operar uma transformação na própria vida e conseqüentemente no lugar. Isso conjugava-se facilmente com noções de ‘cidadania’, que se referiam tanto a práticas de reivindicação de participação nos processos de tomada de decisão a respeito do espaço da Península, quanto à assunção de responsabilidades individuais para com o coletivo de pares, cidadãos, vizinhos, familiares, ou companheiros de movimento. Mas o PCM não se limita a um discurso. Trata-se de uma metodologia internacionalmente estabelecida para formular e gerenciar projetos financiáveis por agências governamentais e não governamentais, também na área social. Mediante suas técnicas de formulação de demandas, problemas, soluções, objetivos e estratégias, e monitoramento e avaliação de atividades, permite que “organizações com atuações específicas se enganchem a emaranhados institucionais de longo alcance, e, de outro lado, que as organizações internacionais possuam tentáculos espalhados em muitos lugares, conectando-se a parceiros com lutas extremamente diferentes entre si”.

7.7 Colégio Solange Hortélio Franco

Tive uma das primeiras experiências da atuação da REPROTAI fora dos ensaios no Espaço, em encontros onde o movimento se posicionava em contraste com o Estado. Em eventos públicos, como os que acompanharam o debate para a implantação da Base de Segurança, existia de praxe um momento em que os jovens se manifestavam mediante uma das linguagens artísticas que praticavam (geralmente dança, canto ou poesia). Uma das intervenções mais incisivas que presenciei foi a de Bruna, numa reunião no Colégio Estadual Solange Hortélio.

No dia 16 de dezembro de 2014, depois das 21h saí da reunião no Solange Hortélio com as mulheres da CAMMPI, os meninos da REPROTAI, Baby e Reginaldo. Era um dia no meio da semana e a rua Direta do Uruguai estava deserta. Jamira me disse: venha com a gente até o fim de linha, de lá você pega seu ônibus para ir para casa, é mais seguro!”. Enquanto eu caminhava com ela, com Lurdinha, e outros “companheiros”, os adolescentes corriam e brincavam poucos metros adiante, precedendo o grupo dos mais velhos. Comentamos o visual e as condições estruturais do Colégio. O Solange Hortélio Franco fora reformado recentemente. Apesar disso, o seu aspecto remetia mais a um presídio do que a uma escola. Em certo ponto da conversa, Jamira afirmou com convicção: “Se eu tivesse um espaço como aquele, ia fazer a revolução! Fazia sair todo mundo das aulas para fazer arte: ia ter música, ia ter tudo!” E Mariselma acrescentou: “Eu quero ver se agora eles não vão me deixar fazer formação lá dentro!”.

Saíamos de um encontro com a Diretoria Regional de Educação (DIREC-1B Secretaria de Educação) que ocorrera no Colégio. Eu fora convidada por Lurdinha: “Acho importante você participar, para seu trabalho”. A liderança não acrescentara muitos detalhes, já que não costumava falar mais que o necessário. O edifício estava localizado ao lado do Outlet Center, a cerca de 15 minutos, a pé, do fim de Linha, na rua Direta. Fiquei esperando durante 40 minutos os representantes da Secretaria de Educação que estavam atrasados, apesar de terem convocado a reunião e marcado o horário. Comigo, na sala, estavam Lurdinha, Ramon²¹², e as professoras do Colégio. Estas conversavam entre si a respeito do concerto de Natal realizado naquele mesmo dia pelos alunos. As docentes falavam sobre o encerramento do semestre, expressando muita admiração com a mudança que haviam observado no concerto dos alunos. “Uma escola ordenada de gente do bem”. Acrescentaram,

²¹² Ramon, além de assessor da Secretária Olívia Santana (Secretaria das políticas para Mulheres), era do movimento: antigo membro da AMCSL, participou do grupo fundador da REPROTAI. Era também filho da educadora Jandaira, da Luiza Mahin, e de Isael Barros, o primeiro coordenador do Espaço Cultural Alagados.

olhando para nós: “Antigamente era impensável colocar decorações natalinas nas portas das salas de aula, iriam arrancar! Hoje em dia cada sala tem sua flor, seu enfeite”.

A chegada de Baby foi seguida em poucos instantes pela de Jamira. Seguida por cerca de 15 adolescentes e jovens (da REPROTAI), ela encheu instantaneamente o corredor da escola, o que fez parecer sua entrada triunfal. Nos transferiram para uma sala de aula que pudesse comportar o grupo, agora numeroso. Foi nesse momento que finalmente chegaram os representantes do Estado. Junto com duas professoras e a diretora da unidade, entraram na sala 6-7 alunos da escola. Chegaram também Reginaldo (ABDAI) e Mariselma Bonfim (AMCSL – Escola Luiza Mahin).

Finalmente ficou claro para mim o propósito do encontro. O Estado anunciara o fechamento do turno noturno e a diretoria da escola, aliada aos docentes e aos estudantes, não queria que isso acontecesse. Procuraram, então, o apoio da “comunidade” do Uruguai, entrando em contato com a Escola Comunitária Luiza Mahin. Lurdinha aceitou o convite e mobilizou os companheiros do movimento. A rede CAMMPI apresentou-se na reunião como uma “rede de instituições sociais focada no desenvolvimento sustentável”.

Iniciou-se com o habitual giro de apresentações. Os representantes da Secretaria abriram os trabalhos com tom firme (estavam preparados para ser contestados). Disseram não ser vontade do Estado “prejudicar a comunidade” mas era preciso “otimizar”. Já previram a dificuldade que teriam os professores para aceitá-lo, tanto maior para os que só podiam dar aula à noite. Segundo os técnicos argumentavam, a partir de dados e pesquisas, nas escolas estaduais da Bahia, diminuía a cada ano a distorção idade-série. A conseqüente redução da demanda para o estudo noturno exigia providências para racionalizar os custos e evitar desperdícios de dinheiro público. O Estado estava se organizando para construir centros especializados em estudo noturno, que adotariam uma metodologia específica para um ensino diferenciado com adultos. Na península o centro seria organizado no Colégio Alípio Franco, na rua Dendezeiros (Bonfim).

Como eu já vira em outros encontros, Lurdinha foi a primeira a tomar a palavra: “o que vocês estão pensando [isto é, reduzir o desperdício de dinheiro público], todos nós temos que pensar e no final tomar as decisões necessárias. Mas, antes disso, nós não fomos ouvidos!”

O diretor pediu espaço para concluir antes de abrir ao debate. E continuou trazendo dados e fatos para mostrar a realidade do problema onde se deveria intervir. A diminuição de matrículas e a evasão já fizeram com que os colégios vizinhos (Luiz Tarquínio e Dendezeiros)

solicitassem o fechamento do turno noturno. Assim como nessas escolas, no Colégio Solange Hortélio também havia poucos inscritos, sublinhava a técnica que acompanhava o diretor.

A professora Fátima rebateu que os dados apresentados poderiam estar distorcidos devido à frequência oscilante dos alunos. A técnica do DIREC respondeu agressiva: “Vamos ser racionais. Eu estou aqui com dados”. Exibiu, então a caderneta, com os números: “Aqui só têm 70 pessoas!”

O Colégio Alípio Franca, onde o centro noturno da Península seria instalado, está localizado a 2 km do Solange Hortélio, o que dava cerca de 26 minutos a pé. O Diretor acrescentou que os estudantes do Solange poderiam ainda optar por estudar no Colégio Polivalente São Diego, mais próximo, no fim de linha do Uruguai. Era preciso “sair da zona de conforto”, em nome do benefício geral.

Às críticas que os alunos faziam à forma autoritária em que a decisão estava sendo tomada, o Estado respondia que a discussão em curso era a prova do contrário. Um menino apontou polemicamente que as decisões propostas pelos representantes do Estado não afetavam a vida dos filhos deles, com certeza matriculados em Escolas particulares.

Era o momento certo para apresentar “a fala dos meninos da comunidade”, o que foi feito por Jamira. A performance dos meninos constou da declamação da letra “Menino Brasil” e de uma poesia de Bruna Silva, adolescente da REPROTAI. Estas performances colocavam em questão o cumprimento dos objetivos das políticas públicas para a juventude. Sugeriam que o Estado estava a oferecer aos adolescentes de periferia “mais polícia e menos escola”.

A discussão se acirrou, até o momento em que proposições variadas (e vagas) sobre os princípios gerais da educação democrática e inclusiva, acionados por ambas as partes, foram redimensionadas por Baby, que perguntou: “Vocês pensaram na acessibilidade [das escolas para as quais seriam redirecionados os alunos]? Pensaram no transporte? É sobre essas coisas que nos queremos ser ouvidos”,

Apelando ao direito à educação, os dados e os fatos que o Estado apresentava, eram todos contestáveis por quem conhecia a realidade da escola e do bairro. Esses saberes específicos eram acionados para contestar as decisões tomadas unilateralmente pelo Estado. No início da reunião, por exemplo, eu ouvira os meninos falarem sobre a impossibilidade de ir para uma escola distante. Eles reiteravam ser impensável que os alunos de um território dominado por uma facção do tráfico passassem a frequentar a escola localizada em território controlado por outra sem sofrer as consequências.

Assim como foi visto no capítulo 5, ao discutir a instalação da Base Comunitária, os dados e fatos do Estado nunca refletiam as dimensões do espaço vivido pelos moradores,

assinaladas nas intervenções de Baby, da professora Fátima e dos meninos. Era exatamente esse tipo de saberes sobre o espaço dos bairros, informado pela experiência de quem os habitava, que os membros da CAMMPI costumavam utilizar para contestar o Estado.

A habilidade de mobilizar esse tipo de saberes fora também a razão pela qual a escola (segmento do Estado e parceira intermitente da rede) recorreu estrategicamente ao movimento. O movimento, por sua vez, operando distinções nas valorações, exibiu saberes que o Estado não podia ter, e assim contestava suas decisões.

Na base dessa contenda havia uma disputa espacial manifesta de forma idêntica em todas as ocasiões nas quais ocorria a contestação de projetos que interferiam no espaço dos bairros. O viver cotidiano do espaço com seus regimes, regras, maneiras de fazer era colocado entre parênteses pelo Estado, que, procurando resolver um problema de gestão de forma racional, sobrepunha a sua representação de espaço aos usos, percepções, práticas e representações dos habitantes, usuários cotidianos do lugar. Ao fazer isso, a assimetria dos contendentes era dissimulada pela ênfase no interesse geral como *ratio* do saber tecnoburocrático, o que comprovava a racionalidade da solução eleita pelo poder público.

O Estado procurava gerenciar um espaço específico, ou um problema a este relacionado (nesse caso, despesas que deviam ser contidas), utilizando saberes que privilegiam a racionalidade tecnocrática.

Esta situação, assim como a realização do projeto da BCS, mostra como o Estado, mediante atos de governo, impõe suas representações, ignorando o espaço tal como é concebido, percebido e vivido pelos que nele habitam. Sancionadas mediante leis, decretos, portarias, essas representações adquirem normatividade, reconfigurando o espaço e suas práticas.

Apesar da assimetria de poder evidente nessa situação, observa-se como é recorrente outra dinâmica: saberes locais são evocados e mobilizados pelo movimento para contestar o Estado. Nesse processo disputado, os modos de fazer, viver o espaço podem continuar opondo-se às novas normatividades, com efeitos diversos nas configurações de sítios específicos.

7.8 “Caindo como um peixe na rede” - Iniciação ao movimento

A REPROTAI era uma iniciação ao movimento. Na época do trabalho de campo, Carlos, um dos membros mais assíduos, com 27 anos de idade e 4 de experiência na rede, já entendia e discernia diversos segmentos da CAMMPI, e não só o lado mais visível enxergado

pelos mais jovens: os grupos culturais, ensaios e apresentações. Reproduzo na íntegra algumas reflexões de Carlos em um relato espontâneo que ele me deu sobre seu ‘caminho’ na REPROTAI.

Eu mesmo, hoje, sou educador de crianças. Eu posso dizer a você: eu mudei muito. Eu era sangue frio, nunca falava, conversava. Até hoje eu sou essa pessoa, mas hoje pelo lado do bem. Uma das coisas que eu aprendi foi que os problemas existem mas eu quero mostrar soluções. Eu acho que a rede me ajudou nisso. Logo quando eu tive meu problema com a família, eu sai de casa. Como eu não tinha experiência da rua, não sabia o que iria acontecer. Mas eu decidi sair. Graças a Deus eu não passei a dormir na rua. O primeiro lugar que eu vim parar foi nesse grupo [de hip hop], o Conspiração. No Conspiração tem um cara muito especial – que eu agradeço até hoje – que é Marcos Muniz. Ele tinha a casa dele e viu que eu estava sem abrigo. Perguntou: ‘você está fazendo o quê?’ E aí expliquei a situação. Ele falou: ‘Então você vai ficar aqui em casa até você se ajustar’.

“Depois daí, eu acabei caindo como um peixe na rede (risos) né, na rede da REPROTAI. Foi no dia que me convidaram lá, dia de quinta-feira, que tem rede, lá, à noite. [Me disseram] “Você tem que ir porque você é do grupo, agora automaticamente você tem que participar das atividades senão você não vai poder ficar no grupo”. Eu disse: “Poxa, eu não quero perder o grupo, o grupo é massa!” Aí eu fui para a rede. Rapaz! Quando eu cheguei na rede... Aí, tá eu lá e tinha que ficar sentado e tinha aquela roda e você tinha que se apresentar. E eu era muito tímido. ‘Você irmão...? Oi! É você!’ Aí eu me apresentei. E no final Jamira me chamou: ‘Venha cá, você é de onde?’ ‘Eu sou do Boiadeiro e tal, eu tive um problema com a família e tal’ expliquei a ela. Ela falou: ‘Olhe, é o seguinte: aqui a gente não passa a mão pela cabeça de ninguém. Você aqui não é coitadinho até porque você tem saúde, vida, é jovem, não se passe. Então aqui... bem vindo à rede! Agora, filho, pode saber que vai ser trabalho, viu? Você vai trabalhar muito! E olhe que você vai suar muito mais do que até os outros’. E eu sem entender. Porque na hora não batia nada! Tá falando de que? De quem? Que eu não sabia que rede é essa, só ouvia os outros falar ‘REPROTAI’ E eu: ‘O que é isso?’ Daqui a pouco ela falou: ‘Agora vou tentar resolver seu caso’. Aí ela foi conversar com Lurdinha da Associação e aí chamou as outras mulheres que também estão na gerência da Casa da Juventude e aí chegaram a um consenso de eu vir para cá. E eu nem sabia onde era, nem sabia o quê era! E foi quando eu cheguei aqui. A partir desse dia em diante eu fui trilhar esse caminho.” [Conversa com Carlos Luz, 2015]

Na primeira reunião ordinária da REPROTAI de que eu participei, a pauta era discutir os temas de um ciclo de encontros de formação. Sentei-me na roda composta por 20 adolescentes e jovens negros, alguns dos quais aparentavam o cansaço de um longo dia de atividades. Ensaíamos um giro de apresentação quando Jamira, que coordenaria a discussão, tomou a palavra para corrigir e orientar a forma como alguns meninos estavam se apresentando na roda. A capacidade de apresentar-se em público é considerada na REPROTAI um dos índices positivos no tocante ao êxito do trabalho dos educadores.

Referida como índice de “autoestima”, a confiança ao falar em público em eventos, oficinas, principalmente fora do meio conhecido, é uma habilidade muito valorizada entre os adolescentes e jovens do movimento.

Naquele dia, entre as diversas apresentações, a performance tímida de duas meninas chamou minha atenção, por ser diferente da dos habitués da REPROTAI. Contrariamente a estes, elas mantiveram o tom de voz muito baixo enquanto pronunciavam seus nomes. Quase não consegui ouvir o bairro de procedência, o Lobato. Leiga dos saberes da REPROTAI, na época, atribui aquela timidez ao fato de elas ainda não conhecerem todo o grupo ou não sentir-se à vontade em uma situação nova.

Duas vezes por semana os meninos da REPROTAI sentavam-se em círculo e conversavam a respeito da organização de atividades, o planejamento de eventos, captação de recursos para novos projetos, a escolha de membros para representar a rede em eventos públicos etc.

As meninas do Lobato mantiveram-se caladas após apresentar-se aos demais. Por contraste, apesar da presença de uma pessoa de fora (eu) os outros participantes pareciam confortáveis e confiantes.

Na apresentação devia-se dizer o nome, o bairro de procedência e o grupo cultural de pertencimento, ou o papel desempenhado na REPROTAI ou em outras organizações. Nessas horas alguns meninos acabavam desenrolando a lista de suas múltiplas filiações a projetos²¹³ em curso na rede ou em outras organizações parceiras.

Carlos começou apresentando-se como morador do Uruguai, membro da REPROTAI, Técnico de luz do Espaço Cultural Alagados, educador social, instrutor de dança, músico e membro do Grupo Conspiração; Silas (15 anos), como morador do Uruguai, membro da REPROTAI, do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas²¹⁴, representante dos adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ator; Renan (27) morador da Baixa do Petróleo, membro da REPROTAI e coordenador do grupo local da quadrilha junina; Tatiane (32), como moradora da Massaranduba, articuladora política da REPROTAI e membro do MJPOP; Cristiane (11 anos) como moradora do Uruguai, membro da REPROTAI, dançarina do grupo Alagados. Dentre outras, a apresentação que foi mais apreciada por Jamira foi a de Léo, um menino que estava retornando à rede após ter morado

²¹³ Tratava-se de iniciativas autogeridas pela rede REPROTAI e também projetos ditos sociais geridos por parceiros, a exemplo do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas MJPOP, da ong estrangeira Visão Mundial, em que a rede não era simplesmente “público alvo” mas desempenhava um papel ativo de articulação para disseminar atividades de controle social entre jovens alheios ao grupo.

²¹⁴ Um projeto da Visão Mundial com jovens de vários bairros de Salvador.

alguns anos no Rio. Após falar seu nome e idade, Léo falou: estou aqui em busca de boas oportunidades para minha vida.

Jamira repreendeu alguns meninos pela delonga nas apresentações e por não entender que determinadas atividades ou filiações deviam ser expostas somente em locais e situações que o pedissem. No caso de Silas, por exemplo, ele não precisaria dizer que era coordenador de uma gincana de bairro na ora de apresentar-se em uma sessão do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, mas enfatizar somente o que podia ser importante em relação àquele evento ou espaço específico.

Após esta orientação, refizemos o giro de apresentações. Passou-se aos informes. Em seguida, Jamira direcionou a atenção de todos à presença das duas meninas do Lobato. Elas iriam participar de um ensaio de dança que ocorreria no próximo fim de semana no Espaço. Sua participação estava condicionada à possibilidade de membros mais velhos irem buscá-las e escoltá-las de volta às suas casas, no Lobato. Situado na Enseada dos Tainheiros, o Lobato se encontra a 10 minutos de travessia do final de linha do Uruguai. Chega-se lá de barco.

Jamira insistia muito no fato de as meninas não poderem sair de lá sem ser acompanhadas.

Como enfatizei anteriormente, é comum, em Salvador, que a circulação das meninas no espaço urbano seja restrita aos lugares do convívio familiar e cotidiano²¹⁵. Por esta e outras razões que se verão evocadas adiante, a participação nas atividades da REPROTAI²¹⁶ acarretava, quase sempre, uma negociação com a família, que podia mostrar-se relutante à participação das filhas nas atividades culturais²¹⁷, ou as autorizava somente de modo parcial, resguardando a prioridade das tarefas do lar²¹⁸.

²¹⁵ Embora geralmente se admita sua saída de casa no tempo livre para levar um parente ao médico ou fazer compras, a circulação das meninas fica geralmente restrita à vizinhança e às casas de parentes próximos ou amigos íntimos da família. Das meninas adolescentes e jovens espera-se uma ligação maior com o espaço do lar e uma contribuição substancial nas tarefas de casa (lavar roupa, preparo de alimentos, cuidado aos irmãos mais jovens e mais velhos), ao passo que o espaço público é percebido como hostil e rico em ameaças.

²¹⁶ Como mostram depoimentos e relatos sobre outros projetos na região, a exemplo de Crispim (2010), para a participação das meninas é preciso negociar com as famílias. É possível que as meninas obtenham primeiro a autorização de frequentar as atividades que ocorrem no bairro e somente em um segundo momento recebam a permissão de acompanhar o grupo em atividades em outros locais da cidade ou até mesmo no interior, ou em outro Estado. Embora os jovens dos projetos tenham o costume (e a preferência) de permanecer em grupo nos deslocamentos através do bairro, geralmente, após algum tempo de participação, o deslocamento passa a ocorrer de maneira autônoma.

²¹⁷ Essa relutância pode não ocorrer quando se trata de filhos de outras lideranças, ou de vizinhos e parentes, que, ao contrário, procuram inserir os filhos em projetos sociais para preencher o tempo ocioso da criança, jovem ou adolescente.

²¹⁸ A REPROTAI se propõe a oferecer um ambiente oposto às assimetrias não só da “rua” (isto é, do espaço público, ocupado principalmente por adultos de sexo masculino) como do lar, do espaço doméstico em cuja hierarquia crianças, adolescentes e jovens ocupam as posições inferiores, especialmente as meninas. Na REPROTAI as crianças, adolescentes e jovens empenham-se em atividades lúdicas, artísticas, educacionais, consideradas apropriadas para a sua idade. Enquanto brincam, dançam, assistem a filmes apropriados para suas

Jamira procurava agora comprometer os jovens membros com a causa das meninas, enfatizando a inadequação do local de residência delas:

As meninas têm que sair de lá pois [no final de semana] tem muito consumo de álcool! Tem gente sentada ali [na rua] com as crianças, todo mundo com cerveja! Elas precisam sair de lá. Sair de lá para se libertar. Depois não será nem mais preciso ir buscá-las ou levá-las. Elas saberão que elas podem vir sozinhas.

Na fala de Jamira estava condensada a missão da REPROTAI e a prática da “arte”, ou da “cultura”, como meio de alcançar a transformação.

Nas oficinas e rodas de conversa, a vitalidade e alegria dos meninos e meninas, perceptível durante os ensaios e apresentações, dava lugar a bocejos e expressões de tédio. Nesses encontros, os adolescentes eram estimulados a falar dos próprios sonhos e desejos para o futuro, assim como de suas próprias experiências cotidianas na família e no bairro. A partir dessas conversas, os coordenadores das organizações por onde os meninos circulavam e os jovens educadores observavam o comportamento dos meninos e aprendiam a conhecer sua trajetória, situação familiar etc.

Durante a pesquisa de campo, três dos educadores da REPROTAI, Marcos, Taciane e Carlos moravam juntos na Casa da Juventude, um apartamento perto do campo de futebol, no largo do Metron (imediações do Conjunto de Santa Luzia). Este apartamento fica num prédio alugado mediante recursos da AMCSL, a maioria de cujas atividades é financiada pela ong americana Visão Mundial. Além da Casa da Juventude, encontravam-se no mesmo prédio um gabinete da AMCSL chamado Setor de Patrocínio e dois apartamentos. Em um deles morava Jamira, no outro uma merendeira da escola Luiza Mahin. A atual Casa da Juventude era somente o núcleo inicial e reduzido de um projeto maior da rede REPROTAI, projeto para cuja execução a rede buscava financiamentos necessários à gestão e a manutenção da casa. Buscava-se um espaço maior, onde os jovens pudessem encontrar-se e desenvolver atividades de forma mais livre do que no Espaço Cultural Alagados, que, afinal, era um prédio do Governo. Além de abrigar algumas das atividades dos jovens da rede, a Casa da Juventude continuaria como moradia de jovens, apta também a receber grupos culturais de fora do bairro.

Os jovens da Casa da Juventude, todos oriundos de bairros próximos ao Uruguai, tinham em comum situações de conflito com a família, o que eles chamavam

faixas etárias, aprendem a ser cidadãos, isto é, aprendem a conviver num espaço público (o Espaço Cultural Alagados), a relacionar-se de forma igualitária e solidária com seus pares, assumindo suas responsabilidades nesse convívio. São preparados mediante atividades de formação: sessões de “bate-papo”, mas principalmente atividades ludo-pedagógicas que utilizam diversas linguagens artísticas, com propósito de conscientização. Assim são levadas a tomar conhecimento de sua posição na ‘sociedade’ desigual.

“desentendimentos”. Desde seu ingresso na REPROTAI, Carlos, Marcos e Taciane trabalhavam no Espaço Cultural, respectivamente como técnico de iluminação, técnico de som e bilheteira. Eles atuavam também como educadores sociais, nas atividades com crianças e adolescentes (enquanto instrutores de dança e dançarinos nos respectivos grupos). Taciane ajudava também nas tarefas executivas do Espaço Cultural e da REPROTAI.

Com o tempo, eles chegaram a amenizar os conflitos em seus lares de origem, mas nem por isso saíram da Casa da Juventude. Devido, em parte, às condições de reduzida mobilidade entre bairros da periferia (mesmo que vizinhos), seria impossível para eles residirem com as famílias e manterem o engajamento na REPROTAI. Era necessário estar perto dos locais onde acontecia a maioria das atividades²¹⁹: o fim de linha do Uruguai e seus arredores. As tarefas ligadas ao trabalho com cultura exigia deles frequentes deslocamentos para outros bairros da área e para a cidade. O ponto de partida e de retorno desses deslocamentos era sempre o Espaço Cultural Alagados ou a AMCSL. Aí se pegava o auxílio de transporte, comunicavam-se resultados e realizava-se a partilha das diversas incumbências (participação em encontros de parceiros, fóruns, compras, pagamento de contas, etc.) ou devolvia-se equipamento utilizado durante o trabalho. Lá se tinha também o lanche e o almoço. Além dessas atividades, havia os ensaios, as reuniões da REPROTAI, da CAMMPI e as formações, onde eles podiam vir a atuar como *oficineiros*. Acresciam os eventos no Espaço, onde, além de sentar-se como público, os educadores e alguns outros adolescentes e jovens poderiam ser requisitados para funcionar como monitores e até mesmo apresentadores. Tomar parte de tudo isso seria impossível morando em outro bairro. A participação em todas as atividades não era obrigatória, apesar de ser encorajada, principalmente para os que não tinham trabalho remunerado em algum projeto. A assiduidade e a dedicação levavam a obter preferência sempre que aparecesse uma vaga de trabalho em algum projeto ou outro tipo de atividade remunerada²²⁰. Esses trabalhos podiam surgir em projetos no Espaço, na Associação, ou em outras organizações parceiras. Desta forma os jovens circulam entre as associações, além de circular entre espaços diferentes da cidade.

Raramente as atividades dos jovens esgotavam-se na carga horária ou nos expedientes previstos em projetos específicos. Assim como os ativistas adultos, os jovens

²¹⁹ Isto aplica-se também ao pesquisador: se eu não morasse durante a pesquisa de campo em uma distância percorrível a pé do Espaço não poderia conhecer a rede CAMMPI, nem a REPROTAI.

²²⁰ São exemplos Tatiane, que passou a integrar a equipe de um projeto da Visão Mundial; Carlos, que trabalhava como técnico de luz no ECA, desempenhando também o papel de professor de dança; Silas, que tornara-se educador social na Escola Luiza Mahin; Taciane, que trabalhava na bilheteria e na secretaria do ECA; e Vitória, que foi monitora do projeto Ginga Social, realizado pela Fundação Adidas junto à AMCSL.

contribuíam com diversas atividades do Espaço. Os mais velhos e assíduos, atuando como educadores, eram também responsáveis pelos mais novos.

Durante o meu trabalho de campo, os grupos culturais que formavam a REPROTAI frequentavam cotidianamente, além do Espaço Cultural Alagados, a sede da AMCSL, suas adjacências (onde funcionavam a Escola Luiza Mahin, o projeto Ginga Social e o Posto de Saúde comunitário Milton Santos) e o galpão da CONDER (ocupado pelo GRUCON).

As lideranças responsáveis por esses espaços, eram Jamira, Lurdinha²²¹ e Ana Rosa, as três lideranças femininas mais carismáticas da rede CAMMPI.

Como se viu no capítulo 3, a circulação entre esses espaços dava-se de forma parecida com a circulação entre as casas que compõem uma configuração de casas. Devido à parceria entre essas associações, era normal, por exemplo, que jovens participantes de alguma atividade no Espaço cultural almoçassem na sede da AMCSL ou que deles fosse exigido algum serviço de manutenção no galpão da CONDER, a exemplo do mutirão para a limpeza do espaço de ensaio.

A frequência dos jovens nas atividades oscilava de acordo com o grau de comprometimento que eles mantinham com a rede. Isto variava muito, também, a depender das vicissitudes de suas vidas. Os que desenvolviam um trabalho remunerado eram os mais assíduos, mas esses também poderiam ‘sumir’ por um tempo variável e depois serem aceitos de volta.

7.9 Transformação. “Criando asas para voar”

Tudo que se fazia sob o rótulo de “cultura” estava marcado por um conjunto de saberes relativos a educação popular, cultura negra, cidadania e política identitária. E fazia parte dos eixos de ação de várias organizações da rede CAMMPI, além da REPROTAI (AMCSL, ALMM, GRUCON, CAMA, ABEAC, GRUMAI). Tudo isso tem a ver com o trabalho que o *movimento* desenvolve nos bairros (graças ao qual ele cria a própria base).

Assim como outras lideranças femininas que faziam parte da CAMMPI (a exemplo de Selma, Mariselma, Ana Rosa, Sônia), Jamira identificava-se como educadora popular. Em quanto tal, ela defendia uma metodologia de educação, capaz de ir além da educação formal, valorizando os saberes prévios de crianças, adolescentes e jovens, assim como o emprego, na

²²¹ Outra presença importante era a irmã de Lurdinha, a educadora Leninha. Leninha morava com Lurdinha e com ela coordenava a escola Luiza Mahin. O cunhado delas, Jurandir, marido de uma outra irmã, era responsável pelo posto de saúde comunitário. As duas filhas de Jurandir trabalhavam na escola como educadoras e seus filhos frequentavam a rede REPROTAI.

construção do saber da percepção de sua realidade cotidiana. Essa construção, da qual participavam as mulheres do bairro, as famílias, os pares, os educadores e os colegas do movimento, procedia junto com o estímulo ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica do educando a respeito de sua posição no mundo social, com o objetivo de proporcionar-lhe uma melhor leitura de sua realidade social, política e econômica. De acordo com a educadora, isso transformava a perspectiva dos jovens, tornando-os aptos para lidar com a desigualdade e o racismo “de nossa sociedade” (tornando-os “conscientizados”, “empoderados”, etc.). Essa mudança transformava as famílias dos meninos, seus amigos, a “comunidade” como um todo. A abordagem da educação popular, herdeira de princípios e práticas da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e da teologia da libertação disseminada pela Igreja Católica nas periferias urbanas, se compunha de saberes que não somente norteavam os projetos e práticas da CAMMPI, da REPROTAI e das escolas Comunitárias da Península, como também constituía o mainstream da atuação de inúmeras organizações populares, instituições do estado, movimentos urbanos e do campo e ONGs locais e estrangeiras. Além disso, cada um dos atores que compunham os emaranhados onde a CAMMPi estava enleada tinha suas visões, objetivos e agendas, o que levava a combinações peculiares na coexistência de saberes concorrentes, ou mesmo contrastantes.

Nem todos os jovens ficam muito tempo na REPROTAI, como Carlos, Taciane, Marcos e Tatiane. Como diz Jamira, a rede deixa cada um livre, ela apenas “mostra caminhos alternativos”, “possibilidades”, e dá suporte a quem assim queira correr atrás de seus sonhos. A escolha, dizem, é sempre do jovem.

Anos atrás, um caso trágico assombrou a turma da rede. Um jovem membro, após sair de um evento no Espaço Cultural Alagados, foi morto, assassinado pela polícia. Diz-se que ele era traficante e a rede não conseguiu mudar isso. Explicando seu ponto de vista, um dos jovens afirma:

As reuniões e as formações que a gente tem aqui na rede, servem justamente para dizer que cada um de nós tem que ter responsabilidade. Se ele cheira, se ele fuma, tem que saber que a responsabilidade é com ele e que terá consequências. A gente lamenta muito a morte dele. Mas a nossa parte a gente fez: foi mostrar os caminhos, outros vieses: a dança, a ‘cultura’, a faculdade.

Certo dia, conversando com um jovem vendedor ambulante que comercializava cerveja numa praça do centro antigo de Salvador, eu me dei conta de que ele já fora instrutor de dança do Espaço Cultural Alagados. Ele tomara a decisão de sair porque a coordenação

queria obrigá-lo a fazer “política”. Ele não achou isso “certo”, pois queria apenas trabalhar como instrutor de dança.

Outro jovem, que morava na casa da Juventude, decidiu ir morar só e alugou um apartamento na vizinhança. Em breve ele deu-se conta de que com o seu salário mínimo não conseguia sustentar-se e, além disso, ajudar a ex namorada, com quem tinha uma filha. A vida na rede permitia poupar vários gastos, com energia, comida, água, transporte, conforme sucede na vida em família, graças ao suporte da solidariedade doméstica e às partilhas que ela implica. O referido jovem confessou-me ter reduzido, após um tempo, sua dedicação à rede. Ele montara uma banda de reggae por fora (para ganhar dinheiro). Sua razão de ter procurado um ‘caminho fora da rede’, era que ele pensava que ao fazer de tudo pela ‘cultura’ às vezes a pessoa podia se esquecer de “fazer por si mesma” (atender a seu interesse individual). Ele indicava com ‘cultura’ apenas o trabalho na REPROTAI, ou seja, ‘cultura’ não abrangia a banda que ele mesmo montara.

Já Carlos exibia uma visão diferente e mostrava toda a disposição de engajar-se na rede, fazer parte de um coletivo solidário. Segundo ele, a transformação consistia também no fato de perceber que:

... para eu evoluir, eu tenho que ver o outro evoluir. Se ele não evoluir, eu não vou evoluir. Porque a gente está interligado. [...] É por isso que a cada dia eu trabalho, eu faço, eu vou pro movimento, eu vou pras atividades, eu chamo a galera, articulo, faço parte de grupo, faço roda [de conversa]. Porque eu vivo a rede. Eu estou transformado. Mas vai ter outro jovem igual a mim, ou pior. Então ele tem que ter essa possibilidade. Com os adolescentes que estão chegando agora, os jovens, as crianças com que eu estou trabalhando, eu estou materializando isso, para que eles sintam o que é. Agora Jamira me botou [como oficina] numa formação dos jovens sobre primeiro emprego, com jovens igual a mim, da mesma idade, então eles vão sentir essa coisa, isso vai fazer efeito, desde que eu mostre a eles – e não somente com os slides – que eles podem conseguir a transformação na vida deles, no bairro deles, com a vivência com os amigos, os irmãos, os colegas. Agora abra o leque, vá, você pode voar! Então eu me sinto hoje um jovem livre.

O resultado da *transformação* se obtém mediante a estabilização de saberes valorados de forma distinta da que corresponde aos acessados no dia a dia do bairro. Nas reuniões e rodas de conversa, o modo de falar dos meninos é, progressivamente, polido por uma linguagem dos direitos e da cidadania, da igualdade e do respeito à diferença, de marcadores sociais específicos. A estabilização de saberes se dá não somente a nível de práticas discursivas, mas também não discursivas: compartilhar o lanche, fazer reuniões,

tomar decisões de forma colegiada, deixar crescer o cabelo cacheado, pensar sobre os problemas do bairro, falar no microfone diante de uma plateia de pares.

Este processo de aprendizagem, em alguns casos, acaba por produzir um estranhamento das famílias dos meninos, principalmente por parte das que não têm relação prévia de amizade, parentesco, trabalho, com pessoas do movimento. Esse estranhamento costumava ser expressado mediante a proibição de frequentar o Espaço Cultural, justificada por percepções diversas. Segundo referem os jovens, o Espaço é considerado por alguns pais, um lugar onde tem gente que ‘não presta’, as meninas vão somente para namorar, e os adolescente assumem uma atitude desafiadora com a família, por achar que “sabem de tudo”. Este tipo de desacordos eram trabalhados na rede no sentido de estimular negociações com os pais, com quem os educadores mantinham algum contato.

No ECA, mediante o apelo à “cultura” — implicando a afirmação da identidade negra, de identidades de gênero ou sexuais, a assunção de pertencimento a territorialidades específicas (os bairros de procedência na Península itapagipana, bairros populares ou da periferia) — procura-se desfazer valorações negativas atribuídas a essas condições fora do movimento. A estigmatização assim acusada chega ao espaço levada pelas meninas e meninos, ou até mesmo pelos educadores.

A estabilização dos novos saberes é progressivamente incorporada pelos que frequentam a rede mediante a adoção de um visual diferenciado, que geralmente inclui elementos da cultura negra global. A mudança de estilo com a acentuação de traços da negritude é sinal de assunção de uma identidade. Além disso, tem como desdobramento a distinção, no espaço do bairro, dos meninos do ‘movimento social’, e da ‘cultura’. Parecidos com artistas profissionais, eles passam a não ser temidos, como outros jovens que ostentam um “estilo da periferia”. Conforme destacado por Pimentel (2009) em sua etnografia no bairro soteropolitano de Cosme de Farias, não só os moradores mas também a polícia acaba operando esta distinção.

A aparência progressivamente mudada por elementos estéticos que se referem à cultura, apesar de encorajada e apoiada pelos pares e pelos educadores, é tida como algo que acontece “espontaneamente”, como parte do processo mais geral chamado de “transformação” ou “libertação”, em que o jovem assume sua identidade e suas responsabilidades, tornando-se “cidadão”. Esse processo pode ser nomeado por alguns conscientização, segundo um jargão que, apesar de estar caindo em desuso na época do trabalho de campo, ainda era comum em alguns meios do movimento negro, assim como entre os membros mais velhos da rede CAMMPI.

“Conscientização”, “transformação” ou “libertação” referem-se todos a um processo que ocorre progressivamente ao se fazer parte da rede. Esse processo baseia-se na ideia de que “algo que estava escondido da consciência torna-se visível, e pode, portanto, ser posto em prática” (VIANNA, 2010:46). Ao pôr em prática o que já estava presente na consciência, embora escondido, os jovens podem tornar-se *protagonistas* de suas vidas e da *mudança do espaço* em que vivem.

Embora eu tenha buscado mostrar os efeitos do trabalho com cultura sem preocupar-me com a procedência dos diferentes termos utilizados, seria útil procurar entender, mediante pesquisa etnográfica ulterior, a relação entre as mudanças dos termos em uso no discurso e deslocamentos relevantes nas práticas, num sentido político mais amplo.

Quanto mais se frequenta a rede, envolvendo-se nas atividades, mais se aprende a “operar variações no uso e na valoração de linguagens, hierarquizar distintamente os mesmos signos em espaços distintos e ampliar o seu campo de possibilidades” (VIANNA 2010:46). Para encorajar os meninos a participar das formações e das rodas de conversa, os mais velhos trazem, também, exemplos de ex integrantes da REPROTAI que “realizaram seus sonhos”. O mais comum é o exemplo de Ramon Bonfim, ontem menino da REPROTAI e hoje assessor político da Secretária Estadual Olívia Santana. Outro exemplo é o de sua mulher, professora Roberta. Também ex menina da REPROTAI, Roberta começou sua trajetória como aluna na escola Comunitária Luiza Mahin, figurou entre os fundadores da rede REPROTAI e hoje ensina na mesma escola que a formou. Existem outros exemplos que, além de evidenciar o sucesso dos antigos meninos da rede, mostram, também, que cada um deles é importante por ser potencialmente um tentáculo capaz de contribuir para o adensamento do emaranhado.

A *transformação* é considerada uma ampliação do leque de possibilidades dos meninos, permitindo-lhe relacionar-se (e conectar-se) com novos atores que transitam pelos emaranhados. Os jovens ampliam o seu mundo, indo além do convívio com familiares, amigos e vizinhos: estendem seus circuitos nos bairros e na cidade. Os meninos e os educadores e coordenadores do movimentos avaliam o avanço da transformação a partir da progressiva perda da timidez, a capacidade de falar em público, a assunção de responsabilidades. Tudo isso é considerado índice do aumento da própria auto-estima.

CONCLUSÃO

Nesta tese foi apresentada a etnografia de um movimento social urbano. Abordei a atuação da Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores de Itapagipe – CAMMPI, instância aglutinadora de movimentos de moradores de uma região soteropolitana, conhecida como Península de Itapagipe. A atuação da rede foi abordada no intuito de investigar a participação de moradores da periferia de Salvador em disputas contemporâneas por espaço urbano.

A observação destas controvérsias permitiu mostrar como ocorrem encontros e conflitos entre cidadãos e Estado, isto é a atuação da rede CAMMPI possibilitou discutir etnograficamente as interações entre o movimento social e o Estado, a partir de disputas geradas pelas intervenções do setor público no espaço urbano da Península itapagipana.

A atuação do movimento social, composto por moradores de bairros populares da Península itapagipana, foi abordada como um arranjo que chamei “emaranhado de cidadania”, um dispositivo analítico que faculta abordar as associações de bairro, os projetos locais, base organizacional do movimento, como implicados em um enredo confuso e, de certa forma, absorvente, formado a partir de relações institucionais entre entes técnicos-burocráticos diversos, desde órgãos do Estado até agências governamentais internacionais, Igrejas e ONGs estrangeiras. Este modo de situar as organizações que sustentam o movimento de moradores permitiu suspender a visão dicotômica que contrapõe movimentos sociais e Estado, e visibilizar uma composição que compreende um número maior de agentes, posicionados no mesmo campo político. A adoção desta postura possibilitou a superação, de um ponto de vista analítico, da rigidez da alternativa entre contestação e institucionalização dos movimentos sociais, permitindo destacar os dilemas, as tensões e as ambiguidades que caracterizam a atuação na política local, desafios enfrentados pelos atores do movimento que operam seguindo padrões complexos de interação, não somente com as instituições do setor público, mas também com outros atores institucionais. A atuação da rede CAMMPI é analisada no intuito de discutir etnograficamente as interações entre movimento social e Estado, a partir de disputas geradas pelas intervenções do setor público no espaço urbano da Península.

Buscando entender como os moradores de Península se engajam em disputas espaciais com o Estado e quais são os efeitos desta relação de interlocução/parceria, a etnografia revelou que as lutas por moradia, engendradas ao longo da segunda metade do século XX pelas contradições dos processos de produção do espaço urbano soteropolitano, originaram grande parte do solo da Península de Itapagipe e desencadearam uma proliferação de relações institucionais a partir das *invasões*. É através dessas relações que os “invasores” conseguiram tornar-se “moradores” e “cidadãos”. Ou seja, a partir de disputas relativas a um espaço específico (Alagados) sob a rubrica de lutas pela cidadania, se constituíram emaranhados institucionais de cidadania em que estão envolvidos órgãos do Estado, associações de bairro e moradores, além de agências internacionais, igrejas, partidos.

O caso de Alagados mostra que ao mesmo tempo em que cidadãos da cidade “ilegal” reivindicam coletivamente direitos básicos (como o de moradia, saúde, educação), estes se envolvem em processos de negociação, estreitando parcerias, com o Estado e com outros atores institucionais, enleando-se no emaranhado institucional. Na perspectiva dos membros da CAMMPI, o estabelecimento desses canais institucionais, não é considerado algo oposto à atividade reivindicatória do movimento, ao contrário se constitui como condição de possibilidade das reivindicações. A “luta” em sua noção nativa, muito mais que indicar o posicionamento contraposto ao Estado, enfatiza a tentativa contínua de superar obstáculos de diversas ordens, mediante negociações com as diversas instâncias do poder público, que podem assumir tons mais conflitivos, porém são melhor qualificados como uma intensa atividade de mediação.

Mediante o engajamento com o Estado, a rede CAMMPI não se cinge à alternativa entre contestação do Estado ou colaboração com seu aparato (ou com sua imagem unificadora, lembrando a expressão de Abrams, 1988), mas também articula (publicamente) críticas, busca aliados e se reposiciona continuamente diante de vários poderes que deve confrontar.

Esta atividade se dá com o objetivo declarado de conseguir equipamentos urbanos, unidades de habitação popular (as prometidas casas da CONDER), serviços públicos para a população do bairro e outros inúmeros direitos. Mas não só. Existe uma ênfase muito grande na negociação de representações. Os processos relatados buscam ter desdobramentos no espaço físico da cidade, mas alcançam também um indiscutível valor simbólico, a exemplo da transformação dos *invasores* de ontem, em *moradores* de hoje; da conversão de jovens negros pobres, sobre os quais pesa o estigma da “marginalidade”, em cidadãos, buscando transformar tanto no plano material e quanto simbólico, a *invasão* (ou a *favela*), em bairro. Do ponto de

vista dos membros do movimento, esta transformação passa pelo reconhecimento do *continuum* entre as práticas cotidianas do habitar e da política do movimento social no bairro, criando cidadãos, e não *invasores*.

A alegação da cidadania neste contexto possui diversas camadas. É corriqueiramente entendida como uma reivindicação popular, uma demanda por inclusão que setores “excluídos” dirigem a setores do Estado e da sociedade (em alguns casos a instâncias internacionais). Neste sentido pode ser vista também como empenho de entrelaçamento com a instâncias de poder legais (e por isso legítimas), como condição para reivindicar direitos. Contudo, olhando para o emaranhado institucional, foi possível ver que alegações de cidadania entram em jogo também no movimento inverso, isto é na busca das instituições (não somente as estatais) de manter-se fincadas no cotidiano no espaço, no cotidiano do espaço vivido, o que chamo de espacialização do emaranhado.

Ambos os movimentos referidos têm, por sua vez, consequências nos processos de produção do espaço urbano. Eles caracterizam os processos políticos analisados. Envolvem a conformação de emaranhados institucionais a partir de disputas espaciais e os esforços de manutenção da ancoragem espacial das organizações existentes assim como a criação de novas entidades coletivas, que já *nascem* enlaçadas no enredo institucional.

Um dos pontos que merece destaque a este propósito é como ocorre a reprodução do movimento, na (e a partir da) rede CAMMPI. A etnografia mostrou pelo menos dois caminhos. O primeiro é o recrutamento de novos membros. Estes são, geralmente, jovens moradores de bairros da Península (ou áreas limítrofes), atraídos para o movimento pelo que é localmente definido “trabalho com cultura”. Durante a pesquisa de campo observei como a iniciação ao movimento ocorre ao tornar-se membro de organizações de jovens, como a REPROTAI. Tal iniciação marca, em termos nativos, o começo de uma *transformação*. Tal transformação (que acaba produzindo cidadãos) tem as características de um processo de (res)socialização em que os jovens são, de certa forma, disciplinados e adquirem saberes novos. Estes novos saberes passam a conviver com seus conhecimentos prévios, aqui designados como saberes locais. Ao tempo em que é iniciado no movimento, o jovem é também introduzido num novo tipo de relação com o Estado, com seus pares e com outros atores que transitam na constelação de organizações ligadas ao emaranhado. Esta relação é considerada indispensável ao exercício da *cidadania*.

O segundo caminho de reprodução do movimento, pode entrelaçar-se e sobrepor-se parcialmente ao primeiro. Tem a ver com a reprodução da rede CAMMPI enquanto coletivo de organizações. Geralmente as associações permanecem ativas enquanto fazem parte do

emaranhado de cidadania, isto é, enquanto têm conexões institucionais. Este é provavelmente o motivo pelo qual associações ligadas exclusivamente às vicissitudes de políticos profissionais são consideradas por todos menos “verdadeiras” e, de qualquer forma, fadadas ao fracasso. Elas não tem margem, nem autonomia para estabelecer seus vínculos institucionais. Na Península, para permanecerem ativos, tais entes precisam sempre estender seus tentáculos até outros entes técnico-burocráticos. Organizações com conexões pouco numerosas e pouco estáveis são mais fracas do que organizações com um maior número de conexões e conexões estáveis. Devido a diversas vicissitudes, muitas associações permanecem ativas somente enquanto conectadas à rede CAMMPI. Algumas organizações do fim de linha do bairro Uruguai, por exemplo, estão mais “estruturadas”, devido a parcerias de longa data com ONGs estrangeiras (como a Visão Mundial) e com o Estado. Estas acabam sendo as que mais conseguem estreitar novas parcerias, aumentando suas conexões e, ao mesmo tempo, contribuindo para que toda a rede CAMMPI permaneça ativa e enganchada ao emaranhado de cidadania. Através da atividade dessas organizações e de seus laços locais, a rede CAMMPI (e o emaranhado) renova sua espacialização.

A particularidade do emaranhado de cidadania reside no fato de que ele *nasce* do espaço como também precisa compor/refazer continuamente sua espacialização. Isto leva a CAMMPI a estimular a formalização de novos coletivos de moradores (mediante práticas burocráticas, como mapeamentos de grupos culturais locais, mediante projetos que estimulam a vida cívica e a atividade associativa, e também fazendo-se intermediária de setores do Estado em projetos específicos. Um tipo de atividade relativamente comum mediante a qual a CAMMPI e/ou seus membros “se espacializam” é a realização de cadastros de moradores, ou outros tipos de registros, com o objetivo de tornar legível o bairro para si e para outros entes do emaranhado. Ao fazer cadastros eles produzem um saber local que interessa à instituições do Estado. Exemplo deste mecanismo são os projetos culturais, a constituição de instâncias coletivas como o Colegiado de Cultura, o apoio dado às associações incipientes ou mais fracas. Esse *movimento* além de ter a consequência de estimular o nascimento de novos entes técnico-burocráticos, tem o efeito de espacializar a rede e, indiretamente, todo o emaranhado de cidadania. Cabe destacar que essa espacialização não é necessária somente para o *movimento* mas também é cobiçado pelo Estado.

Ao examinar os encontros com a CONDER, por exemplo, foi possível mostrar que, para exercer sua função e sua autoridade, o aparato estatal precisa adquirir conhecimento sobre o espaço alvo de sua ação. Para isso precisa dos saberes locais. Carece deles para conhecer, por exemplo, quais são os terrenos que estão efetivamente livres para a retomada

dos projetos de construção de conjuntos habitacionais. Esses conhecimentos estão com aquelas pessoas que vivem o espaço no cotidiano. Em determinadas circunstâncias, a posse desses saberes ou a facilidade de obtê-los, constituem canais de negociação de poder. Nessas situações, o *movimento* pode servir-se de tais saberes para *opor-se* ao Estado, ou para legitimar-se e ser chamado a atuar *em parceria* com ele. ESPAÇO PRODUZIDO E CIDADANIA o que isso tem a ver?

Ainda sobre as implicações recíprocas de processos de cidadania e da produção do espaço na península, vale destacar que a CAMMPI *faz* o espaço em muito outros sentidos. A Rede cria espaços urbanos e bens comuns para os moradores dos bairros da Enseada e busca fazer e refazer Itapagipe, incluindo áreas que tendem a ser invisibilizadas, no mapa da Península, pérola do patrimônio arquitetônico de Salvador, em pleno processo de valorização.

Este objetivo é perseguido mediante uma busca incessante de envolver-se (e até mesmo impor-se) na negociação de políticas e projetos destinados a afetar a área em questão. Esta atividade indica também outro âmbito *de ênfase* na atuação da rede, o da afirmação da exigência de participação da população nas diferentes etapas dos processos urbanísticos. Este é um ponto crítico, principalmente se consideramos os processos de transformação urbana atualmente em curso que (apesar da pouca transparência dos projetos) deixam prever grandes intervenções na Península de Itapagipe. Neste sentido nos unimos à rede CAMMPI ao iterar a importância do envolvimento dos moradores de todo o território itapagipano em todas as etapas dos projetos urbanísticos.

Apesar do esforço e do trabalho cotidianamente desenvolvido pela rede CAMMPI, a etnografia mostrou com clareza como estruturas que se pretendem democráticas e participativas acabam silenciando grupos desvantajados. O tópico da participação leva a duas últimas considerações que referem-se à cidadania.

Em primeiro lugar, a forma como foi abordada a atuação da CAMMPI sugere a ideia de uma cidadania autoconstruída, isto é, propõe olhar para a cidadania na Península como *feita* a partir do lugar de morada, pela ação de agentes enredados em arranjos de trocas e relações de reciprocidades, que instauram mutualidades sem dúvida assimétricas. Essas relações, não necessariamente pacíficas ou livres de conflitos, se dão inicialmente entre pares (os vizinhos, familiares), mas acabam transbordando as redes de vizinhança, caracterizando também as interações no campo da política (autoconstrução da política). Essa representação da cidadania enleadas nos emaranhados institucionais mostra, a partir da análise etnográfica, o quão longe se situa a “cidadania na prática” com relação ao ideal republicano que prefigura um reinado do público, supostamente ocupado e preocupado, de forma desinteressada, no

bem comum. Contudo, esta diferença inequivocamente constatada, não deve sugerir uma imagem de cidadania desviante, ou incompleta. Ao contrário, este dado permite mover uma crítica. Em sociedades particularmente desiguais, onde alguns grupos são privilegiados e outros oprimidos, insistir que as pessoas, enquanto cidadãos, deveriam deixar para trás suas filiações particulares e suas experiências para adotar um ponto de vista supostamente “geral” serve para reforçar os privilégios já existentes. Aqui encontra espaço a popularidade contemporânea da política do reconhecimento que, não isenta de críticas, exerce atualmente influencia importantes nas práticas políticas de movimentos urbanos e rurais.

Após apresentar o material etnográfico sobre a construção da identidade política dos moradores da Península, da experiência da autoconstrução como ação coletiva, sugerir o abandono das filiações particulares, não só parece impossível, mas também indesejável. Exigir dos cidadãos que eles abandonem o sentido de pertencimento a seus grupos particulares, suas histórias para discutir o “bem comum”, denuncia como enfatizado por um anseio por unidade (ínsito em perspectivas universalistas da cidadania) que acabaria para oprimir as diferenças, e não eliminá-las. Além de excluí-las da arena pública, negando precisamente o pretendido universalismo (YOUNG, 1998).

A segunda consideração interessa diretamente as práticas abordadas nesta tese. Estas “lutas” por cidadania, mostram esforços coletivos e individuais de receber o reconhecimento necessário para fazer parte, enquanto cidadãos, da arena pública e dos processos de tomada de decisão que os afetam. Os processos abordados são constitutivos de relações institucionais (as parcerias) e também facilitam a inserção dos cidadãos nas malhas do Estado, mediante dispositivos diversos (a exemplo de documentos de títulos fundiários, cadastros, mapeamentos, campanhas para a regularização fundiária, todas intermediadas pela *ajuda* do movimento). Esta forma de olhar para a cidadania põe ênfase no processo de expansão de governamentalidade, ou seja um conjunto de técnicas e práticas coercitivas através das quais uma população determinada é disciplinada e controlada (FOUCAULT, 1999). Este aspecto constitui um dilema para os moradores da Península, que ao passo em que constata tal expansão, solicitam essas técnicas e práticas que os tornam governáveis. Práticas como estas foram abordadas na etnografia.

Na tentativa de aproximação ao ponto de vista do movimento, todavia, as diversas reivindicações por reconhecimento, as demandas de inclusão em políticas públicas estatais e esforços para tornar o espaço dos bairros legível para estimular ou facilitar a execução dos projetos de habitação popular, não se esgotam em dispositivos de governo e controle. Isto é, essas práticas de institucionalização são taticamente promovidas não só para a mera inclusão

no aparato estatal, mas também em concorrência com ele. Neste sentido, não são enquadráveis apenas como tecnologias do poder que reprime, mas como alicerces de novas possibilidades.

A realização das reivindicações vai modificando aos poucos o espaço da Península. Por exemplo mediante a oficialização da pertinência dos “invasores” a um espaço definido e a decisão de realizar a regularização fundiária um espaço que já foi vazio e “sem dono” é regulado e definido como “terreno da CONDER” e em seguida em lotes regularizados, mediante cessão de usufruto temporário.

A abordagem deste trabalho mostra que esquemas para “melhorar a condição dos moradores”, a exemplo dos projetos e das políticas que têm como fim declarado o de resolver o problema de Alagados, não são propostos unicamente pelo aparato estatal, mas por um leque de “autoridades” que extrapolam as fronteiras nacionais, incluindo agências internacionais, missionários e padres da igreja católica, pesquisadores, consultores, associações de bairro, as chamadas ONGs (categoria que pode abarcar também organizações de moradores) e são objeto de reivindicação pelo movimento. A etnografia de disputas na Península de Itapagipe evidenciou que apesar de significativas assimetrias de poder, os projetos de melhoria não são simplesmente impostos “de cima para baixo” ou “de fora para dentro”. Malgrado o papel determinante de entes percebidos como situados “acima” dos moradores (órgãos do Estado), ou “fora” de seu espaço social (agências estrangeiras), os interlocutores da pesquisa mostraram como residentes dos bairros da Península e integrantes do *movimento*, contribuem de modo ativo para a formação desta *assemblage*.

Referências bibliográficas

- ABRAMS, P., Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of historical sociology*, v. 1, n. 1, p. 58–89, 1988.
- ABRAMSON, D. A critical look at NGOs and civil society as means to an end in Uzbekistan. *Human Organization*, v. 58, n. 3, p. 240–250, 1999a.
- ABRAMSON, D. Civil society and the politics of foreign aid in Uzbekistan. Georgetown University, 1999b.
- ACHARYA, A.; HOUTZAGER, P. P.; LAVALLE, A. G. Who participates? Civil society and the new democratic politics in Sao Paulo, Brazil. 2003 Disponível em: <<http://erepository.uonbi.ac.ke/handle/11295/38063>>. Data de acesso: 9 out. 2016
- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483–498, 2015.
- AHEARN, L. M. Agency (verbete). *Journal of linguistic Anthropology*, American Anthropological Association. n. 9 (1-2), p. 12–15, 2000.
- ALBINATI, M. L. Assistir, Entrar em Cena ou Roubar a Cena? – Políticas Culturais no Território de Alagados Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- ALBUQUERQUE, W. R. DE. O jogo da dissimulação. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21, 2012.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76, n. 49–86, 2009.
- AMÂNCIO, J. M.; SERAFIM, L.; DOWBOR, M. Micro-territoriality and societal control. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 84, p. 287–314, 2011.
- ANDERSON, B. *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. [s.l.] Verso Books, 2006.
- ARETXAGA, B. Maddening states. *Annual review of anthropology*, v. 32, n. 1, p. 393–410, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO DE SANTA LUZIA. Documentário Mulheres da Laje, Salvador, s/d.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 383–398, 2012.
- AZEVEDO, T. DE. Povoamento da cidade do Salvador. Salvador: Itapuã, 1969. v. 427

BALIBAR, E. *Cittadinanza*. Torino, Bollati Boringhieri, 2012.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN BIANCO, B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 171–204.

BATISTA, V. M. O Alemão é muito mais complexo. *Revista Justiça e Sistema Criminal Modernas Tendências do Sistema Criminal*, v. 3, n. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2009.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BIEHL, J.; MCKAY, R. Ethnography as political critique. *Anthropological Quarterly*, v. 85, n. 4, p. 1209–1227, 2012.

BORGES, A. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BORGES, A. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política. *Anuário Antropológico*, v. 2005, p. 91–125, 2006.

BORGES, A. Os seus problemas nos interessam ou, o que aprendemos com uma etnografia popular. 2005.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. *Cidadania e direitos: aproximações e relações. Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge University Press, 1977

BRANDÃO, M. *Caracterização de assentamentos residenciais*. CPM, , 1993.

_____ O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, L.P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRITO, C. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-BA a partir de 1970. *GeoTextos*, v. 1, n. 1, 2008.

BURGOS, M. B. *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2002.

CALDEIRA, T. P. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, T.; HOLSTON, J. *State and urban space in Brazil: From modernist planning to democratic interventions*. Wiley Online Library, 2005.

CAMMPI; NAI. Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, 2008.

CARDOSO, R. Comunidade e movimentos sociais urbanos. In: CALDEIRA, T.P., Ruth Cardoso: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011.

_____. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. & Almeida, M.H.T. (org.), Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215–239.

CARSTEN, J. After kinship. [s.l.] Cambridge University Press, 2004. v. 2

CARVALHO, E. T. DE. Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CARVALHO, I. M. M. DE; PEREIRA, G. C. SALVADOR: transformações na ordem urbana. [s.l.] Letra Capital Editora LTDA, 2015.

CEAFRO. Mapeamento de políticas e movimentos negros no Nordeste do Brasil - Relatório analítico. Salvador: [s.n.].

CHATTERJEE, P. Whose imagined communities? In: _____. Empire and Nation: selected essays. New York: Columbia University Press, 2010.

CHAVES, C. A. Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG). Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003. v. 19

CLASTRES, P. A, sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Editora Cosac Naify, 2014.

CONCEIÇÃO, F. Cultura como alienação. Revista USP, v. 0, n. 69, p. 60–71, 1 maio 2006.

CRISPIM, J. Bagunção. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

CUNHA, M. C. DA. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, M. I. P. Vicinalidade e parentesco: limites, categorias e práticas. 2007.

CUNHA, O. M. G. DA. Black Movements and the “Politics of Identity” in Brazil. Culture of Politics, Politics of Culture: Re-visioning Latin American Social Movements, p. 220–252, 1998.

DA ROCHA, A. L. C. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. 2000.

DA ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. Política & Trabalho, n. 34, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95–110, 2004.

DAMO, A. S. Cultura e agência—o engajamento no Orçamento Participativo. *CAMPOS-Revista de Antropologia Social*, v. 9, n. 1, 2008.

DAS, V.; POOLE, D. State and its margins: comparative ethnographies. In: _____, *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, Nuevo Mexico: School of Advanced Research, 2004. p. 3–33.

LEINER, P. A formação do Estado numa perspectiva antropológica. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 32, p. 194–205, [s.d.].

DE CARVALHO, E. T. DE. Os Alagados da Bahia: entre dobras e redobras, um plano que se desmancha. In: CORPOCIDADE. Salvador, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/OlaiB7>>. Data de acesso: 24 mar. 2016

DE CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

DE CASTRO CAVALCANTI, M. L. V. Drama, ritual e performance em Victor Turner. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 6, p. 411, 2013.

DE GUSMÃO, H. N. B. Mapa racial de pontos de Salvador - com base no censo de 2010, [s.d.].

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 7000 AC—Aparelho de captura. In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora. v. 4, p. 111–177.

_____. *Micropolítica e segmentaridade*. In: _____. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1999. v. 3p. 76–106.

DOIMO, A. M. Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Petrópolis, Vozes, 1984.

DUARTE, L. F. D. et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 22, n. 1, p. 5–19, 1993.

DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, 1988.

_____. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. *Novos estudos CEBRAP*, v. 10, p. 24–30, 1984.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, n. 1, p. 285–317, 2001.

ESPIÑEIRA, M. V. O Partido, a Igreja e o Estado nas Associações de Bairros. Salvador: EDUFBA, 1997.

FAVRET SAADA, J. La segmentarité au Maghreb. *l'Homme*, p. 105–111, 1966.

FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981–1002, 2002.

FERNANDES, E. Constructing the Right to the City' in Brazil. *Social & Legal Studies*, v. 16, n. 2, p. 201–219, 2007.

FIGUEIREDO, A. A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 11–16, abr. 2015.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. [s.l.] Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

FORTES, M. The political system of the Tallensi of the Northern Territories of the Gold Coast. In: *African political systems*. Londres: Oxford University Press, 1950. p. 239–271.

FOUCAULT, M. *Discipline & punish: The birth of the prison*. [s.l.] Vintage, 2012.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. Governmentality. In: SHARMA e GUPTA, A. *The anthropology of the state: a reader*. Blackwell Publishing, 2006. p. 131–143.

_____. *História da sexualidade*. v. 1. A vontade de saber. [s.l.] Graal, 1999b.

FRIENDLY, A. The right to the city: theory and practice in Brazil. *Planning Theory & Practice*, v. 14, n. 2, p. 158–179, 2013.

GILBERT, L.; DIKEÇ, M. Right to the city: politics of citizenship. In: SCHMID et al. (orgs.) *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York: Routledge, 2008. p. 250–263.

GLEDHILL, J. Human security: a feasible goal? *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 519–533, dez. 2012.

GLUCKMAN, M. *Inter-hierarchical roles: Professional and party ethics in tribal areas in south and central Africa*. Chicago: Aldine-Atherton, 1968.

GLUCKMAN, M. *The ideas in Barotse jurisprudence*. New Haven and London: Yale University Press, 1965.

_____. The Lozi of Barotse land. In: COLSON, E.; GLUCKMAN, M. (orgs.) *Seven Tribes of British Central Africa*. [s.l.] Manchester University Press, 1951. p. 1–19.

GOHN, M. DA G. M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. [s.l.] Edições Loyola, 1995.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, 2008.

GOHN, M DA G. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

GOLDMAN, M. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 2006

_____. Políticas e subjetividades nos “novos movimentos culturais”. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1, 2, p. 8–22, 2007.

_____. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. *Mana*, v. 7, n. 2, p. 57–93, 2001.

GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

GORDILHO-SOUZA, A. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 259–268, 2006.

HALL, E. T. Handbook for proxemic research. Washington: Society for the Anthropology of Visual Communication, 1974.

HALL, E. T.; et al. Proxemics [and Comments and Replies]. *Current Anthropology*, v. 9, n. 2/3, p. 83–108, 1 abr. 1968.

HANNERZ, U. Exploring the city. New York: Columbia University Press, 1980.

HARVEY, D. *Produção Capitalista Do Espaço*, a. São Paulo, Annablume, 2005.

HERZFELD, M. The social production of indifference. Chicago and London: University of Chicago Press, 1993.

HOLSTON, J. Autoconstruction in working-class Brazil. *Cultural Anthropology*, v. 6, n. 4, p. 447–465, 1991.

_____. *Insurgent citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. [s.l.] Princeton University Press, 2008.

_____. *Right to the City, Right to Rights, and Insurgent Urban Citizenship*. 2010.

IPPOLITO-O’DONNELL, G. *The Right to the City: Dilemmas and Opportunities of Popular Contention in Contemporary Buenos Aires*. Notre Dame, Indiana: Notre Dame University Press, 2010.

ISIN, E. F.; TURNER, B. S. Investigating citizenship: An agenda for citizenship studies. *Citizenship studies*, v. 11, n. 1, p. 5–17, 2007.

IVO, A. B. L. Viver por um fio: pobreza e política social. São Paulo, Annablume, 2008.

SAULE JR, N.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. Cidade para tod@s, ?
s/d

KIPFER, S. How Lefebvre urbanized Gramsci: hegemony, everyday life, and difference. In: Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre. New York: Routledge, 2008a. p. 193–211.

KUPER, H. The Language of Sites in the Politics of Space. *American Anthropologist*, v. 74, n. 3, p. 411–425, 1972.

KUSCHNIR, K. Antropologia da política: uma perspectiva brasileira. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford. Disponível em < [http://www. brazil. ox. ac. uk/workingpapers/Karina% 20Kuschnir](http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Karina%20Kuschnir), v. 2064, 2005.

_____. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 163–167, jun. 2007.

_____. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G. e KUSCHNIR, K., *Mediação, cultura e política*. Aeroplano Editora, Rio de Janeiro.[Links]. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137–164.

KUYMULU, M. B. Claiming the right to the city: Towards the production of space from below. 2014.

LACLAU, E. On populist reason. [s.l.] Verso, 2005.

_____. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 41–47, 1986.

LAZAR, S. El Alto, rebel city: Self and citizenship in Andean Bolivia. [s.l.] Duke University Press, 2007.

LEEDS, A.; LEEDS, E. Sociologia do Brasil urbano. In: *Sociologia do Brasil urbano*. [s.l.] Zahar, 1978.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.

LEFEBVRE, H. The production of space. Blackwell Oxford, 1991b.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

LI, T. M. Beyond “the State” and Failed Schemes. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, p. 383–394, 2005.

LIMA, A. C. S. A antropologia e o Estado no Brasil: breves notas acerca de uma relação complexa. In: FRANCH, M. et al. *Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões*. João Pessoa: ABA publicações, 2015.

LIMA, A. N. V. A (in) segurança da posse: regularização fundiária em salvador e os instrumentos do estatuto da cidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

LINDQUIST, J. Brokers and brokerage, anthropology of. Academia.edu 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/E3PRWF>>. Data de acesso: 23 mar. 2016.

MAGNANI, J. G. C.; DE LUCCA TORRES, L. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo, Edusp, 1996.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 31–60, 1999.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual review of anthropology*, p. 95–117, 1995.

MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades. Uma trajetória incompleta. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 309–325, 1994.

MARKOWITZ, L. Finding the field: Notes on the ethnography of NGOs. *Human Organization*, v. 60, n. 1, p. 40–46, 2001.

MÁRQUEZ, R. Limites e ambiguidades da vicinalidade num bairro de Salvador. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 2, p. 47–72, 2014.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. Cambridge, 1950. v. 11

MARTINS, J. D. As regras da metrópole. Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo. 2006. [s.l.] Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MASSEY, D. Politics and space/time. *New Left Review*, n. 196, p. 65, 1992.

MCCALLUM, C. Racialized bodies, naturalized classes: moving through the city of Salvador da Bahia. *American Ethnologist*, v. 32, n. 1, p. 100–117, 2005.

_____. Resisting Brazil: perspectives on local nationalisms in Salvador da Bahia. *Ethnos*, v. 61, n. 3–4, p. 207–229, 1996.

MCCALLUM, C.; BUSTAMANTE, V. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. *Etnográfica*. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 16, n. 2), p. 221–246, 2012.

MIRANDA, L. C. S. Vizinhos do (in) conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia. 2008.

MITCHELL, T. Society, economy, and the state effect. In: *The anthropology of the state: A reader*. Malden, MA ; Oxford: Blackwell, 2006. p. 169–186.

MOORE, C. W. Abdias Nascimento e o surgimento de um Pan-Africanismo contemporâneo global. In: Prefácio de

MOURA, M. “A Bahia não se desnacionaliza” modernidade, civilidade e permanência dos costumes na Salvador republicana. In: A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo. [s.l.] SciELO - EDUFBA, 2011.

MUNIAGURRÍA, L. A. Redefinições da noção de “cultura” e o surgimento de novos sujeitos na política cultural brasileira. In: 28A RBA. São Paulo, 2012.

_____. As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura. São Paulo: USP, 2016.

NASCIMENTO, A. A. V. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. Estudos avançados, v. 18, n. 50, p. 209–224, 2004.

_____. O Brasil na mira do pan-africanismo. Salvador: CEAO / EDUFBA, 2002. p. 17–32.

NASCIMENTO, M. É a favela o modelo de um “urbanismo insurgente”? Pistas para um estudo das formas disciplinar e securitária de produção do espaço urbano de Salvador (1946-1988). Academia.edu 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/E3PRWF>>. Data de acesso: 23 mar. 2016.

NEGRO, A. L. No Caminho da Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). Tempo, v. 17, n. 33, p. 141–164, 2012.

NEVEU, C. Para un análisis empíricamente fundado de los procesos de ciudadanía. Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía, v. 1, n. 2, 2016.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. In: Rio de Janeiro: Nau s/d.

OFFE, C. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. Social research, p. 817–868, 1985.

OLIVEIRA, L. A. Política habitacional em favela: análise do Programa Ribeira Azul em Alagados sob a luz da teoria cognitiva de Hayek. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

ORTIZ, R. Cultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2005.

ORTNER, S. B. Anthropology and social theory: Culture, power, and the acting subject. [s.l.] Duke University Press, 2006.

PALMEIRA, M. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto. Encontro de Ciências Sociais no Nordeste, v. 4, 1991.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, v. 94, p. 31–94, 1995.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Em: *O fenômeno urbano*. VELHO, Otavio (Org.). [s.l.] Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PEIRANO, M. G. *A Teoria Viva: E Outros Ensaio*s. [s.l.] Zahar, 2006.

_____. Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil. *Sociedade & Estado*, v. 1, p. 49–64, 1986.

PERRY, K.-K. Y. The Black Movement's Foot Soldiers Black women and neighborhood Struggles for land rights in Brazil. In: DIXON, K. e BURDICK, J., *Comparative Perspectives on Afro-Latin America*. [s.l.] University Press of Florida, 2012. p. 219–240.

PIMENTEL, A. M. *Práticas culturais dos jovens: um novo olhar sobre os jovens no campo da saúde*. Salvador: ISC - UFBA, 2009.

PINA-CABRAL, J. *Gente livre: consideração e pessoa no baixo sul da Bahia*. [s.l.] Ed. Terceiro Nome, 2013.

PINA-CABRAL, J.; GODOI, E. P. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e Casas Partiveis. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 2, p. 11–21, 2014.

POCOCK, J. G. The ideal of citizenship since classical times. *Queen's Quarterly*, v. 99, n. 1, p. 33, 1992.

PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução de Ana Maria Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HITA, Maria Gabriela. 2014. A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Ba. Salvador: Edufba. 513pp. *Mana*, v. 20, n. 3, p. 621–623, 2014.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. *Revista O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, 2013.

ROBERTO, M.; ROBERTO, M. Constatações sobre AlagadosExposição Latin América in *Construction: 1955-1980*, UFRJ 1973a.

_____. Croqui da área de intervenção do projeto pilotoExposição Latin América in *Construction: 1955-1980*, UFRJ 1973b.

ROBERTSON, A. F. *People and the state: An anthropology of planned development*, s/l, 1984.

RODOLPHO, A. L. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. *Estudos Teológicos*, v. 44, n. 2, p. 138–146, 2013.

ROSADO, R. DE C. S. DE. O Porto de Salvador–Modernização em projeto (1854/1891). Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1983.

SANTOS, J. Políticas públicas e ações populares: o caso dos Alagados–Salvador/BA. *Estudos Geográficos: Rio Claro*, v. 3, n. 1, p. 93–110, 2005a.

SANTOS, J. T. DOS. O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador, Edufba, 2005b.

SANTOS, M. A. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 3, n. 1, 2008.

SANTOS, M. O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador: EDUSP/EdUFBA, 2008.

SASSEN, S. The repositioning of citizenship: Emergent subjects and spaces for politics. *Berkeley journal of sociology*, p. 4–26, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais.2009

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632177007>>. Data de acesso: 4 abr. 2017.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e tempo*, n. 32, p. 89–109, 2012.

SERRA, O. Os olhos negros do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2014.

SEWELL JR, W. H. Space in contentious politics. In: AMINZADE, R.R. et alii. *Silence and voice in the study of contentious politics*. [s.l.] Cambridge University Press, 2001. p. 18.

SILVA, A. A. Eu nasci aqui na maré... A luta pela moradia em Alagados, as organizações e suas lideranças no processo de consolidação do espaço. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

SILVA, M. C. DE A. A Transformação da Política na Favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGSA/UFRJ, 2013.

SOARES, M. V. R. Ações em rede da CAMMPI e NAI. In: FLEXOR, M.H. e SCHWEIZER, P.J. (org.), *Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural*. Salvador: Edufba, 2011. p. 49–63.

SOMERS, M. R.; WRIGHT, O. Genealogies of citizenship: Markets, statelessness, and the right to have rights. 2008.

SOUZA, C. S. Trajetória de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana. Campinas, UNICAMP, 2013.

SZAZI, E. T. Terceiro Setor: regulação no Brasil. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2006.

TELLES, V. DA S. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. Uma revolução no cotidiano, p. 54–85, 1987.

TILLY, C. Contention Over Space And Place. Mobilization: An International Quarterly, v. 8, n. 2, p. 221–225, 1 jun. 2003.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark, Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, 1995. p. p.15-42.

TURNER, V. Dramatic ritual/ritual drama: performative and reflexive Anthropology.

_____. From ritual to Theatre. New York: PAJ Publications, p. 89–101, 1982.

URIARTE, U. M. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espaços na cidade de Salvador. Iluminuras, v. 15, n. 36, p. 115–134, ago/dez 2014.

URIARTE, U. M.; TELES, A. M.; VOLPINI, L. Limiar, liminaridade e condição liminar. Sobre estes conceitos nos becos e avenidas da Baixa dos Sapateiros, centro de Salvador. UrbBA - Seminário de Urbanismo da Bahia. Anais. Feira de Santana: 2016

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15 (44), p. 5–34, 2000.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. Mediação, cultura e política. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 13–28, 2001.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. Apresentação. In: _____ (org). Mediação Cultura e Política. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 9–11.

VIANNA, A. C. M. Os enleios da tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2010.

VOLPINI, L. “Aqui antes só existia a maré”: notas etnográficas sobre memória coletiva e políticas do espaço na região de Alagados. In: Uriarte, U.M.; Maciel M. E.. (Org.). Cidade, patrimônio e memória social. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2016, v. 1, p. 85-109.

WADE, P.; ET AL. Working Culture: Making Cultural Identities in Cali, Colombia 1. Current Anthropology, v. 40, n. 4, p. 449–472, 1999.

WAGNER, R. A invenção da cultura. São Paulo. Cosac Naify, 2010.

WAMPLER, B. Participatory Budgeting in Brazil: Contestation, Cooperation, and Accountability. Pennsylvania: Penn State Press, 2010.

WEBER, M., Beurocracy, in: SHARMA e GUPTA, A. The anthropology of the state: a reader. Blackwell Publishing, 2006. P. 49-70

WOLF, E. R. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. American Anthropologist, v. 58, n. 6, p. 1065–1078, 1956.

_____. Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies. The social anthropology of complex societies, p. 1–22, 1966.

ZALUAR, A. Violência e crime. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), v. 1, p. 13–107, 1999.

Sítios da internet

ANCOP. Dossiê Megaeventos e Violações dos direitos humanos no Brasil, 2014

ARATUONLINE, VASKU, M. Provocações no Youtube, gírias e crimes; conheça as facções que espalham terror por bairros da capital. Jornal online. Disponível em: <<https://goo.gl/gZrRYG>> Data de acesso: 18 set. 2016.

A TARDE ONLINE. Bahia apresenta o maior número de negros. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/bahia/noticias/1546867-bahia-apresenta-o-maior-numero-de-negros>>. Data de acesso: 3 mar. 2017.

A TARDE. Vídeo sobre Salvador é considerado racista por internautas. A Tarde online, Salvador, Bahia 13 out. 2015 < <https://goo.gl/HeDw2H> >. Data de acesso: 14 out. 2015

AGÊNCIA A TARDE, Fernando Amorim, Fotografia das palafitas da invasão na Pedra Furada, <<https://jeitobaiano.atarde.uol.com.br>>, Data de acesso: 28 de agosto de 2016

BOCÃO NEWS Líderes do tráfico do Uruguai morrem em troca de tiros. Disponível em: <<http://www.bocaonews.com.br/noticias/policia/policia/82713,lideres-do-trafico-do-uruguai-morrem-em-troca-de-tiros.html>>. Data de acesso: 18 set. 2016.

CORREIO | O QUE A BAHIA QUER SABER, Moradores afirmam que há atuação de milícia na região onde garçom foi sequestrado e morto, Disponível em: < <https://goo.gl/zGqNdy>>. Data de acesso: 2 ago. 2016.

EQUIPE CLICK NOTÍCIAS. Neto alfineta Rui: “Aqui ninguém tira ninguém a força”. Disponível em: < <https://goo.gl/2VIFzm>>. Data de acesso: 22 jan. 2017.

GOOGLEMAPS, Mapas diversos, 2015 e 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, S. D. S. Bahia inaugura primeira Base Comunitária de Segurança inspirada nas UPPs - Bahia inaugura primeira Base Comunitária de

Segurança inspirada nas UPPs. Disponível em: <<https://goo.gl/ddODYW>>. Data de acesso: 2 ago. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA Base Comunitária de Segurança do bairro do Uruguai inicia oficinas 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Vi9YdC>>. Data de acesso: 3 ago. 2016.

IBGE, Aglomerados subnormais - Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://goo.gl/fWBsWw>>.

IBGE, Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010, Evolução da população, segundo os município, s/d, <<https://goo.gl/CFdCGg>> Data de acesso: 7 abr 2017

O CORREIO, Série Tempo Perdido, 2015, disponível em <<https://goo.gl/tVdLaH>> Data de acesso: 7 dez. 2016

Portal SECULT BA, Edital “Vozes de Itapagipe” seleciona composições inéditas sobre a região, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/3Zbttty>>. Data de acesso: 16 jan. 2017

REAJA, Entre a sobrevivência diária e corpos negros alvejados: o papel das mulheres negras na lua contra o genocídio do povo negro. , [s.d.]. Disponível em: <<http://reajanasruas.blogspot.com/2015/03/entre-sobrevivencia-diaria-e-corpos.html>>. Data de acesso: 26 set 2016

REAJA, Quem Somos. , [s.d.]. Disponível em: <<http://reajanasruas.blogspot.com/p/quem-somos.html>>. Data de acesso: 26 set. 2016

VON HAUENSCHILD, C. A situação atual de Salvador do ponto de vista do planejamento urbano, Comunicação apresentada em Seminário Planejamento Urbanístico e Gestão Ambiental. Rede de Profissionais Solidários pela Cidadania, [s.d.]. Disponível em: <<http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/>>. Data de acesso: 13 nov 2011

WIKIPEDIA, Verbete Favelas do Brasil (fotografia das palafitas do Mirante do Bonfim), <<https://goo.gl/yN7ZeG>> Data de acesso: 28 de agosto de 2016.

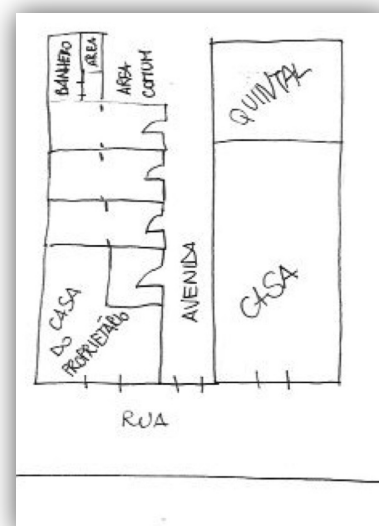
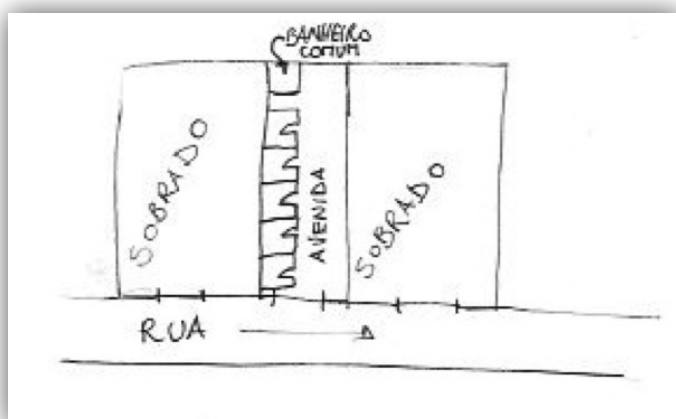
Glossário

Avenida: Em Salvador o termo indica uma pequena rua sem saída ladeada de casas, normalmente pequenas e de um só andar. Estas casas, coladas umas às outras, tem seu único acesso pela avenida e não possuem serviços individualizados de água. Este tipo de arranjo arquitetônico é muito comum em bairros centrais. Suas origens remontam provavelmente ao século XIX. As casas ou 'casinhas' (Silva Santos, 2008) de uma avenida podiam ser construídas pelo proprietário de um sobrado ou da casa da 'frente de rua', com o intuito de abrigar locatários, ou diretamente pelo morador (apesar da situação fundiária da casa, as casas das avenidas podem ser também propriedade privada).

Reportamos uma citação de Silva Santos:

Em muitos becos e travessas, às vezes entre dois sobrados, havia as chamadas "casinhas" que, escorando-se umas nas outras, sem paredes próprias, formavam as "avenidas". Eram casas de porta e janela, ou só porta, sem saída para os fundos, sendo, justamente, uma parede lateral do sobrado. (SILVA SANTOS, 2008:27)

Dada a mutabilidade das estruturas habitacionais populares em Salvador – através da autoconstrução –, as avenidas contemporâneas podem ter casas verticais de dois ou mais andares e serviços individualizados. Hoje, muitas avenidas têm sua entrada fechada por um portão de ferro



Invasão: Ocupação direta de terras alheias. É o termo utilizado em Salvador, Bahia, para designar o que no Rio de Janeiro e em outros lugares do país é denominado “favela”. Conservo este vernáculo, utilizando-o em alternância com seu sinônimo ocupação. Observa-se (confirmando quanto exposto por Agier, 2015) que o termo voluntariamente utilizado há alguns anos pelas associações de moradores em Salvador e na Baía, não é mais “invasão”, mas “ocupação”.

Laje: na construção civil, entende-se por laje um bloco de concreto armado, a formar um piso, especialmente cada um dos que separam os andares de um prédio. Em Salvador, usa-se a expressão “bater uma laje” todas as vezes que se constrói o elemento estrutural destinado a sustentar a construção de um novo piso. Principalmente nos bairros de baixa renda, a construção de uma laje costuma ser feita de forma coletiva, com ou sem a ajuda de profissionais especializados. A expansão vertical da casa é considerada um evento positivo que envolve a expansão da família. O novo piso pode ser construído para abrigar uma nova família nuclear como consequência de um casamento ou do nascimento de um novo membro. Para bater uma laje é hábito difuso reunir parentes, amigos próximos e vizinhos de sexo masculino que ajudam na tarefa. Costuma-se oferecer a todos uma refeição, a base de feijão, e consomem-se bebidas, geralmente cerveja gelada.

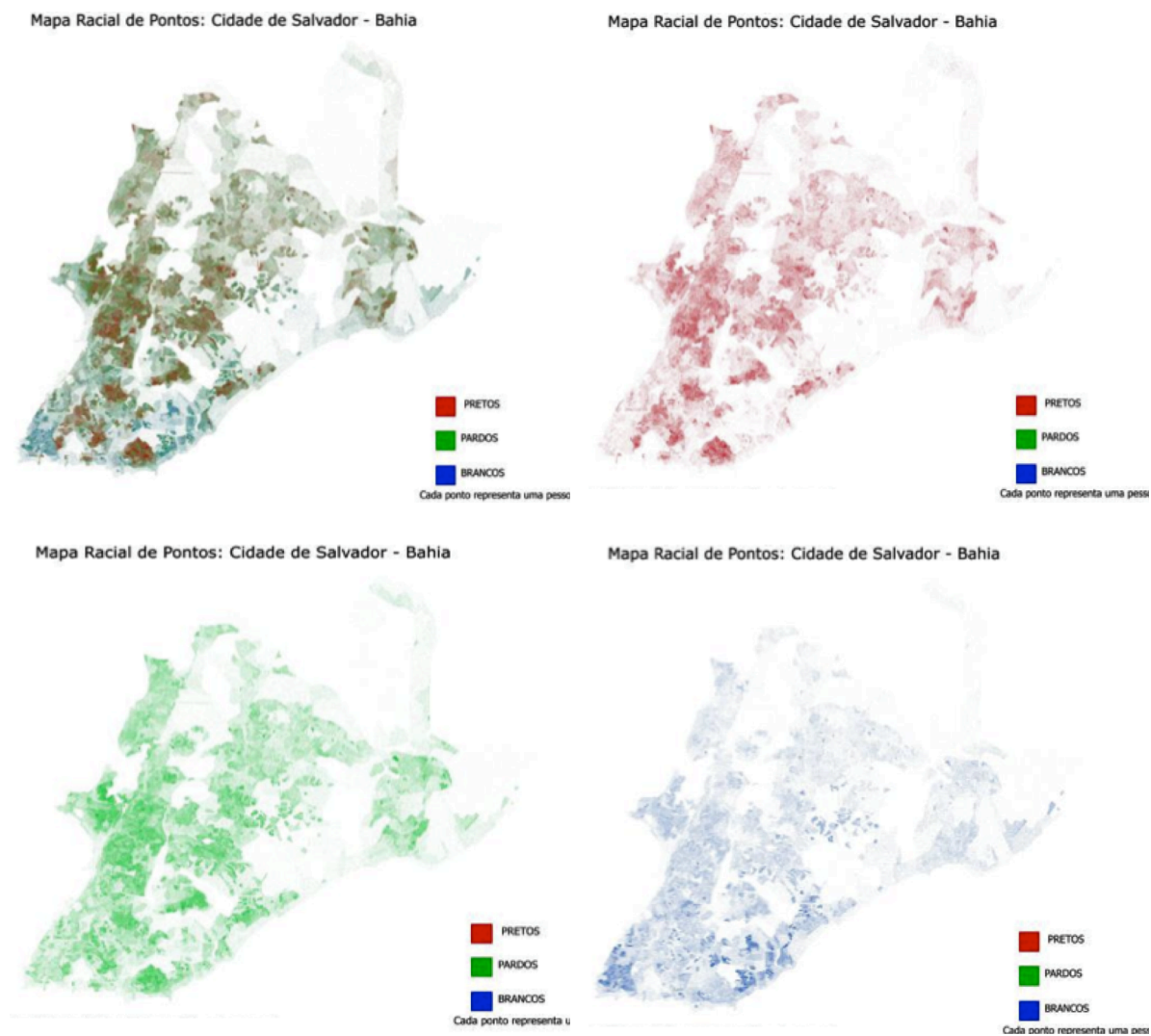
Maré: em Salvador e no Recôncavo baiano indica-se com este termo, a área atingida pela alteração do nível das águas do mar, causadas pela interferência gravitacional da Lua e do Sol, as águas terminais e a lama das áreas de manguezal.

Mutirão: mobilização coletiva para lograr um fim, baseando-se na ajuda mutua prestada gratuitamente. A expressão é usada para o trabalho em que todos os que participam são beneficiários e, portanto, prestam auxílio. Refere-se originariamente ao trabalho no campo ou na construção civil de casas populares, mas pode estender-se a outros âmbitos.

Ponte: caminhos suspensos constituídos por passarelas de tábuas suspensas, que interligavam os barracos construídos em terrenos alagadiços ou na água. Em Alagados, as pontes constituíam a única forma de deslocamento a pé, entre as palafitas. Com o avançar dos aterros e a consolidação da terra firme ao redor dos barracos em palafitas a ponte perdia sua razão de ser, deixando o lugar para a rua.

Anexos

Anexo 1 – Mapa racial de pontos de Salvador (com base no censo de 2010)



Fonte: Mapa racial de pontos - Nicolau Barbosa de Gusmão - Elaborada no QGIS
<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>

Anexo 2 - Mapa das organizações de bairro da Península de Itapagipe

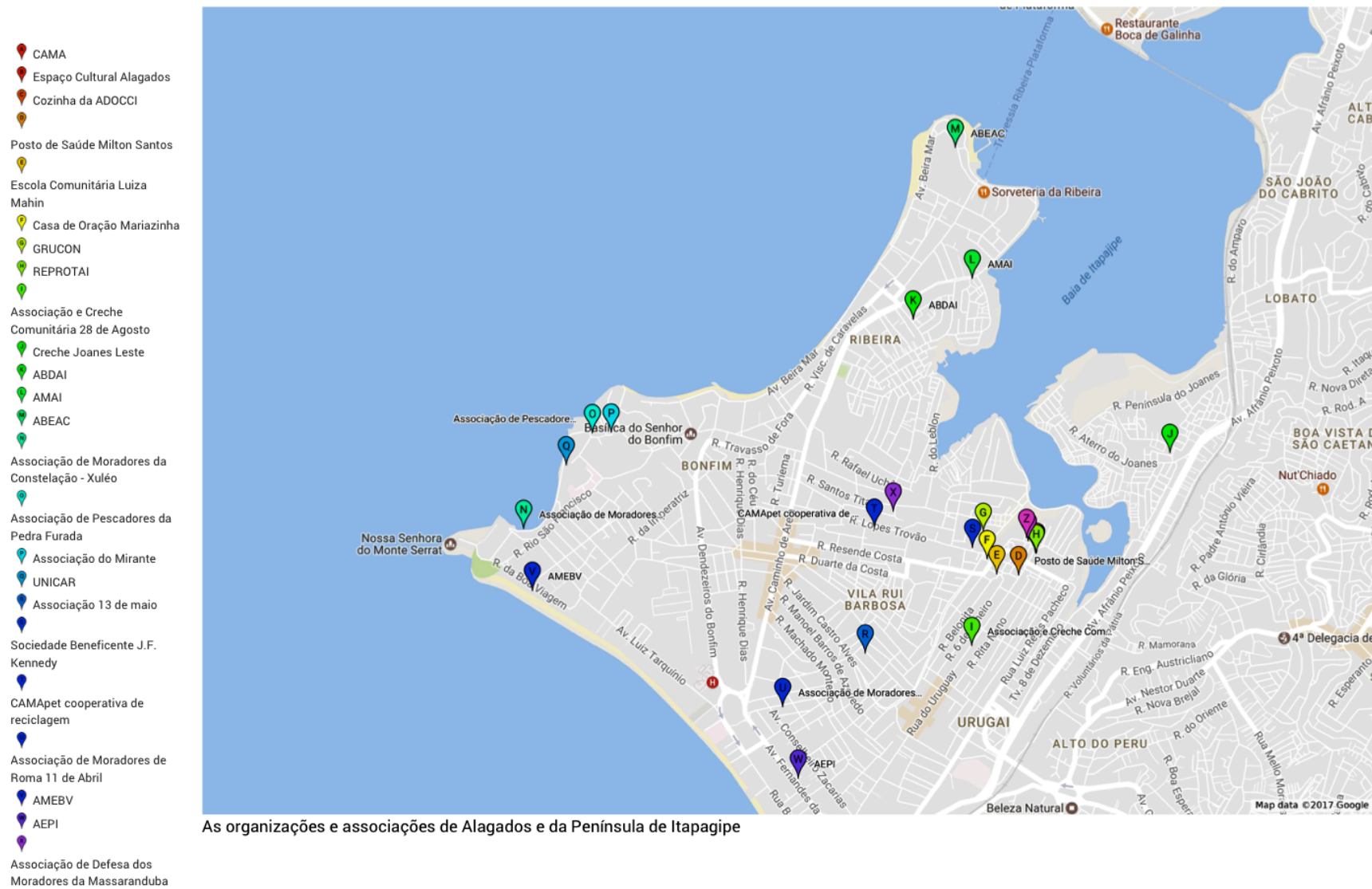


Figura 4 - Mapa da localização das associações de bairro. Elaborada pela autora no Googlemaps, 20

Anexo 3 – Breve caracterização das organizações da rede CAMMPI contatadas durante a pesquisa

Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia

<https://www.facebook.com/santaluziaa>

<https://www.associacaosantaluzia.com.br>

Localização: Rua Açú, bairro Uruguai

Ano de fundação: ?

Fundador: Maria de Lourdes Nascimento
(junto com a irmã Marlene Nascimento)

Coordenador: Maria de Lourdes Nascimento

A associação surgiu em após a construção do conjunto habitacional homônimo, próximo ao fim de linha do Uruguai, feito pela Hamesa, para abrigar as famílias deslocadas em seguida às obras de reforma urbanização do ‘canal central’ (Bate Estaca). A Associação nasce em ---- por iniciativa de moradores liderados por Lurdinha (Maria de Lourdes) moradora do conjunto, apoiada pela irmã Leninha (Marlene), membro do Movimento das Mulheres e Jamira Muniz, ex integrante do projeto de teatro amador. Lurdinha era uma enfermeira e tinha laços fortes com a igreja católica e se ocupou muito saúde, educação e moradia. Uma das ações da associação foi a de fundar, em 1990, a escola Luiza Mahin (junto com Lurdinha, Jamira e Solange), no escritório da AMESA, temporariamente cedido em comodato. A escola comunitária inicia a funcionar em uma construção muito humilde de um único andar. A medida que a demanda aumenta, Lurdinha e outras mulheres do conjunto Santa Luzia, entre elas Solange, Bone (Valnísia) e Jandaira encabeçam o processo de autoconstrução de dois pisos, ficando conhecidas como as mulheres da Lage. Nas imediações da associação Santa Luzia e da escola, surge o **posto de saúde comunitário Milton Santos**, hoje coordenado pelo Sr Jurandir, cunhado de Lurdinha. No posto é atualmente ativo um convênio com a fundação José Silveira que providencia médicos para consultas gratuitas à população, nas áreas de nutrição.

A associação Santa Luzia recebeu financiamentos de várias fontes, incluindo o Governo do Estado, AVSI, Criança Esperança, Visão Mundial, Adidas.

Por exigência do convenio (2010-2020) com a Visão Mundial, ONG que tem planos de financiamento muito mais longo que outros doadores, a Associação de Moradores Santa Luzia converteu seu nome em Pda (Plano de desenvolvimento de área) Santa Luzia.

Espaço Cultural Alagados

<http://culturaalagados.blogspot.com.br/>

Localização: Fim de linha do Uruguai

Ano de fundação: 1989

Fundador: Governo do Estado da Bahia

Coordenador: Jamira Muniz

É um espaço com sala de ensaio, camarim, bilheteria e escritórios gerenciado pelo Governo do Estado. Fundado em 1989, com Isael Barros como coordenador, o espaço cultural Alagados abriga além de uma programação cultural proposta pela SECULT, atividades sócio-educacionais destinadas a crianças e jovens da comunidade. O espaço cultural é frequentado por crianças da escola Luiza Mahin, da rede REPROTAI, e pelo público dos projetos do GRUCON. As atividades são dedicadas a faixas etárias diferentes e coordenadas por educadores populares, que por sua vez fazem parte da rede REPROTAI, membro da rede CAMMPI.

No espaço cultural se exibem grupos da região, muitos provindo do subúrbio, Lobato, Joanes Leste, Plataforma, etc.

Jamira Muniz, educadora e co-fundadora da escola Luiza Mahin

GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra

Localização: Galpão ao lado do escritório da CONDER na rua Mundo Novo, Uruguai

Fundador: Ana Rosa dos Santos

Coordenador: Ana Rosa dos Santos

Ano de fundação: 1986

É um grupo que faz trabalho social em Alagados, mediante atividades esportivas e culturais como curso de percussão para crianças, oficinas de teatro, capoeira, grupo de convivência com rodas de conversas sobre temas relevantes para adolescentes e jovens. Durante o meu trabalho de campo estive com suas atividades reduzidas em relação ao normal. Fundado e presidido por Ana Rosa, membro ativo e assíduo da rede CAMMPI. Durante o período em que estive trabalhando junto à rede Ana Rosa era também a única responsável pela organização das atividades. O GRUCON já teve uma sede no ponto do barco, na Baixa do Petróleo, em uma casa alugada (onde ainda é possível ver um grafite com o nome da associação). Hoje ocupa o espaço da CONDER atrás do fim de linha. O escritório da CONDER está localizado na rua Mundo Novo, um local ao qual as lideranças referem-se com um “lá atrás”, num terreno antigamente ocupado por palafitas. Para chegar até lá se passa por diversos conjuntos habitacionais construídos pelo estado, onde foram reassentados moradores das palafitas. Ao lado do escritório onde ocorreram os cadastros dos moradores nas fases preliminares às evacuações das palafitas, um galpão destinado a atividades comunitárias, que já abrigou reuniões da CONDER com a comunidade e foi utilizado ao longo de 2013 e 2014 para as atividades do GRUCON. Estava em curso uma negociação para a cessão do galpão em comodato ao GRUCON. As atividades que presenciei (oficina de percussão, aulas de capoeira) eram frequentadas pelos membros da REPROTAI e outras crianças das imediações (Uruguai e Massaranduba), em sua maioria meninos, que nunca vi no espaço Alagados)

Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA

Localização: Espaço Cultural Alagados, rua Direta do Uruguai, fim de linha, Uruguai

Coordenador: Raimundo Nascimento

Fundadores: Raimundo Nascimento, Gilcinéia Barbosa, Jeane Costa (Déa)

O Centro nasce por iniciativa de Raimundo, que à época estava cursando geografia na Universidade Católica. Raimundo que nos relata de ter se aproximado ao movimento através das irmãs (Valdicélia e Valdecir, ambas militantes do MNU) que o indicaram para trabalhar num projeto de Cineclube.

O CAMA nasceu, segundo narra Raimundo, como organização de bairro com foco ambiental. Seu diferencial é a composição de pessoas pertencentes às camadas populares, uma vez que à época ONGs que trabalhavam no setor do meio ambiente eram tipicamente composta por pessoas oriundas de camadas médias e médias altas. O objetivo inicial do CAMA era trabalhar com jovens, turmas de educação ambiental e cultura popular. Jovens formados pelo centro trabalham hoje na Associação Santa Luzia e CAMA pet, alguns são militantes do MNU.

CAMA PET – Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental

Localização: Rua Lopes Trovão, Massaranduba
 Coordenador: (presidente da cooperativa) Joilson
 Fundador: entre os co-fundadores está Gilmara Santana, irmã do atual presidente.
 Ano de fundação: 1999

Surgiu de um projeto em parceria CAMA e Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia. O projeto surgiu de um estudo conduzido pelo CAMA, sobre os impactos ambientais na comunidade. No âmbito desse estudo o lixo doméstico e industrial foi identificado como o fator com maior impacto.

O CAMA pet surge portanto como um projeto de Cooperativa de catadores de materiais recicláveis nascida para coletar esse material na região das palafitas. A cooperativa se mantém inicialmente graças à ajuda do Governo do Estado (vale lembrar que a coleta de lixo é competência da prefeitura). Hoje a CAMApet consegue pagar sozinha o aluguel do galpão onde funcionam suas atividades.

GRUMAI – Grupo de Mulheres Ativas do Uruguai

<https://grumai.wordpress.com/2012/08/02/text/>
 Localização: rua Eudaldo Gomes da Silva, s/n
 Coordenador: Marijane Nascimento
 Fundador: Marijane Nascimento
 Data de Fundação: 2009

A associação originou-se, segundo conta Marijane, a partir de um curso de capacitação para mobilizadores sociais organizado pela CONDER. As participantes deste curso identificaram uma necessidade de desempenhar atividades de orientação e formação profissional para as mulheres da comunidade. O grupo propunha-se a funcionar como coletivo de apoio, no modelo da entre-ajuda de/para mulheres. Tinha também entre seus objetivos iniciais o de realizar uma pesquisa em todos os domicílios de Alagados 4 e 5 para organizar um banco de dados com a situação das famílias, com foco na mulher (esta pesquisa não foi concluída). Fazem parte do GRUMAI: Marijane, a presidente, e outras 4 mulheres, identificadas como ADPs - agentes de divulgação do projeto – Vivaldina, dona Elza, Adélia e Margarida. No momento em que realizei a pesquisa de campo, o GRUMAI não estava abrigando nenhuma atividade. Estava todavia a espera da assinatura de um convenio trienal com a CONDER. Durante este período, todavia, as mulheres do GRUMAI participavam ativamente das reuniões semanais da rede CAMMPI, e outras atividades. Também foram as principais responsáveis da logística durante o assentamento temporário das vítimas do incêndio da Baixa do Petróleo no centro comunitário em Mangueira. Participavam também das reuniões com a CONDER e agiam como facilitadoras durante as visitas de representantes do Governo do Estado.

REPROTAI – Rede de Protagonistas em Ação Itapagipe

<https://reprotai.wordpress.com/>
 Localização: Espaço Cultural Alagados, rua Direta do Uruguai, fim de linha, Uruguai
 Fundador: Jovens oriundos da Associação Santa Luzia, GRUCON, Associação Livre de Moradores da Mangueira
 Coordenadora: Jamira Muniz
 Ano de Fundação: 2004

Grupo de jovens que desenvolve atividades de preparação para emprego, atividades culturais, participação política – os membros participam de reuniões de Movimento de Juventude, Movimento de Mulheres, Movimento Negro. Jovens da Reprotai são funcionários do Espaço

Cultural Alagados, da Associação Santa Luzia e de equipes de projetos da ONG Visão Mundial.

ADOCCI - Associação de doceiras cozinheiras e confeitadeiras de Itapagipe

<http://adocci.blogspot.com.br/>

Localização: Espaço Cultural Alagados Fim de linha do Uruguai

Coordenadora: Ana Suely

Fundador: Ana Suely e outras

Ano de fundação: 1998

ADOCCI é uma cooperativa de doceiras e cozinheiras que tem sua cozinha situada nas adjacências do Espaço Cultural Alagados. Nasceu a partir de reuniões organizadas pelo PNUD. As fundadoras são mulheres oriundas de vários bairros da Península de Itapagipe.

ABEAC – Associação Beneficente de Educação Arte e Cidadania

<http://abeacsalvador.blogspot.com.br/>

Localização: Rua da Penha nº 165- Ribeira do lado do Clube Itapagipe

Ano de fundação: 1999

Fundador: Fernanda Nunes

Coordenador: Fernanda Nunes

A ABEAC é uma organização fundada por uma pedagoga residente da Ribeira, com o objetivo de oferecer atividades formativas para as crianças do Areial da Ribeira. A sede da ONG é em local contíguo ao de residência dos beneficiários. A ABEAC frequenta regularmente as reuniões da CAMMPI.

Cecel – Centro Educacional Comunitário Educar para Libertar

Localização: rua Doutor Caio Mário, Mangueira

Ano de Fundação: 1970?

Fundador: Aloísio Simão

Coordenador: Selma Lessa

Escola comunitária criada a partir da Associação Livre dos Moradores de Mangueira fundada por Aluísio, irmão Jesuíta que foi para Alagados para o próprio estagio Catequético (na época o local tinha como modalidade dominante as palafitas construídas na maré).

O projeto dele começou como atividade com crianças, e grupo de convivência com os jovens. A escola foi criada em 1976.

ABDAI – Associação Beneficente Democráticas dos Alagados de Itapagipe

Localização: Rua Eng. Faggi, Ribeira

Ano de Fundação:

Fundador:

Coordenador: Reginaldo Bonfim

Associação, cujas atividades estavam suspensa por causa de uma reforma iniciada pelo governo do estado. Surgiu para organizar a ocupação e reivindicar melhores condições de moradia para o local.

Sociedade 13 de junho

Localização: Rua 25 de junho, Bate Estaca

Ano de fundação 1953

Coordenador: Raimundo Nascimento

Fundador: ?

Surgiu para lutar por infra-estrutura da área em que está localizada (nas imediações do Bate Estaca, ou rua do canal)

É uma associação cujas atividades durante a pesquisa de campo ficaram paradas, segundo elucidaram os membros da CAMMPI, por falta de viabilidade na sede onde começou um processo de reforma pela CONDER que ficou inacabado. A ADOCCI brotou dessa associação.

Creche Joanes Leste (Associação de moradores do Conjunto Joanes Leste)

Localização: Conjunto Joanes Leste, Lobato

Fundador: ?

Coordenador: Raimundo Pereira

Ano de Fundação: ?

Esta Creche localiza-se fora da Península de Itapagipe, no Lobato. Não consegui marcar uma visita e conhecer a sede, mas durante o período da pesquisa de campo seu Raimundo era participante ativo de todas as reuniões da rede CAMMPI e envolvido em reivindicações de financiamentos públicos para as creches comunitárias.

AMAI – Associação de moradores e amigos de Itapagipe

Localização Avenida Porto dos Mastro (Ribeira)

Coordenador: Roque Gomes (Kaxopa)

Ano de Fundação: 1983

A AMAI é uma associação que dispõe de uma sede autônoma. Está localizada na Ribeira, em proximidade da ABDAI, da ABEAC. Já funcionou como sede das reuniões semanais da rede CAMMPI. No momento do encontro com o presidente, Kaxopa, a associação não estava sendo muito utilizada exceção feita por um serviço de assistência jurídica gratuito, e como espaço de festas. Por motivos que não ficaram claros para mim a Associação não faz mais parte da rede CAMMPI. Participa saltuariamente de algumas atividades. Kaxopa se considera cansado de ocupar-se de tudo sozinho e desiludido em relação ao discurso da rede CAMMPI.

CEAMAC Centro de apoio ao menor e adolescente carente

Localização: Baixa do Fiscal – Feira do Curtume

Coordenador & fundador: Seu Luiz

Ano de fundação: 1998-99?

A CEAMAC é uma organização que há 26 anos lida com jovens de rua. O coordenador apareceu nas reuniões da rede CAMMPI para pedir ajuda em função do fato que o imóvel sede do Centro estava condenado por obras anunciadas de duplicação da avenida na feira do Curtume (feira do rolo). O trabalho por ele desenvolvido, segundo algumas lideranças, poderia ser considerado como “desatualizado” ou demasiadamente “assistencialista”. Apesar disso, em várias ocasiões os membros da rede CAMMPI asserindo o laço de amizade e parceria de longa data, apoiaram o CEAMAC.

Associação de Moradores e Empresários da Boa Viagem e Adjacências – AMEBV

Fundador: Orlando del Valle

Coordenador: Orlando del Valle

Ano de Fundação: 2009

A organização está ligada ao trabalho político de seu coordenador Orlando (PT). Na época da pesquisa não tinha sede nem status jurídico. O coordenador manifestou todavia o interesse em realizar projetos culturais.

Associação 11 de abril do bairro de Roma,

Localização Bairro de Roma

Ano de Fundação:

Fundador: Antônio Carlos Guimarães

Coordenador: Antônio Carlos Guimarães

Situação: Não ativa, mas o fundador participa de Conselhos e instâncias coletivas em nome da Associação. A associação viveu seu auge de engajamento na década de 1990 durante as mobilizações dos moradores do bairro de Roma em favor do encerramento das atividades da fábrica Chadler.

Creche comunitária 28 de agosto, Associação de moradores XXVIII

Localização: Rua Direta do Uruguai

Ano de fundação: 1960

Fundador: seu Paulo

Coordenador: Virginia Bonfim

A associação de moradores XXVIII de Agosto foi fundada por residentes da localidade que hoje está situada na rua Direta do Uruguai para administrar as controvérsias entre moradores. A associação deu vida a uma creche comunitária que é a única atividade desempenhada ainda hoje.

Casa de Oração Mariazinha

Localização: beco atrás do campo do Largo do Metron, Uruguai

Fundador: representantes da Associação Santa Luzia

Coordenador: Mariselma Bonfim

Grupo espiritual que desenvolve ações para o território, toda a quarta tem orações, leitura do livro de Alan Cardec. Jovens da REPROTAI frequentam e contribuem para a administração da casa. A casa de oração ficou um pouco escondida durante grande parte do trabalho de campo, descobri de sua existência somente mais tarde quando Jamira teve de submeter-se a uma cirurgia e durante sua convalescência ficou ali hospedada. As mulheres que administram a casa (todas oriundas da AMCSL) sustentam que a prática da oração constitui um momento de reflexão necessário para desenvolver o trabalho social.

Instituto de Cultura Brasil Itália Europa - ICBIE

Localização: Rua Júlio Davi esquina com Av. Porto dos Tainheiros, Ribeira

Ano de fundação: 2006

Fundador: Pietro Gallina

Presidente/Coordenador: Marcella Sgura

A associação fundada em Salvador por um professor de música e teatro oriundo da Itália tem sede também na Itália. Desempenha atividades educacionais através de arte e cultura. Embora não seja um membro da CAMMPI em sentido estrito, atua como parceira da CAMMPI e de

suas organizações na organização de eventos culturais da Península e conta com a parceria de algumas associações da rede na realização de ações com jovens.

Associação João Paulo II

Localização: rua Eudaldo Gomes da Silva, s/n

É uma associação de moradores que surgiu para organizar e defender a ocupação João Paulo II (1984), no fim de linha do Uruguai. Durante o meu trabalho de campo em 2014-2015 a sede da associação estava inativa e nenhum membro da rede CAMMPI se apresentava nas reuniões como representante da Associação João Paulo II. Também nunca consegui informações muito claras a respeito, mas entendi que a associação não é considerada extinta, embora a sede não esteja apta a abrigar atividades. Alguns moradores desse conjunto estão envolvidos nas atividades da rede CAMMPI.

Anexo 4 - Resumo das intervenções do Estado em Alagados

Ano de Elaboração	Nome da Intervenção ou Projeto	Ano de término	Orgão responsável pela execução	Outros setores envolvidos	Objetivo	Área de intervenção
Década de 40	Repressão policial das invasões					Alagados Enseada dos Tainheiros
Década de 1950	Tentativa (falida) de legalização da situação fundiária da Vila Ruy Barbosa					Alagados Enseada dos Tainheiros
1964	Sistema Financeiro Nacional (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Ambos foram criados em 1964.				SFH = fomentar a construção e compra da casa própria para população de baixa renda através de financiamento específico. BNH (dirigido pelo SFH) = atividades de cunho normativo e financeiro.	Alagados Enseada dos Tainheiros
1967	Plano de Recuperação de Alagados		Governo do Estado	Prefeitura de Salvador, Igreja, líderes comunitários	promover a aquisição da casa própria a título de crédito de longo prazo	Alagados Enseada dos Tainheiros
1969	Zoneamento de Alagados		CEPRAL - Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados	Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S.A. (URBIS) constituído como agente financeiro do BNH	Zoneamento de Alagados em setores para realizar obras de melhoria física	Alagados Enseada dos Tainheiros
1969 - Extinção CEPRAL. A URBIS assume suas funções						
1973	Constituição do GEPAB Grupo de estudos para os Alagados da Bahia			recursos do BNH	incentivar a geração de recursos necessários a efetivação de um Plano Urbanístico para Alagados	Alagados Enseada dos Tainheiros
1973	Criação da AMESA					Alagados Enseada dos Tainheiros
1973	execução do Plano Urbanístico (Projeto Piloto = Conjunto de Santa Luzia)	1984	AMESA			Alagados Enseada dos Tainheiros
1978	Medidaemergencial por causa de um incêndio na Baixa do Petróleo		AMESA		construir barracos para os desabrigados do incêndio	Alagados Enseada dos Tainheiros
1980	Projeto Novos Alagados	nunca iniciado	URBIS			Alagados Enseada dos Tainheiros

1984	A AMESA é transformada em HAMESA	1984					espaço de atividades expandido para todo o Estado da Bahia até 1988 quanto passou a integrar a URBIS	Alagados Enseada dos Tainheiros
1992	Recuperação Ambiental de Novos Alagados	?	CONDER	?			?	Alagados Enseada dos Tainheiros
Em meados da década de 1990 a Caixa Econômica Federal se firma como agente financeiro encarregado pelos recursos para investimentos em políticas habitacionais, isso estimula o reaparecimento de intervenções governamentais no setor, afetadas negativamente durante a década de 1980 pelo colapso do SFH e o fim do BNH								
1996	Programa Viver Melhor ?	?					Requalificação da área	Alagados Enseada dos Tainheiros
1995	Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados		ONG italiana AVSI					Novos Alagados/Enseada do Cabrito
1995	Inserção de um plano desenvolvido pela AVSI no Projeto Metropolitano		CONDER		Banco Mundial		requalificação sanitária no âmbito do Programa Viver Melhor.	
1998	Segunda etapa do Projeto Novos Alagados.		AVSI?		Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana			
1999	Programa de Redução da Pobreza Urbana na Área do Ribeira Azul Programa Ribeira Azul		CONDER		Caixa econômica Federal, Banco Mundial, Ministério do Exterior da Itália		obras de infra-estrutura, como saneamento básico, acesso a vias públicas, drenagem da água de enchentes, coleta de lixo sólido, distribuição de gás e implantação de espaços coletivos de lazer.	Plataforma e Novos Alagados, na Enseada do Cabrito; Baixa do Caranguejo, Joanes Centro-Oeste, Joanes Azul, Alagados I, Alagados II, Alagados III, Alagados IV.
2000	PATS	2006 (término formal, pois as ações não terminaram de fato, confluíram no Dias Melhores e, mais tarde, no PAC)	AVSI e Governo do Estado		UN-Habitat, da Cities Alliance 18, do Banco Mundial e do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália, Governo do Estado e Prefeitura de Salvador		ampliação da intervenção anterior de 150mil habitantes a 150mil	
2005	Programa Viver Melhor II	inacabado	CONDER				Reassentamento involuntário	Alagados VI

Anexo 5 – Listas de organizações locais da Península de Itapagipe

Na Península existem numerosas organizações. Muitas dessas organizações têm uma existência que flutua entre momentos de atividade e momentos de inatividade. Além disso numerosos coletivos ativos não estão registrados, figurando por vezes em listagens feitas por projetos governamentais, sem aparecer todavia em listas como a da Prefeitura, reportada por Silva (2002). Considerando o escopo desta pesquisa avaliei que averiguar a situação de todas fosse um trabalho que superasse os objetivos aqui pretendidos. Mapeamentos tem sido realizados por diversos órgãos em zonas diferentes da Península, nenhuma delas pretende-se portanto completa. Portanto para que o leitor possa ter uma ideia do fenômeno em apreço reporto aqui listas de organizações recentemente compiladas por órgãos (o que não garante que as organizações presentes nas listas tenham sido averiguadas e encontradas em atividade). Encontram-se a seguir:

1. a lista de associações compilada pela AVSI;
2. a lista reportada em Silva, 2002;
3. a lista dos membros da CAMMPI presente no blog da rede (desatualizada);
4. a lista dos membros da CAMMPI contida no Plano de Desenvolvimento Territorial, de 2008.

Relação de Entidades beneficiadas pelo Pats

	Entidade
1	Ação Social da Paróquia de São Brás (Aspasb)
2	Ispac – Assessoria ao Movimento Popular
3	Associação Beneficente Democratas dos Alagados de Itapagipe
4	Associação Beneficente 7 de Setembro
5	Associação Beneficente Cultural Caminhando com Jesus do Jardim Lobato
6	Associação Beneficente Educação, Arte e Cidadania (Abeac)
7	Associação Beneficente Recreativa e Cultural João Paulo II
8	Associação Beneficente Recreativa e Cultural PAOLL
9	Associação Comunitária Flor da Primavera
10	Associação Cristo a Verdade que Liberta
11	Associação das Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe (Adocci)
12	Associação de Assistência e Promoção Humana dos Lares de Alagados
13	Associação de Moradores da Invasão Dom Avelar
14	Associação de Moradores da Rua Antônio Bonfim do Lobato
15	Associação de Moradores da Vila Ruy Barbosa
16	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Joanes Leste
17	Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
18	Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe
19	Associação de Moradores Unidos do Lobato
20	Associação dos Artesãos de Alagados de Salvador
21	Associação dos Barraqueiros do Parque São Bartolomeu
22	Associação dos Comerciantes de Itapagipe (Acia)
23	Associação Filhos do Sol Nascente
24	Associação Livre dos Moradores de Mangueira
25	Associação Massabielle
26	Associação Recreativa e Cultural Duque e AIZ
27	Associação SILOÉ
28	Associação Tenda de Olorum
29	Associação Unidos dos Araças
30	Centro Comunitário da Igreja Batista de Itapagipe
31	Centro de Apoio ao Menor e Adolescente Carente (Ceamac)
32	Centro de Arte e Meio Ambiente (Cama)
33	Centro de Educação Desportiva e Profissionalizante (Cedep)

34	Centro Educativo João Paulo II
35	Centro Espírita Rede Vivo
36	Clube de Crianças e Idosos Lírio Branco
37	Clube de Mães Carentes do Aterro Tia Cici
38	Clube de Mães de Novos Alagados as Heroínas do Lar
39	Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (C
40	Comunidade Verbo da Vida
41	Cooperativa de Confeção da Comunidade de Plataforma (Cooperconfec)
42	Cooperativa de Habitação, Produção e Serviço dos Moradores de Novos Alagados (I
43	Cooperativa dos Trabalhadores na Construção Civil, Manutenção e Reforma Prediais
44	Creche e Escola Comunitária Cantinho da Criança Feliz
45	Creche e Escola Comunitária Pingo do Saber
46	Creche e Orfanato Criança Feliz
47	Creche e Orfanato Minha Vó Flor
48	Creche Escola Comunitária Frutos de Mães
49	Creche João Paulo II
50	Escola Comunitária Clube de Mães Carentes do Jardim Cruzeiro
51	Grupo Cultural Bagunção
52	Grupo Cultural Face Oculta
53	Grupo Cultural Itapagipe Canta
54	Grupo Cultural Outra Metade
55	Grupo de Mães e Amigos do Uruguai
56	Grupo de União e Consciência Negra da Bahia (Grucon)
57	Grupo Espírita Jesus de Nazaré (Geden)
58	Instituto Cabricultura de Educação, Arte, Cultura e Meio Ambiente
59	Liga Desportiva do Boiadeiro
60	Sociedade 28 de Agosto
61	Sociedade Beneficente Desportiva Santa Cruz
62	Sociedade Beneficente e Cultural da Baixa do Petróleo
63	Sociedade Beneficente e Cultural Loteamento Planalto Real
64	Sociedade Beneficente São Jorge

ANEXO A

RELAÇÃO DE ENTIDADES ASSISTENCIAIS, ASSOCIAÇÕES, CLUBES,
CRECHES etc. NA ÁREA DE ITAPAGIPE⁵³

1. Sociedade Progresso da Massaranduba
2. Associação dos Moradores da Calçada
3. Associação de Moradores João Paulo II
4. Obras Sociais de Irmã Dulce
5. Associação de Moradores e Amigos do Bomfim
6. Associação de Moradores São Domingos e Adjacências
7. Conselho de Moradores Invasão Mudança
8. Comissão Cultural de Alagados
9. Filarmônica
10. Casa Maternal Jesus Bambino (Paróquia)
11. Associação Beneficente Flores de Mãe
12. Sociedade Beneficente e Recreativa Dois de Julho
13. Sociedade das Donas de Casa do Jardim Cruzeiro
14. Sociedade de Defesa Rec. Cultural Corinthians
15. Sociedade Beneficente e Desportiva Santa Cruz
16. Conselho Comunitário dos Moradores da Vila Ruy Barbosa
17. Associação Beneficente Recreativa e Cultural dos Moradores do Núcleo Habitacional de Massaranduba
18. Sociedade de Defesa Beneficente Moradores da Mangueira de Massaranduba
19. Sociedade dos Artesãos de Alagados
20. Sociedade de Defesa e Progresso da Massaranduba
21. Creche de Assistência às Mães Carentes do Aterro
22. Associação dos Ferroviários da Bahia
23. Associação 11 de Abril
24. Legião da Boa Vontade
25. Associação Beneficente e Recreativa de Itapagipe
26. SESI (Serviço Social do Comércio)
27. Associação Cultural e Comunitária Mirante do Bomfim
28. FAGIBA (Federação das Associações e Grupos Independentes da Bahia)
29. Creche Escola Comunitária Frutos de Mães

⁵³ Dados extraídos da relação fornecida pela Prefeitura Municipal do Salvador - SEGOV - CDR -
ART II ITAPAGIPE.

- 232
30. Centro de Arte e Meio Ambiente
 31. LIVER (Liga dos Veteranos da Ribeira)
 32. Associação de Moradores Gregório de Matos
 33. Clube de Mães Nossa Senhora do Carmo
 34. Sociedade das Donas de Casa do Jardim Cruzeiro
 35. Associação dos Moradores da Massaranduba
 36. AARFFSA (Associação dos Aposentados da RFFSA Núcleo de Salvador)
 37. AELB (Associação dos Engos V.FFL. Brasileiro)
 38. Associação Beneficente e Cultural dos Moradores do Monte Serrat
 39. Associação Beneficente dos Moradores do Porto da Lenha
 40. Clube Beneficente de Crianças e Idosos Lirio Branco
 41. Creche Lar Xila
 42. Clube de Mães Carentes do Aterro "Tia Ceci"
 43. Sociedade Beneficente e Cultural da Baixa do Petróleo
 44. Associação de Moradores do Jardim Belvedere
 45. Associação de Moradores da Baixa do Fiscal
 46. Associação Beneficente Recreativa e Cultural dos Moradores Núcleo Habitacional
 47. Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe (AMAI)
 48. Sociedade Beneficente 13 de Maio
 49. Sociedade Satélite
 50. Clube Cruzeiro de Mães Carentes do Jardim Cruzeiro
 51. Grupo Cama
 52. Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
 53. Associação Beneficente de Moradores do Mont Serrat
 54. CONSECO – Conselho de Segurança Comunitária
 55. Associação Beneficente Alagados Itapagipe
 56. Creche Arlete Magalhães
 57. Sociedade 28 de Agosto
 58. Associação B.S. Creche Janira Mignoc
 59. Sociedade Beneficente São Jorge
 60. Clube de Mães Carentes do Aterro
 61. Sociedade Pestalozzi da Bahia
 62. Congregação das Missionárias da Caridade
 63. Creche Paroquial Nossa Senhora da Boa Viagem
 64. Lar Maria Luiza
 65. Associação Clube de Mães e Crianças Carentes Primavera
 66. Abrigo D. Pedro II
 67. CAASA
 68. Centro Espirita Irmão Eustáquio
 69. Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim
 70. Igreja Batista de Itapagipe

- 233
71. Conferência Nossa Senhora de Fátima de São Vicente de Paula
 72. Creche Artesãos de Alagados
 73. APAE
 74. Fundação Cidade Mãe
 75. Centro Espírita Cristão Frei Fabiano de Cristo
 76. Clube de Regatas Itapagipe
 77. Abrigo São Francisco
 78. Associação de Assistência e Promoções Humanas dos Lares
 79. Abrigo de Idosos das Missionárias de Candade
 80. Associação de Moradores da Mangueira
 81. Sociedade Grupo Irmãos Unidos 06 de Janeiro
 82. Associação do Núcleo de Moradores do Conj. Joana Leste
 83. Sociedade União 10 de Outubro
 84. Sociedade Defesa do Bairro de Tomé de Souza
 85. Sociedade Beneficente Jonh Kenedy
 86. Sociedade Beneficente e Rec. do Bairro de Sta. Luzia do Lobato
 87. Centro Social São Paulo
 88. Lar Padre Manuel da Nóbrega
 89. Grupo Cult. Rec. Campestre
 90. Associação de Mulheres e Mães Carentes do Bairro do Uruguai
 91. Associação Clube de Mães Novos Alagados
 92. Associação Benef. Esportiva Cruzeiro
 93. Penha União de Sto. Antônio
 94. Centro Comu. Da Igreja Batista de Itapagipe
 95. Soc. Espírita Amor e Humildade
 96. Centro Espírita Cavaleiros da Luz
 97. Associação de Recuperação e Benefício de Itapagipe
 98. Creche Comunitária Flora Gomes

Organizações da CAMMPI




1. AAAS – Associação dos Artesões dos Alagados de Salvador
2. ABBORI Associação Beneficente de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe
3. ABEAC Associação Beneficente de Educação Arte e Cidadania ABEMPOL
4. Associação Beneficente dos Moradores do Porto da Lenha
5. ABRI Associação Beneficente e Recreativa de Itapagipe
6. ADOCCI Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteira de Itapagipe
7. ALMM – Associação Livre dos Moradores de Mangueira
8. AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe
9. AMOBAC – Associação dos Moradores do Bairro da Calçada
10. AMUL – Associação de Moradores Unidos de Lobato
11. AMUR – Associação dos Moradores do Uruguai
12. ASCAFISON – Associação de Capoeira Filhos do Sol Nascente
13. ASCOSI – Associação das Costureiras de Itapagipe
14. Associação Beneficente e Recreativa 31 de Dezembro
15. Associação Beneficente e Recreativa Baixa do Petróleo
16. Associação Beneficente Santa Luzia
17. Associação 11 de Abril do Bairro de Roma
18. Associação 28 de Agosto
19. Associação de Assistência e Promoção Humana dos Lares de Alagados
20. Associação Comunitária Siloé
21. Associação de Moradores Amigos do Parque São Bartolomeu Associação de Moradores Arte Bola
22. Associação de Moradores Beneficente e Cultural João Paulo II
23. Associação de Moradores 13 de Junho
24. Associação de Pescadores Vida Nova
25. Associação dos Moradores do Bairro de Mont Serrat
26. Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia
27. Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Joanes Leste
28. Associação Recreativa Duque & Aiz
29. Associação Santa Cruz
30. CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente
31. CAMAPET – Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental

32. Casa de Oração Mariazinha
33. CATART – Centro Associativo de Trabalhadoras em Artesanato
34. CEAMAC – Centro de Apoio ao Menor e Adolescente Carente
35. Centro Comunitário de Lobato
36. Clube de Mães Comunitárias do Aterro Tia Ceci
37. Clube de Mães e Mulheres Carentes Flor da Primavera
38. Creche Escola Cantinho da Criança Feliz
39. Creche Lar Xila
40. Colônia de Pescadores Z-02 de Itapagipe
41. Grupo Cultural Bagunção
42. GRUCON – Grupo De União E Consciência Negra
43. Grupo Cultural Itapagipe Canta
44. ISPAC – Assessoria Ao Movimento Popular

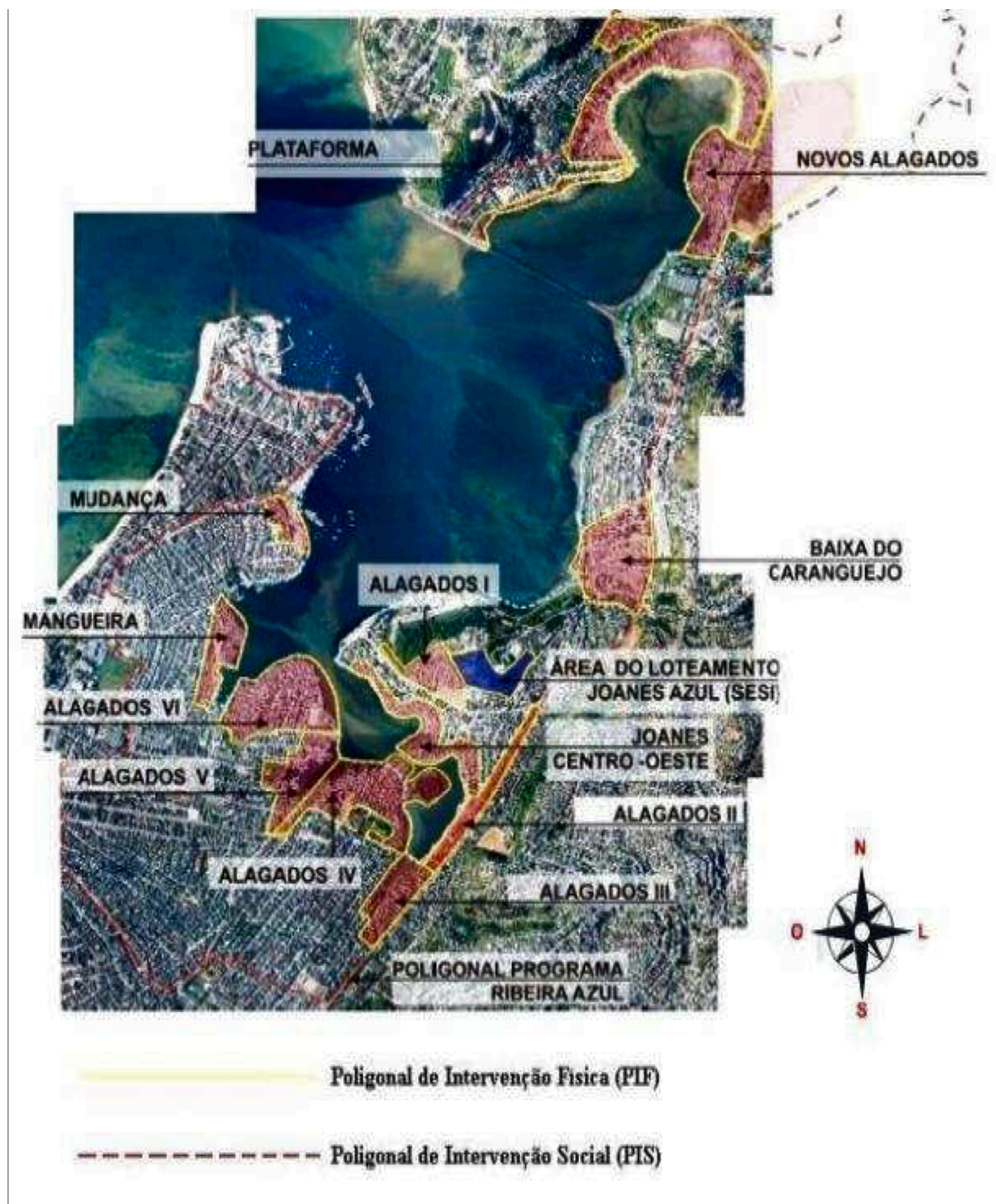
Lista do PRDI – 2008

INTEGRANTES DA REDE CAMMPI



AAAS – Associação dos Artesões dos Alagados de Salvador
 ABBORI – Associação Beneficente de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe
 ABEAC – Associação Beneficente de Educação Arte e Cidadania
 ABEMPOL – Associação Beneficente dos Moradores do Porto da Lenha
 ABRI – Associação Beneficente e Recreativa de Itapagipe
 ADOCCI – Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteira de Itapagipe
 ALMM – Associação Livre dos Moradores de Mangueira
 AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe
 AMOBAC – Associação dos Moradores do Bairro da Calçada
 AMUL – Associação de Moradores Unidos de Lobato
 AMUR – Associação dos Moradores do Uruguai
 ASCAFISON – Associação de Capoeira Filhos do Sol Nascente
 ASCOSI – Associação das Costureiras de Itapagipe
 Associação Beneficente e Recreativa 31 de Dezembro
 Associação Beneficente e Recreativa Baixa do Petróleo
 Associação Beneficente Santa Luzia - Lobato
 Associação 11 de Abril do Bairro de Roma
 Associação 28 de Agosto
 Associação de Assistência e Promoção Humana dos Lares de Alagados
 Associação Comunitária Siloé
 Associação de Moradores Amigos do Parque São Bartolomeu
 Associação de Moradores Arte Bola
 Associação de Moradores Beneficente e Cultural João Paulo II
 Associação de Moradores 13 de Junho
 Associação de Pescadores Vida Nova
 Associação dos Moradores do Bairro de Mont Serrat
 Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia
 Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Joanes Leste
 Associação Recreativa Duque & Aiz
 Associação Santa Cruz
 CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente
 CAMAPET – Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental
 Casa de Oração Mariazinha
 CATART – Centro Associativo de Trabalhadoras em Artesanato
 CÉAMAC – Centro de Apoio ao Menor e Adolescente Carente
 Centro Comunitário de Lobato
 Clube de Mães Comunitárias do Aterro Tia Ceci
 Clube de Mães e Mulheres Carentes Flor da Primavera
 Creche Escola Cantinho da Criança Feliz
 Creche Lar Xila
 Colônia de Pescadores Z-02 de Itapagipe
 Grupo Cultural Bagunção
 GRUCON – Grupo De União E Consciência Negra
 Grupo Cultural Itapagipe Canta
 ISPAC – Assessoria Ao Movimento Popular

Anexo 6 – Área de intervenção do Programa Ribeira Azul (vinculado ao Viver Melhor)



Fonte: mapa da CONDER, reelaborado por Oliveira (2012:44)